



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXIV - Nº 01 - TERÇA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 2 DE FEVEREIRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à instalação dos trabalhos da 3ª
Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura... 4

1.2.1 – Fala do Presidente do Supremo Tri-
bunal Federal (Ministro Gilmar Mendes) 4

1.2.2 – Leitura de Mensagem do Presidente
da República 10

1.2.3 – Fala do Presidente da Câmara dos
Deputados (Deputado Michel Temer) 297

1.2.4 – Fala do Presidente do Congresso Na-
cional (Senador José Sarney) 298

1.3 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES- SO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 1ª Sessão Conjunta (Solene), em 2 de fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

(Inicia-se a sessão às 18 horas e 36 minutos, e encerra-se às 19 horas e 47 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Declaro aberta a sessão e instalados os trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Convido a Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil do Governo Federal, para dar entrada no recinto, e que os Senadores Aloizio Mercadante, Garibaldi Alves Filho, Romeu Tuma, Roseana Sarney e Marcelo Crivella a conduzam a este recinto. (Pausa.)

Aguardemos um minuto enquanto a Srª Ministra chega.

Peço ao Cerimonial que faça acomodarem-se, nas cadeiras da Casa, as altas autoridades aqui presentes, que nos honram prestigiando esta solenidade. (Pausa.)

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional pela Banda de Fuzileiros Navais.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (PMDB – AP) – Convido o Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, a fazer a entrega da mensagem do Poder Judiciário. (Palmas.)

Convido a Exmª Srª Ministra de Estado, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, portadora da mensagem do Senhor Presidente da República, a fazer a entrega da mensagem de Sua Excelência. (Palmas.)

Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para fazer uso da palavra. (Palmas.)

O SR. GILMAR MENDES – Exmº Sr. Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal; Exmº Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmª Srª Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil; Exmºs Srªs e

Srs. Embaixadores e demais representantes do corpo diplomático; Sr. Almirante-de-Esquadra Marcos Martins Torres, representante do Comandante da Marinha; Exmº Sr. General de Exército Darke Nunes de Figueiredo, Chefe do Estado-Maior do Exército, representando o Comandante do Exército; Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União; Exmº Deputado Federal Rafael Guerra, 1º Secretário do Congresso Nacional; Exmªs Srªs e Srs. Senadores; Exmªs Srªs e Srs. Deputados Federais; senhoras e senhores, além da honra de participar desta sessão de abertura do ano legislativo de 2009, dando continuidade ao diálogo institucional sempre necessário ao fortalecimento dos Poderes da República, digo-lhes da satisfação de confrontar-me com oportunidade ímpar de apresentar ao Congresso Nacional e, assim, à população que representa, a síntese de tudo o quanto se vem realizando no Judiciário, com a finalidade de, aperfeiçoando, tornar cada vez mais eficiente o serviço público de prestação da justiça. Bem a propósito dos avanços obtidos nos últimos anos, é mister, desde logo, agradecer a colaboração deste Congresso Nacional pelo descortino e prontidão com que tem atuado para atender às pautas defendidas pelo Judiciário, a exemplo do que pode ser considerado verdadeiro ponto de inflexão da mudança, a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, de cujas inovações destaco a criação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – e a entrada em vigor de dois importantes institutos: o requisito da repercussão geral dos recursos extraordinários e a súmula vinculante.

Com pouco mais de três anos e meio de atuação, o CNJ já bem comprovou ter sido acertada a decisão do Congresso de instituir um órgão voltado à reformulação de quadros e meios do Judiciário, sobretudo no que diz respeito ao controle, racionalização e transparência administrativa e processual. Para tanto, o Conselho vem atuando em quatro grandes diretrizes:

planejamento estratégico e coordenação da política judiciária; modernização tecnológica, ampliação do acesso à Justiça; pacificação e responsabilidade social e garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais. Nesse sentido, tem-se valido da chamada escuta ativa dos tribunais, fundamental no intercâmbio de experiências e no compartilhamento de soluções, de maneira a transformar o que antes não passava de soluções pontuais em uniformidade de procedimentos e estratégias.

Entre as decisões do CNJ que hoje servem de norte a todos os órgãos jurisdicionais brasileiros, sublinho a aprovação do Código de Ética da Magistratura Nacional e as que versaram sobre nepotismo, teto remuneratório, estatização e obrigatoriedade de concurso público para provimento de cargos em serventias judiciais e extrajudiciais, entre outras de igual jaez.

Por outro lado, para acelerar o processo de modernização, o CNJ deliberou investir na área de tecnologia de informação, com ênfase na integração de bases de informação, inclusive com outros órgãos públicos integrantes de outros Poderes, em busca do uso compartilhado de recursos tecnológicos, de modo a maximizar a eficiência com a economia de meios. Daí os muitos avanços obtidos, como a padronização taxonômica das tabelas básicas de classes e assuntos da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça e da numeração única para identificação do processo judicial, em fase de implantação.

Tais medidas, por basilares que pareçam, significam muito em se tratando quer da economia de meios, quer do conhecimento e da gestão da atividade jurisdicional do País.

Para não me alongar no tocante à automação e integração de sistemas, sintetizarei a importância dos demais, aludindo ao sistema CNJ – o Projudi – que, alcançando 19 Tribunais de Justiça, funciona já em 182 varas eletrônicas, onde tramitam mais de 300 mil processos virtuais.

Reporto-me ao texto do relatório que ora faço chegar a esta Casa para recomendar o exame mais aprofundado dos projetos em execução nessa área.

Destaco também os sistemas que, mediante assinatura de termos e de acordos de cooperação com o CNJ, têm ampliado o acesso de órgãos da Justiça a importantes bancos de informações organizados por entidades ligadas a outros Poderes da República, como o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) e do Bacen Jud, ambos mantidos pelo Banco Central do Brasil; do Sistema Renajud, que possibilita

aos magistrados acessar a base de dados do Registro Nacional de Veículos (Renavam); do Infojud, que permite ao Judiciário requisitar informações protegidas pelo sigilo fiscal constantes do banco de dados cadastrais econômicos e fiscais da Receita Federal. Cito ainda, Presidente, o Infopen, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça, que viabiliza o controle sobre a população carcerária, para limitar-me apenas aos principais.

Ainda no tocante à sensível área afeta aos sistemas de registros e bancos cadastrais, o CNJ tem aperfeiçoado ferramentas para a administração da Justiça, como o Sistema VEC Virtual, relativo ao controle da população carcerária e a concessão de benefícios legais a esta; o Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade Administrativa; o Sistema de Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais; o Sistema Nacional de Bens Apreendidos; o Sistema Cadastral das Serventias Judiciais e Extrajudiciais; o Sistema de Justiça Aberta, que reúne informações sobre o movimento processual, possibilitando a elaboração de uma espécie de radiografia das atividades judicantes dos magistrados e tribunais; e o Sistema Nacional de Controle das Interceptações Telefônicas, do Sistema de Informática e Telemática.

Segundo dados do CNJ, no ano de 2007, tramitaram no Poder Judiciário Brasileiro cerca de 68 milhões de processos, o que representava mais de uma demanda para cada 2,5 habitantes.

Considerando que o acesso à Justiça ainda é um problema para grande parte da população brasileira, se não houver uma revisão da prática judicializante, em breve não haverá estrutura possível para a prestação jurisdicional que se exige no País.

Ressalte-se que essa forte demanda não pode desestimular as ações para tornar o Poder Judiciário mais aberto e acessível. Nesse sentido, a cooperação do Judiciário com as Defensorias Públicas, com a OAB e instituições voluntárias para expandir a assistência judiciária deve ser aprofundada com maior afinco, dados os excelentes frutos percebidos nessa iniciativa.

Nesse contexto, relativamente ao acesso à Justiça, pacificação e responsabilidade social, o movimento pela conciliação, que abrange o já conhecido “conciliar é legal”, vem se mostrando um dos destaques no esforço de se desenvolver meios de concretizar direitos por vias alternativas à judicialização pura e simples, prática que, por excessiva, tem sido uma das responsáveis pela morosidade processual.

Por isso mesmo, uma das diretrizes da atual política judiciária brasileira é fomentar a cultura do

diálogo, utilizando-se como instrumento o estímulo à solução de conflitos por meio da conciliação de interesses.

A eficácia do movimento vem sendo comprovada com o aumento da quantidade de acordos e dos valores homologados a cada edição da Semana Nacional de Conciliação, bem assim fora desse período, já que todos os fóruns vêm apresentando significativo acréscimo no número de audiências de conciliação.

Foi ainda para reduzir o tempo e a burocracia, facilitando o acesso à Justiça, que se instituiu o Cadastro Nacional de Adoção, base de dados cuja aplicação já possibilitou reduzir em 69% o tempo médio para a habilitação de interessados na adoção.

A par disso, é fato que a proteção aos direitos de grupos mais vulneráveis e o trabalho conjunto com organizações comunitárias permanecem sob o foco do Conselho Nacional de Justiça. Daí a realização da campanha pela efetividade da Lei Maria da Penha, a envolver desde o apoio à criação de varas e juízos especializados, cursos de formação, permanente, cartilhas e manuais sobre a matéria até o fortalecimento de redes de políticas públicas voltadas ao atendimento dessas pessoas.

Esse mesmo propósito, Sr. Presidente, esteia a campanha pela mobilização do registro civil de nascimento, o Programa Nossas Crianças, de proteção à infância e à juventude e reinserção social de menor em conflito com a lei, além do Programa Casas de Justiça e Cidadania, que já reúne, aproximadamente, duzentas entidades entre tribunais, Ministério Público, movimentos sociais, universidades.

Em outra vertente, o CNJ, vem enfatizando ações e programas que viabilizem maior controle, transparência e celeridade às execuções penais. Entre essas medidas, distingo o Projeto Mutirão de Execuções Penais, cuja meta é assegurar o respeito dos direitos e garantias fundamentais da população carcerária.

No ano findo, foram realizados mutirões carcerários em unidades prisionais no Rio de Janeiro, Maranhão, Pará e Piauí. Esse esforço garantiu a liberdade, ainda que em condições, em alguns casos, de 1.694 pessoas, o que equivale a 4,8 presídios de porte médio.

Em 2009, tais procedimentos haverão de se multiplicar, sinalizando para um caminho que, definitivamente, não terá volta: o da modernização do Poder Judiciário, cujo efeito mais benéfico, repito, além da celeridade processual, é a transparência e, portanto, o controle mais eficiente.

Nessa perspectiva, encontro motivos para fundado otimismo, a exemplo da implantação das Varas

Virtuais de Execuções Penais, que, permitindo acompanhamento **on-line** de tais feitos, viabilizarão mais efetividade às leis que regem as execuções penais ao tempo em que, evitando ou corrigindo irregularidades, ensejarão o planejamento mais eficaz de recursos destinados à manutenção e ao aperfeiçoamento do sistema carcerário do País.

Neste sentido, deve ser enfatizada a iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, que desenvolveu sistema para informatização de tais varas. Esse sistema já foi significativamente melhorado com a colaboração de outros tribunais estaduais, como o da Paraíba e do Pará, sob os auspícios do Conselho Nacional de Justiça, demonstrando excelentes frutos na cooperação de diferentes órgãos do Poder Judiciário. Também os Estados do Piauí e Maranhão em breve instalarão varas informatizadas de execução penal.

Não tarda o dia, Sr. Presidente, em que, com todas as varas de execuções penais informatizadas, mostrar-se-á extravagante a permanência de um presidiário no cárcere por um único dia além do devido para o cumprimento da pena legal assim cominada.

Essa informatização deve ser estendida também para os inquéritos e ações penais, não só como forma de garantir a prevalência dos direitos fundamentais como também para evitar a impunidade e a morosidade dos processos criminais.

Cabe esclarecer que os mutirões inserem-se em um programa mais abrangente, o Começar de Novo, idealizado no intuito de, mediante campanha institucional, sensibilizar a população para a necessidade de recolocação de egressos de presídios no mercado de trabalho e no contexto da sociedade.

Para favorecer a reinserção social estão sendo feitos inúmeros convênios objetivando ampliar a oferta de cursos de capacitação profissional de presos, a exemplo do assinado com o Senai, com o Sesi, a Fiesp e outras entidades que participam do projeto tanto no treinamento quanto na recolocação profissional.

Também os órgãos do Judiciário são convidados a participar dessas ações de inclusão, consoante revelado na Resolução nº 21 do CNJ. Para ilustrar tais atuações, vale registrar o convênio que o próprio Supremo Tribunal Federal assinou com o governo do Distrito Federal, mediante o qual se propõe a receber, a partir deste mês de fevereiro, quarenta pessoas sentenciadas egressas de prisões. Os sentenciados trabalharão de seis a oito horas dando apoio administrativo ao Supremo Tribunal Federal.

No âmbito do programa, o CNJ criará um banco de dados reunindo postos de trabalhos ofertados por

empresas que se disponham a engajar-se no projeto. O Conselho encaminhará as informações sobre as vagas disponíveis às varas de execução criminal existentes nos Estados.

Esse apanhado de ações e programas, Sr. Presidente, espelha apenas em parte o que de fato foi um hercúleo esforço feito pelo CNJ para amalgamar, num só desiderato, o que por tanto tempo mostrou-se um conjunto disperso e caótico de propósito dos órgãos jurisdicionais.

A par da criação do Conselho, vale frisar que também os institutos da repercussão geral e da súmula vinculante mostraram-se decisivos para desobstruir os canais que, por burocráticos ou obsoletos, impediram o fluxo processual. De fato, em 2008, pela primeira vez, o Supremo experimentou significativa diminuição – cerca de 41% – no total de processos distribuídos, obtida principalmente com a aplicação do instituto da repercussão geral.

Com isso, abriu-se espaço para apreciação de alguns dos mais relevantes temas constitucionais, cujas decisões, extrapolando o interesse individual das partes envolvidas, repercutiram de modo decisivo no cenário socioeconômico e político do País e, assim, no cotidiano da população.

Algumas dessas decisões resultaram na edição de súmulas vinculantes. Das treze hoje existentes, dez foram elaboradas em 2008. Hoje, Sr. Presidente, o Supremo acaba de aprovar mais uma súmula, a de número 14, aquela que dá ao advogado acesso a qualquer inquérito ou procedimento investigatório, súmula de fundamental importância para a proteção dos direitos individuais.

Casos houve em que, mediante a realização de audiências públicas e com a participação da figura do *amicus curiae*, a Corte se transformou num amplo foro de argumentação e reflexão, do qual participaram segmentos os mais diversos da sociedade brasileira, da Igreja à comunidade científica, com evidente ganho nas relações de cidadania e do fortalecimento do Estado democrático de direito.

Ademais, a eliminação dos gargalos que cerceavam o fluxo processual produziu efeitos em cascata em todo o Poder Judiciário, tanto no tocante ao sobrestamento na tramitação de causas idênticas quanto no que concerne à pacificação definitiva de temas controversos, a implicar a solução de múltiplas demandas, às vezes alcançando a casa dos milhões, além de possibilitar a aplicação isonômica do texto constitucional.

Outra boa notícia é a proatividade dos órgãos estatais em busca da concretização de direitos com menor judicialização, a exemplo do Acordo de Coope-

ração Técnica, subscrito pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal, Advocacia-Geral da União e o Ministério da Previdência Social, que possibilitou a solução de mais de 100 mil processos mediante a realização de mutirões.

Além dessas composições amplas, chamam a atenção os casos de regulação espontânea de órgãos estatais que autorizam seus agentes a desistirem ou não recorrerem diante da pacificação de entendimento sobre a matéria discutida. Semelhantes iniciativas devem ser aplaudidas e estimuladas, pois revelam uma inflexão na tradicional, contraditória e improdutiva cultura de recorrer ao Judiciário como forma de ganhar tempo e protelar gastos. Num século em que a ética parece se impor como necessário norte, já não se pode admitir nenhum tipo de abuso, sobretudo quando patrocinado por agentes do próprio Estado.

Avançamos também no diálogo internacional, na medida em que o Brasil mais se firma como protagonista na esfera da cooperação judiciária internacional. Nesse mister, vale citar o pleito para compor a Comissão de Veneza como membro efetivo, a criação da Conferência das Cortes Constitucionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da Conferência Índia, Brasil e África do Sul – Ibas, além da efetiva participação na Conferência Ibero-Americana de Justiça Constitucional e na realização do 6º Fórum de Presidentes de Cortes Supremas do Mercosul. Todo esse empenho em ampliar a troca de experiências com outras nações sobre os valores constitucionais diz com o fortalecimento de instituições democráticas, nomeadamente no que tange à proteção dos direitos humanos.

Sob esse prisma, no âmbito da cooperação entre órgãos de jurisdição constitucional, o Brasil tem muito a oferecer e, talvez, a ensinar. Nesse primeiro semestre, receberemos magistrados provenientes de países integrantes e associados do Mercosul, que passarão um mês conhecendo a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário brasileiro. Além disso, o Supremo Tribunal Federal tem estimulado o intercâmbio de estudantes e acadêmicos no âmbito do Mercosul com a finalidade de estreitar ainda mais os laços com esses países.

Por outro lado, não se pode olvidar que os direitos fundamentais de caráter processual e as garantias jurisdicionais para a proteção da ordem constitucional têm merecido tratamento ímpar por parte do Supremo, a ponto de formar, nesse aspecto, um dos sistemas constitucionais mais completos do mundo. A um só tempo, ao exigir o respeito às garantias do devido processo legal e das liberdades em geral, o Supremo

tem defendido, intransigentemente, a consolidação do Estado constitucional pátrio.

Algumas decisões tiveram importante significado na efetivação dessas garantias, como a vedação ao uso abusivo de algemas, que impede a exposição inadequada dos acusados. Não se pode deixar de registrar tampouco os esforços do Judiciário, como um todo, no último ano, de zelar por essas garantias, como demonstra a drástica redução das interceptações telefônicas verificadas pelo CNJ.

Repita-se que o cumprimento da difícil tarefa de assegurar que os direitos e garantias declarados no texto constitucional tornem-se realidade efetiva para toda a população brasileira não importa interferência negativa nas atividades do legislador. A Corte tem a real dimensão de que não lhe cabe substituir-se ao legislador, muito menos restringir o exercício da atividade política, de essencial importância ao Estado de direito.

Legislador democrático e jurisdição constitucional têm papéis igualmente relevantes nos estados constitucionais contemporâneos, sendo a interpretação e a aplicação da Constituição tarefas cometidas a todos os Poderes, assim como a toda a sociedade.

No Brasil, os Poderes da República encontram-se preparados e maduros para o diálogo político inteligente e suprapartidário. Todos os Poderes estão conscientes de seu dever de dar efetividade à Constituição, inclusive de aplicar os instrumentos que a própria Carta Magna previu para solucionar as omissões inconstitucionais que obstam o pleno cumprimento de normas fundamentais.

No mais, Sr. Presidente, é continuar trabalhando firmemente em 2009 pela melhoria dos padrões de funcionamento da Justiça brasileira, que se quer sempre mais ágil, transparente, acessível e eficiente, de modo a, consolidando relações de cidadania, garantir o fortalecimento do estado constitucional no Brasil.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Agradeço ao Ministro Gilmar Mendes suas palavras perante o Congresso Nacional e, sobretudo, seu denso discurso, no qual traz informações preciosas ao Congresso Nacional, porque temos a certeza de que, votando a reforma judiciária como votamos, ela começa a dar os frutos que a sociedade brasileira está aproveitando.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Rafael Guerra, para proceder à leitura da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Quero também informar ao Plenário que compõem a Mesa do Congresso Nacional o 1º Vice-Presidente, Deputado Marco Maia; o 2º Vice-Presidente, Deputado Edmar Moreira; o 1º Secretário, já referido, Deputado Rafael Guerra; o 2º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira; e o 3º Secretário, Deputado Odair Cunha.

Com a palavra o Sr. Deputado Rafael Guerra.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Minhas senhoras e meus senhores, pela sétima vez, sinto-me honrado e tenho a enorme satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos e expectativas para este ano que se inicia.

Chegamos a 2009, após seis anos de trabalho duro, com o Brasil capaz de dar continuidade ao desenvolvimento enfrentando com firmeza e otimismo o grave momento pelo qual a economia mundial vem passando.

Essa situação do nosso País, que seguramente anima a todos, é resultado de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos governos estaduais, municipais e de toda a sociedade, que se mostra cada vez mais consciente e atuante. Decorre igualmente dos avanços da democracia entre nós, que contribuem para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

Ao longo desta mensagem ao Congresso Nacional, será possível conhecer em detalhes as transformações que essa grande empreitada coletiva imprimiu ao Brasil a partir de 2003 e, mais especificamente, os indicadores e as ações que marcaram o ano de 2008.

As ações e indicadores aqui presentes formam o retrato de um País mais forte, justo e soberano, um País com crescente igualdade social e regional e que defende, sempre com maior força, os direitos dos seus cidadãos.

Juntos, reencontramos a trilha do desenvolvimento e hoje somos internacionalmente reconhecidos como um dos países mais preparados para superar essa crise gerada no coração do sistema financeiro do Hemisfério Norte.

A inflação está sob controle. Há seis anos consecutivos ela se encontra dentro das metas previstas e assim deve continuar. E o crescimento da economia tem se dado a taxas robustas, as maiores dos últimos trinta anos, e de forma sólida, constante e com inclusão social. Apenas nos primeiros nove meses de 2008, a produção cresceu 6,4% em relação a igual período do ano anterior.

É inevitável que a economia desacelere, mas estamos fazendo todos os esforços para continuar

crescendo e para que o povo brasileiro não perca as conquistas deste período.

Nesse sentido, é importante deixar claro que, se não tivéssemos criado o PAC em 2007, teríamos de criá-lo agora, em uma conjuntura muito mais complicada. Nos doze meses encerrados em outubro de 2008, os empenhos em obras do PAC foram 34,3% maiores do que no mesmo período do ano anterior, e os pagamentos cresceram 87%.

Em setembro de 2008, 83% das ações desse programa se revelaram dentro de um ritmo adequado. A descoberta do petróleo na camada do pré-sal, por sua vez, abriu um novo e extraordinário horizonte para toda a nossa indústria de base. Assim como o investimento produtivo, seja estatal ou privado, o crédito se expandiu fortemente nos últimos anos, dando fôlego necessário ao dinamismo da economia e ao mercado interno. E, para tanto, contou com grande apoio dos bancos públicos.

O fortalecimento do nosso mercado interno não pode ser desvinculado das políticas de combate à pobreza, geração de renda e garantia de condições de vida dignas para amplos setores da nossa sociedade. O Programa Bolsa Família, a política de recuperação do valor do salário mínimo, a expansão do crédito para a agricultura familiar por meio do Pronaf e programas como o Territórios da Cidadania, entre outras iniciativas, tiveram enorme relevância na expansão da renda e do poder aquisitivo dos setores mais pobres da população.

Não é por acaso, portanto, que nossos indicadores sociais mostram avanços notáveis. O Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, vem caindo há seis anos consecutivos, e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas demonstrou que a pobreza, nas seis principais regiões metropolitanas do País, caiu de 35% da população, em 2003, para 24,1%, em 2008.

Quando a crise internacional chegou aqui, portanto, encontrou um País muito mais justo e com um mercado interno sólido, que, ao lado do crédito e do investimento produtivo, deram suporte ao crescimento. Mais do que isso, encontrou a economia preparada para enfrentá-la.

Nosso sistema bancário é saudável. O emprego, a renda, o consumo, o investimento e a produção se expandiram vigorosamente nos últimos anos. Colocamos as contas públicas em ordem, fizemos os superávits necessários; aumentamos e diversificamos as exportações brasileiras; expandimos o comércio não apenas para os Estados Unidos e a Europa, mas principalmente para a América Latina, Ásia e África.

Outro trunfo do Brasil são nossas grandes reservas em moeda internacional. Quando assumimos o Governo, o Brasil devia ao FMI e ao Clube de Paris. Zeramos essas dívidas. E desde 2003 as nossas reservas foram multiplicadas por cinco. Hoje chegam a 207 bilhões de dólares.

Como resultado podemos contar com uma significativa margem de manobra para vencer esse desafio. É nisso que já estamos trabalhando, e é nessa tarefa que continuaremos emprenhados.

Desde o primeiro momento da crise, adotamos medidas de emergência para restabelecer a normalidade do crédito. Atuamos rapidamente para apoiar as empresas exportadoras no momento em que o crédito internacional se contraiu. Agimos também para manter o nível de atividade nos setores que geram mais empregos e têm maior repercussão sobre o conjunto da economia, como a agricultura, a construção civil e a indústria automobilística.

Os bancos estatais ampliaram linhas de apoio ao investimento e ao capital de giro. Baixamos impostos para que as empresas e os consumidores pudessem manter o dinamismo da economia. O governo reiterou o seu compromisso com todos os investimentos previstos no PAC e nos programas sociais. Este é o motivo pelo qual podemos afirmar a todos os brasileiros e brasileiras que a crise, embora séria, deve continuar a ser enfrentada com serenidade. Contamos com instituições democráticas sólidas, capazes de conduzir o País neste momento e colocar em prática as medidas que nos permitirão superar a crise.

O Congresso Nacional, nesse sentido, vem cumprindo um importante papel. Contribui de modo fundamental no debate sobre as medidas a serem tomadas e atua com agilidade e dedicação na tramitação das pautas mais urgentes.

Vivemos um período de intensos esforços políticos e administrativos em defesa das conquistas de todos os brasileiros. E a cada momento precisamos redobrar nossa dedicação e a enorme confiança que depositamos no Brasil e no nosso povo.

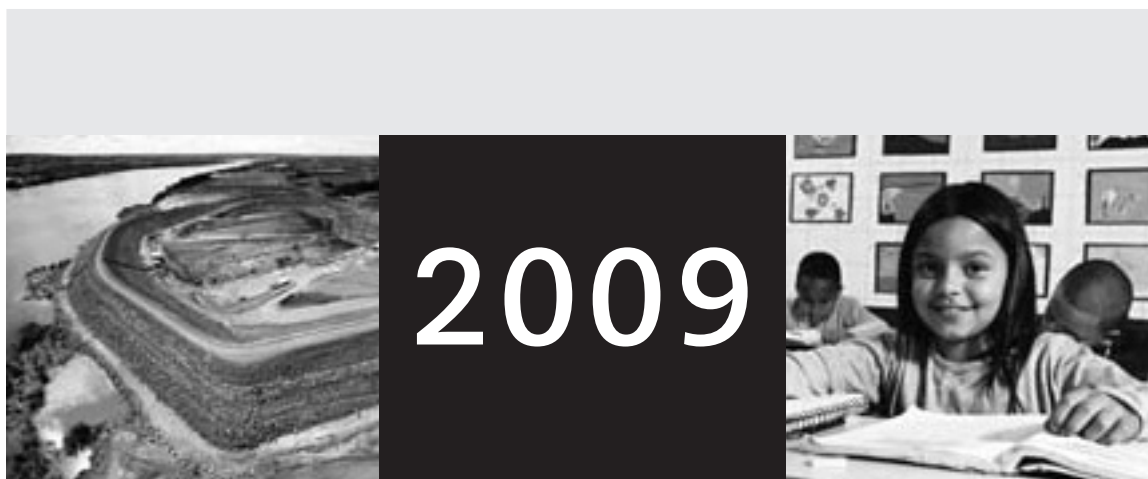
Estou certo de que temos todas as condições para enfrentar os períodos mais agudos dessa crise internacional, pois o Brasil que juntos construímos, nesses últimos anos, já não é mais o mesmo, é muito mais forte e sobretudo consciente de suas conquistas e de suas enormes capacidades de realização.

Brasília, 2 de fevereiro de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República.

(Palmas.)

(SEGUE NA ÍNTEGRA A MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA)

MENSAGEM PRESIDENCIAL



Copyright © 2009 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Tiragem: 4.000 exemplares
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

B823m Brasil. Presidente (2003 - .L. I. Lula da Silva)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2009 : 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2009.

308p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2009. 2. Desenvolvimento Econômico - Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável - Brasil. 4. Política Econômica - Brasil. 5. Inclusão Social - Brasil. 6. Política Social - Brasil. 7. Crescimento Econômico - Brasil. I. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-. II. Título

CDD - 341.25117

República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça

Tarso Fernando Herz Genro

Ministro de Estado da Defesa

Nelson Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Alfredo Pereira do Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Reinhold Stephanes

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura

João Luiz Silva Ferreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social

José Barroso Pimentel

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Saúde

José Gomes Temporão

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Miguel Jorge

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações

Hélio Calixto da Costa

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Sergio Machado Rezende

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Carlos Minc

Ministro de Estado do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministro de Estado do Turismo

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

Ministro de Estado da Integração Nacional

Geddel Quadros Vieira Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Guilherme Cassel

Ministro de Estado das Cidades

Marcio Fortes de Almeida

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

José Múcio Monteiro

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Franklin Martins

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Jorge Armando Felix

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Roberto Mangabeira Unger

Advogado-Geral da União

José Antonio Dias Toffoli

Ministro de Estado do Controle e da Transparência

Jorge Hage Sobrinho

Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Edson Santos de Souza

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Nilcéa Freire

Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

Altemir Gregolin

Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Paulo de Tarso Vannuchi

Secretário Especial de Portos da Presidência da República

Pedro Brito Nascimento

Sumário

Apresentação, 9

I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política de Desenvolvimento Produtivo, 25
 - a) Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial, 27
 - b) Fomento aos Investimentos, 29
 - c) Política de Comércio Exterior, 31
 - d) Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, 34
2. Agronegócio, 35
 - a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização, 36
 - a.1) Crédito Rural, 36
 - a.2) Apoio à Comercialização, 36
 - a.3) Apoio à Cafeicultura, 37
 - a.4) Reestruturação de Dívidas Rurais, 37
 - b) Gerenciamento de Riscos Climáticos, 37
 - b.1) Zoneamento Agroclimático, 37
 - b.2) Seguro Rural, 38
 - c) Defesa Agropecuária, 38
 - c.1) Ações de Saúde Animal, 39
 - c.2) Ações de Sanidade Vegetal, 40
 - c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários, 40
 - c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional, 41
 - c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, 42
 - d) Fomento e Produção Agropecuária Integrada, 42
 - e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio, 42
 - f) Pesquisa Agropecuária, 46
 - g) Agroenergia, 47
 - g.1) Complexo Sucroalcooleiro, 47
 - g.2) Biodiesel, 47
3. Turismo, 48
 - a) Planejamento e Gestão da Política Nacional de Turismo, 48
 - b) Regionalização e Ordenamento Turístico, 49
 - c) Cooperação Técnica Internacional, 50
 - d) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro, 50
 - e) Promoção Internacional, 50
 - f) Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, 51
 - g) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos, 51
 - h) Infra-estrutura do Turismo, 52
 - i) Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo, 52
 - j) Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), 52
4. Trabalho e Emprego, 53
 - a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 54
 - b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda, 54
 - c) Valorização do Salário Mínimo, 55
 - d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores, 56
 - e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho, 58
 - f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social, 58
 - g) Estímulo à Economia Solidária, 60
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 61
 - a) Acesso aos Serviços Bancários: Contas Simplificadas, 62
 - b) Microcrédito e Microfinanças, 63
 - b.1) Fortalecimento do Microcrédito Produtivo, 63
6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca, 64
 - a) Fortalecimento do Setor da Pesca, 65
 - b) Incentivo ao Consumo de Pescados, 66
 - c) Investimento na Cadeia Produtiva, 66
 - d) Ordenamento, Monitoramento e Controle da Atividade Pesqueira, 66
 - e) Política Internacional da Pesca, 67
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 67
 - a) Agricultura Familiar, 67
 - a.1) Ampliação do Crédito, 68
 - a.2) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), 69
 - a.3) Garantia-Safra, 69
 - a.4) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), 69
 - a.5) Apoio à Comercialização, 70
 - a.6) Biodiesel e Agricultura Familiar, 70
 - a.7) Programa de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), 71
 - a.8) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Quilombolas, 71
 - a.9) Segurança Alimentar, 71
 - b) Reforma Agrária, 72
 - b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária, 72
 - b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos, 72

- b.2.1) Assistência Técnica, 72
 - b.2.2) Infra-estrutura, 72
 - b.2.3) Educação, 73
 - b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), 73
 - b.4) Regularização Fundiária, 73
 - c) Cooperativismo da Agricultura Familiar, 74
 - d) Projeto Dom Hélder Câmara, 74
 - e) Articulação Internacional, 74
 - e.1) Integração Regional, 75
 - e.2) Cooperação Internacional, 75
 - 8. Desenvolvimento Regional, 76
 - a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 76
 - b) Amazônia, 78
 - c) Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 78
 - d) Infra-estrutura Hídrica, 79
 - e) Defesa Civil, 81
 - 9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 82
 - a) Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, 82
 - b) Unidades de Conservação, 83
 - c) Combate ao Desmatamento, 84
 - d) Espécies Ameaçadas de Extinção, 84
 - e) Fiscalização, 85
 - f) Resíduos Sólidos Urbanos, 86
 - g) Recursos Hídricos, 86
 - g.1) Revitalização de Bacias Hidrográficas, 87
 - h) Licenciamento Ambiental, 87
 - i) Povos e Comunidades Tradicionais, 88
 - j) Zoneamento Ecológico e Econômico, 89
 - k) Concessão Florestal, 90
 - l) Esfera Internacional, 90
 - m) Protocolo Verde, 91
 - 10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 91
 - a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 92
 - b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, 94
 - c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, 95
 - d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, 98

III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

- 1. Agenda Social, 101
 - 1.1. Redução das Desigualdades, 101
 - a) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família, 103
 - a.1) Cadastro Único para Programas Sociais, 105
 - b) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres, 105
 - c) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais, 107
 - d) Segurança Alimentar e Nutricional, 109
 - e) Programa Territórios da Cidadania, 110
 - 1.2. Juventude, 112
 - 1.3. Direitos de Cidadania, 112
 - a) Mulheres, 112
 - b) Quilombos, 115
 - c) Povos Indígenas, 116
 - d) Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiência e Documentação Civil Básica, 116
 - 1.4. Cultura, 117
 - 1.5. Educação, 118
 - 1.6. Saúde, 118
 - 1.7. Segurança Pública, 119
- 2. Juventude, 121
 - a) Política Nacional de Juventude, 121
 - b) Projovem Integrado, 122
- 3. Educação, 123
 - a) Educação Básica, 123
 - b) Educação Superior, 128
 - c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 130
 - d) Educação Profissional e Tecnológica, 131
 - e) Educação e Diversidade, 131
 - f) Cooperação Internacional, 132
 - g) Financiamento da Educação, 133
 - h) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 134
 - i) Indicadores e Avaliações, 135
 - j) Ações Integradas, 137
- 4. Saúde, 138
 - a) Atenção básica, 138
 - a.1) Saúde da Família, 138
 - a.2) Saúde Bucal, 139
 - a.3) Alimentação e Nutrição, 139
 - a.4) Hipertensão e Diabetes, 139
 - a.5) Saúde Mental, 140

- a.6) Saúde da Criança, 140
 - a.7) Saúde da Pessoa com Deficiência, 140
 - a.8) Saúde do Idoso, 141
 - a.9) Saúde do Homem, 141
 - b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 141
 - b.1) Saúde Auditiva, 142
 - b.2) Saúde Ocular, 142
 - b.3) Política Nacional de Atenção Oncológica, 142
 - b.4) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, 143
 - b.5) Hospitais de Ensino, 143
 - b.6) Hospitais Filantrópicos, 143
 - b.7) Terapia Intensiva, 143
 - b.8) Atenção às Urgências e às Emergências, 144
 - b.9) Transplantes, 144
 - b.10) Sangue e Hemoderivados, 144
 - c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, 145
 - d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, 145
 - e) Assistência Farmacêutica, 147
 - f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 147
 - g) Vigilância Sanitária, 151
 - h) Desenvolvimento e Qualificação do Pessoal Atuarante no SUS, 151
 - i) Apoio aos Fundos de Saúde, 152
 - j) Gestão, Participação Popular, Monitoramento, Ouvidoria e Auditoria do SUS, 153
 - k) Saúde Suplementar, 153
5. Políticas Afirmativas, 154
- a) Igualdade Racial, 154
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 155
 - b) Igualdade de Gênero, 156
 - b.1) Educação e Cultura, 156
 - b.2) Trabalho, 157
 - b.3) Saúde, 158
 - b.4) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, 158
 - b.5) Estudos e Pesquisas, 159
 - b.6) Internacional, 160
 - c) Povos Indígenas, 160
6. Direitos Humanos, 162
- a) Atuação Internacional, 164
 - b) Pauta Legislativa, 164
7. Previdência Social, 165
- a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 165
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 167
 - c) Previdência Complementar, 167
 - d) Atendimento ao Cidadão, 168
8. Cultura, 169
9. Esporte, 172
10. Energia – Luz para Todos, 174
11. Inclusão Digital, 175
12. Justiça e Segurança Pública, 176
- a) Sistema Único de Segurança Pública, 176
 - b) Sistema Penitenciário Federal, 177
 - c) Combate à Criminalidade, 178
 - d) Combate à Pirataria, 179
 - e) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional, 179
 - f) Democratização do Acesso à Justiça, 179
 - g) Cooperação Jurídica Internacional, 180
 - h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 181
13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas, 182

IV – INFRA-ESTRUTURA

1. Energia, 187
- a) Energia Elétrica, 187
 - a.1) Geração e Transmissão, 188
 - a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão, 188
 - a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão, 190
 - a.4) Planejamento do Setor Elétrico, 190
 - a.5) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico, 190
 - a.6) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), 190
 - a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico, 191
 - b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 192
 - b.1) Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e Terceira Rodada de Campos Marginais, 193
 - b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás, 193
 - b.3) Infra-estrutura de Transporte de Gás Natural, 194
 - b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL), 194
 - b.4) Refino, HBIO, Plangás e Petroquímica, 195
 - b.5) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, 195
 - b.6) Biocombustíveis, 197
 - b.6.1) Biodiesel, 197
 - b.6.2) Etanol, 199
 - c) Geologia e Recursos Minerais, 200

2. Transportes, 201
 - a) Transporte Rodoviário, 201
 - a.1) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação, 202
 - a.2) Concessões Rodoviárias, 206
 - a.3) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV) e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (PROCREMA), 206
 - a.4) Sinalização nas Rodovias Federais (Pró-Sinal), 207
 - a.5) Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, 207
 - a.6) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, 207
 - b) Transporte Ferroviário, 207
 - c) Transporte Hidroviário, 208
 - d) Fomento à Indústria Naval, 209
 - e) Infra-estrutura Portuária, 209
3. Aviação Civil e Infra-estrutura Aeroportuária, 210
4. Comunicações, 213
 - a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações, 213
 - b) Avanços na Regulação, 214
 - c) TV Digital, 216
 - d) Serviços Postais, 216
 - d.1) Universalização dos Serviços Postais, 216
 - d.2) Exportações por Remessas Postais, 217
 - d.3) Inovações dos Serviços, 217
 - e) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias, 217
 - e.1) Radiodifusão Comunitária, 217
 - e.2) Demais Serviços de Radiodifusão, 217
5. Saneamento, 218
6. Habitação, 220
7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana, 225
8. Mobilidade Urbana, 227
9. Trânsito, 228

V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

1. Política Externa, 233
2. Soberania, 238

VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

1. Articulação com a Sociedade Civil, 247
2. Diálogo Internacional, 247
3. Relações Institucionais, 248
 - a) Atuação junto ao Poder Legislativo, 248
 - b) Articulação Federativa, 250
4. Informação ao Cidadão, 251
5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 253
6. Conferências Nacionais e Encontros, 253

VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos, 259
2. Informatização de Serviços – Investimento em TI, 260
3. Transparência na Administração e Controle Social, 261
4. Produção e Disseminação de Informações, 263
5. Valorização dos Servidores, 263
6. Gestão, 265
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 265
 - b) Gestão do Patrimônio da União, 266
 - c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação, 267
7. Combate à Corrupção, 268
 - a) Auditorias, 269
 - b) Medidas Corretivas, 270
 - c) Ações de Capacitação e Prevenção, 271
 - d) Ações de Ouvidoria, 272
 - e) Combate à Lavagem de Dinheiro, 272
 - f) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social, 273
8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União, 273

ANEXO

Minhas senhoras e meus senhores,

Pela sétima vez, sinto-me honrado e tenho a enorme satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos e expectativas para este ano que se inicia.

Chegamos a 2009, após seis anos de trabalho duro, com o Brasil capaz de dar continuidade ao desenvolvimento, enfrentando – com firmeza e otimismo – o grave momento pelo qual a economia mundial vem passando.

Essa situação do nosso País, que seguramente anima a todos, é resultado de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra cada vez mais consciente e atuante. Decorre igualmente dos avanços da democracia entre nós, que contribuem para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

Ao longo desta Mensagem ao Congresso Nacional, será possível conhecer em detalhes as transformações que esta grande empreitada coletiva imprimiu ao Brasil a partir de 2003 – e mais especificamente os indicadores e as ações que marcaram o ano de 2008.

As ações e indicadores aqui presentes formam o retrato de um País mais forte, justo e soberano. Um País com crescente igualdade social e regional. E que defende, sempre com maior força, os direitos dos seus cidadãos.

Juntos, reencontramos a trilha do verdadeiro desenvolvimento. E hoje somos internacionalmente reconhecidos como um dos países mais preparados para superar essa crise gerada no coração do sistema financeiro do hemisfério Norte.

A inflação está sob controle. Há seis anos consecutivos, ela se encontra dentro das metas previstas – e assim deve continuar. E o crescimento da economia tem se dado a taxas robustas – as maiores dos últimos 30 anos – e de forma sólida, constante e com inclusão social.

Apenas nos primeiros nove meses de 2008, a produção cresceu 6,4% em relação a igual período do ano anterior. É inevitável que a economia desacelere, mas estamos fazendo todos os esforços para continuar crescendo e para que o povo brasileiro não perca as conquistas deste período.

Nesse sentido, é importante deixar claro que se não tivéssemos criado o PAC em 2007, teríamos que criá-lo agora, em uma conjuntura muito mais complicada. Nos doze meses encerrados em outubro de 2008, os empenhos em obras do PAC foram 34,3% maiores do que no mesmo período do ano anterior – e os pagamentos cresceram 87%. Em setembro de 2008, 83% das ações desse programa se revelaram dentro de um ritmo adequado.

A descoberta do petróleo na camada do Pré-sal, por sua vez, abriu um novo – e extraordinário – horizonte para toda a nossa indústria de base.

Assim como o investimento produtivo – seja estatal ou privado –, o crédito se expandiu fortemente nos últimos anos, dando o fôlego necessário ao dinamismo da economia e ao mercado interno. E, para tanto, contou com um grande apoio dos bancos públicos.

O fortalecimento do nosso mercado interno não pode ser desvinculado das políticas de combate à pobreza, geração de renda e garantia de condições de vida dignas para amplos setores da nossa sociedade.

O Programa Bolsa Família, a política de recuperação do valor do salário mínimo, a expansão do crédito para a agricultura familiar, por meio do Pronaf, e programas como o Territórios da Cidadania, entre outras iniciativas, tiveram enorme relevância na expansão da renda e do poder aquisitivo dos setores mais pobres da população.

Não é por acaso, portanto, que nossos indicadores sociais mostram avanços notáveis. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, vem caindo há seis anos consecutivos. E o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas demonstrou que a pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do País caiu de 35% da população em 2003 para 24,1% em 2008.

Quando a crise internacional chegou aqui, portanto, encontrou um País muito mais justo e com um mercado interno sólido que, ao lado do crédito e do investimento produtivo, deram suporte ao crescimento. Mais do que isso, encontrou a economia preparada para enfrentá-la.

Nosso sistema bancário é saudável; o emprego, a renda, o consumo, o investimento e a produção se expandiram vigorosamente nos últimos anos.

Colocamos as contas públicas em ordem. Fizemos os superávits necessários. Aumentamos e diversificamos as exportações brasileiras. Expandimos o comércio não apenas para os Estados Unidos e Europa, mas principalmente para a América Latina, Ásia e África.

Outro trunfo do Brasil são nossas grandes reservas em moeda internacional. Quando assumimos o Governo, o Brasil devia ao FMI e ao Clube de Paris. Zeramos essas dívidas. E, desde 2003, nossas reservas foram multiplicadas por cinco. Hoje chegam a US\$ 207 bilhões.

Como resultado, podemos hoje contar com uma significativa margem de manobra para vencer este desafio. É nisto que já estamos trabalhando. E é nesta tarefa que continuaremos empenhados.

Desde o primeiro momento da crise, adotamos medidas de emergência para restabelecer a normalidade do crédito. Atuamos rapidamente para apoiar as empresas exportadoras no momento em que o crédito internacional se contraiu.

Agimos também para manter o nível de atividade nos setores que geram mais empregos e têm maior repercussão sobre o conjunto da economia, como a agricultura, a construção civil e a indústria automobilística.

Os bancos estatais ampliaram linhas de apoio ao investimento e ao capital de giro. Baixamos impostos para que as empresas e os consumidores pudessem manter o dinamismo da economia.

O Governo reiterou seu compromisso com todos os investimentos previstos no PAC e nos programas sociais.

Este é o motivo pelo qual podemos afirmar a todos os brasileiros e brasileiras que a crise, embora séria, deve continuar a ser enfrentada com serenidade.

Contamos com instituições democráticas sólidas, capazes de conduzir o País neste momento e colocar em prática as medidas que nos permitirão superar a crise.

O Congresso Nacional, neste sentido, vem cumprindo um importante papel. Contribui de modo fundamental no debate sobre as medidas a serem tomadas e atua com agilidade e dedicação na tramitação das pautas mais urgentes.

Vivemos um período de intensos esforços políticos e administrativos em defesa das conquistas de todos os brasileiros. E a cada momento precisamos redobrar nossa dedicação e a enorme confiança que depositamos no Brasil e no nosso povo.

Estou certo de que temos todas as condições para enfrentar os períodos mais agudos desta crise internacional. Pois o Brasil que juntos construímos nestes últimos anos já não é mais o mesmo. É muito mais forte e – sobretudo – consciente de suas conquistas e de suas enormes capacidades de realização.

Brasília, 2 de fevereiro de 2009.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

O ano de 2008 evidenciou a solidez das políticas econômicas e sociais deste Governo e representou um duro teste, na forma da crise financeira internacional, ao crescimento econômico. Os objetivos da política governamental, expressos no trinômio crescimento, estabilidade e inclusão social, continuaram a nortear a definição e execução das políticas públicas.

O crescimento da economia brasileira continuou sua trajetória de aceleração, em 2008, até o agravamento da mencionada crise financeira externa. Observou-se uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 6,4% nos três primeiros trimestres de 2008, comparado a igual período do ano anterior. Tal crescimento beneficiou de forma geral as diversas áreas de atividade econômica.

O crescimento da demanda interna, em 2008, com relação ao ano de 2007 resultou mais uma vez da recuperação dos rendimentos reais, do emprego e do crédito. O consumo das famílias cresceu 7,3% no terceiro trimestre de 2008 (vigésimo crescimento consecutivo), sendo que a formação bruta de capital fixo cresceu à expressiva taxa de 19,7 % – a maior taxa desde 1995 para o período.

Nos doze meses encerrados em novembro de 2008, a renda total dos trabalhadores expandiu-se 7,2% em termos reais. O emprego continuou sua trajetória ascendente com melhoria de qualidade. O comportamento da criação líquida do emprego formal de janeiro a dezembro de 2008, medido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, representou a geração de 1.452.204 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quatro) empregos com carteira de trabalho. Esse número é ainda mais expressivo se considerarmos que no último trimestre de 2008 já houve reflexos da crise internacional na economia.

A expansão da renda das famílias teve como contrapartida um forte crescimento do volume do crédito. Esse volume atingiu aproximadamente R\$ 1,2 trilhão, em novembro de 2008, expandindo-se 32,8% em doze meses, e atingindo o correspondente a 40,3% do PIB, contra 33,6% no mesmo mês em 2007. O crédito às pessoas físicas também tem se expandido de forma consistente no período, crescendo 25,0% em doze meses, liderados pela aquisição de bens duráveis.

O expressivo aumento do crédito se fez num contexto de solidez das instituições financeiras públicas e privadas. Isto contrasta de forma significativa com a situação internacional nos meses que precederam a crise financeira, e cria condições para seu enfrentamento. A inadimplência reduziu-se, no período, da média de 4,7 até novembro de 2007 para 4,2% no mesmo período em 2008, mostrando que estão presentes na economia brasileira as condições para a expansão sustentada e controlada do crédito, o que contribuirá para o aumento da demanda nos próximos anos.

A expansão do crédito reflete a confiança das famílias no crescimento da renda e do emprego, e, ao mesmo tempo, realimenta o ciclo de expansão da economia, ampliando a solidez macroeconômica e a propensão das instituições financeiras a conceder empréstimos. O Governo, ante a crise internacional, tem atuado para a manutenção, mesmo que em menor ritmo, desse círculo virtuoso.

Após a eclosão da crise, o Governo tomou diversas medidas para manter a liquidez das instituições financeiras e evitar o estancamento do crédito. De modo a assegurar a liquidez no mercado de moeda nacional, foram modificadas as exigências

referentes aos recolhimentos compulsórios. Quanto ao mercado externo, foram adotadas medidas no sentido de estimular a manutenção de recursos para contratação e renovação de financiamento para exportadores.

Paralelamente, durante o ano de 2008, continuaram as iniciativas do Governo para aumentar a concorrência entre as instituições financeiras e diminuir o risco das operações de crédito. Novamente em contraste à situação internacional, a supervisão e regulação financeira no País cumpriram seu papel, sustentando o ambiente institucional de negócios.

Deve ser destacada no ciclo atual a expansão do crédito imobiliário. O nível dessa modalidade de crédito no Brasil ainda é baixo em relação aos padrões internacionais, sendo que a tendência é sua expansão nos próximos anos. Em 2008, foram tomadas medidas como a ampliação dos limites de financiamento para aquisição de material de construção e a constituição de linhas de capital de giro específicas para o setor habitacional. Em 2009, o Governo continuará a implementar medidas para a expansão sustentada do crédito imobiliário.

No que se refere às consequências do agravamento da crise financeira internacional, especialmente em relação aos países do hemisfério Norte, a primeira ocorreu com a abrupta desvalorização de ativos financeiros e patrimoniais, a redução da oferta de crédito e da liquidez e a perda da confiança quanto à saúde de algumas instituições do sistema financeiro. Num segundo momento, as vendas se reduziram, o crescimento se desacelerou e as *commodities* tiveram seus preços diminuídos. No Brasil, houve a percepção de que os impactos da crise seriam sentidos em três eixos básicos: na oferta de crédito e nas taxas de juros; na taxa de câmbio; e no desempenho macroeconômico.

A resposta do Governo para amenizar esses impactos se fez por meio de dois tipos de medidas. No curto prazo, implementou medidas para assegurar o fluxo de recursos para os setores mais intensivos em crédito. No médio prazo, adotou a política anti-cíclica para enfrentar a redução no ritmo do crescimento.

Entre as principais medidas adotadas, temos a redução do compulsório e a agilização das operações de redesconto, no mercado interbancário, juntamente com a atuação do Banco Central em leilões e *swaps* no mercado cambial e de exportação. Adicionalmente, foram adotadas medidas para financiamento da agricultura, como a antecipação de desembolsos do Banco do Brasil, o aumento do direcionamento dos recursos obrigatórios, como poupança e exigibilidades de depósitos bancários, a abertura de linhas especiais de comercialização, a garantia de preço mínimo, o diferimento do pagamento de impostos e a aceleração da devolução de créditos tributários. No tocante ao financiamento do investimento e da produção, o aumento do crédito em bancos públicos, e especialmente a manutenção dos patamares de desembolso do BNDES, aportes ao Fundo de Marinha Mercante e crédito para capital de giro, pré-embarque e empréstimos-ponte foram as principais medidas adotadas. O apoio à construção civil também foi objeto de várias medidas específicas.

De modo a estimular o consumo, o Governo baixou alíquotas de impostos de bens duráveis e criou alíquotas intermediárias para o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, reduzindo igualmente o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) para crédito direto a pessoas físicas.

O atual ciclo expansivo manteve no exercício passado seu caráter inclusivo, o que o faz diferir dos ciclos anteriores. Ampla parcela da população antes marginalizada vem sendo incluída no mercado de consumo e de crédito, reforçando

o ciclo virtuoso da economia. Dessa forma, observa-se a continuação da forte expansão da classe média, e a redução das parcelas que anteriormente estavam alijadas dos instrumentos de crédito e do consumo. O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas apresentou dois estudos recentes que mapearam a nova classe média brasileira. Segundo os estudos, essa classe cresceu de 37,6% para 50% da população entre 2004 e 2008. Isso tem ocasionado nos últimos anos um bom desempenho do comércio: a taxa de crescimento das vendas no comércio varejista passou de 5,1% para 10,2% entre agosto de 2006 e fevereiro de 2008, e posteriormente estabilizou-se em patamar próximo a 10%, segundo o IBGE.

A crise financeira internacional fez ressurgir as dúvidas quanto à sustentabilidade desse ambiente de forte expansão da renda e do consumo. Apesar de toda a turbulência internacional, acredita-se que estão dadas as condições para enfrentamento da crise. Observando os fatores macroeconômicos, tais como a inflação ou as contas externas, pode-se verificar a maior sustentabilidade do momento atual. Não existe um descompasso permanente entre o ritmo de crescimento da demanda e o ritmo de expansão da capacidade produtiva da economia. Tampouco ocorre um desequilíbrio nas contas públicas, outro fator a interromper os ciclos de crescimento no passado. Ao contrário, neste momento em que os mercados internacionais apresentam enorme volatilidade, o setor público pode exercer a contento seu papel anticíclico, pois dispõe de margem de manobra para usar incentivos fiscais. Isso porque o Governo Central vem apresentando superávit primário acima de 2% do PIB, efeito do crescimento das receitas acima do aumento das despesas, além do considerável superávit dos Estados e Municípios.

Em valores acumulados até setembro de 2008, a receita líquida total acumulada em 12 meses cresceu 17,2% acima do crescimento da despesa. A dívida pública, cujo controle é fator essencial para garantir a confiança na moeda nacional e o financiamento da economia estava em 34,9% do PIB no mês de novembro de 2008, um recorde para o período recente.

Enquanto no padrão anterior dos ciclos de crescimento, no qual mecanismos de financiamento, especialmente os inflacionários, compunham um quadro perverso com endividamento externo sem controle e endividamento público sem limites, o ciclo atual procura construir instrumentos mais eficientes de intermediação da poupança privada e utilizar mais adequadamente a poupança pública, sem comprometer o equilíbrio macroeconômico para atingir objetivos a curto prazo. O ritmo de expansão dos investimentos continuou forte, fazendo com que a ampliação da capacidade produtiva resultante desses investimentos viabilize o atendimento de uma demanda que, com as medidas adotadas, deverá continuar robusta, sem pressionar os preços ou gerar desequilíbrios excessivos nas contas externas.

Outra variável-chave que permaneceu sob controle foi a inflação. Mesmo a excepcional alta do preço do petróleo e de algumas matérias-primas verificada durante o ano de 2008 não provocou o descontrole inflacionário no Brasil. Ao contrário, a despeito da magnitude dos choques externos, a inflação acumulada no ano ficou dentro do intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) pelo quinto ano consecutivo, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrando uma variação de 5,9%, no ano passado.

O resultado com a inflação decorre do compromisso do Governo com a estabilidade dos preços e da seriedade na condução da política monetária. Ao longo do ano passado, a taxa básica de juros foi inicialmente mantida constante, e posteriormente aumentada, atingindo 13,75% em setembro, nível no qual foi mantido até dezembro. Em janeiro de 2009, houve a redução de um

ponto percentual nessa taxa. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) foi mantida no mesmo patamar de 6,25% a.a. durante todo o ano, o seu menor nível histórico.

A solidez das contas externas também se evidenciou no ano de 2008. Não obstante o cenário externo restritivo já desde o final de 2007, e considerando o agravamento a partir de setembro de 2008, as reservas internacionais do Brasil, que em dezembro de 2007 atingiram US\$ 180 bilhões, alcançaram o total de US\$ 206,8 bilhões em 2008, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública. Essas reservas também são maiores do que a totalidade da dívida externa do País. Esse resultado decorreu de um forte influxo de divisas destinadas, em grande parte, a investimentos diretos – que nos últimos 12 meses alcançaram o recorde histórico de US\$ 45,1 bilhões, mesmo levando em conta a deflagração da crise.

A importância da solidez dessas contas é fundamental para tornar o País menos vulnerável às alterações nos fluxos de divisas decorrentes de mudanças no cenário internacional. Nossas transações comerciais mantiveram um bom desempenho em 2008, sendo que o saldo da balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 24,7 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações – que cresceram 23,2% – quanto das importações, cujo crescimento foi de 43,6%.

A indústria brasileira mostrou grande capacidade de superar os problemas internos nos três primeiros trimestres do ano e sua desaceleração foi menor do que em outros países, após o agravamento da crise. A desvalorização cambial encetada desde então passará agora a contribuir para reforçar sua competitividade no médio prazo. As razões para a boa performance da indústria são o crescimento da produtividade, até setembro de 2008, e da taxa de formação bruta de capital fixo. Em que pesem as dificuldades a serem enfrentadas neste primeiro trimestre de 2009, existem condições para uma retomada no restante do ano.

Deve-se considerar, também, a solidez das contas fiscais. Em 2008, assim como nos anos anteriores, a combinação de um elevado superávit primário com a diminuição do custo da dívida pública viabilizou uma redução relevante do déficit nominal – que alcançou seu menor nível histórico, ficando, nos doze meses encerrados em novembro, em 1,2% do PIB. O reiterado compromisso deste Governo com a manutenção da solidez fiscal mantém a perspectiva de eliminação completa do déficit nominal do setor público ao longo dos próximos anos.

Como consequência da gestão fiscal, a dívida líquida do setor público seguiu em queda, reduzindo-se de 42% do PIB no final de 2007 para 34,9% do PIB em novembro de 2008. O Tesouro Nacional continuou o processo de alongamento e de melhoria da composição da dívida pública, reduzindo ainda mais o risco de volatilidade nos próximos anos.

A estabilidade macroeconômica, em particular a estabilidade dos preços, permitiu uma forte expansão do mercado de capitais no Brasil até o agravamento da crise. O novo ambiente decorrente da crise desestabilizou o mercado por algumas semanas, mas, ainda assim, as emissões primárias no mercado de capitais atingiram o total de R\$ 129 bilhões, praticamente o mesmo número verificado no ano anterior. Destes, aproximadamente R\$ 50 bilhões ocorreram em operações diretamente relacionadas à capitalização das empresas via emissão de ações ou fundos de participação.

Outro destaque de 2008 foi a importante participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na concessão de crédito, cujos desembolsos alcançaram a marca recorde de R\$ 92,2 bilhões. Nesse mesmo período, o Governo reforçou a capacidade de financiamento do BNDES, autorizando aportes do Tesouro Nacional naquela instituição

que totalizaram R\$ 27,5 bilhões, sendo R\$ 12,5 bilhões por meio da Medida Provisória (MP) nº 414, no mês de janeiro, e R\$ 15 bilhões por meio da Medida Provisória nº 439, no mês de agosto, além de ter autorizado o repasse de recursos captados junto ao Banco Mundial (BIRD) no valor de U\$ 2 bilhões, por meio da Medida Provisória nº 450, no mês de dezembro. Ainda em termos de recursos para as operações do BNDES, o Conselho Curador do FGTS aprovou a liberação de R\$ 6 bilhões em títulos, em agosto do referido exercício, e, posteriormente, em outubro, de mais de R\$ 7 bilhões provenientes do Fundo de Investimento (FI) do FGTS.

Destaque também foi o volume de operações de crédito da CAIXA, totalizando R\$ 69,2 bilhões no terceiro trimestre de 2008, um crescimento de 33% em relação ao mesmo período de 2007. Já as operações de crédito do Banco do Brasil atingiram R\$ 175 bilhões até setembro de 2008, um aumento de 35,6% em relação ao mesmo período de 2007. A poupança pública contribui assim, efetivamente, para a sustentabilidade do crescimento, atuando de forma anticíclica e compondo com a poupança privada as condições para a elevação consistente do investimento.

Assim, seja do ponto de vista da consistência macroeconômica – estabilidade dos preços, solidez das contas externas e gestão fiscal responsável –, seja do ponto de vista da adequação dos mecanismos de financiamento, e a despeito da gravidade da crise externa, o atual ciclo de crescimento da economia brasileira tende a ser mais sustentável que os ciclos de expansão das últimas décadas.

A continuação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem como principal objetivo promover investimentos públicos e privados em infra-estrutura energética e de transportes, também deve prosseguir alavancando o crescimento neste e nos próximos anos, contribuindo decisivamente para a eliminação de gargalos ao crescimento.

O PAC, além de definir prioridades de investimentos, fundamenta-se em mecanismos adequados de financiamento da infra-estrutura com recursos públicos, procurando preservar a consistência fiscal de longo prazo. Esse Programa avançou consistentemente em 2008: de janeiro a outubro foi empenhado um valor 34,3% maior do que em 2007; os pagamentos cresceram 87%. Das 2.198 ações monitoradas em setembro, 193 estão concluídas – um investimento de R\$ 30,6 bilhões, dividido em 87 ações da infra-estrutura logística e 106 da energética.

O Comitê Gestor do PAC avaliou, em setembro de 2008, que 83% das ações estavam com andamento adequado. Do total das ações, 59% estavam em obras e 32% em fase de projeto, licenciamento ou licitação. Grande esforço foi feito no sentido de concessão de 43 licenças ambientais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e na liberação de 65 empreendimentos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Dentre os principais destaques do PAC, em 2008, estão a conclusão de 94 km do trecho norte da Ferrovia Norte-Sul; a entrega de 3.343 km de pavimentação de rodovias; a segunda etapa do programa de concessões de estradas federais; as 53 novas embarcações para a Marinha Mercante; a geração de mais 1.314 MW de energia elétrica e a extensão de 3.281 km de linhas de transmissão; a licitação das Usinas Hidrelétricas (UHEs) do Rio Madeira, sendo uma ao final de 2007 e outra em 2008, totalizando 6.450 MW; a descoberta de novas reservas de petróleo e gás; e o início das obras dos Eixos Leste e Norte do projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. O PAC também prossegue na recuperação da capacidade de planejamento de longo prazo e de gestão de investimentos por parte do setor público. Com tudo isso, este Programa consolida o Estado como indutor e catalisador do desenvolvimento, com destacado papel anticíclico.

Outro conjunto de investimentos de importância absolutamente fundamental para o crescimento futuro do País é o Pré-sal. A descoberta de enormes reservas na camada de Pré-sal brasileira modificou de forma radical o papel do País com relação à energia. Atualmente, o Brasil possui reservas comprovadas de aproximadamente 14 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), e somente as novas descobertas já anunciadas pela Petrobras significam aumento de mais de 100% nas reservas nacionais. Caso as estimativas de mercado se confirmem, o Brasil poderá se tornar um dos maiores detentores de reservas de petróleo do mundo, próximo da Venezuela, que possui reservas de aproximadamente 87 bilhões de boe. Durante o ano de 2008, o Governo deu início à discussão sobre a melhor maneira de fazer com que os benefícios dessa riqueza sejam distribuídos da melhor forma a toda a população brasileira, por meio do direcionamento dos recursos provenientes da exploração para melhoria da qualidade de vida da população atual e futura.

A exploração da camada Pré-sal traz desafios importantes tanto do ponto de vista tecnológico quanto financeiro. A decisão estratégica de utilizar essa oportunidade para adensar a cadeia produtiva da indústria do petróleo no Brasil implicará, ainda, esforço adicional. Cálculos preliminares estimam investimentos da ordem de US\$ 700 bilhões a serem realizados nas próximas décadas. O esforço para equacionar o financiamento será um enorme desafio, e oferecerá condições de manter a demanda do País com vistas a proporcionar uma riqueza futura.

A gestão da política econômica exemplifica a centralidade da inclusão social. Medidas destinadas a desonerar a cesta básica, melhorar o acesso ao crédito, financiar pequenos produtores e facilitar os trâmites para aposentadoria procuraram sustentar a renda dos menos favorecidos. Outras ações buscaram reforçar os direitos humanos básicos e combater as desigualdades raciais e de gênero. Em 2008, o Bolsa Família atingiu 10,55 milhões de famílias. Os gastos com o programa representaram 0,41% do PIB.

Dentre os programas sociais, além do Bolsa Família, deve ser destacado o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). Na Educação Básica, a adesão das unidades da Federação ao plano foi concluída. Outro avanço foi efetivado com a criação do piso salarial nacional para professores de escolas públicas, que foi regulamentado pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, fruto de projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 2007.

Considerando as metas e resultados do PDE, dos 850 pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) previstos para 2011, 558 foram implantados até novembro de 2008. No Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), foram investidos de R\$ 3,2 bilhões, até novembro desse exercício. Diversas outras medidas (ProInfância, Caminho da Escola, Proinfo, Brasil Alfabetizado) procuraram melhorar qualitativamente o ensino básico e apoiar a expansão do ensino técnico, criando novas escolas, novas universidades federais e novos *campi*. Tudo isso parte do princípio de que a inclusão social somente se sustentará no futuro se criarmos agora condições para educar a população brasileira.

Diversos programas específicos foram implementados ou acelerados no ano de 2008, como o Projovem, que teve aproximadamente 436.000 vagas preenchidas até novembro de 2008; o PAC Funasa, que destina para o período 2007/2010 R\$ 4 bilhões para saneamento básico em pequenas comunidades e áreas quilombolas, indígenas, assentamentos e de interesse epidemiológico; e o Programa Mais Saúde, que conseguiu resultados expressivos até novembro de 2008, como a implantação de 509 farmácias populares, para uma meta de 400, a formação de 29.200 equipes de Saúde da Família e a implementação de 671 centros odontológicos.

No Programa Territórios da Cidadania, o maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no País, foi promovida a implantação de 60 territórios em 2008, envolvendo 963 Municípios, beneficiando 1,3 milhão de famílias de assentados da reforma agrária, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais. Para 2009, está prevista a aplicação de R\$ 12,9 bilhões em 178 ações.

Ainda que o Brasil permaneça um País desigual, os avanços realizados nos últimos anos são significativos, especialmente se comparados a outros países em desenvolvimento. O pujante mercado interno, que foi sensivelmente aumentado nos últimos seis anos, terá um papel de destaque na superação da crise internacional.

Dentre as medidas anticíclicas para enfrentar a crise destaca-se também a manutenção do investimento social, que garante uma rede de proteção aos mais pobres e sustenta o nível de demanda. A Política de Valorização do Salário Mínimo, juntamente com o Bolsa Família, não apenas garante direitos, mas proporciona simultaneamente a expansão do mercado interno, reduzindo a pobreza e a desigualdade. A geração de mais renda possibilita concomitantemente mais consumo e, assim, mais produção e mais emprego, configurando um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Os resultados da inclusão social já foram estatisticamente comprovados por diversos estudos técnicos. Exemplo disso foi o estudo publicado em agosto de 2008 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitanos”, segundo o qual a pobreza caiu nas seis principais regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), de 35% da população em 2003, para 24,1% em 2008.

É de fundamental importância ressaltar que o atual ciclo de crescimento une inclusão social e redução das desigualdades de renda como componentes fundamentais da política de desenvolvimento. Assim sendo, os resultados dos investimentos nas políticas sociais dos últimos anos já são observados nos principais indicadores, como já exemplificado. No período de 2001 a 2007, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovou a ocorrência da maior redução histórica no coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda: já são seis anos de queda contínua na desigualdade. Tal resultado deve ser ratificado com os dados de 2008.

No que se refere aos aperfeiçoamentos institucionais, em 2008 continuou a agenda de reformas com a aprovação e a implementação de medidas com impacto relevante sobre o funcionamento de nossa economia.

A criação do Fundo Soberano foi a maneira de atrelar a prosperidade presente ao bem-estar das gerações futuras. Outra iniciativa em termos de reforma institucional foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, além da elaboração de novo marco institucional para determinados setores da área de infra-estrutura, a exemplo do setor portuário.

Entre as mudanças institucionais, pode-se destacar, cronologicamente: em abril, a redução da CIDE sobre combustíveis para evitar o aumento da gasolina e atenuar aumento no diesel; em maio, a ampliação das quotas de importação de trigo e desoneração de trigo, farinha e pão francês do PIS-COFINS, e a renegociação da dívida agrícola pela Medida Provisória nº 432, além da submissão da proposta do citado Fundo Soberano ao Congresso Nacional; no mesmo mês, o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo; em setembro, a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar a proposta para o Pré-sal.

Esses são apenas alguns exemplos dos avanços institucionais implementados em 2008, os quais foram complementados por uma série de outras medidas de alcance mais restrito, mas que, no conjunto, contribuem de forma relevante para o funcionamento mais eficiente de nossa economia.

Para 2009, considera-se que a manutenção do ritmo dos investimentos não deve ser comprometida para sustentar o crescimento. O Governo pretende ampliar a execução de obras, como as do PAC, reduzir gastos de custeio, executar investimentos por meio das empresas estatais, bem assim implementar outras medidas de estímulo à atividade econômica.

Em suma, a combinação do aumento da renda, da manutenção da rede de proteção social, da redução esperada da inflação e das taxas de juros faz com que a agenda de política econômica e social para 2009 possa contemplar, mesmo com dificuldades no início do ano, um horizonte com manutenção do crescimento e da estabilidade macroeconômica com inclusão social.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Relatório Anual sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho (art. 130-A, § 2º, V da Constituição)



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente

Antonio Fernando Barros e Silva de Souza

Corregedor Nacional

Osmar Machado Fernandes

Conselheiros:

Ivana Auxiliadora Mendonça Santos

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Diaulas Costa Ribeiro

Cláudio Barros Silva

Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Sandro José Neis

Fernando Quadros Silva

Paulo Freitas Barata

Francisco Ernando Uchôa Lima

Alberto Machado Cascais Meleiro

Sérgio Alberto Frazão do Couto

Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva

Conselho Nacional do Ministério Público

Relatório Anual - 2008

APRESENTAÇÃO

Ao final de cada ano, o Conselho Nacional do Ministério Público deve elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI, como determina o art. 130-A da Constituição Federal.

Em cumprimento desta determinação, até 2007, o Conselho apresentou resultados de sua ação no controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, sendo esta sua competência basilar, expressa no texto constitucional.

O objetivo deste relatório é descrever as atividades deste Conselho, mas desta vez, além daquelas tradicionalmente relatadas, voltadas para o controle, são apresentados os esforços realizados para abordar o planejamento estratégico do Ministério Público, ainda um desafio.

Um passo decisivo nesta direção foi a mudança de sede, indispensável à expansão da estrutura administrativa e tecnológica do CNMP, realizada neste ano. Também teve início o estabelecimento de maior contato com os ramos ministeriais, principalmente pela organização de dois encontros presenciais com representantes de todos os Ministérios Públicos para discutir temas relacionados ao envio de dados ao Conselho.

O processo de elaboração do Programa de Modernização do Ministério Público, o Pró-MP, foi uma atividade constante, voltada para o planejamento estratégico do Ministério Público brasileiro. Aprovado pelo Plenário em setembro deste ano, o Programa tem como objetivo principal alcançar o fortalecimento, a eficácia, a visibilidade, o compartilhamento de objetivos e a definição de estratégias necessários à modernização do Ministério Público brasileiro, por intermédio de ações planejadas e coordenadas, assim como de reestruturação e de estabelecimento de mecanismos de interação com a sociedade.

Ampliar a transparência da atuação do Ministério Público pela construção de indicadores de desempenho apropriados e pela concepção e implementação de integração de sistemas do MP foram temas abordados de diversas perspectivas neste ano.

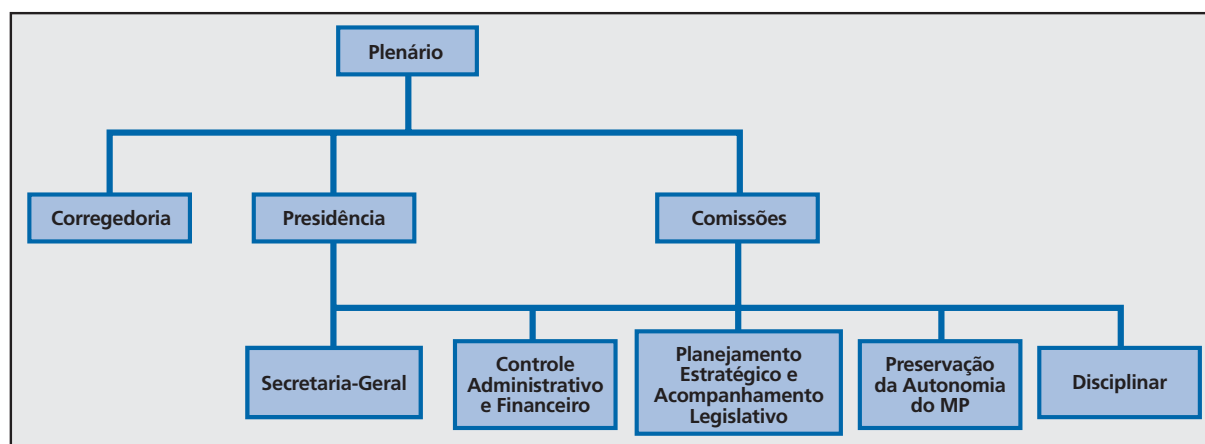
O relatório é, portanto, uma cronologia dos esforços empreendidos. compõe-se de duas partes: resultados de 2008 e algumas considerações que indicam ser recomendável continuar em 2009 as ações iniciadas em 2008.

I – O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Organização Interna e Funcionamento

Conforme o teor do Regimento Interno, recentemente alterado pela Resolução 31/CNMP, são órgãos do Conselho Nacional do Ministério Público o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional, as Comissões e a Secretaria-Geral.

A estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público pode ser vislumbrada no organograma abaixo:



Essa estrutura foi ampliada após a Resolução 25/CNMP e a Portaria SG 03/2008, as quais criaram, respectivamente, o Núcleo de Ação Estratégica (item 1.5.1) e o Núcleo de Acompanhamento das Decisões do Conselho (item 1.5.2).

O CNMP iniciou suas atividades de 2008 com sede na Procuradoria-Geral da República. No entanto, a Secretaria-Geral atuou no sentido de providenciar a mudança do CNMP para sede própria, localizada no endereço SHIS QI 03, Lote A, Blocos B e E, Edifício Terracota, no Lago Sul, onde atualmente o Conselho exerce suas atividades.

A partir da disposição organizacional acima mencionada, e nos termos do art. 130-A, § 2º, V, serão relatadas as atividades do Conselho no ano de 2008.

1.1. Plenário

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal. Entre as competências do CNMP podem ser destacadas as seguintes: controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros; o zelo pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público; e o planejamento estratégico do Ministério Público nacional.

É nesse sentido que o Plenário do CNMP tem se pautado. O órgão não possui formação exclusiva de membros do Ministério Público. A sua composição é plural. Além de representantes do Ministério Público, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil e de cidadãos indicados pelas casas do Poder Legislativo.

Inequivocamente, essa composição plural contribui para o enriquecimento dos trabalhos e atribuições desse órgão de índole constitucional.

1.1.1. Sessões do Plenário

As sessões do Plenário podem ser ordinárias ou extraordinárias. Em 2008, foram realizadas 12 sessões ordinárias e 10 sessões extraordinárias nas datas seguintes:

Sessões ordinárias	Sessões extraordinárias
30 de janeiro	-
25 de fevereiro	26 de fevereiro
10 de março	31 de março
7 de abril	28 de abril
5 de maio	19 de maio
2 de junho	16 de junho
7 de julho	-
4 de agosto	18 de agosto
1 de setembro	22 de setembro
6 de outubro	20 de outubro
3 de novembro	17 de novembro
1 de dezembro	15 de dezembro

Nas 22 sessões, foram julgados 451 processos pelo Colegiado; 20 em média.

1.1.2. Principais Decisões do Plenário

A partir dos processos julgados ou paralelamente a eles, o Plenário decidiu sobre temas relevantes para o Ministério Público, destacando-se os seguintes:

- Aprovação do novo Regimento Interno do Conselho, por meio da Resolução nº 31/CNMP/2008;
- Aprovação do Relatório da Corregedoria Nacional sobre a atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial e na fiscalização do cumprimento das sanções penais e de medidas socioeducativas. Entre outras medidas, os Conselheiros determinaram que os Ministérios Públicos da União e dos Estados revisem seus atos normativos acerca desses temas, prevendo: a) periodicidade mínima de visitas e inspeções não superior a trimestral; b) elaboração de relatórios sobre as visitas realizadas, com imediato encaminhamento à respectiva Corregedoria; c) exame dos termos de controle de armas apreendidas e da destinação dada a elas; d) adequação de mecanismos para fiscalizar a execução das quebras de sigilo de comunicações, na forma da lei. Além disso, foi decidida a instauração de uma Comissão temporária no CNMP para monitorar, por um período inicial de seis meses, o cumprimento dos Ministérios Públicos da realização periódica de visitas a estabelecimentos

policiais, penais e destinados a ações socioeducativas. A Comissão será formada pelos Conselheiros Sandro Neis (Presidente), Cláudio Barros e Maurício de Albuquerque;

- Expedição de recomendação aos Chefes dos Ministérios Públicos da União e dos Estados para que utilizem os meios judiciais e extrajudiciais cabíveis, a fim de invalidar atos que propiciem a redução da receita corrente e resultem em diminuição artificial do valor de despesa total de pessoal nas instituições (735/2007-07);
- Aprovação do Programa de Modernização do Ministério Público, o Pró-MP. Esse Programa tem por objetivo o desenvolvimento planejado, sustentável e estrutural do Ministério Público brasileiro, com a ampliação dos mecanismos de interação com a sociedade, o fortalecimento dos mecanismos de efetivação de políticas públicas e a modernização da gestão do Parquet;
- Aplicação de pena de suspensão por 90 dias a Procurador de Justiça do Ministério Público do Amazonas, por desvio de verba de fundo previdenciário do Amazonas (Amazonprev) de fornecedores e da remuneração de funcionários ativos e inativos durante a gestão compreendida entre março de 2005 a dezembro de 2006;
- Decisão de não-vitaliciamento a Promotor de Justiça de São Paulo, acusado de matar a tiros um jovem e ferir outro em dezembro de 2004, em Bertioga, no litoral paulista;
- Estabelecimento de parâmetros para a indicação e designação de membros do Ministério Público em 1º grau para exercer função eleitoral (Resolução nº 30/CNMP);
- Determinação ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí a devolução ao erário os gastos referentes à distribuição diária de café da manhã para membros e servidores do edifício-sede da Procuradoria-Geral local;
- Regulamentação do conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público (Resolução 29/CNMP);
- Regulamentação da vedação do exercício da advocacia por parte dos Servidores do Ministério Público da União e dos Estados (Resolução 27/CNMP);
- Disposição sobre a inserção, nos sítios institucionais, de dados funcionais dos membros do Ministério Público e das atribuições dos respectivos órgãos (Recomendação 10/2008-CNMP);
- Disposição sobre a necessidade de revisão dos contratos administrativos referentes a terceirização de serviços no âmbito dos Ministérios Públicos, em razão da redução da alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS de 8,5% para 8%, a partir de 1º de janeiro de 2007 (Recomendação 09/2008-CNMP);
- Disposição sobre a necessidade de cumprimento do prazo estabelecido no artigo 185 do Código de Processo Civil, pelos Membros do Ministério Público nas manifestações processuais, na condição de custos legis, desde que não haja outro prazo previsto em lei (Recomendação 08/2008-CNMP);
- Determinação de que as sessões do Conselho Superior do Ministério Público Militar sejam públicas, exceto na hipótese concreta que diga respeito à intimidade de um dos envolvidos, o que deve ser demonstrado mediante decisão fundamentada.

1.2. Presidência

É um dos órgãos do Conselho Nacional do Ministério Público. Nos termos do art. 130-A, I, da Constituição Federal, a Presidência do CNMP é exercida pelo Procurador-Geral da República, cargo esse ocupado, atualmente, por Antonio Fernando Barros e Silva de Souza. Suas atribuições encontram-se previstas nos arts. 26, 28 e 29 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nesse ano de 2008, o CNMP firmou, por meio de seu Presidente, Termos de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, visando ao aperfeiçoamento do Ministério Público e da Justiça. Os termos dos Termos foram: desenvolvimento e implantação no Ministério Público do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PROJUDI e a inclusão do Ministério Público na Rede Nacional de Telecomunicações; acesso aos membros do Ministério Público da área da Infância e Juventude às informações do Cadastro Nacional de Adoção; permissão e regulamentação do acesso do CNMP ao Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa.

No que se refere à produção normativa institucional, as resoluções, recomendações e enunciados administrativos dispuseram sobre temas como: estabelecimento de parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1º grau; disposição sobre: necessidade de cumprimento do prazo estabelecido no artigo 185 do Código de Processo Civil, pelos membros do Ministério Público nas manifestações processuais, na condição de custos legis, desde que não haja outro prazo previsto em lei; necessidade de revisão dos contratos administrativos referentes à terceirização de serviços no âmbito dos Ministérios Públicos, em razão da redução da alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS de 8,5% para 8%, a partir de 1º de janeiro de 2007; inserção, nos sítios institucionais, de dados funcionais dos membros do Ministério Público e das atribuições dos respectivos órgãos; necessidade de encaminhamento de medidas judiciais e extrajudiciais, no sentido de inibir práticas ou invalidar atos normativos de quaisquer espécie que propiciem a redução de receita corrente e resultem em diminuição artificial do valor de despesa total de pessoal.

1.2.1. Atos Normativos

O Conselho Nacional do Ministério Público possui atribuição de expedir atos normativos, consistentes em resoluções, recomendações, enunciados administrativos, bem como outros atos de caráter administrativo.

Em 2008, foram aprovadas seis resoluções, dois enunciados e quatro recomendações. Segue, abaixo, o repertório dos atos normativos editados pelo Conselho neste ano.

1.2.1.1 Resoluções

Número 27

Disciplina o exercício da advocacia por parte dos servidores do Ministério Público dos Estados e da União. 10/03/2008. 08/04/2008, DJ, Seção 1, página 87;

Número 28

Revoga os artigos 4º e 5º da Resolução nº 21/2007, e altera o artigo 1º da Resolução nº 7/2006 e o item III do Enunciado nº 1/2006. 26/02/2008. 08/04/2008, DJ, Seção 1, página 87;

Número 29

Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências. 31/03/2008. 24/04/2008, DJ, Seção 1, página 228;

Número 30

Estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1º grau. 19/05/2008. 27/05/2008, DJ, Seção 1, página 159;

Número 31

Altera os dispositivos da Resolução nº 12, de 18 de setembro de 2006. 01/09/2008. 11/12/2008, DJ, Seção 1, páginas 18/23;

Número 32

Aprova novo Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. 01/12/2008. 09/12/2008, DJ, Seção 1, página 86.

1.2.1.2. Recomendações**Recomendação nº 08, de 7 de abril de 2008**

Dispõe sobre a necessidade de cumprimento do prazo estabelecido no artigo 185 do Código de Processo Civil, pelos membros do Ministério Público nas manifestações processuais, na condição de custos legis, desde que não haja outro prazo previsto em lei;

Recomendação nº 09, de 19 de maio de 2008

Dispõe sobre a necessidade de rever os contratos administrativos referentes à terceirização de serviços no âmbito dos Ministérios Públicos, em razão da redução da alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS de 8,5% para 8%, a partir de 1º de janeiro de 2007;

Recomendação nº 10, de 22 de setembro de 2008

Dispõe sobre a inserção, nos sítios institucionais, de dados funcionais dos membros do Ministério Público e das atribuições dos respectivos órgãos;

Recomendação nº 11, de 3 de novembro de 2008

Dispõe sobre a necessidade de encaminhar medidas judiciais e extrajudiciais, no sentido de inibir práticas ou invalidar atos normativos de quaisquer espécie que propiciem a redução de receita corrente e resultem em diminuição artificial do valor de despesa total de pessoal.

1.2.1.3. Enunciados Administrativos**Enunciado nº 05, de 3 de novembro de 2008**

Disciplina a formulação de consultas ao CNMP;

Enunciado nº 04, de 4 de agosto de 2008

Interpretação das resoluções nº 26 e 30 do CNMP.

1.2.2. Outros Atos

Além dos atos normativos acima ementados, o CNMP realizou a celebração de Termos de Cooperação Técnica com o CNJ.

1.2.2.1. Termos de Cooperação Técnica

Termo de Cooperação Técnica CNMP e CNJ (Assinado no dia 27/05)

- Termo de Cooperação Técnica que visa desenvolver e implantar no Ministério Público o Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PROJUDI e a inclusão do Ministério Público na Rede Nacional de Telecomunicações.

Com a implantação do sistema de processamento virtual, promotores e procuradores de todo o país podem emitir pareceres, apresentar petições e interpor recursos por meio eletrônico, sem o uso de papel. Além disso, o acesso dos membros do MP à Rede Nacional de Comunicação do Judiciário vai facilitar o intercâmbio de informações entre os membros;

Termos de Cooperação Técnica CNMP e CNJ (Assinados no dia 2/12)

- Termo de Cooperação Técnica para que os membros do Ministério Público da área da Infância e Juventude passem a ter acesso às informações do Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

O CNA foi criado em 2008, pelo Conselho Nacional de Justiça, para que os processos de adoção tenham mais rapidez, segurança e transparência. A ferramenta também faz a ligação entre todas as Varas da Infância e da Juventude e Varas de Família do país, formando um banco de dados unificado.

Com a assinatura do termo, o CNJ também passa a ter acesso ao módulo Criança e Adolescente (MCA), banco de dados nacional gerenciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, que permite acesso, em tempo real, aos dados de crianças e adolescentes que estão em abrigos;

- Termo de Cooperação Técnica que permite e regulamenta o acesso do CNMP ao Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa. Tem como metas compartilhar informações do banco de dados dos condenados, trocar informações e documentos quanto às ações transitadas em julgado por ato de improbidade administrativa, intercambiar apoio técnico-institucional e utilizar métodos e tecnologias para conferir maior efetividade às decisões do Poder Judiciário quanto aos condenados por ato de improbidade administrativa.

1.3. Corregedoria Nacional do MP

É um dos órgãos do Conselho Nacional do Ministério Público. O Corregedor Nacional é eleito entre os Conselheiros do CNMP, dentre os Membros do Ministério Público, para um mandato coincidente com o seu mandato de Conselheiro, na forma do art. 30 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público. A recondução ao cargo é proibida pela Constituição Federal.

Atualmente, a função é exercida pelo Procurador da Justiça Militar, Osmar Machado Fernandes, representante do Ministério Público Militar, eleito na sessão do Conselho Nacional do Ministério Público do dia 2 de julho de 2007, para o mandato 2007/2009.

As atribuições do Corregedor Nacional do Ministério Público estão previstas no § 3º do art. 130-A da Constituição Federal e regulamentadas no artigo 31 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, além daquelas que lhe forem conferidas pela lei. As atribuições e atuação específicas e detalhadas da Corregedoria Nacional encontram-se no Anexo deste Relatório.

1.4. Comissões

O Conselho Nacional do Ministério Público possui quatro comissões permanentes, responsáveis pelo estudo de temas e atos relacionados às competências do CNMP. Os presidentes de cada Comissão são eleitos pelo voto da maioria do Plenário do Conselho para mandato de um ano.

São Comissões Permanentes do Conselho:

1.4.1. Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro é formada pelos Conselheiros Cláudio Barros Silva, que a integra na qualidade de Presidente, Alberto Machado Cascais Meleiro e Paulo Freitas Barata.

Em 2008, a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro propôs a expedição de três recomendações aos Ministérios Públicos da União e dos Estados; apresentou três Propostas de Resolução aprovadas pelo Plenário; submeteu ao julgamento do Colegiado vinte e nove processos administrativos, entre Pedidos de Providências – PP, Procedimentos de Controle Administrativo – PCA, Propostas de Resolução – RES e Embargos de Declaração – ED; proferiu, por intermédio de seu Presidente, duas¹ decisões monocráticas e acompanhou diretamente o cumprimento de cinco Resoluções².

a) Recomendações

Por iniciativa da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, o Conselho Nacional do Ministério Público expediu, em 2008, três recomendações aos Ministérios Públicos da União e dos Estados, nos seguintes termos:

- **Recomendação nº 08, de 7 de abril de 2008**, publicada no Diário de 17/04/2008, para que os membros do Ministério Público colaborem com a efetiva celeridade processual, observando, em suas manifestações processuais, na condição de custos legis, o prazo estabelecido no artigo 185, do Código de Processo Civil, caso não haja outro prazo previsto em lei. A Recomendação foi aprovada em decisão plenária de 7 de abril de 2008, no julgamento do proc. 469/2006-42, e encaminhada a todos os Procuradores-Gerais de Justiça, os quais, em sua quase totalidade, a divulgaram no âmbito da respectiva esfera de atuação, por meio da publicação em Diários Oficiais ou do encaminhamento de mensagens eletrônicas e de ofícios circulares;
- **Recomendação nº 09, de 19 de maio de 2008**, publicada no Diário da Justiça de 30/05/2008, que dispôs sobre a necessidade de redução dos preços previstos nos contratos de terceirização de serviços no âmbito dos Ministérios Públicos, em função da alteração da alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, de 8,5% para 8%, em vigor desde 01/01/2007, em conformidade com os dispositivos da Lei Complementar nº 110/2001. A Recomendação foi aprovada em 7 de abril de 2008, no julgamento do Procedimento de Controle Administrativo

1 – Pedidos de Providências nº 922/2008-82 e nº 749/2007-31.

2 – Os textos das Recomendações e das Resoluções aprovadas no âmbito do CNMP, bem como das decisões colegiadas e monocráticas proferidas no bojo dos processos citados, estão disponíveis, na íntegra, no sítio do Conselho Nacional do Ministério Público (www.cnmp.gov.br).

nº 318/2008-56 – instaurado por provocação do Tribunal de Contas da União –, e encaminhada a todos os Procuradores-Gerais de Justiça, com a indicação de que fosse avaliada, por cada Instituição Ministerial, a relação custo/benefício de se proceder à reformulação dos cálculos de contratação e de se buscar o ressarcimento, por vias administrativa ou judicial, das quantias cobradas e pagas a maior. A grande maioria dos Ministérios Públicos manifestou-se no sentido de que vem observando, nas contratações posteriores a janeiro de 2007, as disposições constantes da Recomendação nº 09, havendo divergência, no âmbito de cada Ministério Público, quanto à análise da conveniência da cobrança, judicial ou administrativa, da diferença verificada nos contratos firmados em data anterior a 1º de janeiro de 2007;

- **Recomendação nº 11, de 3 de novembro de 2008**, publicada no Diário da Justiça, Seção Única, de 25/11/2008, a todos os Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, a fim de que fossem promovidas as ações judiciais e extrajudiciais cabíveis, no sentido de inibir práticas ou invalidar atos normativos de quaisquer espécie que propiciem a redução de receita corrente e resultem em diminuição artificial do valor da despesa total de pessoal. Tal recomendação foi aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional em 3 de novembro de 2008, ao apreciar o Pedido de Providências nº 0.00.000.000735/2008-07, no bojo do qual foram examinadas diversas situações de descumprimento da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, por parte dos Poderes e Órgãos dos Estado. A Recomendação foi encaminhada a todos os Ministérios Públicos, em fins do exercício de 2008. Para o acompanhamento das providências adotadas para a fiscalização da arrecadação, no âmbito de cada uma das Unidades do Ministério Público, foram instaurados Procedimentos de Controle Administrativo, atualmente em trâmite.

b) Projetos de Resolução apresentados

- **Disciplinamento da residência fora na comarca do membro do MP:** De acordo com o art. 129, § 2º, da Constituição Federal, os membros do Ministério Público devem residir no local onde exercem as suas atribuições. Não obstante, a Emenda Constitucional nº 45/2004, ao impor que os membros do Ministério Público residam no local onde exercem suas atribuições, permitiu a autorização para residir fora da Comarca, em casos excepcionais, pelo Chefe da Instituição. Com o fim de disciplinar a residência na Comarca dos membros do Ministério Público, a Comissão de Controle Administrativo, no bojo do Processo nº 586/2007-97, apresentou Proposta de Resolução que, aprovada em 17/12/2008, vigora, atualmente, sob o nº 26;
- **Alteração da Resolução nº 12/2006:** A Comissão de Controle Administrativo apresentou, na 9ª Sessão Extraordinária deste Conselho Nacional, realizada em 17 de novembro de 2008, projeto de Resolução com o fim de alterar dispositivos da Resolução nº 12/2006, com a redação dada pela Resolução nº 25/2007. A proposta, aprovada na Sessão de 1º de dezembro de 2008, compõe o texto da Resolução nº 32/2008, por meio da qual se prevê a necessidade do encaminhamento, pelos Chefes da Instituição Ministerial, ao Conselho Nacional do Ministério Público, de relatório que contenha informações referentes à estrutura administrativa e tecnológica, à execução orçamentária e aos comprometimentos quadrimestrais com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O termo final para o encaminhamento de tais dados passa a ser, com a aprovação da Resolução nº 32/2008, o final do mês de janeiro do ano subsequente ao respectivo exercício financeiro;
- **Alteração da Resolução nº 06/2006, com as modificações dadas pela Resolução nº 19/2007:** As Resoluções nº 06/2006 e nº 19/2007 regulam a efetivação do artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, por parte dos Ministérios Públicos dos Estados. A Resolução CNMP nº 06/2006 prevê que os Procuradores-Gerais de Justiça deverão encaminhar ao Poder Legislativo proposta de regulamentação do art. 37, V, da Constituição Federal, a qual deverá:

1) dispor sobre as condições e os percentuais mínimos de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos e 2) corrigir “eventual desvirtuamento da regra constitucional, para que sejam acometidas aos ocupantes de cargos comissionados exclusivamente atribuições de direção, chefia e assessoramento” (art. 2º). A Resolução nº 19/2007, por sua vez, acrescentou parágrafo único ao art. 2º, da Resolução CNMP nº 06/2006, em que se lê que “os Ministérios Públicos dos Estados terão o prazo de 90 (noventa) dias para elaborar ato normativo interno do qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados, cujos titulares somente poderão desempenhar funções de direção, chefia e assessoramento”.

Com o fim de conferir tratamento isonômico entre as diversas unidades ministeriais, garantindo o caráter nacional do Ministério Público, a Comissão de Controle Administrativo apresentou, em 1º de dezembro de 2006, Proposta de Resolução para estender os termos da Resolução nº 06/2006, com as modificações dadas pela Resolução nº 19/2007, ao Ministério Público da União.

c) Resoluções acompanhadas pela Comissão

- **Cumprimento da Resolução nº 26/2007:** A Resolução nº 26/2007, que disciplina a residência na Comarca pelos membros do Ministério Público e determina outras providências, prevê, em seu art. 8º, que os Ministérios Públicos dos Estados e da União deverão editar ato administrativo, em até sessenta dias, contados de sua publicação, contendo as normas gerais para a excepcional expedição de autorização ao membro do Ministério Público para residir fora da respectiva Comarca de lotação. Dispõe, ainda, que “os Procuradores-Gerais informarão, em até noventa dias da publicação desta Resolução, as providências adotadas no seu âmbito de administração” (art. 9º).

O acompanhamento da implementação dos dispositivos citados vem sendo feito pela Comissão de Controle Administrativo, no bojo do processo nº 586/2007-97. No curso do procedimento, verificou-se que os Ministérios Públicos dos Estados e da União, em sua quase integralidade, editaram os atos normativos a que se referem os arts. 8º e 9º da Resolução nº 26/2008.

A Resolução nº 26/2008 prevê condições específicas para a concessão de autorização, em caráter excepcional, para a residência fora da Comarca. Determina, ainda, que a residência fora da Comarca ou do local onde o membro do Ministério Público exerce a titularidade de seu cargo, sem a devida autorização, caracteriza infração funcional, sujeita a processo administrativo disciplinar (arts. 2º, 3º, 4º e 5º). Com o fim de acompanhar a efetividade de tais disposições, foram solicitados aos Ministérios Públicos: que informassem quais dos membros têm residência fora da Comarca de lotação; se os membros em tal situação estão devidamente autorizados, por atos normativos da Chefia da Instituição; e se há procedimento administrativo instaurado contra aqueles membros do Ministério Público que permanecem descumprindo os comandos constitucionais e normativos relativos à matéria. Tal diligência encontra-se em curso, ao término do exercício de 2008;

- **Cumprimento da Resolução nº 02/2005:** A Resolução de nº 02 dispõe sobre os critérios para as promoções e remoções por merecimento de membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados e vem sendo acompanhada conjuntamente pelo Núcleo de Acompanhamento de Decisões e pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro.

Em 20/10/2008, o Plenário do Conselho Nacional, analisou a observância às disposições da Resolução nº 02/2005, pelos Ministérios Públicos de Goiás, do Pará, de Alagoas, do Amapá, de Roraima, do Trabalho e Militar, no julgamento do Pedido de Providências nº

988/2007-91, da Relatoria do Conselheiro Cláudio Barros. Conclui-se, na oportunidade, pela necessidade de se proceder algumas supressões e alguns acréscimos nos atos normativos emanados pelos Ministérios Públicos de Goiás, do Pará, de Alagoas, do Amapá, de Roraima e do Trabalho, de maneira a adequá-los à Resolução nº 02/2005. A Comissão de Controle Administrativo, em acompanhamento à efetividade de tal decisão, comunicou o resultado do julgamento aos Ministérios Públicos citados e a necessidade de se proceder à alteração dos atos normativos analisados, no prazo de 30 dias. Tal diligência encontra-se em curso, sendo que, até o momento, procederam à adequação dos atos normativos, nos termos da decisão do Conselho, os Ministérios Públicos do Pará e do Amapá.

O NAD tem acompanhado o cumprimento da Resolução pelos NAD Ministérios Públicos dos Estados de Sergipe, Rio Grande do Sul, Paraíba, Espírito Santo, Rondônia, Rio Grande do Norte, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Acre, Distrito Federal, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e pelo Ministério Público Federal³;

- **Cumprimento da Resolução nº 03/2005:** A Comissão de Controle Administrativo também tem se empenhado na criação de mecanismos que possam conferir maior efetividade à Resolução nº 03/2005, a qual versa sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais por membros do Ministério Público da União e dos Estados. A questão é objeto do Pedido de Providências nº 746/2007-06.

A Resolução nº 03/2005, dentre outras determinações, fixa limite máximo de horas/aula a serem ministradas pelos membros do Ministério Público docentes, prevê a necessidade de compatibilidade entre o horário das aulas ministradas e a jornada de trabalho cumprida e exclui das atividades de magistério aquelas exercidas na qualidade de diretor de entidades de ensino (art. 1º e art. 2º, *caput* e parágrafo único). Estabelece, também, que o exercício das atividades de docência deverá ser comunicado ao Corregedor-Geral do respectivo Ministério Público, que, diante de eventual irregularidade, tomará as medidas necessárias, afetas ao escopo de suas atribuições (art. 5º).

Com a finalidade de aprimorar os mecanismos de controle das atividades de magistério exercidas pelos membros do Parquet e contribuir para o exercício da atividade fiscalizatória das Corregedorias-Gerais, a que se refere o art. 5º, da Resolução nº 03/2008, a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro solicitou o apoio técnico da Secretaria-Geral do Conselho Nacional, para a criação de sistema de cadastramento eletrônico dos dados relativos ao exercício das atividades de magistério, a ser operacionalizado por meio do preenchimento de formulários eletrônicos, disponibilizados no sítio do Conselho Nacional do Ministério Público. A viabilidade operacional do desenvolvimento de tal sistema e da implementação de seus mecanismos de alimentação encontra-se em fase de avaliação;

- **Cumprimento das Resoluções nº 06/2006 nº 19/2007:** A Resolução CNMP nº 06/2006 prevê que os Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados deverão encaminhar ao Poder Legislativo proposta de regulamentação do art. 37, V, da Constituição Federal, a qual deverá: 1) dispor sobre as condições e os percentuais mínimos de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos; e 2) corrigir “eventual desvirtuamento da regra constitucional, para que sejam acometidas aos ocupantes de cargos comissionados exclusivamente atribuições de direção, chefia e assessoramento” (art. 2º). A Resolução nº 19/2007, por sua vez, acrescentou parágrafo único ao art. 2º, da Resolução CNMP nº 06/2006, em que se lê que “os Ministérios Públicos dos Estados terão o prazo de 90 dias para elaborar ato normativo interno do qual conste as atribuições de todos os

3 – A esse respeito, sugere-se a leitura da parte do relatório relativa às atividades do NAD.

cargos comissionados, cujos titulares somente poderão desempenhar funções de direção, chefia e assessoramento”.

A Comissão de Controle Administrativo, em 2008, no bojo do Pedido de Providências nº 749/2007-31, oficiou aos Chefes dos Ministérios Públicos estaduais, solicitando esclarecimentos acerca da efetiva adoção das medidas discriminadas pelas Resoluções. Verificou-se que, à exceção de dois Ministérios Públicos estaduais, os demais possuíam atos normativos internos regulamentando as atribuições dos cargos em comissão de direção de direção, assessoramento e chefia, ou os formularam, no curso das diligências. Constatou-se também que, até o momento, à exceção de três Ministérios Públicos, os demais encaminharam ao Poder Legislativo propostas de regulamentação do art. 37, V, da Constituição Federal, dispondo sobre os percentuais mínimos de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos.

d) Outros Processos

Além dos processos no bojo dos quais se deu a aprovação e o acompanhamento de Recomendações e Resoluções, tramitaram junto à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, em 2008, 107⁴ processos, com destaque para aqueles em que se trataram dos seguintes temas:

- Regulamentação do regime de plantão e verificação da existência de sistema de compensação para os membros do Ministério Público: Na 6ª Sessão Ordinária do Conselho, realizada em 2 de julho de 2008, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, no julgamento do Procedimento de Controle Administrativo nº 55/2008-85, da Relatoria do Conselheiro Paulo Barata, determinou o cancelamento de ato normativo no qual se previa folga compensatória para os membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco, pelos dias trabalhados em regime de plantão. Destacou-se, naquela oportunidade, que os membros do Ministério Público, na qualidade de agentes políticos, assumem o compromisso, inerente a seu cargo, de se manterem à disposição dos jurisdicionados, em regime de trabalho que lhes impõe dedicação especial, sem que tal disponibilidade seja acompanhada de qualquer retribuição adicional àquelas já percebidas, seja mediante pagamento em espécie, seja mediante concessão de folgas.

Determinou-se, na ocasião, a instauração de Procedimentos de Controle Administrativo para análise dos atos normativos que disciplinam a sistemática de plantão no âmbito dos demais Ministérios Públicos. Face a tal decisão, instaurou-se os processos assinalados, os quais foram instruídos com informações apresentadas por todos os Ministérios Públicos. Em parte, tais processos foram apreciados pelo Plenário do Conselho, estando, os demais, pautados para julgamento;

- Adicionais por tempo de serviço, adquiridos antes de setembro de 2006: No julgamento dos Pedidos de Providências nºs 775/2007-60 e 977/2007-10, ocorrido em 7 de julho de 2008, da relatoria do Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público reconheceu o direito dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia, submetidos ao sistema de subsídio, de perceberem o adicional por tempo de serviço, até o mês de setembro de 2006, uma vez que foi esse o prazo fatal para os Ministérios Públicos se adequarem, de acordo com os termos da Resolução nº 09/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em conformidade com o julgamento citado, no bojo do Pedido de Providências nº 922/2008-82, reconheceu-se, também, o direito de todos os membros do Ministério Público da Paraíba, submetidos ao sistema de subsídio, de perceberem o adicional por tempo de serviço até o mês de setembro de 2006.

4 – Dos quais 25 processos foram encerrados em 2008 e 82 encontram-se em curso, seja em fase de acompanhamento do cumprimento do julgado, seja em fase de instrução.

- **Controle e fiscalização da jornada de trabalho dos servidores dos Ministérios Públicos:** No julgamento do Pedido de Providências nº 490/2007-29, ocorrido em 7 de julho de 2008, o Plenário do Conselho Nacional determinou a instauração de procedimentos para o controle e a fiscalização da jornada de trabalho dos servidores de cada Ministério Público, e a posterior remessa dos autos à Comissão de Controle Administrativo, com vistas à análise da carga horária semanal por eles cumprida, da forma de controle do registro de ponto e das hipóteses de autorização para cumprimento de jornada de trabalho em regime especial, com a devida compensação. Em cumprimento, foram instaurados, no âmbito da Comissão de Controle Administrativo, os Pedidos de Providências cujos números são discriminados ao lado e que se encontram, atualmente, em fase de instrução.

1.4.2. Comissão Disciplinar

A Comissão Disciplinar é composta por seu Presidente, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, e pelos seus Membros, Sandro José Neis e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. Tramitam, no âmbito da Comissão Disciplinar, dois processos administrativos:

- a) **95/2007-46:** Requer a Criação de Grupo de Trabalho para estudar a criação de um Código de Conduta para o Ministério Público;
- b) **77/2007-64:** Levantamento de informações sobre processos civis e criminais que o Ministério Público move contra seus Membros.

Importante enfatizar que os feitos disciplinares, de acordo com o Regimento Interno do Conselho, são dirigidos à Corregedoria, onde são instruídos e posteriormente distribuídos a Conselheiros Relatores. Já os processos dessa Comissão referem-se, tão-somente, a temas de ordem disciplinar que mereçam a elaboração de estudos, ou seja, são processos de ordem abstrata.

1.4.3. Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo

Essa Comissão é formada por seu Presidente, Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, e por seus Membros, Sandro José Neis e Fernando Quadros da Silva.

A Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, juntamente com o Núcleo de Ação Estratégica (criado pela Resolução nº 25), acompanharam, no ano de 2008, o cumprimento das Resoluções nºs 12 e 25, que versam sobre o envio de informações de caráter funcional, administrativo e orçamentário, por parte de todos os ramos do Ministério Público.

a) Planejamento Estratégico

No cumprimento dessa atribuição, a Comissão, juntamente com o Núcleo de Ação Estratégica, participou da elaboração do Programa de Modernização do Ministério Público, o Pró-MP. Esse Programa tem por objetivo o desenvolvimento planejado, sustentável e estrutural do Ministério Público brasileiro, com a ampliação dos mecanismos de interação com a sociedade, o fortalecimento dos mecanismos de efetivação de políticas públicas e a modernização da gestão do Parquet.

Por outro lado, considerando a necessidade do estabelecimento de parâmetros uniformes e objetivos mínimos a serem observados no Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, na indicação ao Procurador Regional Eleitoral dos Promotores de

Justiça que atuarão na primeira instância da Justiça Eleitoral, a Comissão elaborou e apresentou ao Conselho projeto relativo ao estabelecimento de parâmetros para a indicação e designação de membros do Ministério Público em 1º grau para exercer função eleitoral. Tal projeto foi aprovado pelo Plenário, nos termos da Resolução nº 30/CNMP.

Além disso, a Comissão realizou o acompanhamento do preenchimento do questionário eletrônico da Resolução nº 25, que trata do envio de dados de ordem funcional por parte dos ramos do Ministério Público da União e dos Estados.

Nesse sentido, a Comissão organizou, em Brasília, dois eventos:

a.1) 1º Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo

O evento foi realizado nos dias 26 e 27 de agosto na sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região. O encontro teve por finalidade aproximar os diversos ramos do Ministério Público; estabelecer um canal permanente de comunicação dos setores encarregados de prestar informações ao CNMP; revisar os dados da Resolução nº 12; e discutir termos da Resolução nº 25.

a.2) Encontro Nacional de Integração Tecnológica do Ministério Público

O evento foi realizado nos dias 11 e 12 de novembro também na sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Participaram do evento membros e servidores, representantes de todas as unidades do Ministério Público (da União e dos Estados) ligados à área da Corregedoria e da Tecnologia da Informação.

O objetivo do evento foi o de discutir parâmetros de controle administrativo e de desempenho institucional dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, além de questões relacionadas ao direcionamento tecnológico, infra-estrutura, taxonomia e uniformização estatística, sistemas informatizados e processo eletrônico.

Como resultado desse encontro, foi criado o Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público. A finalidade do Comitê é a promoção da uniformização e da integração no direcionamento tecnológico dos Ministérios Públicos da União e dos Estados. Para isso, contará com quatro grupos de discussão permanentes: sistemas de informação; infra-estrutura; taxonomia e estatística; e governança de tecnologia de informação.

O evento contou com o apoio do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça dos MPs dos Estados e da União (CNPJ), do Ministério Público Federal (MPF) e das associações de classe dos membros do Ministério Público (ANPR, CONAMP, ANPT, ANMPM e AMPDFT).

b) Acompanhamento Legislativo

No que se refere à sua competência em acompanhar procedimentos legislativos perante o Congresso Nacional, a Comissão tem acompanhado diversas proposições, dentre as quais podem ser destacadas as seguintes:

b.1) No Senado Federal

- PEC nº 37/2006: Visa alterar a redação do Capítulo III (Da Segurança Pública), do Título V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), da Constituição Federal;

- PL nº 671/2007: Visa conceder autorização aos Poderes da República e ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências necessárias para a efetiva divulgação mensal dos gastos públicos de natureza indenizatória.

b.2) Na Câmara dos Deputados

- PEC nº 244/2008: Visa alterar a estrutura do Conselho Nacional de Justiça;

- PEC nº 192/2007: Visa estabelecer a obrigatoriedade, para juízes e Tribunais, de comunicarem ao Conselho Nacional de Justiça, semestralmente, o andamento dos processos que presidem, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública;

- PEC nº 184/2007: Dispõe sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dá outras providências;

- PEC nº 487/2005 e LC 28/2007: Visam legitimar o Defensor Público-Geral a propor ADI, ADC, incidente de deslocamento de competência nos casos de grave violação de direitos humanos e tutela judicial e extrajudicial de interesses coletivos;

- PL nº 1.192/2007: Visa estabelecer a obrigatoriedade de comunicação também ao CNJ e ao CNMP as providências adotadas e a fase processual em que se encontram os procedimentos instaurados em decorrência das conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;

- PL nº 265/2007: Visa alterar a Lei de Ação Civil Pública, a Lei de Ação Popular e a Lei de Improbidade Administrativa;

- PL nº 6.745/2006: Visa modificar a Lei 7.347/85;

- PL nº 1.149/2007: Institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências;

- PDC nº 128/2007 e PDC 322/2007: Visam sustar os efeitos da Resolução CNMP nº 20/2007.

Além do acompanhamento dos procedimentos legislativos acima elencados, diversos processos administrativos encontram-se em trâmite na Comissão e versam, principalmente, sobre temas relevantes ao Ministério Público.

1.4.4. Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público é formada pelo seu Presidente, Diaulas Costa Ribeiro, e por seus Membros, Raimundo Nonato de Carvalho Filho e Francisco Ernando Uchôa Lima.

Em 2008, tramitou perante a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, uma Reclamação para a Preservação da Autonomia do Ministério Público, sob o nº 71/2008-78, a qual foi decidida monocraticamente, pelo Presidente da Comissão, em 25 de fevereiro de 2008.

Importante salientar que essa Comissão, assim como as demais, trata de processos de ordem abstrata, isto é, que merecem a elaboração de temas que envolvem a autonomia do Ministério Público. Pedidos de Providências ou Procedimentos de Controle Administrativo que envolvam casos concretos são distribuídos entre os Conselheiros e não a essa Comissão.

1.5. Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral é diretamente subordinada à Presidência, cabendo-lhe exercer as atividades de apoio técnico-administrativo necessárias à preparação e à execução das funções do Conselho Nacional do Ministério Público. A Secretaria exerce também os serviços cartorários do CNMP: receber, autuar e movimentar os processos em tramitação⁵.

Neste ano de 2008, a Secretaria-Geral organizou a mudança de sede do CNMP para o Lago Sul. Ampliou o quadro funcional e computacional do Conselho e criou, por meio da Portaria SG 03/2008, o Núcleo de Acompanhamento de Decisões (NAD), como um órgão da Coordenadoria Processual. Tanto a criação do NAD, quanto a criação do Núcleo de Ação Estratégica, por meio da Resolução nº 25/CNMP, visaram ao aperfeiçoamento da atuação do Conselho no cumprimento de suas atribuições.

A atuação específica desses dois órgãos do Conselho estão descritas nos itens 1.5.1 e 1.5.2 desse Relatório.

Com a atuação da Secretaria-Geral no sentido de providenciar a mudança do CNMP para sede própria, localizada no endereço SHIS QI 03, Lote A, Blocos B e E, Edifício Terracota, no Lago Sul, o Conselho passou a contar com maior espaço físico em suas instalações. Isso possibilitou a estruturação do quadro de pessoal do órgão, que atualmente conta com:

Analistas	28
Técnicos	27
Terceirizados	39
Estagiários	0
Sem vínculo	5
Cedidos MPM/MPF	8

O quantitativo de computadores por funcionários por setor/funcionários pode ser verificado pela tabela abaixo:

Setor	Funcionários	Computadores
Secretaria-Geral	5	5
Coordenadoria-Geral	1	1
Ascom	2	2
Coinf	6	10
Ditrans	9	1
Coproc	11	11
NAE	4	4
NAAC	24	24
Corregedoria	16	16

Importante destacar que o valor empenhado do Orçamento do Conselho Nacional do Ministério Público, para este ano de 2008, foi de R\$ 7.349.727,00, sendo que o valor pago, até o início do mês de dezembro, foi de R\$ 6.944.410,00.

5 – O organograma que representa a nova estrutura da Secretaria-Geral está no final deste anexo.

1.5.1. Núcleo de Acompanhamento de Decisões

No dia 18 de abril de 2008, foi publicada no Diário da Justiça a Portaria CNMP nº 03, de 15 de abril de 2008, que criou, no âmbito da Coordenadoria Processual, o Núcleo de Acompanhamento das Decisões do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em conformidade com esse ato normativo e com o Plano de Atividades enviado ao Secretário-Geral do Conselho por meio do Ofício nº 001/2008/NAD-SG/CNMP, o Núcleo iniciou suas atividades.

O NAD realizou levantamento acerca das Resoluções do Conselho. Constatou que algumas não estavam sendo acompanhadas, umas estavam sob a guarda das Comissões e outras não possuíam conteúdo mandamental, como demonstra o quadro a seguir:

a) Quadro de Resoluções:

Resoluções sem acompanhamento	Resoluções com as Comissões	Resoluções sem determinações
Nºs 05, 07, 13, 18, 21, 22, 23 e 27.	Nºs 01, 02, 03, 06, 12, 19, 20 (Correição), 25 e 26.	Nºs 04, 08, 09, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 24, 28 e 29.

De acordo com o Plano de Atividades, o Núcleo se ocuparia das resoluções que não estivessem sendo acompanhadas, ressalvadas as de competência das Comissões (art. 2º, parte final, da Portaria CNMP-03), o que foi ratificado por meio de despacho proferido pelo Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, Conselheiro Cláudio Barros, em 16 de junho de 2008.

As Resoluções que não estavam sendo acompanhadas, como descrito no Quadro acima, eram as de nº 05 (Atividade Político Partidária), nº 07 (Ocupação de cargos, empregos ou funções por parentes de servidores), nº 13 (Procedimento Investigatório Criminal), nº 18 (Exercício de Cargos de Direção e Administração em Cooperativas de Crédito), nº 21 (Vedação de admissão de servidores parentes de membros), nº 22 (Membros perante Tribunais de Contas Estaduais), nº 23 (Inquérito Civil) e nº 27 (Exercício da Advocacia).

Para cada Resolução mencionada, um Ofício Circular, assinado pelo Secretário-Geral, foi expedido, conforme Quadro abaixo:

b) Quadro de Ofícios-Circulares por Resolução:

Resolução	Ofício-Circular
Nº 05	003/2008
Nº 07	002/2008
Nº 13	006/2008
Nº 18	001/2008
Nº 21	005/2008
Nº 23	004/2008
Nº 27	007/2008

A Resolução de nº 22, que trata da atuação dos Membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, prevê prazo para adequação que termina em março do ano de 2009, razão pela qual o Núcleo pretende encaminhar Ofício Circular na data da expiração do referido prazo, salvo melhor juízo.

Atualmente, o NAD vem recebendo as respostas referentes aos ofícios circulares enviados e encaminhará à Comissão de Controle Administrativo os resultados obtidos, assim que se completarem.

A Resolução de nº 02 dispõe sobre os critérios para as promoções e remoções por merecimento de membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados e vem sendo acompanhada conjuntamente pelo NAD e pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro. Seguindo determinação do Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, Conselheiro Cláudio Barros, em despacho proferido em 10 de julho de 2008, o NAD oficiou aos Ministérios Públicos dos Estados de Sergipe, Rio Grande do Sul, Paraíba, Espírito Santo, Rondônia, Rio Grande do Norte, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Acre, Distrito Federal, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e ao Ministério Público Federal, e obteve de todos resposta favorável acerca do cumprimento da Resolução nº 02. Em relação aos demais Ministérios Públicos dos Estados e ao Ministério Público do Trabalho e Militar, ressalta-se que o acompanhamento sobre o cumprimento da mencionada Resolução vem sendo realizado pela Comissão de Controle Administrativo.

Em 4 de novembro de 2008, o Conselheiro Cláudio Barros determinou que se oficiassem os Ministérios Públicos para verificar o cumprimento das resoluções de nºs 09 e 10, que tratam do teto remuneratório. O núcleo expediu o Ofício Circular nº 009/2008, mas, tendo em vista a proximidade temporal, as respostas ao ofício ainda são poucas.

Paralelamente, o Núcleo realizou levantamento sobre os processos a serem analisados – do ano de 2005 até a data do último processo de 2007. Em outras palavras, do Processo CNMP nº 0.00.000.000001/2005-77 ao Processo nº 0.00.000.001016/2007-14. Com a ajuda da Coordenadoria de Informática – COINE, elaborou-se uma lista dos processos que transitaram em julgado desde a criação do Conselho, excluindo-se os que tramitam na Corregedoria Nacional. Em seguida, consultou-se o teor das decisões de todos esses processos, chegando aos seguintes resultados:

No ano de 2005, o sistema constatou a existência de 144 processos. Destes, só um continha determinação a ser cumprida pelos destinatários da decisão. O ano de 2006 registrou 735 processos, sendo que 23 continham determinação. Em 2007 são 1060 processos, com 25 contendo determinação.

É necessário enfatizar que a pesquisa foi feita com os processos que transitaram em julgado. De modo que no ano de 2007, por exemplo, dada sua proximidade temporal com o ano corrente, existem processos que ainda não foram julgados. Tais processos terão seus números incluídos na lista acima assim que forem chegando ao Núcleo. O mesmo pode ser dito quanto ao ano de 2008.

O NAD verificou que, ainda que numa análise superficial, os Ministérios Públicos, salvo nas hipóteses de suspensão das decisões deste Conselho por parte do Supremo Tribunal Federal, têm cumprido as determinações do CNMP.

Desde julho o Núcleo tem escaneado as respostas enviadas e, no início de cada mês, repassado tais arquivos por correio eletrônico aos Conselheiros. Desta forma, a verificação do cumprimento pode ser feita, também, pelos Relatores, caso seja de seu

interesse. As repostas dos processos que foram julgados pela composição passada foram escaneadas, mas não foram enviadas aos Conselheiros, visto que seus relatores não fazem mais parte do Órgão.

O NAD também tem intimado os interessados das decisões, quando assim determina o Relator. Entre ofícios que encaminham decisões e ofícios que solicitam informações sobre o cumprimento das decisões, o Núcleo, de abril a novembro de 2008, expediu 276 ofícios.

1.5.2. Núcleo de Ação Estratégica

Criado pela Resolução nº 25, de 3 de dezembro de 2007, o Núcleo de Ação Estratégica, NAE, está diretamente ligado à Secretaria-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público. Em 2008, no exercício de sua competência, o NAE subsidiou as principais ações desenvolvidas pela Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, especialmente aquelas decorrentes do acompanhamento de envio de dados relativos à atuação funcional do Ministério Público, à execução administrativa e orçamentária dos questionários das Resoluções nºs 12 e 25.

A Resolução nº 12, de 18 de setembro de 2006, propôs o envio anual de dados das dimensões administrativa, orçamentária e de atuação funcional dos Ministérios Públicos Estaduais e dos ramos do Ministério Público da União. Os questionários anexos à Resolução forneceram a primeira base de dados sobre o Ministério Público brasileiro, nos anos de 2006 e 2007.

Na última Sessão de 2007, o Plenário aprovou a Resolução nº 25, que propôs uma ampliação do questionário relativo à atuação funcional do Ministério Público, explorando detalhes do aspecto extraprocessual, processual e do resultado das manifestações do Parquet junto ao Tribunal.

O tratamento dos dados coletados em 2006 e 2007, pelo questionário eletrônico da Resolução nº 12, permitiu a análise de dois aspectos da informação enviada: o preenchimento e a confiabilidade⁶. O controle do atendimento à Resolução, realizado pela Comissão de Controle Administrativo e Orçamentário, mostrou o movimento de adaptação dos ramos do Ministério Público ao envio de informações, sobretudo aquelas relativas à atuação funcional.

Quando foi realizada análise da confiabilidade dos dados enviados, observou-se que era baixo o índice de confiabilidade dos dados coletados pelo Conselho devido sobretudo a:

- a) erros de digitação;
- b) diferenças de interpretação entre os MPs quanto:
 - b.1) ao pedido do CNMP;
 - b.2) à definição de conceitos aparentemente simples – como o de entrada de processos – levando a diferenças no volume do fluxo processual;
 - b.3) a questões de prazo de envio da informação.

O preenchimento do questionário eletrônico da Resolução nº 25 também foi monitorado pelo Núcleo de Ação Estratégica. A periodicidade mensal para o envio de dados, bem como a inclusão de itens relacionados aos resultados de julgamento das manifestações do Parquet, revelaram a existência de diferentes níveis de acesso a recursos tecnológicos pelos ramos do MP assim como divergências taxonômicas e ainda assimetrias quanto ao controle dos resultados institucionais.

6 – Uma descrição mais detalhada desta análise compõe a segunda parte deste relatório.

Tendo em vista que os dados coletados pelas duas Resoluções são fundamentais ao planejamento estratégico do Ministério Público, incumbência da Comissão permanente voltada a este fim, seu Presidente determinou a realização de encontro a ser realizado em Brasília, o 1º Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo.

O evento foi realizado no segundo semestre de 2008, nos dias 26 e 27 de agosto na sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

Voltado especialmente para os responsáveis pelo preenchimento dos questionários eletrônicos em cada ramo, o encontro teve por finalidade aproximar os diversos ramos do Ministério Público; estabelecer um canal permanente de comunicação dos setores encarregados de prestar informações ao CNMP; revisar os dados da Resolução nº 12; e discutir termos da Resolução nº 25.

O Fórum reuniu representantes de todos os Ministérios Públicos e proporcionou resultados surpreendentes quanto às propostas de aperfeiçoamento das Resoluções apreciadas.

Também a dimensão tecnológica foi tratada naquele encontro, tendo em vista que muitas unidades enviaram representantes da área de tecnologia da informação, diretamente envolvidos no processo de coleta e envio dos dados dos questionários eletrônicos.

Em relatório do evento, o Núcleo de Ação Estratégica apresentou as sugestões dos participantes do Fórum às Comissões de Planejamento Estratégico e de Controle Administrativo e Financeiro. Ambas Comissões consideraram como desdobramento natural do 1º Fórum a realização de evento voltado à discussão das questões tecnológicas e taxonômicas envolvidas no atendimento às Resoluções nºs 12 e 25. Organizou-se, assim, o Encontro Nacional de Integração Tecnológica do Ministério Público.

O evento foi realizado nos dias 11 e 12 de novembro também na sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Participaram do evento membros e servidores, representantes de todas as unidades do Ministério Público (da União e dos Estados) ligados à área da Corregedoria e da Tecnologia da Informação.

O objetivo do evento foi o de discutir parâmetros de controle administrativo e de desempenho institucional dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, além de questões relacionadas ao direcionamento tecnológico, infra-estrutura, taxonomia e uniformização estatística, sistemas informatizados e processo eletrônico.

Diversos foram os resultados desses encontros:

- a) criação do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público;
- b) aprovação da Resolução nº 32, em 1º de dezembro de 2008, que altera os dispositivos da Resolução nº 12, acatando as sugestões apresentadas nos dois eventos;
- c) criação de fórum virtual com participantes do evento, como primeiro canal permanente de comunicação entre o Conselho e membros e servidores de todos os ramos do Ministério Público;
- d) proposta de alteração da Resolução nº 25, tendo em vista implementar as sugestões apresentadas nos encontros.

Paralelamente a esses eventos, o Núcleo de Ação Estratégica participou da elaboração do Programa de Modernização do Ministério Público, o Pró-MP⁷. Voltado à “busca do desenvolvimento estrutural do Ministério Público brasileiro, de forma planejada e sustentável, aproximando-o da sociedade brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional”, como o define o presidente do Conselho Nacional do Ministério Público.

Com o objetivo de alcançar o fortalecimento, a eficácia, a visibilidade, o compartilhamento de objetivos e a definição de estratégias necessárias à modernização do Ministério Público brasileiro, o Pró-MP articula-se em torno da ampliação dos mecanismos de interação com a sociedade, do fortalecimento dos mecanismos de efetivação de políticas públicas e da modernização da gestão.

O programa foi aprovado por unanimidade em Plenário, em 1º de setembro de 2008, na nona sessão ordinária do ano.

2. Estatísticas

As estatísticas do Conselho Nacional do Ministério Público serão apresentadas segundo os aspectos de autuação/distribuição e julgamentos, divididos em decisões monocráticas – da Corregedoria e dos Conselheiros – e julgamentos pelo Plenário. Em 2008, foram autuados e distribuídos 1.011 processos e julgados 951, sendo 418 destes em 22 sessões⁸. O resíduo do ano corresponde a 6% das autuações/distribuições.

De 2005 a 2008, o Conselho Nacional do Ministério Público autuou 2.949 processos e julgou 2.307, entre decisões monocráticas e colegiadas, o que corresponde a 78,23% das autuações. O resíduo corresponde a 21,77% de todas as autuações realizadas.

A análise de todos os processos por tipo processual mostra o pedido de providências é o mais comum. Ele aparece em maior quantidade nas autuações, no número de decisões monocráticas pelos conselheiros e nos julgamentos pelo Colegiado. Os pedidos de providências representaram 53,95% das 2.949 autuações realizadas até 30 de novembro de 2008. Ou seja, configuram a maior demanda à dimensão processual do CNMP.

Em segundo lugar, estão 678 reclamações disciplinares, que correspondem a 22,99% dos processos autuados. Os dois tipos processuais mais frequentes correspondem, portanto, a 77% das autuações.

O terceiro tipo processual mais comum é o procedimento de controle administrativo, que teve 391 autuações, o que equivale a 13,26% do total. Os três tipos processuais perfizeram, portanto, 90% das autuações, ficando os 10% restantes divididos entre outros 11 tipos processuais.

A Tabela 1 mostra os processos autuados e distribuídos por classe processual, entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2008.

De acordo com a Portaria CNMP-PRESI Nº 006, de 5 de dezembro de 2008, para registro, autuação e distribuição dos processos o CNMP passou a trabalhar com quatro classes e 23 tipos processuais. As tabelas de resultados apresentados a seguir trazem os tipos processuais vigentes até novembro de 2008.

7 – Conforme o item 1.4.3 (Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo).

8 – Soma os processos julgados na última Sessão Extraordinária.

Tabela 1 – Processos autuados/distribuídos de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2008

Tipo Processual	Autuados		Julgados		Pendentes	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ASI - Arguição de Suspeição e Impedimento	1	0,1	1	0,11	0	0
AA - Autos Avocados	0	0	4	0,42	-4	-6,67
AVOC - Avocação	6	0,59	5	0,53	1	1,67
COR - Correição	1	0,1	0	0	1	1,67
ED - Embargos de Declaração	14	1,38	35	3,68	-21	-35
PP - Pedido de Providências	547	54,1	499	52,47	48	80
PCA - Procedimento de Controle Administrativo	132	13,06	123	12,93	9	15
PD - Procedimento Disciplinar	11	1,09	4	0,42	7	11,67
PC - Proposta de Comissão	0	0	1	0,11	-1	-1,67
RES - Proposta de Resolução	5	0,49	8	0,84	-3	-5
RD - Reclamação Disciplinar	252	24,93	220	23,13	32	53,33
RPA - Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público	7	0,69	11	1,16	-4	-6,67
RCA - Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho	4	0,4	2	0,21	2	3,33
REC - Recurso Interno	9	0,89	19	2	-10	-16,67
RPD - Revisão de Processo Disciplinar	18	1,78	17	1,79	1	1,67
SIND - Sindicância	4	0,4	2	0,21	2	3,33
TOTAL	1.011	100	951	100	60	100

Fonte dos dados: Sistema CNMP e Corregedoria Nacional.

Tabela 2 – Processos autuados/distribuídos e julgados de 2005 a 30 de novembro de 2008

Tipo Processual	Autuados		Julgados		Pendentes	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ASI - Arguição de Suspeição e Impedimento	5	0,17	5	0,22	0	0
AA - Autos Avocados	4	0,14	4	0,17	0	0
AVOC - Avocação	14	0,47	9	0,39	5	0,78
COR - Correição	3	0,1	2	0,09	1	0,16
ED - Embargos de Declaração	55	1,87	55	2,39	0	0
PP - Pedido de Providências	1.591	53,95	1.285	55,72	306	47,66
PCA - Procedimento de Controle Administrativo	391	13,26	300	13,01	91	14,17
PD - Procedimento Disciplinar	21	0,71	10	0,43	11	1,71
PC - Proposta de Comissão	1	0,03	1	0,04	0	0
PER - Proposta de Emenda Regimental	3	0,1	2	0,09	1	0,16
RES - Proposta de Resolução	45	1,53	43	1,86	2	0,31
RD - Reclamação Disciplinar	678	22,99	491	21,29	187	29,13
RPA - Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público	22	0,75	19	0,82	3	0,47
RCA - Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho	8	0,27	5	0,22	3	0,47
REC - Recurso Interno	47	1,59	40	1,73	7	1,09
RPD - Revisão de Processo Disciplinar	44	1,49	30	1,3	14	2,18
SIND - Sindicância	16	0,54	5	0,22	11	1,71
Controle	1	0,03	1	0,04	0	0
TOTAL	2.949	100	2.306	100	642	100

Fonte dos dados: Sistema CNMP e Corregedoria Nacional.

Tabela 3 – Processos autuados/distribuídos e julgados por ano

Ano	Autuados		Julgados		Pendentes	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
2005*	144	4,88	29	1,26	115	17,91
2006	736	24,96	374	16,21	362	56,39
2007	1.058	35,88	953	41,31	105	16,36
2008**	1.011	34,28	951	41,22	60	9,35
TOTAL	2.949	100	2.307	100	642	100

Fonte dos dados: Sistema CNMP e Corregedoria Nacional.

* O CNMP foi instalado em 21 de junho de 2005. ** O período apurado vai de 1º de janeiro a 30 de novembro.

Tabela 4 – Processos autuados/distribuídos e julgados por Conselheiro

Período de apuração: de junho de 2007 a 30 de novembro de 2008

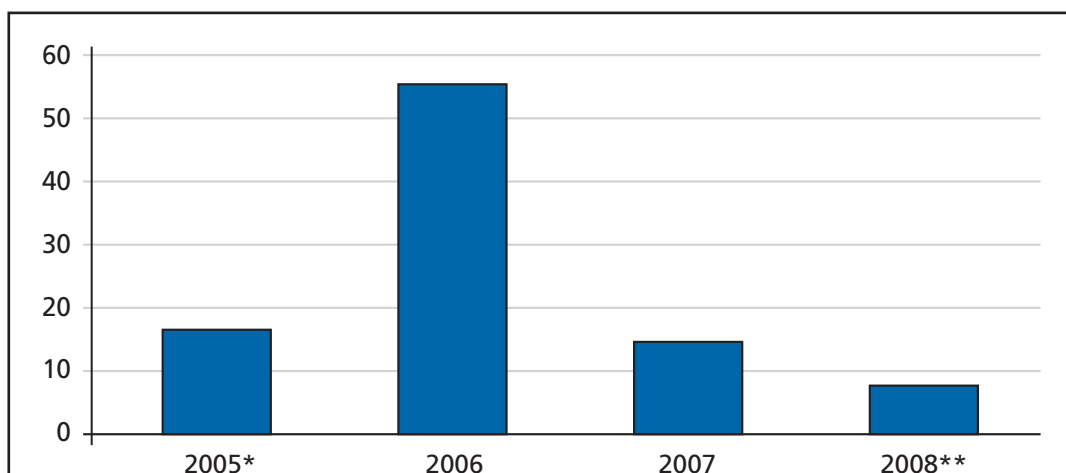
Conselheiro	Autuados		Julgados		Pendentes	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Alberto Machado Cascais Meleiro	160	10,06	114	9,2	46	13,11
Cláudio Barros Silva	121	7,61	95	7,67	26	7,41
Diaulas Costa Ribeiro	121	7,61	118	9,52	3	0,85
Fernando Quadros da Silva	126	7,92	98	7,91	28	7,98
Francisco Ernando Uchôa Lima	170	10,69	135	10,9	35	9,97
Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva*	61	3,84	51	4,12	10	2,85
Ivana Auxiliadora Mendonça Santos	119	7,48	99	7,99	20	5,7
Nicolao Dino de Castro e Costa Neto	146	9,18	118	9,52	28	7,98
Osmar Machado Fernandes	57	3,58	53	4,28	4	1,14
Paulo Freitas Barata	117	7,36	85	6,86	32	9,12
Raimundo Nonato de Carvalho Filho	122	7,67	89	7,18	33	9,4
Sandro José Neis	124	7,8	82	6,62	42	11,97
Sérgio Alberto Frazão do Couto	146	9,18	102	8,23	44	12,54
TOTAL	1.590	100	1.239	100	351	100

Fonte dos dados: Sistema CNMP e Corregedoria Nacional.

* O Conselheiro Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva assumiu a menor quantidade de processos, *vis a vis* os demais Conselheiros.

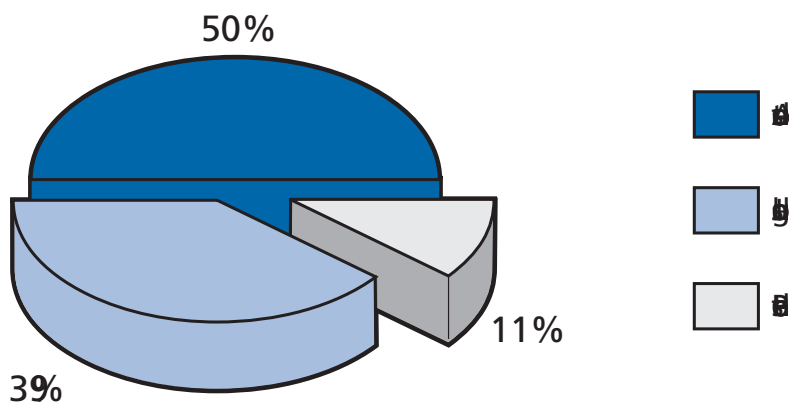
Gráficos

Gráfico 1 – Porcentagem de remanescentes por ano



*O CNMP foi instalado em 21 de junho de 2005. **De 1º de janeiro a 30 de novembro.

Gráfico 2 – Conselheiros – Processos autuados/distribuídos, julgados e pendentes



3. Principais Atos/Realizações do Conselho⁹

- Instituição do Programa de Gestão Ambiental/PGA no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP e criou a Comissão Institucional de Gestão Ambiental, grupo responsável pela implementação e execução do PGA no âmbito do CNMP. O objetivo do programa, de acordo com a portaria, é o de implementar a gestão ambiental no CNMP apoiada em ações transversais de sustentabilidade social, educacional e jurídica;

- Participação do Corregedor Nacional, Conselheiro Osmar Machado, nos dias 4 e 5 de dezembro, do LXIV Encontro do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do MP dos Estados e da União, em Fortaleza (CE);

- Assinatura de Termo de Cooperação entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que os membros do Ministério Público da área da Infância e Juventude passem a ter acesso às informações do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) (2 de dezembro);

- Acompanhamento de implantação de tabelas processuais unificadas no Ministério Público de Rondônia, por representantes da área de Tecnologia da Informação do CNMP. A experiência é parte do Plano de Metas da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos, que conta com a participação do CNMP. O projeto tem como objetivo uniformizar a taxonomia processual entre as polícias, o Ministério Público e o Poder Judiciário em todo o Brasil;

- Realização do Encontro Nacional de Integração Tecnológica do Ministério Público. Foram discutidos parâmetros de controle administrativo e de desempenho institucional dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, além de questões relacionadas ao direcionamento tecnológico, infra-estrutura, taxonomia e uniformização estatística, sistemas informatizados e processo eletrônico (11 e 12 de novembro);

9 – Esse capítulo traz os principais atos e realizações do CNMP no ano de 2008. Já o item 1.1.2 versou sobre as principais decisões do Plenário do Conselho.

- Criação do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público. O objetivo do Comitê é promover a uniformização e a integração no direcionamento tecnológico dos Ministérios Públicos da União e dos Estados. Contará com quatro grupos de discussão permanentes: sistemas de informação; infra-estrutura; taxonomia e estatística; e governança de tecnologia de informação;
- Realização do I Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo. O evento reuniu servidores e Membros do Ministério Público da União e dos Estados responsáveis pelo preenchimento das Resoluções/CNMP nºs 12 e 25, que buscam avaliar o desempenho das unidades do MP (26 e 27 de agosto);
- Realização da III Reunião da Corregedoria Nacional com os Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. O evento reuniu em Brasília a Corregedoria Nacional do Ministério Público, os 26 Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e os Corregedores dos quatro ramos do MP da União. O objetivo do encontro foi o de discutir problemas comuns entre os órgãos e membros do MP envolvidos na atividade correccional. Entre os temas que foram debatidos na reunião estão o planejamento estratégico do Ministério Público, as correções relativas ao controle externo da atividade policial, as representações anônimas e por inércia do MP, além de outros temas ligados ao ofício de Corregedoria (14 e 15 de agosto);
- Participação dos Conselheiros Sandro Neis e Osmar Machado como palestrantes do Congresso Atuação dos Conselhos Nacionais da Magistratura e do Ministério Público, organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU (4 de julho);
- Participação do Corregedor Nacional do Ministério Público, Osmar Machado, na 6ª Viagem de Autoridades do Poder Judiciário Federal e Funções Essenciais à Justiça na Região Amazônica, organizada pelo Comando do Exército Brasileiro (11 a 15 de junho);
- Participação de Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), juntamente com Servidores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da palestra “Motivação: uma visão estratégica”, ministrada pelo professor Mário Queiroz Pierre Filho, doutor em gestão global, estratégica e de desenvolvimento empresarial pelo Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, com sede em Lisboa – Portugal (29 de maio);
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, visando ao desenvolvimento e implantação, no Ministério Público, do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PROJUDI e a inclusão do MP na Rede Nacional de Telecomunicações (27 de maio).

II – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais e indisponíveis, e abrange o Ministério Público da União, compreendendo o Ministério Público Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios, bem como os Ministérios Públicos dos Estados (art. 127 c/c art. 128, CF), consoante a estrutura federativa do Estado brasileiro.

São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, indivisibilidade e independência funcional (art. 127, § 1º, CF).

Ao Ministério Público foi destinada exclusivamente a promoção da ação penal pública e, ainda, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, tais como aqueles relativos à infância e à juventude, ao consumidor, à saúde e à cidadania (art. 129, I e III, CF).

Vê-se que a Constituição Federal de 1988, atenta à necessidade de ampliar e fortalecer os mecanismos conducentes à realização dos valores do Estado Democrático de Direito, criou, para o Brasil, um Ministério Público peculiar porque este atua de forma autônoma e independente, compartilhando o trabalho de fiscal da lei com o de “advogado da sociedade”.

A Constituição de 1988 promoveu a autonomia administrativa e orçamentária do Ministério Público, além de atribuir-lhe competências que formalizaram alteração de seu perfil institucional. Sem destituí-lo de sua originária ligação com o processo penal e assente atuação como custos *legis*, a nova Carta abriu espaço a outras atribuições extraprocessuais que podem promover a resolução de conflitos em âmbito extrajudicial. É o caso, por exemplo, da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta, os TACs, que podem acontecer antes, ou até em lugar, da instauração de processo judicial.

O monitoramento das atividades tradicionalmente associadas ao Parquet, ou seja, a sua atuação como custos *legis*, deram base à criação de sistemas de acompanhamento processual informatizado nos ramos do MPU e em diversas unidades do MPE. Como ocorre no sistema judiciário propriamente dito, por fazerem parte das primeiras gerações de sistemas informatizados, “esses sistemas com frequência representam pouco mais do que a agregação das estatísticas referentes à produtividade individual, sem oferecerem uma visão suficientemente detalhada sobre o desempenho geral, mesmo para a identificação de variações entre os tipos de processos, de litígios ou de reclamantes”¹⁰.

Além disso, a tensão entre unidade e independência funcional reflete-se nas peculiaridades dos sistemas informatizados do Ministério Público. Existe uma tendência ao isolamento desses sistemas, uma vez que foram construídos a partir de bases diferentes, não sendo imediata – ou mesmo viável, muitas vezes – a comunicação entre eles. Se existem diferenças na base tecnológica, pela variedade de escolha e programação dos softwares, por exemplo, é possível encontrá-las também nas tabelas de classificação do trabalho. Por essas características, os sistemas informatizados ora existentes não são ainda as melhores fontes de informação para a constituição de um planejamento estratégico. A informação pode não ter sido coletada, simplesmente, ou pode existir e estar inalcançável, por problemas no sistema de classificação utilizado, por exemplo.

A relação entre unidade e independência é, portanto, um dos principais desafios do Ministério Público, especialmente para o estabelecimento de uma estratégia que beneficie todos os elementos que o compõem. Nesse sentido, a criação do Conselho Nacional do Ministério Público pode ser entendida como um passo fundamental na definição da nova identidade do MP, delineada sobretudo por indicadores comuns para descrever a atuação institucional, especialmente em suas atividades extraprocessuais.

É compreensível, por conseguinte, que em sua terceira parte, artigo 129, o Regimento trate do planejamento estratégico do Ministério Público a ser promovido pelo Plenário do Conselho consistindo em:

- I – definir e fixar, com a participação dos órgãos do Ministério Público, podendo ser ouvidas as associações nacionais de classe, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Ministério Público, visando ao aumento da eficiência, racionalização e produtividade;

- II – produzir diagnósticos, estudos e avaliação de gestão dos diversos ramos do Ministério Público, visando à sua modernização, desburocratização e eficiência;
- III – determinar e estimular o desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira dos órgãos do Ministério Público, estabelecendo metas;
- IV – coordenar a implementação de políticas institucionais.

O artigo 131 do Regimento Interno do CNMP esclarece que as deliberações do Plenário sobre temas relacionados com o planejamento serão tomadas após apresentação de propostas pela Comissão de Planejamento Estratégico. A Comissão de Planejamento Estratégico tem ainda a incumbência de elaborar – até a última sessão do Plenário – proposta de relatório anual, de cujo teor tomarão conhecimento todos os Conselheiros.

Os dados indispensáveis ao planejamento estratégico compreendem, no mínimo três dimensões: administrativa, orçamentária e de atuação funcional. Estando as duas primeiras afetas à Comissão Permanente de Controle Administrativo e Financeiro, que tem no questionário eletrônico da Resolução nº 12 seu principal instrumento de coleta dados. Para isso, estabeleceu, em setembro de 2006, que “os ramos do Ministério Público da União e dos Estados deverão encaminhar ao Conselho Nacional do Ministério Público, até o final do mês de novembro de cada ano, relatório que contenha informações referentes às atividades funcionais de seus membros, inclusive no que se refere aos resultados alcançados, bem como dados concernentes à estrutura administrativa, à execução orçamentária e aos compromettimentos quadrimensais com a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Com o intuito de receber tais informações, foi confeccionado questionário eletrônico – disponível no sítio do CNMP – a ser preenchido pelas trinta unidades que compõem a instituição. Estava criado o primeiro instrumento de coleta de informações do Conselho Nacional do Ministério Público.

Os dados assim coletados foram utilizados – em 2006 e 2007 – para a elaboração do Relatório Anual de atividades do Ministério Público, disponível no sítio do Conselho na Internet. Mas não fundamentaram a elaboração de planejamento estratégico da Instituição.

Até o dezembro de 2007, os dados coletados pela Resolução nº 12 eram utilizados para aferir o atendimento à determinação de envio deste tipo de informações pelo Conselho. Ou seja, o preenchimento era o principal indicador da efetividade obtida pela Resolução, juntamente com o cumprimento do prazo de envio.

No final de 2007, entretanto, o conteúdo das informações foi analisado pela primeira vez, ainda que de maneira perfunctória. Verificou-se, ainda nesse primeiro nível de análise, que as questões relacionadas à atuação funcional precisariam ser revistas e ampliadas, para que traduzissem, ainda que imperfeitamente, a atividade ministerial. Além disso, era importante que pudessem ser utilizadas como subsídio ao planejamento estratégico.

Em decorrência de tais entendimentos, a Comissão de Planejamento Estratégico, apresentou proposta de alterações à Resolução nº 12, em dois pontos centrais:

- tornar mensal a periodicidade de envio de dados referentes à atuação funcional do Ministério Público;
- obter informações qualificadas sobre a atuação do Ministério Público em áreas específicas: criminal, cível, infância e juventude e trabalhista.

Para caracterizar o vínculo entre os dados pedidos e o planejamento estratégico, acrescentou o seguinte texto aos considerandos da Resolução nº 12: “Considerando a necessidade e a importância de serem instituídos mecanismos de aferição do desempenho do Ministério Público, como forma de subsidiar o planejamento estratégico da instituição”.

A mensuração da efetividade dos questionários eletrônicos das Resoluções nºs 12 e 25 como instrumentos de coleta de dados sobre o Ministério Público, realizada pelo Núcleo de Ação Estratégica, é a origem da maioria das afirmações já feitas neste texto.

Dados e atuação

É um pressuposto da análise dos resultados obtidos pelas Resoluções nºs 12 e 25 que a ausência de preenchimento é uma informação. Embora não seja possível inferir a causa da lacuna, sua constatação é relevante porque leva a uma pesquisa. Portanto, mesmo não sendo o único parâmetro de avaliação da efetividade das Resoluções, o conhecimento do índice de preenchimento dos questionários revelou-se profícuo para a construção de uma imagem da atuação do Ministério Público como um todo. Um índice de confiabilidade também foi criado para avaliar em que medida seria possível utilizar a informação fornecida para a construção de indicadores.

A aplicação desses dois indicadores demonstrou a necessidade de ajuste dos instrumentos de coleta de dados. Mas revelou também as diferenças tecnológicas e taxonômicas que dificultam a visão de conjunto da instituição.

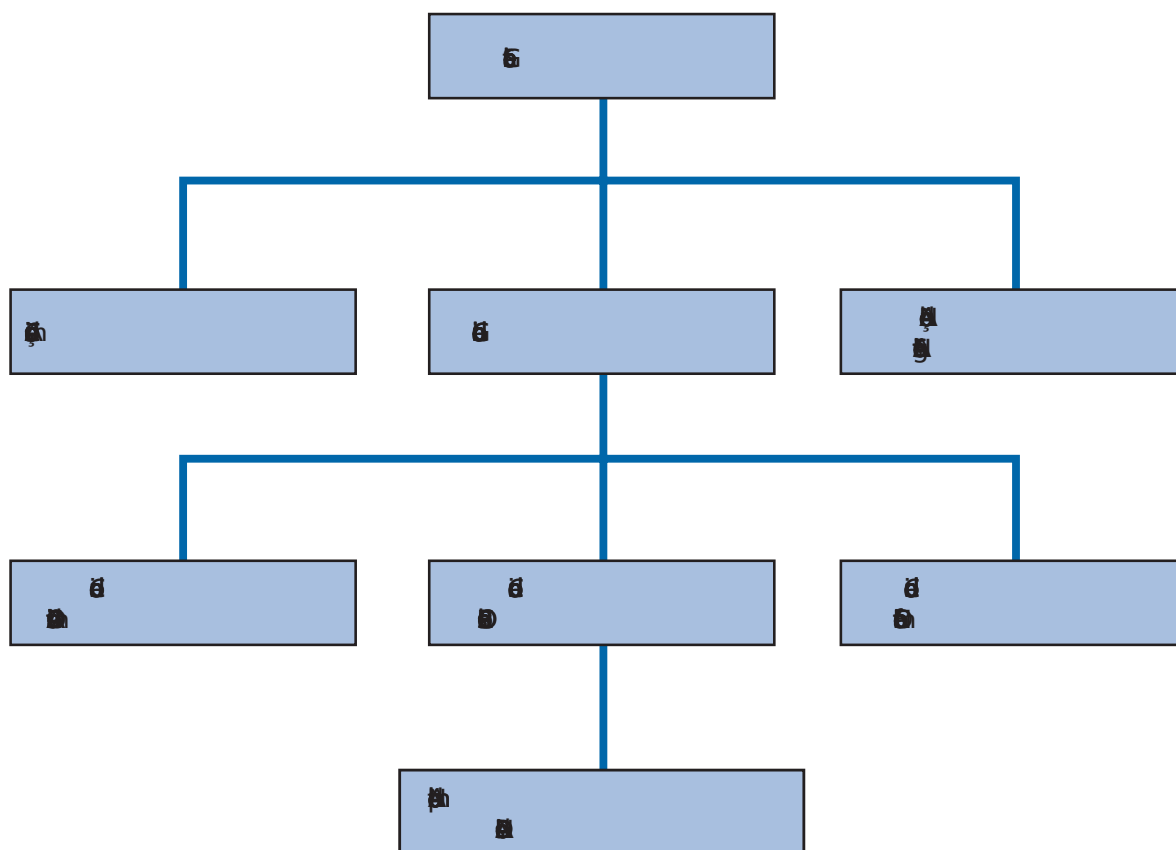
Se os ajustes necessários à Resolução nº 12 são de fácil implementação e foram realizados em novembro deste ano. A garantia da efetividade do questionário da Resolução nº 25 impõe ações estratégicas que devem abranger o Ministério Público como um todo.

Ações planejadas e coordenadas são indispensáveis também para se alcançar o fortalecimento, a eficácia, a visibilidade, o compartilhamento de objetivos e a definição de estratégias necessárias à modernização do Ministério Público brasileiro. O Programa Nacional de Modernização do Ministério Público (Pró-MP) tem como objetivo principal promover o planejamento e a coordenação dos esforços das unidades do Ministério Público também para:

- ampliação dos mecanismos de interação com a sociedade;
- fortalecimento dos mecanismos de efetivação de políticas públicas; e
- modernização da gestão.

Recomendação neste sentido deverá ser apresentada no próximo ano pela Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo.

Organograma da Secretaria-Geral



Presidência da República

Casa Civil

Secretaria-Geral

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este livro foi composto na família Minion, para textos,
e Caecilia, para títulos, e impresso em offset sobre papel
Couchê Fosco 120g/m², em fevereiro de 2009.

II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política de Desenvolvimento Produtivo

Lançada em 12 de maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foi desenvolvida com o objetivo de fornecer sustentabilidade ao atual ciclo de expansão econômica, dando continuidade, em perspectiva ampliada, ao conjunto de iniciativas voltadas ao enfrentamento dos desafios do desenvolvimento produtivo que integram a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), formulada em 2004. A PDP amplia a abrangência de ações já iniciadas e fortalece sua articulação com outras políticas estruturantes e seus mecanismos de acompanhamento e avaliação. A PDP parte do reconhecimento de que quatro desafios são centrais para o suporte ao ciclo de expansão, quais sejam: i) ampliar a capacidade produtiva doméstica, evitando a formação de gargalos de oferta; ii) preservar a robustez do Balanço de Pagamentos, de forma a impedir que restrições externas venham a inibir o crescimento; iii) elevar a capacidade de inovação do setor privado para ampliar a competitividade das empresas no mercado doméstico e fortalecer a inserção externa do País; e iv) fortalecer as Micro e Pequenas Empresas (MPes) para induzir um maior crescimento do emprego e da inclusão social no País.

Para cada um desses desafios, a PDP estabelece macrometas, para o ano de 2010, visando coordenar expectativas dos agentes econômicos e possibilitar o monitoramento dos resultados da política. As macrometas dessa política para o ano de 2010 são mostradas na Tabela que se segue.

Macrometas da PDP para 2010

Macrometas	2007	2010	Taxa de Crescimento 2007-2010 (em %)
1. Taxa de investimento da economia (ampliação da oferta)	17,6% do PIB	21,0% do PIB	19,3
2. Ampliação dos investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	0,52% do PIB ¹	0,65% do PIB	25,0
3. Participação brasileira no comércio global	1,16% das exportações mundiais	1,25% das exportações mundiais	7,8
4. Número de micro e pequenas empresas exportadoras	11.919	13.110	10,0

Fonte: Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e da Ciência e Tecnologia. (1) Estimativa para 2007.

A PDP prevê ações em três níveis distintos. Em primeiro lugar, ações de caráter sistêmico, isto é, relativas às condições de competitividade que ultrapassam o nível da empresa e do setor, são privilegiadas, nesse âmbito, medidas com incidência direta sobre o desempenho da estrutura produtiva, especialmente nos planos fiscal-tributário, no financiamento ao investimento e à inovação e da segurança jurídica.

Em segundo lugar, ações direcionadas a destaques estratégicos, ou seja, temas de política pública que não têm dimensão sistêmica ou setorial e que foram escolhidos como objeto de programas específicos, por sua importância para a construção de bases sólidas para o desenvolvimento produtivo do País no longo prazo. Nessa vertente, a PDP contempla seis programas: o Fortalecimento das Pequenas e Microempresas, a Expansão das Exportações, a Integração Produtiva com a América Latina, a Integração com a África, a Regionalização ou Descentralização Espacial da Produção no País, e a Produção Ambientalmente Sustentável.

Em terceiro lugar, ações que integram programas estruturantes para Sistemas Produtivos, isto é, programas voltados para setores, complexos, cadeias e segmentos específicos. Nesse aspecto, destaca-se o objetivo da PDP em dialogar com a diversidade da estrutura produtiva brasileira, prevendo-se, inicialmente, a execução de programas para 24 sistemas produtivos distintos, agrupados em três categorias: programas mobilizadores estratégicos, programas para fortalecer a competitividade, e programas para expandir e consolidar a liderança.

A gestão dos programas que integram a PDP é realizada por meio e Comitês Executivos, estruturas que, compostas por representantes das instituições de governo afeitas ao tema ou setor e específicas a cada caso, visam a uma integração mais efetiva entre programas existentes e a uma maior coordenação intragovernamental. Entre maio e dezembro de 2008, foram instalados 32 Comitês Executivos, envolvendo a articulação de 64 órgãos públicos cujas atividades resultaram no estabelecimento das ações prioritárias para cada programa, espelhando as análises desenvolvidas pelo Governo e as discussões com o setor produtivo em instâncias de interlocução, a exemplo dos Fóruns de Competitividade. Dessas discussões, foram elaboradas agendas de ação de diversos setores, dentre os quais se destacam o setor Têxtil e Confecções, Construção Civil, Couro e Calçados, Agroindustrial, Bens de Capital, Serviços, Defesa, Nanotecnologia, Biotecnologia, Tecnologias de Informação e Comunicação, Siderurgia, Celulose e Papel, e Carnes.

Ressaltam-se as ações desenvolvidas em alguns setores, como na Cadeia Produtiva de Couro, Calçados e Artefatos, em que as principais ações resultaram na manutenção da alíquota do Imposto de Exportação em 9% e na manutenção em zero das alíquotas de importação para couros de caprinos e ovinos tipo *Wet-Blue*. No âmbito do setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, foi estabelecido Plano de Desenvolvimento Setorial que contempla 171 empresas em 9 núcleos regionais e que, em 2009, abrangerá 240 empresas em 12 núcleos regionais. Na cadeia produtiva de Têxteis e Confecção, em 2008, destaca-se a elaboração e implantação do Projeto Estudo Antropométrico, que visa realizar um mapeamento de medidas dos diferentes biotipos do brasileiro, e a criação e implementação do selo QUAL, criado pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, que contempla regras de qualidade, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social para o setor de roupas profissionais, estimulando as compras governamentais de produtos nacionais com maior nível de agregação tecnológica.

No que se refere ao ambiente institucional, no exercício de 2008, destacou-se o aprimoramento da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), com a regulamentação de dispositivos que permitem o trâmite eletrônico de documentos relacionados com os processos de abertura, alteração e encerramento de empresas. Para 2009, prevê-se a instituição do Comitê para Gestão da REDESIM, com o objetivo de harmonizar conceitos e uniformizar procedimentos que facilitem a abertura, alteração e baixa de uma empresa. Pelo processo atual, o prazo médio para abrir uma empresa é em torno de 20 dias, devendo alcançar o patamar de 10 dias ao final de 2009, nas localidades que

estiverem integradas à REDESIM. O mecanismo permitirá substancial redução de prazos no arquivamento dos atos e eventos registrados nas juntas comerciais de todo o País e simplificará o acesso aos documentos digitais registrados, sem a necessidade da presença do cidadão nas Juntas Comerciais. Ademais, foi lançado, em 3 de dezembro de 2008, o Cadastro Nacional de Empresas (CNE), que reúne dados de mais de 16,5 milhões de empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no País, possibilitando a pesquisa de diversas informações cadastrais.

O CNE permitirá, também, o acesso a imagens digitalizadas de diversos documentos societários, por intermédio do Sistema Gerenciador de Imagem (Gerimagem). Pretende-se que a implantação da digitalização do movimento diário esteja concluída nas 27 Juntas Comerciais até o fim de 2009. Outra ação de desburocratização, prevista para 2009, é a implantação do Sistema Integrado de Automação do Registro do Comércio (Siarco Web) nas Juntas Comerciais. Trata-se da conversão do atual Sistema para a tecnologia Web, com a implementação de algumas correções e melhorias, tornando *on-line* diversos processos necessários à abertura e alteração de atos societários, como a adequação da pesquisa de nome empresarial com prazo de reserva por 48 horas, a pesquisa da condição de empresário no CNE e a integração com sistemas de pesquisa junto às Prefeituras. Merece destaque também a implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em 2008, que permitirá a emissão e autenticação digitais de livros mercantis, por aproximadamente 31 mil contribuintes que estarão habilitados a fazê-lo, no exercício de 2009. Seu desenvolvimento contou com a parceria da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e, atualmente, está em fase de integração com os sistemas informatizados das demais Juntas Comerciais do País.

Nos itens seguintes, são apresentados os principais resultados já alcançados pela PDP desde seu lançamento, tendo por referência as quatro macrometas acima enunciadas.

a) Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial

O projeto “Rede de Centros Tecnológicos e Apoio às Pequenas e Médias Empresas Brasileiras – PMEs”, gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), objetiva contribuir para a inovação tecnológica de produtos e processos de PMEs, por meio da promoção de maiores e mais dinâmicas interfaces comerciais e tecnológicas entre empresas e centros tecnológicos brasileiros e europeus. No ano de 2008, foram realizadas ações em parceria com oito centros tecnológicos, contemplando cursos e missões técnicas. Nesse contexto, destaca-se também projeto gerido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que procura contribuir para a inserção competitiva de pequenas e médias empresas particularmente no desenvolvimento de produtos de maior conteúdo tecnológico. No ano passado, foram selecionadas 17 propostas de projetos de internacionalização de PMEs, a serem subvencionados, e foram constituídos 16 outros projetos com instituições parceiras, que serão executados no ano de 2009.

No último exercício, o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) iniciou as seguintes ações no âmbito dos projetos mobilizadores em áreas estratégicas relacionados com a PDP: a atração e a motivação de talentos para o Pólo Industrial de Manaus (PIM), por meio da implantação de uma *Design House*; o desenvolvimento de uma plataforma de referência para o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (ISDB-T), resultando num produto que será utilizado como referência na região das Américas; parcerias internacionais e com Instituições de Ensino Superior locais para capacitação em TV Digital e Microeletrônica; e apoio a projetos de mestrados em microeletrônica, principalmente

em biosensores, como equipamentos para realização de exames médicos com maior rapidez.

Na área de biotecnologia, destacou-se a atuação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Suas principais realizações, em 2008, foram a obtenção da licença ampliada para coletar microorganismos, autorização especial que permite o acesso ao patrimônio genético para fins de constituição e integração de coleção *ex-situ* que visem a atividades com potencial de uso econômico, como a bioprospecção e o desenvolvimento tecnológico; o credenciamento pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético como fiel depositário de amostras de componente do patrimônio genético; e o desenvolvimento de 14 projetos nos segmentos de cosméticos, alimentos funcionais, fitomedicamentos, inseticidas e pesticidas naturais.

Houve avanços no Sistema Nacional de Propriedade Intelectual. Foram capacitados 95 tecnólogos dedicados ao exame de marcas e foram realizados esforços de automação dos processos que permitiram maior agilidade no exame. A produção de 2008, superou 135.000 despachos, resultado que refletiu satisfatoriamente na redução global do *backlog*. Desse modo, a previsão é de que, em 2009, serão examinados os pedidos de registros em até 12 meses, prazo tido como internacionalmente aceito, atingindo-se o número de 338 examinadores de patentes em fase final de capacitação. O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), em parceria com o Sistema Confederação Nacional das Indústrias (CNI), também capacitou cerca de 3.000 pessoas dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades públicas e institutos públicos de pesquisa e de núcleos de apoio a empresas de pequeno e médio porte.

Nessa área, as principais ações, previstas para 2009, são a implantação de um sistema de gestão da qualidade; a implementação do sistema de gestão eletrônica de patentes – e-Patentes; a publicação do Manual de Redação, Depósito e Acompanhamento do Exame de Patentes; a sistematização das decisões de segunda instância administrativa e das decisões judiciais em matérias de propriedade industrial e o lançamento da Revista de Jurisprudência em Propriedade Industrial; a elaboração das diretrizes do exame técnico dos contratos de transferência de tecnologia; a estruturação do serviço de informação de transferência de tecnologia baseada no Banco de Dados de Contratos (SISCON); e a disponibilização da busca *on-line* para pedidos e registros de programa de computador e desenho industrial.

O Governo, por intermédio do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), tem atuado na organização de especificações e desenvolvimento de padrões de medição juntamente com institutos internacionais, no fornecimento de materiais de referência certificados e em parcerias com laboratórios latino-americanos e africanos visando aumentar-lhes a capacidade de atuação. Em 2008, foram produzidos os primeiros padrões metrológicos em escala nanométrica, colocando o Brasil na vanguarda científica e tecnológica, e inaugurado o Núcleo de Inovação Tecnológica do Inmetro com o objetivo de atender à Lei de Inovação e dar visibilidade a um conjunto de ações visando transferir à sociedade o conhecimento produzido pelo Instituto. O Inmetro também avançou na automatização do seu processo de acreditação de organismos de certificação, reduzindo em 30% o tempo de acreditação em relação ao ano anterior, atendendo demanda do setor empresarial.

Na área de capacitação de recursos humanos, foram formados 100 agentes fiscais em metrologia legal em vários Estados, em 2008. A perspectiva, para o ano de 2009, é a formação de 500 novos agentes, além da expansão do campo de atuação para a oferta de cursos de Metrologia e Avaliação da Conformidade para empresas, universidades e escolas técnicas.

Atualmente, já são ministrados os cursos pioneiros nas áreas de Biotecnologia e Bioinformática. Ainda neste exercício, está prevista a execução, pelo Inmetro, da adequação do processo de certificação de micro e pequenas empresas para o mercado interno e externo; da consulta pelo consumidor da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE); do banco de dados que dará suporte para um sistema de monitoramento de acidentes de consumo no Brasil e a inauguração das instalações do *campus* da UFRJ, com a implantação de novos cursos de Fármacos, Nanotecnologia, Metrologia e Qualidade e Ciências Forenses.

b) Fomento aos Investimentos

Visando manter a trajetória ascendente dos investimentos privados e impedir a formação de gargalos de oferta por meio da ampliação da capacidade produtiva doméstica, o Governo editou, quando do lançamento da PDP, em maio de 2008, as Medidas Provisórias (MP) nºs 428 e 429, que foram convertidas, respectivamente, nas Leis nºs 11.774 e 11.786, ambas de 2008. Além dessas leis, os demais órgãos governamentais que tratam do incentivo ao investimento e à exportação regulamentaram, no âmbito de suas competências, diversos dispositivos.

A Lei nº 11.774 visa principalmente a desoneração tributária do investimento, estabelecendo, entre seus dispositivos, a prorrogação da depreciação acelerada, conforme previsto pela Lei nº 11.051, de 2004, e a redução de prazos para recuperação de créditos de PIS e Cofins relativos à aquisição de novas máquinas e equipamentos. Também na Lei nº 11.774 é determinada a expansão do Programa Revitaliza – que prevê financiamentos a investimentos, exportações e capital de giro associado a taxas diferenciadas para setores intensivos em mão-de-obra –, com a ampliação dos setores beneficiários. Já a Lei nº 11.786, de 2008, determina a criação do Fundo Garantidor da Construção Naval, além de autorizar o BNDES a constituir subsidiárias no exterior e efetuar financiamentos em euros, iniciativas voltadas para a promoção da internacionalização de empresas brasileiras, entre outros objetivos.

As medidas de natureza tributária, previstas na PDP, totalizam cerca de R\$ 4 bilhões em estímulos fiscais em 2008, valor que não inclui desoneração do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), determinada pelos Decretos nºs 6.391, 6.543, 6.655, todos de 2008, para os financiamentos de motocicletas, do investimento estrangeiro e da aquisição de bens de capital. Também com o objetivo de dar suporte à trajetória de expansão dos investimentos, a PDP deu ensejo a alterações importantes na política operacional do BNDES. Entre essas alterações, que foram implementadas em sua quase totalidade entre maio e julho de 2008, destacam-se as seguintes: i) redução do *spread* médio do conjunto de linhas de financiamento do BNDES, de 1,4% para 1,1%; ii) redução do *spread* médio na comercialização de bens de capital, de 1,5% para 0,9%; iii) duplicação do prazo de financiamento para a indústria no produto FINAME, de 5 para 10 anos; iv) criação de nova área de renda variável para investimentos e participações em empresas inovadoras; v) operacionalização do Programa Revitaliza, com disponibilização de linhas especiais de financiamento a capital de giro e investimento, com desembolsos previstos de R\$ 9,0 bilhões, para o período 2008-2010.

Os depósitos do BNDES, em 2008, atingiram patamares expressivos, dando sustentação à trajetória de expansão dos investimentos. A Tabela a seguir demonstra a expansão de todas as rubricas, no período de 2008, destacando-se, em particular, os valores alcançados em Máquinas e Equipamentos e Oferta de Bens e Serviços.

Desembolsos BNDES em 2007/2008 (em milhões de R\$)

	Desembolsos	
	2007	2008
Energia	8.869	11.828
Logística	1.864	1.247
Telecomunicações	3.271	6.103
Desenvolvimento Urbano	967	1.762
Inclusão Social	310	168
Exportação	8.056	12.831
Insumos Básicos	7.530	9.184
Oferta de Bens e Serviços	7.746	14.835
Pequenos Projetos	5.077	5.515
Máquinas e Equipamentos	21.057	27.353
Outros	142	1.409
Total	64.892	92.235

Fonte: BNDES.

A meta de expansão dos investimentos, prevista pela PDP, também tem se beneficiado dos bons resultados de outras políticas de Governo, de caráter estruturante, com as quais se articula. Dentre essas, destacam-se o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e, principalmente, o PAC, que, a partir de 2007, definiu uma agenda de investimentos significativos nos eixos logístico, energético, social e urbano. Desde então, o PAC tem contribuído para ampliação do investimento em infra-estrutura e para a eficiência do gasto público, mediante melhoria dos procedimentos de seleção, implementação e monitoramento dos projetos. Até novembro de 2008, os recursos do Orçamento Fiscal do biênio 2007-2008, alocados ao PAC, totalizaram R\$ 34,0 bilhões, destinados principalmente aos setores de transportes, recursos hídricos, saneamento e habitação. Para o exercício de 2009, a proposta orçamentária contempla R\$ 21,2 bilhões para o programa, sendo R\$ 15,6 bilhões na categoria de Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), cujos pagamentos podem ser abatidos da meta de superávit primário. A expectativa é que a carteira do PPI tenha continuidade em 2010, com a alocação de até 0,5% do PIB para projetos com maior capacidade de retorno econômico e fiscal.

Observe-se, finalmente, ainda em relação à meta de investimentos da PDP, que a política de desoneração de tarifas de importação de bens de capital não produzidos no Brasil por intermédio do Ex-Tarifário prosseguiu em 2008. Até outubro desse ano, foram analisados 2.370 pleitos, com redução de tarifa para 1.512 deles, viabilizando investimentos e ganhos tecnológicos e de eficiência em setores importantes da economia, principalmente, siderúrgico, de mineração, de bens de capital, petroquímico, automotivo, de geração de energia e de construção civil. Estima-se que as desonerações aprovadas tenham tido impacto positivo sobre investimentos globais de US\$ 15,3 bilhões, por exemplo, em projetos como as obras de expansão do Rodoanel, na cidade de São Paulo; a usina hidroelétrica de Santo Antônio, em Rondônia; a implantação de infra-estrutura no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro; e a construção de novas usinas termelétricas.

c) Política de Comércio Exterior

Para alcançar as metas definidas na PDP, foi elaborada a Estratégia Brasileira de Exportação 2008-2010, que identificou programas, instrumentos, ações e medidas que estão sendo desenvolvidas por mais de 40 órgãos do Governo, com atuação direta e indireta no comércio exterior brasileiro. Estão previstas ações no sentido de promover a diversificação dessa pauta exportadora, especialmente de produtos com maior conteúdo tecnológico, aumentar o número de empresas exportadoras e ampliar os países de destino das exportações.

Em 2008, observou-se a continuidade do crescimento das exportações e das importações. A balança comercial fechou o ano com exportações de US\$ 197,942 bilhões e importações de US\$ 173,207 bilhões, com aumento de 23,2% e 43,6%, respectivamente em relação ao ano anterior. A corrente de comércio totalizou US\$ 371,149 bilhões, valor 32% acima dos US\$ 281,266 bilhões de 2007 e 205,5% sobre os valores de 2003, ano em que o fluxo comercial do País somou aproximadamente US\$ 121 bilhões, representando um aumento de cerca de US\$ 250 bilhões, o que demonstra a ampliação do grau de abertura da economia nos últimos anos.

No acumulado do ano passado, as exportações de manufaturados somaram US\$ 92,682 bilhões, com aumento de 9,1% em relação ao igual período do ano anterior; os produtos básicos registraram vendas de US\$ 73,028 bilhões, com crescimento de 39,9%, e os semimanufaturados US\$ 27,073 bilhões, crescendo 22,7%. Os manufaturados, constituídos de itens de maior valor agregado, continuaram a representar a maior parcela das exportações, respondendo por 46,8% da pauta. Em relação a 2007, houve, no entanto, a participação dos manufaturados foi reduzida em 5,5 pontos percentuais, em decorrência da forte elevação dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais.

Na classificação por segmento, o setor de material de transporte, principal grupo, exportou US\$ 27,0 bilhões, com 13,7% do total. Destacam-se também as exportações de petróleo e derivados (US\$ 23,0 bilhões), de produtos metalúrgicos (US\$ 19,4 bilhões), de minérios metalúrgicos (US\$ 18,7 bilhões), do complexo soja (US\$ 18,0 bilhões), de carnes (US\$ 14,3 bilhões), de produtos das indústrias químicas (US\$ 12,2 bilhões), de máquinas e equipamentos (US\$ 9,7 bilhões), de açúcar e etanol (US\$ 7,9 bilhões) e equipamentos elétricos e eletrônicos (US\$ 6,5 bilhões).

Relativamente à contribuição para a expansão das exportações, o setor de petróleo e derivados foi o destaque, com crescimento de US\$ 7,0 bilhões, ou seja, incremento de 43,7%, em relação a 2007. Colaborou ainda para essa expansão o crescimento dos valores exportados pelos seguintes setores: minérios metalúrgicos (aumento de US\$ 6,7 bilhões), complexo da soja (aumento de US\$ 4,8 bilhões), produtos metalúrgicos (aumento de US\$ 3,3 bilhões), carnes (aumento de US\$ 3,2 bilhões), material de transporte (aumento de US\$ 3,2 bilhões); e produtos das indústrias químicas (aumento de US\$ 1,3 bilhão).

O principal país de destino das exportações foi os Estados Unidos, alcançando o valor de US\$ 27,6 bilhões. Houve ampliação das exportações para todas as regiões econômicas: Ásia (47,5%, sendo 50,8% desse total para a China), Europa Oriental (28,0%), Oriente Médio (24,4%), Mercosul (23,8%, sendo que para a Argentina o aumento foi de 20,6%), América Latina e Caribe, exceto Mercosul (19,1%), África (17,1%), União Europeia – UE (13,4%), e Estados Unidos (7,9%). Em termos de participação, a América Latina e Caribe são os maiores compradores, respondendo por 25,9% das exportações, seguidos da União Europeia (23,4%), Ásia (18,9%), EUA (14,0%), África (5,1%), Oriente Médio (4,1%) e Europa Oriental (2,80%).

Por mercados fornecedores, aumentaram as compras de todas as regiões: Oriente Médio (92,1%), Europa Oriental (90,7%), Ásia (51,6%, sendo desse total 56,9% da China), África (37,2%), América Latina e Caribe, exceto Mercosul (39,3%), Estados Unidos (35,0%), União Européia (33,8%) e Mercosul (27,0%, sendo que da Argentina o aumento foi de 25,9%). A Ásia é a maior fornecedora de bens, respondendo por 27,2% de nossas importações, seguida da UE (20,9%), América Latina e Caribe (16,6%), EUA (14,9%), África (9,1%), Oriente Médio (3,6%) e Europa Oriental (3,1%). Por países, os EUA são o principal fornecedor, com a China em segundo lugar, seguida de Argentina, Alemanha, Japão e Nigéria. Cerca de 70% das importações, por categoria de uso, referem-se a bens de capital, com 20,7% de participação, e produtos intermediários, com 48,1% de participação, enquanto as importações de combustíveis e lubrificantes e bens de consumo responderam por 18,2% e 13,0%, respectivamente.

Na área de Financiamento à Exportação, o desembolso excedeu R\$ 12,8 bilhões, dos quais R\$ 9,6 bilhões desembolsados na linha pré-embarque (capital de giro para produção de bens e serviços a serem exportados) e R\$ 3,3 bilhões desembolsados na linha pós-embarque, que financia a aquisição dos bens e serviços exportados.

Quanto ao desempenho do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), em 2008, foram atendidas 359 empresas, realizadas 1.366 operações e desembolsados US\$ 297,1 milhões na modalidade financiamento. Já na modalidade equalização de taxas de juros, foram realizadas 2.776 operações, no período, com a emissão de NTN-I no valor de US\$ 160 milhões, responsáveis por alavancar exportações da ordem de US\$ 3,870 bilhões, direcionadas para 107 países. Além dessas operações, ressalta-se a atuação do Banco do Brasil, que negociou no período US\$ 54,2 bilhões em câmbio de exportação e US\$ 34,4 bilhões em câmbio de importação.

Os instrumentos de informação para os exportadores foram aprimorados no último exercício. O Portal do Exportador recebeu 1.078.992 acessos em 2008 e, em 2009, estão previstas ações de inclusão de novos serviços e ferramentas como *chat* e *newsletter*; divulgação de missões comerciais direcionadas a exportadores de setores selecionados; e criação de um ambiente específico com informações sobre o mercado europeu. O Fala Exportador recebeu 2.411 consultas no ano passado, totalizando, desde o seu lançamento, 23.769 consultas recebidas, provenientes de 1.196 Municípios brasileiros e 126 países, melhorando o seu desempenho, com tempo médio de resposta de 2 dias.

O sítio Vitrine do Exportador registrou no último ano uma média diária de 343 acessos e teve seu cadastro de exportadores ampliado para mais de 29 mil. Além disso, foi acrescentada ao sítio, no mesmo período, uma nova versão em japonês, além das existentes em português, espanhol, inglês e francês. No sistema Potenciais Exportadores foram incluídas, de 2004 até 2008, 914 empresas, das quais 10% passaram a exportar no exercício passado. O Sistema Radar Comercial, que objetiva auxiliar na seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, teve média mensal de 3.000 acessos, em 2008, com 41.707 usuários cadastrados. Ademais, foi observado nesse período um crescimento de 60% nos processos de requerimento, acompanhamento, concessão e controle da redução da alíquota do Imposto sobre a Renda realizados por meio do Sistema de Autorização de Remessa para Promoção de Exportação (SISPROM).

No âmbito do Projeto Primeira Exportação foram acompanhadas 60 empresas dos Estados do Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Goiás e, para 2009, foram iniciadas as articulações para implantação do programa em Minas Gerais, Ceará e Pernambuco. Além disso, foram realizados no ano passado Encontros de Comércio Exterior em Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Juazeiro do

Norte (CE), Campinas (SP), Ipatinga (MG), Teresina (PI), Recife (PE), Itajaí (SC) e Palmas (TO), mobilizando aproximadamente 7.142 potenciais exportadores de 1.535 empresas. Também merece destaque a realização da quarta edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM). O evento contou com um público de 100.000 visitantes e os 16 seminários realizados abordando temas estratégicos para o modelo Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento da região.

Com o intuito de desonerar as exportações, o Governo editou a mencionada MP nº 428, de 2008, convertida na Lei nº 11.774, de 2008, que disciplina o alcance de benefícios fiscais para setores exportadores, contemplando a promoção de serviços, a contratação de logística no exterior e a possibilidade de utilização de recursos disponíveis no exterior para pagamento de despesas. Em 2009, será publicada legislação complementar visando desburocratizar e reduzir os custos de acesso ao benefício. Pretende-se neste exercício dar continuidade ao processo de simplificação, especialmente no que tange a registros e controles de documentos legalmente exigidos.

Nessa linha, foi regulamentado, em setembro de 2008, o *Drawback* Verde-Amarelo, que possibilita aos exportadores brasileiros pedir a suspensão de tributos federais para a compra de insumos nacionais destinados à produção de bens exportáveis. Em 2008, o regime aduaneiro especial de *drawback* manteve o ritmo de utilização observado em anos anteriores. Do total de US\$ 197,942 bilhões exportados, em 2008, cerca de US\$ 40 bilhões foram efetivados sob o amparo do *Drawback* Suspensão, equivalendo a 20,2% do total. Para bens de capital, essa relação foi de 46,46%.

Ainda no fomento a investimentos, destaca-se a constituição da Comissão do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços (SISCOSERV), em agosto de 2008, que tem por objetivo o processamento das operações de prestação de serviços e de exploração e cessão de direitos, entre residentes e domiciliados no Brasil e no exterior. Tal ferramenta possibilitará maior segurança à Administração Pública no estabelecimento de políticas de apoio a essas atividades e na orientação aos setores envolvidos na definição de suas estratégias de negócios.

Relativamente ao fomento às exportações, o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior aprovou o apoio do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX/Financiamento na fase de produção de bens e serviços para exportação (pré-embarque) e a alteração do critério de enquadramento de empresas autorizadas a utilizar recursos desse Programa, que passou de um limite superior de faturamento bruto anual de R\$ 150 milhões para R\$ 300 milhões. Foi promovida, também, alteração na legislação do Seguro de Crédito à Exportação para possibilitar que a União conceda garantia às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) nas fases pré e pós-embarque, suprimindo, assim, a lacuna existente no mercado para atender a esse segmento.

Em relação à Defesa Comercial, foram iniciadas 28 investigações e encerradas 21, das quais 18 com a aplicação de medidas. Ao final de 2008, havia 30 investigações em curso, 5 das quais com aplicação de medida de defesa comercial provisória. No que se refere ao apoio aos exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos seis setores cujas exportações estavam sendo alvo de investigações de prática de *dumping*, subsídios e de salvaguardas em terceiros países.

Como resultado das Comissões de Monitoramento do Comércio Bilateral, realizadas com países da América Latina (Chile, Bolívia, Equador, Peru, México, Argentina, Paraguai e Uruguai), foi possível a ampliação dos diferentes acordos celebrados pelo Brasil, ao amparo da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Destacam-se a incorporação

de novos produtos ao acordo automotivo Mercosul/México; a assinatura de acordos automotivos com Argentina e Uruguai; e a inclusão de preferências para produtos de zonas francas no acordo do Mercosul com o Chile e entre Brasil e Uruguai. No âmbito dessas Comissões foram, também, dirimidos contenciosos em diferentes matérias, que dificultavam ou impediam transações comerciais entre o Brasil e seus parceiros regionais, e celebrados acordos de cooperação em áreas estratégicas, bem como nas áreas sanitárias e fitossanitárias.

No Mercosul, foram desenvolvidas ações para proporcionar uma maior integração produtiva, mediante o estabelecimento de Regimes Comuns Especiais de Importação entre os Estados-Partes. Nesse sentido, foram apresentadas na Comissão de Comércio do Mercosul propostas de regimes comuns para: Indústria Naval, Indústria Aeronáutica, Importação de Bens Integrantes de Projetos de Investimento, Importação de Bens Destinados à Pesquisa Científica e Tecnológica e Importação de Bens Destinados à Educação.

d) Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

As Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte fazem parte da PDP como destaque estratégico. A agenda de ação desse setor foi aprovada pelo Comitê Executivo e chancelada pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. São 65 ações distribuídas em quatro desafios: regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123); aumento da participação das Micro e Pequenas Empresas (MPes) nos mercados interno e externo; melhoria da gestão e ampliação da capacidade de inovação das MPes; e incentivo ao associativismo e cooperativismo.

A propósito, deve ser ressaltado que, em 19 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei Complementar nº 128, que aperfeiçoa a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Dentre as modificações promovidas, destacam-se a inclusão de novas atividades entre aquelas que podem optar pelo Simples Nacional; a instituição de sociedade de propósitos específicos por empresas que sejam optantes do Simples, inclusive com o intuito de facilitar a sua inserção no mercado internacional; o estabelecimento de mecanismos para acelerar os procedimentos para baixa e constituição de empresas desse segmento; e a instituição da figura do microempreendedor individual para o empresário que tem faturamento bruto anual até R\$ 36.000,00, o que possibilitará a formalização de cerca de 10 milhões de microempreendedores.

Em 2008, o Governo Federal, em conjunto com órgãos de governos sul-americanos, concluiu a elaboração do Estatuto que cria o Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas. O Fundo servirá como base para a concessão de garantias a empresas envolvidas em ações de integração produtiva entre os países do Bloco, viabilizando o acesso de pequenas empresas ao crédito bancário e promovendo uma maior integração econômica da região.

O valor global das operações realizadas pelos bancos oficiais (Banco do Brasil, CAIXA, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste), para as micro e pequenas empresas, assim classificadas conforme Lei Geral, foi de aproximadamente R\$ 9,385 bilhões, em 2008.

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou o montante de R\$ 1,05 bilhão de operações de crédito com recursos próprios e do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), superando a meta anual de R\$ 1 bilhão. Para 2009, a meta é a contratação de operações no valor de R\$ 1,5 bilhão.

O Banco do Brasil, até outubro de 2008, realizou 87,5 mil operações para o financiamento de projetos de investimento para MPEs, totalizando R\$ 3,3 bilhões de recursos aplicados. Também no exercício passado, foi lançado programa específico para financiamento de MPEs no âmbito do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), sendo que, até outubro de 2008, foram contratadas 9,6 mil operações, totalizando R\$ 552 milhões. Para 2009, o Governo, por intermédio do Banco do Brasil, pretende continuar focando os financiamentos de longo prazo e realizar diversas ações de melhoria em produtos de investimento.

Por sua vez, a destinação de recursos do Banco do Brasil para o capital de giro das micro e pequenas empresas atingiu R\$ 30,6 bilhões, em outubro de 2008, o que representou um incremento de R\$ 7,9 bilhões nos últimos 12 meses (equivalente a 34,8%). Para 2009, o Banco do Brasil pretende lançar novas linhas de crédito e implementar melhorias nos produtos de capital de giro, com vistas a ampliar a oferta de crédito às empresas do segmento. Deve-se registrar, também, o apoio que vem sendo prestado para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), tanto na área mineral, metalmecânico, fruticultura, piscicultura, confecções, laticínios, ovinocaprinocultura, rizicultura, entre outros, sendo beneficiadas várias unidades da Federação. Em 2009, o Governo manterá o trabalho para consolidação desse importante instrumento de desenvolvimento, além da conclusão dos 265 APLs priorizados em todo o País e da realização da 4ª Conferência Brasileira de APLs. Serão ainda desenvolvidos projetos estratégicos integrados, voltados à promoção de um avanço qualitativo dos sistemas produtivos e a uma maior integração com os demais programas do Governo Federal focados nos territórios.

2. Agronegócio

O agronegócio manteve destacada importância para a economia do País, em 2008. Em um ambiente, até o terceiro trimestre desse ano, de acentuada elevação nos preços internacionais de produtos agrícolas, combustíveis e outros insumos agropecuários, o setor respondeu com uma safra recorde. Segundo dados do IBGE, o volume de grãos colhidos na safra 2007/2008 cresceu 9% sobre o recorde anterior da safra 2006/2007, atingindo a marca de 144,1 milhões de toneladas. Assim, além de minorar a pressão inflacionária sobre os preços dos alimentos no mercado interno, o setor conseguiu ainda gerar novo recorde em exportações, e continuou sendo o grande responsável pelo saldo positivo na balança comercial brasileira.

O Governo tem contribuído decisivamente para o crescimento sustentável e a competitividade do agronegócio nacional por meio de i) fortalecimento das políticas de crédito rural e de apoio à comercialização; ii) melhoria dos instrumentos para gerenciamento de riscos climáticos; iii) ampliação e aperfeiçoamento de ações de sanidade e qualidade agropecuária; iv) negociação de acordos internacionais e promoção comercial de produtos do agronegócio; v) fortalecimento da pesquisa e produção agropecuária; e vi) fomento à produção de biocombustíveis (agroenergia).

A previsão para a safra 2008/2009 é alcançar 137 milhões de toneladas, apesar de um cenário de crise internacional, o que permitirá o abastecimento interno satisfatório e manterá o País em posição de destaque no comércio mundial. Para tanto, serão intensificados esforços para apoiar o setor, com incremento da oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural, ampliação da utilização de instrumentos privados de crédito, maior garantia de recursos para a equalização do Prêmio do Seguro Rural e apoio à comercialização antes e após colheita. No primeiro semestre de 2009, a prioridade, será apoiar a comercialização da safra, garantindo renda para o produtor, bem como a conclusão e adoção do plano de metas para o alcance da auto-suficiência na produção de fertilizantes.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

Aumentar a oferta e diminuir os custos do crédito para a produção foi o grande diferencial da política agrícola, em 2008. O Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 elevou a oferta de crédito oficial para R\$ 78 bilhões, dos quais R\$ 65 bilhões destinados à agricultura empresarial, com acréscimo de 12% em relação aos recursos programados na safra 2007/2008, e R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar, representando um incremento de 8,3% em relação à safra anterior.

Dos recursos programados para custeio e comercialização da safra, R\$ 45,4 bilhões serão ofertados a taxas de juros controladas, de 6,75% ao ano (Exigibilidade e Poupança Rural), de 7,5% ao ano (Funcafé) e 6,25% ao ano (Proger Rural), o que representa um acréscimo no volume de recursos ofertados de 20% em relação à safra 2007/2008. Os custos para o Tesouro Nacional com o pagamento de subvenção econômica, na forma de equalização de taxas de juros e com a remuneração em financiamentos diretos com recursos do Orçamento Geral da União, são estimados em R\$ 3,48 bilhões e possibilitarão o financiamento de operações de crédito agropecuário na ordem de R\$ 23 bilhões. Os referidos custos serão distribuídos por vários anos, conforme os prazos de contratação das respectivas operações. Atualmente, esses prazos variam de 1 a 12 anos, conforme a natureza da operação. Uma das inovações de destaque do Plano Agrícola e Pecuário de 2008/2009 é a destinação de R\$ 1 bilhão em linha de crédito específica para a recuperação de áreas degradadas, no Programa de Estimulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa).

Importante destacar, ainda, que a carteira de crédito do agronegócio do Banco do Brasil continua a ser a primeira no ranking das instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com participação de 59%, representando 29,9% da carteira total de crédito da instituição. Na safra 2007/2008, o Banco do Brasil destinou R\$ 34,4 bilhões ao crédito rural, distribuídos em mais de 1,2 milhão de operações de investimento, custeio e comercialização.

Em 2009, serão intensificados esforços para apoiar o setor, com incremento da oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural, ampliação da utilização de instrumentos privados de crédito, maior garantia de recursos para a equalização do Prêmio do Seguro Rural e apoio à comercialização antes e após plantio.

a.2) Apoio à Comercialização

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. A comercialização de algodão, milho, sisal, trigo e vinho, utilizando-se dos instrumentos públicos (Aquisição do Governo Federal – AGE, Prêmio ao Escoamento de Produto – PEP, Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas – PROP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO), alcançou desembolso de R\$ 1.062,6 milhões. O ano de 2008 se encerrou com operações de R\$ 567,22 milhões por meio do PEPRO, referentes à negociação de 1.214 mil toneladas de algodão. A antecipação dos leilões de PEPRO, para antes da colheita, tem se consolidado como uma política eficaz.

Os estoques públicos adquiridos com a utilização do Programa Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) alcançaram 1.587 mil toneladas de produtos agrícolas, com desembolso de R\$ 373 milhões. No período, foram alienadas 1.383 mil toneladas,

sendo 954,8 toneladas mediante leilão eletrônico, 357,8 toneladas com a concessão de subsídio às regiões desabastecidas (Valor de Escoamento do Produto – VEP) e 70,4 toneladas, por meio do programa Vendas em Balcão. A política de formação de estoques públicos prevê, em 2009, a aquisição de 6 milhões de toneladas de produtos agrícolas, o que demandará desembolsos para compra e manutenção dos estoques de R\$ 2,3 bilhões.

a.3) Apoio à Cafeicultura

Em relação ao apoio à cafeicultura, em 2008, foram intensificadas as liberações de linha de crédito para o financiamento da colheita, estocagem e custeio, com a alocação de R\$ 2,3 bilhões, oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Os financiamentos atendem aos segmentos de: custeio (R\$ 294,0 milhões); colheita (R\$ 352,0 milhões); estocagem (R\$ 1,2 bilhão) e financiamento para aquisição de café (R\$ 264,0 milhões), recuperação de lavouras (R\$ 90,0 milhões) e cédula ao produtor (R\$ 100,0 milhões).

a.4) Reestruturação de Dívidas Rurais

A Lei nº 11.775, de 2008, foi editada visando regularizar a situação dos agricultores que tinham dívidas acumuladas desde a década de 1980, amparando 2,8 milhões de contratos, com montante de R\$ 75 bilhões. A publicação da Medida Provisória que deu origem à Lei foi resultado de 10 meses de negociação entre representantes do setor, parlamentares das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado e os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda e da Integração Nacional. Dentre o conjunto de medidas que contribuirão decisivamente para estimular o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio brasileiro, destacam-se: i) redução dos encargos por inadimplências incidentes sobre prestações vencidas e não pagas; ii) diluição do saldo devedor vencido entre as parcelas vincendas; iii) concessão de prazo adicional para pagamento; iv) redução das taxas de juros nas operações com encargos mais elevados; e v) descontos para liquidação das operações antigas com risco da União.

Os produtores que participam do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana também foram contemplados pela referida Lei. Cerca de nove mil contratos firmados a partir de 1995, com valor de quase R\$ 500 milhões, estão entre os beneficiados com medidas como a substituição de indexadores, redução de encargos, descontos para liquidação ou renegociação das dívidas e prazo adicional para pagamento. Por meio desses descontos, será possível reduzir o endividamento do setor com o sistema financeiro em até 42%.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agroclimático

A coleta e a divulgação das informações meteorológicas possibilitam o monitoramento e zoneamento agroclimático nas ações de previsão de safras e beneficiam a sociedade, que recebe as informações sobre o clima, auxiliando diretamente os agricultores e agentes financeiros operadores do crédito rural na adoção de medidas preventivas para a redução de riscos climáticos e, por consequência, redução das perdas na produção. A Rede Meteorológica dispõe de 940 estações, das quais 540 automáticas e 400 convencionais, além de 12 estações de rádio-sondagem.

As ações de gestão e minimização de risco foram fortalecidas no último exercício, com a introdução de novas tecnologias que contribuem para a diminuição de perdas de safras, bem como a disseminação de produtos de modelagem numérica, balanço hídrico e demais produtos oriundos da previsão do tempo e clima. Nesse sentido, o Zoneamento Agropecuário de Risco Climático indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, de forma a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras. Atualmente, os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático já contemplam um total de 25 culturas, alcançando 23 unidades da Federação. Ao longo do ano de 2008, foram publicadas 302 portarias de zoneamentos agrícolas. Para 2009, a perspectiva é de que haja um importante incremento de mais de 50% no total de zoneamentos, com a incorporação de estudos relativos a um maior número de culturas.

Dada a necessidade de aprimorar o índice de acerto da previsão do tempo e clima, serão implementadas, em 2009, ações de consolidação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das estações; revitalização e atualização do parque computacional, face à constante adição do volume de dados meteorológicos aos ativos de armazenamento; consolidação do Projeto de Tecnologia da Informação para a Meteorologia, de forma a instrumentalizar e digitalizar os dados meteorológicos dos últimos cem anos; e consolidar as parcerias técnico-científicas entre os órgãos que compõem o Sistema Meteorológico Nacional, de forma a integrar as redes de estações meteorológicas, de radares e satélites, consolidando os serviços de forma harmônica e eficaz.

b.2) Seguro Rural

O orçamento para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural passou de R\$ 99,5 milhões para R\$ 176 milhões. Em maio de 2008, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que cria o Fundo de Catástrofe, um tipo de resseguro para casos de desastres climáticos. Esse será mais um importante instrumento para a segurança e o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Com a subvenção ao prêmio, o seguro rural tem se tornado mais acessível ao produtor. Em 2008, foram contempladas 45 culturas, dentre elas soja, milho e trigo, além de produtos da pecuária e aquicultura. No exercício de 2008, foram beneficiados 43.642 produtores com a contratação de 60.125 apólices garantidoras de capitais, da ordem de R\$7,2 bilhões, com o comprometimento de R\$ 157,6 milhões dos recursos alocados para essa ação.

Para 2009, estão previstas a ampliação em 68% do número de culturas beneficiadas com a subvenção ao prêmio do seguro rural, atingindo dessa forma 76 culturas e a alocação de R\$ 176 milhões para o atendimento das subvenções.

c) Defesa Agropecuária

O Brasil é um dos maiores produtores e fornecedores mundiais de produtos agropecuários. A Tabela a seguir demonstra a relevante participação do País na produção e exportação de produtos de destaque do setor.

Participação Brasileira na Produção e Comércio Mundial de Produtos Agropecuários

	Produção			
	2005	2006	2007	Posição Internacional 2007
	(%)	(%)	(%)	
Carnes de Bovinos	16,4	16,8	16,7	2
Carnes de Aves	15,8	15,5	15,8	3
Carnes de Suínos	2,8	2,9	2,8	4
Açúcar	20,0	18,5	19,6	1
Café	36,0	32,4	35,6	1
Suco de Laranja	57,6	60,2	62,4	1
Soja em Grãos	24,6	25,8	25,0	2
Farelo de Soja	16,3	15	15,2	4
Óleo de Soja	17,3	7,0	15,9	4
Algodão	4,9	4,1	4,4	5
Milho	4,9	6,0	7,3	4
Arroz	2,2	1,9	1,8	10

Exportação			
2005	2006	2007	Posição Internacional 2007
(%)	(%)	(%)	
26,3	30,2	30,4	1
40,3	38,3	37,8	1
14,6	12,0	10,7	4
38,5	34,4	41,5	1
30,6	28,2	28,9	1
80,0	82,3	83,5	1
31,1	40,5	34,3	2
30,6	25,1	23,9	2
26,5	25,1	23,4	2
4,5	4,4	3,5	4
1,9	3,4	8,6	3
0,9	1,0	0,5	13

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Com a maior relevância do agronegócio no contexto internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias passam a adquirir um papel cada vez mais importante, face ao crescente nível de exigências dos países consumidores e à freqüente imposição de barreiras sanitárias (não-tarifárias) aos produtos do Brasil. Nesse cenário, o incremento das ações de sanidade agropecuária é fundamental para garantir e ampliar as exportações do setor. Em 2008, o País avançou no combate e erradicação de doenças e pragas dos animais e vegetais, na fiscalização da qualidade de produtos destinados à alimentação humana e animal e insumos agropecuários, na ampliação e aperfeiçoamento da rede laboratorial de apoio às ações sanitárias e fitossanitárias.

Para o exercício de 2009, serão implementadas ações adicionais no combate às doenças e às pragas. Os produtos em trânsito internacional receberão atenção especial das autoridades sanitárias, de forma a manter a confiabilidade dos serviços prestados. Dessa forma, serão fortalecidos os sistemas de combate às pragas e doenças que afetam a produção agropecuária nacional, com ênfase na erradicação da febre aftosa, na ampliação das áreas livres de doença *Newcastle* e de peste suína clássica, na prevenção da doença aviária e no combate à ferrugem asiática da soja.

c.1) Ações de Saúde Animal

A Organização Internacional para a Saúde Animal (OIE) reconheceu o status de livre de febre aftosa com vacinação para 12 Estados brasileiros. Não há ocorrência de febre aftosa no País desde abril de 2006. A doença encontra-se oficialmente erradicada em 16 unidades da Federação e parcialmente em outras duas. As áreas livres de aftosa detêm uma população bovina de aproximadamente 178 milhões de cabeças. As vacinações semestrais contra a doença demandaram no exercício passado a produção de 460 milhões de doses da vacina, para a imunização de 190 milhões de bovinos.

Em relação à avicultura, ao longo de 2008, foram intensificadas as ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da influenza aviária e da doença de Newcastle, inclusive com a realização de auditoria em 21 Estados pelas equipes do programa nacional de sanidade avícola.

c.2) Ações de Sanidade Vegetal

A implementação de medidas para o controle fitossanitário foi uma das prioridades governamentais em 2008. Das ações de controle e erradicação de pragas dos vegetais executadas nesse período, destacam-se:

- i) Mosca da carambola: erradicação do foco no Estado do Pará e manutenção das ações de controle no Estado do Amapá;
- ii) Cancro cítrico: continua o apoio à campanha de erradicação dessa doença, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras áreas;
- iii) Greening: a praga permanece restrita aos Estados de São Paulo e Paraná e aos três focos localizados em Minas Gerais. Foi realizada intensa campanha de divulgação para erradicação de plantas doentes e utilização de mudas sadias;
- iv) Mancha-negra dos citros: foram adotadas medidas pelo Governo para o controle da praga nos frutos frescos destinados à exportação, possibilitando a manutenção do mercado europeu;
- v) Lagarta da macieira: ações nas áreas urbanas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul permitiram a erradicação da *Cydia pomonella* do País, preservando o agronegócio de maçã, que envolve cerca de 50 mil empregos diretos;
- vi) Sigatoka negra: o sistema de manejo de risco propiciou o acesso de 14 Estados brasileiros ao mercado interno e internacional da banana, além dos outros 12 Estados já caracterizados como “área livre”;
- vii) Moko da bananeira: foi concluída a proposta de reconhecimento de áreas livres para atendimento de exigências impostas aos frutos de banana, no mercado externo, e já será executada no ano de 2009;
- viii) Mosca das cucurbitáceas: manutenção de áreas livres nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e ampliação de sistema de mitigação de risco da praga nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai; e
- ix) Vassoura-de-Bruixa: foram desenvolvidas novas variedades, mediante cruzamentos genéticos, para obtenção de plantas de alta produtividade e resistência à doença.

c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários

Os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas, realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, contribuíram para assegurar a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados à alimentação humana. Sua atuação foi importante para a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e internacional. A qualidade e a inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal destinados à alimentação humana dependem da correta aplicação e do cumprimento das boas práticas de produção, das normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e das avaliações de risco e identificação das características dos produtos.

No último exercício, foram ampliadas as ações para garantir a inocuidade dos alimentos de origem animal frente aos resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes, e, também, a inocuidade de alimentos de origem vegetal para resíduos de agrotóxicos e contaminantes. Foram, também, intensificadas as ações de fiscalização dos insumos pecuários – produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal –, assegurando-se a conformidade e inocuidade dos insumos disponibilizados. Nos produtos destinados à alimentação de ruminantes, destaca-se o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (BSE). Em 2009, serão ampliadas as fiscalizações em estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal e de produtos de uso veterinário. Será implantado o Sistema de Farmacovigilância, que visa detectar, identificar e monitorar os danos, a efetividade, a qualidade e o risco do uso de medicamentos veterinários.

No setor de sementes, a intensificação da fiscalização tem permitido a utilização de maior quantidade de sementes certificadas, traduzindo-se em ganhos em competitividade, por meio do aumento da produtividade e redução de custos. Em relação à qualidade do leite, por se tratar de um produto essencial à alimentação humana, o Governo implantou o Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite (CQuali-Leite), visando oferecer à população produtos de qualidade. O CQuali-Leite constitui-se em um banco de dados sobre a inspeção e fiscalização da produção, industrialização e comercialização de leite tipos UHT e em pó.

c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional

O sistema laboratorial de apoio às ações da defesa agropecuária, incluindo a rede de laboratórios federais e a rede credenciada pública e privada, oferece suporte às ações de saúde animal, de sanidade vegetal e de garantia de qualidade dos insumos agropecuários e dos alimentos que chegam à mesa dos consumidores do Brasil e em mais de 160 países. No período de exercício de 2008, foram realizadas, aproximadamente, 20,3 milhões de análises laboratoriais de produtos de origem animal e vegetal.

Em 2009, será ampliada a rede federal de laboratórios de biossegurança, com a adequação de mais quatro unidades. A ampliação enfatizará o atendimento aos programas de prevenção de influenza aviária, de erradicação da febre aftosa, da peste suína clássica e da doença de Newcastle, que ensejam as principais barreiras não-tarifárias ao comércio internacional de animais e seus produtos. Na área físico-química de produtos de origem vegetal, está prevista a ampliação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) dos Estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Especificamente para os organismos geneticamente modificados (OGM), está prevista a estruturação de uma rede mínima de três laboratórios, que incluirá os Lanagros dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

No que se refere à vigilância sanitária internacional, intensificaram-se, em 2008, as ações de fiscalizações e inspeção do trânsito internacional nos portos, aeroportos, locais de fronteira e aduanas especiais, para evitar a entrada de doenças de animais e pragas vegetais exóticas no País. Foram ampliadas ações integradas com os demais órgãos de fiscalização do trânsito internacional, após a edição da Instrução Normativa Conjunta – RFB/ANVISA/SDA nº 817, de 2008, que integrou e otimizou a fiscalização de bagagem vinda do exterior. Ainda em relação ao trânsito internacional, foram articuladas medidas, no âmbito do grupo de trabalho instituído pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), medidas voltadas para a simplificação dos procedimentos e garantias de segurança nas importações e exportações de produtos e insumos agropecuários. Destaca-se a edição de uma Instrução Normativa, em junho de 2008, que atualizou e simplificou os procedimentos de importação junto ao Siscomex.

c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia

Em 2009, será implementado o Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, com o objetivo de aprimorar as ações de defesa agropecuária, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários. O Governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), investirá R\$ 120 milhões nesse Programa, ao longo dos próximos três anos, com o objetivo de proporcionar maior suporte técnico e científico à defesa agropecuária no Brasil.

d) Fomento e Produção Agropecuária Integrada

Em 2008, foram intensificados e fortalecidos os sistemas de produção sustentáveis, com destaque para a expansão do sistema agropecuário de produção integrada. Houve avanços também no fomento à adoção de boas práticas agropecuárias, tais como: Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura, que integra terras degradadas ao processo produtivo. Atualmente, já existem 42 cadeias de produção integrada, possibilitando a racionalização e certificação dos sistemas de produção e a melhoria da qualidade, sanidade e inocuidade dos produtos gerados.

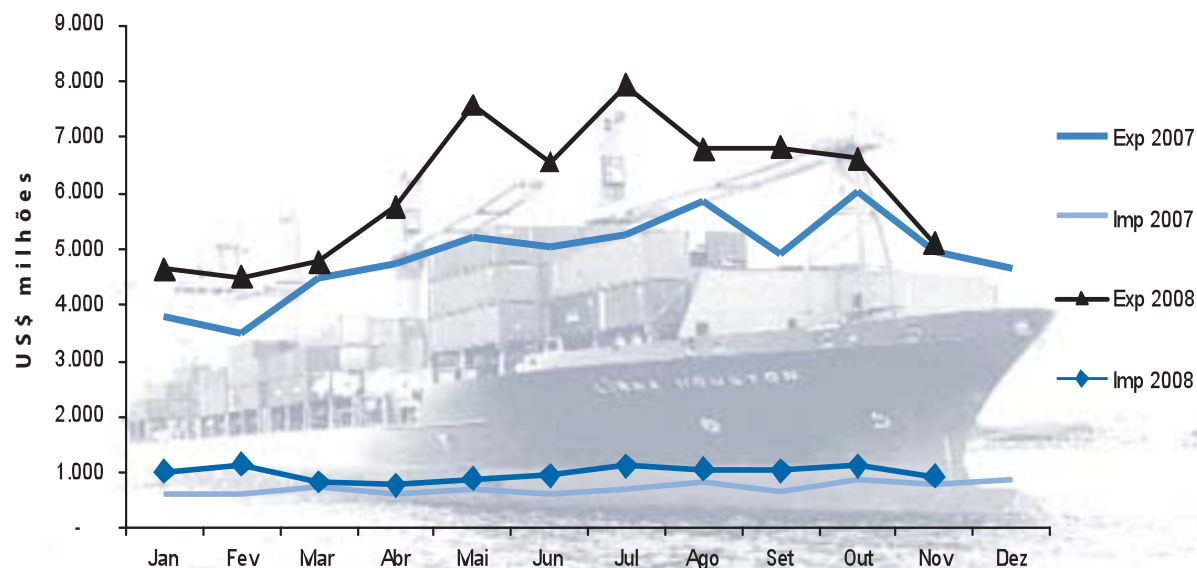
O desenvolvimento tecnológico da agropecuária possibilitou redirecionar os rumos de prioridades para a biotecnologia agropecuária e para a agricultura de precisão. Em 2008, foram reconhecidas 170 novas variedades, totalizando 1.300 cultivares protegidas por direitos de propriedade intelectual no País, com crescente atração de investimentos do setor privado.

A prioridade à produção sustentável evidenciou-se também no Plano Agrícola de 2008/2009, com a criação de uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para investimentos em programas de sustentabilidade, como os sistemas de Produção Integrada e de Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura. Para o plantio comercial e a recuperação de florestas foram destinados R\$ 50 milhões.

e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio

No âmbito das negociações internacionais, foram realizadas missões comerciais com a União Européia que resultaram na liberação, em 2008, do embargo da exportação de carne bovina *in natura* e na ampliação dos Estados aptos a exportar o produto. Nesse exercício, a cada semana, em média, 40 novas propriedades foram habilitadas a exportar para os países da União Européia. Foram enviadas, ainda, missões a países da África, Ásia e Oriente Médio, para a prospecção de mercado e superações das barreiras sanitárias e fitossanitárias. A Rússia tornou-se o principal comprador da carne brasileira e a China já é considerada o principal destino de produtos do agronegócio nacional, com o crescimento de 70% nas exportações em relação a 2007. Essas ações contribuíram para o expressivo resultado da Balança Comercial do agronegócio brasileiro, conforme apresentado no Gráfico que se segue.

Balança Comercial do Agronegócio
Evolução Mensal das Exportações e Importações: 2007 e 2008



Fonte: Elaborado pela SRI/MAPA a partir de dados da SECEX/MDIC.

As exportações do agronegócio, no período de janeiro e dezembro de 2008, atingiram o patamar recorde de US\$ 71,806 bilhões, crescimento de 22,9% em relação ao mesmo período de 2007, representando 36,3% das exportações brasileiras do período, que atingiram US\$ 197,942 bilhões. Dentre os itens exportados, destacam-se: i) complexo soja – crescimento de 58,0%, totalizando US\$ 17,98 bilhões; ii) carnes – acréscimo de 28,8%, alcançando US\$ 14,54 bilhões; iii) complexo sucroalcooleiro – crescimento de 19,7%, com vendas de US\$ 7,87 bilhões; iv) café – acréscimo de 22,4%, com vendas de US\$ 4,76 bilhões; e v) produtos lácteos (grupo de produtos que há poucos anos o Brasil era importador) – acréscimo de 80,8% com vendas de US\$ 541,59 milhões.

As importações do agronegócio, no montante de US\$ 11,820 bilhões, superaram em 35,6% as de igual período de 2007. O principal item de importação foi o trigo, com um incremento de 34,6%. Por conseguinte, a balança comercial do agronegócio apresentou um superávit de US\$ 59,986 bilhões no acumulado de 2008, um valor recorde, conforme apresentado no Quadro a seguir.

Exportações, Importações e Saldos: 2008 e 2007 (em US\$ mil)

Setores	Janeiro - Dezembro / 2008			Janeiro - Dezembro / 2007			Var.%	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
Produtos de Origem Animal	19.535.392	1.564.291	17.971.101	16.182.751	1.256.469	14.926.283	20,7	24,5
Carnes	14.545.484	266.186	14.279.298	11.294.703	182.915	11.111.788	28,8	45,5
Couros, Produtos de Couro e Peleteria	3.140.208	257.725	2.882.484	3.554.850	240.166	3.314.684	-11,7	7,3
Demais Produtos de Origem Animal	573.287	146.707	426.580	412.638	108.317	304.321	38,9	35,4
Lácteos	541.590	213.159	328.431	299.565	152.711	146.854	80,8	39,6
Animais Vivos	417.582	32.182	385.400	284.914	10.717	274.197	46,6	200,3
Pescados	269.286	648.323	-379.037	310.516	561.601	-251.086	-13,3	15,4
Produtos Apícolas	47.956	9	47.947	25.566	42	25.524	87,6	-77,7
Produtos de Origem Vegetal	52.271.075	10.255.506	42.015.568	42.237.668	7.462.619	34.775.049	23,8	37,4
Complexo Soja	17.980.184	106.851	17.873.333	11.381.459	93.838	11.287.621	58,0	13,9
Produtos Florestais	9.326.149	2.563.983	6.772.166	8.819.851	1.942.116	6.877.734	5,7	31,5
Complexo Sucroalcooleiro	7.873.074	831	7.872.244	6.578.083	2.113	6.575.970	19,7	-60,7
Café	4.763.069	8.380	4.754.689	3.891.534	2.724	3.888.810	22,4	207,6
Fumo e seus Produtos	2.752.032	49.300	2.702.733	2.262.374	42.456	2.219.918	21,6	16,1
Cereais, Farinhas e Preparações	2.206.966	3.225.570	-1.018.604	2.219.881	2.333.742	-113.861	-0,6	38,2
Sucos de Fruta	2.151.783	15.162	2.136.621	2.374.045	11.360	2.362.685	-9,4	33,5
Fibras e Produtos Têxteis	1.587.384	969.088	618.296	1.557.663	589.140	968.523	1,9	64,5
Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	1.033.135	444.917	588.218	967.719	369.551	598.169	6,8	20,4
Demais Produtos de Origem Vegetal	798.550	419.728	378.821	671.868	313.814	358.054	18,9	33,8
Produtos Alimentícios Diversos	447.134	233.567	213.566	345.923	167.304	178.619	29,3	39,6
Cacau e seus Produtos	400.636	215.749	184.887	364.947	212.472	152.474	9,8	1,5
Bebidas	273.194	329.615	-56.421	252.487	308.870	-56.383	8,2	6,7
Chá Mate e Especiarias	208.232	36.480	171.752	201.096	35.593	165.503	3,5	2,5
Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	166.221	707.179	-540.958	106.982	420.679	-313.697	55,4	68,1
Rações para Animais	147.611	181.174	-33.562	104.217	149.456	-45.239	41,6	21,2
Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	120.117	743.829	-623.712	102.261	456.601	-354.340	17,5	62,9
Plantas Vivas e Produtos de Floricultura	35.604	14.105	21.499	35.278	10.788	24.490	0,9	30,7
TOTAL	71.806.467	11.819.798	59.986.670	58.420.419	8.719.087	49.701.332	22,9	35,6

Fonte: Elaborado pela SRI/MAPA a partir de dados da SECEX/MDIC.

A análise dos destinos das exportações evidencia o crescimento das vendas para os seguintes blocos econômicos ou regiões geográficas, no período de janeiro a dezembro de 2008: Ásia (exceto Oriente Médio), 49,2%; União Européia, 13,8%; Aladi (excluindo Mercosul), 62,9%; e África (exceto Oriente Médio), 26,2%, conforme demonstrado no Quadro a seguir.

Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos/Regiões
2008 e 2007 (em US\$ mil)

Blocos	Janeiro - Dezembro		Var%	Participação	
	2008	2007	2008 / 2007	2008	2007
UE 27	23.775.502	20.894.044	13,8	33,1	35,8
Ásia (Excluindo Oriente Médio)	16.852.027	11.294.665	49,2	23,5	19,3
Nafta	7.215.475	7.361.252	-2,0	10,0	12,6
Europa Oriental	5.469.506	4.284.197	27,7	7,6	7,3
Oriente Médio	5.122.980	4.722.276	8,5	7,1	8,1
África (Excluindo Oriente Médio)	4.811.855	3.801.130	26,6	6,7	6,5
Aladi (Excluindo Mercosul)	4.334.638	2.660.900	62,9	6,0	4,6
Mercosul	2.013.529	1.764.886	14,1	2,8	3,0
Demais da Europa Ocidental	824.372	632.392	30,4	1,1	1,1
Oceania	411.423	265.166	55,2	0,6	0,5
Demais da América	254.288	144.012	76,6	0,4	0,2

Fonte: Elaborado pela SRI/MAPA a partir de dados da SECEX/MDIC.

Exportações do Agronegócio por países: 2008 e 2007 (em US\$ mil)

Países	Janeiro - Dezembro		Var%	Participação	
	2008	2007	2008 / 2007	2008	2007
China	7.930.975	4.673.705	69,7	11,0	8,0
Países Baixos	6.531.259	5.436.204	20,1	9,1	9,3
Estados Unidos	6.249.474	6.401.539	-2,4	8,7	11,0
Rússia, Federação da	4.187.630	3.386.099	23,7	5,8	5,8
Alemanha	3.107.992	2.401.940	29,4	4,3	4,1
Itália	2.752.984	2.630.288	4,7	3,8	4,5
Bélgica	2.551.187	2.227.878	14,5	3,6	3,8
Japão	2.441.931	1.750.629	39,5	3,4	3,0
Venezuela	2.426.212	1.144.760	111,9	3,4	2,0
Espanha	2.270.987	2.113.709	7,4	3,2	3,6
França	2.139.174	1.774.839	20,5	3,0	3,0
Reino Unido	1.946.958	1.770.287	10,0	2,7	3,0
Hong Kong	1.623.616	1.205.128	34,7	2,3	2,1
Arábia Saudita	1.431.746	985.336	45,3	2,0	1,7
Argentina	1.317.292	1.214.848	8,4	1,8	2,1
Coreia, República Sul	1.018.974	850.314	19,8	1,4	1,5
Irã, República Islâmica do	927.438	1.565.752	-40,8	1,3	2,7
Tailândia	905.347	560.243	61,6	1,3	1,0
Egito	769.575	687.312	12,0	1,1	1,2
Emirados Árabes Unidos	763.890	810.235	-5,7	1,1	1,4
Demais Países	18.511.826	14.829.374	24,8	25,8	24,4
TOTAL	71.806.467	58.420.419	22,9	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela SRI/MAPA a partir de dados da SECEX/MDIC.

f) Pesquisa Agropecuária

Para manter a competitividade nessa área, o Governo investirá em pesquisa e desenvolvimento, em 2009, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), recursos de R\$ 914 milhões. Os resultados das pesquisas representam, atualmente, um ganho estimado de produtividade de 60%. Os investimentos concentram-se especialmente na área de biotecnologia e do desenvolvimento de variedades adaptadas a vários cenários, com vistas a atender também às mudanças climáticas.

A pesquisa agropecuária manteve, em 2008, uma carteira de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com 744 projetos concluídos ou em execução. Obteve-se, como principais resultados: i) o melhoramento genético de plantas, com o lançamento de novos cultivares que proporcionaram melhoria da produtividade, da qualidade e da resistência a fatores adversos, a exemplo da variedade Clone BRS 275 (Cultivar BRS Dão) híbrido de cajueiro comum com anão precoce e uma nova cultivar de cevada para o Cerrado (extensão de BRS 195); ii) zoneamento de risco climático para diferentes regiões, com o objetivo de reduzir os riscos nas culturas de arroz, feijão, milho, soja, algodão, trigo, cevada e também maçã, banana, alho e cebola; iii) alternativa à criação da galinha caipira, com o desenvolvimento da poedeira Colonial Embrapa 051, que proporciona a produção de ovos para pequenas propriedades; e iv) desenvolvimento de tecnologia de inoculação da cana-de-açúcar, pela qual o inoculante é feito à base de bactérias fixadoras de nitrogênio, que, aplicado na cana-de-açúcar, promove o crescimento da planta sem o uso de fertilizante nitrogenado.

Destacaram-se, ainda, resultados relevantes na área de material genético, como: i) 18.425 acessos intercambiados; ii) caracterização de 8.191 acessos de germoplasma de leguminosas, oleaginosas e fibrosas, sendo as principais: soja, feijão, feijão-caupi, amendoim, gergelim, *Arachis spp.*, girassol, algodão, sisal, mamona; e iii) conservação de 104.000 acessos na Coleção de Base (conservação a longo prazo). Foram disponibilizadas tecnologias, nas áreas vegetal e animal, a exemplo de: i) boas práticas para criação de bovinos de leite; ii) manejo e produção de ovinos em áreas de mata e savana; iii) criação de tambaqui em rede com aproveitamento de lagos naturais; iv) produção de plantas medicinais do pantanal; e v) tecnologias para cadeia de oleaginosas e biodiesel.

Ainda em 2008, foram empreendidos esforços referentes à criação do Plano de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa, sendo contempladas melhorias e implantação de infra-estrutura para o Sistema Nacional de Pesquisa (SNPA), atendendo à Embrapa e às Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS). Ainda estão sendo investidos recursos na construção de novos centros de pesquisa nas regiões do Cerrado e pré-Amazônia, com localização nos Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Na área internacional, em vista da necessidade de fortalecer os avanços sobre as fronteiras de conhecimento nas áreas da América Latina, Caribe e Europa, foram inaugurados o escritório da Embrapa na Venezuela e do Labex, na Inglaterra, bem como assinado acordo para o estabelecimento do Labex na Coreia do Sul. Em 2009, na pesquisa agropecuária o Governo continuará dando ênfase a inovações tecnológicas para a agricultura tropical, como: i) recursos genéticos – conservação e utilização; ii) melhoramento vegetal e animal; iii) plantio direto; iv) fixação biológica de nitrogênio (leguminosas/rizóbio); v) controle biológico (pragas e doenças); vi) melhoria da qualidade das pastagens (carnes, leite, braquiária); vii) plantas e animais tropicais (soja, frutas tropicais e temperadas adaptadas, gado zebuino); viii) fibras e madeira (algodão e eucalipto); e ix) agropecuária do Cerrado.

g) Agroenergia

g.1) Complexo Sucroalcooleiro

As perspectivas para o complexo sucroalcooleiro nacional, em 2009, são bastante favoráveis, estimando-se o crescimento da colheita da cana-de-açúcar em 14%. O etanol hidratado – segmento que mais cresce no setor – teve seu desenvolvimento impulsionado pelas vendas de veículos *flex fuel*, possibilitando consolidar o setor sucroalcooleiro nacional ao lado do açúcar e do etanol anidro, este usado na mistura com a gasolina. Atualmente, existem, no País, 417 usinas em produção e, em 2008, o setor proporcionou receita cambial da ordem de US\$ 7,87 bilhões, sendo US\$ 5,48 bilhões com açúcar e US\$ 2,39 bilhões com etanol.

O etanol hidratado deverá ser o produto com maior crescimento da produção no setor. Estima-se uma produção total de hidratado, na safra 2008/2009, de 17,5 bilhões de litros, comparado com 14,3 bilhões de litros produzidos na safra anterior. Esta safra mantém um ritmo de forte crescimento com relação à safra anterior: 11,4% mais cana-de-açúcar, 4,8% mais açúcar e quase 18% mais etanol. Além do etanol hidratado, foram produzidos 9,5 bilhões de litros de etanol anidro, utilizados na mistura à gasolina.

Como parte das medidas governamentais para fortalecer a competitividade do setor, foram concluídos os trabalhos técnicos para o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, que servirá de base para a formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento da expansão canavieira em território nacional, em prol do desenvolvimento sustentável do complexo sucroalcooleiro e avanço na liderança internacional na produção de etanol. A publicação desse Zoneamento está prevista para 2009, após articulação com os Estados e sociedade.

O Governo também empenhou-se em parcerias com outros países e buscou incessantemente informar e esclarecer a crítica mundial sobre a real situação e as perspectivas dos biocombustíveis no Brasil. Aos poucos, por conta da atuação coordenada do Governo e do setor privado em diversos fóruns internacionais, o debate sobre biocombustíveis tem se qualificado, esclarecendo as vantagens da produção de etanol no Brasil e em outros países em desenvolvimento e derrubando os mitos contrários à produção e uso desse biocombustível. Nesse sentido, merece destaque a realização, em 2008, da Conferência Internacional de Biocombustíveis, em São Paulo, reunindo representantes de alto nível técnico e político de mais de noventa países.

g.2) Biodiesel

Em 2008, houve importantes avanços nesse segmento, apoiado principalmente na soja e no sebo bovino, mas com a tendência de incorporar, num futuro próximo, outras oleaginosas e fontes de matérias-primas. O Governo vem procurando dar suporte ao desenvolvimento dessa nova indústria, mediante a implantação de arranjos produtivos locais, em especial de pequenos produtores, visando engajá-los cada vez mais na cadeia produtiva desse biocombustível, que tem grande potencial de mercado, inclusive em nível mundial.

Em julho de 2008, começou a vigorar a mistura obrigatória de 3% de biodiesel ao diesel mineral (o chamado B3). Devido ao crescimento do setor produtivo, foi possível aumentar o percentual de mistura (que era de 2%) e já há uma expectativa de que a meta de 5% de mistura deverá ser alcançada antes do prazo estabelecido (2013). A produção e, em consequência, a

demanda, continuaram crescentes. Comparando-se os dados de produção de 2008 com os de 2007, constata-se um crescimento de aproximadamente 300%. Atualmente, o Brasil possui 46 usinas de biodiesel, com capacidade instalada de aproximadamente 3 bilhões de litros por ano, volume bem superior ao necessário para o B3. Isso demonstra a confiança do investidor nesse combustível renovável e de grande demanda mundial.

A Embrapa Agroenergia vem investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) visando diversificar as oleaginosas suscetíveis de aproveitamento na fabricação de biodiesel. O pinhão-manso é o principal exemplo nessa linha, que ainda inclui o inajá, dentre outras espécies vegetais promissoras. Também merecem destaque iniciativas para difundir novas tecnologias, principalmente aos pequenos e médios produtores, na busca do aumento da produtividade e competitividade do óleo, cuja participação no custo total do biodiesel varia entre 70 e 80%. Outra iniciativa é a parceria entre a Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão ligado ao MAPA, e a Petrobras, visando ao desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas da região cacaueira, principalmente com o cultivo do dendê como matéria-prima para o biodiesel

3. Turismo

De acordo com a metodologia Conta Satélite do Turismo, desenvolvida pelo *World Travel & Tourism Council* (WTTC), o setor turístico terá sido responsável, diretamente, em 2008, por 2,5 % do PIB gerado no Brasil – R\$ 71 bilhões –, e, se considerarmos, também, as demais atividades associadas ao turismo, essa participação deverá alcançar 6,2% do PIB, ou seja, R\$ 173 bilhões. Em número de empregos, o setor é responsável por 2,28 milhões de empregos diretos e, ao todo, mais de seis milhões.

No que se refere ao marco legal, o setor do turismo obteve um grande avanço com a aprovação, em 2008, do projeto de lei de autoria do Poder Executivo, que resultou na Lei nº 11.771, mais comumente conhecida como Lei Geral do Turismo. Mais que um marco regulatório para toda a cadeia prestadora de serviços, essa lei representa um reconhecimento da força do turismo como alavanca de desenvolvimento econômico e social, em virtude da sua capacidade de geração de emprego e renda. O referido instrumento estabelece um novo ordenamento ao setor, definindo organização institucional e alternativas de sustentação financeira e, sobretudo, zelando pela qualidade dos serviços ofertados à população. Essa legislação permitirá ao consumidor do produto turístico a fiscalização sobre a prestação desses serviços, bem como a possibilidade de optar por fornecedores.

A lei inova ao definir critérios para a habilitação das empresas para atuarem no setor e ao criar mecanismos de suporte financeiro para as atividades turísticas. Entre os mecanismos, está a utilização do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), operado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA).

a) Planejamento e Gestão da Política Nacional de Turismo

O Plano Nacional do Turismo – PNT 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão – avança na perspectiva da expansão e do fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo. Além disso, busca consolidar o Brasil, internacionalmente, como destino turístico competitivo. O Governo tem desenvolvido uma ação permanente de fortalecimento dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo e suas Câmaras Temáticas, objetivando ampliar o processo de discussão, reflexão e avaliação da Política Nacional de Turismo, de forma integrada, nos âmbitos nacional e estadual, nas regiões turísticas, e nos Municípios, articulando o poder público e a iniciativa privada.

A Copa do Mundo 2014 também tem mobilizado o Governo para a adoção do planejamento turístico para sua realização. Um evento de tamanha magnitude é uma oportunidade para que o País se transforme em uma vitrine para o mundo, e representa importante oportunidade turística, com um significativo salto no desenvolvimento dessa atividade e da infraestrutura urbana. Em virtude disso, em 2008, foram realizados seminários e visitas técnicas a países-sede de torneios anteriores, buscando avançar no diagnóstico das principais perspectivas, oportunidades, desafios e benefícios de médio e longo prazos que o evento pode propiciar ao turismo brasileiro. Questões relativas à hotelaria, à infra-estrutura, à aviação regional, à qualificação profissional dos prestadores de serviços, aos vistos consulares de entrada no País, ao financiamento de projetos e parcerias público-privadas e à mobilidade e acessibilidade dos turistas já foram levantadas, e serão desenvolvidas a partir de 2009.

b) Regionalização e Ordenamento Turístico

A principal ação desenvolvida, em 2008, pelo Macroprograma de Regionalização do Turismo foi a conclusão do primeiro diagnóstico do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico. O estudo permite estabelecer um método criterioso de análise e mensuração de resultados que são utilizados para levantar, de forma participativa, as reais necessidades dos destinos, para planejar ações e investimentos e para monitorar, ano a ano, os resultados obtidos. O levantamento inicial revelou, por exemplo, que monitoramento e marketing foram os indicadores que necessitam de maiores incentivos técnicos e mais recursos. Diante desse cenário, e levando em conta a realização da Copa de 2014, será feito um diagnóstico das 18 cidades brasileiras candidatas a sede dos jogos, que apontará as necessidades específicas de investimentos para atender às demandas do referido evento.

Ainda em relação ao Macroprograma de Regionalização do Turismo, foram desenvolvidos no último ano os seguintes projetos: i) criação ou fortalecimento das instâncias de governança regional, sendo que, até novembro, 53 regiões turísticas receberam a primeira oficina de sensibilização, 20 regiões receberam a segunda, 7 regiões tiveram seus Planos Estratégicos avaliados e 4 regiões tiveram a instância criada na segunda oficina; ii) capacitação de gestores da cadeia do turismo, por meio do curso a distância Regionalização do Turismo, com a participação de 3 mil pessoas; iii) Projeto Economia da Experiência, que consiste no fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais, visando à agregação de valor aos produtos turísticos do território; e iv) Projeto Rede de Cooperação Técnica para Roteirização, que se encontra em sua segunda fase, tendo sido contemplados, em 2008, cinco novos roteiros turísticos integrando as cinco macrorregiões brasileiras.

No decorrer de 2009, continuarão a ser desenvolvidos novos roteiros no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo. Os roteiros desenvolvidos são apresentados no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil. Por ocasião da terceira edição do evento, em 2008, foram apresentados 337 roteiros de 165 regiões, envolvendo 3.916 Municípios. Estiveram presentes 87,3 mil visitantes numa área de 38 mil m² do Centro de Convenções do Anhembi na capital paulista. A movimentação financeira, nas áreas de hospedagem e compras, foi de R\$ 32 milhões, superando em R\$ 6,1 milhões a edição de 2006. No módulo Rodada de Negócios, foram realizados 1.760 encontros, gerando uma expectativa de negócios para os próximos 12 meses da ordem de R\$ 72 milhões, sendo R\$ 24,3 milhões para os compradores (operadoras) e R\$ 47,7 milhões para vendedores (empresas de receptivo e meios de hospedagem). Esse resultado supera em R\$ 13 milhões a expectativa gerada na edição de 2006.

c) Cooperação Técnica Internacional

Destaque para o projeto Casa Brasil, uma iniciativa importante em relação ao mercado chinês, que, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), deverá enviar ao exterior cerca de 100 milhões de turistas/ano até 2020. Esse projeto promoveu e divulgou o País em Beijing, durante a realização das Olimpíadas. A Casa Brasil foi idealizada para fazer os visitantes se sentirem no Brasil, e, para tanto, contou com modernos recursos de multimídia e cenografia que remetiam a paisagens brasileiras, em especial ao Rio de Janeiro, cidade candidata a sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Com uma área de aproximadamente 1.000m², a Casa Brasil foi utilizada como um espaço para o recebimento de convidados e para a realização de reuniões internas e planejamento de trabalho.

d) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro

O Governo tem incrementado o financiamento a campanhas publicitárias e educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem cada vez mais pessoas a viajar pelo Brasil. O Programa Viaja Mais, voltado ao incentivo do turismo para grupos de consumidores de baixa renda ou por aqueles que optam por viajar na baixa temporada, atingiu as marcas de 180 mil pacotes vendidos, 1.579 agências de viagem cadastradas e 700 pacotes diferentes, contemplando 12 cidades de origem e 36 cidades de destino. O Programa Viaja Mais contempla, prioritariamente, duas iniciativas: i) o Programa Viaja Mais – Melhor Idade, que visa promover a inclusão dos idosos, aposentados e pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e usufruir os benefícios da atividade turística, ao mesmo tempo que fortalece o turismo interno regionalizado; e ii) o Programa Viaja Mais – Jovem, cujo projeto-piloto foi lançado, em maio de 2008, para estudantes do Estado do Acre, e que visa promover o acesso à experiência turística para jovens estudantes, com o objetivo de incentivar a cultura de viagens de cunho educativo, melhorar a inter-relação entre escola, aluno e patrimônio.

No âmbito das ações de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro, foi lançado o Brasil Vendo Melhor, um programa de premiação e incentivo ao agente de viagens. A ação pretende estimular a venda de produtos turísticos brasileiros, concedendo prêmios por desempenho para agentes e gerentes/proprietários de empresas em todo o Brasil. A proposta é atuar em duas frentes: na distribuição, com o programa de estímulo aos agentes de viagens; e na comunicação direta com a população, por meio de campanha publicitária a ser divulgada em TVs, rádios, mídia *on-line*, entre outros. Em novembro de 2008, o programa já havia ultrapassado a marca de 1,5 mil agências cadastradas.

Ainda com foco na ampliação do mercado interno, foi lançada em novembro a campanha nacional “Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil”, destinada a fomentar as viagens domésticas de lazer no período do verão 2008/2009.

Esse o conjunto de ações promocionais e de estruturação dos produtos e destinos turísticos tem contribuído efetivamente para o dinamismo do turismo interno. Como resultado, até outubro de 2008 foram realizados 48,2 milhões de desembarques nacionais de passageiros.

e) Promoção Internacional

Em 2008, o esforço de promoção do Brasil no mercado turístico global trouxe resultados significativos, fruto, em grande parte, dos avanços na construção da imagem do País, tendo sido registrada a entrada de aproximadamente US\$ 5,7 bilhões, valor que

supera em 15% a receita registrada em 2007. Os desembarques internacionais foram de 6,5 milhões de passageiros.

Uma nova etapa da promoção internacional iniciou-se em setembro de 2008, com o lançamento, em Nova Iorque, da nova campanha publicitária mundial – Brasil Sensacional. A campanha está sendo veiculada em doze países prioritários para a promoção internacional do Brasil – com destaque para a América do Sul. Até 2010, são previstos investimentos de US\$ 88 milhões em publicidade. Somam-se ao esforço da campanha, as demais ferramentas de promoção do Brasil na comunicação com os agentes e operadores de viagens, com a imprensa internacional e com os consumidores.

O programa de captação e promoção de eventos internacionais alcançou a meta de manter o Brasil entre os dez países que mais recebem eventos no mundo, estando em oitavo lugar no ranking da *International Congress and Convention Association* (ICCA), principal entidade do setor. A descentralização dos eventos foi outro objetivo alcançado no último ano. Hoje, 38 cidades brasileiras, nas diversas regiões, estão recebendo congressos e encontros internacionais e se beneficiam da receita gerada pelos turistas estrangeiros participantes dos eventos, os quais têm gasto médio três vezes maior do que o turista de negócios convencional.

O Brasil alcançou reconhecimento como destino turístico emergente mundial. Estudo do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), que reúne os grandes empresários de turismo do mundo, apontou o País como a 14ª economia de turismo do mundo, em 2008, sendo que, em 2007, estávamos na 17ª colocação. As perspectivas para 2009 são de estabilidade do quadro, com expectativa de retomada do crescimento em 2010.

f) Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

A negociação, em 2008, de uma Linha de Crédito de US\$ 1 bilhão com o BID para a criação do PRODETUR Nacional, com a expansão dos benefícios da implantação dos programas PRODETUR aos Estados das regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, marca uma nova fase para o desenvolvimento da atividade turística. O PRODETUR Nacional incorpora as lições aprendidas pela execução do Programa na região Nordeste e busca a sua expansão para as demais regiões e Estados. O PRODETUR é hoje um dos principais instrumentos do Governo para a consecução dos objetivos propostos pelo Plano Nacional de Turismo e sua implantação representa uma grande oportunidade para a geração de emprego e renda a partir do desenvolvimento sustentável da atividade turística.

g) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos

No fomento aos projetos turísticos da iniciativa privada, as ações foram concentradas, no último exercício, em questões ligadas a recursos e linhas de financiamentos, acesso ao crédito e captação de investimentos internos e externos. Nesse particular, o Governo atuou em importantes eventos da cadeia produtiva do turismo no Brasil e no exterior. Os desembolsos realizados para as atividades turísticas no Brasil ultrapassaram, em 2008, a marca histórica de R\$ 3,4 bilhões. Esse volume de crédito, concedido pelos agentes financeiros federais às empresas da cadeia produtiva do turismo, evidenciou um crescimento de 32,3% em relação ao montante observado em 2007, de R\$ 2,6 bilhões.

As ações de promoção de investimentos permitiram identificar 202 obras do setor hoteleiro em estágio de desenvolvimento, construção ou implantação em todo o território nacional. Tais empreendimentos projetam a construção de 42,6 mil novas

unidades habitacionais destinadas ao turismo no País, com previsão de gerar 132,2 mil novos empregos ligados ao turismo. Estima-se que o valor total de investimentos privados deverá atingir a soma de R\$ 5,9 bilhões, correspondente aos projetos hoteleiros previstos para execução no período de 2008 a 2011.

Em 2009, a base referencial do planejamento na área do turismo consistirá em contribuir para a realização da Copa do Mundo de 2014 e fortalecer a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016. O planejamento neste ano converge para a ampliação de recursos públicos e privados na implantação, expansão e modernização de equipamentos turísticos. Assim, o plano de trabalho prevê as ações prioritárias voltadas à promoção de investimentos em instalações do receptivo turístico (hospedagem, alimentação e entretenimento), qualificação de mão-de-obra (qualificação profissional), ampliação da mobilidade (aeroportos, estradas e terminais rodoviários) e da acessibilidade (sinalização, transporte de massa e infra-estrutura).

h) Infra-estrutura do Turismo

Em 2008, foram apoiados projetos no valor de R\$ 1,5 bilhão em infra-estrutura do turismo. Os recursos foram aplicados em melhoria e recuperação da infra-estrutura de mais de 2.087 Municípios, com ações direcionadas ao saneamento básico, à reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, à melhoria da acessibilidade e da sinalização turística, à recuperação de mercados, museus, casas de cultura, centros de artesanato, centros de convenções ou eventos, centros de informações turísticas, bem como para escolas de qualificação destinadas a profissionais dos setores de hotelaria. Ressaltam-se, também, os seguintes projetos em implantação: i) Centros de Convenções, em Minas Gerais (R\$ 11,0 milhões); ii) requalificação do molhe de Brasília Teimosa com acesso ao Parque das Esculturas em Recife (R\$ 7,5 milhões); e iii) reurbanização, revitalização e saneamento do acesso ao centro histórico de Parati, no Estado do Rio de Janeiro (R\$ 6 milhões).

i) Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo

O objetivo da qualificação dos profissionais é propiciar elevados padrões de qualidade e segurança dos serviços turísticos ofertados, aumentando a satisfação do turista e a competitividade dos destinos. Além das já mencionadas medidas de qualificação, no ano de 2008, foram investidos cerca de R\$ 20 milhões em projetos de qualificação e certificação, envolvendo Municípios com potencial turístico em todos os Estados brasileiros. Foram qualificados aproximadamente 55 mil profissionais em ocupações básicas ligadas ao turismo.

j) Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI)

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) tem por finalidade a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos destinos turísticos. Os princípios adotados pelo Programa são o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança e do adolescente. Suas ações baseiam-se em campanhas de comunicação, na realização de seminários de sensibilização junto à cadeia produtiva do turismo, na formação de multiplicadores com o propósito de implantar uma cultura de respeito à infância no setor turístico e em ações que visam proteger e oferecer alternativas a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

Para ampliar o número de pessoas sensibilizadas na temática da prevenção à exploração sexual de crianças e de adolescentes, iniciou-se a formação de multiplicadores – pessoas que disseminam informações e reforçam a campanha do Turismo Sustentável e Infância. Até dezembro de 2008, essa ação multiplicadora se desenvolveu nos Estados de Rondônia, Pernambuco, Bahia e São Paulo. Participaram das ações de sensibilização 1.640 pessoas e 410 tornaram-se multiplicadoras. Novas ações de sensibilização e formação de multiplicadores estão previstas para 2009, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Quanto às populações em situação de vulnerabilidade social, foi lançado o Projeto de Inclusão Social com Capacitação Profissional na cidade de Fortaleza (CE), onde foram capacitados 360 jovens entre 16 a 26 anos, visando torná-los aptos para serem inseridos no mercado de trabalho dos segmentos de turismo da cidade. Esses jovens passaram por 200 horas-aula teóricas e práticas e estão sendo contratados pelas empresas ligadas ao turismo. O Projeto iniciou, ainda em 2008, a fase de implementação nas cidades de Recife, Ipojuca, Olinda e Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco; Santos, Guarujá e São Vicente, no Estado de São Paulo.

No conjunto das ações para o desenvolvimento do Programa TSI, em 2008, foram aprovados 15 convênios e dois Termos de Cooperação Mtur/SEDH, tendo como objeto o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, totalizando R\$ 7,2 milhões.

4. Trabalho e Emprego

O número de empregos gerados no mercado de trabalho brasileiro vem alcançando patamares de crescimento cada vez mais elevados nos últimos anos, tendo sido registrados sucessivos recordes, tanto nos dados registrados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), como nos apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), as duas mais importantes fontes para análise estrutural e conjuntural do mercado de trabalho brasileiro. O aumento no número de postos de trabalho ocorre concomitantemente a avanços na qualidade do emprego no País, refletidas na progressiva formalização, confirmada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e ratificada pelos dados apurados nos registros acima mencionados.

A análise dos últimos dados publicados pela RAIS – registro anual dos empregados estatutários, celetistas, temporários e avulsos em todos os estabelecimentos e instituições públicas e privadas do País – constata que, em 2007, foram criados 2.452.181 empregos, a maior geração de empregos formais de sua série histórica iniciada em 1985. Deve-se observar que esse recorde, que foi acompanhado de expansão generalizada do emprego em nível setorial e geográfico, superou, em 28%, o recorde anterior alcançado em 2006, quando foram gerados 1.916.632 postos de trabalho, confirmando uma tendência progressiva de crescimento no número de empregos e de formalização do mercado de trabalho brasileiro.

Se somarmos os resultados apurados pela RAIS em 2006 e 2007 aos que foram registrados nos três anos anteriores, de 2003 a 2005, obteremos os dados acumulados relativos ao quinquênio 2003-2007, que indicam um crescimento sem precedentes no nível de emprego formal no mercado de trabalho nacional. Os números da RAIS são inequívocos: de janeiro de 2003 a dezembro de 2007, foram gerados 8.923.517 empregos. Isso corresponde a uma média mensal de 148.725 empregos, mais de duas vezes superior à verificada em 2003, o primeiro ano de gestão deste Governo, quando a média mensal alcançada foi de 71.751 postos de trabalho.

Já o CAGED – que registra a movimentação mensal de admissões e demissões de celetistas em todos os estabelecimentos e instituições públicas e privadas brasileiras – revela que, entre janeiro e dezembro de 2008, foram gerados cerca de 1.452.204 (hum milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quatro) empregos celetistas, o terceiro melhor resultado da série do CAGED, superado apenas pelos ocorridos nos anos de 2007 (1.617.392 postos) e 2004 (1.523.276 postos de trabalho). O desempenho mais modesto em 2008, comparativamente aos registrados nos referidos exercícios, reflete os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o mercado de trabalho brasileiro, vislumbrados a partir do mês de outubro. Entretanto, se adicionarmos a esse aumento dos empregos celetistas do CAGED, relativos ao ano de 2008, os empregos gerados nos registros da RAIS para os cinco anos anteriores, de 2003 a 2007 – que reúnem celetistas, estatutários, temporários e avulsos –, encontraremos, para o período, um total de 10,375 milhões de empregos formais gerados. Trata-se de um patamar de empregos gerados em um período de seis anos sem precedentes na história recente do País, correspondendo a uma média mensal de 144,1 mil postos de trabalho, bem superior à meta inicial do Governo, de geração de cerca de cem mil empregos mensais.

Esse desempenho do mercado de trabalho brasileiro é consequência direta de mudanças estruturais na economia brasileira, como o fortalecimento do mercado interno e a priorização do investimento público, da conjuntura externa favorável dos últimos anos e também da intensificação das políticas públicas de emprego e renda.

a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

A dimensão da formalização do emprego no Brasil, cujos sinais se refletem no vigor da evolução do emprego formal evidenciado nas referidas informações da RAIS e do CAGED, comprova-se pelos dados apurados em levantamentos amostrais periodicamente realizados pelo IBGE. Trata-se da PNAD, cujos dados apurados entre 2003 e 2007 mostram que das 10.249.822 ocupações criadas no período, 78% correspondem a formas protegidas de inserção, um indicador expressivo do aumento do grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro.

Os dados da série histórica apurados pela PNAD revelam ainda que, em 2007, a proporção de trabalhadores formais no total de ocupados foi 41% superior ao percentual apurado em 2002, que foi de 35,7%, enquanto a taxa de desemprego no Brasil, no período, foi reduzida de 9,2% para 8,2%.

b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

Em 2008, teve prosseguimento a estratégia de intensificar a utilização dos fundos públicos para estimular o investimento e, em decorrência, a geração de emprego e renda. No âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o estímulo ao investimento e à geração de emprego ocorre por meio da alocação de recursos do Fundo nas instituições financeiras oficiais federais, para serem operados no âmbito das linhas de crédito constitutivas do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

Em 2008, foram alocados pelo FAT nos bancos federais para financiamentos no âmbito do PROGER um montante de R\$ 6,25 bilhões em novas aplicações. Num contexto mais restritivo de disponibilidades do FAT, foi promovida uma revisão do foco das aplicações desse Programa, que passou a priorizar as linhas voltadas para investimento em micro e pequenos empreendimentos, com maior dificuldade de acesso a crédito. Como consequência dessa maior focalização, deve-se destacar o

desempenho das linhas PROGER Urbano e FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas que, nos primeiros oito meses de 2008, realizaram 277.332 operações de financiamento a micro e pequenos empreendimentos, no valor total de R\$ 1.217.000.000,00.

Já o FGTS executou, em 2008, o orçamento mais significativo de sua história, alcançando um total de aplicações da ordem de R\$ 28,995 bilhões, sendo: R\$ 12,495 bilhões para Habitação Popular; R\$ 5,95 bilhões para Saneamento; e R\$ 1 bilhão para os segmentos produtivos de Infra-estrutura. Foram também alocados recursos do FGTS na concessão de descontos em financiamentos a pessoas físicas na área de habitação popular (famílias com renda mensal bruta de até 5 salários mínimos) – da ordem de R\$ 1,55 bilhão; no FI-FGTS (R\$ 5 bilhões); e no Fundo de Arrendamento Residencial (R\$ 3 bilhões).

O ano de 2008 marcou o início das operações do referido Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), criado no âmbito do PAC, pela Lei nº 11.491, de 2007, com a finalidade de prover recursos para investimentos em infra-estrutura de energia, rodovia, ferrovia, hidrovias, porto e saneamento. Nesse sentido, o Comitê de Investimento do FI-FGTS aprovou a contratação de investimentos até dezembro de 2008 que atingem o montante de R\$ 10,9 bilhões. Para viabilizar essa demanda, o Conselho Curador do FGTS autorizou a aplicação de mais R\$ 10 bilhões dos recursos do Fundo para a integralização de quotas no FI-FGTS, cujo capital integralizado já totaliza R\$ 15 bilhões.

Ademais, em outubro de 2008, em função dos reflexos da atual crise econômico-financeira global na economia do País, especialmente quanto à escassez de crédito e liquidez no sistema financeiro nacional, o FGTS autorizou novas modalidades de operações com lastro em direitos creditórios, voltadas exclusivamente ao setor da construção civil e do crédito imobiliário. Para a realização desses investimentos, no exercício de 2009, foram alocados recursos das disponibilidades do FGTS no montante de R\$ 3 bilhões.

Os critérios de mensuração de metas sociais relativos à aplicação dos recursos do FGTS indicam que para cada milhão de recursos aplicados no setor de construção civil são gerados cerca de 98 postos de trabalho. Dessa forma, a efetiva aplicação desses recursos tem relevante impacto na economia nacional no tocante à geração de emprego, trabalho e renda, na medida em que aciona todo o macro-setor da construção civil, inclusive a cadeia produtiva de serviços, indústria e comércio, notoriamente grande demandante de mão-de-obra.

c) Valorização do Salário Mínimo

Estudos apontam para a importância do salário mínimo como uma das variáveis que contribuíram decisivamente para a redução na desigualdade de rendimentos do trabalho verificada nos últimos anos. Este efeito do salário mínimo é reforçado, segundo diversas evidências, pelo fato de ele também ser referência para o mercado de trabalho informal, e de influenciar rendimentos não só no valor exato de 1 salário mínimo, mas também na faixa de até 3 salários mínimos. Dessa forma, a política de salário mínimo constitui parte fundamental da estratégia de redução das desigualdades do País.

Ao passar de R\$ 200,00 no final de 2002, para os atuais R\$ 415,00, o salário mínimo teve seu valor nominal acrescido em percentual bastante superior ao da variação de preços que se verificou no período, elevando significativamente o seu poder de compra. Utilizando como deflator o INPC/IBGE, o salário mínimo teve um crescimento real de mais de 50% entre dezembro de 2002 e 1º de março de 2008, alcançando no período os mais elevados patamares médios anuais de aumento real, desde

novembro de 1985. O atual valor foi determinado no âmbito da nova política para o salário mínimo, que estabeleceu que de 2008 até 2011 os reajustes seriam definidos pela reposição da inflação mais o crescimento real do PIB, com antecipação gradual da data-base para janeiro.

d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

A fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas é um poderoso instrumento de inclusão social. A assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social representa para o trabalhador acesso aos direitos e garantias previstos no sistema de proteção social criado pela Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao incluir cidadãos no mercado formal, a inspeção trabalhista contribui significativamente para a sua proteção social.

De janeiro a dezembro de 2008, 668.857 trabalhadores foram registrados sob ação fiscal. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seu vínculo de emprego formalizado. Desde 2003, a inspeção do trabalho retirou da informalidade mais de quatro milhões de trabalhadores, que passaram, assim, a usufruir de férias remuneradas, 13º salário, entre outros direitos legalmente garantidos. A atuação da fiscalização do trabalho também foi importante para que a meta para 2008 de arrecadação ao FGTS fosse superada antes do término do ano. A arrecadação bancária do Fundo ultrapassou R\$ 48 bilhões em 2008, ante uma previsão de arrecadação de R\$ 46 bilhões. A inspeção verificou o recolhimento ao Fundo em 247.896 empresas até dezembro, o que representa doze mil empresas a mais do que a meta para o ano (235 mil empresas). Esses resultados refletem os investimentos realizados no âmbito do Projeto de Modernização da Fiscalização do FGTS. A iniciativa propiciou a remodelagem de processos negociais, a capacitação da auditoria fiscal e a aquisição e desenvolvimento de soluções tecnológicas de ponta, que têm contribuído para identificar com agilidade empresas inadimplentes e fraudadores.

A inserção laboral de pessoas com deficiência, cuja legislação estabelece que as empresas com cem ou mais empregados preencham de 2% a 5% dos seus postos de trabalho com pessoas com deficiência e/ou reabilitados pela Previdência Social, também foi prioridade para a fiscalização trabalhista. De janeiro a dezembro de 2008, a fiscalização inseriu no mercado de trabalho mais de vinte e cinco mil pessoas com deficiência. Esse número representa mais que o dobro da meta prevista para todo o ano.

A inspeção do trabalho empenhou-se ativamente para materializar o compromisso do Governo com o aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho. Em consonância com esse compromisso, foi criada, no Plano Plurianual 2008/2011, uma ação específica com o objetivo de reforçar o instituto da aprendizagem, intensificando a fiscalização quanto ao preenchimento das cotas de aprendizes a que as empresas devem cumprir. A instituição da ação mostrou-se acertada. Entre janeiro e dezembro de 2008, 55.637 jovens foram inseridos no mercado de trabalho na qualidade de aprendizes, número superior ao resultado de 2007 (52.676) e ao de 2006 (44.049). Nesse sentido, com a finalidade de orientar o empresariado e os trabalhadores acerca do instituto da aprendizagem, o Governo revisou e reeditou o “Manual da Aprendizagem – O Que É Preciso Saber para Contratar o Jovem Aprendiz”.

O trabalho de crianças e adolescentes e o trabalho em condições análogas a de escravo também foi tema prioritário da agenda da inspeção do trabalho em 2008. Pautada pelo objetivo de erradicar a prática de trabalho de crianças e adolescentes com

idade inferior a 16 anos, salvo se exercido na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, a fiscalização trabalhista retirou do trabalho ilegal 5.762 crianças e adolescentes, encaminhando-os à rede de proteção social, para, entre outras políticas, inscrição em programas de transferência de renda. Ainda em 2008, o Governo, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego coordenou no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) a elaboração do Decreto nº 6.481, que identifica as atividades econômicas para as quais fica proibida a contratação de menores de 18 anos. O ano passado marcou o início de operação do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI). A ferramenta inovadora, acessível pela Internet, permite consultar informações sobre o fenômeno do trabalho infantil no Brasil, como dados estatísticos e lista de focos por unidade da Federação. O sistema propicia, também, maior celeridade à coleta e consolidação dos dados obtidos pela auditoria trabalhista.

A política de erradicação do trabalho análogo ao de escravo recebeu, em 2008, um reforço com a publicação do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Elaborado pela Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), o Plano identifica e integra diversas estratégias de enfrentamento ao fenômeno, atualizando o primeiro plano, lançado em 2003, com diretrizes e linhas de ação como a orientação de desenvolver estratégias preventivas coordenadas com a atuação repressiva; a manutenção de base de dados que reúna informações dos principais agentes envolvidos no combate ao trabalho escravo; e a ampliação da fiscalização planejada, sem necessidade de denúncia. O lançamento, em outubro, do projeto Marco Zero de Intermediação de Mão-de-Obra no Campo, a ser executado em regiões de aliciamento de trabalhadores rurais, evidencia o compromisso do Governo em materializar as disposições do Plano.

O grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo manteve, em 2008, a atuação firme exibida em anos anteriores. De janeiro a dezembro, o grupo realizou 154 operações em todo o território nacional, compreendendo 201 fazendas, resultando no resgate de 5.016 trabalhadores da condição análoga à de escravo. Do total de libertados, 98% receberam três parcelas, cada uma no valor de um salário mínimo, do seguro-desemprego na modalidade especial criada para esse segmento. O total de indenizações pagas pelos perpetradores do crime aos trabalhadores ficou próximo a nove milhões de reais no ano. Do início de 2003 até dezembro de 2008, mais de vinte mil trabalhadores foram libertados de condição análoga à de escravo em operações de fiscalização. A ocorrência desses casos nos Estados do Sul do Brasil levou o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE a criar uma equipe de auditores fiscais para atuar na região, somando-se a outras oito em operação no restante do País. O Cadastro de Empregadores Infratores, outro instrumento de repressão à prática, registra em sua última atualização, em dezembro de 2008, 205 nomes de pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização submetendo trabalhadores à condição análoga à de escravo. O cadastro é fonte de consulta de bancos públicos e privados em análise de concessão de financiamento. O Governo acompanha ainda tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 148) que prevê a desapropriação das unidades produtivas em que for constatada a utilização do trabalho escravo.

A inspeção do trabalho em segurança e saúde, em cumprimento ao seu objetivo maior de prevenção de acidentes e agravos à saúde relacionados ao trabalho, realizou, em 2008, 145.815 ações fiscais, alcançando 19.046.686 trabalhadores que laboram em atividades econômicas que apresentam riscos à sua saúde e integridade física. Foram identificadas 4.488 situações de risco grave e iminente à vida de trabalhadores, o que levou à imposição de embargos e interdições até que as condições de trabalho fossem regularizadas. Foram realizadas, também, 1.938 análises de acidentes de trabalho graves e fatais, com o objetivo de se detectarem e eliminarem seus fatores causais por meio da implementação de medidas de preventivas. Na área de regulamentação em segurança e saúde no trabalho, como resultado de negociações tripartites, foram realizados

avanços expressivos para a promoção do trabalho seguro e saudável, entre os quais se destacam a publicação de Norma Regulamentadora para o setor da Pesca Industrial e Comercial (Portaria SIT nº 36), a proibição do processo de corte e acabamento a seco de rochas ornamentais (Portaria SIT nº 43), que poderá impedir a exposição de trabalhadores ao risco de desenvolvimento de silicose, e o disciplinamento do processo de avaliação de conformidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com o INMETRO, que possibilitará o aumento da credibilidade dessa certificação, melhorando, conseqüentemente, a qualidade dos produtos disponíveis no mercado. Além disso, iniciaram-se os processos de revisão das Normas Regulamentadoras nº 20 (Líquidos Combustíveis e Inflamáveis) e nº 12 (Máquinas e Equipamentos).

e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

Em 2008, o principal marco na área de Relações de Trabalho foi o reconhecimento das centrais sindicais, o que significou grande avanço na representatividade da classe trabalhadora. Ao final desse ano, iniciou-se um grande debate sobre a Organização Sindical no Serviço Público, sobre a ratificação da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, que dispõem sobre as relações de trabalho na Administração Pública. Ainda nesse período, foram disciplinados o procedimento administrativo de pedido de registro sindical e a obrigatoriedade da utilização do Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (Mediador), buscando fortalecer a transparência e a democratização no acesso às informações sindicais e aos resultados das negociações coletivas, além da regulamentação do instituto da autocomposição, que tem como objetivo a solução administrativa de conflitos de representação sindical.

Em 2009, está prevista a continuidade dos trabalhos em parceria com os demais setores da sociedade, com vistas à normatização de temas como práticas e condutas anti-sindicais, e anuidades dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social

Em 2008, buscou-se imprimir às ações de qualificação social e profissional de trabalhadores maior efetividade. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) estabeleceu, em abril de 2008, diretrizes e critérios para transferências de recursos do FAT para financiamento de ações de qualificações pelos Estados, Municípios e organizações governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). A nova sistemática ratificou as prioridades de público-alvo inicialmente estabelecidas, de modo que o contingente de jovens, mulheres, negros, indígenas e pessoas de baixa escolaridade, no total de beneficiários dessa política, tem aumentado, proporcionalmente, à sua participação no universo da força de trabalho que se beneficia das políticas de qualificação. Além disso, o parâmetro de custo-aluno/hora, que até então era de R\$ 2,75, foi para R\$ 3,95, possibilitando o aumento da qualidade dos cursos oferecidos.

Estavam em execução, no ano passado, trinta e nove Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs), sendo dezesseis implementados por meio de convênios firmados ainda em 2007 e vinte e três em processo de conveniamento. Dessa forma, os PlanSeQs, implementados em 2008, estão qualificando 23 mil trabalhadores e são voltados para os seguintes setores econômicos: portuário, papel e celulose, tecnologia da informação, têxtil, sucroalcooleiro, microcrédito, farmacêutico, gemas e jóias, turismo e saúde, petróleo e gás natural.

Em 2009, cerca de 68% do total da meta dos PlanSeQs está focalizada em beneficiários do Programa Bolsa Família. Em uma iniciativa conjunta dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, será realizado o Plano Setorial de Qualificação – PlanSeQ Bolsa Família, direcionado ao setor da construção civil e articulado com as obras do PAC, envolvendo 184 mil trabalhadores. No total, está prevista a qualificação de 270 mil trabalhadores, em 2009, por meio dos PlanSeQs envolvendo recursos totais no montante de R\$ 444 milhões.

Já no que se refere aos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), foram firmados, em 2008, convênios para qualificar 51 mil trabalhadores. Os PlanTeQs são executados por meio de Convênios Plurianuais Únicos (CPUs), que integram a qualificação social e profissional e a intermediação de mão-de-obra. As ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra se desenvolvem por meio de parcerias entre o Governo Federal, Estados e Municípios, utilizando recursos do FAT, por meio da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Até novembro de 2008, foram colocados no mercado de trabalho 990.382 trabalhadores por meio dessas parcerias, que, somados aos inseridos desde 2003, perfazem um total de 5.475.556 trabalhadores.

Visando à proteção temporária do trabalhador por desemprego sem justa causa, por interrupção de sua atividade produtiva – caso dos pescadores artesanais –, ou ainda pela interrupção da atividade de seu empregador, o seguro-desemprego beneficiou milhares de trabalhadores. Até novembro de 2008, dados parciais indicam que foram despendidos R\$ 13,2 bilhões com o benefício do seguro-desemprego, contemplando cerca de 5,8 milhões de trabalhadores, sendo 189.213 pescadores artesanais em período de defeso, 3.706 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ações de fiscalização, 11.557 empregados domésticos e 7.062 trabalhadores que receberam bolsa qualificação.

O abono salarial também é um benefício importante para a classe trabalhadora. São beneficiados todos os trabalhadores cadastrados no PIS/PASEP, há pelo menos cinco anos, cuja remuneração mensal, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos e com pelo menos 30 dias de trabalho no ano anterior. Cabe destacar que, nos últimos anos, o número de benefícios pagos vem se elevando consideravelmente. Em 2008, até novembro, 14.200.000 trabalhadores receberam o abono salarial, totalizando R\$ 5,75 bilhões.

Em 1º de maio de 2008, foi lançado o novo modelo da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). A nova CTPS recebeu um código de barras com o número do PIS impresso, e será emitida com base em sistema informatizado. O novo modelo do documento já foi lançado em quatorze unidades da Federação. O Sistema Informatizado de emissão da CTPS propicia, além de outras características de segurança, a integração nacional dos dados e numeração única, que impedirá as emissões em duplicidade, além de formar um banco de dados do trabalhador, antes inexistente. Outra novidade é o Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), que, na forma de cartão magnético, passa a integrar CTPS informatizada, com o objetivo de modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizando a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios, economizando recursos.

No âmbito da aprendizagem profissional, o Governo, para além da sua competência legal de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista, implantou, em 2008, medidas para a promoção da qualidade da oferta dos cursos e programas de aprendizagem por meio do monitoramento, controle e transparência, tais como: i) mapeamento do potencial de contratos por

unidade da Federação ou Municípios de acordo com as atividades econômicas; ii) mapeamento da oferta de cursos e entidades qualificadas no País; e iii) promoção da aproximação com órgãos públicos e sociedade civil envolvidas com as causas dos direitos e proteção do público que utiliza esses cursos. Essas ações têm por objetivo atingir o número de 800 mil contratos de aprendizes até dezembro de 2010. Ainda nessa área, em 2008, foi instituído o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional, legitimando debates, parcerias e possíveis propostas de intervenção na política que venham a surgir em decorrência dos olhares de vários segmentos da sociedade ali representados.

Em relação aos trabalhadores migrantes, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) vem proporcionando políticas e diretrizes de forma a garantir que os trabalhadores migrantes tenham garantidos mecanismos de proteção social e contribuam para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. No ano de 2008, entre outras ações, o CNIg estabeleceu regras específicas para o ingresso de estrangeiros no Brasil, além de propor alterações na legislação interna. Cabe ressaltar a atuação do CNIg no encaminhamento à ratificação pelo Congresso Nacional da Convenção nº 143 da OIT (Trabalhadores Migrantes), da recomendação para assinatura e ratificação da Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias, e da adesão à Organização Internacional para as Migrações – OIM.

Além disso, foi inaugurada, em junho de 2008, a primeira Casa do Trabalhador em Foz do Iguaçu (PR), na fronteira com o Paraguai, visando ao atendimento dos brasileiros que vivem naquele país e transitam freqüentemente o Brasil e aos paraguaios que vivem naquela cidade. Outro ponto nesse contexto foi o lançamento da cartilha Brasileiras e Brasileiros no Exterior – Informações Úteis, coletânea de informações, dicas e alertas para aqueles que estão vivenciando o processo migratório. Essa publicação teve ampla aceitação e vem sendo distribuída nos postos de emissão de passaporte no Brasil e nos Consulados brasileiros no exterior.

g) Estímulo à Economia Solidária

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento iniciou uma nova fase em 2008, em atendimento às principais demandas que emergiram na Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006. O Programa apresenta agora uma maior integração entre seus eixos de atuação, o que possibilita o fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infra-estrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e organização de processos de produção e comercialização.

O Programa Trabalho e Cidadania buscou, em 2008, identificar e implementar iniciativas inovadoras de geração de trabalho e renda por meio da economia solidária. Foram beneficiados com o programa trabalhadores urbanos e rurais, trabalhadores desempregados e subempregados, empreendedores e empreendedoras associados, agentes de desenvolvimento solidário e gestores públicos. Entre 2004 e 2008, foram apoiados mais de 150 projetos, sendo 12 deles no ano de 2008. Como resultado, foram beneficiados mais de 130 mil trabalhadores diretamente e mais de 2 milhões de pessoas indiretamente. Há, atualmente, 532 agentes trabalhando em comunidades pobres rurais e urbanas nas unidades da Federação, compostas por quilombolas, rurais, indígenas, desempregados dos grandes centros urbanos, entre outros. Eles dão apoio e acompanham mais de 680 empreendimentos econômicos solidários que beneficiam mais de 45 mil trabalhadores.

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) registrou que, nos mais de dois mil Municípios mapeados, aproximadamente 23 mil Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento, nos quais

participam mais de 2 milhões de pessoas. Além disso, foi iniciada a nova fase do mapeamento da economia solidária, que pretende atualizar as informações já existentes e ampliar a base de dados do SIES, sendo estimado que sejam alcançados mais de 30 mil Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária e Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em termos de capacitação, foram formados para atuação em projetos na área de economia solidária mais de 400 gestores públicos, em 2008, que apóiam o desenvolvimento de projetos de economia solidária em diversas regiões do País. Ainda na área da capacitação, foram celebrados convênios para implantação de Centros de Referências em Formação de Economia Solidária, proporcionando a multiplicação de formadores e de gestores públicos que atuam com Empreendimentos Econômicos Solidários em todas as unidades da Federação.

Para 2009, pretende-se estimular uma maior institucionalização de políticas nas três esferas de Governo. Essa integração abrangerá a implantação e consolidação de seis Centros de Referências em Formação de Economia Solidária e a construção de uma estratégia de desenvolvimento local a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário com cerca de 700 agentes atuantes em todo o País.

O primeiro Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (PlanSeQ Ecosol) foi concluído com êxito, em 2008, beneficiando diretamente mais de quatro mil participantes que atuam nas cadeias produtivas do artesanato, do algodão agroecológico (agricultura, têxtil, confecções, extrativismo), da metalurgia em empresas recuperadas, apicultura e fruticultura. Um novo PlanSeQ Ecosol foi planejado e iniciado no ano passado para qualificação de mais 5 mil trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, incluindo novos segmentos, como a piscicultura, agricultura ecológica e agentes do comércio justo e solidário.

Nesse mesmo período, houve a ampliação no número de Incubadoras Universitárias de Economia Solidária. Já existem mais de 76 incubadoras de base autogestionária, recém-criados ou em vias de criação, apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), beneficiando cerca de 400 Empreendimentos Econômicos Solidários. Já o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários visa disponibilizar recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis que assumam os princípios da economia solidária. Em 2008, foram apoiados 33 Projetos Produtivos Solidários, com investimento total de cerca de R\$ 3 milhões. Outra importante ação do Governo foi o desenvolvimento do Projeto de Apoio a Bancos Comunitários, que tem como objetivo a transferência da metodologia dos bancos comunitários para os Municípios. Ao longo do ano de 2008, foram implementados 21 bancos comunitários em igual número de Municípios. Estabeleceu-se como meta, até 2010, o apoio à implantação de mais 150 bancos comunitários e consolidação de outros 44 já em funcionamento.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

Durante o ano de 2008, o volume de operações de crédito continuou sua trajetória de crescimento, atingindo 40,3% do PIB. Tal movimento contribuiu para atenuar os efeitos da crise de liquidez internacional que se iniciou na parte final desse ano. O volume de operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) atingiu R\$ 1,2 trilhão, em novembro de 2008. Esse montante correspondeu a um crescimento de 32,8% em relação a novembro de 2007.

Os empréstimos concedidos com recursos livres totalizaram R\$ 863,4 bilhões, registrando crescimento de 1,7% no mês e de 34,5% em relação a novembro de 2007. As operações com pessoas jurídicas apresentaram expansão de 3% ao mês e de 43,6% em doze meses, resultante de incrementos mensais de 2,5% nos empréstimos contratados com recursos internos e de 5,1% nos financiamentos lastreados em recursos externos, com saldos respectivos de R\$ 379,2 bilhões e de R\$ 92,7 bilhões. Nas mesmas bases de comparação, os créditos contratados com pessoas físicas cresceram 0,1% e 25%, respectivamente, alcançando R\$ 391,5 bilhões

O saldo das operações de crédito com recursos direcionados totalizou R\$ 346 bilhões, assinalando expansões de 3% no referido mês e de 28,6% no período de doze meses, encerrado em novembro de 2008. A variação mensal resultou, basicamente, da expansão de 4,2% nos financiamentos realizados pelo BNDES, cujo saldo atingiu R\$ 202,6 bilhões. Os recursos desembolsados pela instituição somaram R\$ 92,2 bilhões em 2008. Desse total, os financiamentos contratados pelo segmento de comércio e serviços somaram R\$ 41,1 bilhões, cabendo destaque aos ramos de transporte terrestre, telecomunicações e eletricidade e gás. As contratações do setor industrial, impulsionadas pelos segmentos de produtos alimentícios, indústria extrativa e de veículos, reboques e carrocerias, corresponderam a R\$ 32,4 bilhões.

Em 2008, o Banco Central realizou intenso trabalho de divulgação e esclarecimento às instituições financeiras para promover a implantação das normas prudenciais, editadas no segundo semestre de 2007. A Resolução Bacen nº 3.464, de 2007, por exemplo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras realizarem o gerenciamento de risco de mercado, foi totalmente implementada em junho de 2008, conforme previsto. Por fim, o Governo regulamentou o parcelamento das dívidas de pequeno valor com a Fazenda Nacional, inclusive com a remissão de débitos vencidas até 31 de dezembro de 2007, no limite de até R\$ 10.000,00 – conforme estabelecido na Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 –, proporcionando condições para a regularização fiscal de milhares de contribuintes que se encontravam impossibilitados de fruir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, ter acesso a linhas oficiais de crédito e de participar de licitações.

a) Acesso aos Serviços Bancários: Contas Simplificadas

O Programa de Inclusão Bancária do Governo tem possibilitado o acesso de milhões de famílias de baixa renda ao sistema bancário (abertura de contas, pagamentos com débito automático, crédito etc.). O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal foram as instituições bancárias pioneiras no Programa, mas outras instituições, como o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, também têm importante participação.

Nesse sentido, no âmbito do Programa Banco para Todos, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) realizou, em 2008, a abertura de 136.025 contas correntes simplificadas, totalizando 439.383 desse tipo de conta, até o mês de novembro de 2008. Já o Banco Popular, subsidiária do Banco do Brasil, promove o acesso aos serviços bancários e mantém, atualmente, acima de 1,4 milhão de contas simplificadas, que podem ser movimentadas na rede de atendimento Banco Popular do Brasil (BPB), com 3.117 pontos de atendimento, localizados em 1.480 Municípios, permitindo à população de baixa renda acesso aos serviços financeiros tradicionais, tais como crédito popular e produtivo orientado, cartão de débito e seguro de vida. Todo esse esforço do Governo para a democratização do acesso a serviços bancários resultou em um total 6 milhões de contas simplificadas ativas em todo o Brasil, até outubro de 2008.

b) Microcrédito e Microfinanças

Em relação ao microcrédito e microfinanças, o Governo, por intermédio da Resolução nº 53.567, de 29 de maio de 2008, do Conselho Monetário Nacional, consolidou a regulamentação sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor, para regulamentar a inovação introduzida pela Lei nº 11.524, de 2007, que ampliou o escopo dessas sociedades, permitindo que operem também com pequenas empresas. A norma utiliza a definição de pequena empresa dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), ou seja, empresas com receita anual bruta de até R\$ 2,4 milhões, o que não só aumenta as possibilidades de acesso a crédito para essa fração do empresariado como auxilia na viabilização econômica das próprias sociedades, permitindo-lhes diluir custos fixos por um maior número de operações, reduzir riscos pela diversificação de suas atividades e, especialmente, reter como clientes os microempresários de maior sucesso, que se transformam, com o tempo, em pequenos empresários.

Foram revistos os limites operacionais de exposição máxima por cliente e o de endividamento, concedendo-se o prazo de um ano para o enquadramento das sociedades já constituídas. Cabe mencionar ainda alguns ajustes regulamentares, tais como a determinação de que as disponibilidades de caixa sejam aplicadas em depósitos interfinanceiros e não em depósitos a prazo, bem como o esclarecimento de que essas empresas podem exercer as funções de correspondentes de outras instituições financeiras, ampliando o leque de produtos oferecidos a seus clientes.

O Banco do Brasil, por intermédio do Banco Popular, em novembro de 2008, apresentou R\$ 3,5 milhões de recursos aprovados para as entidades de microfinanças, cujo modelo de negócios contempla linha de crédito conjugada, com atendimento em microfinanças e conveniência bancária. A concessão de microcrédito pelo Banco Popular, até outubro de 2008, foi de R\$ 38 milhões.

Com o objetivo de dinamizar o microcrédito como instrumento de combate à pobreza, o Programa Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), atende a expressiva parcela da sociedade que não dispõe das garantias tradicionais exigidas pelo setor financeiro para a concessão de empréstimos. De janeiro a novembro de 2008, foram realizadas 896,6 mil operações, envolvendo um embolso total de R\$ 957,5 milhões e cerca de 400.000 clientes ativos, alcançando a meta de 2008.

No contexto das microfinanças, os microsseguros, que se encontram na fronteira entre os serviços financeiros e a proteção social, surgem como alternativa de proteção financeira para o consumidor de baixa renda. Com o objetivo de organizar uma estrutura nacional de microsseguros, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) criou, em abril de 2008, a Comissão Consultiva de Microsseguros (CCM), formada por representantes governamentais e de entidades representativas do mercado segurador. A expectativa, para 2009, é definir os produtos a serem comercializados, além de adequar a atual legislação à implantação do microsseguro.

b.1) Fortalecimento do Microcrédito Produtivo

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, tem por finalidade contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e disponibilizar recursos para o microcrédito. Os recursos do PNMPO – provenientes do FAT e dos 2% dos depósitos à vista (exigibilidade) captados pelas instituições financeiras – são repassados por intermédio dos bancos públicos federais, das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPIs) e das cooperativas de crédito, entre outros. Ao longo de seus três anos de existência, o PNMPO assumiu os compromissos

de ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, integrar o microcrédito com as demais políticas de desenvolvimento implementadas pelo Governo e pela sociedade, fortalecer e ampliar uma rede autônoma e perene de financiamento da economia popular e intermediar a interlocução entre os operadores do setor.

Desde o início das atividades do Programa até meados do mês de novembro de 2008, houve uma expansão do número de instituições habilitadas ao Programa de Microcrédito Produtivo, totalizando, atualmente, 279 instituições. As cooperativas se destacam com 45% do total das instituições habilitadas, seguidas pelas OSCIPs, com 44%.

Em relação aos indicadores de desempenho do PNMPPO, até o primeiro quadrimestre de 2008, foram realizadas 377 mil operações, com um volume de crédito disponibilizado equivalente a R\$ 350 milhões. Quanto ao volume da carteira ativa, no mesmo período, foram movimentados cerca de R\$ 395 milhões de recursos e o número de clientes ativos foi de 447 mil. Esse trabalho será exponencializado com o já mencionado desenvolvimento de ações para viabilizar o acesso de beneficiários do Programa Bolsa Família ao microcrédito produtivo orientado. Objetiva-se contribuir, por meio desse instrumento, para a emancipação desses beneficiários, haja vista que cerca de um milhão deles exerce alguma atividade produtiva, apresentando uma demanda potencial para esse tipo de crédito.

Para aprofundar a discussão do tema do microcrédito em âmbito nacional, foi realizado, em julho de 2008, o III Seminário do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, reunindo os operadores de microcrédito para discutir as principais dificuldades enfrentadas pelo setor, bem como propor a criação de comissão formada por representantes das operadoras, que teve como objetivo principal encaminhar demandas do segmento para organismos financeiros.

No âmbito da ação fomento ao microcrédito, o Programa disponibilizou, em 2008, R\$ 3,07 milhões para as instituições de microcrédito habilitadas para as seguintes ações: desenvolvimento institucional, das entidades de microcrédito, capacitação de 160 agentes de crédito e realização de vinte mil operações de microcrédito com potenciais empreendedores cadastrados no Programa Bolsa Família. O PNMPPO, por meio da Ouvidoria do MTE, disponibilizou um atendimento por telefone gratuito (0800), no qual o microempreendedor pode localizar a Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado – IMPO mais próxima de sua residência, reduzindo os custos de prospecção do cliente. Foi disponibilizado, ainda, um link na Internet (<http://www.mte.gov.br/microcredito/emprestimos>) para a solicitação direta de empréstimo pelo empreendedor, por meio do qual foram realizadas 257 solicitações.

Considerando o ano-base de 2007, espera-se, para 2009, o alcance das seguintes metas: i) expandir em 32,5% as operações de microcrédito, o que representa 1,2 milhão de operações; ii) atingir 32,5% de crescimento de volume de crédito, com cerca de R\$ 1,4 bilhão; iii) superar 32,25% de aumento no volume da carteira ativa, consubstanciando um total de R\$ 643,4 milhões; e iv) alcançar a quantidade de 708 mil clientes ativos, representando um crescimento de 38% em relação ao ano-base.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura – Mais Pesca e Aquicultura, lançado pelo Governo, em julho de 2008, demonstra que o Brasil tem condição de produzir um alimento nobre e saudável, proveniente da pesca e da aquicultura. O objetivo do Plano é promover o desenvolvimento sustentável do setor, articulando todos os atores envolvidos com o setor,

consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a segurança alimentar. Suas principais diretrizes são a consolidação de uma política de Estado, a inclusão social, a reestruturação da cadeia produtiva, o fortalecimento do mercado interno, a sustentabilidade ambiental e a abordagem territorial. O Brasil produz atualmente mais de um milhão de toneladas/ano de pescado, gerando um PIB pesqueiro de R\$ 5 bilhões. São 800 mil profissionais, entre pescadores e aqüicultores, 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. O potencial de crescimento é considerável e o País pode se tornar um dos maiores produtores mundiais de pescado.

a) Fortalecimento do Setor da Pesca

O Governo manteve, em 2008, a prioridade para o fortalecimento do setor da pesca. Nesse sentido, o programa Profrota Pesqueira passou a ser amparado pelo Fundo de Garantia para Construção Naval (FGCN), o que, a partir de 2009, permitirá superar limitações estruturais e acelerar o processo de contratação e execução dos projetos no âmbito do Programa. Em 2008, foram financiadas 3 embarcações no valor de R\$ 10 milhões.

Outra ação relevante realizada no exercício foi a subvenção ao óleo diesel marítimo. Essa subvenção objetiva a equalização dos custos, de forma que o combustível tenha o seu preço equiparado aos preços internacionais. Os Estados isentam o ICMS e o Governo Federal subvenciona o óleo em até 25%. Esse programa estende-se também aos pescadores artesanais. Considerando que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita o aumento da competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores. Em 2008, foram subvencionados cerca de 106,8 milhões de litros e ressarcidos, até meados de novembro, R\$ 18,3 milhões, com 2.320 embarcações atendidas. A expectativa, para 2009, é ultrapassar a marca das 3.000 embarcações credenciadas e subvencionar mais de 150 milhões de litros de combustível, com um investimento de R\$ 24 milhões.

O crédito aos pescadores artesanais e aqüicultores também foi objeto de atuação governamental, em 2008. A fim de democratizar o acesso ao crédito, as linhas de financiamento disponíveis foram redesenhadas e novos beneficiários foram incluídos. Para fins de comercialização, foram atualizados os preços do pescado e inseridas treze novas espécies de peixe. A linha para custeio com recursos controlados aumentou em 100%, passando de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil por beneficiário. Para o investimento na pesca, há nova opção de linha, o Moderagro, com limites de R\$ 250 mil para empreendimento individual e R\$ 750 mil para empreendimento coletivo. Destaca-se, ainda, a inclusão do armador de pesca como beneficiário de crédito rural, antiga demanda do setor.

Da mesma forma, a assistência técnica pesqueira e aqüícola esteve na pauta da ação do Governo. Em 2008, foram investidos mais de R\$ 1,5 milhão em projetos voltados para a capacitação de técnicos extensionistas, pequenos e médios aqüicultores e de pescadores artesanais, beneficiando mais de 400 mil pescadores artesanais e aqüicultores familiares de diversos Estados.

Para fortalecer o Setor da Pesca, a União continua desenvolvendo projetos com o uso de suas águas e a criação de parques aqüícolas. O objetivo da criação desses parques é ordenar o aproveitamento das águas da União para a produção de pescado em tanques-rede, gerando renda e alimento com sustentabilidade. Em 2008, foram feitas cessões das águas da União e entrega de títulos para criatórios a 647 famílias no Castanhão/CE e a 73 famílias em Itaipu/PR e licitações em Recife/PE, Ilha Solteira/SP e Tucuruí/PA para aquisição de 2.600 tanques-rede para produção de pescado. Em 2009, será realizado o Censo Aqüícola, que pretende reunir informações sobre a produção da aqüicultura brasileira.

b) Incentivo ao Consumo de Pescados

O Governo iniciou o processo de seleção das entidades para a nova etapa do programa Feira do Peixe, para 340 módulos de comercialização direta, com um investimento de R\$ 3,1 milhões, para entidades, colônias e associações. Os módulos possibilitam a comercialização direta do pescado, garantindo maior renda aos pescadores artesanais e aqüicultores familiares e menor preço ao consumidor final.

Em 2008, foi realizada a quinta edição da Semana do Peixe, em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS). Foram desenvolvidas ações de promoção da participação do pescado na alimentação escolar, com capacitação de merendeiras para a manipulação de pescados e dos conselheiros da alimentação escolar, bem como dos pescadores artesanais e aqüicultores familiares. Em Pernambuco, foi realizado o projeto-piloto que orientará a estratégia para a expansão do programa em nível nacional para 2009.

Também em 2008, foi inaugurado o novo entreposto de pescado da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), com um investimento de R\$ 2,4 milhões do Governo Federal. O entreposto, o maior da América Latina, passa a contar com área de inspeção primária, uma fábrica de gelo de 48 toneladas por dia, uma área de filetagem climatizada, uma câmara de resíduos e área de administração. A instalação deste entreposto vai contribuir para a qualidade do pescado comercializado, além de permitir o acesso dos produtos da pesca artesanal e aqüicultura familiar a este importante mercado.

c) Investimento na Cadeia Produtiva

Em 2008, o Governo realizou uma série de investimentos para o desenvolvimento do setor. Foi concluída a segunda fase da reforma do Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Santos (SP), onde foram investidos R\$ 7,1 milhões; no TPP de Cabedelo (PB) foram investidos R\$ 18,5 milhões entre obras e equipamentos, estando a sua inauguração prevista para o início de 2009; no TPP de Camocim (CE), que tem previsão de término para março de 2009, foram investidos mais de R\$ 10,7 milhões; e em Manaus (AM) houve o investimento de R\$ 12 milhões no TPP. Além disso, as obras das unidades de beneficiamento de pescados de Porto Nacional (TO), Caraúbas (RN) e Barreirinhas (MA) foram iniciadas e a de Abelardo Luz (SC), concluída.

d) Ordenamento, Monitoramento e Controle da Atividade Pesqueira

O Governo, por intermédio da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), continuou a desenvolver no último exercício esforços para o monitoramento e controle da atividade pesqueira, como forma de garantir sua produtividade e sustentabilidade. O Registro Geral da Pesca contabilizou 680 mil pescadores profissionais. O Programa de Rastreamento das Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), que engloba as embarcações com comprimento total igual ou superior a 15 metros, atingiu a meta de adesão das embarcações industriais permissionadas pela SEAP, totalizando 1.108 barcos devidamente monitorados. A partir dessas informações, os órgãos gestores puderam tomar decisões relativas à definição de políticas voltadas para o ordenamento, desenvolvimento e formação da frota nacional, bem como identificar as infrações à legislação ambiental e às normas da autoridade marítima que estabelecem restrições geográficas e temporais

à atividade de pesca. Até o momento, foram suspensas cerca de 60 permissões de pesca e canceladas outras 30 permissões, em virtude de descumprimentos diversos das normas de ordenamento pesqueiro. Em 2009, o PREPS pretende expandir sua abrangência para embarcações de menor porte, de forma a possibilitar um melhor conhecimento sobre a atividade de pesca no Brasil.

e) Política Internacional da Pesca

Desde janeiro de 2008, o Brasil preside, pela primeira vez, a Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), a mais importante e estruturada organização intergovernamental do setor pesqueiro mundial. Em 2009, Recife receberá a 29ª Reunião Regular da Comissão, que marcará os 40 anos da sua ratificação. A ICCAT conta atualmente com 46 países-membros e um orçamento anual da ordem de 2,5 milhões de euros.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

As ações desenvolvidas pelo Governo para o fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária, orientadas pelo conceito de desenvolvimento rural sustentável, organizam-se a partir de um conjunto de políticas que já produzem resultados relevantes. O ano de 2008 marcou o aprofundamento dessas políticas, com a criação do Programa Territórios da Cidadania, que se constitui na principal estratégia do Governo para redução das desigualdades no meio rural, por meio da integração de políticas públicas.

No início do último ano, com a crise internacional de preços dos alimentos, evidenciou-se a importância econômica e social da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais para a segurança alimentar. As cadeias produtivas da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais representam 10% do PIB, sendo responsáveis por 40% do valor bruto da produção agropecuária e pela maior parte da produção nacional de alimentos, o que ensejou a formulação do programa Plano Safra Mais Alimentos, focado na ampliação da produtividade do setor.

a) Agricultura Familiar

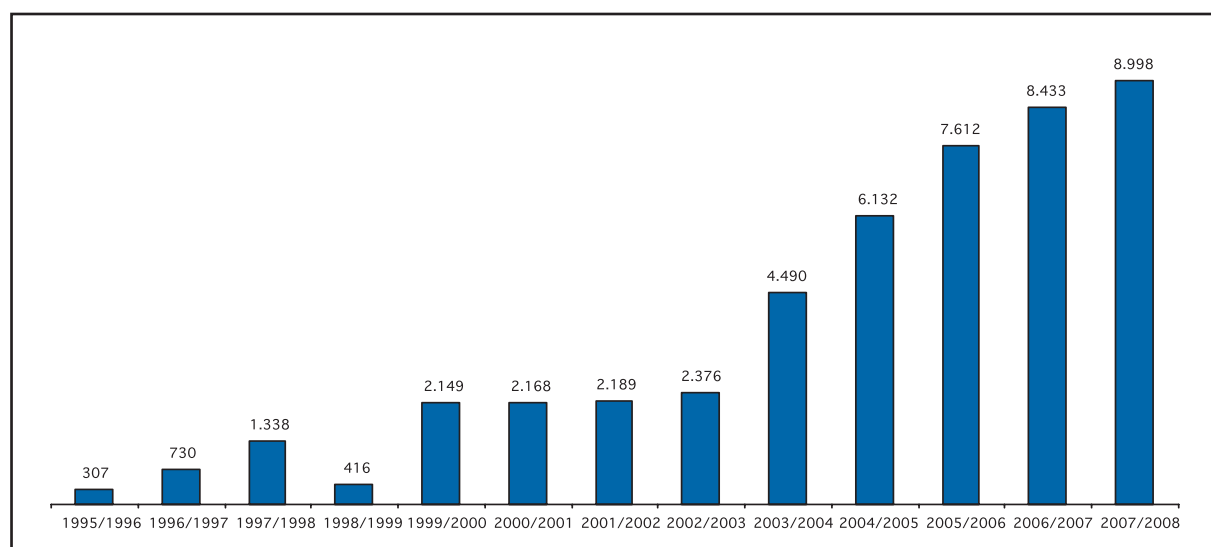
O ano de 2008 foi marcado pela formulação do mencionado programa Plano Safra Mais Alimentos da Agricultura Familiar, um avanço das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo para reforçar a atividade de 4,1 milhões de unidades produtoras, que respondem por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. O Plano Safra Mais Alimentos leva ao campo um novo conjunto de medidas de longo prazo, como a linha de crédito de investimento Pronaf Mais Alimentos, com vistas à estruturação produtiva, à ampliação dos serviços de assistência técnica (ATER) e à aceleração do acesso ao conhecimento, que vão permitir mais produtividade e renda no campo e mais alimentos de qualidade para os brasileiros.

A V Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada no ano passado na cidade do Rio de Janeiro, foi uma pequena amostra das mudanças que estão ocorrendo no campo. Produtos orgânicos, da biodiversidade brasileira, das agroindústrias familiares e das cooperativas estão ganhando cada vez mais aceitação entre os consumidores de todo o País, gerando mais renda e trabalho no campo com sustentabilidade social e ambiental.

a.1) Ampliação do Crédito

Os dados da aplicação de crédito ao amparo do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) demonstram a atuação do Governo na promoção do desenvolvimento econômico e social dos segmentos mais pobres do meio rural. Os financiamentos do Pronaf alcançaram R\$ 9 bilhões e o número de contratos chegou a 1,65 milhão na safra 2007/2008. O Pronaf já está presente em 5.387 Municípios (96,8% do total) e em todas as macrorregiões do País. Para a safra 2008/2009 foram disponibilizados R\$ 13 bilhões para agricultura familiar. É o maior volume de recursos já disponibilizados para o financiamento dos agricultores familiares, conforme demonstrado no Quadro que se segue.

Evolução do volume de crédito ao amparo do Pronaf – Safras 1995/1996 a 2007/2008
(Em milhões de reais)



Fonte:Agentes Financeiros (BACEN, BANCOOB, BANCO COOPERATIVO SICREDI, BASA, BB, BNB, BNDES).

Destaca-se, nesse processo, a ampliação do acesso das mulheres e dos jovens aos recursos do Pronaf, por meio das linhas de crédito específicas voltadas para esses públicos. O Pronaf Mulher, na safra 2007/2008, teve ampliação em relação à safra anterior devido ao melhor desempenho nas regiões mais pobres do País. Foram as mulheres da região Nordeste, seguidas da região Norte, que mais acessaram essa linha especial na safra 2007/2008, com volume de recursos financiados de R\$ 67 milhões.

Em 2008, foi criada linha de financiamento específica para o investimento em equipamentos que permitam a elevação da produção e/ou produtividade dos principais alimentos consumidos no Brasil: milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, caprinos e ovinos. Nesse mesmo período, foi feito, também, um grande movimento em direção à ampliação do acesso ao crédito rural do Pronaf, com a simplificação das condições de enquadramento dos beneficiários e redução da assimetria da informação, o que facilita o acesso ao crédito rural pelos agricultores. Além disso, o esforço e a parceria dos agentes financeiros com o Governo continuam resultando em mais agilidade para as contratações. O BNB, por exemplo, ampliou o seu programa de microcrédito produtivo orientado ao “Pronaf B” para 316.454 operações.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), importante mecanismo de equivalência produto

incorporado ao crédito Pronaf, desde 2007, poderá assegurar 97% dos contratos de Pronaf Custeio para a safra 2008/2009. As culturas amparadas pelo PGPAF, a partir de 2008, são: algodão em caroço, alho, amendoim, arroz, borracha natural, café, caprinos e ovinos, cará, castanha de caju, castanha do Brasil, cebola, cera de carnaúba, feijão, girassol, inhame, juta, leite, malva, mamona, mandioca, milho, pimenta-do-reino, pó cerífero de carnaúba, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo e tritcale. Outra medida tomada nesse período foi a ampliação da garantia de preços para as operações de investimento do Pronaf.

O ano de 2008 também foi marcado pela oportunidade das renegociações das dívidas agrícolas, garantindo novos prazos e condições mais adequadas às famílias agricultoras que sofreram nas safras anteriores com problemas climáticos ou flutuações desfavoráveis de preços. As medidas alcançaram 611 mil agricultores em todo o País, permitindo a recuperação de R\$ 1,24 bilhão em crédito inadimplido.

a.2) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

O SEAF tem sido um importante instrumento para administrar situações de perdas nas lavouras por eventos climáticos, evitando a configuração de crises sociais no campo. Na safra 2007/2008, mais de 40 mil famílias receberam indenizações do SEAF, com um valor total superior R\$ 100 milhões, e puderam prosseguir normalmente com suas atividades rurais. O SEAF vem apresentando considerável crescimento em número de empreendimentos amparados e em valor segurado. Ao mesmo tempo, nos últimos dois anos, os índices de sinistralidade se aproximaram de níveis compatíveis com os padrões internacionais do setor de seguros.

A abrangência do seguro foi ampliada. Até recentemente, apenas seis culturas anuais estavam incluídas no Zoneamento Agrícola. Atualmente, são vinte e cinco as culturas zoneadas. Além disso, houve um avanço significativo no número de Municípios incluídos no zoneamento agrícola, especialmente na região Nordeste, onde foram incluídos mais de 1.500 Municípios.

a.3) Garantia-safra

O Programa é uma ação que visa possibilitar um ambiente de maior segurança para o exercício da atividade agrícola na região semi-árida brasileira. Sua implementação é uma ação integrada dos governos federal, estaduais e municipais, e entidades sindicais. Na Safra 2007-2008, o programa Garantia-safra registrou a adesão de 558.449 agricultores, em 635 Municípios. No ano de 2008, foram pagos 314.500 agricultores, distribuídos em 384 Municípios, que aderiram na safra anterior (2006/2007) e tiveram 50% de perdas em suas culturas de milho, feijão, algodão, arroz e mandioca. Isso representa um investimento de R\$ 173 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 155 milhões provenientes da União.

Em 2008, o Programa passou por transformações destinadas ao seu aprimoramento, como a extensão da cobertura para eventos de perdas de safra ligados ao excesso de chuva. Para a safra 2008-2009, foram disponibilizadas 686 mil cotas de participação.

a.4) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Atualmente, o Sistema Brasileiro Descentralizado de ATER (Sibrater) já congrega 12 Redes de ATER, e possui 384 instituições credenciadas. Em 2008, foram alocados recursos da ordem de R\$ 197 milhões, em parceria com mais de 123 organizações

governamentais e não-governamentais, os quais asseguram o atendimento de 742.871 agricultores familiares. No campo da inovação tecnológica e disponibilização de tecnologias para a agricultura familiar, foi estabelecida parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que abarcou mais de 1.400 ações de transferência de tecnologias. Ademais, foram contratados, por meio de editais públicos, 158 projetos com universidades, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural foram reorientados e passaram a incorporar a dimensão de gênero e seus conteúdos, adicionalmente, foram incluídos critérios para a seleção de projetos a serem financiados e orientações metodológicas que passaram a levar em consideração as necessidades das trabalhadoras rurais. Entre 2004 e 2007, foram desenvolvidos 47 projetos de assistência técnica protagonizados por mulheres rurais, com um investimento de R\$ 5,2 milhões. Em 2008, foram desenvolvidos 30 projetos, que contemplam majoritariamente a região Nordeste, com investimento de R\$ 4,90 milhões.

Outro instrumento promotor da ATER é o Portal da Cidadania, que já hospeda 14 Redes Temáticas, articuladas por mais de 500 agentes de desenvolvimento, que qualificam e disponibilizam informações para mais de 20 mil técnicos e agricultores. Em 2008, os eventos de formação envolveram cerca de 33 mil agentes de desenvolvimento.

Para aumentar a produção e a produtividade, fomentar a comercialização e a diversificação das atividades produtivas da agricultura familiar, estão em fase de consolidação seis redes temáticas de assistência técnica, entre as quais, a do leite, biodiesel e turismo rural. Essas redes articulam e integram a atuação de técnicos dos governos federal, estadual e municipal, de organizações da sociedade civil, de instituições de pesquisa e extensão e escolas técnicas. O intercâmbio de experiências bem sucedidas e o acesso à informação e tecnologias já beneficiam 200 mil famílias de agricultores e seus empreendimentos.

a.5) Apoio à Comercialização

Em 2008, o volume de recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um importante instrumento para a sustentabilidade da agricultura familiar, foi de R\$ 355 milhões. Ao todo, perto de 200 mil famílias foram beneficiadas pelo PAA. Mudanças nas regras do crédito rural permitiram que o Pronaf Agroindústria financiasse grandes investimentos na atividade leiteira. Em 2008, foram financiados por essa linha de crédito mais de R\$ 100 milhões em investimentos para estruturação produtiva de cooperativas de leite, aumentando a competitividade da agricultura familiar.

a.6) Biodiesel e Agricultura Familiar

A agricultura familiar vem sendo fortalecida com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Em todo o País, cerca de 80 mil famílias de agricultores participam das cadeias produtivas de oleaginosas voltadas à fabricação desse biocombustível. Com a entrada da Petrobras na produção de biodiesel, com duas plantas industriais já em operação no Nordeste e uma no norte de Minas, com inauguração prevista para o início de 2009, espera-se beneficiar mais 40 mil famílias no semi-árido.

Para apoiar os agricultores familiares engajados no cultivo de oleaginosas para o biodiesel, o Governo investiu aproximadamente R\$ 12 milhões em projetos direcionados à organização produtiva, à transferência de tecnologia e à

disponibilização de sementes e mudas. Em 2008, concluiu-se a proposta de reformulação do Selo Combustível Social, a ser implementada em 2009, para ampliar o apoio à diversificação de oleaginosas, melhorar a qualidade da assistência técnica prestada aos agricultores familiares e possibilitar maior participação dessas regiões, sobretudo o Nordeste, na produção de biodiesel e no processo de inclusão social mediante a criação de empregos. Na sua versão atual, 28 empresas já têm o Selo Combustível Social, viabilizando a participação de mais de 100.000 agricultores nessa cadeia produtiva.

a.7) Programa de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Implementado em 2004, o Programa tem garantido a efetivação da cidadania e o acesso às políticas públicas para as mulheres no meio rural. Para além da emissão gratuita dos documentos, prevê a conscientização sobre a necessidade e a utilidade da documentação civil e trabalhista e, ainda, orientação às mulheres para o acesso às políticas públicas de reforma agrária, agricultura familiar e previdência social. Em 2008, foram realizados 477 mutirões, atendendo a um total de 501 Municípios, com a emissão de 239 mil documentos para 86 mil mulheres. Esse ano, foram inauguradas as unidades móveis do Programa nos Estados do Pará e do Piauí, denominada Expresso Cidadã – ônibus equipado com computadores conectados à Internet, máquinas fotográficas, scanner, impressora, plastificadora de documentos e projetores para emissão de documentos. Foram adquiridas 13 novas unidades com um investimento de R\$ 6,7 milhões, e até 2010, todos os Estados da Federação terão o Expresso Cidadã funcionando.

a.8) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Quilombolas

As políticas voltadas às comunidade quilombolas têm resgatado e valorizado experiências históricas e culturais, respeitando valores e aspirações a fim de potencializar a capacidade autônoma dessa população. O Governo vem construindo, conjuntamente com as organizações quilombolas, uma proposta de comercialização que busca incorporar as potencialidades territoriais e o reconhecimento das habilidades e competências, integrando esforços para promover a organização de redes de produção e comercialização, por meio da valorização do conhecimento e das tradições culturais das comunidades quilombolas. Em 2008, foi realizada a citada Feira da Agricultura Familiar, que contou com a participação de 20 empreendimentos, representando 12 unidades da Federação. Foram mapeadas, ainda, as organizações quilombolas que acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2008, com a identificação de 11 empreendimentos organizados em associações quilombolas.

a.9) Segurança Alimentar

O Governo, por meio da Estratégia Fome Zero, tem atuado decisivamente em ações de combate à insegurança alimentar e nutricional nos diversos segmentos da sociedade. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: i) a distribuição de aproximadamente 1,4 milhão de cestas básicas, equivalentes a 31,2 mil toneladas de alimentos, destinados prioritariamente às comunidades indígenas, remanescentes de quilombo, atingidos por barragens, famílias acampadas, populações vitimadas por calamidades públicas, incluindo ajuda humanitária internacional; e ii) doação de 13,8 mil toneladas de produtos básicos, originários de aquisições diretas da agricultura familiar, para suprimento de programas e ações de suplementação alimentar desenvolvidas por 3.470 agentes públicos, entidades assistenciais, prefeituras municipais e bancos de alimentos.

b) Reforma Agrária

b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária

Em 2008, foram assentadas 70.157 famílias. No período 2003 a 2008, o Governo assentou 525.994 famílias. Esse volume equivale a cerca de 51% do total de famílias assentadas em 38 anos de história do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para atingir esses resultados, foram ampliados os recursos destinados à obtenção de terras, totalizando R\$ 6,6 bilhões em seis anos. Em 2008, foram investidos R\$ 916,8 milhões na obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais. No período de 2003 a 2008, foram incorporados à reforma agrária mais de 42 milhões de hectares com a criação de projetos de assentamentos, sendo 4,1 milhões de hectares em 2008.

b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos

Nos últimos anos, foram ampliados os investimentos em ações de qualificação dos projetos de assentamentos. Além de investir em infra-estrutura, abastecimento de água e energia elétrica, o Governo retomou a assistência técnica aos assentados e ampliou os recursos destinados aos créditos de apoio inicial e instalação. Trata-se de ação essencial para garantir qualidade de vida e condições de produção aos assentados.

b.2.1) Assistência Técnica

Até novembro de 2008, 290 mil famílias foram atendidas com assistência técnica, com um investimento de R\$ 162 milhões. A Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural foram reorientados e passaram a incorporar a dimensão de gênero em seus conteúdos, adicionalmente, foram incluídos critérios para a seleção de projetos a serem financiados e orientações metodológicas que passaram a levar em consideração as necessidades das trabalhadoras rurais.

Entre 2004 e 2007, foram desenvolvidos 47 projetos de Assistência Técnica protagonizados por mulheres rurais, com um investimento de R\$ 5,2 milhões. Em 2008, foram desenvolvidos 34 projetos, que contemplam majoritariamente a região Nordeste e 25 territórios da cidadania, com investimento de R\$ 5,73 milhões. Foi incorporada ao Programa Nacional de Assistência Técnica uma política orientada aos quilombos, considerando suas especificidades de grupo étnico-racial. De 2004 a 2007, foram investidos R\$ 6,40 milhões, que beneficiaram 441 comunidades quilombolas. Já em 2008, os recursos foram da ordem de R\$ 8,26 milhões, beneficiando 130 comunidades quilombolas em 72 Municípios. Os projetos apoiados objetivam estimular o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas, por meio de atividades de formação que visam ao apoio à gestão territorial, fortalecendo as formas de organização e os conhecimentos tradicionais.

b.2.2) Infra-estrutura

As etapas de implantação de assentamentos, que estruturam os projetos para receber os assentados e criam as condições para a instalação e o desenvolvimento dos beneficiários, incluem o apoio inicial à instalação da família (R\$ 2.400,00 por família), o fomento (R\$ 2.400,00 por família), o financiamento e/ou recuperação da habitação (até R\$ 7.000,00 por família) e um auxílio especial para a região do semi-árido (até R\$ 1.500,00 por família), totalizando um valor de até R\$ 13.300,00 por família.

Em 2008, 67 mil famílias foram beneficiadas com crédito para construir ou recuperar suas casas nos assentamentos. Além disso, o Governo realizou mais de 69,9 mil outras operações de apoio inicial, fomento e apoio no semi-árido e construiu infra-estrutura básica nos novos assentamentos, como estradas, eletrificação e abastecimento de água. Até novembro de 2008, 30 mil famílias foram beneficiadas com ações diretas do INCRA na construção de 2.598 km de estradas.

b.2.3) Educação

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) apóia o processo de escolarização e formação, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Ao todo, 24 mil pessoas tiveram acesso a programas de educação de jovens e adultos nos assentamentos por meio das ações do Pronera, até novembro 2008.

O Programa Arca das Letras promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio das ações de implantação de bibliotecas, de formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras. Desde o seu lançamento, em 2003, foram implantadas 5.776 bibliotecas, em 1.638 Municípios, de 26 Estados, e foram capacitados 11.720 agentes de leitura, promovendo o acesso de mais de 641 mil famílias aos 1.265.627 livros distribuídos. O Programa implanta, em média, três bibliotecas por dia no País e, em 2008, juntamente com as instituições parceiras, beneficiou 1.228 comunidades rurais, de 425 Municípios.

b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) integra o PNRA, como um instrumento de acesso à terra, por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação e de concessão de créditos para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva. De 2003 a 2008, o programa beneficiou 65.939 famílias, nos 21 Estados em que atua, com um investimento total de R\$ 1,5 bilhão, que viabilizaram a realização de investimentos básicos e comunitários e a aquisição de mais de 1 milhão de hectares pelas famílias beneficiárias. Em 2008, foram beneficiadas 8.183 famílias. Um avanço na implementação do Programa ocorreu nesse exercício, com a regulamentação do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, viabilizando assim que o PNCF possa operar inteiramente com recursos nacionais e com atuação em todas as unidades da Federação.

b.4) Regularização Fundiária

As atividades de regularização fundiária abarcam iniciativas de implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, o georeferenciamento, a arrecadação, via retomada judicial, de terras públicas federais, e mudanças no marco legal, todas importantes iniciativas para promoção da estabilidade jurídica e o acesso das populações rurais às políticas públicas de desenvolvimento rural.

O georeferenciamento dos imóveis rurais possibilita a identificação da situação dos imóveis rurais e se constitui em uma pré-condição para a regularização fundiária e o acesso às políticas de apoio à produção. Atualmente, estão em curso ações de georeferenciamento em 21,7 milhões de hectares nos Estados da região da Amazônia Legal, realizadas diretamente e por intermédio de convênios com o Exército e com os governos estaduais e municipais.

Em 2008, com a publicação da Lei nº 11.763, que passou a dispensar a licitação para fins de regularização fundiária na Amazônia Legal, até o limite de quinze módulos fiscais, foi possível acelerar os procedimentos necessários à regularização fundiária. Como resultado, serão emitidos mais de 4.000 títulos, atingindo uma área aproximada de um milhão de hectares, somente na Amazônia Legal. Dentre essas ações de regularização, destaca-se a Ação de Regularização Fundiária na BR-163, onde foi realizada uma varredura em 3 milhões de hectares de glebas públicas federais, que resultou na identificação de 2.094 posses. A regularização fundiária abrange, ainda, ações conjuntas do Governo Federal com os governos estaduais, visando ao cadastramento georeferenciado e à titulação de imóveis em áreas públicas estaduais. Os convênios firmados agregam ações em 10 Estados, mais de 100 Municípios, gerando aproximadamente 35.300 títulos no período de 2008 a 2010.

Outra importante parceria com os governos estaduais para regularização fundiária se dá através do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, que visa ao cadastramento georeferenciado e à titulação de imóveis em terras devolutas estaduais. Desde 2004, os convênios estabelecidos com 18 Estados resultaram no cadastro de mais de 57.000 imóveis rurais e na titulação de 36.000 posses da agricultura familiar.

c) Cooperativismo da Agricultura Familiar

No Projeto de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária, destacou-se, em 2008, o investimento de recursos da ordem R\$ 34 milhões que viabilizaram a capacitação de cooperados e a constituição de 90 bases de serviços de apoio. A aplicação do crédito da agricultura familiar por meio de cooperativas de crédito foi ampliada para R\$ 370 milhões na safra 2007/2008, o que representa um crescimento de 45,6% em relação à safra anterior. Também é importante salientar o crescimento do número de cooperativas ligadas aos agricultores familiares: esse número passou de 212, em 2007, para 620, em 2008.

d) Projeto Dom Hélder Câmara

O Projeto atua nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Piauí, visando promover o desenvolvimento sustentável nos assentamentos da reforma agrária do semi-árido nordestino. Em 2008, foram beneficiadas 13 mil famílias com assistência técnica permanente, 10 mil alunos receberam educação do campo, 19 feiras da agricultura familiar foram apoiadas e duas novas feiras foram implantadas, 120 hectares irrigados em pequenas propriedades rurais foram implantados e 1.200 novas cisternas foram instaladas, entre outras atividades.

e) Articulação Internacional

Em 2008, foi consolidada e ampliada a inserção na agenda internacional do Governo de temas com repercussão direta sobre a agricultura familiar e a reforma agrária. O monitoramento do cenário internacional dos preços dos alimentos orientou as políticas públicas do Plano de Safra 2008/2009 e, ao mesmo tempo, evidenciou o acerto da estratégia brasileira de garantir a segurança alimentar do País por meio do estímulo à produção de alimentos pela agricultura familiar.

Na área da defesa comercial, destaca-se a mediação do Governo brasileiro na conclusão de acordos de colaboração entre cadeias produtivas com participação expressiva da agricultura familiar. Foram esses os casos dos acordos fechados entre o Brasil e os

setores produtivos de pêssego da Argentina e do Uruguai, assim como do acordo celebrado entre os setores produtivos de alho do Brasil e Argentina.

e.1) Integração Regional

Em 2008, principalmente durante a Presidência *Pro Tempore* Brasileira do Mercosul, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF) contribuiu para uma maior aproximação do setor da agricultura familiar e da reforma agrária no processo de integração regional. A forma de organização social, econômica e produtiva representada pela agricultura familiar já é responsável pela produção de 68% dos alimentos consumidos nos países do Mercosul e de 80% das ocupações produtivas no campo. Além de favorecer a segurança alimentar dos países do Mercosul, gera renda e trabalho no campo, preserva os recursos naturais e a diversidade cultural das sociedades.

Após a aprovação da chamada Lei da Agricultura Familiar do Mercosul, em 2007, que reconhece formalmente a agricultura familiar, em 2008, foi implementado pelos diversos países do Mercosul o sistema de registros nacionais da agricultura familiar, inspirado na experiência brasileira. O sistema é a base para a implementação de políticas públicas específicas para o setor, pois permite identificar o público foco das políticas, suas características e estabelecer uma base para a avaliação futura dos avanços na qualidade de vida dessa população. Para potencializar essas ações, foi aprovado, por iniciativa do governo brasileiro, no âmbito da REAF Mercosul, o Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF). Trata-se de iniciativa inédita de constituir um Fundo específico para financiar os programas e projetos de incentivo à agricultura familiar da região, assim como permitir a participação ativa da sociedade civil em atividades relacionadas ao tema.

As prioridades para 2009 na área de integração regional se referem à implementação do FAF do Mercosul e à construção de instrumentos de facilitação de comércio dos produtos da agricultura familiar nesse Bloco Regional, como o selo da Agricultura Familiar do Mercosul, a partir dos registros nacionais em funcionamento nos diversos países.

e.2) Cooperação Internacional

Foram desenvolvidas, em 2008, várias atividades de cooperação e intercâmbio de experiência nas áreas de agricultura familiar, desenvolvimento rural e acesso à terra com diversos países do Mercosul, da América Latina e do Caribe. Com o Paraguai, está em execução projeto para o fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT) daquele país, que visa intercambiar informações sobre mecanismos de gestão de projetos de reforma agrária, desenho de assentamentos, regularização fundiária e cadastramento de imóveis rurais.

Com o Haiti, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e outros ministérios, está em desenvolvimento o programa estratégico para apoio continuado ao desenvolvimento do setor agrícola e da segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de fortalecer experiências de agricultura familiar e apoiar a estruturação de um sistema de compras institucionais e da ajuda internacional desse setor, destinadas a abastecer as ações de segurança alimentar daquele país.

Com a Venezuela, a partir do compromisso de cooperação firmado entre os Presidentes e do forte interesse demonstrado por aquele país no programa Mais Alimentos, deu-se apoio àquele governo na formulação de um Plano Estratégico Nacional de Agricultura Familiar, visando estimular a produtividade da agricultura familiar.

Com os países integrantes do Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC) está sendo desenvolvido um programa para o fortalecimento de políticas públicas para a Agricultura Familiar e a Segurança Alimentar naquela região.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Como forma de combater as desigualdades inter e intra-regionais, o Governo vem resgatando e modernizando os instrumentos de desenvolvimento regional, por meio da elaboração de políticas desconcentradas para as macrorregiões menos desenvolvidas e definição de uma política integrada para o desenvolvimento nacional capaz de detectar fragilidades e explorar potencialidades regionais, mediante a articulação de ações nas três esferas governamentais com a sociedade civil.

Nesse sentido, o Governo continuou a implementação de programas de desenvolvimento regional, com o objetivo dinamizar o potencial de desenvolvimento dos territórios, aproveitando a diversidade cultural, social e ambiental que os caracterizam. Na escala sub-regional, destacam-se as ações de apoio às cadeias produtivas, mediante investimentos que geram a oportunidade de inserir as populações locais como potencialidade econômica endógena de cada região. Tais investimentos, no ano de 2007, somavam o montante de R\$ 15 milhões, passando, no ano de 2008, para cerca de R\$ 18,3 milhões. Esses investimentos apoiaram a elaboração dos Planos de Ação das Mesorregiões Bico do Papagaio, Metade Sul do Rio Grande do Sul, Vale do Ribeira, Guaraqueçaba e Grande Fronteira do Mercosul. Ainda em 2008, foram criados dois novos Fóruns, um na Mesorregião do Itabapoana e outro na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que passaram assim a constituir espaços fundamentais de discussão, planejamento, proposição de políticas e estabelecimento de estratégias e demandas conjuntas do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada para a promoção do desenvolvimento econômico e social dessas Mesorregiões.

A atuação do Governo na região Centro-Oeste evoluiu de um patamar de investimentos de cerca de R\$ 5 milhões, em 2006, para, aproximadamente, R\$ 460 milhões em 2008, refletindo a prioridade concedida ao desenvolvimento dessa macrorregião. No enfoque sub-regional, destacam-se as ações realizadas na mesorregião de Águas Emendadas, no Estado de Goiás, e na região da Faixa de Fronteira, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Como parte das estratégias de desenvolvimento para a região Centro-Oeste, foi aprovado pelo Congresso Nacional projeto de lei complementar, de iniciativa do Poder Executivo, que institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), resultando na Lei Complementar nº 129, sancionada em 8 de janeiro de 2009. Os principais instrumentos de ação da Sudeco serão o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros previstos na Constituição Federal.

Outro passo importante para a Política de Desenvolvimento Regional e o fortalecimento das bases locais foi a realização do Encontro Nacional de Mesorregiões, no âmbito nacional, e do Integranordeste, no âmbito regional, que promoveram o intercâmbio de experiências e instigaram o diálogo entre as diferentes esferas governamentais e da sociedade civil. O Encontro Nacional de Mesorregiões, em sua terceira edição, abordou temas como a comercialização e a constituição de fóruns, enquanto o Integranordeste debateu temas de interesse do desenvolvimento regional, por atores e iniciativas que vêm atuando nas escalas

sub-regionais priorizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Na mesma linha de ação, registra-se a realização do Congresso Internacional de Políticas Regionais no Mercosul e na União Européia, com 874 participantes, no qual foram discutidos aspectos da gestão de blocos regionais, redesenho de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e perspectivas do desenvolvimento regional no Brasil.

Para a implementação da PNDR, foi objeto de intenso debate, em 2008, a proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Ao final, essa proposta foi incluída na Proposta de Emenda à Constituição da reforma tributária, que está sob análise do Congresso Nacional. Assim, tão logo seja aprovada pelo Poder Legislativo a citada reforma tributária, o FNDR se constituirá em um importante instrumento para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades socioeconômicas do País.

No que se refere aos Fundos Constitucionais, até novembro de 2008, os financiamentos contratados com os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), totalizaram R\$ 11,3 bilhões, o que representou um crescimento de 82% em relação a idêntico período de 2007. Por sua vez, por intermédio dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE), foram contratadas, no ano de 2008, operações de financiamento no valor de R\$ 560 milhões. Ambos mantêm em carteira cartas-consulta e projetos aprovados, no montante de R\$ 4,3 bilhões, que podem ser contratados ao longo de 2009.

Em 2009, serão destinados pelo Governo para aplicação por intermédio desses Fundos aproximadamente R\$ 15,9 bilhões, sendo R\$ 3,2 bilhões provenientes do FCO, R\$ 7,5 bilhões do FNE e R\$ 2,7 bilhões do FNO, além de R\$ 1,0 bilhão do FDA e R\$ 1,5 bilhão do FDNE.

Também neste exercício, destacam-se as seguintes ações voltadas ao planejamento regional e à capacitação em territórios selecionados da PNDR:

- lançamento de planos subregionais do Estado do Pará e fortalecimento do sistema de georeferenciamento para o planejamento regional estadual;
- elaboração, em parceria com o Estado do Pará, do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, visando principalmente inibir possíveis impactos socioambientais negativos decorrentes do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e gerar em toda a região de influência do empreendimento condições propícias para o desenvolvimento econômico sustentável;
- elaboração do Plano da Área de Influência do Projeto de Integração de Bacias e de Revitalização do São Francisco;
- elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Baixo Sul da Bahia;
- elaboração, em parceria com os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte, visando impulsionar o desenvolvimento econômico e social em região de forte potencial turístico, compreendendo os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e a Costa do Sol Poente;
- elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Sul Fluminense;
- apoio à elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), juntamente com as Secretarias de Planejamento dos Estados do Nordeste;
- elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), juntamente com as Secretarias de Planejamento dos Estados da Amazônia;

- lançamento do Programa Nacional de Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, voltado à realização de cursos de capacitação em gestão estratégica do desenvolvimento regional; e
- implementação da Agenda de Cooperação com a União Européia, composta de ações de capacitação para agentes de desenvolvimento regional, apoio à gestão regional e intercâmbio de atores regionais e de boas práticas em territórios prioritários da política regional brasileira e européia.

b) Amazônia

Em 8 de maio de 2008, como resultado do trabalho articulado com os Estados da Amazônia, o Governo Federal lançou o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Logo depois foi instituída a Comissão Gestora do Plano, por meio do Decreto de 30 de maio de 2008.

O PAS organiza ações prioritárias para a região nos seguintes eixos temáticos: Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental; Produção Sustentável com Inovação e Competitividade; e Infra-estrutura para o Desenvolvimento e Inclusão Social e Cidadania. Prioridade máxima foi atribuída à regularização fundiária na Amazônia. Para tanto, elaborou-se estratégia baseada na simplificação das leis e normas que condicionam a regularização, no envolvimento dos Estados, por meio de seus institutos de terra e na proposta de criação de um novo arranjo institucional para a coordenação cooperativa entre os governos federal e estaduais. Para esse fim, estão sendo elaboradas propostas legislativas, a serem encaminhadas ao Congresso Nacional, para a transferência para os Municípios de terras da União ocupadas por núcleos urbanos (submetida a consulta aos governos estaduais) e para a regularização fundiária de ocupações rurais.

Na área de infra-estrutura, os esforços foram concentrados na restauração da aviação regional na Amazônia, em um projeto-piloto de melhoria e racionalização da malha de estradas vicinais no entorno da BR-163, e no apoio à Hidrovia Teles Pires-Tapajós. Também se deve destacar os projetos para o aproveitamento de áreas degradadas e uma ambiciosa proposta de soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo não-madeireiro. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com empresários, cientistas e lideranças comunitárias, buscando o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção de curto prazo nessa área, que é crucial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Tais ações traduzem importantes mudanças de longo prazo. Para assegurar foco e eficiência no curto prazo, as ações se concentrarão em microrregiões selecionadas pelos Estados, a maior parte delas coincidentes com os Territórios da Cidadania da Amazônia.

c) Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apóia ações conjuntas entre Municípios, Estados e organizações não-governamentais, com investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais, além de estimular o fortalecimento das organizações sociais locais. Busca-se superar a fragmentação e a desarticulação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento rural e mobilizar os atores locais na construção de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) capazes de aproveitar as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas.

Em 2008, o programa apoiou 160 Territórios Rurais selecionados, nas 27 unidades da Federação, abrangendo 2.392 Municípios, com uma população de cerca de 47,1 milhões de pessoas (27,75 % do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 4.514.528,9 km² (52,33 % da área total do País). Nesses territórios, concentram-se 57,13% dos beneficiários diretos das ações do Governo. Os recursos totais aplicados pelo Programa até o final de novembro de 2008 foram da ordem de R\$ 110,5 milhões. Desses territórios, 145 já contam com Colegiados Territoriais, que se constituem em instância de mobilização dos atores nos territórios. Esses Colegiados participam do processo de elaboração e qualificação dos PTDRS, sendo que em 2008 foram elaborados ou revisados 108 desses Planos. Em 2008, foi aplicado um montante de R\$ 45,5 milhões em projetos de infra-estrutura e serviços, beneficiando 1.640 Municípios. Complementarmente aos PTDRS, foram concluídos nesse período 17 Planos Safra Territoriais, perfazendo um total de 60 planos elaborados.

Na área de capacitação, durante o ano de 2008, foram investidos recursos da ordem R\$ 10,6 milhões na formação de 13.714 agentes de desenvolvimento, que atuam nos processos de sensibilização e mobilização dos atores territoriais. Em 2009, serão apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais um total de 164 territórios, dos quais 120 estão selecionados também para o Programa Territórios da Cidadania.

d) Infra-estrutura Hídrica

Para minimizar a carência de água para consumo humano e outros usos que afetam a saúde pública e restringem as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades onde a disponibilidade desse recurso é reduzida, o Governo, em 2008, priorizou a implantação de uma infra-estrutura eficiente e integradora do território nacional, com o desenvolvimento de ações estruturantes.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes empreendimentos: Adutora Pirapama, Sal Limoeiro, Adutora de Agrestina, Adutora do Agreste, Adutora do Oeste, Adutora Pajeú, em Pernambuco; Sistema de Abastecimento do Sistema Norte, Barragens Setúbal e do Peão, em Minas Gerais; Barragem e Adutora Poço do Marruá, Adutora de Bocaina e Adutora e Barragem de Piaus, no Piauí; Adutora São Francisco, em Sergipe; Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (Eixo de Integração Castanhão/Fortaleza), Açude Missi, Açude Riacho da Serra, Adutora de Ibareta e conclusão do Eixo de Integração Orós-Feiticeiro, no Ceará; Canal do Sertão Alagoano, Palmeira dos Índios, Coqueiro Seco, em Alagoas; Sistema Adutor Capivara, Sistema Adutor do Congo e Adutora Acauã, na Paraíba; Sistema Adutor de Serra de Santana, Alto Oeste e Adutora de Seridó, no Rio Grande do Norte; Sistema de Abastecimento de Cafarnaum, Jacobina e Pedro de Alexandre e Estação de Tratamento Barra do Choça, na Bahia; Barragens de Jaguarí e Taquarembó, no Rio Grande do Sul; e Barragem do Rio do Salto, em Santa Catarina, para os quais foram aplicados R\$ 1 bilhão. Em 2009, prevê-se a alocação de R\$ 849,1 milhões em estudos e obras de construção de adutoras, barragens e sistemas simplificados de abastecimento de água.

A integração de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, por meio da garantia hídrica, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura e gestão mais eficaz da água. O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional tem como objetivo viabilizar esse desenvolvimento sustentável. Sua execução foi dividida nos eixos Norte e Leste e atenderá a 12 milhões de habitantes. As obras do Eixo Norte têm execução física de 6,3%. No canal de aproximação

já foram executadas 33,8% das obras, na barragem de Tucutu, 49,2% da construção do barramento, vertedouro e tomada d'água já estão concluídos. Já o Eixo Leste tem execução física de 7,3%. No canal de aproximação já foram executadas 22,3% das obras, na barragem de Areias foram executados 86,8% da construção do barramento, vertedouro, dique e da tomada d'água.

Foram aplicados nesse Projeto, em 2008, recursos da ordem de R\$ 1 bilhão. Em 2009, serão destinados R\$ 1,6 bilhão para essa integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, nos seus eixos Norte e Leste, de integração das Bacias dos rios Jaguaribe/Poti/Longa/Acaraú-/Coreaú/Mamanguape/Gramame/Apodi/Piranhas Açú, no Nordeste Setentrional, de construção do ramal Guaranhuns/Pesqueira da Adutora do Agreste, no Estado de Pernambuco.

Destacam-se ainda as ações do Programa de Revitalização das Bacias do São Francisco e Parnaíba, que são intervenções de natureza continuada, implementadas gradativamente. As obras que estão concluídas e em fase de elaboração de projetos para implantação de esgotamento sanitário se inserem em 194 Municípios nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. As ações de recuperação da Hidrovia do São Francisco, já iniciadas, compreendem a dragagem do leito do rio, contenção de barrancas e reassentamento de famílias afetadas pelas obras, formando a Vila do Louro, em construção na região do Município de Barra (BA).

Na área de drenagem urbana, foram desenvolvidas no último exercício ações voltadas para a sua gestão sustentável, em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas, com vistas à recuperação de áreas úmidas, à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por fatores climáticos e pela ação antrópica, sendo aplicados recursos da ordem de R\$ 53,7 milhões. A previsão para 2009 é alocar R\$ 40,5 milhões em obras de pequeno vulto de macrodrenagem e controle de erosão marítima e fluvial.

Os investimentos no setor de irrigação objetivaram reduzir as desigualdades regionais, combater a pobreza e promover a distribuição de renda, mediante a geração de empregos e elevação da oferta de alimentos a menores preços, e transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão, buscando incorporar parcerias com o setor privado. As ações desenvolvidas no último ano contemplaram o apoio a Estados e Municípios na elaboração de planos diretores, estudos e projetos; execução de obras, aquisição de equipamentos, reabilitação e modernização de sistemas; seleção, organização ou reorganização dos produtores; licitação dos lotes dos projetos de irrigação; apoio à inserção competitiva dos produtos da agricultura irrigada nos mercados nacional e internacional; e assistência técnica e capacitação dos produtores.

Para esse segmento foram direcionados recursos da ordem de R\$ 511,9 milhões, em 2008, cabendo destaque para os seguintes Perímetros de Irrigação: Várzeas de Sousa, na Paraíba; Flores de Goiás, no Estado de Goiás; Rio Balsamo, em Alagoas; São João, Propertins e Sampaio, em Tocantins; Salitre e Baixo de Irecê, na Bahia; Pontal, em Pernambuco; Jaíba (3ª etapa), em Minas Gerais; Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba (2ª etapa) e Platôs de Guadalupe, no Piauí; Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú, no Ceará; e Jacaré-Curituba, em Sergipe, que somam uma área de 35.583 ha. Também foram aplicados recursos em assistência técnica, manutenção e demais atividades naqueles perímetros já implantados e em operação.

Para 2009, serão alocados recursos da ordem de R\$ 531,1 milhões na implantação de infra-estrutura de irrigação de uso comum numa área de aproximadamente 45.354 ha, que envolverá os seguintes Perímetros de Irrigação: São João e Sampaio, em Tocantins,

Várzea de Souza, na Paraíba; Araras Norte, Baixo Acaraú e Tabuleiros de Russas, no Ceará; Salitre e Baixo de Irecê e Estreito, na Bahia; Jacaré-Curituba e Canal Xingó, em Sergipe; Pontal, em Pernambuco; Jaíba, em Minas Gerais; Platôs de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos, no Piauí; e Marituba, em Alagoas. Além disso, está prevista a articulação para a aprovação do Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, em tramitação no Congresso Nacional, a criação do Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada e a elaboração do Cadastro Geral de Irrigantes de Projetos Públicos de Irrigação.

e) Defesa Civil

O País foi submetido a fenômenos meteorológicos extremos, em 2008. No Sul e no Sudeste, as chuvas provocaram enchentes, alagamentos e deslizamentos, o que causou transtornos à população, em vista da destruição de parcela da infra-estrutura de algumas cidades. No Nordeste, a ausência das chuvas causou sofrimento ao povo do semi-árido e a estagnação da economia local. Esses dois fenômenos, apesar da emissão, pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres, de 1.973 alertas meteorológicos preventivos, foram responsáveis pela ocorrência de mais de dois mil eventos adversos, que resultaram na decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em Municípios de dezenove Estados, o que afetou, diretamente, uma população aproximada de cinco milhões de pessoas.

Para tornar mais ágil o atendimento à população, o Governo atualizou a legislação relativa à liberação dos recursos públicos federais para ações de Defesa Civil. Assim, em novembro de 2008, foi publicado o Decreto nº 6.663, que regulamentou a transferência obrigatória de recursos em casos de estado de calamidade pública ou de situação de emergência. Por esse decreto, foi criada a figura da aferição sumária por meio da qual o Ministério da Integração Nacional poderá alocar rapidamente recursos orçamentário-financeiros para a recuperação e reabilitação de cenários afetados por desastres. Dessa forma, ao invés dos vinte documentos que eram necessários para a liberação de recursos nessa situação, pela nova sistemática, é necessária apenas a notificação preliminar de desastre, o plano de trabalho, com proposta de ações a serem custeadas com recursos federais e formulário de avaliação de danos.

No caso específico do Estado de Santa Catarina, em função do desastre provocado por fortes chuvas que causaram inundações e deslizamentos, nos meses de novembro e dezembro de 2008, bem assim de outros desastres ocorridas ao longo do País, o Governo editou a Medida Provisória nº 448, em novembro de 2008, com um crédito extraordinário de R\$ 1,6 bilhão. Além de recursos para recuperação de estradas e do Porto de Itajaí, o Governo liberou R\$ 360 milhões para o Estado de Santa Catarina para dar pronto atendimento às vítimas. A Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional, disponibilizou, até o final de 2008, para aquele Estado, 22.400 cestas de alimentos (equivalente a 515,2 toneladas), atendendo a 112 mil pessoas; 20.868 kits de limpeza; 63 rolos de lona para abrigo; 15 mil toalhas, 12 mil travesseiros; 25 mil cobertores; e 24.100 colchões, além de 180 kits de medicamentos.

Além dessas ações, no último exercício, mais de 2,5 milhões de brasileiros que vivem em cidades atingidas por eventos adversos, foram atendidos pelas ações de ajuda humanitária desenvolvidas pela Defesa Civil. Como exemplo, cita-se a distribuição de mais de 253 mil cestas de alimentos a 1,26 milhão de pessoas. Na Operação Carro Pipa, foram investidos R\$ 119,7 milhões para distribuir água potável à população de 486 Municípios. Acrescenta-se a essas ações a ajuda humanitária internacional prestada pelo Governo Brasileiro, por meio da qual foram doadas 70,2 toneladas de alimentos a países como Cuba, Haiti e Paraguai.

As ações prioritárias na área da prevenção dos desastres serão intensificadas, em 2009, com o objetivo de eliminar riscos e preparar as comunidades que ainda estão sujeitas ao convívio com algum tipo de vulnerabilidade, entre as quais se destacam a intensificação do apoio do Governo para criação e ampliação da capacidade operacional de órgãos regionais e municipais de Defesa Civil, para atendimento, salvamento, perícia e detecção de desastres, dentre outros; o aperfeiçoamento dos planos de contingências para o enfrentamento de situações de desastres naturais de maior frequência e intensidade provocados pelas mudanças climáticas; a consolidação e interligação da rede nacional de informações e dos centros de operações dos órgãos de defesa civil para o monitoramento dos eventos adversos e agilização das ações de defesa civil nas regiões vulneráveis a desastres; a intensificação do apoio a obras preventivas de desastres em áreas de risco; e a execução física e operacionalização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) como estratégia para reduzir prejuízos e perdas de vidas humanas provocadas por desastres, principalmente, os naturais agravados pelas mudanças climáticas.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

A atuação do Governo na implementação de um novo modelo de gestão ambiental compatível com o desenvolvimento econômico avançou em várias frentes, na busca pela consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente. Em 2008, houve mudanças no processo de concessão de licenças ambientais, garantindo mais agilidade e, ao mesmo tempo, maior rigor. Também foram criados instrumentos para envolver a iniciativa privada no controle de suas cadeias produtivas, inclusive com a assinatura de pactos com os produtores de soja, de madeira e de minério, o que deve ser ampliado, em 2009, com a entrada de novos setores, a exemplo dos exportadores de carne.

Na busca pela redução do desmatamento, passou-se a monitorar por satélite todos os biomas brasileiros e não somente a Amazônia. O combate à desertificação aparece como uma das prioridades para 2009. O Governo realizará uma grande reunião no Nordeste para analisar a questão da água, da defesa da Caatinga e do apoio às políticas sustentáveis.

Outra prioridade para 2009 é a conclusão do Zoneamento Ecológico e Econômico de toda a Amazônia. Esse Zoneamento será fundamental para o cumprimento do Plano Amazônia Sustentável e o estabelecimento de uma fronteira da legalidade ambiental.

a) Plano Nacional sobre Mudança do Clima

Em dezembro de 2008, foi lançado o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, no qual o Brasil se compromete, pela primeira vez, a possuir médias decrescentes de desmatamento em todos os biomas, mensuráveis a cada quatro anos, até atingir o chamado desmatamento ilegal zero.

O Plano tem como objetivos: i) o fomento ao aumento de eficiência no desempenho dos setores da economia, na busca constante por melhores práticas; ii) a manutenção elevada da participação de energia renovável na matriz elétrica, preservando posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional; iii) o fomento ao aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e, ainda, atuação com vistas à estruturação de um mercado internacional de biocombustíveis; iv) a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros; v) a eliminação da perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil até 2015; vi) o fortalecimento das ações intersetoriais

voltadas para a redução das vulnerabilidades das populações; e vii) a identificação dos impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e o fomento ao desenvolvimento de pesquisas científicas para se traçar uma estratégia que minimize os custos socioeconômicos de adaptação.

Foram definidas no Plano metas voluntárias e setoriais que, juntas, representam a redução de centenas de milhões de toneladas de gás carbônico por ano, seja pela redução do desperdício, seja pelo aumento da eficiência energética, ou ainda pela redução progressiva do desmatamento ou aumento progressivo do plantio de florestas com espécies nativas e comerciais. Dessa forma, o Governo incentivará o desenvolvimento de ações no País e colaborará com o esforço mundial de combate às mudanças climáticas. Além disso, criará condições internas para enfrentar as consequências sociais e econômicas das alterações climáticas.

Entre as principais metas do Plano está a redução em 72% do índice de desmatamento na Amazônia, até 2018. Isso equivale a 4,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) a menos na atmosfera. Outras medidas a serem adotadas referem-se às áreas de produção de energia elétrica, álcool, biodiesel e carvão.

Haverá também estímulo a políticas de incentivo para o uso de energias limpas, como a solar, incentivo à reciclagem e ao uso de automóveis que emitam menos e gastem menor quantidade de combustível, além de metas importantes para a redução do desperdício de energia. O aumento do número de árvores plantadas é outra meta importante – pretende-se passar de 5,5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares em 2020 –, sendo 2 milhões de árvores de espécies nativas.

O Plano será revisado no início de 2010 para incorporar sugestões e os dados do novo inventário de emissões que está em elaboração pelo Governo Federal. Nas próximas fases, deverão ser incluídos os mecanismos de avaliação do desempenho das ações em curso e respectivos resultados. Serão também apresentadas ações e instrumentos complementares, incluindo pactos com os Estados, destinados a garantir que os objetivos possam ser alcançados.

b) Unidades de Conservação

Em 2008, o Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza foi ampliado em 5,54 milhões de hectares, resultado da criação de seis unidades no bioma amazônico. Por meio do Programa Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA), foram apoiadas técnica e financeiramente ações nesse bioma que tiveram reflexos em cerca de 32 milhões de hectares, com o estabelecimento de 61 Unidades de Conservação (UCs), sendo 31 de proteção integral e 30 de uso sustentável. Além disso, o ARPA apóia a realização de 17 estudos para criação de novas UCs.

Em setembro do último exercício, foi lançado o Programa de Turismo nos Parques, com o intuito de fomentar a implantação de infra-estrutura mínima e serviços de apoio ao turismo em Parques do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Em outubro do mesmo período, foi lançado o Mapa Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Bioma Caatinga, que disponibiliza informações sobre áreas protegidas de forma a apoiar ações que conduzam à conservação dos recursos naturais e à valorização da diversidade cultural, bem assim publicado o estudo “Caatinga: conhecimentos, descobertas e sugestões para um bioma brasileiro”, ambos frutos da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e a organização não-governamental *The Nature Conservancy* (TNC).

c) Combate ao Desmatamento

O Governo tem a expectativa de retomada do viés de baixa com relação às taxas de desmatamento dos últimos três anos. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam um crescimento de 3,8% no índice entre os meses de agosto de 2007 e julho de 2008, número abaixo das expectativas no início do período. Entre 2006 e 2007, o instituto registrou 11.532 km² contra os 11.968 km² dos últimos 12 meses.

A estabilização do índice de desmatamento ocorreu graças às ações emergenciais que foram tomadas para conter a alta na devastação. A manutenção da Resolução nº 3.545 do Banco Central, que limitou o crédito na região para os desmatadores ilegais, a ação focada nos 36 Municípios que mais desmatam no País, além do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, foram responsáveis pela queda do desmatamento.

Na Amazônia, números do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), mostram que a média de desmatamento nos três meses mais secos do ano (junho, julho e agosto) vem caindo desde 2004, chegando ao menor índice em 2008: 649 km². Nesses meses, tradicionalmente, ocorre o maior volume de corte da floresta. A área desmatada no período chegou a ser de 5.858 km² em 2004, e está sendo reduzida desde então: de 1.568 km², em 2005; 1.187 km², em 2006; 884 km², em 2007; e 649 km², em 2008, redução de 27% em relação ao ano anterior.

Para o combate ao desmatamento foram estabelecidas prioridades para 2009, destacando-se: i) o desenvolvimento de ações direcionadas ao Estado do Pará, que há quatro anos mantém uma média elevada de desmatamento, e ao Maranhão, que praticamente dobrou o desmatamento em 2007; ii) a criação da Força Federal de Combate aos Crimes Ambientais, que será uma força de caráter repressivo, de prontoemprego, que se somará a outras ações preventivas para garantir o cumprimento das leis ambientais; iii) a ampliação do número de portais rodoviários do Ibama, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, para fiscalizar o transporte de cargas nas principais rodovias da Amazônia Legal; iv) a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); v) o fortalecimento das ações Arco de Fogo; vi) o estímulo aos Estados amazônicos para produzirem seus planos de combate ao desmatamento para garantir que recebam recursos do Fundo da Amazônia; e vii) a realização de oficinas nos Estados para acelerar o licenciamento dos assentamentos rurais e a recuperação de Reservas Extrativistas e Áreas de Proteção Permanentes.

d) Espécies Ameaçadas de Extinção

Em 2008, foi editada a nova Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção e publicado o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Foram catalogadas 472 espécies, o que representa um incremento de 364 espécies em relação à última lista oficial, publicada em abril de 1992. O aumento no número de espécies ameaçadas de extinção se deve não apenas ao incremento das pressões antrópicas ocorrido sobre os ecossistemas, especialmente ao longo das últimas três décadas, mas também ao melhor nível de conhecimento da flora brasileira e à participação de uma parcela mais expressiva da comunidade científica no processo de elaboração da lista atual. A lista é instrumento importante para a organização de prioridades e definição de estratégias e medidas necessárias à conservação e à recuperação das espécies, bem como para a aplicação da legislação ambiental.

Já o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção é a primeira publicação do Governo contendo informações padronizadas sobre todas as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, incluindo dados sobre biologia, distribuição geográfica, presença ou não em Unidades de Conservação, principais ameaças, estratégias de conservação e, ainda, especialistas e instituições envolvidas na conservação dessas espécies. Para 2009, pretende-se realizar a revisão da relação das espécies da flora com deficiência de dados, em um total de 1.079 espécies, e a publicação do Livro Vermelho com a nova lista das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, incluindo informações detalhadas sobre cada táxon, inclusive mapeamento da sua distribuição geográfica.

e) Fiscalização

No último exercício, o Governo realizou centenas de operações em todo o País para coibir ilícitos ambientais. Essas operações englobaram desde atividades de rotina até grandes operações de fiscalização integradas, com participação de diversos órgãos e entidades. Dentre essas operações, destacam-se a Guardiões da Amazônia e a mencionada Arco de Fogo.

A Operação Arco de Fogo ocorreu nos Estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará e focou, principalmente, na auditoria de serrarias. A Operação Guardiões da Amazônia visou barrar o desmatamento na origem, seguindo-se os indicativos do DETER, e ocorreu em todos os Estados da Amazônia Legal. Entre as operações dos Guardiões da Amazônia destacam-se a Operação Canarana (MT), a Boi Pirata (PA), a Ponta de Lança (MT), a Rastro Negro (PA), a Portal da Amazônia (RO) e a *Precious Woods*. A operação Boi Pirata, por exemplo, conseguiu retirar cerca de 3.500 cabeças de gado bovino na Unidade de Conservação na Terra do Meio e, como consequência, milhares de outras cabeças de gado foram retiradas do local. Essas operações resultaram em 22.454 Autos de Infração, que representaram um total de R\$ 3,2 bilhões em multas. Quanto à apreensão de madeiras, contabilizou-se 279.920 m³ até novembro de 2008.

No que se refere à fiscalização de fauna, destaca-se a operação realizada em Caruaru (PE), na qual foram presos traficantes e apreendidos mais de 1.000 pássaros, além das operações Grilhões e Sispas Legal. Esta última resultou na apreensão de mais de 6.000 aves, totalizando o montante de mais de R\$ 8 milhões em multas. A maioria dos criadores fiscalizados apresentaram irregularidades e ilegalidades, sugerindo uma associação da categoria com a captura de animais silvestres ou recepção de animais do tráfico.

Em relação à pesca, foram realizadas ações de fiscalização da pesca da lagosta tanto no período de defeso como no pós-defeso, denominadas de Operação Impacto Profundo, no âmbito do Plano Nacional de Fiscalização da Pesca da Lagosta. Essa operação envolveu cerca de 150 servidores federais e dos Estados. Foram vistoriadas 2.592 unidades de produção pesqueira (embarcações, frigoríficos, peixarias e outros), lavrados 249 Autos de Infração, no valor total de R\$ 1,1 milhão, apreendidos 24.676 kg de lagostas e 42 quilômetros de redes caçoeira.

O Governo também promoveu o aperfeiçoamento da legislação relativa à destinação dos bens apreendidos, por meio do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Entre as mudanças, destaca-se a possibilidade de doação sumária de materiais sob risco iminente de perda, a venda e a utilização pelo Governo.

As prioridades para a fiscalização, em 2009, são: i) maior integração entre as ações de fiscalização do IBAMA com as operações da Polícia Federal no combate ao desmatamento; ii) implementação do Plano de Combate ao Desmatamento na Mata Atlântica;

iii) intensificação da fiscalização da pesca da sardinha e do comércio interno e exportação de peixe ornamental; e iv) manutenção do combate ao tráfico de animais silvestres com ênfase na fiscalização de criadouros.

f) Resíduos Sólidos Urbanos

O Governo desenvolveu o Projeto Aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) na redução de emissões em Aterro Sanitário, contando com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial. Com a finalidade de fortalecer a gestão dos resíduos sólidos, estabeleceu-se, para 2009, como linha prioritária, o apoio à implantação dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos junto aos Municípios.

g) Recursos Hídricos

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), lançado em março de 2006, representou um grande avanço na gestão de recursos hídricos no País. Atualmente, há cerca de 160 Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) estaduais e federais, além de 22 Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, resultantes da governança democrática na elaboração das políticas públicas de gestão integrada nesta área. Em 2008, foram detalhados os 13 subprogramas dos quatro programas de desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos.

O Governo, em 2008, apoiou a elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e foram assinados convênios com o Acre e Pará para realização dos seus planos estaduais de recursos hídricos. Vale ressaltar a instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba e o processo, ainda em curso, de instalação do CBH Piranhas Açú. Cabe destacar, também, a outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, os quais se intensificaram com a consolidação desse instrumento legal nas bacias hidrográficas dos rios Paranaíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ).

Uma importante ação do Governo é o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes). Trata-se de um programa considerado inovador por sua capacidade de garantir a efetividade de resultados, na medida em que remunera pelo resultado alcançado na redução da poluição de bacias hidrográficas causada pelo lançamento de esgotos domésticos. No último exercício, foram contratados mais 40 empreendimentos, contemplando principalmente as bacias que enfrentam problemas considerados graves de poluição hídrica pelo lançamento de esgotos sem tratamento, de acordo com uma seleção baseada em critérios de custo e eficiência. No Prodes, cada R\$ 1 investido pela União alavanca outros R\$ 2, em média, resultando em investimentos totais superiores a R\$ 350 milhões e benefícios diretos a uma população superior a 3,5 milhões de brasileiros.

No âmbito das políticas de recursos hídricos, foram estabelecidas como metas, para o ano de 2009: i) o apoio à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados do Acre e Pará; ii) a elaboração do Planejamento Estratégico do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; iii) o fortalecimento das ações de planejamento de recursos hídricos (planos estaduais de recursos hídricos e planos de bacias hidrográficas); iv) a coordenação do Programa Marco para Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Prata), que objetiva apoiar os governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai no fortalecimento de uma visão para o desenvolvimento econômico e social ambientalmente sustentável da Bacia; v) a implementação do curso de especialização

semipresencial de Gestores de Políticas Públicas de Educação Socioambiental na Bacia do Prata; e vi) a implementação do subprograma VIII do Programa Nacional de Águas Subterrâneas.

g.1) Revitalização de Bacias Hidrográficas

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas trabalha de maneira descentralizada, por meio de convênios com prefeituras e órgãos estaduais, a fim de contribuir para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos, bem como melhorar a qualidade de vida dos moradores. Em 2008, foram apoiados projetos de recuperação, preservação e manejo integrado de sub-bacias, com destaque para a experiência do Município de Luz, em MG, que é referência na revitalização do rio São Francisco. Outra ação relevante foi a inauguração do Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas do Alto São Francisco, no Município de Arcos (MG). O objetivo do Centro é tornar-se referência para a produção de modelos apropriados de recuperação de áreas degradadas que serão reproduzidas em larga escala no alto São Francisco. Ainda em relação a esse rio, como parte dos estudos estratégicos de Apoio ao Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, foi lançado, no referido período, o Plano Integrado de Desenvolvimento Florestal Sustentável da Bacia do São Francisco, que será um importante instrumento para a sua revitalização. O Governo elaborou, também, o Censo Estrutural da Pesca na Bacia do São Francisco. Sua publicação é um passo fundamental para o estabelecimento definitivo e seguro da metodologia de implementação de um programa contínuo de monitoramento da pesca, que proporcionará a base do conhecimento para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros nesse ambiente.

No âmbito do Programa Água Doce, foram implantadas três unidades demonstrativas de tecnologias de convivência com o semi-árido, nos Estados do Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas, com o sistema de produção completo e a recuperação de 39 sistemas de dessalinização. Até o momento, o Programa beneficiou aproximadamente 42 mil pessoas em 42 localidades de seis Estados do semi-árido.

Para o ano de 2009, destacam-se as ações prioritárias para a revitalização de bacias hidrográficas, que são: i) o fomento à estruturação de parques fluviais a serem implementados inicialmente na bacia do rio São Francisco, para que as ações da revitalização tenham sustentabilidade, visibilidade e continuidade; ii) a implementação de planos estaduais e inauguração e implantação de dez unidades demonstrativas do Programa Água Doce; iii) a consolidação dos centros de referência do Programa de Revitalização do Rio São Francisco; iv) a implementação dos projetos propostos no Plano de Florestal e no Censo da Pesca; e v) o desenvolvimento de ações relacionadas à Educação Ambiental na bacia do rio São Francisco.

h) Licenciamento Ambiental

O Grupo Gestor para acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura realizou o acompanhamento do licenciamento ambiental, no âmbito federal, dos empreendimentos do PAC. Em maio de 2008, o Grupo elaborou um estudo e identificou as limitações e necessidades de aprimoramento dos instrumentos de acompanhamento da conformidade ambiental dos empreendimentos desse Programa, bem como apontou soluções para superação dessas limitações.

A mencionada mudança no processo de concessão de licença ambiental assegurou mais agilidade e, ao mesmo tempo, maior rigor nas análises do órgão licenciador e nas exigências aos empreendedores públicos e privados. Em 2008, foram emitidas 467

licenças ambientais, entre licenças prévias, de instalação e de operação, além de outras, como as de pesquisa sísmica e as de supressão vegetal, representando um aumento de quase 27% no número de licenças concedidas em relação a 2007. Desse total, 42,7% referem-se a obras do PAC, ligadas a melhorias na infra-estrutura do País, com investimentos nos setores de geração e transmissão de energia, petróleo e gás, e de transportes, entre outras.

Entre as licenças emitidas, em 2008, destacam-se as das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. Com relação à licença de Santo Antônio, o consórcio responsável pelo empreendimento deverá, como contrapartida, arcar com a manutenção de duas Unidades de Conservação: o Parque Nacional de Mapinguari, no Amazonas, e a Reserva Biológica de Jarú, em Rondônia, bem como com o custeio da demarcação e do monitoramento de duas reservas indígenas de Karipuna e Karitiana, no Estado de Rondônia. O consórcio deverá, também, contribuir com R\$ 30 milhões para investimentos em saneamento na cidade de Porto Velho, bem como investir em educação ambiental na região e equipar o Batalhão Florestal da Polícia Militar de Rondônia e o Corpo de Bombeiros do Estado, no valor de até R\$ 6 milhões, para prevenir incêndios e crimes ambientais. Outras condicionantes são: o monitoramento da sedimentação do rio e da qualidade da água e a recuperação de outras áreas de preservação nos arredores da usina.

Em continuidade ao desenvolvimento de novos instrumentos de planejamento, que consolidam a integração das políticas ambiental e setoriais, o Governo iniciou no ano passado o desenvolvimento do projeto Desenvolvimento Metodológico e Tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica, aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos, com base na Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Uruguai. Esse projeto está sendo executado em parceria com as Universidades Federais de Santa Maria e do Pampa, a FINEP, envolvendo ainda os órgãos ambientais dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, contando também com a participação do setor elétrico.

As prioridades do licenciamento para 2009 são: i) revisão do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental; ii) definição dos procedimentos para o licenciamento ambiental de portos; iii) definição de metodologia e de diretrizes para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica para hidrelétricas; e iv) definição de metodologia e de diretrizes para a Avaliação Ambiental para exploração de Petróleo (*off-shore*).

i) Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecida pelo Decreto nº 6.040 de 2007, desenvolve uma política fundamental, não somente por propiciar a inclusão política e social, como também por estabelecer um pacto entre esses grupos e o Poder Público. Merece destaque a construção da Agenda Social para esse público, especialmente as políticas destinadas ao apoio das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com foco na agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis, via mecanismos que permitam ao extrativista ampliar a inserção destes produtos no mercado brasileiro e internacional.

Dessa forma, no âmbito da PNPCT, foi elaborada proposta e iniciada a inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Foi iniciado, em 2008, o desenvolvimento de 10 cadeias produtivas (copaíba, andiroba, piaçava, carnaúba, buriti, castanha-do-brasil, babaçu, borracha, pequi e açaí) agregadas à PGPM.

j) Zoneamento Ecológico e Econômico

O Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) é um instrumento de planejamento e gestão ambiental e territorial de fundamental importância para a implementação de um modelo de desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. Por seu intermédio são elaboradas estratégias de desenvolvimento voltadas para o atendimento das necessidades sociais e o uso sustentável dos recursos naturais. O ZEE possibilita o balizamento das decisões dos agentes públicos e privados, contribuindo para orientar os investimentos públicos, a instalação de infra-estruturas, a concessão de crédito e incentivos econômicos, assim como as demais ações que interferem no território e em seus ecossistemas. O Governo tem priorizado a realização do ZEE em regiões e áreas que apresentam maior incidência de conflitos e problemas socioambientais. Assim, em 2008, o zoneamento avançou na bacia do rio São Francisco, na BR-163, na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF-Entorno), nos núcleos de desertificação do semi-árido e na Amazônia Legal.

Em relação à Amazônia, o Governo estabeleceu como prioridade, para 2009, a conclusão do Macrozoneamento da Amazônia Legal. O ZEE dessa região conta com a participação dos Estados, merecendo destaque as manifestações do Fórum dos Governadores da Amazônia, referendando o quão estratégico é o tema. Ademais, a participação do Congresso Nacional, da sociedade e da Comissão Coordenadora do ZEE, uma instância composta por 14 Ministérios, demonstra o amplo debate que está instalado, cumprindo importante papel promotor da negociação e pactuação social, criando as bases de sustentação política do novo modelo de desenvolvimento da Amazônia.

Na Amazônia, além do macrozoneamento que está sendo realizado pelo Governo Federal, os nove Estados da região estão elaborando seus respectivos ZEEs, sendo que Rondônia e Acre já os concluíram. Amazonas, Mato Grosso e Roraima também finalizaram seus zoneamentos e os encaminharam para apreciação e aprovação das Assembléias Legislativas. O macrozoneamento e os ZEEs estaduais se integram e se complementam numa abordagem multiescalar da Amazônia, que está sendo pactuada e construída mediante diálogo e cooperação entre a União e os Estados.

Ainda na Amazônia, como insumo para o ZEE e para outras aplicações, está sendo executado o projeto Bases Cartográficas Digitais da Amazônia na Escala de 1:100.000. O Governo Federal aplicou cerca de US\$ 5,5 milhões nessa iniciativa, que está sendo realizada com a cooperação do IBGE e do Exército Brasileiro. O projeto irá validar e retificar bases cartográficas já elaboradas, assim como preencher os vazios cartográficos. O produto será incorporado à Mapoteca Nacional Digital e disponibilizado a diferentes usuários do Poder Público e da sociedade civil.

Nas demais regiões do País, oito Estados estão investindo no ZEE, a saber: Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. O Governo Federal mantém cooperação técnica com todos eles por intermédio do Consórcio ZEE Brasil. No Nordeste, duas iniciativas se articulam no âmbito do ZEE: elaboração de cenários prospectivos do Bioma Caatinga; e a estruturação da Rede Virtual da Caatinga (RVC), que busca integrar a base de dados dos Estados e dos órgãos federais numa plataforma que irá permitir o uso compartilhado das informações nos projetos de ZEEs em outros instrumentos de planejamento e gestão territorial. Outras metas para 2009, nesse setor, são a ampliação do zoneamento dos Estados do Amapá, Tocantins, Pará e Maranhão à totalidade de seus territórios, integrando e consolidando as áreas já mapeadas.

k) Concessão Florestal

A implementação da gestão de florestas públicas para produção sustentável compreende a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais, a destinação de florestas públicas às comunidades locais, a concessão florestal, incluindo florestas naturais ou plantadas, e as unidades de manejo das áreas protegidas. O Governo, por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro, está realizando as ações necessárias para a elaboração de inventários, relatórios ambientais preliminares, cadastro de florestas públicas, bem assim a implementação do Sistema Nacional de Informações Florestais e o Inventário Florestal Nacional. Em 2008, foram cadastrados 211 milhões de hectares de florestas públicas, no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, incluindo, pela primeira vez, florestas estaduais. Também foi publicado o Plano Anual de Outorga Florestal 2009, que indica as ações relativas à gestão de florestas públicas para este exercício, inclusive as áreas passíveis de receberem concessões florestais.

Os primeiros contratos de concessão para manejo florestal sustentável foram assinados em 30 de setembro de 2008. Esses contratos deverão gerar uma arrecadação anual direta de cerca de R\$ 3,8 milhões por ano, nos próximos 40 anos. As florestas concedidas estão localizadas dentro da Floresta Nacional (FLONA) do Jamari, em Rondônia. Dos 220 mil hectares da FLONA, 96 mil foram disponibilizados em três lotes de manejo e o restante ficará como área de preservação ambiental ou destinada a manejo pelas populações locais.

Para este exercício de 2009, as principais ações previstas são: i) o aumento do número de florestas públicas cadastradas, com a estimativa que se chegue a 220 milhões de hectares registrados; ii) a ampliação do programa de concessão para manejo florestal sustentável, com a meta de que quatro milhões de hectares estejam em processo de concessão florestal; iii) a capacitação em manejo florestal e agroflorestal de aproximadamente 2.500 agentes no âmbito de comunidades tradicionais, assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário; iv) a implementação do inventário florestal nacional, com início da locação e medição das mais de oito mil parcelas amostrais em todo o País; e v) o início das operações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, com o apoio aos primeiros projetos, a partir de recursos arrecadados com as Concessões Florestais.

l) Esfera Internacional

Na área internacional, o Governo implementou duas iniciativas que vinham sendo planejadas para o enfrentamento da mudança global do clima: a criação do Fundo Amazônia e a construção do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, apresentados em evento paralelo promovido pelo governo brasileiro na 14ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Poznan (Polônia).

O Fundo Amazônia segue, em grande medida, as linhas que balizam o processo negociador, na esfera internacional, sobre ações de redução de desmatamento e, no escopo de seus objetivos, pretende prover incentivos para a redução de emissões do desmatamento, levantando recursos financeiros para investir em ações tais como prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como a promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia.

O já mencionado Plano Nacional sobre Mudança do Clima estabelece ambiciosos compromissos nacionais para fazer frente à mudança do clima, e servirá de plataforma para orientar as políticas e ações nos mais variados setores da economia, com vistas ao enfrentamento do desafio que representa a mudança global do clima.

No âmbito do Mercosul, espera-se que, em 2009, seja possível alcançar avanços efetivos na implementação da Estratégia Mercosul de Combate à Desertificação e das Políticas de Produção e Consumo Sustentáveis e de Gestão de Resíduos Pós-Consumo. Ainda no plano internacional, cabe ressaltar a participação do Brasil na 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), na Alemanha. Tal reunião foi de grande importância para a área ambiental, sobretudo no que tange à negociação do Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) derivados da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais associados.

m) Protocolo Verde

Os Ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda, da Integração Nacional, da Agricultura e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e os bancos públicos revisaram a Carta de Princípio para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Protocolo Verde, de forma a atender aos desafios socioambientais atuais. O documento, assinado pelos bancos federais, possui cinco eixos: i) o papel dos bancos como agentes financiadores do processo produtivo; ii) a análise de risco e custo ambiental dos projetos e dos clientes da carteira; iii) a preocupação com as práticas bancárias internas, como o consumo sustentável dos recursos naturais; iv) as questões de transparência e publicidade, objetivando engajar continuamente as partes interessadas nas práticas de sustentabilidade das instituições financeiras; e v) a mobilização dos signatários no sentido de promover o contínuo monitoramento das intenções do novo protocolo.

Para o ano de 2009, pretende-se, prioritariamente, no âmbito desse acordo: i) estímulo à adesão dos bancos privados; ii) desenvolvimento do projeto de Investimentos Públicos e Mudanças Climáticas (IMPC), que visa à construção de processo produtivo que compreenda os princípios da sustentabilidade ambiental e a variável climática; iii) formulação de uma política de comércio sustentável baseada nas recomendações apresentadas pelo estudo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de modo a contribuir para o desenvolvimento da economia regional com a preservação da floresta amazônica; iv) execução das três ações do Comitê Executivo Produção Sustentável no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP): siderurgia sustentável, redução de emissões no setor de cimento e promoção do uso de aquecimento solar; v) articulação com o Congresso para aprovação do projeto de lei estabelecendo uma Política Nacional de Serviços Ambientais e a criação de um Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais.

10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI 2007-2010) foi concebido em um processo de mobilização e articulação de competências e ações de todo o Governo, em cooperação com os governos estaduais e municipais. Com esse Plano, pretende-se aperfeiçoar a governança e intensificar as ações necessárias ao desenvolvimento e ao fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação (C,T&I) no País.

O PACTI, cujos pilares são as quatro prioridades estratégicas que norteiam a Política Nacional de C,T&I, foi o instrumento que embasou as ações empreendidas em 2008. São prioridades estratégicas do PACTI: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; e Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Nesse sentido, as ações e estratégias envolvidas no financiamento à pesquisa, com ênfase na ampliação e otimização dos recursos investidos em C,T&I, têm gerado resultados

tanto abrangentes quanto pontuais, a exemplo da ampliação da capacidade nacional de produção científica e tecnológica, com participação mais equilibrada entre as diferentes regiões do País e crescente comprometimento não só de governos estaduais na execução de ações relacionadas ao desenvolvimento de C,T&I, mas também de empresas no investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) com vistas à inovação. Esses resultados, entre outros, somados à implementação de mecanismos mais flexíveis e estáveis de financiamento à pesquisa, têm contribuído com a estratégia maior de expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I e, conseqüentemente, com a melhoria de indicadores de impacto tanto econômico como social das políticas públicas relacionadas. Somente por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Governo executou, em 2008, o valor de R\$ 5,17 bilhões, significando um crescimento de 17% dos recursos aplicados nesse setor, em relação a 2007.

a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

O Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI), institucionalizado a partir dos anos 1970, expandiu-se muito desde então, no entanto, só recentemente passou a incorporar os fundamentos de uma política de inovação tecnológica. A consolidação do SNCTI tem foco no aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, nos instrumentos da gestão e do fomento, nas parcerias institucionais, na governança do Sistema e no fortalecimento dos laços com o setor privado. Assim, três macro-orientações sintetizam o elenco de atividades dessa Prioridade Estratégica: consolidação institucional; consolidação do marco legal-regulatório; e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e de apoio financeiro.

Ao longo de 2008, a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que incorpora os Fundos Setoriais, foi aperfeiçoada, com destaque para a instalação do seu Conselho Diretor. A definição do calendário de implementação do Plano de Investimentos em C,T&I foi uma das iniciativas do Conselho para facilitar o trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Para 2009, foram definidos investimentos no valor total de R\$ 3,1 bilhões, 52% maior que 2008, sendo R\$ 776 milhões para Ações Transversais, R\$ 343 milhões para Ações Verticais, R\$ 567 milhões para subvenção e R\$ 900 milhões para pagamentos de exercícios anteriores.

Quanto ao marco legal regulatório do SNCTI, vale ressaltar que a partir da nova legislação consubstanciada pela Lei nº 11.196, de 2005, verificou-se o crescimento de 217% nos investimentos das empresas em P,D&I, passando de R\$ 1,53 bilhão, em 2006, para R\$ 4,85 bilhões, em 2007, mobilizando 291 empresas (130 em 2006), e envolvendo R\$ 868,4 milhões em renúncia fiscal.

Com relação às parcerias com os Estados e Municípios, foram modificados critérios, com o objetivo de tornar contínua a destinação de recursos para C,T&I. Um dos marcos importantes foi a instalação do Comitê-Executivo da Cooperação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C,T&I (Consecti) e o Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap). Com relação às medidas adotadas, destacam-se: i) a alteração dos critérios para implementação dos projetos estruturantes em todos os Estados; ii) o lançamento de encomendas para incluir os Estados que não foram atendidos por chamadas públicas ou pelos Programas de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE), PAPPE Subvenção, Juro Zero e Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAÉ) – Pesquisador na Empresa; e iii) o fortalecimento do Programa de Núcleos de Excelência (Pronex). Buscou-se a gestão compartilhada com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, bem como foram envidados esforços para que os Estados implementem suas leis estaduais de inovação.

No último exercício, as importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica tiveram sua cota expandida para US\$ 500 milhões. Isso significa um aumento de 100%, em relação a 2007, e acompanha a tendência crescente dos investimentos do Governo destinados à pesquisa nos últimos anos. Houve intensificação das ações no âmbito da cooperação internacional, com a disponibilização de novos recursos, especialmente para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a América Central e do Sul.

Quanto à Formação de Recursos Humanos para C,T&I, foram implementadas 68.406 bolsas no País e no exterior, representando um aumento de 8% no número total. Registram-se 17.643 bolsas de mestrado e doutorado implementadas pelo CNPq, apenas no País, caracterizando incremento de 5% em relação ao ano anterior. Em novembro de 2008, foi lançado edital destinando R\$ 81 milhões para concessão de bolsas de mestrado e doutorado em áreas estratégicas do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI). Espera-se a concessão de 2.000 bolsas, com implementação prevista para 2009. Quanto às bolsas para as engenharias, especialmente para as áreas relacionadas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e aos objetivos estratégicos nacionais, o CNPq contabilizou 45.411 bolsas implementadas no País, considerando-se as modalidades de formação e de pesquisa, nas áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Saúde, Exatas, da Terra, Engenharias e Computação, o que representa um aumento de 6%. Destaca-se, ainda, o lançamento do edital para o Programa RHAÉ – Pesquisador na Empresa, visando promover a inserção de pesquisadores nas empresas, no valor de R\$ 26 milhões. Buscou-se o equilíbrio regional na distribuição das bolsas, evidenciando-se, nos dois últimos anos, que o esforço realizado para a superação das disparidades regionais começa a mostrar resultado. Destaca-se o crescimento da região Norte, que evoluiu cerca de 11% no período, seguida da região Nordeste, com avanço de 5%.

Para fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, foi implementada uma iniciativa, em 2008, que representa um aperfeiçoamento em relação ao Programa Institutos do Milênio – com a denominação de Institutos Nacionais de C&T –, apresentando uma nova dimensão para o Programa, que prevê mecanismos mais flexíveis e estáveis de financiamento à pesquisa e maior aporte de recursos. A atuação será em áreas estratégicas e em áreas da fronteira da ciência, com especial atenção ao equilíbrio regional e forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade. Foram aprovados 101 institutos, envolvendo R\$ 600 milhões para os próximos três anos. Ainda na linha do fomento à pesquisa, foram assinados convênios com as FAPs, no valor de R\$ 220 milhões, para lançamento do 3º Edital do Programa dos Núcleos de Excelência (Pronex). A previsão é de que serão apoiados em torno de 250 núcleos.

No contexto da infra-estrutura para pesquisa, o Programa Nova RNP visa expandir o alcance da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), abrangendo todo o País e integrando em alta velocidade as organizações federais e estaduais de educação e pesquisa. O *backbone* nacional multi-gigabit (conexões de rede de alta velocidade e desempenho) atingiu os 37% da meta prevista, isto é, foi ampliado para mais cinco Estados (Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Norte, Paraíba e Espírito Santo) que se somam às dez unidades da Federação com conexões de alta capacidade (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal). As redes físicas de comunicação de dados nas capitais e pólos do interior se constituirão em um grande patrimônio para a educação e a pesquisa nos próximos 20 anos. O modelo adotado permitirá a expansão da velocidade da RNP de forma virtualmente ilimitada, a um custo bastante reduzido. Sua maior contribuição para a área de educação ocorre na formação de professores para as escolas de nível básico, por meio da Universidade Aberta do Brasil, e na geração e uso de conteúdos digitais, seja na pós-graduação ou nos outros níveis, incluindo o fundamental. Espera-se para 2009 a integração de cerca de 400 *campi* de Instituições Federais de Educação Superior (IFES),

Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e Unidades de Pesquisa localizados no interior do País, iniciando-se pelos *campi* de universidades e unidades de pesquisa federais. Ainda nesse contexto, foram interligados 19 núcleos de Telemedicina à Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) e iniciou-se a segunda etapa que interligará os hospitais de ensino das IFES.

No âmbito das Unidades de Pesquisa vinculadas ao Governo Federal (UPs), o ano de 2008 teve resultados bastante satisfatórios, refletidos no grande número de publicações no Brasil e no exterior, no desenvolvimento de novos processos e técnicas, algumas das quais redundaram em registros de prioridade de propriedade intelectual no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Para consolidar o processo de expansão regional da pesquisa científica e tecnológica, destacam-se os Núcleos Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Boa Vista/RR e São Gabriel da Cachoeira/AM e do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em Santarém/PA e Macapá/PA. Os *campi* do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), em Cachoeiro do Itapemirim/ES, em Criciúma/SC e Recife/PE, o Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), a ampliação das atividades e o início da construção do prédio do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), no norte do Espírito Santo, e o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), em Fortaleza/CE. Ressalta-se, ainda, a instituição da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec), em Porto Alegre/RS, e o Centro Nacional de Pesquisas do Pantanal (CNPP), em Cuiabá/MT.

Houve, também, o fortalecimento e a ampliação das redes temáticas e parcerias das UPs com outras instituições de caráter governamental e privado. Foram registradas 23 redes de pesquisa em operação, com destaque para a Rede Geoma, liderada pelo MPEG; a Rede do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), liderada pelo INPA, envolvendo mais de 100 instituições nacionais e internacionais; o Laboratório de Bioinformática e o Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (Sinapad) do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); o Laboratório de Biomateriais (Labiomat); o Laboratório Multiusuário de Nanociências e Nanotecnologia (Labnano); a Rede Nacional de Física de Altas Energias (Renafae) do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); a Rede de Tecnologia e Serviços de Qualificação e Certificação em Tecnologia da Informação (TSQC) e Rede Brasileira de Mostradores de Informação (BrDisplay) do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI); a rede CT-Petro Amazônia, liderada pelo INPA e envolvendo mais de 120 instituições do País e do exterior; e a Rede Nacional de Fusão, um dos elementos do Programa de Energia Nuclear.

b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

A promoção da inovação tecnológica nas empresas prioriza a intensificação das ações de fomento para a criação de um ambiente favorável à inovação nas empresas e para o fortalecimento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), incentiva a internalização da cultura da pesquisa e da inovação nas empresas, no serviço público e na sociedade em geral, assim como a ampla disseminação de informações e avaliações sobre os resultados das políticas públicas e dos avanços na sociedade e nas empresas.

Entre as ações de promoção implementadas, em 2008, destacam-se: i) a destinação de R\$ 450 milhões em Subvenção Econômica para apoio a 209 projetos em áreas consideradas estratégicas, como Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Saúde, Programas Estratégicos, Energia e Desenvolvimento Social; ii) o apoio às empresas nascentes inovadoras no âmbito do Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime), com a assinatura de convênios com 18 incubadoras-âncoras, que ficarão responsáveis pela seleção

dos empreendimentos nos Estados e pelo repasse direto dos recursos; iii) a destinação de R\$ 20 milhões para apoio às parcerias estratégicas, por meio do Programa Juro Zero, cujo objetivo é estimular a capacidade inovadora das microempresas, empresas de pequeno porte e pequenas empresas; e iv) o lançamento do Programa de Incentivo à Inovação em Empresas Brasileiras (Inova Brasil), por meio do qual foram contratados cerca de 40 projetos no valor total de R\$ 700 milhões e alocados R\$ 10 milhões para implantação/ampliação de núcleos de inovação tecnológica.

Outra importante iniciativa efetivada no último ano foi a criação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec). Trata-se de uma rede de instituições tecnológicas, calcada pelo que estabelece a PDP e visa ao apoio ao desenvolvimento das empresas, por meio da oferta de prestação de serviços tecnológicos, nomeadamente aqueles voltados para Tecnologia Industrial Básica (TIB), bem como a realização de atividades de P,D&I, de extensionismo, de assistência e de transferência de tecnologia. O Sibratec concedeu R\$ 21 milhões às instituições que integrarão as redes de extensão tecnológica estaduais e recursos adicionais serão empregados nas redes temáticas de prestação de serviços tecnológicos. Recursos da ordem de R\$ 80 milhões, oriundos do FNDCT, envolvem duas chamadas públicas lançadas em 2008. Além disso, outras nove redes de centros de inovação estão sendo articuladas para serem implementadas em 2009.

c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

As oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico distribuem-se de maneira desigual entre as áreas do conhecimento e os setores de atividade. Os setores de tecnologias avançadas, fortemente baseados no conhecimento científico, são geralmente férteis em oportunidades para inovar, crescem de forma acelerada, geram empregos de qualidade e afetam positivamente outros setores da economia, sendo, portanto, essenciais para o crescimento e o desenvolvimento das economias.

O Programa Nuclear iniciou uma nova fase, com a criação do Conselho para o Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, coordenado pela Casa Civil e com a participação de 11 Ministros de Estado. A partir das prioridades estabelecidas pelo Conselho, foram iniciadas as obras para a instalação da planta de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, no Centro Experimental ARAMAR, em Iperó/SP, etapa imprescindível para garantir a autonomia do País no ciclo do combustível nuclear. Com a mesma finalidade, foi dada continuidade à instalação da segunda cascata de ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio, em Resende/RJ, iniciados os investimentos para aumento da produção de urânio em Caetité/BA e iniciada a exploração da jazida de Santa Quitéria/CE. Com esses investimentos, será ampliada a capacidade de produção de urânio, garantindo o suprimento de combustível para a operação contínua das usinas nucleares de Angra I, II e III e a segurança de fornecimento ao sistema elétrico nacional.

Um aspecto fundamental relacionado à implementação de um programa de geração de energia termonuclear refere-se ao tratamento dos rejeitos radioativos oriundos dessa atividade. Nesse sentido, foi iniciado o projeto para a implantação do Centro de Referência em Rejeitos Radioativos, que funcionará nas instalações do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte/MG, com início de operação previsto para 2010, tendo como foco o desenvolvimento de métodos e processos para o tratamento de rejeitos radioativos e o treinamento de profissionais das empresas e instituições que lidam com substâncias radioativas. Nesse enfoque, foram iniciados os estudos para a construção do depósito definitivo de rejeitos de baixa e média atividade, assim como o projeto para desenvolvimento de uma célula para armazenamento de combustíveis irradiados, necessária para a construção do depósito intermediário de elementos combustíveis retirados das usinas nucleares brasileiras.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) realizou, em 2008, importantes etapas para a consecução da política espacial brasileira, destacando-se, no campo das aplicações espaciais e satélites, o avanço da promoção dos produtos do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), com mais de 500 mil imagens distribuídas, e a implantação de uma rede internacional de distribuição de imagens. Destacam-se, ainda, a realização bem sucedida do teste do motor do primeiro estágio do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), em cumprimento de etapa importante do programa de aumento de confiabilidade do foguete, e a decisão quanto à localização do sítio de lançamento do foguete ucraniano Cyclone-4, em área do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que permitirá a continuidade e maiores avanços no cumprimento do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia. Para 2009, será iniciada a reconstrução da torre de lançamento do VLS e a contratação de empresas nacionais para a fabricação de sistemas do veículo, bem como a revisão do PNAE.

Em 2008, as iniciativas em Nanotecnologia envolveram recursos da ordem de R\$ 71 milhões. Como resultado imediato desse investimento registra-se o apoio a 175 projetos de pesquisa, a criação de sete Institutos Nacionais de C&T em Nanotecnologia, a criação do Laboratório Regional de Nanotecnologia na região Sul e o fortalecimento de cinco laboratórios estratégicos. A formação de mestres e doutores em nanotecnologia foi atendida, via edital, que teve o setor como uma das áreas induzidas. Na área internacional, foram implementadas seis escolas no âmbito do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia, que capacitaram 160 pesquisadores brasileiros e argentinos.

No âmbito da Biotecnologia, vale registrar, em 2008, o estabelecimento da primeira linhagem de células-tronco embrionárias adultas, no Brasil, com apoio do CNPq, e a inauguração do primeiro Sequenciador Genômico de alto desempenho do País, no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). O equipamento vai contribuir com o avanço do conhecimento em saúde humana, genética animal e de microorganismos. Destaca-se também o lançamento do Portal BCH Brasil (Mecanismo de Intercâmbio de Informações do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança). Dada a importância desse setor, em 2009, será mantido o apoio ao desenvolvimento de pesquisas, especialmente com o apoio do MCT, CNPq e LNCC.

As iniciativas na área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm como objetivo promover e apoiar atividades de formação e capacitação de recursos humanos em tecnologias da informação e comunicação, incentivar as atividades de P,D&I e de produção, por meio da cooperação entre ICTs e empresas, e da instalação e ampliação de empresas de manufatura e de serviços. Nesse sentido, destacou-se no último ano a instituição da empresa pública Ceitec, para o desenvolvimento de novas tecnologias de semicondutores e outros materiais para eletrônica. Vale citar o desenvolvimento por essa empresa do primeiro chip nacional para rastreabilidade bovina. O chip amplia a vantagem competitiva das exportações de carne bovina e foi integralmente desenvolvido no Ceitec, com investimento de R\$ 18 milhões. Quanto à formação de recursos humanos para TICs, destaca-se o lançamento do programa ForSoft, com a expectativa de formar 10 mil jovens por ano na área de software.

O fomento aos insumos para a Saúde está voltado para o desenvolvimento de produtos e processos em áreas estratégicas. Nessa área, o Governo, por meio do FNDCT e do Fundo Nacional de Saúde (FNS), destinou para esse setor, em 2008, R\$ 60 milhões para P&D, dos quais R\$ 17 milhões para pesquisas em doenças negligenciadas; R\$ 10 milhões para pesquisas em terapia celular; e R\$ 33 milhões para pesquisas sobre hipertensão, saúde mental, câncer, síndrome metabólica, doenças ocupacionais e saúde bucal. Ainda nessa área, o Comitê Executivo para o Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha (Biomar) elaborou e aprovou sua Proposta Nacional de Trabalho,

que prevê a realização de pesquisas para obtenção de substâncias marinhas bioativas para geração de drogas nacionais de uso industrial.

Foi priorizado o fomento à P&D de Fontes de Energias Renováveis e de tecnologias energéticas limpas e eficientes, com destaque para biodiesel e etanol. Nesse sentido, destacam-se a destinação de R\$ 14 milhões para apoiar projetos de produtores associados à cadeia produtiva de biodiesel, como o cultivo de plantas, aquicultura e produção de microalgas como matéria-prima para a produção de biodiesel; e R\$ 4 milhões para apoiar pesquisas voltadas para a caracterização e controle de qualidade de biodiesel.

As ações para incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à inovação, bem como à manutenção e à evolução da capacidade competitiva do agronegócio brasileiro, envolveram o lançamento de quatro editais para o setor, totalizando R\$ 20,8 milhões para melhoramento genético convencional de plantas, estabelecimento de padrões sanitários de sementes, fontes alternativas de nutrientes para agricultura e P&D do bambu. Foram destinados R\$ 120 milhões, por meio de edital, para o programa de defesa agropecuária, projetos de desenvolvimento de métodos e critérios, padrões e procedimentos de inspeção e fiscalização da qualidade de produtos de origem animal e vegetal. Ainda nesse segmento, foram destinados recursos globais de R\$ 9,9 milhões para o incremento da eficiência e da competitividade das cadeias produtivas do leite e da carne bovinos.

Outra prioridade para o PACTI é a Amazônia. Em 2008, foi implementada uma série de ações, destacando-se: i) as parcerias com as Secretarias Estaduais de C&T; a instituição da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BioNorte), com aporte de R\$ 6 milhões e contrapartida dos Estados, com previsão de implantação em 2009; ii) a estruturação do Programa Transdisciplinar de C,T&I para promoção da conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia; iii) a destinação de R\$ 20 milhões para a estruturação de redes de pesquisas estratégicas; iv) o apoio a oito Institutos Nacionais de C&T em Manaus/AM e Belém/PA, com investimentos da ordem de R\$ 42 milhões; v) a licitação do Laboratório de Monitoramento Global de Florestas Tropicais, que será instalado em Belém, no valor de R\$ 12,8 milhões; vi) a conclusão da proposta de criação do Centro Franco Brasileiro de Biodiversidade (virtual) (CFBB); vii) o apoio às redes para cadeias produtivas de fitoterápicos e dermocosméticos, no valor de R\$ 4 milhões (2009-2010); e viii) a ampliação/modernização das UPs (INPA, MPEG e Mamirauá) e respectivos núcleos regionais, com investimentos da ordem de R\$ 15 milhões.

Em relação ao Protocolo de Quioto, o Brasil já aprovou 197 atividades de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e ocupa a terceira posição em termos de reduções de emissões projetadas, sendo responsável pela redução de 322 milhões de toneladas de CO₂, o que corresponde a 6% do total mundial, para o primeiro período de obtenção de créditos desse Protocolo. Em relação à conscientização pública sobre mudança do clima, o País também é destaque, com a manutenção de um *site* (<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/3881.html>) que contém mais de 50 mil páginas publicadas, em quatro idiomas, e é uma das principais referências de informações em português sobre mudança do clima. Destaca-se também a aprovação de recursos superiores a R\$ 25 milhões para financiamento de projetos de redes de mudanças climáticas e de fenômenos extremos e para a criação do Instituto Nacional de C&T da Criosfera, cuja finalidade é realizar pesquisas relacionadas à camada de gelo do Continente Antártico e sua influência no clima da América do Sul.

No âmbito do Programa antártico Brasileiro (Proantar), que visa consolidar um programa de investigação científica de nível internacional na região antártica, ampliando a compreensão dos fenômenos ambientais ali ocorrentes e suas influências

globais, em particular sobre o território brasileiro, foram aplicados no último exercício: i) R\$ 9 milhões para o IV Ano Polar Internacional, um programa internacional que coordena pesquisas científicas interdisciplinares nas regiões polares – Ártico e Antártica; ii) R\$ 10 milhões em reformas na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); e iii) R\$ 69 milhões na compra do Navio Polar Ocean Express, que servirá de apoio ao Proantar. O navio está sendo equipado com avançadas tecnologias para a realização de pesquisas oceanográficas e tem previsão de entrar em operação em 2010.

d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

No sentido de promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a difusão de tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social, destaca-se a Semana Nacional de C&T, com o tema Evolução e Diversidade, que foi realizada de 20 a 26 de outubro de 2008. Durante a Semana, foram organizadas aproximadamente 11.000 atividades, em cerca de 450 Municípios, e distribuídos 400.000 jornais informativos sobre o evento. Outros destaques são o Programa VerCiência, que distribuiu e exibiu vídeos de divulgação científica em vários Municípios; a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP 2008), com a participação de mais de 18 milhões de alunos, 40.377 escolas (72% do total) e 5.493 Municípios (99% do total), com a concessão de três mil bolsas de Iniciação Científica Júnior a medalhistas da Olimpíada; as oito Olimpíadas Nacionais de Ciências, apoiadas pelo Governo; o Programa Nacional de Feiras de Ciências, apoiando feiras de ciências como a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia; a IV Mostra de CT do Mercosul; e o Prêmio Mercosul de C&T, com o tema Biocombustível. Para 2009, entre outras ações, foi preparado o projeto das Olimpíadas Brasileiras de Ciências das Escolas Públicas (OBCEP).

Ainda na área da divulgação científica, em 2008, cerca de 180 projetos foram aprovados. Destacam-se: o Ano Internacional da Astronomia no Brasil (2009), organizado pela Sociedade Astronômica Brasileira; a criação e desenvolvimento de museus e centros de ciência, a do Espaço de Ciências e Artes, inaugurado em João Pessoa/PB; e diversos eventos científicos nacionais, como as Reuniões Regionais e a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o II Encontro Nacional de Rádio e Ciência. Destacam-se, ainda, a criação do Portal do Professor, acessado por mais de 400 mil visitantes, e do Banco Internacional de Objetos Educacionais. Por meio de edital, 17 projetos de universidades e de instituições educacionais estão sendo apoiados para a produção de material educacional multimídia para o Portal. Em relação aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), cerca de 80 projetos foram aprovados. Foi elaborada carta-convite para apoio à implantação de CVTs ligados a Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Agenda Social

A Agenda Social reúne um conjunto de iniciativas do Governo voltadas à redução das desigualdades sociais, à ampliação dos direitos de cidadania, à juventude, à promoção da cultura, à melhoria da qualidade da educação, da saúde e da segurança pública. Diversas ações passaram a se desenvolver, a partir de 2008, sob a lógica da Agenda, que prevê a articulação entre i) os órgãos executores de políticas no âmbito federal; ii) as instâncias governamentais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e iii) o Governo Federal e a sociedade civil.

A Agenda Social está constituída em torno de temas ou eixos estratégicos, que compreendem um conjunto de iniciativas, voltadas para diversos segmentos em situação de vulnerabilidade, conforme o quadro a seguir.

Eixos	Iniciativa/Programas
Redução das Desigualdades	<ul style="list-style-type: none">• Reajuste dos Benefícios e Ampliação do Bolsa Família• Geração de Oportunidades às Famílias mais Pobres• Segurança Alimentar e Nutricional• Ampliação de Serviços Socioassistenciais• Territórios da Cidadania
Educação	<ul style="list-style-type: none">• Maior Qualidade da Educação
Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Mais Saúde
Juventude	<ul style="list-style-type: none">• Integração dos Programas
Direitos de Cidadania	<ul style="list-style-type: none">• Mulheres• Quilombolas• Povos Indígenas• Criança e Adolescente• Pessoas com Deficiência• Documentação Civil Básica
Cultura	<ul style="list-style-type: none">• Mais Cultura
Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none">• Segurança Pública com Cidadania

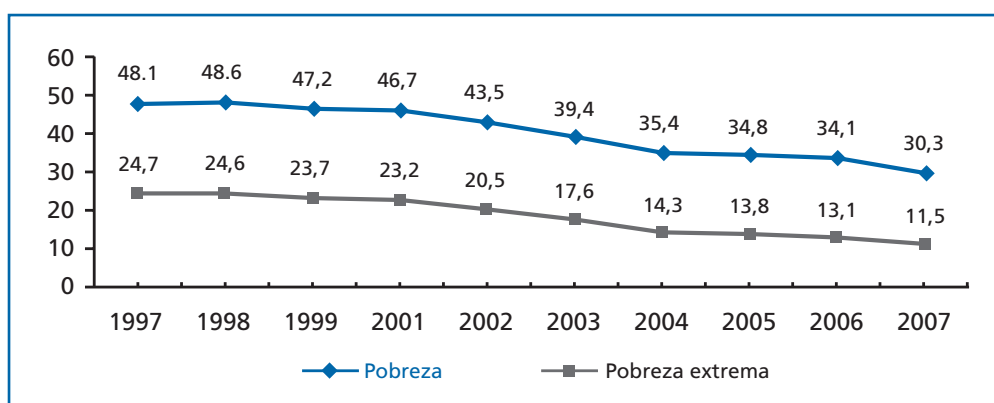
1.1. Redução das Desigualdades

A promoção do desenvolvimento humano e a melhoria nos indicadores sociais no Brasil têm marcado os últimos anos da nossa história. A prioridade para a política social no Brasil é demonstrada por meio do incremento contínuo dos investimentos, o que colocou o País como uma referência mundial no campo das políticas sociais, ainda que muito precise ser realizado para que seja alcançado o nível de qualidade de vida almejado pela sociedade.

Segundo dados da PNAD, entre 2002 e 2007, o percentual de pessoas em situação de pobreza (renda domiciliar per capita menor

do que meio salário mínimo) reduziu de 43,5% para 30,3%. Além disso, a queda da desigualdade se acentuou nesse período. É mister reiterar a queda do coeficiente de Gini, de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, um declínio de 7%. Outra forma de visualizar a queda da desigualdade é a seguinte: em 2002, os 20% mais ricos tinham renda 24,7 vezes maior do que os 20% mais pobres. Essa razão, segundo dados da PNAD 2007, passou a ser de 20,2 vezes, movimento que reflete um aumento da renda dos mais pobres superior à dos mais ricos nos últimos anos. Com relação à pobreza extrema, os dados expressam que a situação se altera de 20,5% da população, em 2002, para 11,5%, em 2007. O Gráfico a seguir representa essa tendência.

Redução da Pobreza e da Pobreza Extrema no Brasil 1997-2007 (em % da população)



Fonte: PNAD/IBGE.

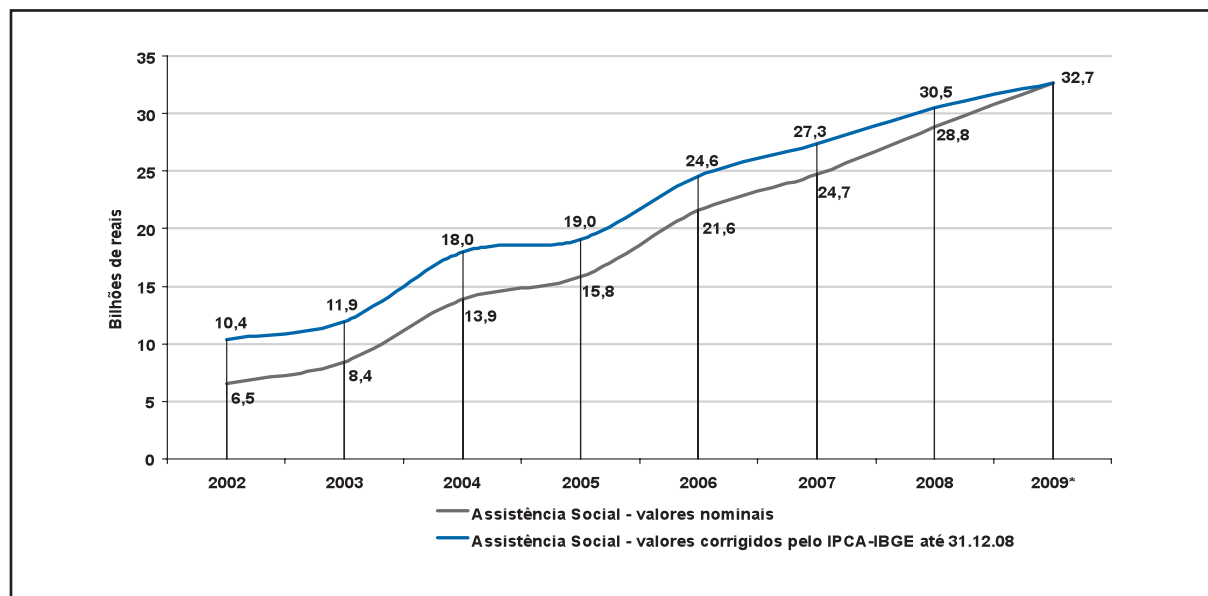
Pode-se também visualizar esse fenômeno a partir de estudo da Fundação Getúlio Vargas, segundo o qual a miséria reduziu de 19% da população, em 2006, para 18%, em 2007. Ou seja, em um ano, cerca de 1,5 milhão de pessoas superaram a renda abaixo de R\$ 135/mês.

O Brasil já cumpriu o objetivo firmado no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da Organização das Nações Unidas (ONU), de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015, tendo passado de 8,8% da população, em 1990, para 4,2%, em 2005. E, até 2015, o País comprometeu-se a acabar com a fome e a reduzir o número de brasileiros em pobreza extrema a 25% do total existente em 1990.

É importante traçar paralelo entre essa tendência de melhoria nos indicadores sociais e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é composto pelas dimensões da longevidade, renda e educação. Desde 2005, o Brasil passou a integrar o grupo de países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os números mostram que o Brasil atingiu IDH de 0,802, em 2005, e de 0,807, em 2006. O fator mais relevante para a melhoria do País foi o avanço no índice relativo à taxa de alfabetização, PIB per capita e longevidade, outros dois indicadores que compõem o índice também cresceram. Além disso, o País vem diminuindo constantemente o índice de desnutrição infantil nas últimas décadas. Como exemplo, em 1974/75, 18,4% das crianças menores de 5 anos tinham peso abaixo do adequado, já em 2002/03, o índice foi reduzido para 12,5%, chegando a 4,8% em 2008. Com efeito, a redução da mortalidade infantil tem avançado de modo significativo, caminhando para atingir a meta estabelecida de redução em 2/3 da taxa de mortalidade, entre 1990 e 2015. Em 1990, a taxa era de 53,7 crianças por mil nascidas vivas, já em 2005 a taxa foi de 28,7. Para alcançar a meta, no âmbito dos ODM, é preciso diminuir esse índice em mais 10,8 pontos até 2015 e chegar a 17,9 crianças por mil nascidas vivas.

Esses resultados apontados estão relacionados à prioridade conferida aos mais pobres pelo Governo. Nesse âmbito, os investimentos em políticas sociais impactam diretamente no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos recursos aplicados na Assistência Social entre os anos de 2000 a 2008, demonstrando a prioridade atribuída a essa área nos últimos anos.

Evolução Financeira dos Recursos da União na Assistência Social



Fonte: SIAFI. LOA 2009 – Lei nº 11.897, de 30/12/2008.

A expansão das políticas de transferência de renda figura como elemento central nesse quadro, passando a se estabelecer como estratégia para a redução da fome, da pobreza e da desigualdade social, sendo tema de destaque na agenda pública. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada foram responsáveis, segundo Estudo do IPEA, por quase 30% da redução da desigualdade apontada pelo Índice de Gini entre 1995 e 2004.

Em resumo, é fácil observar que o Brasil está passando por uma mudança social, com crescimento sustentável, redução da pobreza e da desigualdade social e uma grande migração de população para uma nova classe média emergente. Para 2009, a manutenção do investimento social integra o conjunto de medidas anticíclicas para enfrentar a crise, garantindo a rede de proteção aos mais pobres e contribuindo para a dinâmica econômica do mercado interno brasileiro.

a) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é a principal política de transferência de renda do Brasil. Criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, visa contribuir para a superação da pobreza no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de assistir imediatamente às famílias mais vulneráveis; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e integração com outras ações e programas de Governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis.

Nesse sentido, as medidas relacionadas ao Bolsa Família, implementadas no último ano, foram de fundamental importância para a redução das desigualdades. Primeiro, deve ser destacado o reajuste dos benefícios em 8% a fim de preservar o poder de compra das famílias frente aos preços dos produtos alimentares. Assim, o benefício básico, devido às famílias em situação de extrema pobreza, passou de R\$ 58,00 para R\$ 62,00; o benefício variável, voltado a famílias em situação de pobreza que têm crianças e adolescentes de até 15 anos, limitado a três benefícios, passou de R\$ 18,00 para R\$ 20,00. Além disso, foi criado o Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ), no valor de R\$ 30,00, até o limite de dois benefícios para adolescentes de 16 e 17 anos de idade por família.

O PBF cumpriu a meta prevista para 2008, estando presente em todos os 5.564 Municípios atendendo a 10,55 milhões de famílias. O Programa adota também a política de priorização de grupos específicos mais vulneráveis, com a inclusão de 20.400 famílias que se encontravam morando na rua, 3.500 famílias resgatadas da situação análoga à condição de escravo, 57.800 famílias indígenas e 16 mil famílias remanescentes dos quilombos.

O desembolso total com o PBF, em 2008, foi de R\$ 10,52 bilhões, ou aproximadamente 0,41% do PIB, o que demonstra que esse Programa tem um custo relativo baixo, considerando o seu impacto positivo na redução da pobreza e da concentração de renda. O repasse médio do benefício por família passou de R\$ 73,67 em 2003 para R\$ 85,51 em 2008, em razão do reajuste do valor do benefício e da ampliação da faixa etária de atendimento do Programa.

A ampliação da faixa etária de atendimento do Programa Bolsa Família para adolescentes de 16 e 17 anos, a partir de março de 2008, objetivou aumentar a escolaridade dos adolescentes, reduzir a evasão escolar e promover o retorno à escola daqueles que abandonaram os estudos, colaborando na redução do ciclo da pobreza entre gerações. Até o final do exercício de 2008, foram beneficiados aproximadamente 2 milhões de jovens nessa faixa etária.

Em 2008, iniciou-se o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do PBF, contribuindo para ampliar a inserção social das famílias atendidas pelo Programa. Em certa medida, a exclusão do sistema bancário dessa parcela da população decorre das exigências cadastrais e de renda mínima para abertura de conta, o que dificulta o acesso da população com maior vulnerabilidade social.

O acompanhamento das condicionalidades do PBF também apresentou melhorias bastante significativas no período 2003-2008. Em relação à frequência escolar, houve aumento no número de Municípios e de escolas que a informaram, aumento no número de crianças acompanhadas e, ainda, possibilidade de acesso às informações sobre os motivos de não-frequência escolar. O percentual de alunos com acompanhamento de frequência escolar registrado chegou a 85%, em 2008, representando quase 14 milhões de alunos em acompanhamento.

Como formas de apoio à gestão local, até outubro de 2008, foram destinados mais de R\$ 248 milhões aos Municípios, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que mostra a qualidade da gestão do programa no âmbito municipal, especialmente, quanto ao controle das condicionalidades e a atualização do cadastro das famílias. Do mesmo modo, com intuito de dar seguimento à política de apoio aos Estados na gestão do PBF, foi criado o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE), em 2008. Até setembro de 2008, foram repassados aos Estados cerca de R\$ 9,04 milhões, a fim de remunerá-los por trabalhos já executados na melhoria da gestão do PBF.

a.1) Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. As informações do CadÚnico viabilizam a seleção de famílias para programas sociais nas esferas dos governos federal, estadual e municipal. Os princípios de cooperação e de solidariedade dos entes federados refletem-se no modelo de gestão do CadÚnico. Ao final de 2008, 18,1 milhões de famílias estavam identificadas na sua base de dados, totalizando 69,5 milhões de pessoas.

O cadastramento é executado pelos Municípios por meio da coleta de dados das famílias e processadas pela Caixa Econômica Federal. As principais informações das famílias cadastradas são: características do domicílio, composição familiar, identificação e documentação civil de cada membro da família, qualificação escolar dos membros da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, rendimentos e despesas familiares. As informações do CadÚnico viabilizam a seleção de famílias para programas sociais complementares executados pelas três esferas de governo.

Vários são os programas federais que têm utilizado a base do CadÚnico, como os Programas: Brasil Alfabetizado; Luz para Todos; de Agricultura Familiar (Pronaf); de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB); de Microcrédito, do Banco do Nordeste; o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) e o Plano Nacional de Qualificação Profissional.

Também, a partir das informações do CadÚnico foi possível construir o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF), um indicador multidimensional da pobreza, que sintetiza informações sobre as famílias em um número, permitindo, assim, a possibilidade de priorizar famílias para diversas políticas e programas, bem como direcionar políticas para equacionar vulnerabilidades específicas.

b) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres

Na linha de geração de oportunidades, destaca-se o lançamento do Plano Setorial de Qualificação da Construção Civil (PlanSeQ) para os beneficiários do Bolsa Família. Os PlanSeQs estão entre as ações do Plano Nacional de Qualificação, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e articulam a ação de qualificação vinculada a demandas efetivas de mão-de-obra de vários setores de atividade econômica, voltados para os setores portuário, papel e celulose, tecnologia da informação, têxtil, sucroalcooleiro, microcrédito, farmacêutico, gemas e jóias, turismo e saúde, petróleo e gás natural. Em 2008, foram qualificados 23 mil trabalhadores como resultado de dezesseis convênios firmados no âmbito dos PlanSeQs. Outros vinte e três estão em processo de conveniamento. A partir dessa experiência, os PlanSeQs, em 2009, focalizarão 68% do total de sua meta de qualificação em beneficiários do Programa Bolsa Família, que será direcionada ao setor da construção civil em articulação com as obras do PAC.

Ainda com o objetivo de gerar oportunidades às famílias mais pobres, o Governo, por intermédio dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego está realizando um projeto-piloto que promoverá 20 mil operações de microcrédito produtivo orientado, contribuindo para a emancipação dos beneficiários e empreendedores membros das famílias beneficiados pelo PBF. Conforme já mencionado, essa iniciativa decorre da identificação de uma larga demanda potencial por microcrédito no conjunto dos beneficiários do Programa Bolsa Família, vez que boa parte deles exercem alguma atividade produtiva.

Além de criar oportunidades de obtenção de renda por meio do trabalho, com ações focadas na qualificação e no microcrédito, serão desenvolvidos cinco outros arranjos de políticas: i) diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias; ii) assistência técnica; iii) apoio à institucionalização (organização social, agrupamentos, associativismo e cooperativismo); iv) infra-estrutura e logística de produção; e v) comercialização.

No contexto da geração de oportunidades, foi assinado, em 12 de março de 2008, o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, que visa à conjugação de esforços entre a União, os Estados e o Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionados à inclusão social e promoção da cidadania. Seus objetivos são: a erradicação da extrema pobreza, da insegurança alimentar grave, do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes; a promoção da universalização das políticas de proteção e promoção social; a inclusão produtiva e o fortalecimento das instituições e dos mecanismos sociais, políticos e econômicos capazes de promover a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos brasileiros. Em 2008, 13 Estados aderiram ao Compromisso Nacional (AC, AL, AP, BA, CE, DF, MG, MS, MT, PA, RJ, RS e SP), sendo que os Estados do Acre, Alagoas, Bahia e Ceará já celebraram convênio para repasse de recursos visando à implementação das ações previstas no Compromisso.

Destaca-se também, no âmbito da Política Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445, de 2007), as ações que abrangem o apoio ao desenvolvimento das organizações de catadores e de suas redes de comercialização, que são acompanhadas pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis. O desenvolvimento das redes de comercialização, especialmente do papel branco, permite superar os intermediários e estabelecer negócios diretamente com a indústria, agregando valor e gerando mais renda para os catadores. A Coleta Seletiva Solidária, instituída pelo Decreto nº 5.940, de 2006, é uma estratégia inovadora adotada pelo Governo, e seguida também por Estados, Distrito Federal e Municípios, cujas administrações públicas podem contratar com dispensa de licitação as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva. Esse apoio às cooperativas de catadores produz efeitos sociais, econômicos e ambientais ao dar visibilidade a um segmento pobre da população que promove a sustentabilidade ambiental na gestão de resíduos sólidos urbanos.

O apoio a empreendimentos produtivos solidários também foi fortalecido por meio de acordo firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o IBAMA, para leiloar nas bolsas de mercadorias os produtos apreendidos, especialmente madeira extraída ilegalmente da Amazônia. Da mesma forma, mercadorias apreendidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são doadas à Estratégia Fome Zero. Essas mercadorias compreendem gêneros alimentícios, brinquedos, material de escritório, hospitalar, informática, tecidos, eletrônicos, veículos, vestuário etc., que podem ser destinados para grupos em situação de vulnerabilidade social, por intermédio de entidades assistenciais, ou para apoio a empreendimentos produtivos solidários.

Em 2009, instituições de ensino, especialmente as Universidades Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), serão mobilizadas para a implementação de estratégias que possibilitem a inclusão socioprodutiva do público-alvo das políticas sociais, integrando as ações dessas instituições ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social e abrindo uma nova etapa na extensão universitária no Brasil. Complementando essas iniciativas, entidades sem fins lucrativos, selecionadas pelo Chamamento Público promovido pelo MDS, de outubro de 2008, desenvolverão projetos de inclusão socioprodutiva de jovens e adultos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba e Manaus.

c) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) integra as estratégias do Governo na priorização dos mais pobres e na promoção da cidadania com redução das desigualdades. Destaca-se no conjunto de ações para a consolidação do SUAS a expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); a expansão dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); o fortalecimento na qualificação e capacitação dos recursos humanos gestores e operadores do sistema; as medidas que visam à regulação do sistema; a garantia do direito ao BPC; e o fortalecimento dos serviços de acolhimento e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No que concerne à Proteção Social Básica do SUAS, em 2008, o Censo/Monitoramento registrou 5.127 CRAS, em 3.808 Municípios e no Distrito Federal. Em relação a 2007, constata-se um aumento de 26% dos CRAS no Brasil. Do total de CRAS, registrado no Censo 2008, 3.910 são co-financiados pelo Governo Federal, sendo que 690 CRAS, em 623 Municípios, passaram a ser co-financiados, em 2008. Essa expansão está fundada na centralidade do CRAS como unidade pública local de Assistência Social, que visa prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Além disso, são ofertados, no CRAS, ou no território de abrangência, ações e serviços de convivência ou socioeducativos para jovens, crianças, adolescentes e idosos.

O PETI, no âmbito da Política de Assistência Social, compreende a transferência de renda, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação dessa situação. No ano de 2008, o serviço socioeducativo, co-financiado para Municípios e Distrito Federal, passou a ser operado por meio de piso de proteção social, garantindo um valor fixo mensal transferido de forma regular e automática do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais e Distrital de Assistência Social. O co-financiamento do Governo Federal para esse serviço foi de R\$ 205,6 milhões, ofertando atividades para 871 mil crianças e adolescentes.

O BPC assegurou, em 2008, cobertura a aproximadamente 1,51 milhão de pessoas com deficiência e 1,42 milhão de pessoas idosas, investindo cerca de R\$ 13,8 bilhões. Para fortalecer a garantia desse direito, foram realizadas mudanças nas regras de acesso e operacionalização do benefício por meio do Decreto nº 6.564, de 2008. Entre as alterações, destacam-se a possibilidade de acumulação do benefício com as pensões especiais de natureza indenizatória e o estabelecimento do prazo de até 31 de maio de 2009 para a o início da avaliação da deficiência e do grau de incapacidade das pessoas com deficiência, requerentes do benefício, com base nos parâmetros estabelecidos pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Isso tornará mais justa a avaliação e propiciará uma visão mais ampla da deficiência, levando-se em conta as funções e estrutura do corpo e o contexto social em que a pessoa se insere.

No âmbito da Proteção Social Especial do SUAS, os serviços oferecidos caracterizam-se pelo atendimento a situações de risco pessoal e social, violação de direitos e contingências, como: violência física, sexual e psicológica; abandono, desabrigo, exploração sexual de crianças e adolescentes; cumprimento de medidas socioeducativas por parte de adolescentes envolvidos em ato infracional, situação de rua ou situação de trabalho infantil.

O CREAS é a principal unidade pública estatal que oferece os serviços da Proteção Social Especial, tais como: enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes; proteção social especial a indivíduos e famílias e

a proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade. Em 2008, o Governo deu início ao co-financiamento para o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em 387 Municípios, bem como iniciou o co-financiamento para 124 Municípios com a finalidade de implantação de novos CREAS. A cobertura de atendimento dos serviços vinculados ao CREAS, em 2008, atingiu 1.230 Municípios, com um aporte em torno de R\$ 67,3 milhões.

Outro destaque das ações que compõem a Proteção Social Especial do SUAS, em 2008, foi a expansão dos serviços às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Para isso, o Governo co-financia os serviços de acolhimento (abrigo), oferecendo atendimento a idosos, crianças e adolescentes, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua e outros, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar. Dessa forma, em 2008, a expansão desses serviços contemplou reajuste de valor para 335 Municípios e inclusão de 43 novos Municípios, sendo que o co-financiamento do Governo Federal para os serviços de acolhimento, em 2008, foi de aproximadamente R\$ 121,9 milhões, o que possibilitou atender a cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Para o aprimoramento do SUAS, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 2008, o Projeto de Lei nº 3.077, que altera a organização da Assistência Social. Trata-se de uma iniciativa que visa reordenar a gestão das ações descentralizadas e participativas da Assistência Social, estabelecer regras quanto à gestão, controle social, monitoramento e a avaliação da política desse setor.

Outra importante estratégia utilizada para a consolidação do SUAS, em 2008, foi o investimento em capacitações envolvendo gestores, técnicos, conselheiros e prestadores de serviços da Assistência Social. Foram cerca de 3 mil técnicos e gestores do ProJovem Adolescente capacitados e 337 Municípios com capacitação para o BPC na Escola. Ademais, ressalta-se a realização, em outubro de 2008, de oficina com gestores e técnicos estaduais para a elaboração de uma matriz de plano de ação para consolidação e execução das prioridades nacionais firmadas no Pacto de Aprimoramento de Gestão dos Estados e Distrito Federal. De forma coordenada a essa iniciativa, todos os Estados apresentaram, ao final de 2008, Planos Estaduais de Capacitação para o SUAS como uma das metas constantes no Pacto. Foram transferidos, em 2008, aos Estados e DF aproximadamente R\$ 17 milhões para a consecução das metas de capacitação, apoio aos Municípios, informação, monitoramento e avaliação, reordenamento institucional, municipalização e regionalização.

Para o ano de 2009, pretende-se a continuidade da realização de oficinas para fortalecimento do processo de planejamento conjunto entre a União e Estados, a consolidação da Política Nacional de Capacitação, e a implementação do Plano de Estágio Curricular, para o SUAS. Ainda neste exercício, estão previstas outras ações para o fortalecimento da consolidação do SUAS como o aprofundamento da normatização do ProJovem Adolescente e do CRAS; a expansão do ProJovem Adolescente; a finalização do processo de transição referente aos serviços específicos de proteção social básica visando ao fortalecimento dos CRAS; a instituição de um sistema de acompanhamento do ProJovem Adolescente; a disponibilização do Caderno de Orientações sobre o CRAS e o Programa de Atenção Integral à Família; a publicação e distribuição de material de apoio sobre o ProJovem Adolescente; a instituição do Índice de Desenvolvimento dos CRAS; a pactuação de Plano de Metas de Desenvolvimento dos CRAS; a realização de um levantamento nacional das crianças e adolescentes abrigadas em rede de acolhimento, com a finalidade de estabelecer parâmetros para a reintegração familiar de crianças e adolescentes abrigados em razão da situação de pobreza de suas famílias; dar prosseguimento a projetos de estruturação de abrigos para mulheres vítimas de violência; o aprimoramento de parâmetros

para funcionamento de equipamentos públicos de proteção social especial; e o monitoramento e reordenamento de serviços desenvolvidos na rede de acolhimento.

d) Segurança Alimentar e Nutricional

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) promove a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar e garante o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de vulnerabilidade. Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, incluindo indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O PAA é executado em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. No âmbito federal, por meio do Termo de Cooperação firmado entre o MDS e a CONAB, em 2008, foram formalizadas propostas de participação no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, que corresponderam à aquisição de 42,9 mil toneladas de alimentos, com a aplicação de R\$ 69,7 milhões, em 2008. Em relação aos governos estaduais, por intermédio do MDS, foi publicado, no último ano, edital de seleção pública de propostas para apoio a projetos de compra direta local da agricultura familiar em Municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), em Estados das regiões Norte e Nordeste. Os novos convênios atenderão, no decorrer de 2009, a aproximadamente 5,4 mil agricultores familiares, com a aquisição de aproximadamente 11,2 mil toneladas de alimentos, que serão doados a 354 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Para tanto, serão aplicados recursos no valor de R\$ 16 milhões.

Na modalidade do PAA Leite, até dezembro de 2008, foram investidos R\$ 175,7 milhões para manutenção do programa em todos os Estados da região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais. Os recursos serão suficientes para aquisição e distribuição de leite na região até março de 2009, quando o Governo Federal fará novos repasses aos Estados. Até o referido mês de dezembro, foram beneficiadas 650 mil famílias com a distribuição diária de 1 litro de leite, além de 24.799 pequenos produtores de leite, que tiveram renda garantida por meio da compra governamental de sua produção.

O Programa Restaurantes Populares é executado, desde 2003, em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios. Serão 129 unidades em 107 Municípios, sendo 65 unidades em funcionamento e outras 64 que deverão funcionar até o final de 2010, com capacidade total de atender a 200 mil beneficiários/dia. Diariamente, são servidas 90 mil refeições de qualidade, com base em cardápios regionais, para os trabalhadores urbanos cuja renda familiar os exclui do acesso a uma refeição de qualidade fora do seu domicílio. De 2003 a 2008, foram investidos R\$ 126 milhões pelo Governo Federal, sendo que os Estados e Municípios aportaram em contrapartida mais de R\$ 35 milhões. Em 2008, foram destinados R\$ 35 milhões para a implantação de novas unidades, bem como para a modernização e qualificação dos serviços prestados nas unidades em funcionamento. Em 2009, estão previstos mais R\$ 39 milhões para a instalação de novas unidades de restaurantes e cozinhas comunitárias, além da modernização e qualificação dos serviços de unidades já em operação.

Os Bancos de Alimentos têm sua atuação focada no combate ao desperdício de alimentos nos centros urbanos. Para tanto, captam alimentos fora dos padrões de comercialização, mas próprios para o consumo humano e os preparam para a doação à rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, alimentação escolar e entidades assistenciais. De 2003 a

2008, foram investidos cerca de R\$ 16,5 milhões, concretizando uma rede de equipamentos em 96 Municípios de 19 Estados. São 55 unidades já em funcionamento, além de outras 41 em fase de implantação. Em 2008, foram distribuídas aproximadamente 7 mil toneladas de alimentos, beneficiando cerca de 1.100 entidades assistenciais. Em 2009, está prevista a aplicação de R\$ 7,7 milhões para a instalação de 15 unidades de bancos de alimentos e mercados públicos.

A Distribuição de Cestas de Alimentos é uma ação emergencial que visa atender famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, tendo como público prioritário as comunidades remanescentes de quilombos, comunidades de terreiros, povos indígenas, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, marisqueiras e caranguejeiras, atingidos por barragens e famílias vítimas de calamidades públicas, cujos Municípios estejam em situação de emergência reconhecida pelo Governo. De janeiro até novembro de 2008, foram entregues 1,27 milhão de cestas de alimentos, contemplando aproximadamente 347 mil famílias, com um investimento financeiro de R\$ 41 milhões.

O Programa de Construção de Cisternas domiciliares na zona rural dos Municípios que compõem a região do semi-árido apresenta-se, desde 2003, como política eficiente para a melhoria das condições das famílias que não dispõem de fonte de água de boa qualidade, em quantidade suficiente para o suprimento das suas necessidades básicas. A cisterna de placas surgiu a partir do conhecimento construído com a participação da comunidade, garantindo, dessa forma, a efetivação de direitos da população beneficiada, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável local. De 2003 até novembro de 2008, foram investidos cerca de R\$ 378,5 milhões. Já foram construídas, no âmbito do Fome Zero, mais de 238 mil cisternas, beneficiando aproximadamente 1,2 milhão de pessoas.

e) Programa Territórios da Cidadania

Lançado pelo Governo, em fevereiro de 2008, o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que integra o eixo de redução das desigualdades da Agenda Social, tem como foco a superação da pobreza no meio rural, por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O PTC, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território com a participação da sociedade. Em 2008, foram beneficiados 60 territórios, em todas as unidades da Federação, totalizando 963 Municípios, alcançando 7,3 milhões de pessoas na área rural, que correspondem a 28% da população dessas unidades federativas, que é de 26 milhões de pessoas. Em 2009 e 2010, os outros 60 novos territórios serão atendidos, atingindo a meta do Programa de beneficiar 120 territórios.

Além da estruturação e execução das ações federais, o PTC avançou, em 2008, na parceria ou articulação com os Estados. Foram assinados com os Estados Acordos de Cooperação Federativa e instituídos os Comitês de Articulação Estaduais (CAEs), espaço privilegiado para o debate e a integração de políticas entre os gestores públicos. De caráter consultivo e propositivo, os Comitês agregam órgãos federais, órgãos estaduais e representação das prefeituras compreendidas nos Territórios da Cidadania.

No âmbito federal, o esforço conjunto de 19 Ministérios possibilitou a estruturação de uma matriz de ações do Governo Federal

voltada aos 60 territórios que resultou num aporte global de recursos no valor de R\$ 12,9 bilhões, em 2008, em mais de 170 ações conforme o Quadro a seguir.

Eixos	Ações	Recursos (R\$ milhões)	Temas	Ações	Recursos (R\$ milhões)
			Organização Sustentável da Produção	82	2.365,00
Apoio às Atividades Produtivas	74	2.297,10	Direitos e Desenvolvimento Social	12	4.938,10
			Saúde, Saneamento e Acesso à Água	23	1.430,20
Cidadania e Acesso a Direitos	55	6.521,50	Educação e Cultura	18	569,90
			Infra-estrutura	22	2.969,90
Qualificação da Infra-estrutura	48	4.076,30	Apoio à Gestão Territorial	12	22,50
			Ações Fundiárias	8	599,20
Total	177	12.894,90	Total	177	12.894,90

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Até o final de outubro de 2008, do montante previsto para o Programa, foram efetivamente pagos R\$ 6,9 bilhões. Do conjunto de ações que integram o Programa, cabe ressaltar alguns destaques. No eixo Cidadania e Acesso a Direitos, algumas ações superaram a meta física programada e outras estão próximas disso. Os principais resultados são: i) a ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica: 3.716 equipes implantadas; ii) a ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil: 509 farmácias populares implantadas e drogarias cadastradas; iii) a ampliação da cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde: 45.465 agentes comunitários de saúde atuando; iv) o programa Caminho da Escola: 283 Municípios atendidos com linha de crédito especial para aquisição de ônibus e embarcações para transporte de alunos; e v) o Programa de Atenção Integral à Família: 3.034.979 famílias referenciadas.

No eixo Apoio a Atividades Produtivas, por meio da ação Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar – Leite, foram adquiridas 37.260 toneladas de leite e, por intermédio da ação Obtenção de Terras para Assentamentos de Trabalhadores Rurais, foram obtidos 127.076 hectares de terras para fins de reforma agrária nos Territórios.

No eixo Qualificação da Infra-estrutura, o Programa Luz para Todos (PLT) realizou 74.321 ligações de energia elétrica, beneficiando, até outubro de 2008, mais de 371 mil pessoas com a chegada da luz e dos Centros Comunitários de Produção (CCP), representando investimentos de R\$ 444,8 milhões. Em vista dos benefícios proporcionados pela chegada da energia elétrica no meio rural, muitas famílias que haviam procurado novas oportunidades de vida nos grandes centros urbanos estão retornando às suas origens. Assim, muito mais que a eletrificação, o Programa promove a inclusão social e resgate da cidadania das famílias residentes no meio rural.

1.2. Juventude

No eixo Juventude, as ações estão articuladas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Trata-se de um programa do Governo que visa criar oportunidades para a juventude, entre 15 e 29 anos, que vive em situação de vulnerabilidade social: fora da escola, sem qualificação profissional, sem horizontes. Com o objetivo de atender a 3,5 milhões de jovens, até 2010, o ProJovem é executado de forma compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O ProJovem leva em consideração as diferentes características geográficas, etárias e sociais, além das necessidades dos diversos grupos que compõem a juventude e, por isso, está subdividido em quatro modalidades. O público-alvo do ProJovem Urbano são jovens entre 18 e 29 anos, moradores de regiões urbanas, que, embora estejam fora da escola e não tenham concluído o ensino fundamental, saibam ler e escrever. O ProJovem Trabalhador é destinado aos jovens entre 18 e 29 anos, desempregados, matriculados no ensino médio, fundamental ou em cursos de educação de jovens e que pertençam a famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo. O ProJovem Adolescente é voltado para os brasileiros de 15 a 17 anos que vivem em situação de vulnerabilidade social, independentemente da renda familiar, ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família. Já o ProJovem Campo é voltado especificamente para jovens agricultores entre 18 e 29 anos, alfabetizados, mas que estejam fora da escola e não tenham concluído o ensino fundamental. O detalhamento das ações no âmbito dessas quatro modalidades e outras informações complementares relativas ao ProJovem encontram-se no item 2 deste Capítulo.

1.3. Direitos de Cidadania

a) Mulheres

No âmbito das ações do Governo voltadas às mulheres, destaca-se, na Agenda Social, o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007, na abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O Pacto reúne ações a serem executadas no período 2008-2011, com recursos da ordem de R\$ 1 bilhão e com atenção especial às mulheres rurais, negras e indígenas, em função das especificidades de cada grupo, da discriminação a que estão submetidas e em virtude de sua maior vulnerabilidade social. O Pacto tem por objetivo enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, por meio da prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos daquelas em situação de violência e da promoção de uma mudança cultural que dissemine atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito à diversidade e à paz.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

A implementação foi a grande prioridade do Governo em 2008, no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Nesse ano, foram priorizados 13 Estados e algumas ações de maior repercussão que merecem ser destacadas pelos resultados alcançados. Primeiramente, cabe mencionar a ampliação dos serviços especializados de atendimento à mulher. Há no País, atualmente, 415 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher; 126 Centros de Referência de Atendimento

à Mulher; 66 Casas Abrigo; 15 Defensorias Públicas da Mulher; a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; a Ouvidoria da SPM; além de novos serviços, como os 61 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas, criados a partir da Lei Maria da Penha. Em comparação ao ano de 2003, até 2008, o número de Delegacias Especializadas aumentou em 22%; o de Casas Abrigo, em 50% e o de Centros de Referência, em 200%.

Na edição de 2008 da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, o foco também foi a implementação da Lei Maria da Penha, assim como na edição de 2007. Com o slogan “Há momentos em que a sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se”, a Campanha foi lançada, no dia 20 de novembro, com o objetivo de convocar a sociedade ao comprometimento de atitudes que podem fazer a diferença na vida de mulheres em situação de violência, a partir da divulgação de histórias de 16 pessoas de diferentes segmentos que vivenciaram situações de violência ou apoiaram mulheres vitimadas. Destaca-se, ainda, o lançamento da Campanha Nacional “Homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres”, por meio da qual serão coletadas assinaturas de homens, que, ao aderirem à campanha, se comprometem publicamente a contribuir pela implementação integral da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006) e pela efetivação de políticas públicas que visam ao fim da violência contra as mulheres. As assinaturas serão coletadas até 7 de agosto de 2009, data de comemoração de 3 anos de promulgação dessa Lei.

Outra importante campanha lançada, em novembro de 2008, foi a Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, formulada no âmbito do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, criado em 2007, para atender às reivindicações da Marcha das Margaridas. Com o slogan “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”, seu objetivo é informar e prevenir todas as mulheres dessas áreas sobre a violência doméstica e familiar. Com foco nas trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, negras rurais e quilombolas, mulheres da Amazônia, seringueiras e camponesas, a campanha consiste na realização de oficinas culturais, atividades nas escolas, elaboração de programas de rádios e radionovelas e ações educativas com o objetivo de estabelecer, entre a comunidade e as mulheres que vivem no campo e na floresta, uma rede de solidariedade pelo fim da violência contra as mulheres. Dentre as ações previstas está a campanha “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”, que é um projeto de educação popular para a não violência.

Ainda na linha da prevenção à violência, foi realizado, em 2008, o projeto Siga Bem Mulher, ação que integra a Caravana Siga Bem Caminhoneiro, levando informações sobre gênero e enfrentamento à violência contra a mulher a um universo de 2 milhões de caminhoneiros do País e seus familiares, a partir de campanhas itinerantes e atividades lúdico-culturais sobre a temática gênero e violência contra a mulher.

Outra importante ação que merece destaque é o Programa Gênero e Diversidade na Escola, criado em 2006, cujo objetivo é capacitar profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. O Programa, atualmente, integra a Universidade Aberta do Brasil e irá capacitar, em 2009, 15 mil profissionais de quinta a oitava séries, a partir de convênios firmados com 20 Universidades Estaduais e Federais selecionadas em 2008.

A Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo, desde novembro de 2005, realizou cerca de 270 mil atendimentos a mulheres de todo o País ao longo de 2008, o que representa um aumento de 32% em relação a 2007. A maior parte dos relatos de violência recebidos na Central relata situações de agressões diárias (64,9%) e semanais (16,1%) e refere-

se a denúncias de violência física (57,4%). Os agressores são, em sua maioria, os próprios companheiros das vítimas (63,2%). Para 2009, está previsto o aumento da capacidade de atendimento da Central, por meio da ampliação do número de postos de atendimento, o que possibilitará o recebimento de um número maior de ligações. Além disso, o Ligue 180 ampliará sua atuação, com a implementação do serviço de telemarketing ativo, ou seja, poderá além de receber chamadas, também originá-las.

Já a Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), outro espaço de escuta qualificada, registrou aproximadamente 400 casos relativos a diferentes formas de manifestação da violência ou da violação de direitos, os quais foram respondidos diretamente para as demandantes com as devidas informações e orientações ou encaminhados para os órgãos competentes, e acompanhados até a resolução final.

No que se refere à promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, uma das prioridades dispostas no Pacto Nacional, destaca-se o lançamento, em novembro de 2008, do Mutirão Nacional de Assistência Jurídica às Mulheres em situação de Prisão. O mutirão, que consiste na montagem, pelas defensorias públicas, de equipes dentro das unidades prisionais para fazer uma análise dos processos de cada mulher, acompanhar as condições de encarceramento e analisar eventual concessão de benefícios a que elas tenham direito, é uma das medidas emergenciais que constam no relatório preliminar do Grupo de Trabalho Interministerial, criado em junho de 2007, para analisar o sistema prisional feminino.

Na primeira etapa, além de São Paulo, Estado que tem cerca de 12 mil mulheres em situação de prisão, o mutirão atenderá outras dez unidades da Federação (Acre, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins). Até novembro de 2009, cerca de 20 mil processos de mulheres em situação de prisão serão analisados, beneficiando cerca de 58% da população carcerária feminina. Uma Comissão Nacional foi criada para analisar os projetos e acompanhar sua implementação nos Estados. A partir de 2009, os demais Estados serão estimulados a aderirem ao mutirão e garantir o acesso à justiça a esse segmento.

Em relação ao enfrentamento do tráfico de mulheres, o ano de 2008 foi marcado pela aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio do Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008. Neste primeiro ano de implementação do Plano, foram realizadas as seguintes ações: (i) apoio a projeto-piloto para estruturação de uma rede de atendimento e elaboração de proposta metodológica de atendimento às mulheres vítimas de tráfico de pessoas, assim como para o fortalecimento do trabalho de prevenção, a partir da experiência de um Centro de Referência Especializado no Atendimento à Mulher, em Fortaleza; (ii) desenvolvimento de ações de capacitação e ampliação da Rede de Atendimento à Mulher com a perspectiva do enfrentamento ao tráfico de mulheres; (iii) apoio à criação de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência nas áreas de fronteiras secas; e (iv) capacitação de todas as operadoras da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, para atendimento adequado às mulheres vítimas de tráfico e definição de fluxo de encaminhamento entre o Ligue 180, a Polícia Federal e o Disque 100 (disque denúncia nacional de combate à violência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes). Desde junho de 2008, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 passou a atender também aos casos referentes ao tráfico de pessoas.

Em março de 2008, foi realizada a II Jornada de Trabalho da Lei Maria da Penha, com a finalidade de formular ações de sensibilização do Poder Judiciário, para apoiar a estratégia de capacitação de profissionais e agentes públicos, ação prevista no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Seguindo recomendação da II Jornada, foi firmado compromisso para fomentar a reflexão de magistrados sobre os casos de violência contra as mulheres e a aplicação da Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento do Magistrado (ENFAM) ofereceu às Escolas Superiores das Magistraturas Estaduais Cursos Multidisciplinares sobre Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha para todos os magistrados ingressantes na carreira, e aos demais, como requisito para promoção. Já foram realizados cursos nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro, além do Curso de Formação de Multiplicadores sobre Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha, realizado no mês de novembro, em Brasília, que contou com a participação de pelo menos três juízes de cada um dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Com relação ao enfrentamento da feminização da AIDS, foi realizada em março de 2008, no Rio de Janeiro, a I Reunião Ministerial de Políticas para as Mulheres e HIV de Países de Língua Portuguesa. O objetivo dessa reunião foi reunir Ministras e Ministros chefes de organismos de Políticas para Mulheres dos países de língua oficial portuguesa, representantes da área de saúde, de organizações da sociedade civil, de redes de pessoas vivendo com HIV e de parceiros internacionais, para acordar uma agenda com temas prioritários para a cooperação sul-sul no que tange ao fortalecimento das respostas nacionais à epidemia de HIV. Como resultado, foi lançada a Carta do Rio de Janeiro, com a reafirmação de compromissos dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o tema.

A Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva do Mercosul realizou, em setembro de 2008, sob a Presidência *Pro Tempore* do Brasil, a reunião presencial e a Oficina sobre Mortalidade Materna, para os países que fazem parte da Comissão. Como resultado, foram propostos e aprovados pela XXV Reunião de Ministros de Saúde do Mercosul, em novembro de 2008, o Acordo sobre a Redução do Câncer de Colo de Útero e as Estratégias para a Redução da Mortalidade Materna na região.

O Governo apoiou também, nesse período, a realização da pesquisa Ibope/Themis sobre a percepção da população brasileira em relação à violência doméstica, especialmente em relação à Lei Maria da Penha. Os resultados mostraram que a sociedade reconhece a importância e a efetividade da Lei: 63% dos entrevistados afirmaram conhecer, ainda que de ouvir falar, a legislação e 83% têm uma visão positiva sobre sua capacidade de diminuir a violência contra as mulheres.

b) Quilombos

A Agenda Social Quilombola possui como principais eixos de atuação o acesso à terra, desenvolvimento local, moradia, cidadania, promoção da saúde, educação e transferência de renda. Para garantir o acesso à terra aos Quilombolas, o Governo tem feito esforços no sentido de viabilizar a emissão de toda a documentação necessária ao reconhecimento da presença quilombola na área e posterior regularização fundiária, que culmina com a titulação das comunidades quilombolas. Em 2008, foram emitidas 79 certidões de auto-reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, totalizando, assim, 1.087 certidões emitidas, beneficiando 1.305 comunidades. Essa primeira etapa é fundamental para que os quilombolas possam acessar as mais diversas políticas públicas, com destaque para a área de saúde e educação, que compõem o Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Criado em 2004, o PBQ tem como finalidade essencial a coordenação das ações governamentais – articulações transversais, setoriais e interinstitucionais – para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR/PR), tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações da sociedade e se constitui no principal instrumento articulador das ações que compõem a Agenda Social Quilombola.

Para o processo de regularização fundiária é fundamental o relatório técnico produzido pela equipe multidisciplinar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA), que visa à identificação e delimitação do território quilombola reivindicado pelas comunidades, viabilizando esse direito constitucional. Atualmente, existem 75 Editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação publicados em benefício de 9.873 famílias.

Entre as realizações associadas aos outros Eixos da Agenda Social Quilombola, destaca-se o Programa Luz para Todos, em áreas quilombolas, que chegou à marca de 19,8 mil domicílios atendidos, investindo, no período 2004/2008, R\$ 99,1 milhões. Em 2008, o investimento alcançou o montante de R\$ 24,4 milhões, atendendo a 4,9 mil domicílios; além do Programa Bolsa Família, que alcançou, até maio de 2008, 16 mil famílias quilombolas.

c) Povos Indígenas

Em relação aos Povos Indígenas, que também integram o eixo de ampliação dos direitos de cidadania, destaca-se, em 2008, a constituição de 61 Grupos de Trabalho para realização de estudos de identificação, além do crescimento do ritmo das demarcações. Ainda assim, não foi possível alcançar a meta estabelecida na Agenda Social dos Povos Indígenas em virtude da redução do quadro técnico do órgão indigenista federal que ocorreu ao longo dos últimos vinte anos. Nesse sentido, o Governo, por meio da Medida Provisória nº 441, enviada ao Congresso Nacional em 29 de agosto de 2008, promoveu o início do processo de recomposição de quadros técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com a previsão de criação de 3.100 cargos de Indigenista Especializado, Agente em Indigenismo e Auxiliar em Indigenismo. Essa medida permitirá aprofundar a implementação da Agenda Social dos Povos Indígenas nos próximos anos.

Destaca-se, ainda, em 2008, a contratação da implantação de 30 Pontos de Cultura nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Roraima, estando previstos outros 120 até 2010. Para 2009, estão previstos recursos para a implantação de três Centros Culturais e para a instalação e manutenção de 26 Casas de Cultura em terras indígenas. O detalhamento de outras ações no âmbito da Política Indigenista, incluindo a ampliação da participação dos Povos Indígenas na definição das políticas a eles dirigidas, por meio da consolidação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), encontra-se no item 5 deste Capítulo.

d) Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiência e Documentação Civil Básica

Os eixos Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica registraram avanços consideráveis no último ano e seguem como prioridade até 2010. No primeiro ano de execução, dedicou-se esforço especial na mobilização de parceiros. Os três temas estiveram na pauta das reuniões de Governadores do Nordeste e do Norte, bem assim no encontro da Frente Nacional de Prefeitos.

No eixo Crianças e Adolescentes, que já conta com a adesão de 19 Estados ao compromisso nacional pela redução da violência contra crianças e adolescentes, dentro do projeto Na Medida Certa, foram apoiadas, em 2008, 29 obras de construção e reforma de unidades de internação de adolescentes em conflitos com a lei, com investimento de R\$ 65 milhões. Mais 19 obras são previstas para este exercício. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passou a garantir o financiamento para 387 Municípios com mais de 50 mil habitantes, para atendimento socioeducativo em meio aberto. Foi promovida, no referido período, a entrega do II

Prêmio Socioeducando, para premiação de boas práticas no País no sistema socioeducativo de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

No projeto Quem Ama Protege destaca-se o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, hoje atuando em 7 Estados e sendo implantado em outros três, tendo protegido 2.024 pessoas, em 2008. Em 2009, será alcançada a meta de atendimento às 11 regiões metropolitanas com maiores índices de violência do País. O Disque 100, para denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, foi ampliado, com novas instalações, e registrou 535 mil atendimentos ao longo do ano passado, dos quais 30.508 concretizaram denúncias, o que representa um aumento de 80% em relação ao ano anterior. Para fazer frente a essa situação, destaca-se a implantação do Programa de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) em 100 Municípios de regiões metropolitanas de 17 Estados. Em 2009, deverão ser feitos convênios com 100 outros Municípios para implementação do PAIR. A atuação especial em 15 cidades gêmeas da fronteira do Brasil com o Paraguai, Uruguai e Argentina ensejou a criação de um projeto de cooperação com esses países, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dessa forma, o Disque 100 passará a atender também em espanhol. Registre-se, ainda, o avanço no fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, com a implantação de 11 escolas de conselhos, em 2008, e a expansão para todas as unidades da Federação em 2009, bem como a equipagem de conselhos tutelares, com a doação de 5 mil computadores pelo Banco do Brasil. Ainda para 2009, trabalha-se pela criação do Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas.

No eixo Pessoas com Deficiência, há que se destacar a adesão de 21 Estados e 82 Municípios ao Compromisso Nacional pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, em 2008. Investiu-se mais de R\$ 30 milhões na ampliação do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) a pessoas com deficiência, priorizando a concessão de órteses e próteses, medicamentos e tecnologia assistiva. No âmbito das ações para promoção da acessibilidade, 1.968 escolas foram beneficiadas com recursos para torná-las acessíveis a estudantes com deficiência. Pesquisa sobre a empregabilidade de pessoas com deficiência em órgãos públicos revelou número ínfimo de deficientes ocupando cargos públicos (1%). Para enfrentar essa situação, ao longo de 2009, será veiculada campanha de sensibilização da sociedade e de combate à discriminação e será lançado o Banco de Talentos como meio de apoio à empregabilidade das pessoas com deficiência.

O eixo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica tem como destaque a realização da Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, que foi levada a cabo em todo o País, com ênfase em 958 Municípios dos Territórios da Cidadania. Junto a isso, foi lançada campanha de mídia para sensibilização da população sobre a importância do registro civil de nascimento. Dados do IBGE, relativos a 2007, apresentados em 2008, indicaram o índice de sub-registro de nascimento no patamar de 12,7%. A meta da Agenda Social é alcançar índice inferior a 5% até 2011.

1.4. Cultura

No eixo Cultura, o Programa Mais Cultura, foi norteado pela gestão integrada de políticas públicas, no fortalecimento do pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e na participação social. Ao longo de 2008, foram repassados R\$ 199 milhões aos governos estaduais, para implementação de pontos de cultura, visando alcançar 20 mil unidades, em 2010, criando uma rede de produção cultural no País. No citado ano, esse Programa contou com uma dotação orçamentária da ordem de R\$ 222,2 milhões, dos quais foram comprometidos R\$ 198,9 milhões para a implantação dos seguintes projetos: Pontos de

Cultura, Pontos de Leitura, Pontos de Difusão, Pontinhos e Pontões, Bibliotecas, Bibliotecas de Referência, Bibliotecas de Pequeno Porte e Bibliotecas Comunitárias, dentre outros.

Para potencializar as ações do Programa e garantir um melhor acompanhamento de suas ações pelo País, foram assinados acordos de cooperação com 15 ministérios, cinco bancos públicos e 16 governos estaduais. Como o Programa pretende contemplar prioritariamente as áreas de maior vulnerabilidade social, foi estabelecida uma territorialização com base no mapa dos Territórios da Cidadania – que atendem especialmente áreas rurais – e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que atua em regiões metropolitanas com forte índice de violência. As perspectivas, para o ano de 2009, são de aprimoramento e consolidação da pactuação federativa, bem como da participação e controle social.

1.5. Educação

A partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o Governo colocou à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação. Nesse contexto, e respeitando os pilares que o sustentam – territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização e participação social – foram desenvolvidas políticas públicas de educação que alcançam todos os seus níveis e modalidades, buscando maior qualidade da Educação.

A promoção da qualidade da educação é um desafio que vem sendo enfrentado em seus diferentes aspectos. Educação de qualidade para todos e para cada um resume a orientação que o tema vem merecendo do Governo. Isso significa que as ações implementadas pelo Governo tanto atendem à melhoria dos padrões de qualidade em todos os níveis e modalidades quanto ao combate às desigualdades no acesso à educação. Desse modo, a Agenda Social incorporou o tema da educação em cada um de seus componentes, quer sejam os Territórios da Cidadania, o Brasil Quilombola, a agenda dos Povos Indígenas e na atenção a pessoas com deficiências. A educação incorpora-se à Agenda como fator de fortalecimento das identidades desses diferentes grupos, ao mesmo tempo em que se articula como elemento de emancipação ao dar ênfase e foco na garantia de universalidade e de qualidade. Diversas ações foram articuladas com os demais órgãos federais e estão detalhadas no item 3 deste Capítulo.

1.6. Saúde

A gestão do modelo de atenção adotado para o SUS teve importante impulso em 2008, com a implementação do Programa Mais Saúde, que compõe a inserção do setor Saúde na Agenda Social. O Mais Saúde prevê o aprofundamento e atualização dos objetivos do SUS, com a definição de um conjunto de diretrizes estratégicas que norteiam investimentos suplementares às ações componentes do Plano Plurianual na área da Saúde. Essa definição se dá de acordo com a identificação de prioridades e da reorientação da política setorial, com foco na melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população.

Esse novo direcionamento foi integrado aos princípios da gestão pactuada orientados pelos Pactos pela Vida e de Gestão do SUS, e resultou na articulação intergestores para o fortalecimento da gestão descentralizada. Nesse sentido, foram criados espaços interfederativos integrados por todos os gestores municipais de uma região de saúde e pela representação estadual, os denominados Colegiados de Gestão Regional (CGRs), com a finalidade de assegurar a pactuação regional. Esta, por sua vez, tem os objetivos de contribuir para a ampliação da eficiência e organização do SUS e orientar a atuação dos gestores estaduais

e municipais. Para 2008, estava prevista a constituição de 340 CGRs. No entanto, foram formados 352, o que corresponde a 103,52% da meta.

Ainda em 2008, a pactuação de responsabilidades descentralizadas, compromisso firmado pelas Secretarias Estaduais de Saúde, com o objetivo de pactuar e formalizar a assunção das responsabilidades e atribuições inerentes à esfera estadual na condução do processo permanente de aprimoramento e consolidação do SUS, atingiu 26 Estados e o Distrito Federal com adesão ao Termo de Compromisso de Gestão. Com relação à esfera municipal, até novembro de 2008, foi atingido um quantitativo correspondente a 49,4% dos Municípios brasileiros.

Importante iniciativa para o aprimoramento da gestão foi a evolução do Sistema de Planejamento do SUS, instituído pelo Governo, em 2006, cujas contribuições para o aprimoramento da gestão são observadas em resultados significativos sobre o processo de gestão, dentre os quais a influência sobre a qualidade do gasto em saúde. Esse sistema, em 2008, teve resultado satisfatório na difusão de métodos e técnicas de apoio às áreas de planejamento do SUS e na constituição de um sistema contínuo e retroalimentado de planejamento das ações de saúde. Com essa finalidade, foram realizados três encontros regionais, de abrangência nacional, com profissionais das áreas de planejamento do SUS, nos quais foram revisadas as propostas iniciais de elaboração dos instrumentos institucionais de planejamento – Planos de Saúde, Programações Anuais e Relatórios Anuais de Gestão –, além de avaliados os avanços obtidos no decorrer da implementação do sistema. O detalhamento das ações de saúde, como pode ser visto no item 4, deste Capítulo, demonstram a repercussão desses avanços.

1.7. Segurança Pública

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) conta com 94 iniciativas nas áreas de prevenção, controle e repressão qualificada à criminalidade, que reúne a União, os Estados, os Municípios e a comunidade, por meio da celebração de convênios, contratos e consórcios. A articulação entre a sociedade civil e as diferentes forças de segurança – como os bombeiros, as polícias e a guardas municipais – é realizada por meio de ações organizadas pelos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM), com o auxílio de equipes multidisciplinares na identificação dos projetos a serem implementados nos Municípios. As ações de caráter estrutural vêm para modernizar as polícias e o sistema prisional, por meio da valorização dos profissionais dessas áreas e do enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado. Os programas locais, por sua vez, têm como público-alvo os jovens entre 15 e 24 anos que se encontram à beira da criminalidade ou em conflito com a lei. A reinserção dos jovens é feita por intermédio de um processo formativo em que os programas sociais auxiliam na recuperação da cidadania.

O Pronasci já foi implementado em 20 Estados e 90 Municípios, em apenas 15 meses, atuando, neste primeiro momento, nas seguintes regiões metropolitanas, onde estão concentrados elevados índices de criminalidade: Belém, Belo Horizonte, entorno de Brasília, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

O novo paradigma de segurança pública valoriza o policial e o faz por meio de um tripé: o policial recebe bolsa, formação e acesso a um plano de aquisição de moradia digna. O Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que conta com a parceria da Caixa Econômica Federal, atenderá aos policiais civis, aos militares, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais. Além de moradia própria, o profissional de segurança pública poderá contar com o Bolsa Formação, que oferece complemento de R\$ 400 na renda dos profissionais que ganham até R\$ 1.700, com a contrapartida de que eles participem de cursos de atualização.

Para isso, será ampliada e consolidada a Rede Nacional de Educação a Distância (EAD), por meio da instalação de mais de 150 telecentros, que possibilitarão acesso remoto a cursos de capacitação, além da criação de cursos para tecnólogos, especialização e mestrado em segurança pública por intermédio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Só em 2008, o Pronasci capacitou 348 mil policiais, e, destes, 57 mil foram contemplados com bolsas.

No âmbito do fortalecimento da comunidade, o Pronasci atingirá 15,5 mil mulheres no ano de 2009, as chamadas Mulheres da Paz, que serão capacitadas e atuarão como multiplicadoras de temas como Ética, Direitos Humanos e Cidadania. Para tanto, o Governo Federal investirá, R\$ 50,6 milhões, o que inclui todo o processo de formação e o pagamento de bolsa no valor de R\$ 190,00 mensais para cada uma. O Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo) prestará assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas. Cada jovem receberá uma bolsa de R\$ 100 por mês durante um ano.

O sistema prisional contará com 41 mil novas vagas para homens e 5,4 mil para mulheres em presídios especiais, com atendimentos educacional, profissionalizante e de cidadania. Está prevista, já para 2009, a criação de 4.210 vagas, geradas com a construção de dez penitenciárias para jovens e adultos, a serem entregues às secretarias gestoras dos sistemas prisionais nos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia. Os recursos já foram empenhados junto à Caixa Econômica Federal, no valor de quase R\$ 140 milhões (R\$ 15 milhões por unidade prisional).

O Pronasci confere destaque ao percurso social e formativo nas áreas de Educação, Cultura, Economia Solidária e Esporte, que propicia o resgate da cidadania dos jovens entre 18 e 24 anos, a partir dos programas selecionados pelo Ministério da Justiça. A participação em atividades culturais e de lazer auxilia no combate à violência urbana. Assim, o Pronasci construirá novas bibliotecas e muitas serão reformadas, atuando como centros culturais, com equipamentos multimídia e acesso gratuito à Internet. Além disso, os jovens serão estimulados a participar de atividades musicais, teatrais e de dança, nas escolas e nos centros comunitários. E a comunidade ajudará a criar os museus comunitários, nos quais serão compartilhados e mantidos a memória e os saberes populares de cada local.

O Ministério do Esporte, parceiro do Pronasci em dois programas, contribui para a construção de quadras de esporte, com opções saudáveis de lazer. Em se tratando dos jovens em situação prisional, eles aprendem, por meio do Programa Pintando a Liberdade, a fabricar materiais esportivos, como bolas de futebol e redes de basquete, técnicas de serigrafia e impressão de diversos materiais. Já o Pintando a Cidadania tem foco nas famílias dos apenados. Por meio desse Programa, os parentes dos jovens presos desenvolvem as mesmas atividades executadas pelos apenados no Programa Pintando a Liberdade. Assim, cumprida a pena, o jovem retornará à família de origem, capacitado a desenvolver na comunidade o trabalho praticado na prisão.

Na área da Educação, o Pronasci tem como prioridades para 2009 a efetivação do Programa de Educação Profissional para Jovens e Adultos (Proeja) e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que serão intensificados junto aos jovens das comunidades identificadas como público-alvo do Programa. Outra prioridade é a reintegração de jovens presos ao mercado de trabalho e investirá na ampliação do projeto Economia Solidária, que visa desenvolver novas alternativas de geração de trabalho e renda e fortalecer a inclusão social. Serão implantados, neste exercício, bancos comunitários que não visam lucro

e são voltados ao desenvolvimento local integrado, por intermédio de financiamento a pequenos grupos produtivos aliado a contrapartidas de cunho social. Os presídios abrigarão incubadoras tecnológicas, que deverão capacitar profissionalmente os apenados e auxiliarão na organização coletiva desses jovens.

2. Juventude

a) Política Nacional de Juventude

Ao longo de 2008, a ação do Governo, norteada pelos objetivos de assegurar direitos e gerar oportunidades para os jovens, foi executada a partir de cinco dimensões: institucional, legal, internacional, participativa e inclusiva.

Na dimensão Institucional, foi incentivada a criação de organismos governamentais de juventude em Estados e Municípios. Cabe destacar os cursos de formação de gestores estaduais e municipais de juventude, cujo projeto-piloto foi realizado em parceria com o Banco Mundial, nos Estados do Ceará, Maranhão, Tocantins e Pernambuco. A iniciativa, que terá continuidade em 2009, visa fortalecer a temática juvenil e qualificar os gestores para executar as políticas públicas para a juventude.

Na dimensão normativa, em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.692, que criou o ProJovem Integrado, e editado o Decreto nº 6.629, que regulamentou esse programa. O ProJovem passou a atuar nas modalidades Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador. Essas modalidades têm a finalidade de reintegrar os jovens ao processo educacional, com qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano. Cabe destacar ainda os esforços do Poder Executivo para aprovar a PEC nº 138, de 2003, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados, que agora tramita no Senado Federal. Essa proposta, conhecida como PEC da Juventude, prevê que será assegurada prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura ao jovem entre 15 e 29 anos.

Quanto à dimensão internacional, está sendo apreciado pelo Congresso Nacional o processo de adesão do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) – único organismo multilateral ligado à ONU que trata do tema juventude. As discussões no âmbito da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ), ocorrida em dezembro último na cidade de Salvador, obedeceram aos esforços de integração sul-americana implementados pelo Governo, em especial quanto ao estímulo para participação de representantes da sociedade civil.

No ano passado, foram estabelecidas cooperações técnicas com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Governo participou também da Cúpula dos Chefes de Estado dos Países Ibero-Americanos, reunida em San Salvador, na qual o tema foi Juventude e Desenvolvimento. Ao final do encontro, foram aprovados a Carta e os Compromissos de San Salvador, incluindo o Plano de Cooperação e Integração Ibero-Americano de Juventude.

Na dimensão participativa, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) coordenou a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude. A Conferência contou com a participação de mais de 400 mil jovens em todas as suas etapas. Foram realizadas 840 conferências municipais e regionais, em todos os Estados e no Distrito Federal; 690 conferências livres e a consulta aos povos e comunidades tradicionais. A Conferência resultou no estabelecimento de 70 resoluções e na proposta de 22 prioridades para as Políticas de Juventude.

O Conjuve elaborou também o Pacto pela Juventude, que tem o objetivo de buscar o compromisso das esferas governamentais da União, dos Estados e dos Municípios e dos candidatos a prefeito e a vereador com as Políticas Públicas de Juventude, no âmbito de suas ações de governo e plataformas eleitorais. Ao longo do segundo semestre de 2008, foram realizadas 128 atividades nas 27 unidades da Federação. Ainda com o objetivo de fortalecer a institucionalidade da Política de Juventude, foi realizado o I Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, em novembro, em Luziânia, no Estado de Goiás. O evento contou com a presença de mais de 200 conselheiros, gestores e observadores, representantes de mais de 90 Municípios de todos os Estados. Com o tema Fortalecendo Diálogos, o encontro foi um marco importante para estabelecer o contato entre os atores sociais envolvidos na temática da juventude e ampliar as discussões sobre as resoluções da Conferência, possibilitando o início de uma rede de conselhos.

No campo da inclusão de jovens, além do ProJovem, cabe destacar programas setoriais tratados nesta Mensagem, como os Pontos de Cultura, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), o ProUni, entre outros, e iniciativas como a ampliação de vagas nas universidades públicas, a recuperação e aumento do número de escolas técnicas federais, bem como o Fundo de Valorização e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

a) ProJovem Integrado

O ProJovem Integrado unificou seis programas governamentais – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica – em um único programa, que ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos para 15 a 29 anos. O Programa tem gestão compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a participação das prefeituras municipais, governos de Estados e do Distrito Federal.

O ProJovem Urbano conta com um projeto pedagógico integrado que articula a conclusão do ensino fundamental com a qualificação profissional inicial para os jovens de 18 a 29 anos, inclusão digital e experiências de participação cidadã. Em 2008, ofereceu 334.225 vagas. Até setembro de 2008, 24 Municípios e um Estado iniciaram suas atividades, totalizando 89.942 matrículas. Até fevereiro de 2009, ocorre a segunda etapa de matrículas em outros 22 Estados e 82 Municípios.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra tem como objetivo a escolarização em nível fundamental, integrada à qualificação social e profissional de jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos. Dessa forma, torna-se uma estratégia político-pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino que sejam estimuladoras da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável como possibilidades de vida, trabalho e constituição dos cidadãos do campo. No biênio 2008-2009, serão atendidos 35.000 jovens em 19 Estados.

O ProJovem Trabalhador tem como objetivo a qualificação e inserção do jovem, em situação de desemprego e que seja membro de família com renda mensal per capita de até um salário mínimo, no mercado de trabalho. Em 2008, foram finalizados os procedimentos para a assinatura dos termos de adesão com 11 Estados e com o Distrito Federal.

A previsão, para 2009, quanto ao ProJovem Trabalhador, é possibilitar a qualificação de 222.894 jovens. Para isso, serão realizadas parcerias com entes federados com a meta de qualificação de 133.736 jovens, nas ações Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

Nas parcerias com entidades sem fins lucrativos, a meta é qualificar 89.158 jovens por meio da ação dos Consórcios Sociais da Juventude.

O ProJovem Adolescente é o serviço socioeducativo de proteção básica para jovens, de 15 a 17 anos, de famílias do Programa Bolsa Família e em situação de risco social. No ano de 2008, essa modalidade foi implantada, promovendo atividades de convívio, participação cidadã e iniciação ao mundo do trabalho; garantindo o acompanhamento às famílias dos jovens pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); e mantendo o jovem na escola e articulando ações com outras políticas setoriais. Segundo informações prestadas pelos 2.330 Municípios que aderiram ao ProJovem Adolescente, atualmente, são 426.550 jovens frequentando o serviço.

3. Educação

a) Educação Básica

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído em abril de 2007, é uma estratégia do PDE e inaugura um novo regime de colaboração, que busca reestruturar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais.

O Compromisso Todos pela Educação é um plano de longo prazo, sistêmico, que estabelece metas de qualidade a serem alcançadas com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ao aderir ao Compromisso Todos pela Educação, Estados e Municípios devem se comprometer com as 28 diretrizes do Programa e realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local.

Somente após a realização desse diagnóstico, os Estados e Municípios estão aptos a receber os recursos que lhes permitirão desenvolver um conjunto coerente de ações, que é o que se denomina Plano de Ações Articuladas (PAR). Em 2008, todos os Estados e Municípios aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, sendo que 3.850 Municípios e 26 Estados concluíram a adesão por intermédio das Secretarias de Educação. A prioridade para atendimento são os Municípios com mais baixo IDEB. Cada Estado ou Município deve se preparar para a implantação das ações do PAR durante o período de quatro anos (2008/2011). É a partir do PAR que são selecionadas as ações que serão objeto de assistência técnica e/ou financeira do Governo Federal. Espera-se que, em 2009, todos esses Planos de Estados e Municípios estejam concluídos.

O Governo constrói e disponibiliza os instrumentos, orienta Estados e Municípios na elaboração e implementação do PAR, na utilização do módulo Plano de Metas do sistema informatizado de elaboração e acompanhamento, analisa e aprova os planos, acompanha a assistência de Estados e universidades aos Municípios. Cabe ressaltar que, ao iniciar a mobilização de Estados e Municípios para adesão ao Plano de Metas do PDE, a expectativa do Governo era a adesão e elaboração de cerca de 2.000 PAR. Hoje, já são mais de 4.370 planos de ações articuladas elaborados ou em fase de elaboração. Entre 2007, quando teve início o repasse de recursos por meio do PAR, e 2008, até o início do período de embargo eleitoral, foram repassados aos Estados e Municípios recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Desde 2007, o Governo tem prestado assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos Municípios que firmaram Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, com vistas a melhorar a estrutura da rede

física da Educação Infantil, por intermédio do Proinfância, para construção de escolas de projeto específico para atendimento a crianças de 0 até 6 anos de idade, providas de equipamentos e mobiliário apropriados para creches e pré-escolas públicas. Em fins de 2007 e em 2008, foram assumidos compromissos de assistência financeira para a construção de 944 escolas infantis, em 917 Municípios, significando um investimento de R\$ 896 milhões na educação infantil. Para 2009, a previsão de atendimento abrange a construção de mais 500 escolas infantis, com um montante de recursos aplicados da ordem de R\$ 500 milhões.

Em 2008, foram aplicados R\$ 98,6 milhões na reforma e ampliação de escolas das redes estaduais e municipais de ensino fundamental e de ensino médio. Foram desenvolvidos os projetos-padrão para a edificação de novas unidades urbanas para serem fornecidos a Estados e Municípios. Em 2009, os investimentos serão realizados com base no Sistema Informatizado de Microplanejamento da Rede Escolar, que considera as características demográficas, geográficas, sociais, econômicas e administrativas que interferem na demanda e no atendimento educacional, e nas informações do Levantamento da Situação Escolar (LSE), que é um diagnóstico das condições físicas dos prédios escolares, da disponibilidade de ambientes, mobiliário e equipamento e da existência de material pedagógico e de recursos humanos, tendo como base a metodologia de padrões mínimos de funcionamento da escola.

O Governo vem apoiando os Estados, Municípios e o Distrito Federal no processo de adequação das escolas à Lei nº 11.274, de 2006, que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos. Em 2008, esse apoio se efetivou por meio da realização de 30 encontros de formação que contaram com 8.840 participantes, sendo que a estimativa é de que a cobertura em termos de assessoramento tenha chegado a 80% dos Municípios brasileiros.

Em 2008, foi transferido o montante de R\$ 1,5 bilhão pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais, para atender a 34.677.157 alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental, inclusive as indígenas e as localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Em 2009, o número de alunos beneficiados deverá ser ampliado pela inclusão dos alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos, acrescentando, aproximadamente, R\$ 800 milhões ao montante de recursos financeiros atualmente transferidos.

Por meio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecane), em parceria com Universidades Federais, foi realizado em 2008 o treinamento de 5.000 pessoas, tais como merendeiras, nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar, pescadores e agricultores familiares. Em 2009, há a previsão de um incremento de 10% no número de pessoas treinadas, considerando a inclusão de novas categorias como diretoria de escolas e professores, além da criação de mais dois Cecanes.

No contexto das melhorias pretendidas na execução do PNAE, estão sendo estabelecidos, para 2009, novos critérios para aquisição direta de insumos agropecuários para a alimentação escolar, destinando cerca de 30% de seus recursos para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Como importante pilar para a melhoria da qualidade da educação básica, o Governo vem implementando vários programas que têm por finalidade prover as escolas das redes federal, estadual, municipal e as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado de livros didáticos e de literatura de qualidade. Os livros didáticos são fabricados para serem utilizados por três anos, de forma a beneficiar mais dois estudantes em anos consecutivos.

No âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foram distribuídos 110,2 milhões de livros, adquiridos no final de 2007, beneficiando 31,1 milhões de alunos, com investimento de R\$ 639,9 milhões na aquisição e distribuição. Já estão em distribuição 60,5 milhões de livros para 29,1 milhões de alunos, referentes ao ano letivo de 2009, com investimento, em 2008, de R\$ 406,2 milhões em aquisição e distribuição apenas para reposição do sistema de atendimento, considerando a durabilidade prevista de três anos.

Em 2008, tendo em vista a ampliação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), completando a grade curricular de matérias, foram adquiridos 43,1 milhões de exemplares para serem utilizados por 7,2 milhões de estudantes em 2009, ao custo total de R\$ 504,7 milhões. A distribuição de livros didáticos é resultado de uma parceria entre os Correios e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A operação atende no total a 142 mil escolas em mais de 5.500 Municípios. É considerada a maior operação logística dos Correios, pois a entrega de todos os livros adquiridos pelo Governo é feita em cada escola. De setembro de 2008 até fevereiro de 2009, serão levados 103 milhões de exemplares, correspondendo a 70 mil toneladas de carga e 3.500 viagens de carreta – além de outros tipos de transporte. Os Correios montam uma estrutura logística dedicada exclusivamente a esse fim.

Em 2008, foram beneficiados, com o investimento de R\$ 73 milhões do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), todos os alunos das escolas públicas de Educação Básica. Em 2009, cerca de 20 milhões de estudantes das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio das redes públicas de todo o País serão beneficiados com novos acervos literários. O investimento previsto é de R\$ 73 milhões.

Para assegurar o direito à educação, eliminar as barreiras no acesso ao currículo, à informação e à comunicação e garantir a acessibilidade aos alunos com deficiência sensorial, foram desenvolvidas ações de produção de livros em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais (Libras), e distribuídos 1.100 laptops para os alunos cegos dos anos finais do ensino fundamental e do primeiro ano do ensino médio, no âmbito dos programas de livros didáticos e paradidáticos do MEC voltados aos alunos da Educação Básica.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza serviços e recursos de acessibilidade e realiza o atendimento educacional especializado complementar ao ensino regular, promovendo a plena participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular.

Em 2008, o Governo contemplou 4.300 escolas, sendo 792 estaduais e 3.508 municipais, com a implantação das salas de recursos multifuncionais com vistas a ampliar a oferta do atendimento educacional especializado, no contra-turno, aos alunos da educação especial matriculados nas classes comuns do ensino regular público.

Em relação à escola acessível, objetivando garantir nos sistemas e nas redes públicas de ensino a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em 2008, foram apoiadas adequações arquitetônicas em 2.000 prédios escolares, com repasse de recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e orientação às escolas para o cumprimento das normas gerais de acessibilidade previstas no Decreto nº 5.296, de 2004, e nas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No último exercício, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), foram repassados aos Estados e Municípios R\$ 301,2 milhões para apoiar a prestação de serviços de transporte, beneficiando 3,46 milhões de alunos do ensino fundamental da rede pública da zona rural. Para 2009, prevê-se a extensão do atendimento para toda a Educação Básica, quando deverão ser repassados recursos da ordem de R\$ 400 milhões, para beneficiar 4,5 milhões de alunos residentes em área rural. Em complementação ao PNATE, o Programa Caminho da Escola beneficiou 416 Municípios na aquisição de 1.152 veículos especialmente projetados para o transporte escolar rural, mediante financiamento pelo BNDES no montante de R\$ 161,2 milhões. Além desses, 252 Municípios e um Estado aderiram ao programa para compra do veículo padronizado com recursos próprios. Também foram repassados R\$ 89,8 milhões, por meio de transferência voluntária, a 548 Municípios para a aquisição de 638 veículos. Para 2009, está prevista a carteira de R\$ 780 milhões do BNDES e de R\$ 250 milhões do MEC para a aquisição de, aproximadamente, 6.180 ônibus escolares, de acordo com especificações técnicas detalhadas, garantindo mais qualidade e segurança ao transporte escolar.

Em 2008, o Governo lançou a primeira edição da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro, dirigida aos alunos das escolas públicas, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura e produção de textos. A Olimpíada contou com a participação de 5.545 Municípios, 55.570 escolas, 130.650 professores e 6 milhões alunos de todas as unidades da Federação. Já na Olimpíada Brasileira de Matemática foram inscritos, na primeira etapa do certame, aproximadamente 18,3 milhões de estudantes, oriundos de 40.377 escolas. A previsão para 2009 é de que a participação ultrapasse os 19 milhões de estudantes.

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificar jovens talentos que possam ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas, o Governo fomenta, em âmbito nacional, a realização de olimpíadas e feiras nas áreas de Ciências, Física, Química, Biologia, Astronomia, entre outras. No ano passado foram empregados cerca de R\$ 1,5 milhão que possibilitaram a realização de 9 atividades de fomento de grande porte.

Está em discussão a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e o disciplinamento da atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada. Prevê-se a criação de fóruns de apoio à formação de profissionais da educação em cada unidade da Federação. Cada um dos fóruns realizará planejamento estratégico para identificar a demanda de professores habilitados em seus respectivos sistemas de ensino e o esforço necessário para que as Instituições de Ensino Superior (IES) possam atendê-la de forma plenamente satisfatória.

Já o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tem duplo objetivo: aproximar as instituições formadoras das escolas dos sistemas de ensino de Estados e Municípios e criar as condições materiais para que licenciandos tornem a sala de aula na escola parte integrante de sua formação para o magistério. Em 2008, foram selecionados 37 projetos institucionais, envolvendo 183 cursos de licenciaturas e 246 escolas de Educação Básica. O PIBID aprovou, nesta primeira edição, um total de 3.035 bolsistas, dos quais 2.121 estudantes de graduação, 223 professores-coordenadores e 445 professores-supervisores.

Outra ação governamental é o Prodocência, voltado para o fortalecimento das licenciaturas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais, mediante o apoio à inovação de práticas pedagógicas, foi ampliado e consolidado, passando a ser um importante instrumento de construção de sintonia entre Diretrizes Curriculares

Nacionais (DCN) dos cursos de licenciatura, os projetos pedagógicos dos cursos, o ensino das disciplinas nas escolas e as avaliações conduzidas pelo INEP (Prova Brasil, SAEB e ENEM, na Educação Básica, e Enade e avaliação *in loco* dos cursos de graduação, no caso da Educação Superior). O Prodocência torna-se, assim, essencial no processo de construção de rotinas e procedimentos institucionais e de instrumentos e materiais didático-pedagógicos que assegurem a visão sistêmica da educação, integrando os esforços em andamento.

Por sua vez, o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação objetiva proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das tecnologias de informação e possibilita diferentes percursos de aprendizagem e certificação. São três os níveis de certificação constituindo ciclos de estudo: o ciclo básico, com 120 horas de duração; o intermediário, de aperfeiçoamento, com 180 horas; e o avançado, de especialização, com 360 horas. Em 2008, foram ofertadas cerca de 32.000 novas vagas nos três níveis. Para 2009, pretende-se formar em torno de 30.000 professores dos sistemas públicos de ensino em nova oferta.

O ProInfantil, que é um curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal, destinado aos professores da educação infantil em exercício, formou 3.700 professores em 2008. Em 2009, o ProInfantil ampliará o atendimento abrangendo todas as unidades da Federação com meta de formação estimada de 20 mil professores. Aos 829 docentes que ministraram os cursos de formação inicial foram pagas 14.680 bolsas, perfazendo um total de R\$ 5,2 milhões aplicados.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, criada neste Governo, conseguiu institucionalizar a oferta de produtos e cursos de formação de professores, por meio da criação e do fortalecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento ligados às instituições de ensino superior. A Rede conta com a atuação de 19 universidades. Em 2008, os resultados alcançados com o atendimento às demandas oriundas do PAR/PDE totalizaram 33.554 profissionais da educação atendidos. Para 2009, o atendimento será realizado a partir da formulação de demandas do PAR pelos Estados e Municípios. Implantado no âmbito da Rede, o Pró-Letramento teve, em 2008, o total de 228.610 professores inscritos em todas as etapas do curso. A previsão para 2009 é atender 133.000 professores.

No apoio à formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, merece destaque a atuação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio da realização de cursos na área de Administração, de Gestão Pública e outras áreas técnicas. Atualmente, 75 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Cefets. Já foram aprovados e instalados 562 pólos de apoio presencial com 60 mil vagas e expectativa de 110 mil para 2009 (46 no Centro-Oeste, 157 no Sudeste, 58 no Norte, 177 no Nordeste e 97 no Sul.). Além disso, até março de 2009, a UAB selecionará mais 300 novos pólos, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da Educação Básica, ampliando a rede para um total de 862 pólos. Os pólos de apoio presencial da UAB, prioritariamente situados em Municípios do interior do País, destinam cerca de 50% das vagas para professores da Educação Básica em exercício na rede pública. Foram beneficiados cerca de 7.200 docentes dos cursos oferecidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior participantes, com o pagamento de 83.643 bolsas no valor global de R\$ 63,9 milhões.

O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II) oferece formação continuada, na modalidade semipresencial, destinado à capacitação de professores dos anos finais do ensino fundamental, da rede pública de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Iniciado em 2008, atendeu a um total de 903 professores cursistas em 10 Estados. Em virtude da grande demanda, a expectativa de atendimento para 2009 é de 147.287 professores cursistas.

No que se refere à formação e profissionalização dos trabalhadores da educação que atuam fora da sala de aula, o Governo está empenhado em dar seguimento ao ProFuncionário, que está titulando em nível médio, com habilitação nas áreas de Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Meio Ambiente e Manutenção da Infra-estrutura Escolar, funcionários que atuam nos sistemas de ensino da Educação Básica pública. Em 2008, a estrutura de implementação do Programa foi reformulada, passando a ser oferecido por meio dos Cefets em parceria com as secretarias de educação. A previsão para 2009 é atender aos 41.435 profissionais dos 22 Estados já inscritos.

No âmbito da formação continuada de professores na educação especial, que abrange quatorze instituições de educação superior, são ofertados 19 cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização na área do atendimento educacional especializado, na modalidade a distância. As ações de formação abrangem ainda, na modalidade presencial, cursos de educação inclusiva, de educação especial, de educação profissional e de equipes intersetoriais, contemplando cerca de 30 mil professores da rede pública. Em 2009, a perspectiva é ampliar a formação *lato sensu*, para o atendimento educacional especializado.

O Programa Mais Educação é uma estratégia de desenvolvimento da educação integral no País que fomenta atividades socioeducativas no contra-turno, visando ampliar a jornada escolar, por meio de um sistema de parceria construído com a sociedade, comunidades, clubes, parques, na construção de uma alternativa extraclasse, redimensionando a visão de tempo e espaços escolares, para além de seus muros.

O Programa está presente em 55 Municípios localizados em 25 Estados e no Distrito Federal, pois sua inserção foi baseada em critérios que contemplam capitais ou regiões metropolitanas/cidades-pólo e ainda Municípios acima de 200 mil habitantes, especialmente aqueles com os mais baixos índices de desenvolvimento da Educação Básica. Em 2008, participaram 1.400 escolas, com 380.000 alunos em educação integral. A previsão para 2009 é ampliar o atendimento para 5.000 escolas e atingir 1 milhão de alunos.

b) Educação Superior

Em reconhecimento ao papel estratégico das universidades públicas federais para o desenvolvimento econômico e social e com o objetivo de implementar ações integrantes ao PDE, o Governo adotou uma série de medidas que têm como propósito retomar o crescimento do ensino superior público.

O crescimento da rede de Instituições Federais de Ensino Superior pode ser entendido a partir de três momentos principais. O primeiro ciclo, no período de 2005 a 2008, caracteriza-se pela expansão das instituições para o interior do País. Significou a implantação de 10 novas universidades, além da consolidação de 49 *campi*. O segundo ciclo, que compreende o período de 2007 a 2012, caracteriza-se pela reestruturação e expansão das universidades federais. O terceiro momento tem como principal característica a expansão com ênfase em interfaces internacionais. Nesse sentido, estão em tramitação no Congresso Nacional os projetos de implementação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com sede em Foz do Iguaçu (PR); da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém (PA); da Universidade Luso-Afro-Brasileira (Unilab), com sede em Redenção (CE); e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede na cidade de Chapecó (SC).

Os projetos de expansão das universidades federais contemplaram não apenas o aumento do número de vagas, mas também a abertura de cursos noturnos, a redução do custo por aluno, a flexibilização dos currículos, a criação de novas arquiteturas

curriculares e a adoção de ações de combate à evasão. Com a meta de atingir 227.668 vagas ofertadas e 920 mil matrículas, até o ano de 2012, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) representará uma ampliação de 135% no número de vagas no ensino noturno.

Em relação aos projetos especiais de graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET), criado em 1979, consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor. No ano de 2008, além da manutenção dos 370 grupos existentes, foram criados mais 30 novos grupos e atendidos 4.154 alunos, com recursos de R\$ 21,2 milhões.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído em 2008, também representa uma importante ação de garantia de acesso e permanência ao ensino superior ao oferecer assistência estudantil de moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das IFES. Em seu primeiro ano, contou com um investimento de R\$ 126,3 milhões para atender estudantes em todo o País.

O acesso da população ao ensino superior também é viabilizado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). A partir da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, já beneficiou mais de 400 mil alunos desde a sua criação em 2005. Em 2008, foram beneficiados 225 mil estudantes. Além disso, em sintonia com as políticas sociais do Governo, o ProUni destina parte das bolsas ofertadas aos afrodescendentes, indígenas e deficientes, e determina condições especiais de acesso aos professores. Tal diretriz está em consonância com a política de formação de professores e de qualificação da Educação Básica.

Outra ação empreendida com o objetivo de garantir o acesso e principalmente a permanência do aluno nas instituições de ensino superior é o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado a financiar a graduação de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. Operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, o FIES beneficia hoje mais de 500 mil estudantes em todo o País.

A política de expansão das IFES também possui uma importante interface com a promoção do acesso à saúde pública e de qualidade, em que se destacam os 45 hospitais universitários federais. A importância dessas instituições é estratégica, na medida em que desenvolvem a formação dos futuros profissionais do campo da saúde, além de, no campo da pesquisa, produzirem conhecimento científico de qualidade. Em muitas regiões do País, os hospitais universitários são as únicas instituições a oferecerem atendimento em média e alta complexidade por meio do SUS. Para uma gestão aperfeiçoada desses hospitais, foi criado, no ano de 2008, um sistema de informações especializado que propiciará um efetivo controle da utilização dos recursos aportados pelo Governo, além de definir diagnósticos precisos das reais necessidades de cada instituição.

O Decreto nº 5.773, de 2006, principal marco regulatório das ações de avaliação, supervisão e regulação do ensino superior brasileiro, estabelece mecanismos processuais de conexão entre os três processos e define a avaliação como principal referencial para as demais. Nesse sentido, no ano de 2008, foram autorizados 387 cursos de graduação, entre bacharelados e licenciaturas, reconhecidos 216 cursos de graduação e 680 cursos tiveram renovação de reconhecimento. Ao todo, ao longo do ano de 2008, no que diz respeito à supervisão e regulação, foram analisados 1.373 processos de instituições e cursos de ensino superior.

Na pós-graduação, o marco fundamental foram as ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos em áreas consideradas estratégicas para o País, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, segurança nacional ou, ainda, em termos sociais, como o Programa CAPES de Formação de Recursos Humanos em Televisão Digital (RH-TVD), para a formação de quadros de alto nível para a implantação do sistema de TV digital no País; o Pró-Defesa II, para desenvolver projetos voltados à Defesa Nacional; o Pró-Engenharias; o Pró-Administração; o Pró-Cultura, entre outros.

O Observatório da Educação, iniciativa de fomento ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de educação com uso dos dados produzidos pelo INEP, tem como finalidade contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da educação. O Observatório da Educação ampliou os seus recursos de pesquisa de R\$ 2 milhões para R\$ 5,5 milhões por exercício; criou núcleos de pesquisas em rede, envolvidos com um mesmo projeto; priorizou linhas de pesquisa diretamente voltadas às questões da Educação Básica; concedeu bolsas para estudantes de graduação, professores das escolas de Educação Básica, permitindo que estes participem das pesquisas em parceria com professores dos programas de graduação e de pós-graduação. Foram aprovados, em 2008, 29 projetos de pesquisa, dos quais 10 em rede, envolvendo um total de 51 programas de pós-graduação, 360 bolsas, das quais 41 para professores-orientadores, 27 para doutorandos, 96 para mestrands, 4 para pós-doutorandos, 112 para alunos de graduação e 80 para professores da Educação Básica.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

O atendimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo Fundeb é um marco histórico e mostra o destaque que essa modalidade de ensino recebeu em 2008. A existência de financiamento garante perenidade às políticas, bem como o reconhecimento da importância da EJA dentro da Educação Básica.

Em 2008, tendo como norte o direito à educação ao longo da vida, foram efetivadas várias ações com vistas ao atendimento a todas as etapas da modalidade EJA. O Programa Brasil Alfabetizado manteve as estratégias de atuação com base nos parâmetros criados pelo PDE e nos resultados das iniciativas de avaliação e monitoramento. Foram atendidos cerca de 1,6 milhão de alfabetizando e, em 2009, a previsão é de atender 2 milhões.

O Programa conta com alguns pontos que merecem destaque: a ampliação da aplicação do teste cognitivo, o que permite ao alfabetizador planejar as suas atividades e encaminhar pessoas já alfabetizadas para EJA; o Projeto Olhar Brasil, parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Saúde, que promove a identificação e correção de problemas visuais; e a seleção de obras literárias destinadas ao público neoleitor no 2º Concurso Literatura para Todos, cujas obras serão distribuídas em 2009.

Outra importante ação é o atendimento prioritário a 1.880 Municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%, uma ampliação de 770 Municípios em relação a 2007. Com uma atuação *in loco* na implementação e apoio técnico às ações do Programa procura-se garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando. Além disso, foram distribuídos 1,7 milhão de livros didáticos por meio do Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Destacam-se também: os avanços nas ações da iniciativa Educação nas Prisões que destinam recursos para formação e constituição de acervo literário; e a 6ª Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea), que será realizada no Brasil em maio de 2009. Essa Conferência é um evento intergovernamental realizado a cada período de 11 ou 12 anos, desde 1949.

d) Educação Profissional e Tecnológica

Em 2008, entraram em funcionamento 75 novas unidades, o que reafirma a perspectiva de que em 2010, a rede federal atinja um total de 354 escolas técnicas federais. Em 2009, ano do centenário da rede de educação profissional e tecnológica, o Governo prevê a inauguração de mais 100 unidades. Com o objetivo de promover o reordenamento da rede de instituições federais de educação profissional e tecnológica, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; 24 Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e dois Centros Federais de Educação Tecnológica.

O novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica visa estruturar um conjunto de institutos que respondam de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e suporte aos arranjos produtivos locais. Foram criados 38 institutos com mais de 312 *campi*. Com um modelo verticalizado de ensino, articulado com a pesquisa e a extensão, essas instituições vão atuar desde a formação inicial e continuada de trabalhadores até a pós-graduação *stricto sensu*.

O Programa Brasil Profissionalizado, que prevê investimentos de R\$ 900 milhões, em quatro anos, tem por objetivo fomentar a oferta do ensino médio integrado à formação profissional, a partir da assistência financeira e técnico-pedagógica do Governo aos Estados e Municípios (sob a gestão destes últimos). A meta é alcançar 800.000 matrículas, até o ano de 2014, nos cursos de formação técnica (inclusive em Proeja – formação geral integrada à formação profissional para jovens e adultos) e contribuir também para que o Brasil efetive um novo modelo de ensino médio que combine a formação geral, científica, tecnológica e cultural, não obrigatoriamente profissionalizante. No ano de 2008, foram investidos R\$ 503 milhões no Programa.

Destaque deve ser dado ao acordo com o Sistema S, efetivado em 2008, que, a partir da conversão de 66% dos recursos orçamentários do SENAI e do SENAC, garantirá o aumento da oferta gratuita de formação técnica de ensino médio e de formação inicial e continuada a jovens e adultos em cursos de no mínimo 160 horas. Já no ano de 2009, o SENAC destinará 20% dos recursos para cursos gratuitos e o SENAI 50%. O percentual aumentará a cada ano, até atingir o patamar pretendido. Em relação ao Sesi e ao Sesc, cada entidade irá aplicar um terço dos seus recursos em educação, também gradualmente.

A Escola Técnica Aberta do Brasil (E-tec Brasil) leva cursos técnicos para regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio. A E-tec Brasil tem por meta ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio em 50.000 vagas anuais, em Municípios do interior do País.

e) Educação e Diversidade

O PDE, por meio de suas ações, procura enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades. Para tanto, propõe-se a reduzir as desigualdades sociais e regionais, eliminar preconceitos de origem, raça, gênero, idade e quaisquer formas de discriminação, promovendo o respeito à diversidade.

Nesse contexto, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind) apoiou no ano passado projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas, integrando ensino, pesquisa e extensão, e promovendo a valorização do estudo de temas indígenas relevantes. Os projetos apoiados também capacitam os professores indígenas como agentes interculturais na promoção e realização dos projetos de suas comunidades. Em 2008, foram atendidos 2.500 professores.

Com relação à educação do campo, cabe destacar o Programa Escola Ativa, que combina elementos e instrumentos de caráter pedagógico e administrativo capazes de atuar no combate às causas do baixo desempenho escolar e de qualificar os professores para lidarem com uma organização escolar diferente: a multisseriação. Aderiram ao Programa 2.308 Municípios, em 2008, qualificando 5.104 técnicos municipais e estaduais que atuarão na formação continuada dos professores. Serão distribuídos kits pedagógicos para 30.743 escolas e cadernos de ensino aprendizagem para 654.865 alunos. No ano de 2009, pretende-se investir R\$ 19 milhões na aquisição e distribuição dos kits pedagógicos para 30.743 escolas. Também merece destaque o Programa de Licenciatura de Educação do Campo (Procampo) que, até 2009, beneficiará 2.560 professores que atuam na Educação Básica no campo em todas as regiões brasileiras; e o mencionado ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Iniciativas para a reestruturação da rede física escolar em comunidades indígenas, do campo e quilombolas buscam fornecer, às populações historicamente excluídas, espaços educativos adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, em consonância com os aspectos de conforto, salubridade e acessibilidade. Em 2008, foram atendidas as áreas rurais de 20 Municípios priorizados segundo o critério do IDEB e conforme as demandas apontadas no PAR, envolvendo recursos de cerca de R\$ 14 milhões. Para o ano de 2009, a previsão é expandir o número de Municípios atendidos para 449, sendo disponibilizados recursos na ordem R\$ 200 milhões para construção de novas escolas em comunidades quilombolas e do campo, utilizando os projetos arquitetônicos elaborados e fornecidos pelo FNDE.

Foi preparado, no último exercício, o Plano Nacional para a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, que trata da educação para as relações étnico-raciais na rede de ensino brasileira, com lançamento previsto para março de 2009. Qualificaram-se cerca de 8.000 professores da rede de ensino, por meio de cursos presenciais e a distância executados pelos programas Uniafro e Rede de Formação para Diversidade UAB. No mesmo período, foram produzidos e distribuídos bibliografia e material didático (36 mil volumes) para as secretarias estaduais e municipais de educação e reativados 30 programas de formação continuada de professores e fóruns estaduais e municipais de educação em todo o Brasil. Destaca-se ainda a produção e distribuição de 15 mil kits do contendo livros, CDs, DVDs e jogos no âmbito do Projeto A Cor da Cultura, de valorização da cultura afro-brasileira, fruto da parceria entre o Governo, iniciativa privada e sociedade civil.

f) Cooperação Internacional

Atualmente, existem 725 projetos de cooperação internacional em andamento, envolvendo três países de língua portuguesa (Cabo Verde, Angola e Moçambique), cinco da União Européia (Alemanha, França, Espanha, Portugal e Holanda), EUA, Cuba e dois no âmbito do Mercosul (Argentina e Uruguai), além de 162 parcerias universitárias. Em 2008, foram concedidas novas bolsas para o exterior, referentes aos programas de cooperação internacional, beneficiando 1.004 bolsistas na modalidade de doutorado-sanduíche, 69 de doutorado pleno e 574 pesquisadores para a realização de estágio pós-doutoral. Foram mantidos, em mais de 30 países, cerca de outros 2.600 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduíche, mestrado e estudantes de graduação.

Foi apoiada a participação de 436 doutores em eventos no exterior. Uma das iniciativas de maior destaque é a Escola de Altos Estudos, para facilitar a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros de atuação reconhecida e valorizar a formação de mestres e doutores no Brasil. Em 2008, foram apoiados 32 projetos, representando um aumento de 88% em relação ao ano anterior.

Foram ainda ampliados, em 2008, os programas de cooperação internacional com a Holanda e o México e negociações avançaram com países como os EUA, a Suécia, o Canadá e o Japão. A cooperação Sul-Sul foi prioritária em 2008, com apoio a mestrandos na Argentina, Moçambique, Angola e Cabo Verde, bem como a formação científica inicial de estudantes africanos no Brasil. Recentemente, em parceria com a Comissão Fulbright, foi lançado o programa *Master of Fine Arts*, para complementar a formação de jovens profissionais talentosos na área de produção cinematográfica. Em parceria com o Ministério da Agricultura e Pesca e o Ministério das Relações Exteriores da França, está sendo desenvolvido um programa de intercâmbio de estudantes em nível de graduação nas áreas de ciências agronômicas, agroalimentares e veterinária.

g) Financiamento da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) tem como objetivo assegurar mecanismo de financiamento que promove a inclusão socioeducacional no âmbito de toda a educação básica, atendendo aos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio, inclusive educação de jovens e adultos. No âmbito do Fundeb, o contingente de beneficiários passou para 45,7 milhões, em 2008 (dados do censo escolar de 2007), e os recursos atingiram aproximadamente R\$ 61,9 bilhões, no mesmo período, e deverão alcançar cerca de R\$ 80 bilhões, em 2009.

O aumento dos investimentos públicos propiciado pelo Fundeb também vem acompanhado de maior transparência na gestão educacional, assegurada por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Ao ser alimentado com informações de todo o País, o SIOPE permitirá o conhecimento sobre o investimento de cada ente federado em educação (por etapa e modalidade de ensino), a produção de indicadores sobre a eficiência do gasto público, a maior eficiência no planejamento e gestão educacional e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação pública.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) investiu R\$ 623 milhões em assistência suplementar para melhoria de infraestrutura física e pedagógica, dos quais R\$ 615 milhões em 98.250 escolas públicas do ensino fundamental, para atendimento de 25.788.459 alunos e R\$ 8 milhões, em 1.643 escolas privadas de educação especial, para atendimento de 179.889 alunos. O PDDE, em 2009, deverá ampliar a extensão de seus benefícios financeiros pela inclusão das escolas públicas da educação infantil e do ensino médio, das redes municipal, distrital e estadual, com transferências adicionais de R\$ 80 e 76 milhões, respectivamente; pela ampliação do número de escolas a serem atendidas pelo PDE-Escola, com previsão adicional de R\$ 230 milhões e pela ampliação do número de escolas a serem atendidas pela ação PDDE-Educação integral, com previsão de R\$ 70 milhões.

O Decreto nº 6.571, de 2008, dispõe sobre o apoio da União aos sistemas públicos de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. A partir deste Decreto, é admitido o cômputo das matrículas no atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo das matrículas desses alunos na educação básica regular, duplicando os recursos para o fortalecimento do processo de educação inclusiva.

h) Democratização da Gestão Nacional da Educação

O Programa Formação pela Escola visa fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE. O público-alvo são os profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e a sociedade organizada. O Programa busca estimular o envolvimento dos atores locais na aplicação de políticas públicas de educação, por meio do conhecimento das ações e suas especificidades de execução. Em 2008, foram investidos R\$ 600 mil na capacitação de 520 turmas, envolvendo 13.100 cursistas em 310 Municípios. Para o exercício de 2009, estão previstas novas atividades no valor de R\$ 1,3 milhão, com foco no PDE, formação de multiplicadores e acompanhamento e monitoramento das ações junto às coordenações estaduais.

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) tem como objetivo fortalecer a atuação dos dirigentes municipais de educação frente à gestão pública nos aspectos estratégico, administrativo, pedagógico, financeiro/orçamentário e de recursos humanos. Em 2008, em virtude do calendário eleitoral, as atividades se concentraram na elaboração e publicação de um instrumento intitulado Memorial da Gestão da Educação Municipal, que tem o objetivo de auxiliar os dirigentes municipais de educação a elaborarem um relatório de gestão que, juntamente com Plano de Ações Articuladas, possibilita consolidar uma cultura de continuidade das políticas públicas educacionais, no período de transição da gestão municipal. Foi realizado, em Brasília, encontro nacional com os dirigentes municipais de educação dos Municípios de baixo IDEB. Desse encontro, participaram 697 dirigentes municipais de educação dos quais 668 representantes de Municípios prioritários, sendo que o encontro contou com a participação de cerca de 900 pessoas. Em 2009, será retomada a atividade de formação, com a previsão de atendimento a 5.564 dirigentes municipais de educação.

O Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação no Semi-árido (Proforti) capacitou 2.080 dirigentes e técnicos, atendendo respectivamente, nas suas fases II e III, 640 profissionais em Municípios distribuídos em 5 Estados; e outros 1.440 em Municípios de 6 Estados. Também em 2008, teve continuidade a ação destinada à informatização e modernização das secretarias de educação, que tem por objetivo a criação de um sistema de gestão de informações educacionais, que possibilitará a geração de informações, especialmente para o projeto presença e para o censo da educação. Com a conclusão desse atendimento prioritário nas três fases do programa, para 2009, prevê-se que as atividades até então realizadas pelo Proforti sejam assumidas pelos demais programas voltados para a assistência técnica à gestão educacional do Município.

O PDE-Escola foi concebido com o objetivo de aperfeiçoar a gestão da escola pública, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino fundamental e a ampliação da permanência das crianças na escola. É um plano elaborado pela escola, que, a partir do diagnóstico de sua situação, traça os objetivos, estratégias, metas e o plano de ação para o alcance dos objetivos a longo, médio e curto prazo. Em 2008, foram formados 14.851 gestores e técnicos das secretarias de educação em todos os Estados e atendidas 7.875 escolas. A previsão para 2009 é atender 27.278 escolas e 30.000 cursistas com um investimento de R\$ 483 milhões.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica tem por objetivo formar, em nível de especialização, gestores educacionais das escolas públicas da Educação Básica, incluídos aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial e de educação profissional. Em 2008, as IFES que deram início ao projeto-piloto concluíram o curso de especialização em Gestão Escolar, com a formação de 2.412 gestores. Ainda em 2008, teve início a segunda fase do programa, com o atendimento a 6.600

gestores inscritos nos cursos de especialização, ofertados por 17 IFAS, em 15 Estados. O Programa beneficiou gestores das escolas, investindo nas capacitações, total de R\$ 2,2 milhões. A previsão para 2009 é atender 13.500 gestores cursistas.

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares foram atendidos, em 2008, um total de 1.508 técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação por meio do curso de extensão a distância de formação continuada em conselhos escolares. Foram realizados, também, encontros presenciais de formação em que foram atendidos 1.326 técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação e formados 5.872 conselheiros escolares. A previsão para 2009 é atender 4.000 conselheiros escolares cursistas.

O Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional tem por objetivo identificar, registrar, avaliar e disseminar experiências inovadoras em gestão educacional, desenvolvidas nos Municípios, que contribuam para o alcance dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e das diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Uma das ações do Laboratório é o Prêmio Inovação em Gestão Educacional, que é concedido a cada dois anos aos Municípios de destaque entre os que obtiveram resultados significativos para a qualidade da educação a partir de mudanças na gestão de suas redes de ensino. Na edição do Prêmio 2008, foram agraciadas dez experiências que apresentaram resultados e impactos na aprendizagem dos alunos.

i) Indicadores e Avaliações

O Governo está atuando nas atividades de regulação e supervisão em educação a distância no sentido de garantir padrões de qualidade dos programas ofertados pelas instituições públicas e privadas. Todas as instituições atualmente credenciadas para a modalidade de educação a distância passarão por avaliação no âmbito do Sinaes, bem como pela supervisão iniciada em 2008, que deverá ser estendida ao longo do ano de 2009.

O acompanhamento da implementação e avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais (estaduais e municipais), com a participação da sociedade civil organizada e a capacitação de técnicos, gestores e dirigentes das secretarias de educação, utilizando metodologias específicas de planejamento das políticas educacionais articuladas entre União, Estados e Municípios, foram realizados por meio de seminários estaduais em 7 Estados, além de encontros de formação, reuniões, conferências e oficinas, que contaram com a participação de 1.300 dirigentes, técnicos e representantes da comunidade escolar e da sociedade civil. Para 2009, a demanda por formação nessa área totaliza 2.560 profissionais da educação.

As informações individualizadas de alunos e docentes coletadas pelo Censo Escolar da Educação Básica proporcionam, anualmente, novos diagnósticos sobre a educação no Brasil. Essas informações subsidiam a formulação de políticas educacionais, garantindo maior confiabilidade quanto à distribuição dos recursos públicos. Propiciam, também, a formulação de novas hipóteses sobre, por exemplo, a reprovação e a repetência, o abandono e a evasão, a carga de trabalho e a formação inicial e continuada dos docentes, o déficit de professores em determinadas disciplinas, entre outros. Em 2008, preliminarmente, foram contabilizadas cerca de 54 milhões de matrículas, 240 mil escolas e 2 milhões de docentes.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e aprendizagem. Em 2008, foi divulgado o IDEB de 2007, relativo aos anos iniciais

do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, desagregado por escola, Município, rede, Estado, região e País. Esse índice define o plano de metas da educação brasileira, visando ao alcance em 2022 de índice compatível aos dos países desenvolvidos.

A Prova Brasil é uma avaliação realizada a cada dois anos, praticamente censitária, sobre o rendimento e o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, na rede pública urbana, por meio da aplicação de provas e questionários. Objetiva fornecer um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos de cada unidade escolar e de cada Município. Em 2008, foram disponibilizados os resultados de proficiência média em cada disciplina por unidade escolar e Município. Em 2009, será realizada a 3ª edição da Prova Brasil, com inclusão das escolas rurais. Estima-se a participação aproximada de 6 milhões de alunos de 60.000 escolas.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é uma avaliação amostral que visa apresentar, também, resultados de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática por Estado, Região e País, com abrangência urbana e rural e dependência administrativa municipal, estadual, federal e particular, além de outros estratos de interesse. Em 2010, haverá uma aplicação de Ciências (Naturais e Sociais), complementando o elenco de avaliações.

A Avaliação da Alfabetização Infantil (Provinha Brasil), criada para ser um importante instrumento de avaliação e ação do professor, identifica o nível de alfabetização em Língua Portuguesa das crianças após um ano de escolarização e incentiva a intervenção pedagógica e administrativa em tempo de sanar as dificuldades detectadas.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) permite ao estudante avaliar o seu nível de aprendizado e o orienta nas decisões futuras, tanto em relação à continuidade dos estudos, quanto às opções ligadas ao mercado de trabalho. O desempenho na prova é um dos pré-requisitos para obtenção das bolsas de estudos do ProUni, sendo utilizado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso a cursos profissionalizantes pós-ensino médio e à Educação Superior. A aplicação do ENEM ocorreu em 31 de agosto de 2008, com aproximadamente 4 milhões de inscritos e apenas 2,9 milhões de participantes. Em 2009, o ENEM acontecerá no dia 30 de agosto.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é um instrumento de avaliação que mede competências e habilidades de jovens e adultos, residentes no Brasil e no exterior, em nível de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. A aplicação do Encceja/2008 aos brasileiros residentes no exterior ocorreu, em setembro, no Japão e na Suíça, com um total de 4.516 inscritos e 2.458 participantes. Também em 2008, ocorreu a aplicação do Encceja no Brasil, em dezembro, com mais de 720 mil inscritos. A aplicação do Encceja em 2009 também ocorrerá no 2º semestre.

Em 2008, foram divulgados os resultados do Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (SERCE), que avalia o desempenho dos estudantes da 3ª e 6ª séries do ensino fundamental, nas disciplinas de Matemática, Linguagem (Leitura e Escrita) e Ciências, na América Latina e Caribe, indagando também sobre os fatores associados a esses desempenhos. Trata-se de um projeto do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE), sob a coordenação do Escritório Regional da Unesco para a América Latina e o Caribe.

Em setembro de 2008, foi realizada a terceira edição do Programa Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e no Ensino de Libras e para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação Libras/Língua Portuguesa/Libras (Prolibras), por meio de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participaram do exame 3.197 inscritos e 1.281 foram aprovados no exame de proficiência. Foram certificados 558 profissionais para o ensino de Libras e 723 profissionais para a Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa, criando condições para a proposta de educação bilíngüe nas escolas regulares. Em 2009, será realizada a 4ª edição do Prolibras.

No âmbito das avaliações da Educação Superior, foi realizado, em 2008, um total de 3.200 avaliações de instituições e de cursos de graduação, previstas no ciclo 2007-2009 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para implementar essas avaliações, foram capacitados cerca de 750 docentes universitários, integrantes do banco nacional de avaliadores. No conjunto das dimensões avaliativas do Sinaes, foi realizado também o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2008, que contou com a participação de 564.415 estudantes, tendo sido aplicado em 1.065 diferentes Municípios.

O Censo da Educação Superior, principal instrumento de obtenção de informações junto às instituições de ensino superior, foi realizado em 2008, em continuidade à série anual de coleta de dados, objetivando fornecer informações detalhadas sobre a situação e as tendências da Educação Superior. Para 2009, além da coleta referente ao ano escolar de 2008, está prevista a implantação de um novo modelo de obtenção dos dados, a partir de informações individualizadas do estudante, visando centralizar, integrar e disponibilizar informações completas a todos os setores do Governo.

A avaliação dos programas de mestrado e doutorado do País é a principal ferramenta de controle de qualidade da pós-graduação brasileira e é considerada, nacional e internacionalmente como a causa do alto desempenho desse nível de ensino no Brasil. Em 2008, foram analisadas 481 propostas de cursos novos de pós-graduação. Dessas, foram aprovadas 258, sendo 107 de mestrado acadêmico, 30 de mestrado profissional, 92 de doutorado e 29 de mestrado e doutorado. Esses números representam um crescimento de 50% no número de propostas aprovadas, em relação ao ano passado, com destaque para a aprovação de doutorados que teve um aumento de 119%.

j) Ações Integradas

Merece destaque o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC). A ação intersetorial das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e 2.623 Municípios que aderiram à proposta, visa garantir a inclusão escolar. Em 2008, o segundo pareamento de dados entre o censo escolar e cadastro do BPC identificou 262.187 crianças e adolescentes com deficiência fora da escola. Para superar tal situação, foi realizada a formação das equipes gestoras locais, iniciou-se a aplicação domiciliar do questionário de identificação das barreiras que impedem o acesso e permanência na escola e os Estados e Municípios foram instruídos a acessar os programas voltados à inclusão educacional e social.

O banco internacional de objetos educacionais é um repositório criado em 2008, pelo Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Rede Latino-Americana de Portais Educacionais (RELPE), Organização dos Estados Ibero-

Americanos (OEI) e outros. Tem o propósito de manter e compartilhar recursos educacionais digitais além de imagens, mapas, hipertextos considerados relevantes e adequados à realidade da comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais. Todo esse conteúdo é disponibilizado gratuitamente e com liberdade de uso por qualquer cidadão brasileiro e do mundo. Espera-se, ainda, com este repositório, estimular e apoiar experiências individuais dos diversos países, ao mesmo tempo em que se promove um nivelamento de forma democrática e participativa. No momento, há 4.500 recursos publicados para todos os níveis de ensino e 6.920 aguardando cessão de direitos autorais ou avaliação. Esse repositório teve 175.000 acessos em 6 meses e foi visitado por 103 países.

Com relação à capacitação de agentes educacionais, em 2008, foram formados, aproximadamente, 100.000 professores e gestores escolares, com previsão de formação de mais 150.000 em 2009 e até 400.000 até 2010. Quanto à infra-estrutura tecnológica nas escolas públicas brasileiras, o Programa Nacional de Tecnologias na Educação (ProInfo), na modalidade ProInfo Rural, só em 2008, distribuiu 3.780 conjuntos de tecnologias para escolas rurais brasileiras, compostos de computadores, impressoras e aparelhos de DVD. Esses conjuntos levam a essas escolas todo o conteúdo educacional disponível em meio digital, além de todo o conteúdo da TV-Escola digitalizado. Para 2009, já foram adquiridos mais 7.000 desses conjuntos para dar continuidade ao atendimento às escolas rurais.

O ProInfo Urbano distribuiu 15.000 conjuntos de tecnologias adequados às necessidades e às demandas pedagógicas e administrativas das escolas públicas urbanas de Educação Básica em todo o Brasil. Em 2008, foi incluída entre as metas das operadoras de telefonia fixa, que possuem concessão pública, a disponibilização de conexão em banda larga a todas as escolas públicas urbanas do País até 2010 e a manutenção desse serviço, com substancial melhoria de sua qualidade, até o final da concessão pública, ou seja, até 2025. Já foram conectadas 22.000 escolas; para 2009, a meta é a mesma, ficando o restante para ser ligado até o final de 2010.

4. Saúde

As políticas de saúde têm avançado no sentido da universalização do acesso, por meio do aprimoramento da gestão, com foco na ampliação da qualidade e na humanização da atenção. A concretização desse propósito tem nítidos reflexos no aumento dos registros de atendimentos e na melhoria dos indicadores das condições de vida da população.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da Família

Prioridade do Governo, a implementação da estratégia de Saúde da Família alcançou resultados expressivos, em 2008, com destaque para o aumento da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família e das equipes de Saúde Bucal. A cobertura populacional das equipes evoluiu de 46,7%, em 2007, para 57,2% em 2008. Atualmente, as 29.300 equipes de Saúde da Família e os 230.196 agentes comunitários de saúde estão em plena atuação em 5.356 Municípios.

Para 2009, os principais desafios concentram-se na expansão e estruturação de unidades básicas de saúde destinadas à atuação das equipes de saúde, na coordenação do cuidado primário na rede de serviços, na revisão de processos de formação e educação

em saúde, na elaboração de protocolos assistenciais integrados, que incluem promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, dirigidos aos problemas de saúde mais frequentes e construídos na lógica da regionalização.

a.2) Saúde Bucal

O Programa Brasil Sorridente é uma prioridade do Governo e integra a Política Nacional de Saúde Bucal, cujas ações estão sendo expandidas com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Em 2008, foram implantados 674 CEOs, 1.159 consultórios odontológicos estruturados na rede, credenciadas 323 unidades para confecção de próteses e distribuídos 16 milhões de kits de saúde bucal, permitindo ao Brasil Sorridente beneficiar 84.953.611 de pessoas nesse ano.

Em 2009, constituem-se desafios o fornecimento de consultórios odontológicos a todas as equipes de saúde bucal implantadas, o reajuste dos valores dos incentivos financeiros, a compra de 738 aparelhos de raio-x e a estruturação de ferramentas de monitoramento e avaliação das atividades dos CEOs.

a.3) Alimentação e Nutrição

O Governo, no âmbito do setor saúde, empreendeu, em 2008, diversas ações de promoção da alimentação saudável, vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação, entre as quais: i) lançamento do Programa Saúde na Escola (PSE); ii) publicação do manual operacional para Promoção da Alimentação Saudável (PAS) nas escolas; iii) discussão sobre a melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados; iv) lançamento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional eletrônico (Sisvan – WEB); e v) realização da II Mostra de Alimentação e Nutrição do SUS.

As metas futuras contemplam o desenvolvimento de um Programa de Promoção da Alimentação Saudável para a atenção básica; o incentivo a ações de Promoção da Alimentação Saudável nas escolas por meio do PSE; a implantação do plano de melhoria do perfil nutricional dos alimentos processados e da Estratégia de Alimentação Complementar, em crianças até 2 anos, junto às unidades básicas de saúde; o desenvolvimento do Projeto Integrado de Micronutrientes nos diferentes ciclos da vida; e o aperfeiçoamento do registro das condicionalidades de saúde e identificação de outras vulnerabilidades das famílias do Programa Bolsa Família.

a.4) Hipertensão e Diabetes

A hipertensão arterial (HA) e a diabetes melitus (DM) são prioridades da atenção básica no SUS. Para o combate a esses agravos são desenvolvidas, em todo o País, ações de prevenção, diagnóstico e tratamento de seus fatores de risco e de suas complicações. Em 2008, foram notadamente importantes as ações de ampliação do elenco de medicamentos sob responsabilidade federal, incorporados à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename); a publicação e distribuição do manual de cuidado de feridas de pé neuropático; a garantia de insumos aos portadores de Diabetes, como seringas com agulha acoplada para aplicação de insulina, tiras reagentes de medida de glicemia capilar e lacetas para punção digital; e o incremento em 10% dos cadastros de portadores de HA e DM junto ao Sistema de Informação de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (SIS-Hiperdia).

Em 2009, entre as iniciativas prioritárias estão: implementar a linha de cuidado e atenção para HA e DM, estabelecendo protocolos clínicos na área de assistência; articular redes de atenção que garantam o acesso aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos para o controle da Hipertensão e Diabetes; e desenvolver estratégias que visem ampliar a adesão ao SIS-Hiperdia e integrá-lo a outros sistemas de informação em saúde.

a.5) Saúde Mental

A rede de atenção à saúde mental experimentou mudanças significativas entre os anos de 2003 e 2008. Os Centros de Atenção Psicossocial expandiram-se para todos os Estados e consolidaram-se em cidades pequenas, médias e grandes, totalizando, em média, 1.300 serviços. Nesse período, os hospitais psiquiátricos passaram pelo processo de reconfiguração de porte – a maior parte dos leitos psiquiátricos encontra-se hoje em hospitais de pequeno porte, o que possibilita a melhor qualidade da assistência, e hospitais com leitos de baixa qualidade assistencial estão em vias de descredenciamento do SUS. O Programa De Volta para Casa expandiu-se, beneficiando 3 mil pessoas; as Residências Terapêuticas foram ampliadas e já somam 500 em todo o País; experiências de inclusão social pelo trabalho foram apoiadas e os Centros de Convivência e Cultura começaram a multiplicar-se. Também nesse período, foram grandes os avanços para a construção de uma Política de Atenção Integral para os usuários de álcool e outras drogas, e para uma Política de Atenção à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes.

a.6) Saúde da Criança

Na área da saúde da criança, adolescentes e jovens e aleitamento materno, destacam-se ações com enfoque na garantia do ciclo de vida, tais como: fortalecimento da linha de cuidado de promoção ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde, por meio da criação da Rede Amamenta Brasil, com a capacitação de 400 tutores, nas 27 unidades da Federação; desenvolvimento de instrumento de vigilância do desenvolvimento infantil para a Caderneta de Saúde da Criança; inclusão da linha de cuidado de prevenção de violência e promoção de cultura de paz, visando à construção de diretrizes para o cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência; inclusão da linha de cuidado de atenção à saúde do recém-nascido (RN), com o apoio a 8 projetos para diagnóstico da situação nacional da saúde do RN; fortalecimento da investigação de óbitos infantil e fetal, por meio de atualização do Manual de Investigação e unificação da Ficha de Investigação (autópsia verbal e investigação do óbito); pactuação com os Estados de 3 indicadores referentes à mortalidade neonatal, pós-neonatal e percentual de óbitos investigados.

Para 2009, estão previstas várias ações que devem contribuir para: ampliação da Rede Amamenta Brasil; fortalecimento das atividades de Vigilância do Desenvolvimento Infantil; fortalecimento das atividades de Promoção da Saúde do RN; qualificação da Rede de Cuidado de Crianças em situação de violência nos 104 Municípios do Pacto pela Vida, nas 27 unidades da Federação; ampliação e melhoria dos indicadores pactuados de Saúde da Criança.

a.7) Saúde da Pessoa com Deficiência

Apoiar Estados e Municípios na organização de ações e serviços de atenção no SUS é o grande foco do Governo no âmbito das ações em saúde para a pessoa com deficiência. Conta-se hoje com 862 unidades de saúde para atendimento especializado em reabilitação, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual. Os serviços de reabilitação física e saúde auditiva, em 2008, atingiram respectivamente 72% e 89% do total previsto para todas as unidades da Federação.

Ampliar as unidades de reabilitação é uma das metas da área da saúde na mencionada Agenda Social, tendo destaque, também em 2008, a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, beneficiando 950 mil pessoas. Para 2009, a expansão prevista beneficiará mais de 1 milhão de pessoas. Também serão financiados a implantação de oficinas ortopédicas e cursos para formação de ortesistas e protesistas em todo o País.

a.8) Saúde do Idoso

Em 2008, ações na área de saúde do idoso foram priorizadas com o objetivo de proporcionar um atendimento integral e qualificado, dentre as quais destacam-se: a implantação de mais de 8 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa, a publicação de 30 mil exemplares do Guia Prático do Cuidador e de 3 milhões de informativos sobre Disfagia; a estruturação do Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idosos; o desenvolvimento do Curso Aperfeiçoamento em Envelhecimento; e a realização do Seminário Nacional de Violência contra Idosos.

Para 2009, as metas concentram-se em incluir o módulo relacionado à saúde do idoso no Gerenciador de Informações Locais (GIL/DATASUS); formar 3 mil cuidadores em parceria com a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS); apoiar a formação de 10 mil cuidadores; implantar o Curso de Especialização em Gestão em Saúde para o Envelhecimento; elaborar e produzir o Caderno de Atenção Básica de Prevenção de Quedas, Osteoporose e Fraturas; distribuir 3 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa; e pactuar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Portadores de Alzheimer.

a.9) Saúde do Homem

Em 2008, teve início a elaboração da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, com a realização de diagnóstico epidemiológico dos agravos e enfermidades à saúde do homem, que identificou como principais problemas: causas externas, doenças do coração e dos aparelhos geniturinário, digestivo e respiratório. Também foram realizadas cinco reuniões nacionais com sociedades científicas referentes ao diagnóstico, em que estavam presentes membros da academia, profissionais de saúde, representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e entidades da sociedade civil.

Em outubro do ano passado, o resultado dos estudos e debates preliminares foi consolidado e os documentos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem foram apresentados ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), dando início a ações no intuito de desenvolver Centros de Atenção à Saúde do Homem em oito Estados, a título de projetos-piloto, em apoio e integrados à Estratégia de Saúde da Família.

Para 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem será encaminhada ao CNS para análise e aprovação, tendo em vista a elaboração do Plano de Ação para o período 2009-2011, bem como a pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

A atenção especializada de média e alta complexidade é objeto de constante aprimoramento e debate no âmbito do Governo e do

SUS. Em 2008, além das ações específicas, foram realizados estudos e debates quanto à conformação de redes de saúde de modo a potencializar a eficiência e eficácia da atenção à saúde, com foco na regionalização e na melhoria da gestão.

b.1) Saúde Auditiva

A implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva busca estruturar ações voltadas à prevenção de doenças e de promoção da saúde auditiva na atenção básica, à organização do atendimento no âmbito da média complexidade e ao aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Em 2008, consolidou-se o processo de reorganização das redes estaduais de saúde auditiva, que resultou em ampliação na oferta de serviços de saúde auditiva e também na redistribuição da cota física e financeira destinada aos Estados. Atualmente, encontravam-se habilitados 136 serviços, que realizam o atendimento integral na área auditiva (avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). A perspectiva é de que, em 2009, seja concluído o processo de ampliação do acesso aos serviços qualificados de saúde auditiva.

b.2) Saúde Ocular

São conhecidos os altos percentuais de problemas oftalmológicos que afetam a população brasileira e a desigual distribuição dos recursos humanos e financeiros para a sua abordagem. Os problemas visuais correspondem a grande parcela de evasão e repetência escolar, pelo desajuste individual no trabalho, por grandes limitações na qualidade de vida, mesmo quando não se trata ainda de cegueira. Com base nessa experiência, a área da saúde está reestruturando a atenção à saúde ocular. Com esse propósito, as áreas governamentais da Saúde e Educação, em atuação conjunta, desenvolveram o Projeto Olhar Brasil, procurando garantir, inicialmente à população identificada como prioritária, o direito à assistência oftalmológica.

O projeto prevê atendimento da população assistida no Programa Brasil Alfabetizado e ações que visem: identificar problemas visuais relacionados à refração em alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental (1ª a 8ª série), no programa Brasil Alfabetizado e população acima de 60 anos de idade; prestar assistência oftalmológica, com fornecimento de óculos nos casos de erro de refração; aperfeiçoar a atuação dos serviços especializados em oftalmologia, ampliando o acesso à consulta, no âmbito do SUS; garantir a referência para serviços especializados nos casos que necessitem de intervenções de Média e Alta Complexidade em Oftalmologia; criar um banco de dados com informações do desenvolvimento do Projeto; propiciar condições de saúde ocular favorável ao aprendizado do público-alvo, com vistas a melhorar o rendimento escolar dos estudantes do ensino público fundamental, jovens e adultos do programa Brasil Alfabetizado e a reduzir as taxas de evasão e repetência. Durante o ano de 2008, 262 Municípios aderiram ao Projeto.

b.3) Política Nacional de Atenção Oncológica

A política de oncologia é um fator importante na busca de soluções para o enfrentamento do problema, que é a segunda maior causa de mortalidade no País. Por envolver tratamentos mais complexos, a oncologia provoca um expressivo impacto financeiro nos gastos públicos em saúde, portanto, o objetivo prioritário é procurar estabelecer ações que envolvam a promoção da saúde, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento do câncer e a reabilitação e cuidados paliativos dos indivíduos.

Nesse sentido, a estruturação da rede de serviços oncológicos é fator importante nesse enfrentamento e, diante do grande desafio de contribuir para a redução das desigualdades regionais na oferta de assistência oncológica, estão sendo implantados novos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), em diversas regiões do País. Os CACON são hospitais, vinculados ao SUS, que possuem condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de assistência especializada de alta complexidade para o diagnóstico definitivo e tratamento de todos os tipos de câncer.

Em 2008, a rede contava com 18 CACON e, para 2009, a previsão é de implantação de mais 4 unidades. Muito além dos investimentos realizados em obras e equipamentos, o projeto propicia a capacitação de recursos humanos e contribui para a qualificação técnica e gerencial das unidades hospitalares e para a organização regional da rede assistencial de diagnóstico e tratamento dos pacientes portadores de câncer.

b.4) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal

Com o objetivo de qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, até o final de 2008, foram habilitados 609 serviços de nefrologia e reestruturados 13 serviços de hemodiálise no País. A meta até 2011 é atingir 935 serviços habilitados e reestruturar 65% dos serviços e máquinas de hemodiálise.

b.5) Hospitais de Ensino

O Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino visa aperfeiçoar a relação desses hospitais com o SUS, mediante a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Além disso, buscou-se incorporar o desenvolvimento tecnológico das unidades, numa perspectiva de inserção e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidades específicas. Em 2008, o Programa registrou solicitações de 223 unidades quanto à certificação e 151 unidades foram incorporadas, e estão previstas as renovações das certificações já existentes, tendo como eixo norteador a qualidade atingida pelas unidades de saúde já certificadas. Para 2009, a meta é concluir o processo de contratualização e certificação de 37 hospitais de ensino junto à rede SUS.

b.6) Hospitais Filantrópicos

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído com o objetivo de buscar alternativas de apoio às instituições filantrópicas e melhorar o acesso à atenção de média e alta complexidade em saúde. As ações do Programa adotam o critério de adesão e reúnem grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. Em 2008, o Programa contou com a participação de 757 hospitais filantrópicos, dentre os quais 636 estavam contratualizados. Para 2009, a meta é avançar no estabelecimento de contratos de gestão com 54% dos hospitais filantrópicos em todo o País.

b.7) Terapia Intensiva

A Política de Terapia Intensiva no SUS priorizou a atuação em duas linhas estratégicas: a primeira, referente ao incremento do número de leitos disponíveis aos usuários do SUS, e a segunda, relacionada à qualidade da assistência. Em 2008, 550 novos leitos de UTI foram credenciados e 1.102 leitos já disponíveis na rede foram reclassificados, totalizando 4.895

desses leitos integrantes da rede SUS. Para 2009, a perspectiva é ampliar a cobertura com a inclusão de 1.360 novos leitos de UTI.

b.8) Atenção às Urgências e às Emergências

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na melhoria dos serviços de urgência e emergência em geral e na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192). Em 2008, o SAMU completou cinco anos de criação, registrando atendimento em 1.183 Municípios, o que corresponde a mais de 101 milhões de pessoas com acesso à discagem gratuita 192, cobrindo todos os Estados do País. Essa capacidade instalada da Rede SAMU garante atendimento ágil e qualificado a 70% da população brasileira.

Em 2008, foram integradas à rede 385 ambulâncias, as primeiras 51 motocicletas do SAMU, dentre as 400 unidades programadas até 2009 e que compõem um conjunto de tecnologias destinadas a melhorar a qualidade do atendimento. Trata-se de mais um instrumento de aperfeiçoamento da Política Nacional de Atenção às Urgências. As motos têm equipamentos como desfibrilador externo automático (DEA), medicamentos e material para suporte básico de vida. Com a redução do tempo de chegada do atendimento ao local do acidente, pretende-se interromper a cadeia de lesões, principalmente aquelas identificadas nas situações de maior prevalência, como doenças cardíacas e cerebrais. A distribuição das “motolâncias” vai priorizar os serviços localizados em grandes cidades e em áreas rurais. Além disso, está em construção a primeira etapa da política nacional de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). A proposta dessas Unidades é prestar atendimento 24 horas de baixa e média complexidade com suporte às ações do SAMU. Prevê-se também, em 2009, a implantação de 150 UPAs.

b.9) Transplantes

Na área de transplantes, grande avanço foi atingido com a revisão do Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplante, submetido à consulta pública. Esse Regulamento foi formalizado por meio da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.040, de 25 de setembro de 2008. É importante destacar ainda a realização de 11.537 transplantes até dezembro de 2008.

Em 2009, a perspectiva é ampliar a captação de doadores e o número de transplantes realizados. Para isso, serão fundamentais a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Órgãos e da ação das Organizações de Procura de Órgão (OPO) e das Comissões Intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT).

b.10) Sangue e Hemoderivados

O Programa Nacional da Doença Falciforme foi implantado em nove Estados, possibilitando a execução de projetos de capacitação para 5 mil profissionais da rede SUS e o apoio à produção de manuais técnicos em parceria com as áreas de Saúde Ocular e Educação em Saúde (Autocuidado em Doença Falciforme). Esse Programa também contribuiu para a construção do Consenso Brasileiro sobre Atividades Esportivas e Militares e Herança Falciforme no Brasil, e para a elaboração do Manual e de Informativos sobre Eventos Agudos em Doença Falciforme. Em 2008, no cenário internacional, por meio do Programa buscou-

se estabelecer parcerias de cooperação técnica com países africanos de língua portuguesa e foi firmado acordo de cooperação técnica entre Brasil e Senegal, do qual resultará uma missão de profissionais de saúde do Senegal para treinamento na área de Sangue e Hemoderivados.

O Programa de Segurança Transfusional e Qualidade de Sangue contou, em 2008, com recursos da ordem de R\$ 288 milhões, tendo sido aprovados 136 projetos em benefício da Hemorrede Pública nacional.

O direcionamento estratégico para a produção de hemoderivados ampliou o portfólio inicial de produtos de quatro para seis. Os editais de licitação dos primeiros blocos da fábrica localizada em Goiana, Pernambuco, já foram publicados. O início da construção está previsto para 2009, com conclusão em 2010. Para assegurar a matéria-prima em qualidade e quantidade adequadas, foram realizadas 48 visitas aos serviços de hemoterapia do País, com o intuito de verificar a qualidade industrial do plasma.

Ocorreram, no exercício de 2008, avanços tecnológicos na produção de cola de fibrina, composto biológico extraído do plasma capaz de diminuir ou deter hemorragias em intervenções cirúrgicas de vários portes, tendo a sua produção sido aprovada pela regulação brasileira em saúde. Projeta-se, para 2009, a expansão da produção para fornecimento ao SUS. No âmbito das parcerias com institutos de pesquisas, ressalta-se a conclusão do estudo-piloto dos testes com ácido nucléico, para utilização na Hemorrede, para o desenvolvimento de testes diagnósticos de microarranjos líquidos e para a produção de fatores de coagulação recombinantes, o que resulta em previsão de realização do estudo multicêntrico e início da produção dos kits, neste exercício.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Este segmento, primordial para a sustentabilidade e para o balizamento das ações do SUS, teve, em 2008, foco estratégico na criação de redes de pesquisa, no fortalecimento de sistemas de ciência e tecnologia estaduais e na sistematização de estudos de viabilidade e custo/efetividade de tecnologias em saúde. Essas medidas visam à identificação, produção e utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos de modo a aprimorar a qualidade e resolutividade das ações e serviços prestados pelo SUS.

Os principais destaques em 2008 foram: o fomento a projetos multicêntricos estratégicos, como a Criação da Rede Nacional de Terapia Celular (RNTC), o lançamento do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA), a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde (PNDS) e a criação da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS).

O incentivo e apoio a projetos para o desenvolvimento de produtos e processos que possam ser absorvidos pela indústria e por serviços de saúde foram potencializados com o lançamento de editais de pesquisas. Essa ação busca o fortalecimento da capacidade instalada de pesquisa no Brasil, envolvendo o domínio de técnicas e conhecimento. Contou, em 2008, com investimentos no valor de R\$ 181 milhões, sendo R\$ 99 milhões do Ministério da Saúde e R\$ 81 milhões de instituições parceiras.

d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde

A situação de fragilidade da estrutura produtiva e de inovação tecnológica da produção industrial em saúde no País exige providências no sentido da elevação da competitividade das empresas privadas e das entidades públicas que atuam na área da saúde. No sentido de fortalecer essa estrutura produtiva, foram formadas parcerias no âmbito do Governo, com atuação

correlata ao complexo industrial da saúde, para, em articulação com a sociedade civil, formular medidas concretas e ações viáveis norteadoras da atuação da esfera federal na alavancagem da capacidade produtiva das plantas industriais específicas para a geração de bens demandados pelo setor saúde.

Para o encaminhamento dessas iniciativas, foram investidos R\$ 308 milhões para reduzir a vulnerabilidade da política de saúde, aumentando a capacidade produtiva de produtos essenciais em saúde com alto potencial de inovação, envolvendo fármacos, medicamentos, equipamentos e materiais médicos, além de vacinas e reagentes para diagnóstico. Esse valor representa cerca de 10% dos R\$ 3 bilhões previstos pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma) do BNDES, para o período 2008-2011.

Um dos projetos mais estratégicos para o setor saúde, com impacto direto no desenvolvimento do complexo industrial da saúde, é a construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), iniciada em 2008. Esse projeto, incorporado ao Programa Mais Saúde, tem por finalidade dar ao País capacidade de produzir bens e insumos de saúde de natureza biotecnológica, ao prover uma plataforma de serviços tecnológicos em saúde (genômica, proteômica, bioinformática etc.) para atender à demanda das instituições científicas e tecnológicas e do mercado em geral. Juntamente com outros projetos iniciados em 2008, essas iniciativas contribuirão para o avanço da produção nacional específica, resultando na diminuição da dependência tecnológica do País no campo dos insumos estratégicos da saúde, com destaque para o desenvolvimento e produção de medicamentos e reagentes para HIV/AIDS, além de vacinas (pneumococos, pentavalente, rotavírus e meningites), alguns com início de produção já em 2008, e outros com previsão para os dois próximos anos.

Em 2008, também foi instituído o Programa de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, como também o Programa de Produção e Inovação em Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde no Complexo Industrial da Saúde, ambos voltados para a sustentabilidade da produção e inovação das plantas industriais para atender às demandas geradas no âmbito do SUS. O principal resultado obtido dessas iniciativas foi o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras, por meio de subvenção econômica à elaboração de 40 projetos e ao desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras.

Visando atingir a meta prevista para 2009, foram apoiados, no exercício de 2008, projetos de fortalecimento dos laboratórios públicos. Foram empenhados R\$ 25 milhões, com finalidade de apoiar nove projetos, sendo: quatro para construção e/ou adequação de infra-estrutura física; dois para a estruturação e adequação do processo produtivo para insulina; dois para aquisição de equipamento e material permanente; e um para produção de lotes-piloto, testes de bioequivalência e equivalência farmacêutica de medicamento.

O Governo tem investido nos produtores públicos de vacinas, com o objetivo de dotar o País de capacitação tecnológica e competitiva em novos imunobiológicos. De modo a atender às necessidades do Programa Nacional de Imunizações, foram adquiridos 24 tipos de vacinas, dos quais 14 tipos são produzidos nacionalmente. Vale ressaltar que, das vacinas de produção nacional, apenas uma não é originária de produtor público. Nesse sentido, foram apoiados três projetos de grande porte para o fortalecimento dos produtores públicos de vacinas, envolvendo adequação e ampliação de área física para atender solicitação de produção de biofármacos e vacinas, construção do Centro Integrado de Biofármacos, Protótipos e Reativos para Diagnóstico e ampliação de área de processamento de imunobiológicos.

Para 2009, está prevista a consolidação dessa política por meio de um acordo intersetorial. Essa cooperação tem como diretriz estabelecer programas interinstitucionais de trabalho para melhoria da qualidade da produção nacional, pública e privada, para os segmentos produtivos do complexo industrial da saúde. Estarão incluídos mecanismos de apoio complementar às ações de vigilância sanitária no que se refere à análise de conformidade de produtos para a saúde, desenvolvimento de atividades para suporte à execução das políticas de saúde, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento industrial, em especial na área de próteses, novos materiais, fármacos, equipamentos hospitalares, acreditação de laboratórios e outras atividades.

e) Assistência Farmacêutica

A ampliação do acesso aos medicamentos foi, em 2008, o principal objetivo da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. A linha de atuação básica para a concretização dessa política está na sustentação do Programa Farmácia Popular do Brasil, criado pelo Governo com o intuito de ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, por meio de aquisições em laboratórios farmacêuticos públicos ou privados, além de disponibilizá-los, a preço de custo, em farmácias distribuídas pelo território nacional.

Essa linha de ação possibilitou, entre 2004 e 2008, a implantação de 500 farmácias da rede própria, o que ultrapassa a meta de 400 farmácias, estabelecida para 2008. A superação dessa meta deve-se a um investimento total de R\$ 407 milhões, somado ao acompanhamento efetivo dos Municípios com unidades implantadas e em processo de implantação, a fim de que seja mantido o padrão de qualidade estabelecido para o Programa. Para 2009, está prevista a implantação de mais 100 farmácias populares.

Além da modalidade de oferta governamental direta, na qual em 2008 foram investidos R\$ 5 milhões em infra-estrutura para a implementação das unidades da rede pública e cerca de R\$ 59 milhões para o custeio das mesmas, também foi inserida no Programa, por meio do sistema de co-pagamento às farmácias privadas, a possibilidade de acesso do público a um elenco de medicamentos para os tratamentos básicos, assim como para a hipertensão e diabetes, além de contraceptivos. Nessa modalidade, a população brasileira conta, atualmente, com 6.460 farmácias cadastradas, que atendem a um total de 12,5 milhões de pessoas. Ainda em 2008, foi possível a ampliação do número de medicamentos disponíveis de 9 para 13, o que possibilita a elevação do alcance da cobertura dos principais problemas de saúde da população com medicamentos a preços bem mais acessíveis que os de mercado.

Em 2008, foi concretizada a alteração do valor do financiamento da Assistência Farmacêutica Básica, cujo valor per capita foi elevado de R\$ 3,75 para R\$ 4,10, o que possibilitou a ampliação do poder de compra de medicamentos por Estados e Municípios para o atendimento de maiores faixas populacionais.

f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Em 2008, foi garantida a produção e distribuição de vacinas e outros insumos estratégicos, em quantidade e qualidade que atendam à demanda da população, viabilizadas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas das três esferas de gestão, constituindo-se em importante realização para a prevenção e controle de doenças, eixo estruturante da saúde pública no Brasil. Para conferir efetividade a essas iniciativas, foi promovida a integração entre a atenção básica e a vigilância em saúde de forma a ampliar a integralidade da atenção.

No campo da promoção à saúde, o fornecimento de informações à população foi provido por meio de campanhas e promoções de datas marcantes que chamam a atenção para a necessidade de cuidados preventivos. Entre outros, destaca-se o Dia Mundial da Saúde, com eventos realizados em 286 Municípios; o Projeto da Redução da Mortalidade por Acidentes de Trânsito, com ênfase em 16 capitais estratégicas, o que envolveu recursos da ordem de R\$ 4 milhões, com previsão de expansão para outros Municípios, em 2009.

Com relação à prevenção da violência, foram instituídos comitês em 196 Municípios com maior incidência de ocorrências de violência, na forma de Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde.

A Política de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, com os componentes promoção, vigilância, assistência e reabilitação, foi complementada com a estruturação da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. De uma meta de 200 unidades, até outubro de 2008, foram implantados 175 centros em Municípios referenciados.

O foco da prevenção e controle de doenças imunopreveníveis, em 2008, foi na articulação com as secretarias estaduais e municipais de saúde e com a participação de organizações não-governamentais, visando à intensificação da promoção e prevenção de doenças com maior incidência. Com essa finalidade, promoveu-se a campanha de vacinação para eliminação da rubéola e da síndrome da rubéola congênita, no âmbito do compromisso internacional, junto com os demais países das Américas. Essa iniciativa constituiu-se em etapa inicial para o alcance da meta de eliminação da rubéola e da síndrome da rubéola congênita, até 2010.

Essa campanha teve como público-alvo 70 milhões de homens e mulheres, com idade entre 20 e 39 anos em todas as unidades da Federação, acrescidas, nos estados do MA, MG, MT, RJ e RN, do grupo de adolescentes de 12 a 19 anos. A vacinação foi aplicada com independência de dose aplicada ou doença anterior. Com essa finalidade, foram distribuídas 84,5 milhões de doses da vacina, sendo 76,3 milhões da dupla viral e 8,2 milhões da tríplice viral (vacinação do grupo de 12 a 19 anos nos cinco Estados citados). Dados de 2008 indicam uma cobertura nacional correspondente a 94,06% do público-alvo, ou seja, foram vacinados 71,1 milhões de pessoas.

A população idosa, que tem maior dinâmica de crescimento atualmente no Brasil, contou com ampla campanha de abrangência nacional, em 2008, ocasião em que mais de 14 milhões de pessoas com mais de 60 anos foram vacinadas contra a gripe, significando uma cobertura de 87% da população idosa, ou seja, sete pontos percentuais acima da meta estabelecida.

No campo do controle das doenças transmissíveis, detectou-se importantes questões de saúde pública, entre as quais se destaca a propagação da hepatite, que teve sua prevenção focada na capacitação e na constante troca de informações entre os diversos níveis de gestão. Em 2008, foi dada continuidade à atualização do manejo clínico e terapêutico da hepatite C, em consonância com os avanços científicos baseados em evidências e aspectos de custo-efetividade para o Brasil.

Como principais resultados, cabe ressaltar a atualização do tratamento da hepatite C com a inclusão do interferon peguilado para portadores de hepatite C genótipo 1; e definições de critérios de retratamento com interferon-peguilado para pacientes recidivantes, não respondedores e co-infectados com o vírus da imunodeficiência humana (HIV), além da conclusão da fase de

campo do Inquérito Nacional de Soroprevalência nas Regiões Sul e Sudeste, com previsão de conclusão, no primeiro semestre de 2009, na região Norte. A conclusão do inquérito é fundamental para o estabelecimento de estratégias de programação de atividades e tomada de decisão com vistas ao controle da doença no País.

A partir de estudo epidemiológico de agregação geográfica dos casos de hanseníase, foram realizadas descentralizações progressivas das ações de controle dessa enfermidade, envolvendo todas as unidades federativas. Até novembro de 2008, das 15.231 Unidades Básicas de Saúde existentes em Municípios prioritários, 12.949 implantaram ações de controle da hanseníase, ou seja, 96,7% da meta pactuada.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo. Cabe registrar a expansão para 315 Municípios prioritários do Tratamento Diretamente Observado (DOTS), estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem como objetivo contribuir para a melhoria da taxa de cura, além de reduzir internações, óbitos e a resistência aos medicamentos atualmente disponíveis. Destaque-se, ainda, o projeto do Fundo Global para a tuberculose, aprovado em 2005, tendo continuidade em 2008, com cobertura de US\$ 27 milhões para um período de cinco anos. O projeto abrange 11 regiões metropolitanas e seus 57 Municípios, nos quais estão concentrados 50% dos casos novos de tuberculose.

Dados de 2008 revelam queda expressiva dos casos de malária na região da Amazônia Legal. O País reduziu em 34% o número de casos dessa doença no período de janeiro de 2007 a agosto de 2008. Apresentou, ainda, queda em 51% de casos da espécie falciparum – forma mais grave da doença –, o que resultou na redução de 44% das internações. Além da redução de gastos com internação, o Brasil superou, em 2008, a meta de redução de casos prevista para 2011, estimados em 361.800. Dados do Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica da Malária, de novembro de 2008, apontaram a existência de 244.128 casos da doença, em toda a Amazônia Legal, região que concentra 99,9% dos casos no País. As projeções à época indicavam que o Brasil chegaria ao final de 2008 com 13,1 casos para cada mil habitantes.

Os bons resultados podem ser atribuídos a uma série de ações implementadas em parceria com as secretarias estaduais e municipais de saúde, dentre as quais a expansão da rede de diagnóstico, a detecção e o tratamento oportuno dos pacientes e a inclusão de novo medicamento no esquema terapêutico. Foi intensificado o trabalho de integração das ações de controle da doença à estratégia do Programa Saúde da Família, sendo que uma das medidas adotadas foi a publicação do Caderno de Atenção Básica, enfocando o tratamento da malária nos serviços de atenção primária. O Governo lançou ainda o Guia para Gestão Local do controle da malária, para acolhimento dos novos gestores municipais. Ainda em 2008, as unidades de atendimento em atenção básica passaram a contar com um microscopista na composição de suas equipes.

No último ano, foram registrados até o mês de novembro 787.726 casos suspeitos de dengue, 4.137 casos confirmados de Febre Hemorrágica da Dengue (FHD) e a ocorrência de 223 óbitos por FHD. Também foram confirmados 17.477 casos de dengue com complicação (DCC), com 225 óbitos. Com os dados informados, a taxa de letalidade por FHD é de 5,53% e de DCC 1,01% dos casos confirmados. Considerando-se os casos e óbitos por FHD somados aos de DCC, a taxa de letalidade da doença é de 1,88%.

Para fazer frente a esse quadro, no mês de outubro de 2008, o Governo lançou uma campanha nacional de prevenção à patologia. Espera-se que o caráter informativo dessa campanha, acrescido de ações complementares correspondentes a um aporte de mais

R\$ 128 milhões para o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) destinado a Municípios prioritários venha a prevenir a propagação da patologia. A espacialização geográfica desses Municípios abrange, prioritariamente, áreas de fronteira e turísticas, regiões metropolitanas, além de cidades com mais de 50 mil habitantes. A estratégia de combate à dengue, para o ano de 2009, contará com cobertura da União estimada no montante de R\$ 1,08 bilhão, para o desenvolvimento das ações de prevenção e controle da doença, um aumento de 23% em relação a 2007, destinados aos Municípios prioritários. Além do repasse dos recursos, o Governo coordenou uma série de ações para o combate à doença. Destacam-se o acordo com as Forças Armadas para atuar, se necessário, como agentes de combate ao mosquito; as ações para levar informação e mobilização a estudantes e professores, como o filme “Vila Saúde”, para alunos da educação básica; as parcerias com empresas e organizações civis para medidas de prevenção, educação e combate à dengue; a realização em 11 Municípios do teste de três novas estratégias de prevenção e controle da dengue: i) NS1 (diagnóstico mais rápido), armadilha para mosquito adulto e uso da Internet para apoiar na detecção mais rápida de surtos de dengue; ii) a sensibilização de 42.806 líderes comunitários por telefone e de porta em porta; iii) o envio de material informativo a 4.121 emissoras comunitárias, carros de som etc.; e a recomendação do Ministério da Saúde às secretarias estaduais e municipais no sentido de que fiscalizem e punam estabelecimentos comerciais e industriais que não atentarem para a formação de criadouros.

Divulgada no dia 20 de novembro de 2008, a avaliação nacional das informações sobre infestação por larvas do *Aedes aegypti*, demonstra melhoria dos dados em relação ao ano passado. De acordo com o Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA), dos 2.324 estratos avaliados (área de 9 mil a 12 mil imóveis com características semelhantes), 1.344 apresentaram índice de infestação abaixo de 1%, considerada uma faixa satisfatória pela OMS.

Em 2008, foram destinados R\$ 1,01 bilhão para a aquisição dos medicamentos para terapia anti-retroviral em adultos, crianças, adolescentes e gestantes portadores de HIV/AIDS. A incorporação de duas novas importantes drogas anti-retrovirais ao arsenal terapêutico para o tratamento da infecção pelo HIV e da AIDS (Darunavir e Raltegravir), trouxe grande alento à população portadora do vírus. Ambos os medicamentos são utilizados em pacientes multi-experimentados em terapia anti-retroviral, que possuem escassas opções de tratamento. Também em 2008, o acesso foi ampliado pela incorporação de medicamentos em versões de custo mais reduzido e resultante da negociação de abatimento de 30% no custo do medicamento Kaletra. Com isso, espera-se progressivos recuos de preço nos próximos anos.

Destaca-se também o licenciamento compulsório do anti-retroviral Efavirenz. A medida permitiu a importação das suas versões genéricas originárias de laboratórios pré-qualificados pela OMS e ampliou o estudo para a produção nacional desse medicamento. Estima-se que, até o final de 2008, 75 mil das 200 mil pessoas atendidas pelo programa federal fizeram uso do Efavirenz, gerando redução de gastos em torno de US\$ 30 milhões.

No mês de abril do último ano, foi inaugurada a primeira fábrica estatal brasileira de preservativos, a Natex. É a única no mundo a utilizar como matéria-prima o látex de seringueira nativa. Instalada em Xapuri, no Acre, a Natex tem uma capacidade de produzir 100 milhões de unidades por ano, podendo chegar até 270 milhões no ano de 2011. A planta industrial é composta por 2.664 m² de área construída e foi baseada nos conceitos de desenvolvimento sustentável, social e ambiental.

Outra importante iniciativa na promoção da saúde e na prevenção de doenças refere-se ao controle do tabagismo, e envolve diversos setores estratégicos da conjuntura nacional, tais como economia, agricultura e educação. O País aplicou, em parceria

com entidades civis, metodologia para diagnóstico e controle do tabaco, a fim de levantar informações quanto à intensidade do consumo, descontinuidade e periodicidade do uso do tabaco. Também desenvolveu recomendações para o avanço do programa brasileiro de controle do tabagismo. As advertências sanitárias brasileiras já implementadas são reconhecidas internacionalmente e inspiram outros países também interessados em combater o tabagismo. Estudos sobre dependências de drogas já demonstram que advertências sanitárias impactantes podem motivar a cessação do fumo, além de terem um importante papel informativo sobre os riscos do tabagismo.

g) Vigilância Sanitária

Na área de regulação sanitária, ações importantes foram desenvolvidas, em 2008, buscando prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes. Dentre as ações realizadas em 2008 destacam-se as inspeções sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados, que chegaram a um total de 687.854; as análises para concessão de licenças de importação e licenças simplificadas de importação, num montante de 90.417; a concessão de autorização de funcionamento de empresas, que chegaram a 8.223, a inspeção em plantas de indústrias de medicamentos, que chegou a 55 no Brasil, e 178 no exterior; e a certificação de 822 boas práticas de fabricação.

Também foram autorizados 247 Ensaios Clínicos, o que representou um aumento de 100% em relação ao ano anterior, e refletiu uma maior participação brasileira no cenário mundial de pesquisas clínicas com medicamentos. Foram concedidos 550 registros para a área de medicamentos, sendo i) 20 registros de medicamentos novos; ii) 309 de medicamentos genéricos; iii) 174 de medicamentos similares; e iv) 47 de fitoterápicos, específicos e homeopáticos.

Registre-se também que, em 2008, as prioridades em vigilância sanitária versaram sobre revisão de instrumentos normativos; processos de importação de materiais, insumos e produtos destinados ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas; e ampliação de novas substâncias químicas de referência (SQR). Esse conjunto de ações buscou aprimorar a segurança sanitária dos processos de fiscalização e registro de produtos.

Entre os desafios a serem enfrentados a partir de 2009, destacam-se as ações de desburocratização no setor, com foco na informatização do procedimento de solicitação e análise dos processos de autorização de funcionamento de empresas. A perspectiva é que todas as solicitações de concessão, renovação e alteração sejam realizadas eletronicamente, agregando agilidade e economia ao processo.

h) Desenvolvimento e Qualificação do Pessoal Atuante no SUS

Com relação à promoção da qualificação do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde, assim como da desprecarização dos vínculos de trabalho e o aperfeiçoamento da gestão do trabalho, a política de educação profissional em saúde está focada nos processos formativos, adequando-os para o seu pleno desenvolvimento. Com essa finalidade, foram adotadas como estratégias o estabelecimento de processos de negociação; a formulação e implementação de planos de carreiras e políticas de desenvolvimento dos trabalhadores; e a regulação profissional.

Em 2008, houve continuidade do apoio à formação profissional, resultando em 176.943 agentes comunitários de saúde capacitados; a assinatura de convênios de educação técnica, abrangendo cerca de 4.000 profissionais; a finalização de contratos firmados no âmbito da qualificação da enfermagem; a aquisição de equipamentos para diversas escolas técnicas do SUS; e o apoio à infra-estrutura das Escolas Técnicas do SUS de Roraima, Rondônia, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina. Foi também implementada a Política de Educação Permanente, por meio da pactuação com os Estados e Municípios para transferência, na modalidade fundo a fundo, do montante de R\$ 50 milhões a serem aplicados em educação profissional continuada.

Em relação ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação *Stricto e Latu Sensu*, em Áreas Estratégicas para o SUS, está em desenvolvimento o Programa Nacional de Telessaúde Aplicada à Atenção Básica, o qual se encontra em fase de conclusão de sua primeira etapa, com a implantação de 900 pontos, voltados para a capacitação de cerca de 2.700 equipes de saúde da família em todo o território nacional.

Foram ainda apoiados, visando ao desenvolvimento da graduação, 140 projetos do Pró-Saúde II, abrangendo cerca de 96 mil estudantes nas diversas áreas de formação em saúde. Referente ao Programa de Residências Multiprofissionais em Saúde, o Governo deu continuidade ao apoio a 19 cursos de residências e especializações iniciados em 2006 e 2007 e a 24 cursos, em nível de residência e especialização, iniciados em 2008, o que resultou na capacitação de 1.595 profissionais.

Em 2008, foi implantada a Universidade Aberta do SUS, cuja prioridade inicial é o desenvolvimento de cursos de especialização a distância para os profissionais da Saúde da Família. Essa universidade possibilitará o cumprimento da meta de capacitação dos profissionais de nível superior na atenção básica. Por seu intermédio, cerca de 4 mil profissionais já iniciaram suas capacitações.

Quanto à modernização e qualificação do trabalho no SUS, verificou-se avanços em processo de negociação, por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Foram apoiados 99 projetos do Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS.

i) Apoio aos Fundos de Saúde

Em 2008, os esforços administrativos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) foram concentrados na sensibilização de gestores para a importância da organização dos fundos de saúde como instrumento de gestão e da inserção de suas funções em todos os segmentos componentes do SUS. Embora o destaque seja para as atividades de orçamento, financeiras e contábeis, os fundos de saúde têm grande importância na eficiência da gestão. Nesse sentido, o FNS prestou apoio a 1.107 fundos estaduais e municipais de Saúde que aderiram à Ação de Cooperação Técnica mantida pelo Governo desde 2006, com vistas ao desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil.

Entre as ações empreendidas no ano, destacam-se, também, a cooperação técnica àquelas secretarias estaduais e municipais de saúde que não divulgam o balanço de aplicação de recursos no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e o fortalecimento das parcerias mantidas com as demais instâncias gestoras e com as entidades representativas dos controles externo e social. Para 2009, a meta é obter a adesão de 678 novos fundos de saúde e fomentar a realização das ações de melhoria já pactuadas nos anos anteriores.

j) Gestão, Participação Popular, Monitoramento, Ouvidoria e Auditoria do SUS

Conforme mencionado no item 1 – Agenda Social – deste Capítulo, a gestão do modelo de atenção adotado para o SUS teve importante impulso, em 2008, com a implementação do Programa Mais Saúde. Nesse contexto, a evolução do Sistema de Planejamento do SUS teve importante papel no aprimoramento da gestão nas três esferas administrativas desse sistema, destacando-se, nesse exercício, além dos aspectos descritos naquele item, a reedição e publicação de 45.000 exemplares dos cadernos que orientam a organização e o funcionamento do sistema de planejamento do SUS e a elaboração dos instrumentos básicos legalmente instituídos que dão concretude ao processo de planejamento. Também foram capacitados cerca de 600 técnicos atuantes nas áreas de planejamento federal, estadual e municipal, com conteúdos voltados para a qualificação dos instrumentos e para a dinâmica do processo de planejamento.

Para facultar a participação popular no processo de gestão do SUS, o Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, mobilizou esforços na ampliação de um contexto de negociações em torno do processo de decisões, institucionalização das políticas públicas e fortalecimento da mobilização da sociedade para a gestão participativa, por meio da manutenção da ouvidoria da saúde. Também em 2008, foi promovida a realização de fóruns regionais para discussão, com vistas ao apoio e desenvolvimento de estruturas de ouvidorias de saúde nas demais instâncias do SUS. Essa estruturação possibilitou 14.324.423 atendimentos pela ouvidoria federal, no ano passado, via Disque Saúde, além de terem sido implantadas 15 unidades em nível estadual.

Foi também conferido apoio à formação e educação permanente de agentes sociais que atuam no controle social em saúde, além da capacitação de 40.667 agentes e conselheiros de saúde. Foram difundidos materiais de apoio pedagógico em defesa do SUS e do controle social e gestão participativa, em formato impresso e audiovisual, para uso dessas instituições.

A ampliação e o fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS foram estimulados com a realização de 13 eventos informativos. Foram também implantadas cinco instâncias estaduais com a finalidade de promover a equidade em saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidades. O universo das auditorias realizadas no âmbito do SUS abrangeu os 26 Estados e o Distrito Federal, sendo encerradas 631 auditorias e implantadas 69 unidades de auditoria nos Estados e Municípios.

k) Saúde Suplementar

No ano de 2008, teve destaque o incentivo à mudança do modelo técnico-assistencial, a partir de projetos focados na revisão do rol de procedimentos e incorporações e no estudo do perfil dos programas de promoção à saúde e prevenção de doenças. O monitoramento dos processos assistenciais ganhou novos contornos, a partir da análise de risco assistencial e o estímulo ao parto normal. A iniciativa de redução da assimetria de informação culminou na realização do Anuário de Produtos; na instalação do Fórum Nacional Permanente dos Trabalhadores sobre Saúde Suplementar, com a participação de representações da sociedade civil e de outros órgãos governamentais; e na assinatura de 11 termos de cooperação com os órgãos de defesa do consumidor. Essas ações foram possíveis, pois as operadoras encontram-se mais estáveis e solventes, como reflexo de um monitoramento econômico-financeiro mais rigoroso.

Ainda no mesmo período, foram realizadas duas consultas públicas de grande importância para a sociedade: a primeira sobre

a mobilidade com portabilidade de carências, com o estímulo à concorrência do setor; e a segunda sobre a regulação dos planos coletivos, com o objetivo de oferecer maior transparência aos contratos, coibir a seleção de risco e a falsa coletivização.

Para o ano de 2009, as principais metas estão relacionadas ao Programa Mais Saúde, com o objetivo de alcançar maior integração com o SUS, elevando a eficiência do processo de ressarcimento a esse Sistema; a regulamentação de um Fundo Garantidor de forma a oferecer maior segurança aos beneficiários de operadoras insolventes quando da transferência de carteira; e a implementação da Portabilidade, com reflexos na dinamização do mercado.

De forma a oferecer maior qualidade ao setor, serão desenvolvidos os processos de acreditação de operadoras e prestadores, com o desenvolvimento de modelo a ser utilizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e estabelecido padrão progressivo de compromisso dos prestadores com a qualidade da atenção e a integralidade das ações de saúde. A elaboração e difusão de protocolos clínicos é outra estratégia essencial para a qualidade do setor, que deve potencializar a discussão do perfil assistencial e da qualidade da assistência. A consolidação da Troca de Informações em Saúde Suplementar (TISS) trará maior qualidade para o atendimento aos beneficiários e possibilitará ao setor um acompanhamento mais adequado.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

Ao criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, o Governo assumiu a responsabilidade pela promoção da igualdade racial, entendendo que o Estado não deve ser neutro em relação às questões raciais. A ele cabe assegurar igualdade de oportunidades em busca de melhores condições de vida a todos os brasileiros. Associada a essa nova postura governamental, está a compreensão de que as políticas públicas, para que sejam efetivas, devem ser frutos das necessidades percebidas na sociedade e por ela determinadas e devem ser implementadas transversalmente pelo conjunto dos órgãos governamentais. Por meio de Ações Afirmativas, fruto do permanente diálogo social, tem-se avançado no combate à discriminação racial no País.

Em 2003, a Lei nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), para incluir no currículo da rede de ensino público e privado a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Em 2008, foi finalizada a formulação do Plano Nacional que estabelecerá metas e estratégias para a ampla adoção da lei, acompanhada da instalação de um banco de dados nacional para o acompanhamento e monitoramento da aplicação da legislação. De forma complementar à Lei nº 10.639, foi sancionada a Lei nº 11.645, de 11 de março de 2008, que cria a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em todas as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, tanto da rede pública quanto das unidades particulares.

Nas relações internacionais, o Governo tem se voltado mais especificamente para as relações Sul-Sul: África, América Latina e Caribe, que contemplam grande contingente de população afrodescendente e indígena, com os quais se prioriza aprofundar as relações históricas, políticas e comerciais, sem subalternidade e com respeito.

Nessa direção, foi realizada em Brasília, entre os dias 17 a 19 de junho de 2008, a Conferência Regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência de Revisão de Durban das Nações Unidas, antecedida pelo Fórum da Sociedade Civil das Américas, também realizado em Brasília, entre 13 e 15 de junho de 2008, com a participação de 25 países e 300 ONGs da região.

O documento resultante desta Conferência propôs a adoção de políticas afirmativas, desde a inclusão da igualdade étnico-racial e de gênero na pauta dos pactos de integração econômica regionais, até o empenho dos países no monitoramento e avaliação da implementação dos compromissos assumidos em Durban, com o tratamento de dados desagregados por raça/cor.

Houve ainda a assinatura do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade entre Brasil/EUA e a efetivação, em 2008, do GT Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Países Associados, com a realização de duas reuniões durante a Presidência *Pro Tempore* do Brasil e um Seminário sobre Afrodescendentes no Mercosul e Países Associados, visando à criação de uma agenda de trabalho comum de combate à discriminação racial.

No campo interno, destaca-se a elaboração e articulação do Plano Setorial de Qualificação Profissional (Planseq) – Afrodescendentes, que visa qualificar 24.360 educandos, em cinco eixos do setor de serviços: curso de operador de telemarketing, consultor de vendas, recepcionista, promotor de vendas e cuidador de pessoas com doença falciforme, oportunidade em que os alunos se qualificarão para o exercício dessas profissões e aprenderão teoria e aplicação da CLT, teoria e aplicação dos princípios de segurança no trabalho e noções de cidadania.

O Programa Trabalho Doméstico Cidadão (PTDC) tem como objetivo valorizar o trabalho e a trabalhadora doméstica. Consiste na qualificação social e profissional e a elevação da escolaridade dessas trabalhadoras, incluindo questões relativas à cidadania, à cultura e às relações do mundo do trabalho. Sua experiência-piloto ocorreu até 2007, por meio de uma articulação envolvendo o Governo, a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foram beneficiadas 350 trabalhadoras domésticas, das quais 210 receberam ações de qualificação social e profissional, articulada com elevação de escolaridade. Cerca de 140 trabalhadoras domésticas receberam, também, ações de qualificação para o fortalecimento da organização e na 2ª edição, que ocorrerá em 2009, o Programa será ampliado para 29 localidades.

No campo das ações afirmativas de trabalho, destaca-se ainda a concessão de 25 bolsas, em 2008, pelo Instituto Rio Branco (IRBr), destinadas a candidatos negros para preparação ao concurso de admissão à carreira diplomática. Para 2009, serão oferecidas 27 bolsas. No Concurso de 2008, mais três ex-bolsistas lograram aprovação, aumentando para onze o número de beneficiários da bolsa que se tornaram diplomatas.

a.1) Programa Brasil Quilombola

Em 2008, o Governo manteve sua política de empenhar esforços a fim de garantir o cumprimento do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconhecendo às comunidades quilombolas o direito à propriedade das terras que tradicionalmente ocupam. Longe de representar uma mera política de titulação de terras, o Programa Brasil Quilombola (PBQ) caracteriza-se pela articulação do processo de regularização fundiária com políticas públicas que assegurem a essas comunidades o respeito a seus direitos sociais e culturais. Conforme detalhamento já apresentado no item 1 deste Capítulo, o PBQ integra a Agenda Social do Governo.

Integrantes do Programa Brasil Quilombola, criado pelo Governo Federal, as ações de reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos, realizadas em 2008, totalizam a publicação de 14 editais de Relatórios Técnicos de

Identificação de Delimitação (RTID), 11 Portarias de Reconhecimento e emissão de 13 títulos, sendo que o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) emitiu 11 títulos no Estado do Pará e o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) expediu dois títulos, ambos em parceria com o Governo Federal.

Conforme já mencionado, no item 7, subitem b.2.1, do Capítulo II, destaca-se ainda que foi incorporada ao Programa Nacional de Assistência Técnica uma política orientada aos quilombos, considerando suas especificidades de grupo étnico-racial. De 2004 a 2007, foram investidos R\$ 6,4 milhões, que beneficiaram 441 comunidades quilombolas. Já em 2008, os recursos foram da ordem de R\$ 8,2 milhões, beneficiando 130 comunidades quilombolas em 72 Municípios. Os projetos apoiados objetivam estimular o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas, por meio de atividades de formação que visam apoiar a gestão territorial, fortalecendo as formas de organização e os conhecimentos tradicionais.

b) Igualdade de Gênero

Além do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, descrito no item 1 deste Capítulo, integrante da Agenda Social, destaca-se também o lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), em março de 2008. O processo de construção desse Plano foi coordenado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, composto por 20 órgãos da administração pública federal, por organismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O II PNPM conta com orçamento de R\$ 17 bilhões para o período 2008-2011, que serão investidos na implementação de 388 ações distribuídas em 11 áreas temáticas.

Para ampliar o alcance desse Plano, fazendo com que suas ações cheguem realmente às suas destinatárias finais, o Governo continuará buscando a parceria com os governos estaduais e municipais. Para tal, definiu-se como principal estratégia o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para Mulheres, conforme recomendação de todas as Conferências Estaduais de Políticas para Mulheres.

b.1) Educação e Cultura

Na área da educação, além do Programa Gênero e Diversidade na Escola, vale destacar o Programa Mulher e Ciência, estruturado com os objetivos de legitimar e estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero em todos os níveis de educação e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Em 2008, como ação do Programa, foi realizada a quarta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que tem como objetivos estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade; e sensibilizar a sociedade para tais questões. Esta quarta edição contou com um total de 2.855 trabalhos, com o significativo aumento de 135% de trabalhos inscritos em relação à edição anterior.

Outra importante ação do Programa, no citado exercício, foi o lançamento do edital nº 57, de 2008, na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos. Nessa segunda edição, foram aportados R\$ 5 milhões e incentivadas também as pesquisas sobre gênero

e ruralidades. O edital contou com a inscrição de 364 projetos de pesquisadores de todos 25 Estados e do Distrito Federal, tendo sido aprovadas 173 propostas.

Foi lançado, também, o Programa Mulheres em Ciências de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica, por meio de um edital de apoio a 20 bolsas de mestrado para pesquisas sobre o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Como mais um desdobramento do Programa Mulher e Ciência, será realizado, em 2009, o 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa de Estudos de Gênero, previsto para maio, que reunirá representantes de 300 núcleos de pesquisas científicas de todo o País, cujo tema geral será a institucionalização dos estudos feministas e de gênero nos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia. Será lançada, também, a 5ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, bem como incentivadas e apoiadas as iniciativas de prêmios e editais estaduais.

b.2) Trabalho

No campo do trabalho, cabe destacar as seguintes ações realizadas em 2008. Primeiramente, o lançamento do Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, que tem por finalidade fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal, que garantam a autonomia e o papel protagonista de mulheres artesãs, na perspectiva da igualdade de gênero e da identidade cultural regional. O Estado de Tocantins é o primeiro a receber o programa e tem como meta o atendimento de 4.500 mulheres em 13 Municípios, no período de 2008 a 2010. Em 2009, está prevista a implementação do programa em mais 5 Estados, a saber: Pará, Rio de Janeiro e mais 3 a serem determinados, nas regiões Norte e Nordeste.

Outra iniciativa importante foi o lançamento do Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres no Estado de Santa Catarina e no Distrito Federal. Esse programa foi criado, em 2007, no Rio de Janeiro, com o objetivo de estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. Atualmente, o programa já atendeu a 1.800 mulheres naquele Estado e tem a previsão de atender mais 1.800 no Estado de Santa Catarina e no Distrito Federal, totalizando 3.600 mulheres beneficiadas até 2009.

Ressalte-se, ainda, a adesão, de 38 empresas de setores público e privado, à segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, que tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Em 2009, as empresas que aderirem ao programa e que conseguirem cumprir todas as etapas do seu Plano de Ação serão contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero.

Para 2009, as prioridades do programa compreendem as seguintes ações: i) avaliação final, seleção e entrega do Selo Pró-Equidade de Gênero às empresas selecionadas na segunda Edição do Programa; ii) lançamento da 3ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero; iii) realização de seminário internacional para a troca de experiências com programas similares; iv) construção de Banco de Boas Práticas, que reúne experiências exitosas de promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho; v) realização dos cursos “Gênero, Emprego e Organização” e “Guia de Método de Avaliação de Postos de Trabalho sem Desigualdade de Gênero”; e vi) publicação da Coletânea Programa Pró-Equidade de Gênero, que inclui um Guia de Avaliação de Postos de Trabalho.

Em março de 2008, foi lançado o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, uma iniciativa que visa ao fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O Programa será implantado prioritariamente nas áreas do Plano Social Integrado do Governo Federal, especialmente nos Territórios da Cidadania. Até 2010, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais deverá alcançar 60 territórios.

Destaca-se, também, a promulgação da Lei nº 11.770, de 2008, que estabelece a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses. A prorrogação do benefício é facultativa e atende à administração pública direta, indireta e fundacional e à iniciativa privada. No âmbito do setor privado, a Lei propõe a adesão da iniciativa desse setor ao Programa Empresa Cidadã, mediante concessão de incentivo fiscal. A empresa poderá abater do Imposto de Renda os dois meses de licença extra pagos à trabalhadora.

b.3) Saúde

No ano de 2008, cabe destacar algumas ações da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, acompanhadas pela Comissão de Monitoramento do Pacto da Mortalidade Materna e Neonatal e Comissão Executiva Nacional do Pacto de Mortalidade Materna e Neonatal, tais como a realização de seminários regionais do Pacto, a priorização da implementação dos direitos sexuais e reprodutivos nos Estados, bem como a discussão sobre a estruturação das redes assistenciais e linhas de cuidado na atenção à saúde da mulher e da criança.

Na intenção de apoiar a pesquisa e a reflexão sobre o tema do aborto, durante o ano de 2008, cabe destacar a participação do Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA), composto pelo Governo e organizações médicas, jurídicas e feministas da sociedade civil, nas audiências públicas realizadas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para a Antecipação Terapêutica do Parto para Fetos Anencéfalos.

Cabe mencionar também que o Governo criou uma Comissão Interministerial para acompanhar a situação das mulheres de Cuiabá, que estão sendo processadas e ameaçadas de prisão por suspeita de realização de aborto, a partir do fechamento de uma clínica na cidade. Destaque, ainda, para a aprovação, em agosto de 2008, da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), no Conselho Nacional de Saúde. Essa Política expressa o compromisso do Sistema Único de Saúde com a saúde dos povos e comunidades que vivem e trabalham no campo, na floresta, nos ambientes aquáticos, na agropecuária e no extrativismo. Para 2009, o Grupo da Terra, que elaborou a Política, irá elaborar e aprovar o seu plano operativo.

b.4) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

O Governo tem implementado diversas ações voltadas para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, um dos objetivos centrais do II PNPM. Nesse campo, destacam-se a criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com o objetivo de articular ações voltadas para o empoderamento das mulheres, com foco especial para uma ação unitária pela participação das mulheres na política e o lançamento, em agosto de 2008, da campanha “Mais mulheres no poder. Eu assumo este compromisso!”, promovida em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, que se propõe a ser um instrumento permanente e a incidir

nos espaços de poder e decisão da iniciativa privada, dos poderes públicos e em áreas estratégicas da sociedade, por meio de ações que promovam a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o II PNPM.

Para 2009, a campanha ampliará seu campo de atuação, que nessa primeira fase se centrou nos Poderes Legislativo e Executivo municipais. O sítio da campanha será reformulado, passando a trazer dados, informações, estudos e notícias sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão dos Poderes Judiciário e Executivo, estadual e federal. Serão veiculados novos spots de rádio e vídeos, além de realização de seminários temáticos, com o objetivo de aprofundar os diagnósticos e planejar estratégias políticas para a ampliação da participação das mulheres nesses espaços. O debate sobre a reforma política também será um dos focos da campanha.

Em novembro de 2008, foi realizado o Seminário Nacional A Mulher e a Mídia 5, que reuniu mais de 250 participantes de diferentes regiões do País. Como 2008 foi ano de eleições municipais, o seminário centrou seus debates no enfoque dado à questão de gênero nas eleições, seja do ponto de vista das candidatas mulheres, seja do ponto de vista de candidatos e candidatas que incorporam em suas plataformas a temática de gênero.

No referido ano, foram apoiados, ainda, organismos de políticas para as mulheres das esferas do Poder Executivo estadual e municipal, com o objetivo de construir uma prática de incentivo à transversalidade nessas esferas de governo e possibilitar a execução das políticas definidas no II PNPM. Ademais, foi apoiada a criação ou reforma dos conselhos municipais e estaduais de defesa dos direitos das mulheres.

b.5) Estudos e Pesquisas

Considerando-se a necessidade de monitorar e avaliar as demandas de informações estatísticas sobre gênero e uso do tempo, foi instituído, em 2008, o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, que tem por objetivo incidir nas diferentes pesquisas desenvolvidas pelo IBGE, elaborar proposta de Pesquisa de Uso do Tempo, discutir a inserção do recorte de gênero no próximo Censo Demográfico (2010) e estimular a produção de indicadores e informações qualificadas sobre a situação da mulher no Brasil, na perspectiva das relações de gênero. Para 2009, foram definidas como ações prioritárias a realização i) de pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero; e ii) de pesquisa-piloto sobre violência doméstica contra as mulheres.

Cabe destacar, ainda, na área de estudos e pesquisas, a inclusão de um conjunto de perguntas sobre a gestão de políticas para as mulheres e de promoção da igualdade de gênero no questionário da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo IBGE, que irá a campo em 2009. Essa ação permitirá realizar um diagnóstico mínimo sobre a existência e a distribuição regional dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e dos organismos executivos de políticas para as mulheres.

Em dezembro de 2008, foi lançada a 3ª edição do Retrato das Desigualdades, estudo que consiste em um amplo conjunto de indicadores que mostram a situação social brasileira, com dados desagregados por sexo, raça/cor, grandes regiões e localização do domicílio (urbano ou rural). Os indicadores são produzidos a partir dos dados da PNAD, realizada pelo IBGE. A terceira edição completa apresentará os dados das PNADs de 1993 a 2007 sobre diferentes temáticas, com o recorte de sexo e de raça/etnia.

É importante destacar, também, que será lançado, em 2009, o Observatório Nacional da Igualdade de Gênero (ONIG), que dialoga com a iniciativa de criação, pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), de um Observatório Regional da Igualdade de Gênero (América Latina e Caribe). O projeto brasileiro está sendo desenvolvido em torno de quatro diferentes eixos: indicadores; políticas públicas; legislação e legislativo; e comunicação e mídia. O portal do Observatório será lançado no dia 8 de março de 2009, data em que também se dará início ao primeiro ciclo de monitoramento focado na temática Mulheres, Poder e Decisão.

b.6) Internacional

Em outubro de 2008, foi realizada a XX Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (REM), que tem o Brasil na presidência *pro tempore*, e em dezembro, o Brasil participou da 42ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. Entre os pontos debatidos, destacam-se a criação do mencionado Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe e a definição dos temas centrais da 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, que acontecerá no ano de 2010 em Brasília.

Com relação ao Acordo do Fórum IBAS (uma iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul), em outubro de 2008, foi realizado, em Nova Déli, o Fórum de Mulheres e, no Brasil, no mês de julho, o Seminário Macroeconomia e Gênero – Uma abordagem feminista, com a participação das delegações sul-africana e brasileira. A agenda internacional de 2009 será bastante intensa, iniciando em março, com a realização da 53ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU, e continuando, em junho, com a realização da Conferência Internacional do Trabalho que terá como tema Gênero, Trabalho e Família. Ocorrerão, ainda, diversas atividades preparatórias da 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe.

c) Povos Indígenas

Em 2008, em continuidade a reformulação da Política Indigenista, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), na qual foi reafirmado pelo Governo a prioridade da política em relação aos povos indígenas.

Instituída por Decreto Presidencial, em 2006, e implantada no dia 19 de abril de 2007, Dia do Índio, a CNPI vem se constituindo em importante espaço de articulação das políticas indigenistas. Paritária e contando em sua composição com quarenta representantes indígenas, a Comissão tem como finalidade propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política indigenista, bem como desenvolver estratégias de monitoramento e avaliação das atividades dos órgãos federais. A política indigenista até então instituída demandava uma instância de articulação e coordenação da ação indigenista dos diversos órgãos governamentais, bem como a instituição de mecanismos efetivos de controle social.

De setembro a novembro de 2008, foram promovidas oficinas regionais, para discussão do Estatuto do Índio, em dez capitais, envolvendo cerca de mil representantes entre indígenas e lideranças. A população indígena brasileira é estimada em 700 mil pessoas, sendo cerca de 500 mil indígenas aldeados, pertencentes a mais de 220 povos, falando mais de 180 línguas, distribuídos em 654 terras indígenas, o que corresponde a 12,9% do território nacional e a 22,5% da Amazônia Legal. Das 654 terras indígenas (TI), 403 estão regularizadas e outras 125 encontram-se em fase de estudos. Dos 107 milhões de hectares reconhecidos como área indígena no Brasil, 98% estão na Amazônia Legal. Ao preservar recursos naturais para garantir a reprodução física e cultural dos índios, as TI contribuem para barrar o avanço do desmatamento.

Em 2008, visando oferecer ao movimento indígena um momento de reflexão sobre a situação ambiental dos seus territórios e avaliação acerca da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas, foram realizadas três consultas (nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste-Leste) acerca da potencial contribuição das terras indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros.

Outro fato importante ocorrido em 2008, foi o voo realizado entre os dias 28 de abril e 2 de maio pela Frente de Proteção Etno-Ambiental Rio Envira, da Funai, que coletou imagens de indígenas isolados na margem esquerda do rio Envira, no Acre, próximo à fronteira com o Peru. As Frentes de Proteção Etno-Ambiental (FPEA) na Amazônia Legal são responsáveis pelas ações de localização, proteção, vigilância e fiscalização em áreas que totalizam cerca de 15 milhões de hectares. O grupo localizado vive em seis malocas, possui área de roçado e os guerreiros têm aparência saudável. O trabalho foi realizado para produzir dados de localização, tamanho das malocas e estimativa de aumento populacional. São 63 as referências a povos indígenas isolados no Brasil, a maioria na região Norte. Hoje, são ameaças concretas a esses índios isolados os empreendimentos de grande impacto em terras indígenas ou no seu entorno, a expansão agrícola, as missões de evangelização dos índios e as atividades de garimpeiros, madeireiros, pescadores, caçadores e narcotraficantes.

Na preservação da cultura indígena, foi importante a sanção da Lei nº 11.465, de 2008, que torna obrigatório, para alunos do ensino médio e fundamental, o ensino de história e cultura indígena. Outro marco histórico no contexto da educação escolar indígena será a realização da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em setembro de 2009, que será precedida de 18 Conferências Regionais. A primeira Conferência Regional de Educação Escolar Indígena foi a do rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde 98% da população é indígena.

Com a finalidade de promover e proteger a cultura material e imaterial dos povos indígenas, o Governo investiu, ao longo de 2008, recursos no apoio e divulgação de práticas tradicionais, à produção e comercialização de artesanato e outros bens artísticos, assim como à instalação e manutenção de Casas de Cultura nas Terras Indígenas Xerente (TO), Balaio (AM), Barra Velha (BA), Potiguará (PB), Passo Fundo (RS) e Guajará-Mirim (RO), visando à geração de renda e valorização da diversidade étnica desses povos.

Com relação à saúde indígena, e no sentido de dotar os serviços de saúde indígena de infra-estrutura minimamente adequada para o suporte das atividades desenvolvidas, investiu-se na aquisição de bens e na reforma e adequação de unidades de atendimento em saúde em áreas indígenas. Esses esforços vêm mostrando resultados já detectados no aprimoramento de indicadores da evolução da qualidade da saúde desse segmento populacional. A incidência de tuberculose pulmonar positiva (BK+) apresentou uma tendência de queda de 24% ao ano no período de 2000 a 2007, atingindo 36,6/100.000 em 2007. O número de casos de malária em indígenas, comparando o período de janeiro a outubro de 2007 com o mesmo período de 2008, registrou uma redução de 24,8%. A cobertura vacinal alcançou resultados positivos em 2008. Dados parciais indicam uma cobertura de 91,4% da vacina contra pólio em menores de 5 anos. O número de indígenas com o esquema completo de vacinação corresponde a cerca de 65% dessa população. O reflexo dessas iniciativas preventivas pode ser verificado também na redução do coeficiente de mortalidade infantil da população indígena. Em 2007, esse indicador foi de 46,76 para cada 1.000 nascidos vivos, enquanto que dados parciais de 2008 apontam para 37,38/1.000 nascidos vivos, o que representa uma redução de quase 10 pontos percentuais.

Esses resultados podem ser parcialmente creditados à criação das comissões de investigação de óbito infantil e fetal no subsistema de saúde indígena; à inclusão do indicador de óbitos infantis indígenas no Pacto pela Saúde; à pactuação na Comissão Intergestores

Tripartite (CIT) da regulamentação e responsabilização pelo fluxo de informações da mortalidade infantil e dos nascidos vivos na população indígena; do rastreamento das condições alimentar e nutricional dos povos indígenas representativo para as cinco macro-regiões do País. Também contribuiu para o alcance dos resultados a capacitação e atualização em vigilância alimentar e nutricional de cerca de 405 profissionais que possibilitaram o fortalecimento das ações de vigilância alimentar e nutricional em 32 distritos indígenas (94,11% do total), alcançando cobertura média anual de mais de 52% das crianças menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional.

Para o ano de 2009, prevê-se as seguintes ações:

- o início da recomposição de quadros técnicos da Funai, a partir da criação de 3.100 cargos de Indigenista Especializado, Agente em Indigenismo e Auxiliar em Indigenismo, pela Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, aprovada pelo Congresso Nacional;
- a formalização de uma política para os índios isolados, finalização de um plano de ação de médio prazo, articulação com os demais órgãos de Governo, relevantes para essas ações, cumprimento dos procedimentos legais definidos pelos próprios órgãos de Governo e ampliação dos recursos humanos para a composição das Frentes de Proteção Etno-Ambiental (FPEA);
- a realização de cursos de formação de professores indígenas e de capacitação dos técnicos da Funai, cursos de nível médio integrado ao profissionalizante e oficinas de consulta sobre a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para os Povos Indígenas, além da implantação do Programa Segundo Tempo Indígena nas aldeias em parceria com o Ministério do Esporte;
- a articulação com universidades públicas que têm grande presença ou demanda de estudantes indígenas, contribuindo para a construção de uma política de acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior visando atender às suas especificidades;
- inauguração do Centro de Preservação e Divulgação do Patrimônio Cultural Indígena – Ikuiapá, no centro histórico de Cuiabá – MT, cujo projeto de restauro e ampliação foi iniciado em janeiro de 2008;
- a elaboração do projeto de qualificação do artesanato indígena, que virá a agregar valor aos produtos comercializados nas lojas administradas pela Funai (Artíndia), o que demandará a produção de informações sobre a origem, matéria-prima, técnica de produção, significados e utilidade das peças, por meio de pesquisa junto aos fornecedores.

6. Direitos Humanos

Ao celebrar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 2008, a sociedade e o Estado brasileiros reafirmaram seu compromisso com a garantia e a efetivação dos direitos humanos de todos. Num ano marcado por diversas atividades de reflexão, celebração, promoção e defesa desse ideal comum a ser seguido por todos os povos, o Governo coordenou ações que culminarão, em 2008, com a edição de uma nova versão do Programa Nacional de Direitos Humanos.

O último ano foi marcado por grandes eventos, que reafirmaram o comprometimento do País com o tema Responsabilidade Social das Empresas e os Direitos Humanos: Encontro de Presidentes, que reuniu mais de 250 presidentes de grandes empresas com o Presidente da República e cinco Ministérios, resultando em um compromisso mútuo sobre combate ao trabalho escravo, equidade de raça, equidade de gênero, políticas para criança e adolescente e empregabilidade para pessoas com deficiência; I

Conferência Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), que traçou diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos da População LGBT, a ser lançado em 2009; II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que estabeleceu metas para o Brasil avançar na inclusão das pessoas com deficiência; III Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que reuniu mais de 4 mil pessoas, representantes de 170 países; Teia 2008 – Encontro dos Pontos de Cultura, que enfocou o tema “Iguais na Diferença”; e a XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que envolveu mais de 15 mil pessoas nas etapas municipais, estaduais e nacional e que consolidou propostas com vistas à nova edição do Programa Nacional de Direitos Humanos. Esse processo de construção democrática de políticas públicas terá continuidade com a realização da VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2009.

No bojo da celebração, que também registrou os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e os 20 anos da Constituição Federal, além da recordação dos 40 anos da instituição do AI-5 pela ditadura militar, o Governo seguiu o curso da implementação de suas políticas, sempre em articulação e com a mobilização de parceiros da sociedade civil, da iniciativa privada, dos governos dos Estados e Municípios, além da fundamental cooperação com os Poderes Legislativo e Judiciário e com o Ministério Público. Algumas realizações merecem destaque e direcionam os desafios de 2009.

Os serviços de atendimento ao cidadão beneficiaram cerca de 230 mil pessoas em diversos Municípios. São 37 Balcões de Direitos, 37 Centros de Referência contra a Homofobia, 22 Centros de Apoio para Prevenção de Violência contra Idosos e 25 Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes. Esses equipamentos constituem uma rede de pontos de atendimento com equipes multidisciplinares prontas a orientar e agir pela garantia e efetivação dos direitos de populações com dificuldades de acesso a serviços públicos e vítimas de violações. Essa rede será ampliada, em 2009, com a otimização de recursos financeiros e humanos a partir da melhor articulação dos serviços. Ainda na linha do atendimento, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos prepara a instalação do Disque Direitos Humanos, ampliando o atendimento que atualmente se concentra em crianças e adolescentes, com o lançamento do módulo específico para idosos, em 2009, como mecanismo de acesso rápido da população a informações sobre direitos humanos e para a apresentação de denúncias sobre violações.

A expansão das redes de proteção a pessoas ameaçadas é uma meta constante. Em 2008, os 19 programas estaduais e o programa federal de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas beneficiaram 1.025 pessoas. Já o programa de proteção a defensores de direitos humanos foi expandido para mais uma unidade federada, em 2008, alcançando, assim, quatro Estados, além do programa federal, com o atendimento a 88 defensores. Em 2009, mais um programa estadual de proteção a testemunhas e outros três de proteção a defensores de direitos humanos serão instalados.

A capacitação para a promoção dos direitos humanos mereceu ênfase especial, em 2008. Mais de 87 mil pessoas participaram de processos de educação em direitos humanos, dentre os quais se destacam líderes comunitários, professores das redes de educação pública, técnicos que atuam com direitos das pessoas com deficiência; conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente; guardas municipais; além de Ouvidores e equipes das Ouvidorias de Polícia, Peritos Criminais e Policiais Rodoviários Federais em cursos de prevenção e combate à tortura.

Além das capacitações, outras ações de sensibilização e reflexão foram realizadas. A 3ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul contou com mais de 17 mil expectadores. Foram lançados: a Revista Direitos Humanos, de veiculação semestral

(8 mil exemplares); a Cartilha Direitos Humanos, dirigida a crianças com ilustrações de Ziraldo, a qual, em 2009, deve chegar a todas as escolas públicas do País; a cartilha de orientação para a população sobre abordagem policial (1 milhão de exemplares); e o guia de direitos humanos para policiais (300 mil exemplares). Outras ações de destaque foram a nova tiragem de 5 mil exemplares do livro Direito à Memória e à Verdade (que está sendo transformado em CD para distribuição na rede pública de ensino, em 2009); a realização da exposição fotográfica “A Ditadura no Brasil” em 17 capitais; a inauguração de 4 monumentos em homenagem a mortos e desaparecidos na Ditadura (com mais 18 programadas para 2009 e 2010); e a instalação de painéis com os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em parques de 13 capitais brasileiras.

Também merecem destaque, no último exercício, o lançamento do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo; o trabalho de avaliação dos 10 mil processos com pedidos de pensão especial a vítimas da hanseníase; o acompanhamento de 452 casos de adoção internacional de crianças brasileiras para 9 países e de 141 casos de seqüestro internacional de crianças, assunto que é objeto de proposta legislativa a ser enviada ao Congresso Nacional, em 2009; e a ampliação da campanha Acessibilidade: Siga essa idéia, que recebeu a adesão de importantes times de futebol, além de atletas e artistas de renome, tema levado também à II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

a) Atuação Internacional

Deu-se início à estruturação do projeto de Cooperação Sul-Sul, com foco inicial nos países africanos de língua portuguesa, com a realização de visita técnica a Guiné-Bissau e a preparação de acordo sobre a promoção do registro civil de nascimento. A cooperação com outras nações amigas e organismos internacionais segue promissora, com destaque para os temas de adoção internacional de crianças, com o governo italiano, e de proteção a testemunhas, com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Destaca-se, também, a realização, no Brasil, da 2ª reunião da Comissão para Erradicação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência da Organização dos Estados Americanos (OEA).

No ano da presidência brasileira do Mercosul, foram realizadas a XIII e a XIV Reuniões das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul e países associados, sendo a última com a presença dos membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, registre-se a apresentação do documento brasileiro de Revisão Periódica Universal e a aprovação da proposta brasileira de definição de metas mundiais de direitos humanos.

b) Pauta Legislativa

Registre-se, inicialmente, a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo, aprovada com status de emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 2008, e da Lei nº 11.829, de 2008, que trata do combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e da criminalização da exploração da pedofilia na Internet. Entre outros projetos que tramitam no Congresso Nacional e que objetivam aperfeiçoar a legislação sobre direitos humanos, destacam-se o PL nº 3.960, de 2008, que reestrutura a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o PLC nº 122, de 2006, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas; o PL nº 2.980, de 2004 e apensos, que visa institucionalizar e estabelecer regras

para a proteção aos defensores de direitos humanos; o PL nº 7.699, de 2006, que objetiva instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência; o PL nº 1.627, de 2007, que visa instituir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei; o PL nº 4.715, de 1994, que almeja instituir o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; a PEC nº 438, de 2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo; o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara dos Deputados (PDC) nº 495, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul; o Projeto de Decreto Legislativo no Senado Federal (PDS) nº 116, de 2008, que trata da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas; o PDS nº 139, de 2008, que aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte; e o PLS nº 314/2004, que trata da adoção nacional e internacional.

7. Previdência Social

A Previdência Social trabalhou o ano de 2008 com o intuito de fortalecer suas principais áreas de atuação: o aumento da inclusão previdenciária, a melhoria da qualidade do atendimento prestado aos cidadãos, a valorização do servidor público, o combate às fraudes contra previdência e o controle do déficit previdenciário.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

A Previdência Social gastou, em 2008, R\$ 199,6 bilhões com pagamento de benefícios previdenciários e acidentários. A arrecadação desse período, foi de R\$ 163,4 bilhões, resultando em um déficit de R\$ 36,2 bilhões. No mesmo período, a necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) diminuiu 19,3% em comparação com o mesmo período de 2007. Em dezembro de 2008, a Previdência Social alcançou 26,1 milhões de benefícios emitidos, sendo 22,8 milhões previdenciários e acidentários. Os benefícios assistenciais atingiram 3,3 milhões, custeados pelo Tesouro Nacional. O estoque de auxílio-doença manteve-se estável ao longo de 2008, e encerrou no último mês de dezembro com cerca de 1,3 milhão de benefícios emitidos.

Com o objetivo de atender às metas propostas pela Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, entre elas, o compromisso dos países signatários de ampliar a cobertura previdenciária em 20%, até 2015, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) promoveu, em 2008, um ciclo de debates com o intuito de definir uma política que possibilite tal expansão da cobertura previdenciária. As entidades da sociedade civil organizada, com assento no Conselho, apresentaram suas respectivas visões, como forma de propor e contribuir para a formulação das políticas públicas possíveis de obter êxito na extensão de cobertura no campo da Previdência Social. O CNPS aprovou, em 2008, os ajustes propostos pelo Ministério da Previdência Social em relação ao crédito consignado oferecido aos aposentados e pensionistas pelas instituições financeiras, com destaque para a eliminação da TAC (Taxa de Abertura de Crédito) e a redução do teto de juros.

Em relação às políticas de fortalecimento da Previdência Rural, a conversão da Medida Provisória nº 410, de 2007, na Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, foi um importante passo para a inclusão do trabalhador rural na Previdência Social, uma vez que ela regulariza o contrato de curta duração para trabalhadores assalariados rurais contratados por pessoas físicas, estabelece regras de transição para a vinculação dos trabalhadores assalariados rurais na Previdência e atualiza o conceitual da Previdência Rural.

No sentido de reduzir o número de acidentes e doenças do trabalho, que geram um custo considerável para a Previdência Social, em maio de 2008, foi criada a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho, reunindo os Ministérios da Previdência, Saúde, Trabalho e Emprego, que estabeleceu campanhas permanentes e setoriais voltadas para a prevenção, mediante o diálogo social com trabalhadores e empresários. O primeiro plano de ação, concluído em novembro de 2008, previu o fortalecimento da cultura de prevenção no setor da construção civil e transporte rodoviário de carga, que atualmente é responsável por 28% de toda a mortalidade acidentária no Brasil.

Ainda como política de ampliação de proteção previdenciária no campo da saúde do trabalhador, o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), instituído pelo Decreto nº 6.042, de 2007, passou por aperfeiçoamento metodológico. A construção de políticas integradas de reabilitação profissional teve o plano-piloto iniciado, em agosto de 2008, na grande São Paulo, com foco na reinserção de trabalhadores acidentados, no estímulo às ações de formação, em estudos e pesquisas e na integração de diversos bancos de dados relacionados à área de saúde e segurança do trabalho. Em novembro de 2008, foi assinado o Termo de Cooperação entre o Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para dar andamento às ações regressivas contra os agentes infratores que apresentam maior sinistralidade e gravidade. O referido Termo facilita o trabalho dos procuradores na recuperação de recursos gastos com pagamento de benefícios, como aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente ou pensão por morte decorrentes de acidentes do trabalho provocados por negligência das empresas.

A Previdência Social mantém, atualmente, 2,8 milhões de benefícios de aposentadoria por invalidez. Para fins de cumprimento ao disposto na Lei nº 8.213, de 1991, foi demandada a elaboração de proposta para a realização de avaliação médico-pericial dos segurados que estão aposentados por invalidez há mais de dois anos pelo RGPS. No primeiro semestre de 2008, 140 mil segurados passaram pela perícia médica. Destes 14,2% foram considerados aptos para o retorno de suas atividades e os demais obtiveram nova prorrogação ou foram encaminhados à reabilitação profissional ou tiveram sugestão de aposentadoria. A reabilitação profissional visa ao reingresso dos beneficiários, incapacitados parcial ou totalmente, ao mercado de trabalho.

No âmbito internacional, foi realizada, em novembro de 2008, na cidade de Salvador, a XXIV Assembléia-Geral da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS). O Brasil exerce, atualmente, a vice-presidência da CISS, que é um organismo internacional, técnico e especializado, de caráter permanente, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da seguridade social nos países das Américas. A CISS impulsiona a colaboração entre as instituições e administrações que a compõem e mantém relações de cooperação e coordenação com outros organismos internacionais.

Ainda no âmbito internacional, o ano de 2008 caracteriza-se pela intensificação da negociação de acordos bilaterais e multilaterais que visem ao reconhecimento recíproco de direitos previdenciários, cabendo destacar a implementação de sistema eletrônico de intercâmbio de dados e imagens entre os quatro países do Mercosul, desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev); e o avanço nas negociações com a Alemanha, para assinatura de acordo bilateral de Previdência Social, que tem despertado o interesse de outros países europeus de também negociarem acordos semelhantes com o Brasil. Além disso, cabe destacar o papel inédito prestado pela Previdência Social do Brasil na assistência técnica aos demais sistemas previdenciários dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial Timor-Leste, Cabo Verde e Moçambique.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

Durante o ano de 2008, foi concluído o cadastramento dos servidores inativos e pensionistas dos Municípios participantes do Programa de Apoio à Previdência dos Municípios (PrevMun) e do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (Proprev), que são financiados pela União, pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), totalizando mais de 270 mil servidores cadastrados, que garante uma melhoria significativa na gestão previdenciária dos Municípios envolvidos no programa (31 Municípios, sendo 22 capitais), em especial, na avaliação do equilíbrio atuarial.

As ações de fiscalização e auditoria foram intensificadas pelo Governo, por intermédio do Ministério da Previdência Social, com o intuito de identificar e notificar os entes federativos com problemas de equilíbrio financeiro e atuarial nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Assim, foram realizadas, em 2008, mais 520 ações de auditoria direta nos Estados e Municípios, tendo como consequência a emissão de cerca de 464 notificações de irregularidades e Processos Administrativos Previdenciários, 220 Representações a Tribunais de Contas, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria-Geral da União, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), principalmente.

O montante dos recursos aplicados no mercado financeiro para garantir a sustentabilidade dos RPPS, a médio e longo prazo, deve atingir, até dezembro de 2008, a cifra de aproximadamente R\$ 37 bilhões, o que significa um incremento superior a 23% em relação ao mesmo período de 2007.

O Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV), formado por dirigentes federais, estaduais e municipais da área de previdência do funcionalismo público, contribuiu para a elaboração, no ano passado, das normas que tratam dos parâmetros e das diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS, dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios.

c) Previdência Complementar

Em relação à Previdência Complementar, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) instituiu, em 2008, grupo de trabalho com o objetivo de realizar a revisão da Resolução CGPC nº 5/2002, referente à atualização de um novo Plano de Contas para os fundos de pensão. A modernização do Plano de Contas tem como finalidade o aumento da transparência das operações, a observância dos postulados e convenções e o alinhamento com as regras internacionais de contabilidade. Esse Conselho instituiu, também, o Programa de Educação Previdenciária para a Previdência Complementar. Essa medida teve a finalidade de compatibilizar as atividades desse setor com as políticas previdenciárias e de assegurar aos participantes e assistidos dos fundos de pensão o pleno acesso às informações sobre a gestão de seus planos de benefícios.

O Governo pretende fortalecer ainda mais o regime de previdência complementar fechado, em 2009. Assim, enviou ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.962, de 2008, instituindo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que terá com principal objetivo supervisionar, fiscalizar e controlar os fundos de pensão, proporcionando maior segurança e transparência ao regime.

d) Atendimento ao Cidadão

O INSS intensificou as medidas de gestão do atendimento, com a finalidade de reduzir os agendamentos irregulares, por meio de sua confirmação em até 72 horas antes da data marcada. Gradativamente, durante o ano de 2008, foram adotadas medidas de segurança para resguardar o sigilo das informações pessoais dos usuários, como a inclusão de Termo de Aceite das Regras do Agendamento, o batimento dos dados do requerente e do procurador com o Cadastro Nacional de Pessoa Física (CNIS) e com o Sistema Informatizado de Óbitos (SISOBI). O volume mensal de ligações para a central 135 foi em torno de 5 milhões. Em 2008, foram marcados 4,5 milhões de pedidos de atendimento, não incluindo marcações de perícia médica.

As medidas adotadas eliminaram cerca de cinco mil solicitações de atendimento irregulares por mês, reduzindo o tempo de espera entre o agendamento e o efetivo atendimento de 56 para 23 dias. O tempo médio de concessão de benefícios também foi reduzido, passando de 34 dias, em janeiro de 2007, para 21 dias, em outubro de 2008. Em mais de 77% da rede de atendimento, o benefício de aposentadoria teve sua decisão realizada em até 45 dias.

A Previdência Social está presente em 969 Municípios, contando também com unidades móveis (Prev móvel e Prev barco) para atender em localidades onde não há Agência Previdência Social (APS). A partir de 2009, a previsão é estender a participação para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. Em 2008, foram inauguradas mais duas Agências da Previdência Social de Benefícios por Incapacidade (APSBI), totalizando oito agências dessa modalidade no País. Ao centralizar esse tipo de serviço em um único local, o INSS atende aos segurados em espaços adequados e amplia sua capacidade de atendimento e gerenciamento das atividades médico-periciais, uma vez que esse tipo de benefício representou, em 2008, mais de 70% dos novos requerimentos. Além da criação das novas agências, a rede atual está passando por amplo processo de recuperação. O objetivo é proporcionar maior conforto e segurança ao segurados e servidores, bem como garantir celeridade no atendimento e na análise para concessão e manutenção dos benefícios previdenciários. Em 2008, foram concluídas 106 obras de reforma e ampliação das atuais unidades, com definição de layout único e itens de segurança para os servidores.

A Ouvidoria-Geral da Previdência Social completou, em 2008, 10 anos numa trajetória de compromisso com o cidadão. Dentre suas principais atribuições está a tarefa de sintetizar e converter as postulações recebidas em informações úteis à Previdência Social. Esse papel transformou a Ouvidoria em importante veículo de informação para o gerenciamento de ações estratégicas, pois a análise das postulações possibilita que as principais demandas e as maiores dificuldades sejam detectadas e propiciem o aperfeiçoamento da instituição, por meio de adequações e correções tempestivas e apropriadas de procedimentos internos. No período de agosto de 1998, mês de sua criação, até dezembro de 2008, foram cadastradas 1,6 milhão de manifestações, das quais 96% foram solucionadas. No decorrer do exercício de 2008, a Ouvidoria realizou 609.057 procedimentos de análise de registros, beneficiando 203 mil usuários.

A Dataprev investiu mais de R\$ 23 milhões em tecnologia da informação, no ano de 2008, melhorando o ambiente de processamento em geral. Foram desenvolvidos novos sistemas de informação, com o objetivo de prover ferramentas tecnológicas que contribuam para melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social e, simultaneamente, garantam a adoção de plataformas tecnológicas de padrão aberto, que permitam a aquisição de produtos e serviços por meio de licitação. A atualização do parque tecnológico do INSS foi intensificada em 2008, foram substituídos quase 10 mil computadores, sendo que sete mil foram direcionados às APSs, em que há maior demanda por novos equipamentos. Para 2009, está prevista a aquisição, para todo o INSS, mais de 16 mil computadores e 4 mil impressoras a laser.

8. Cultura

O ano de 2008 marcou conquistas importantes na área de políticas públicas culturais, dentre as quais destacam-se a consolidação do Programa Mais Cultura, já mencionado no item 1 deste Capítulo – Agenda Social – e a criação do Fundo Setorial do Audiovisual. Em dezembro, foi instituído o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual, contando inicialmente com quatro linhas de ação, que prevêem investimentos em projetos de produção para cinema; produção para TV aberta e por assinatura; aquisição de direitos de distribuição de obras cinematográficas brasileiras de produção independente; e comercialização de filmes de longa-metragem para salas de cinema. O total de recursos orçamentários alocados, em 2008, é da ordem de R\$ 53,5 milhões e, para 2009, a previsão é de alocação da ordem de R\$ 74 milhões.

Quanto à utilização do mecanismo de renúncia fiscal, por meio da Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet), foram disponibilizados, em 2008, cerca de R\$ 1,03 bilhão distribuídos nas seguintes áreas culturais: artes cênicas, artes integradas, artes plásticas, audiovisual, humanidades, música e patrimônio cultural, conforme apresentado na tabela que se segue. Do valor disponibilizado, estima-se, para esse exercício, a utilização de cerca de R\$ 700 milhões. Importante destacar que ao longo do referido exercício foi concluído um processo de mais de cinco anos de debate público e estudos para a construção do Plano Nacional de Cultura, numa parceria que envolveu o Governo, o Congresso Nacional e os governos estaduais. Foram realizados 27 seminários, um em cada Unidade da Federação, para discussão do texto, fruto da 1ª Conferência Nacional de Cultura realizada em 2005.

Incentivo Fiscal em 2008 - Lei nº 8.313/1991

Áreas Culturais	Valor (R\$ milhões)*
Artes Cênicas	R\$ 173,136
Artes Integradas	R\$ 152,537
Artes Plásticas	R\$ 106,134
Audiovisual	R\$ 116,680
Humanidades	R\$ 111,392
Música	R\$ 222,685
Patrimônio Cultural	R\$ 144,660
Total	R\$ 1.027,227

Fonte: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura Sefic/MinC/2008. * Estimativa a partir de dados de início de dezembro.

Com objetivo de democratizar a produção e o acesso aos produtos audiovisuais e o fortalecimento da economia do audiovisual e apoio aos cineclubes em todo o País, mediante a Programadora Brasil, chegou-se, em 2008, a um acervo de 331 obras audiovisuais disponíveis para a consolidação de um circuito de exibição não comercial. Também foi lançado o Programa de Estímulo à Parceria entre TVs e Produção Independente, englobando uma série de ações. Dentre elas, destaca-se o Programa Nacional de Fomento à Animação, do qual faz parte o ANIMATV, com edital para a realização de 18 pilotos de 11 minutos, cada um com orçamento de R\$ 110 mil.

Na área de fomento, a concessão do Prêmio Adicional de Renda, que apóia a atividade de médio porte, e a distribuição de obras brasileiras no mercado concedeu apoio financeiro para 24 empresas produtoras, 11 empresas distribuidoras e 31 complexos de exibição cinematográfica, totalizando R\$ 8,2 milhões. Outras iniciativas de fomento foram realizadas, tais como o Programa de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro, que apoiou sete obras cinematográficas brasileiras premiadas em festivais nacionais e internacionais, selecionadas por meio de Edital Chamada Pública, com R\$ 100 mil para cada obra.

A cooperação internacional do Setor Audiovisual foi impulsionada mediante o Fomento a Projetos de Co-Produção Brasil-Portugal, que selecionou dois projetos audiovisuais luso-brasileiros, no valor total de R\$ 344,7 mil; pelo apoio em R\$ 1 milhão à participação de 74 filmes brasileiros em 33 festivais internacionais, pelo fornecimento de cópias legendadas e da presença do diretor, produtor ou ator da obra cinematográfica; e pelos aportes de recursos ao Fundo Ibero-americano de Apoio – Ibermedia.

Em 2009, será lançado o Programa Xpta.Lab – Laboratórios de Experimentação e Pesquisa em Tecnologias Audiovisuais, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com objetivo de fomentar os grupos que vêm realizando pesquisas no campo das linguagens eletrônicas e desenvolvendo tecnologias audiovisuais a serem usadas por artistas, cineastas, programadores e produtores. Ainda nesse setor, estão previstos: o início do DOCTV CPLP, que promete integrar, por meio do audiovisual, oito países de língua portuguesa nos quatro continentes; o II Fórum de Televisões Públicas, mais um importante passo para consolidar o campo público de TVs; a segunda edição do Programa DOCTV Ibero-américa, que realizará 13 documentários, de cada um país ibero-americano; e a nova edição dos editais de fomento à produção audiovisual, com as categorias Baixo Orçamento, Curta Ficção, Curta Criança e Curta para participantes de projetos sociais e a proposta da volta de prêmios para documentais de longa-metragem.

No âmbito do Programa Cultura Viva, foram implantados ou modernizados 2.466 Pontos de Cultura, capacitados 6.320 Agentes Culturais, apoiados 67 projetos voltados para Escola Viva-Cultura, concedidas 600 bolsas para agentes culturais e apoiadas três iniciativas de apoio à Economia Solidária voltadas à cultura. As metas para 2009 são de apoio à implantação e modernização de 3 mil Pontos de Cultura, capacitação de 14.500 agentes culturais, apoio a 100 projetos voltados para o Escola Viva, concessão de 700 bolsas para agentes culturais e apoio a dez iniciativas votadas para o Economia Solidária.

Na área do Livro Leitura, com vistas à instalação de bibliotecas, foram adquiridos 376 kits, contendo mobiliário, equipamentos de informática, equipamentos de imagem e som e acervo bibliográfico. Paralelamente, para a modernização de bibliotecas foram comprados 444 kits, contendo mobiliário e acervo bibliográfico, bem como firmados convênios com os Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Alagoas e o Distrito Federal com recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura. Adicionalmente, foram adquiridos 600 kits contendo mobiliário, equipamentos de informática e acervo bibliográfico para os Pontos de Leitura.

No período de 21 de abril a 15 de novembro 2009, será realizado o Ano da França no Brasil, conforme acordo entre os governos do Brasil e França, em retribuição ao Ano do Brasil na França, realizado em 2005. Esse evento proporcionará à França a oportunidade de apresentar, nas diversas regiões brasileiras, as diferentes facetas de sua cultura e seu estágio atual de desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento.

A Biblioteca Nacional Digital, que tem o objetivo de ampliar, democratizar e universalizar o acesso a bens culturais em meio digital, contribuindo para a oferta de conteúdos digitais de qualidade na Internet e para a inclusão social, por meio do acesso ao

conhecimento, atualmente disponibiliza em rede 19.000 itens, entre imagens, textos e músicas, totalizando mais de 1 milhão de imagens, das quais 9.300 arquivos sonoros com 3 terabytes de arquivos digitais armazenados.

Em 2009, está prevista a criação e instalação da Hemeroteca Brasileira, envolvendo projetos de infra-estrutura e de organização de acervos para o adequado armazenamento dos livros e folhetos recebidos por Depósito Legal. Essa ação compreende, ainda, projeto de constituição de consórcio de intenções envolvendo o Ministério da Cultura, o Banco Central e a Prefeitura do Rio de Janeiro, além de agências de financiamento, com o objetivo de revitalizar e dinamizar a área do Porto.

Em 2008, no que concerne ao patrimônio material no âmbito do Programa Monumenta destaca-se a conclusão de 145 obras em 24 Municípios, abrangendo monumentos e espaços públicos, como praças, pontes e fontes, sendo que as obras realizadas no período totalizaram R\$ 58,5 milhões. Importante destacar a ação inovadora de Financiamento de Imóveis Privados, por meio da qual são financiados os restauros de imóveis privados situados nas áreas de projeto, visando recuperar suas características paisagísticas, históricas e artísticas. Foram concedidos, em 2008, 294 financiamentos para projetos em 20 cidades, no valor total de R\$ 14,1 milhões e concluídas 164 obras. O Programa Monumenta também implementou 37 projetos de promoção de atividades econômicas, buscando a integração da população e do sítio preservado, por meio de novos usos e desenvolvimento econômico atrelados ao restauro.

O Setor Museológico em virtude dos resultados alcançados consolidou as bases de suas políticas públicas. Destaca-se o lançamento, pelo Ministério da Cultura, de dois novos editais, o Mais Museus, para a implantação de museus em cidades de pequeno porte (até 50 mil habitantes) e o Prêmio Darcy Ribeiro para apoio a projetos de ação educativa em museus. Além dessas iniciativas, deve-se destacar o edital Modernização de Museus, já em sua 5ª edição, que tem como principal finalidade apoiar projetos que garantam o adequado funcionamento de museus já implantados.

No plano institucional, em 2008, foram aprovados pelo Congresso Nacional os projetos de lei de autoria do Poder Executivo e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, que criam o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Estatuto de Museus, respectivamente. Pelo Estatuto, ficam estabelecidas as normas gerais e orientadoras relativas ao padrão de gestão e funcionamento das atividades relativas a museus. Com o IBRAM, o setor museológico passa a contar com um órgão específico para coordenar as políticas públicas voltadas para o setor.

Uma mudança mais completa da forma de financiar a cultura no País depende da reformulação da Lei Rouanet. Assim, em 2009, o Governo colocará em consulta pública um anteprojeto de lei, que posteriormente seguirá para apreciação pelo Poder Legislativo. Também irá a consulta pública, antes de seguir ao Congresso Nacional, um anteprojeto para modernização da legislação brasileira de direito autoral.

O Ministério da Cultura, em parceria com o Ministério da Educação, também incentiva a pesquisa acadêmica na área de cultura, valendo destacar em 2008 o lançamento do Edital Pró-Cultura Capes/MinC, que faz parte do Programa Pró-Cultura, concedendo bolsas de ensino e pesquisa para estudantes de mestrado na área cultural. O programa tem como objetivo fomentar a pesquisa universitária, bem como o aperfeiçoamento e a formação de pessoal de nível superior em cultura, tendo elegido como áreas temáticas prioritárias na concessão de bolsas: Cultura, Arte e Novas Tecnologias; Cultura, Manifestações Artísticas e Conhecimentos Tradicionais; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura Populações e Territórios; Cultura, Cidadania e Inclusão

Social; Cultura, Estado, Legislação da Área de Cultura e Políticas Públicas; Cultura, Economia e Desenvolvimento; e Cultura, Globalização e Diversidade. A preferência na seleção dos bolsistas, conforme o edital, é para projetos que promovam o diálogo e a interação com as áreas de conhecimento da cultura tradicional do País, promovam a articulação das universidades com empresas, realizem a apresentação de conteúdos em formatos audiovisual e/ou digital e realizem a divulgação dos resultados em seminários, oficinas e eventos culturais, entre outros aspectos.

9. Esporte

A consolidação do Esporte como política de Estado, em 2008, norteou as ações do Governo nessa área. O Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento tem como principal objetivo diminuir as disparidades entre as modalidades esportivas, tanto na melhoria do desempenho do atleta de rendimento como na promoção da imagem do País no exterior. Nesse contexto, destacam-se a concessão de bolsa para atletas, a implantação de Núcleos de Esporte de Base (NEB), a Rede Centro de Excelência Esportiva (Cenesp) e o apoio à participação de equipes brasileiras em competições nacionais e internacionais, como nos Jogos dos Países de Língua Portuguesa, nos Jogos Sul-americanos Escolares, no Campeonato Internacional de Natação – Alemanha/2008 para pessoas com deficiência e a Candidatura do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas em 2016 (Rio 2016). A concessão de bolsa a atleta, até 2008, contemplou 7,3 mil atletas, sendo 3,3 mil somente em 2008, dos quais 13 medalhistas nas Olimpíadas e Para-olimpíadas de Pequim, nas quais houve a participação de 86 bolsistas para-atletas e 37 atletas.

Os NEBs, que proporcionam a formação da base do esporte competitivo nacional, beneficiaram cerca de 2.140 jovens atletas e para-atletas nos Estados de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Rede Cenesp, cuja finalidade é o desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia aplicados ao Esporte de Alto Rendimento, visando à melhoria dos resultados esportivos, em 2008, realizou prestação direta de serviço a cerca de 150 atletas, que participaram e representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Para 2009, serão implementadas ações visando à colocação do Brasil entre as 10 principais potências esportivas, até 2016, atuando no apoio à preparação de atletas que tenham potencial de conseguir resultados nas principais competições internacionais e implementando novos NEBs para o aprimoramento dos atletas de alto rendimento, além de continuar atuando na Candidatura do Rio de Janeiro a sede das Olimpíadas de 2016.

O Programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens. Ele está em funcionamento em cerca de 1.300 Municípios, localizados em todos os Estados e no Distrito Federal. São 170 convênios ativos, sendo 23 com governos estaduais, 118 com prefeituras, três com outros órgãos públicos e 26 com entidades do terceiro setor. O número total de atendimentos, em dezembro de 2008, alcançou 918.402 crianças, adolescentes e jovens. A ação de qualificação e ampliação da abrangência do Programa caracteriza-se pelo reforço de parcerias institucionais com Estados e Municípios. Cabe destacar, no processo de qualificação do Programa, que a adoção dos Ciclos Pedagógicos Anuais, iniciada em 2007 e reforçada em 2008, permitiu ajustar a vigência dos convênios ao calendário escolar.

A proposta pedagógica do Programa contempla o desenvolvimento de Projetos Especiais. Em 2008, os Projetos Especiais Modelo de Atendimento e Projeto Pedagógico foram sistematizados e os convênios formalizados permitirão sua implementação em

2009 e 2010. Os seguintes segmentos e modalidades estão sendo trabalhados com os Projetos Especiais: Xadrez; Navegar; Pessoas com Deficiências; Gênero; Indígenas e Quilombolas; Aeróbica Esportiva; Unidades de Internação Socioeducativa; e Esporte de Base.

Por meio do Programa Segundo Tempo foram incrementadas as ações de Cooperação Técnica Internacional, considerando a transferência de tecnologia com foco na implantação dessa experiência em países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação, com destaque para a Comunidade Ibero-americana, países da África (previsão 14 países); e acordos bilaterais com a Palestina, Haiti e Timor Leste.

Para 2009, estão previstas as seguintes ações: consolidação do Segundo Tempo como tecnologia e método de inclusão social por meio do esporte; institucionalização e revisão do aparato normativo; fortalecimento do projeto pedagógico e alinhamento dos convênios (administrativa e pedagogicamente); implementação de um sistema de controle, monitoramento e avaliação; realização de processo de capacitação e acompanhamento pedagógico e administrativo em parceria com as Instituições de Ensino Superior, sobretudo universidades federais; validação e implantação dos Projetos Especiais; implementação do Programa Segundo Tempo no Ensino Médio e no Ensino Superior; e realização do 1º Congresso de Esporte Educacional.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade agrega um conjunto de ações com foco central na formação de agentes e gestores, com vistas à universalização do acesso ao esporte e ao lazer. Ele segue duas linhas básicas de atuação: a implementação e funcionamento de núcleos voltados para garantir a inclusão de pessoas de todas as faixas etárias, com ações específicas para idosos, pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas; e a criação e consolidação dos Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES), para desenvolver a produção e a difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, visando à qualificação das políticas públicas de esporte e lazer. Em 2008, o Programa garantiu a continuidade do sistema de seleção pública para desenvolvimento de projetos e de suas ações. Até dezembro de 2008, foram beneficiadas 3.178.351 pessoas, de todas as faixas etárias, em 299 Municípios.

O Programa ainda realizou ou apoiou a realização de seis eventos científico-tecnológicos, em Esporte e Lazer, de abrangência nacional e internacional; de cinco reuniões regionais com vistas à qualificação das ações e dos parceiros, envolvendo mais de 1.400 pessoas, entre gestores, coordenadores, representantes de entidades de controle social, pesquisadores e formadores do Programa; de publicações de livros e revistas nacionais, bem como a realização de eventos e estudos documentais sobre Esporte e Lazer no âmbito do Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (Cedime); de quatro publicações bilíngües e três eventos internacionais sobre Legados de Megaeventos Esportivos; da parceria com o Ministério da Educação (Mais Educação) para desenvolvimento de Projeto de Legado Educacional do Rio 2016; do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social – 2008; dos Jogos Indígenas na aldeia Wai Wai; e da Semana Nacional dos Povos Indígenas.

Para 2009, o foco central dos núcleos do Programa será a formação, o monitoramento e a avaliação das ações com organização e publicação das linhas editoriais e revisão dos indicadores. O foco da Rede CEDES será o fomento à pesquisa e gestão do conhecimento produzido, participando da formação de gestores e da difusão de conhecimentos em âmbito nacional e intercâmbios internacionais. Está previsto o apoio à realização dos I Jogos Nacionais dos Idosos; a promoção dos X Jogos dos Povos Indígenas; e a mobilização dos parceiros para envolvimento direto na discussão da 3ª Conferência Nacional de Esporte.

No contexto da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006), regulamentada pelo Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007, foram aprovados, desde a regulamentação, R\$ 214 milhões para 152 projetos desportivos e para-desportivos, de um total de 1.186 propostas. Cabe ressaltar que o principal benefício dessa Lei consiste no fato de que os projetos desportivos e para-desportivos atendem a manifestações do desporto educacional, de participação e de rendimento.

A participação do Governo Federal na mencionada candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas e Para-olimpíadas de 2016 engloba 27 órgãos da administração federal (Presidência da República, ministérios, secretarias especiais, autarquias e agências reguladoras). Esse engajamento começou logo após o término dos Jogos Parapan-americanos Rio 2007, com a formação de um grupo técnico interministerial. O Governo tem convicção de que o processo de candidatura já propiciará fortes legados para o Rio de Janeiro e o Brasil. Por isso, o objetivo governamental, desde o início, foi assegurar que as duas etapas do trabalho – a postulação e agora a candidatura – fossem bem planejadas e executadas por todos os envolvidos, de forma a demonstrar que o País está apto a realizar os Jogos com profissionalismo e transparência.

10. Energia – Luz para Todos

Lançado em novembro de 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros da área rural, até 2008, o Programa Luz para Todos (PLT) foi prorrogado para 2010, com o objetivo de atender novas demandas surgidas nesses cinco anos de execução, com estimativa de mais de 1 milhão de novas ligações. Desde o início do Programa, mais de 9,3 milhões de brasileiros foram beneficiados. Só no ano de 2008, foram 440 mil atendimentos, dos quais 225 mil na região Nordeste, 100 mil na região Norte, 40 mil na região Sul, 41 mil na região Sudeste e 34 mil na região Centro-Oeste, beneficiando 2,2 milhões de pessoas em todo o País.

No tocante aos investimentos, o Governo Federal assinou contratos que totalizam R\$ 9,6 bilhões, com liberação de R\$ 6,4 bilhões para a execução das obras. As obras do Programa Luz para Todos também incrementam a economia. Estima-se que mais de 4,3 milhões de postes já foram instalados, 667 mil transformadores e 832 mil km de cabos elétricos foram utilizados, além da criação de 282 mil novos postos de trabalho diretos e indiretos. Também merece destaque o incremento no segmento industrial de eletrodomésticos, que devido à chegada do LPT nas comunidades, tem potencializado a comercialização de televisores, geladeiras e chuveiros elétricos, entre outros.

O propósito do Programa é que a energia utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiados se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho e renda, contribuindo para a redução dos índices de pobreza e fome, possibilitando ações materializadas pelas comunidades atendidas que têm investido na aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, como resfriadores de leite, picadeiras de ração para gado e equipamentos para irrigação, com potencialização de sua capacidade produtiva. Nesse contexto, o Governo Federal vem desenvolvendo ações em parceria com governos estaduais, prefeituras e bancos, com significativos resultados de alcance social, tais como a instalação de 631 Centros Comunitários de Produção, contemplando casas de farinha, unidades de artesanato e confecção, produção de laticínios, entre outros, beneficiando mais de 12 mil famílias.

Para o ano de 2009, estão previstos investimentos do Governo Federal, Governos Estaduais e contrapartida dos Agentes Executores de aproximadamente R\$ 4 bilhões, para realizar 600 mil novas ligações, beneficiando 3 milhões de pessoas.

11. Inclusão Digital

O Governo contribuiu para a redução da exclusão digital ao levar o Programa de Inclusão Digital aos pontos mais remotos do País, focando sua atuação em duas ações principais, em 2008: Telecentros Comunitários, para prefeituras, e o Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).

Os Telecentros Comunitários, em 2008, atingiram 5.400 Municípios, correspondendo a 97,05% de cobertura territorial brasileira. Tal número representa um passo relevante para a universalização da política pública de Inclusão Digital, disponibilizando às comunidades o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Em particular, destaca-se o atendimento a localidades distantes dos grandes centros, a exemplo dos Municípios das regiões Norte e Centro-Oeste, que contam com pelo menos um Telecentro já instalado.

Ressalte-se que essa infra-estrutura de acesso às TICs é disponibilizada de forma 100% gratuita e representa relevante contribuição para a eliminação da exclusão digital no Brasil. No âmbito dessa iniciativa estão sendo capacitados todos os monitores/coordenadores dos Telecentros Comunitários implantados, o que proporcionará aos usuários a garantia de apropriação do conhecimento no uso dessas tecnologias.

Em 2009, os Telecentros Comunitários serão implantados em mais 5.000 pontos, que serão instalados em Municípios brasileiros com maior vulnerabilidade social. Todos os Telecentros que serão implantados terão a garantia de qualificação do respectivo monitor/coordenador, bem como de conexão à Internet em banda larga, pelo GESAC.

O GESAC alcançou 3.573 localidades em 2008. Esta iniciativa é disponibilizada por meio de parcerias com diversas instituições governamentais e não-governamentais, focando na distribuição e apropriação das TICs pela comunidade atendida. Inclui conexão em banda larga, capacitação de multiplicadores, visitas pela equipe de implementadores sociais para apoio tecnológico, realização de oficinas e uma cesta de aplicativos (softwares) para inclusão digital. O GESAC está presente em diversas comunidades socialmente vulneráveis, incluindo cerca de 40 comunidades indígenas, 40 comunidades quilombolas, 10 comunidades ribeirinhas e 12 assentamentos, entre outras.

Em agosto de 2008, foram firmados contratos que permitirão a expansão do GESAC para 12.000 pontos, com a instalação de 1.200 pontos adicionais. Para 2009, ao se considerar também a inclusão de 11.000 novos pontos, essa iniciativa atingirá a marca de 23.000 pontos, abrangendo todos os Municípios do País. A prioridade é conectar os Telecentros Comunitários doados pelo Governo Federal a prefeituras e o atendimento de escolas públicas que não dispõem ainda de banda larga. Os pontos GESAC contarão com velocidades diferenciadas por perfil de uso, variando de 256 kbps a 8 Mbps.

O GESAC tem papel crucial na meta de conectar todas as escolas públicas do País, presente no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tendo em vista a mencionada obrigação das operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (SFTC) de prover acesso banda larga a todas as escolas públicas urbanas até o fim de 2010, o GESAC irá focar sua atuação na conexão das escolas rurais que não possuem acesso à Internet. Pelo cronograma do Programa Banda Larga nas Escolas, iniciado em abril de 2008 e com término previsto para dezembro de 2010, 100% das 55 mil escolas públicas urbanas de ensino fundamental e médio do Brasil estarão conectadas à Internet em banda larga.

O apoio aos telecentros possui no Observatório Nacional de Inclusão Digital uma poderosa ferramenta de organização e acompanhamento. Nele, serão cadastrados todos os telecentros apoiados pelo Governo. Em 2008, o Observatório sistematizou dados de localização e contato de mais de 5 mil telecentros em funcionamento em todo o País. Também dispôs de um banco de referências com amplo acervo, de uso livre para agentes de inclusão digital, gestores, estudiosos e cidadãos interessados no tema.

Além de estruturar sua política para telecentros, o Governo prossegue com os esforços de reaproveitar cada computador para acelerar a inclusão digital. Escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outros projetos de uso das tecnologias, em todo o País, recebem equipamentos dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) do Projeto Computadores para Inclusão. Além de produzir máquinas recuperadas, essas oficinas têm oferecido aos jovens de baixa renda aprendizado para o mercado de trabalho, contribuindo para sua inclusão social.

Além de promover acesso digital, o Governo vem trabalhando para que os portais públicos sejam mais fáceis de acessar e sejam identificáveis pelos sistemas de busca da Internet, buscando facilitar o processo de prestação dos serviços eletrônicos disponíveis nos sítios e portais por outros canais, além da citada Rede. Nesse sentido, foram desenvolvidos no ano de 2008 os Padrões Brasil e-Gov, que correspondem a um conjunto de recomendações de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas, que visam aprimorar a comunicação e o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo. O guia Recomendações para Codificação de Páginas, Sítios e Portais foi disponibilizado para consulta pública e detalha recomendações de boas práticas em codificação. Dois outros documentos foram trabalhados e devem ser publicados no início de 2009: o Guia de Administração e a Cartilha de Usabilidade. Além disso, em 2008, foram incorporados à PNAD seis quesitos voltados para a investigação do tema Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal. A divulgação dos resultados desse levantamento está prevista para final de 2009.

12. Justiça e Segurança Pública

Além do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), já abordado no item 1 deste Capítulo – Agenda Social –, destacam-se os seguintes programas e ações no âmbito da Justiça e da Segurança Pública desenvolvidas pelo Governo.

a) Sistema Único de Segurança Pública

Visando profissionalizar a gestão da Política de Segurança Pública e orientar a implementação da estratégia segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Governo centrou as ações do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em seis eixos principais: modernização organizacional das instituições de segurança pública; criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização de estruturas físicas; implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; implantação de sistema de gestão do conhecimento; e reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Baseada na Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) tem um contingente formado por policiais e bombeiros dos Estados, que passam por um treinamento denominado Instrução de Nivelamento de Conhecimento, em Brasília. O objetivo é padronizar os procedimentos de operação, sempre com foco na

preservação da vida e no respeito aos direitos dos cidadãos. Foi criado o Batalhão Especial de Pronto Emprego (BEPE) – novo setor especializado da Força Nacional. O Batalhão, com sede em Luziânia (GO), região do entorno de Brasília, terá como finalidade disseminar conhecimento e tecnologia de ponta para as polícias estaduais e garantir a imediata atuação em casos de grave crise nos Estados. Inicialmente, o batalhão será composto por 550 policiais (entre homens e mulheres) cedidos por 11 Estados, por um ano, para receberem treinamento. Após esse período, eles retornarão aos locais de origem com todo o equipamento utilizado durante a capacitação, como viaturas, armas letais e não-letais, coletes e capacetes balísticos de última geração.

Em 2008, as unidades da Federação que mais contribuíram com a cessão de profissionais à Força Nacional foram: Amazonas, Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Para 2009, a Força Nacional implantará mais dois Batalhões Escola, um voltado para especialidade de Policiamento Ambiental e outro para Policiamento de Proximidade, com a finalidade de tornar a Força ainda mais próxima da comunidade.

A Rede Nacional de Educação em Segurança Pública a Distância (EAD) atingiu a marca de 367.188 policiais beneficiados. Já a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que congrega 40 universidades de todo o País, disponibilizando o total de 80 cursos, atende 2.948 policiais, que recebem bolsas de estudos. No total, 370.136 policiais foram beneficiados, em 2008.

Os cursos de promotor e multiplicador de polícia comunitária, realizados em todo o País, ultrapassaram as expectativas planejadas para 2008. A previsão de 10 turmas por Estado, com 50 alunos, sendo 13.500 pessoas capacitadas (entre policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, guardas municipais e lideranças comunitárias) foi superada, pois muitas unidades da Federação realizaram turmas além das planejadas, totalizando 14.923 capacitações nos cursos presenciais.

b) Sistema Penitenciário Federal

Quanto à criação de vagas no sistema penitenciário, o Governo conduziu o andamento de 80 obras em todo o País, em 2008, representando um acréscimo de 16.906 novas vagas no sistema prisional brasileiro. Foram desencadeados processos de contratação de empresas especializadas na elaboração de projetos executivos, que contemplam unidades prisionais com diferentes capacidades e versões. Foram contratadas outras 21 obras, das quais cinco são unidades prisionais do Pronasci destinadas a presos na faixa etária entre 18 e 24 anos.

Foram adquiridos no último ano equipamentos de segurança eletrônica para presídios estaduais, com o investimento aproximado de R\$ 18 milhões. Com relação a ações de capacitação em serviços penais, foram realizadas parcerias, publicações, ações de capacitação com 150 pessoas beneficiadas e foram celebrados 9 convênios, objetivando capacitar 8.700 servidores penitenciários nos Estados de Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba, Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

Os esforços no sentido de efetivação das ações de apoio ao trabalho e renda resultaram na celebração de 42 convênios com 20 unidades da Federação, prevendo a capacitação e/ou atendimento de aproximadamente 30.000 pessoas. Ainda em 2008, foi realizada a implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Com relação à assistência ao preso no Sistema Penitenciário Federal, pode-se destacar a assistência educacional e a educação profissionalizante. Essa atividade foi desenvolvida em parceria com o SENAI, tendo como resultado o Projeto Iniciação

Profissional de Detentos a Distância, que criará espaços pedagógicos para que um grupo de 250 internos, custodiados nas penitenciárias federais em Catanduvas/PR e em Campo Grande/MS, tenham maior possibilidade de inserção socioproductiva quando do cumprimento da pena.

c) Combate à Criminalidade

Em 2008, o Governo recebeu o Investigation Grade, pela Secretaria-Geral da Interpol, em reconhecimento aos trabalhos realizados no combate à exploração sexual infantil, pela atuação da Polícia Federal. De igual modo, o último ano marcou o início das ações estratégicas de longo prazo que pretendem tornar a Polícia Federal referência mundial em segurança pública, até o ano de 2022, quando o País comemorará 200 anos de independência. Esse plano estratégico tem pautado as ações dessa entidade, que vem buscando modernizar a gestão, de forma a qualificar suas ações e as provas criminais. Esse esforço pode ser medido nas 212 operações especiais realizadas durante 2008 e nos mais de 3 mil mandados de prisão cumpridos em todo o País.

No que diz respeito às atividades de Polícia Judiciária, foram instaurados 85.815 inquéritos e destes foram concluídos 57.890.

No tocante à Polícia Rodoviária Federal (PRF), em 2008, foram capacitados 10.094 policiais e 105 servidores administrativos. Os cursos internos totalizaram 17.201 horas/aulas, contemplando todas as superintendências regionais e distritos. A PRF realizou missão humanitária de saúde aos desabrigados do Estado de Santa Catarina; comandos de saúde para avaliação de mais de 9.000 motoristas profissionais, em todos os Estados; parceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) objetivando o desenvolvimento do estudo do impacto do uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas no trânsito brasileiro; aumento da prestação de serviço do atendimento pré-hospitalar, por meio de convênio com o SAMU, realizando mais de 8.000 atendimentos; acompanhamento psicossocial dos servidores, com destaque no Patrulha da Saúde, gerando a avaliação de mais de 2.300 servidores.

Ainda no âmbito da prevenção de acidentes, foram realizadas cinco grandes operações nacionais, nos períodos de feriados. Além disso, intensificou-se o foco na implantação do Projeto Unidades de Apoio ao Cidadão (UNACI) na região metropolitana de Curitiba, introduzindo nova matriz de policiamento, com o uso de metodologia científica para a distribuição do aparato policial e com gestão e controle das informações operacionais. Destacam-se, ainda, as operações de combate ao crime e operações de apoio a outros órgãos, com envolvimento direto de 900 policiais.

Em 2008, foi implementado o Projeto Corregedoria Participativa. A PRF intensificou as ações de investigação reservada, com diversas operações da Corregedoria, que levaram a 52 prisões em flagrante. Até outubro de 2008, foram instaurados 1.994 procedimentos administrativos disciplinares, os quais acarretaram 114 punições.

Para o ano de 2009, a PRF pretende realizar dez grandes operações nos feriados nacionais para prevenção de acidentes e direcionar a ação ostensiva apoiada em três pilares: resgate da atuação do policial rodoviário federal, como educador de trânsito; introdução do teste de alcoolemia em todas as abordagens, considerando a aquisição de 3.000 novos etilômetros; planejamento operacional com base na identificação espacial e temporal das ocorrências – ampliação do Projeto UNACI para mais quatro regiões metropolitanas; e emprego de indicadores para priorização das ações policiais – ampliação do sistema e análise das informações operacionais do DPRF e consolidação das parcerias para atividades de combate ao crime.

d) Combate à Pirataria

Tendo em vista o caráter dinâmico do fenômeno da pirataria e o desafio da implementação de ações destinadas a mitigar a demanda por produtos pirateados, tornou-se necessária a reformulação do Plano de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual. Para atingir esse intento, em 2008, foi inaugurado um novo processo de planejamento estratégico, que se estruturou em quatro oficinas de trabalho, envolvendo os representantes dos setores público e privado no Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

O próximo passo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) é a implementação do novo Plano, a partir de 2009, com especial ênfase no envolvimento direto dos consumidores nesse debate. Nesse sentido, é também um grande desafio envolver os vendedores de produtos formais, que sofrem com a competição desleal dos produtos piratas, para a promoção de campanhas e trabalhos de sensibilização dos consumidores nos cinemas, shoppings, lojas e nos próprios produtos originais.

e) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional

Em 2008, os esforços dedicados à aprovação dos projetos de lei referentes à reforma infraconstitucional, objetivando acelerar a tramitação dos processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios, resultaram na sanção pelo Presidente da República de três leis que modificam o Código de Processo Penal:

- Lei nº 11.689/2008 - altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri;
- Lei nº 11.690/08 – altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova; e
- Lei nº 11.719/08 – altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, *emendatio libelli*, *mutatio libelli* e aos procedimentos.

Para 2009, o Governo trabalhará para a continuidade das reformas constitucionais e infraconstitucionais, com especial destaque às iniciativas voltadas à promoção da democratização e universalização do acesso à justiça, da agilidade e efetividade da prestação jurisdicional e efetivação dos direitos humanos e fundamentais. O combate à corrupção e impunidade também serão objeto de novos esforços junto à agenda da Reforma do Judiciário. Articula-se, ainda, para o ano de 2009, a assinatura de um novo pacto entre os três Poderes, visando impulsionar a aprovação de um conjunto de projetos de lei e propostas de emendas à Constituição que darão prosseguimento à Reforma do Poder Judiciário.

f) Democratização do Acesso à Justiça

A efetivação da Lei Maria da Penha possibilitou significativo aumento na oferta dos serviços especializados instituídos no âmbito do sistema de justiça. Destaca-se, aqui, o número de juizados especiais de violência doméstica e familiar, que praticamente dobrou no ano de 2008. Em 2009, a construção e ampliação desses juizados e dos núcleos de atendimento especializado na Defensoria Pública segue sendo prioridade.

Com relação à Justiça Comunitária, foram assinados seis acordos para a implantação de dez núcleos, em seis regiões prioritárias

do Pronasci (Acre, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Espírito Santo). Além disso, foi lançado o livro “Justiça Comunitária – uma Experiência” e a cartilha “O que é Justiça Comunitária”, em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Para 2009, o Governo pretende promover um Seminário Nacional em Brasília, para integrar e avaliar os diversos projetos com participação efetiva da sociedade na discussão, além de firmar novos convênios para a implantação de núcleos.

Foi instituído o Projeto Pacificar, de fomento à mediação nas faculdades de Direito, objetivando implantar, fortalecer e divulgar a mediação como instrumento à ampliação do acesso e maior efetividade da Justiça, além de difundir a cultura de resolução não violenta de conflitos entre os graduandos. Para tanto, em 2008, foram financiados dezoito projetos que desenvolvem atividades em comunidades de baixa renda, com altos índices de violência.

O Governo ampliou a prestação de serviços com a extensão da assistência jurídica, integral e gratuita aos necessitados, realizando 399.971 atendimentos gratuitos nas unidades da Defensoria Pública da União nos Estados e Distrito Federal. De igual forma, a partir do serviço itinerante intensificou e ampliou a prestação de serviços aos necessitados que vivem em regiões afastadas das unidades, com um total de 14.592 atendimentos. Para o exercício de 2009, está prevista a ampliação para 550 mil atendimentos gratuitos à população carente, graças ao ingresso de 200 novos Defensores Públicos da União.

g) Cooperação Jurídica Internacional

Em 2008, com relação à cooperação jurídica internacional, o Governo obteve a quebra de sigilo bancário de mais de cinquenta contas mantidas em instituições financeiras no exterior e bloqueou cerca de US\$ 70 milhões. Também logrou manter os bloqueios de contas, com ativos ilícitos no exterior, efetivados nos anos anteriores. Para 2009, prevê-se a superação de todas as médias de bloqueio e recuperação de ativos.

Também em 2008, foi publicado o Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos, composto por dois volumes (penal e civil), que pretende auxiliar aos operadores internos a formular pedidos para outros países. Para 2009, pretende-se divulgar seu conteúdo por meio da realização de eventos de capacitação para os operadores da cooperação jurídica internacional. Além disso, ampliou-se a utilização das chamadas redes de cooperação, a exemplo da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRede), como forma mais ágil de obter o cumprimento dos pedidos de cooperação.

O Governo, por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça, coordenou o grupo de trabalho sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Fiscal, com vistas a aprimorar os mecanismos que levam à satisfação dos créditos fiscais que o Brasil possui em face de devedores que estão no exterior, que somam cerca de R\$ 300 milhões. O tema também foi acrescido na agenda de discussões da Reunião de Ministros de Justiça do Mercosul, que deve desenvolvê-lo em 2009.

Ainda em 2008, o Governo concluiu a negociação de sete Tratados Bilaterais de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, com Argélia, Bahamas, Jordânia, Marrocos, Romênia e Síria. Também foram concluídas as negociações do Tratado sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Alimentos com os Estados Unidos da América e dos Tratados sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil com Marrocos e Síria. Ademais, foi assinado memorando de entendimento para que um grupo de trabalho se dedique ao incremento da cooperação em matéria civil entre Brasil e Portugal.

A perspectiva para o ano de 2009 é de que sejam assinados vários tratados, cujas negociações estão adiantadas, e que se dê continuidade às conversações e se iniciem novas negociações com diversos países, a exemplo do Japão, Canadá, França, Itália e Alemanha.

h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

Em 2008, o Governo avançou substancialmente nas ações preventivas e repressivas e nas iniciativas de advocacia do consumidor. Consolidou, também, passos importantes no cumprimento do seu papel legal de coordenador da política nacional de proteção e defesa do consumidor. Foram aprovadas as normas (Decreto nº 6.523 e a Portaria MJ nº 2.014, ambos de 2008), que regulamentam o Código de Defesa do Consumidor (CDC), especificamente no que se refere aos Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC) das empresas que atuam em mercados regulados pelo Poder Público. Houve um amplo debate nacional que envolveu órgãos de defesa do consumidor de todo o Brasil, o Ministério Público, entidades civis de defesa do consumidor, representantes dos fornecedores e outros atores. O resultado foi celebrado por todos os envolvidos como sendo uma grande conquista da sociedade, que busca solucionar um problema sério e recorrente que os consumidores vinham enfrentando no seu relacionamento com os fornecedores de serviços regulados.

Foi publicado o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2008 (CNRF 2008), que consolida 93.872 reclamações registradas em Procons de todo o Brasil contra mais de 8.500 fornecedores. O CNRF 2008 contou com a participação de 19 Procons estaduais e 6 Procons municipais integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec).

Por meio da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o Governo vem adotando diversas iniciativas no que se refere à proteção ao consumidor. Entre elas, a proposta de regulamentação da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, permitindo que cotas representativas de fundos de acumulação previdenciária passem a pertencer aos próprios consumidores, e não mais às entidades de previdência e sociedades seguradoras. Para o ano de 2009, a perspectiva é de que sejam publicadas todas as regras necessárias a essa operação. Outra ação importante do Governo é o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 3.498, de 2008, com a proposta de autorizar a constituição de um Fundo de Proteção ao Consumidor (FPC), no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (SNSPC).

O Governo criou o Dia Nacional do Combate a Cartéis, comemorado todo o dia 8 de outubro. De modo a conscientizar consumidores e empresários dos danos causados por cartéis, o Ministério da Justiça lançou, pela primeira vez, uma coleção de cartilhas. A primeira delas foi para divulgar o Programa de Leniência e a segunda para Combate a Cartéis em Licitações. As cartilhas foram amplamente divulgadas na primeira Campanha Nacional de Combate a Cartéis, realizada em sete aeroportos, ocasião em que foram distribuídos meio milhão de materiais, entre cartilhas e folhetos. Em 2008, foram realizadas operações de busca e apreensão de documentos para obter provas de cartéis nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Ressalte-se que, de 2003 a 2006, foram cumpridos 30 mandados de busca e apreensão de documentos, sendo que nos últimos dois anos esse número passou para 177 (93 apenas em 2008).

No que se refere à ação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, entre outras ações, destaca-se o incentivo à capacitação técnica de gestores, com a promoção de curso de pós-graduação em Direito da Concorrência junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV-Brasília) e seminário das autoridades americanas da Federal Trade Commission e do Department of Justice, bem como

pelo envio de gestores para capacitação técnica no exterior. Foram também criados grupos técnicos temáticos estimulando a participação dos gestores na elaboração de políticas públicas.

Em 2009, as ações de Direito Econômico estarão voltadas à preparação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), antecipando as inovações institucionais e culturais previstas no Projeto de Lei nº 5.788, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 2005, e aprovado pela Câmara dos Deputados. Nessa linha, o Governo articulará junto ao Senado Federal para a aprovação desse projeto, em 2009.

13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas

A implementação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) vem se consolidando por meio do desenvolvimento de projetos com diferentes parceiros institucionais em áreas estratégicas de ação, seja no âmbito da capacitação e empoderamento dos diferentes atores relacionados ao enfrentamento da questão, seja por meio da realização de séries de levantamentos epidemiológicos que permitem o monitoramento e a análise das tendências de consumo no País, ou seja mediante a realização de projetos com proposições estratégicas definidas no âmbito do Governo, a partir dos anseios e necessidades da sociedade, relativas à questão das drogas.

Planeja-se, para 2009, avaliar a gestão e eficiência da PNAD, ajustando as estratégias de ação e buscando subsídios para decisões e planejamentos futuros. Ademais, a própria revisão dos 10 anos da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS) enseja a reflexão da sociedade civil e governos sobre os avanços e desafios na prevenção ao uso de drogas.

Importantes conquistas relativas à revisão dos marcos políticos e legais sobre o tema vêm sendo alcançadas a partir do esforço de articulação do Governo junto aos diferentes segmentos envolvidos, com uma resultante modernização legislativa, norteadas pelas transformações sociais e evidências científicas que vêm sendo produzidas sobre o tema. No arcabouço legal sobre drogas, cumpre destacar a aprovação da Lei nº 11.705, de 2008. Popularmente conhecido como “Lei Seca”, esse dispositivo, regulamentado pelo Decreto nº 6.489, de 2008, que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais, resultou em impactos significativos na redução do número de vítimas de violência no trânsito apontando resultados concretos no que se refere ao conjunto de medidas preventivas para a implementação da Política Nacional sobre o Alcool. Impacto não menos relevante refere-se à colocação do binômio álcool e trânsito no centro do debate e reflexão pela sociedade brasileira.

Para garantir que os impactos iniciais causados pela referida Lei possam se consolidar de forma positiva nas estatísticas nacionais sobre violência no trânsito, faz-se necessário adotar medidas que, articuladas às ações de fiscalização, possam potencializar a sua aplicação. Nesse sentido, o Governo desenvolve um projeto para capacitação dos Policiais Rodoviários Federais e Estaduais para a realização de ações preventivas e para a adequada abordagem ao motorista no que concerne à associação álcool e direção.

No contexto internacional, importantes espaços têm sido criados, por meio do estabelecimento de acordos de cooperação multi e bilaterais junto a agências, organismos e países que têm promovido um diálogo produtivo, permitindo trocas

efetivas de conhecimentos a partir das diferentes experiências. A intensificação das relações de cooperação nessa área tem dado visibilidade à política brasileira sobre drogas, mediante o reconhecimento da atualidade e vanguarda desta política no âmbito internacional. Reconhecendo a necessidade de ampliar a interlocução com a sociedade civil e fomentar a integração das ações dos entes federativos, o Governo tem se voltado ao fortalecimento dos conselhos estaduais, no sentido de promover a descentralização das ações. Associado à dinamização dos conselhos estaduais, o fortalecimento do protagonismo do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) é um desafio a ser enfrentado no âmbito das perspectivas para 2009, assegurando um processo democrático e participativo na construção coletiva da política pública sobre drogas no Brasil.

IV – INFRA-ESTRUTURA

O ano de 2008 foi marcado pela continuidade e ampliação de ações que compõem a carteira de projetos do PAC, sendo removidos obstáculos institucionais e econômico-financeiros para viabilizar parcerias e complementaridades dos investimentos públicos e privados. Em um contexto de crise internacional, no qual se observou uma tendência de movimentos de desaceleração econômica e cautela por parte de segmentos do setor privado, a intensificação dos investimentos em infra-estrutura tem representado importante contribuição ao movimento anticíclico da economia, contribuindo para a realimentação do nível de atividade, além de gerar externalidades positivas nos âmbitos econômico e social.

1. Energia

O Brasil, em 2008, continuou na trajetória de crescimento sustentado, requerendo medidas do Governo no campo da infra-estrutura energética para assegurar o suprimento de energia compatível com a performance econômica e social do País. Nessa linha, ancorada sobretudo nas ações do PAC, foram realizados importantes leilões de geração e transmissão, de modo a ampliar significativamente a oferta contemporânea e prospectiva de energia.

Em relação ao setor de petróleo e gás, foram anunciadas descobertas na nova província exploratória, denominada Pré-sal, que permitirá incluir o Brasil na seleta lista de grandes exportadores de petróleo. Ainda em 2008, foi aprovado, pelo Congresso Nacional, o novo marco legal da indústria do gás, o que contribuirá sobremaneira para o aumento dos investimentos no setor.

O desempenho do setor de biocombustíveis consolida a posição de vanguarda do País, que, em 2008, sediou a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, reunindo representantes de 92 países e 26 organismos internacionais para discutir os desafios e oportunidades apresentadas pelos biocombustíveis.

Para o ano de 2009, serão privilegiadas iniciativas que busquem ampliar a segurança energética brasileira, otimizando o potencial de oferta de energia elétrica sob a égide da modicidade tarifária. Na área de petróleo e gás, a perspectiva aponta para a continuidade do incentivo à exploração e produção, pela via do estímulo à competição entre os agentes integrantes do setor, prosseguimento dos investimentos no parque de refino, fomento às ações de ampliação da exploração e produção, e aprofundamento das discussões com a sociedade brasileira sobre o marco institucional do setor de petróleo e gás em um novo cenário que se avizinha.

a) Energia Elétrica

O Governo desenvolverá, ao longo de 2009, um conjunto de ações visando assegurar as condições necessárias para dotar o País de infra-estrutura energética capaz de suportar as taxas de crescimento do PIB previstas para o horizonte 2009/2012. Nesse sentido, todos os projetos estratégicos de geração e transmissão foram inseridos no PAC. Em relação à geração de energia elétrica, para este exercício, projeta-se o incremento de aproximadamente 5.340,2 MW na capacidade de geração.

Dentre as obras estratégicas para o suprimento da oferta de energia elétrica, no médio prazo, destaca-se a celebração, em 2008, dos contratos de concessão para a construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, que representarão juntas um acréscimo de 6.450 MW na capacidade de geração do sistema elétrico e garantirão o fornecimento de energia a partir de 2012.

a.1) Geração e Transmissão

A capacidade de geração de energia elétrica atingiu, em 2008, 110.423 MW, incluídos 8.170 MW referentes à importação. A entrada em operação da UHE Castro Alves (RS), com 129 MW, da Usina Termoeletrica (UTE) Jesus S. Pereira (Vale do Açu/RN), com 367,9 MW, e das usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), com 592,05 MW, estão entre as obras que contribuíram para esse resultado. Em agosto do referido ano, iniciou-se a construção da UHE Santo Antônio, de 3.150 MW, no Rio Madeira em Rondônia, cuja entrada em operação acontecerá até maio de 2012. Em novembro, foi emitida a licença de instalação parcial da UHE Jirau de 3.300 MW, a ser também implantada no Rio Madeira, com início previsto de operação em janeiro de 2013. Para o ano de 2009, está previsto o início da operação de 912,6 MW de fonte hidráulica, 3.506,5 MW de fonte térmica e 921 MW decorrentes do Proinfa, que totalizarão 5.340,1 MW.

Em 12 de agosto de 2008, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) autorizou a realização das obras de regularização em concreto da área de construção para a Usina de Angra III. As condicionantes impostas pelo Ibama foram respondidas e entregues, pela Eletronuclear, em novembro de 2008. Aguarda-se a emissão da licença de instalação definitiva para março de 2009.

O sistema de transporte de energia elétrica alcançou, em 2008, a extensão de 90.672 km, dos quais 1.766 km são referentes aos sistemas isolados, e foram energizados 3.438 km de linhas de transmissão (LTs), sendo que, entre 2003 e 2008, foram construídos 18.165 km. Os resultados obtidos foram a maior integração dos subsistemas elétricos, a ampliação da capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento da diversidade hidrológica do País, e a garantia das condições necessárias para o suprimento de eletricidade com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Quanto à expansão total da transmissão de energia elétrica, estão em implantação 3.908 km de linhas de LTs e 9.851 MVA de potência de transformação para início de operação em 2009. Para a segurança do suprimento de energia elétrica, serão licitados, em 2009, cerca de 4.500 km de linhas de transmissão. Dentre os empreendimentos de transmissão, merecem destaque as interligações energéticas entre Regiões, ressaltando-se para 2009 i) a interligação dos Estados de Rondônia e Acre ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio da linha de transmissão Jauru (MT)/Vilhena (RO), que irá proporcionar economia de cerca de R\$ 1,5 bilhão na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC); ii) a linha de transmissão Colinas (TO)/Milagres (CE) que reforçará a capacidade de transferência entre as regiões Norte e Nordeste. Ainda para 2009, está previsto o início da implantação da LT Tucuruí–Manaus–Macapá, importante obra de interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o SIN, representando também uma importante redução no consumo de derivados de petróleo e, conseqüentemente, dos subsídios da CCC. Ainda em 2009, estão previstas as assinaturas dos contratos de concessão dos empreendimentos de transmissão necessários para o escoamento da energia das Usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.

a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Ocorreram, no ano de 2008, o leilão da UHE Jirau, no Rio Madeira (RO); dois leilões de compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração (A-3 e A-5); e o leilão de energia de reserva, que totalizaram 6.131,71 MW médios de energia contratada e 13.019,36 MW de potência instalada. A mencionada UHE de Jirau foi leiloada em maio, sendo contratados 1.382,71

MW médios para suprimento ao mercado cativo (regulado), ficando 592,59 MW médios para o mercado livre, equivalentes a 30% da energia assegurada.

O 1º Leilão de Compra de Energia de Reserva, realizado em agosto, contratou 548 MW médios de energia elétrica provenientes de 31 empreendimentos de geração a partir de biomassa, proporcionando o aumento da participação dessa fonte na matriz elétrica nacional, em conformidade com a política setorial de incentivo às fontes renováveis. Esses empreendimentos adicionarão 2.369,40 MW de potência instalada ao SIN e demandarão investimentos de R\$ 4,6 bilhões.

O leilão A-3, para contratação de energia elétrica com início de suprimento a partir de 2011, realizado em setembro, resultou na contratação de 1.076 MW médios, provenientes de 10 empreendimentos de geração que acrescentarão 1.935,39 MW ao SIN e importarão investimentos de R\$ 3,5 bilhões. Os empreendimentos contratados têm como fonte primária óleo combustível (75,4%) e gás natural (24,6%), dos quais 91% encontram-se no sub-mercado Nordeste e 9% no submercado Sudeste/Centro-Oeste.

No 7º Leilão A-5, realizado também em setembro, foram contratados 3.125 MW médios gerados a partir da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu/PR (121 MW médios) e de 23 empreendimentos de geração termelétrica (3.004 MW médios), que acrescentarão 5.414,56 MW ao SIN com investimentos previstos de R\$ 11,3 bilhões. Os empreendimentos contratados têm como fonte primária óleo combustível (64%), gás natural (22%), carvão mineral importado (9%), hidráulica (4%) e biomassa (1%), dos quais 15 estão no submercado Nordeste, 8 no Sudeste/Centro-Oeste e 1 no Sul, com início de suprimento para 2013. As concessões e autorizações de geração, resultantes dos leilões de energia elétrica, realizados em 2008, que não foram efetivadas, serão outorgadas em 2009.

O leilão de transmissão, realizado em junho, contratou 3.000 km de linhas de transmissão e 20 subestações, dentre as quais a interligação Tucuruí–Manaus–Macapá e reforços da Rede Básica nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Essas instalações de transmissão têm previsão de início de operação para 2012, quando 99,9% do sistema elétrico brasileiro estará interligado e propiciará uma significativa redução no consumo de combustíveis fósseis na região Norte e do custo da geração de energia elétrica. São estimados investimentos de R\$ 2,86 bilhões. Já no 2º leilão de transmissão, realizado em outubro, foram contratados 275 km de linhas de transmissão e 7 subestações, para atender à ampliação da Rede Básica do SIN nos Estados do Piauí, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, com investimentos estimados em R\$ 589 milhões.

O leilão de transmissão, realizado em novembro, licitou 2.044 km de linhas e 9 subestações para ampliações da Rede Básica nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás e Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e das Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), que permitirão a comercialização dos excedentes de energia elétrica produzidos a partir de biomassa de cana-de-açúcar. Esses sistemas de transmissão têm início de operação previsto para julho de 2010. O investimento total previsto de R\$ 969 milhões irá gerar, durante a construção, cerca de 9.500 empregos. As outorgas serão concedidas no primeiro semestre de 2009. Em outro leilão, realizado também em novembro, foi licitado o sistema de transmissão para interligar as Usinas de Santo Antônio e Jirau ao SIN, compreendendo 5.446,60 km de linhas de transmissão e 7 Subestações, com entrada em operação para 2013, cujas concessões serão outorgadas no primeiro semestre de 2009. São estimados investimentos de R\$ 7,2 bilhões para esse empreendimento.

Assim, nos quatro leilões realizados no ano de 2008 foram licitados 13.626 km de linhas de transmissão e 85 novas subestações do SIN, com investimentos de R\$ 11,53 bilhões. Foram concedidas 18 novas outorgas de transmissão de energia elétrica, que totalizaram 4.930 km de linhas de transmissão e 23 novas subestações. Outras 20 concessões serão outorgadas em 2009.

a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Serão realizados, no ano de 2009, dois leilões A-3 e A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de contratar cerca de 3.000 MW médios, para o atendimento ao mercado previsto pelo planejamento da expansão a partir de 2012 e 2014, respectivamente. Serão leiloadas, também em 2009, as concessões para exploração de quatro potenciais hidrelétricos, dentre as quais a usina de Belo Monte, localizada no Rio Xingu, no Estado do Pará, cujos estudos estimam uma potência instalada em cerca de 11.000 MW.

Estão previstos dois leilões de transmissão de energia elétrica para o ano de 2009. O 1º leilão licitará a concessão de reforços de transmissão necessários nos Estados do Acre e Rondônia, além do sistema para transmissão da energia elétrica gerada pelas usinas localizadas no Estado de Mato Grosso, compreendendo seis subestações e 2.119 km de linha de transmissão. As instalações de transmissão de energia elétrica, objeto do 2º leilão, serão definidas a partir da consolidação dos reforços das obras de expansão da Rede Básica para o período 2009/2011, acrescendo cerca de 2.375 km de linhas de transmissão e oito subestações.

a.4) Planejamento do Setor Elétrico

No ano de 2009, dar-se-á a introdução de horizontes de planejamento intermediários e novos estudos específicos que ampararão as tomadas de decisão para a indicação dos empreendimentos para licitação e transmissão. Dentre esses estudos, estão o Plano Quinquenal de expansão de energia e os estudos relacionados a indicadores energéticos. Esses estudos subsidiam o Governo, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME), na definição do conjunto de obras de transmissão de energia que serão submetidas a processo licitatório em 2009, visando à manutenção da qualidade e confiabilidade do atendimento elétrico do SIN. Concomitantemente, a busca pela segurança energética e pelo desenvolvimento do potencial energético é indicada nos planos decenais de energia e nos planos de longo prazo: PNE 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030.

a.5) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

No âmbito do PAC, em 2008, na área de geração e transmissão de energia elétrica, considerando o processo de licenciamento ambiental e as autorizações de entrada em terras indígenas para a realização de estudos, foram obtidas licenças ambientais para 7 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 8 UHEs, 21 LIs, 79 UTEs e 7 autorizações de acesso à terra indígena para estudo de inventário de bacia hidrográfica. Dentre os empreendimentos licenciados, destacam-se o início da construção das mencionadas UHE de Santo Antônio e a Licença de Instalação (LI) parcial para a ensecadeira da UHE Jirau, antecipando em 6 meses a previsão de geração de energia.

a.6) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

O Governo tem se pautado por iniciativas e ações que ampliem a participação das fontes renováveis na matriz energética, com

ênfase na eficiência energética, considerada a fonte mais limpa e mais barata. Nesse contexto, o Proinfa, com investimentos privados da ordem de R\$ 11 bilhões, tem como objetivos estratégicos a diversificação da matriz energética, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção da complementaridade das fontes eólicas e de biomassa com as hidrelétricas. A meta final é a instalação de 3.300 MW, quando estiverem concluídos os 144 empreendimentos que o integram. Até dezembro de 2008, 70 usinas entraram em operação, que correspondem a 1.593,23 MW. Para 2009, por meio do Proinfa será promovido um acréscimo de 1.299,87 MW no SIN, sendo 894,57 MW à Eólica e 405,3 MW a PCHs.

a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

Na busca pela estabilidade do marco regulatório, o Governo procurou assegurar um ambiente favorável aos investimentos no setor elétrico, por meio de medidas de regulação e fiscalização dos mercados. Merece destaque, no campo da regulamentação, a continuidade do segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, referente ao período 2007/2010, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em 2008, foram realizadas revisões tarifárias em 36 das 65 distribuidoras, com a revisão dos custos da concessão, observando-se as diretrizes legais e contratuais.

O aprimoramento da metodologia do processo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, que contou com as contribuições de audiências públicas realizadas em 2008, representa um importante marco para a continuidade desse segundo ciclo, cuja previsão, para 2009, é de promover revisão em 17 distribuidoras. No segmento de transmissão, destaca-se, para o exercício de 2009, o início do segundo ciclo de revisão tarifária, com a previsão de revisão de 12 transmissoras.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, foram realizadas 1.780 fiscalizações até novembro de 2008 e está programada, para esse exercício, a realização de 2.017 fiscalizações de obras, instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, abarcando os aspectos econômicos e financeiros das concessões, bem como dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética. As fiscalizações são realizadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), contando com o apoio de terceiros e por meio das agências reguladoras estaduais conveniadas para o desenvolvimento de atividades delegadas.

Quanto aos aspectos técnico e comercial, será priorizada a prevenção de condutas irregulares, o acompanhamento do atendimento a consumidores livres e de baixa renda, e o programa de universalização no uso da energia elétrica. Na área econômico-financeira, destaca-se a fiscalização da CCC, que resulta em ações corretivas com vistas ao uso mais eficiente dos combustíveis nas usinas termelétricas dos sistemas isolados. As ações de fiscalização, para 2009, mantêm como uma das suas principais diretrizes a continuidade da busca pela modicidade tarifária, a exemplo dos resultados que foram obtidos em 2007 e 2008, com a efetiva diminuição dos encargos dessa Contribuição, de 36,6% e 19,3%, respectivamente, em relação ao exercício de 2006, proporcionando a redução de tarifas de várias distribuidoras.

Em relação às ações de outorga de concessões, autorizações, permissões e aos registros para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o desafio, para o período de 2009, é promover a realização dos leilões de geração e transmissão de energia, com vistas ao suprimento energético programado pelo Plano Decenal de Energia Elétrica, tendo ainda como foco as metas prioritizadas no PAC. Em 2008, em continuidade ao processo de regularização de cooperativas, foram regularizadas 25 dessas entidades como permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, e, para 2009, prevê-se a regularização

de mais 15 cooperativas como permissionárias e 26 como autorizatárias. No âmbito da atuação da Ouvidoria, serão assegurados os serviços da central de teleatendimento aos consumidores da ANEEL, bem como as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, que proporcionaram, em 2008, atendimento de 1.732.826 solicitações, ultrapassando a meta de 1.700.000 estabelecida. Para 2009, a meta esperada é de atendimento de 2.040.000 solicitações.

Com vistas a fortalecer os mecanismos de controle social, foram realizadas audiências públicas com a participação da sociedade, consumidores e agentes, assegurando maior transparência ao processo de regulação, assim como a organização de eventos e teleconferências e a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar a satisfação do consumidor, a qualidade do serviço de energia elétrica e as expectativas dos agentes setoriais e dos consumidores.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

A exploração de petróleo e gás natural proporcionou novos horizontes ao País, em decorrência da grande potencialidade do aproveitamento de nossos recursos petrolíferos. A partir do final do ano de 2007 e durante todo o ano de 2008, foram anunciadas descobertas na nova província exploratória denominada de Pré-sal. Para ilustrar sua dimensão, vale mencionar que apenas as descobertas, com volumes recuperáveis estimados, de Tupi (5 a 8 bilhões de barris de óleo equivalente – boe), Iara (3 a 4 bilhões de boe) e Jubarte (1,5 a 2 bilhões de boe) totalizaram entre 9,5 e 14 bilhões de boe. Isso equivale às reservas provadas brasileiras, em 2007, que foram de 14,8 bilhões de boe. As reservas provadas de gás natural, contabilizadas em 2008, atingiram 365 bilhões de m³.

Em relação à produção de petróleo e gás, no final de 2007 e durante 2008, as plataformas Juscelino Kubitschek-JK, P-52, P-54 e P-53 entraram em operação. Dentre essas, destaca-se a plataforma JK, a primeira unidade a produzir na sequência do Pré-sal, no campo de Jubarte. Como resultado da entrada em operação dessas plataformas, a produção brasileira atingiu a média de 1,9 milhão de barris por dia de petróleo, cerca de 4% superior à produção de petróleo no mesmo período de 2007.

Em relação à produção e à oferta de gás, destacam-se as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS) na região Sudeste do País, com o início da operação da fase II do campo de Peroá e o aproveitamento do gás produzido nas plataformas P-52 e P-54, na Bacia de Campos, e a ampliação da oferta no Campo de Manati, no Estado da Bahia, que possibilitaram, no decorrer de 2008, compensar o declínio natural dos campos já existentes e produzir 58,4 milhões de metros cúbicos de gás natural, aumento de 19% em relação a 2007. Dessa produção, 29,4 milhões de m³/dia foram ofertados ao mercado nacional, representando crescimento de 35% em relação aos 21,8 milhões de m³/dia ofertados em 2007.

Em 2009, a meta de produção de petróleo é de 2,2 milhões de barris/dia e de 77,5 milhões de m³/dia para o gás natural. Para atingir essa meta, está prevista, para este exercício, a entrada em produção de mais 6 plataformas, que incorporarão à infraestrutura de produção 585 mil barris/dia de óleo e 25,9 milhões de m³/dia de gás natural adicionais, além da entrada em operação de 2 módulos da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Cacimbas, permitindo o tratamento de 7,0 milhões de m³/dia de gás natural. Os principais projetos de exploração e produção são:

- FPSO Cidade de Niterói – módulo 2 do campo de Marlim Leste, na Bacia de Campos, com capacidade de 100 mil barris de óleo e 3,5 milhões m³/dia de gás;
- SS P-51 – módulo 2 do campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, com capacidade de 180 mil barris de óleo e 6,0 milhões m³/dia de gás;

- FPSO Espírito Santo – em parceria com a Shell e Oil and Natural Gas Co. (NGC) (35% Petrobras), desenvolvimento inicial do Parque das Conchas, que abrange os campos de Ostra, Argonauta e Abalone, na Bacia de Campos, com capacidade de 100 mil barris/dia de óleo e 1,4 milhão m³/dia de gás;
- FPSO Frade – em parceria com a Chevron e Frade Japão (30% Petrobras), desenvolvimento inicial do campo de Frade, na Bacia de Campos, com capacidade de 150 mil barris/dia de óleo e 3,0 milhões m³/dia de gás;
- FPSO Cidade de São Mateus – em parceria com a El Paso (76% Petrobras), desenvolvimento inicial do campo de Camarupim, na Bacia do Espírito Santo, com capacidade de 25 mil barris/dia de óleo e 10,0 milhões m³/dia de gás;
- FPSO BW Cidade de São Vicente – em parceria com a BG e a Petrogal (65% Petrobras), teste de longa duração (TLD) do Pré-sal, no bloco exploratório de Tupi (BM-S-11), na Bacia de Santos, com capacidade de 30 mil barris/dia de óleo;
- Canapu – desenvolvimento inicial do campo de Canapu, na Bacia do Espírito Santo, com capacidade de 2,0 milhões m³/dia de gás; e
- UTG Cacimbas – início da operação dos módulos 2 e 3, com capacidade de tratamento de 3,5 milhões de m³/dia de gás natural cada, para especificação do gás proveniente dos campos marítimos da Bacia do Espírito Santo.

b.1) Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e Terceira Rodada de Campos Marginais

É importante ressaltar a realização, em 2008, da 10ª Rodada de Licitações, com a oferta de 130 blocos exploratórios localizados em sete bacias sedimentares terrestres maduras e de novas fronteiras. No total, 54 blocos foram arrematados, o que representa 68% da área oferecida. A Petrobras foi a empresa que arrematou o maior número de blocos, 27. Foram arrecadados R\$ 89,4 milhões em bônus de assinatura. O programa exploratório mínimo superou as expectativas para uma rodada com oferta de blocos exclusivamente em terra, totalizando investimentos da ordem de R\$ 611,1 milhões na fase de exploração.

Ressalta-se ainda que, no primeiro trimestre de 2009, está prevista a 3ª Rodada de Campos Marginais, com oferta de 19 áreas inativas com acumulações marginais na Bacia do Recôncavo.

b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Ao longo de 2008, o Governo atuou destacadamente na coordenação de reuniões com todos os agentes da cadeia da indústria do gás natural com o objetivo de buscar o consenso em torno do novo marco legal. O amplo acordo firmado entre esses agentes resultou na aprovação do PLC nº 90/2007, pelo Congresso Nacional, em dezembro de 2008. O novo marco regulatório trará avanços importantes que contribuirão para consolidação da indústria do gás natural no Brasil. Entre eles, destacam-se a introdução do regime de concessão para novos gasodutos, a atribuição de competência ao MME no planejamento da expansão da malha de transporte, a regulamentação das atividades de estocagem e armazenamento, o acesso regulado aos gasodutos e o tratamento legal aos aspectos da contingência no suprimento.

As grandes descobertas na área do Pré-sal tornaram necessário o aprofundamento do debate sobre um melhor aproveitamento desses recursos por parte do Estado brasileiro. Dessa forma, instituiu-se, em 2008, uma Comissão Interministerial com a finalidade de estudar e propor as alterações necessárias na legislação no que se refere à exploração e à produção de petróleo e gás natural nas áreas do Pré-sal. As sugestões dessa Comissão deverão ser amplamente discutidas pela sociedade brasileira durante o ano de 2009.

b.3) Infra-estrutura de Transporte de Gás Natural

Com relação à expansão da infra-estrutura de transporte de gás natural, em 2008, a carteira de projetos monitorados totalizou 3.101,5 km de novos gasodutos. Desse total, 754 km foram concluídos (24%), 1.784,5 km estão em fase de construção ou testes (58%) e 563 km estão em fase de projeto ou em licenciamento ambiental (18%). Com crescimento de 12% em relação ao ano passado, a malha de transporte passou de 6.424 km, em dezembro de 2007, para 7.178 km, em dezembro de 2008. Destaca-se, em particular, o início da construção do último trecho do Gasene, entre Cacimbas (ES) e Catu (BA), que interligará as malhas do Sudeste e do Nordeste. Esse gasoduto tem 954 km de extensão e capacidade de transporte de 20 milhões de m³/dia. A previsão é que, em 2009, a malha atinja cerca de 8 mil km, e, em 2010, ano de conclusão desse gasoduto, a malha alcance 9.525,7 km de extensão.

Ademais, entrou em operação comercial o gasoduto Catu (BA) – Itaporanga (SE) com 196 km de extensão e capacidade de 10 milhões de m³/dia, que permite escoar o gás natural de Manati e do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene). Com a conclusão desse gasoduto e o aumento de produção de Manati, o Estado da Bahia passa a ser exportador de gás natural para o Nordeste do País. Também já se encontra em operação o gasoduto Cabiúnas (RJ) – Vitória (ES), trecho inicial do Gasene, com 303 km de extensão, que permite o envio do gás natural produzido na Bacia do Espírito Santo para atender a região Sudeste.

Destaca-se também a entrada em operação do trecho Taubaté-Japeri do Gasoduto Campinas-Rio, com 255 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, que permite um aporte de até 1,6 milhão m³ de gás ao mercado consumidor. Já em 2009, entram em operação os seguintes gasodutos:

- Japeri-Reduc, de 45 km, terá capacidade para transportar 20 milhões de m³/dia e permitirá o escoamento do gás natural originário da Bacia de Campos, Gasbol, GNL e futuramente da Bacia do Espírito Santo para atendimento ao mercado termoeletrico da região Sudeste;
- Paulínia-Jacutinga, de 93 km, terá capacidade de transportar 5 milhões de m³/dia, interligando o Gasoduto Bolívia-Brasil, em Paulínia, no Estado de São Paulo, com o Ponto de Entrega de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais, levando o gás natural para o sul desse Estado;
- Gasduc III, de 178,3 km, terá capacidade de transportar 40 milhões de m³/dia, aumentando a capacidade de transporte entre Cabiúnas e o Rio de Janeiro, permitindo o fornecimento de gás natural da Bacia do Espírito Santo e o fornecimento de gás novo da Bacia de Campos para o Rio de Janeiro e demais Estados do Sudeste. Está prevista também a possibilidade de transferir o gás proveniente do gasoduto Japeri-Reduc ou do sistema GNL da Baía de Guanabara para a Região Norte Fluminense, com a utilização da estação de compressão de Campos Elíseos; e
- GLPduto Urucu-Coari e o gasoduto Coari-Manaus. O primeiro, com extensão de 278 km, substituirá o gasoduto existente, Urucu-Coari, no transporte de GLP, liberando-o para o transporte de gás natural. O segundo, com 383 km de extensão, será interligado ao gasoduto Urucu-Coari, formando o gasoduto Urucu-Coari-Manaus, cuja capacidade inicial de transporte de 4 milhões de m³/dia, permitirá escoar a produção de gás natural do pólo de Urucu para atendimento do mercado do Estado do Amazonas, principalmente para a geração de energia elétrica.

b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

Em 2008, entrou em pré-operação o terminal de GNL de Pecém (CE). Esse terminal possui capacidade de regaseificação de até 6 milhões de m³/dia, sendo prevista a sua operação comercial a partir de janeiro de 2009. O gás processado em Pecém

será usado, prioritariamente, para a geração de energia elétrica nas usinas Termoceará (CE), Termofortaleza (CE) e Jesus Soares Pereira (RN). Encontra-se também em fase de conclusão a construção do terminal de GNL da Baía de Guanabara (RJ), com capacidade de regaseificação de até 14 milhões de m³/dia. O início da operação comercial do terminal está previsto para fevereiro de 2009 e permitirá o pleno atendimento das usinas termelétricas Barbosa Lima Sobrinho (RJ), Leonel Brizola (RJ) e Araucária (PR).

b.4) Refino, HBIO, Plangás e Petroquímica

No setor de refino, no âmbito do PAC, 11 refinarias existentes receberão investimentos de R\$ 25,6 bilhões, até 2010, e terão sua capacidade instalada ampliada em 100 mil barris por dia de petróleo. Adicionalmente, haverá melhoria da qualidade dos combustíveis, conversão de produtos pesados em derivados leves, com maior valor agregado, e aumento do processamento de petróleo nacional. Nesse sentido, destaca-se a conclusão, em 2008, das obras de construção e montagem da Unidade de Coqueamento Retardado da Refinaria Duque de Caxias e da Unidade de Separação de Propeno da Refinaria Henrique Lage.

A Refinaria Abreu e Lima (PE), com investimento previsto de R\$ 8,9 bilhões e capacidade de processamento de 200 mil barris/dia, tem sua entrada em operação projetada para 2010. Ainda no que tange à ampliação da capacidade nacional de refino, há previsão de construção das refinarias Premium, a serem instaladas nos Estados de Maranhão e Ceará, as quais deverão processar petróleo pesado oriundo da Bacia de Campos e produzir derivados de elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre, agregando mais 900 mil barris/dia ao parque de refino brasileiro.

Com relação ao desenvolvimento de novas tecnologias, deve-se destacar o HBIO, processo que possibilita a utilização de óleo vegetal na corrente de formulação de óleo diesel. Desde julho de 2008, esse processo já se encontra disponível nas Refinarias Gabriel Passos, Presidente Getúlio Vargas, de Paulínia e Alberto Pasqualini.

Dos investimentos em petroquímica constantes no PAC, destacam-se o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com capacidade de processamento de petróleo de 150 mil barris/dia, investimentos previstos de cerca de R\$ 19 bilhões, até 2012, e a Petroquímica Suape (PE), com previsão de investimentos próximos de R\$ 1,4 bilhão, até 2010.

Em relação à área de transporte marítimo de combustíveis, destaca-se a continuação do processo de ampliação e substituição da frota nacional de navios petroleiros, iniciada em 2007, que resultará na construção de 49 navios e 2 superpetroleiros no Brasil. Até o momento, 26 navios já foram licitados, com investimento previsto superior a R\$ 4 bilhões. O processo licitatório para os demais navios foi iniciado em 2008 e tem conclusão prevista para 2009.

b.5) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

O Governo, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizou uma ampla gama de atividades de regulação, fiscalização e expansão do setor, em 2008. Tais atividades incluíram levantamentos geológicos e geofísicos, execução de rodadas de licitações de blocos exploratórios, gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras, gestão das concessões para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, fiscalização e autorização da distribuição e revenda de derivados do petróleo e etanol e autorização das atividades integrantes da indústria do petróleo e gás.

Nesse exercício, foi realizado um total aproximado de 605 mil km² de levantamentos geológicos e geofísicos, o que equivale a cerca de 8,1% da área total das Bacias Brasileiras (7.493.630 km²). Planeja-se realizar, em 2009, prospecção em uma área de 923 mil km², incluindo as Bacias do Ceará, Parnaíba, Parecis, Amazonas, São Luis-Bragança, Vizeu e Curumuxatiba, cujos levantamentos já se encontram em andamento. As atividades programadas, para este exercício, têm por objetivo viabilizar a oferta de setores nas próximas rodadas de licitações de blocos. A inexistência de dados sísmicos migrados de bacias terrestres é hoje um dos fatores mais críticos para a oferta competitiva de setores em bacias maduras e bacias interiores.

O acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras e da indústria do petróleo – Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) – é o repositório da enorme massa de dados e informações técnicas produzidas pelos órgãos governamentais responsáveis pelo exercício do monopólio da exploração e produção de óleo e gás durante os últimos 50 anos e, mais recentemente, pela indústria do petróleo em geral. Em 2008, até novembro, foram armazenados no BDEP 2.057 *terabytes* de dados processados sobre as bacias sedimentares e os recursos, previstos para 2009, permitirão o armazenamento de 2.070 *terabytes* de dados técnicos sobre essas bacias, oriundos de levantamentos realizados pela própria ANP, por concessionárias e empresas autorizadas.

Na gestão dos contratos de concessões para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural é realizado o controle de mais de 800 concessões na plataforma continental e em terra. São monitoradas as atividades das empresas, para cumprimento de programas exploratórios e de produção e a fiscalização dos requisitos de segurança operacional e de preservação do meio ambiente, por meio de convênios com outros entes ou diretamente pela ANP. Em 2009, em decorrência da realização da 10ª Rodada de Licitações, o número de concessões controladas poderá atingir cerca de 850.

Em 2008, a ANP realizou mais de 17 mil ações de fiscalização de agentes econômicos que atuam no setor de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis. No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não conformidade passou de 2,58%, em 2007, para 2,11%, até novembro de 2008, quando foram analisadas 159.610 amostras de combustíveis (álcool, gasolina e diesel), das quais, 3.363 foram consideradas não-conformes. Para ampliação do número de fiscalizações, em 2009, será dada continuidade à celebração dos convênios de cooperação técnica, à abertura e à reestruturação de escritórios da ANP nos Estados, bem como o uso de novos recursos tecnológicos. A meta é a realização de 25 mil a 30 mil ações de fiscalização, de modo a coibir práticas lesivas aos consumidores e aos cofres públicos.

A entrada de novos agentes econômicos no complexo mercado de distribuição e revenda de derivados de petróleo e etanol combustível é feita mediante a outorga de autorizações. Por meio da análise de processos de solicitação e de vistorias *in loco*, são instruídos processos de autorização para entrada no mercado que abrange, atualmente, cerca de 120 mil agentes. Até outubro de 2008, foram outorgadas 8.301 novas autorizações de agentes econômicos. Em 2009, outros 9 mil novos agentes deverão entrar nesse mercado de distribuição de combustíveis e derivados, tais como os postos de gasolina e de revenda de GLP.

As autorizações outorgadas no âmbito da indústria do petróleo possibilitam a ampliação, a construção e o funcionamento de instalações de refino, processamento de gás, gasodutos e produtores de biodiesel. Até novembro de 2008, foram outorgadas 226 autorizações. No tocante ao biodiesel, a capacidade instalada autorizada, até novembro de 2008, foi de 2.657 m³/dia. Em 2009, está prevista a outorga de pelo menos 144 autorizações, resultando na entrada de novos agentes para atendimento da demanda nacional de combustíveis e derivados de petróleo e ampliação da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional.

b.6) Biocombustíveis

Em 2008, houve importantes avanços no setor de biocombustíveis, com a convergência de esforços, investimentos e medidas governamentais de modo a consolidar a posição do Brasil como protagonista nesse crescente mercado. Os derivados da cana-de-açúcar, em especial o etanol, já respondem por 15,9% das fontes de energia primária do Brasil, ocupando a segunda posição, depois do petróleo.

A produção de etanol e de biodiesel evoluiu significativamente e o Governo empenhou-se em parcerias com outros países. Abriu-se ao grande debate do ano, centrado no suposto conflito entre segurança energética e segurança alimentar. A crítica internacional já se mostra convencida de que é possível ao Brasil e também a outros países atenderem a oferta de alimentos e de combustíveis de fontes renováveis desde que prossigam na trajetória de implantar sistemas produtivos sustentáveis sob os aspectos ambiental, social e econômico.

A Conferência Internacional de Biocombustíveis realizada em São Paulo, em novembro de 2008, por iniciativa do Governo, foi um passo decisivo nesse sentido, quando esses temas centrais foram debatidos por representantes de 92 países, 26 organismos internacionais e mais de 3 mil participantes, entre brasileiros e estrangeiros. Ao final da Conferência ficaram claros os desafios, mas igualmente a possibilidade de transformá-los em oportunidades de desenvolvimento pelas vias da sustentabilidade e do engajamento de novos países na produção e no consumo.

A transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas é uma medida fundamental para ampliar as exportações, de forma organizada e sob padrões técnicos, que possibilitem a consolidação do mercado internacional e o ingresso de novos países participantes, propiciando o surgimento de fontes descentralizadas de energia renovável. No âmbito do Mercosul, o Brasil também tem promovido diversas reuniões e encontros visando consolidar dados, informações e políticas públicas, objetivando inserir os biocombustíveis como novo vetor de convergência do Bloco, ampliando as bases de produção e de comercialização com vistas a um mercado global.

Em 2008, foi criada a Petrobras Biocombustível, subsidiária integral da Petrobras, que tem por missão produzir biocombustíveis de forma segura e rentável, com a estruturação de cadeias produtivas agrícolas de suprimento, e sustentabilidade social e ambiental. Um dos objetivos da estatal, no médio prazo, é produzir biocombustíveis de segunda geração. Investimentos deverão ser incrementados para assegurar o desenvolvimento de tecnologias competitivas que utilizem, principalmente, biomassa residual. No caso específico da lignocelulose, a meta é vencer esse desafio até 2015.

b.6.1) Biodiesel

O ano de 2008 marcou o início da mistura obrigatória B2 (2% de biodiesel com 98% de diesel de petróleo), possibilitado pelas diversas ações empreendidas, a partir de 2006, com o objetivo de estruturar a cadeia de produção e distribuição desse novo combustível, proporcionando ganhos na curva de aprendizado em toda a cadeia produtiva e o equacionamento de dificuldades inerentes ao lançamento de um novo biocombustível num País com as dimensões do Brasil. Esse sucesso permitiu antecipar, para julho de 2008, a mistura B3, a superação da marca de 1,1 bilhão de litros de biodiesel ao longo do ano, e a manutenção de aproximadamente 80 mil famílias de agricultores engajadas na produção de matérias-primas para fabricar biodiesel e outros

co-produtos, como a glicerina e a torta. A geração de empregos no Nordeste e no semi-árido será reforçada com a atuação da Petrobras Biocombustíveis nessas regiões que, em 2008, inaugurou plantas de biodiesel em Quixadá (CE) e Candeias (BA), prevendo-se outra para o início de 2009 em Montes Claros (MG).

Em termos de impacto econômico, cabe destacar a redução da importação de diesel e a correspondente economia de divisas da ordem de US\$ 1 bilhão, em 2008, com a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel, no primeiro semestre, e de 3%, a partir de julho de 2008. Também merece registro o adensamento de uma nova cadeia produtiva gerando e multiplicando renda e emprego tanto na fase agrícola quanto nos mercados de insumos e serviços e nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização do biodiesel.

O Brasil já dispõe de uma capacidade instalada de produção da ordem de 3,6 bilhões de litros de biodiesel por ano e 49 usinas em operação comercial. Mesmo considerada modesta para o potencial brasileiro, a produção e comercialização de 2008 superou a marca de 1,1 bilhão de litros, praticamente o triplo da verificada em 2007, o que inseriu o Brasil, num espaço de quatro anos, no rol dos principais produtores e consumidores mundiais de biodiesel, atrás apenas da Alemanha e dos Estados Unidos da América.

O diferencial brasileiro é que essa posição vem sendo mantida com inclusão social e redução de disparidades regionais, em virtude do modelo tributário em vigor que, associado ao Selo Combustível Social, concede benefícios fiscais para empresas que comprovadamente gerem emprego na agricultura familiar, forneçam assistência técnica aos agricultores familiares e garantam a compra de sua produção, e da política de leilões públicos para aquisição de biodiesel preferencialmente dos produtores detentores do referido Selo, que ao final de 2008, representaram mais de 90% da capacidade total instalada para produção de biodiesel. A demanda de biodiesel para a mistura B3, em 2009, é estimada em 1.260 milhões de litros, sendo que o volume necessário para o primeiro trimestre de 2009, 330 milhões de litros, já está garantido com os leilões públicos de compra realizados em novembro de 2008. Estão previstos neste exercício, também, certames para formar estoques de segurança.

Como medidas de apoio ao consumidor destacam-se a contínua vigilância do Governo para a garantia da qualidade do biodiesel, e os programas de testes veiculares e de motores feitos em parceria com os fabricantes e institutos de pesquisa, objetivando assegurar a manutenção das garantias aos veículos que rodam com a mistura legalmente obrigatória. Os testes com o B5 estão praticamente concluídos e já foram iniciados testes para misturas superiores, abrindo possibilidades técnicas para se antecipar a obrigatoriedade do B5 para antes de 2013, prazo estabelecido pela Lei nº 11.097, de 2005. Todavia, a intenção do Governo é antecipar metas de forma gradual, por meio de decisões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Essa antecipação condiciona-se à garantia de abastecimento, que, por sua vez, depende da capacidade produtiva e do desempenho das usinas, da disponibilidade e dos custos de matérias-primas e da evolução da logística de mistura e distribuição.

O primeiro ano da obrigatoriedade do biodiesel adicionado ao óleo diesel deixa como saldo a superação do desafio de disponibilizar a mistura legalmente obrigatória nos cerca de 35 mil postos de revenda espalhados pelo País. Novos desafios colocam-se para 2009, como a contínua adequação da infra-estrutura logística à complexidade da distribuição em algumas regiões e a diversificação da oferta de oleaginosas e de matérias-primas para o biodiesel no intuito de evitar os efeitos da volatilidade dos preços de algumas *commodities* agrícolas sobre o consumidor final. Com esse propósito, vêm sendo alocados recursos públicos em pesquisa e experimentação para se ampliar as oleaginosas aptas à produção competitiva de biodiesel, a exemplo de projetos em desenvolvimento pela Embrapa Agroenergia com o pinhão-manso (*Jatropha Curcas* L.) e outras

espécies vegetais. Também requerem estudos o uso de microalgas como matéria-prima para produzir biocombustíveis e a implementação de um subprograma de aproveitamento de óleos e gorduras residuais para o biodiesel, com efeitos benéficos sobre o meio ambiente, a saúde pública e a inclusão social urbana.

b.6.2) Etanol

Atualmente, o setor sucroenergético nacional conta com 417 usinas em operação. Em 2008, a produção de etanol situou-se ao redor de 26 bilhões de litros, superando em 15,5% a do ano anterior (22,5 bilhões de litros). Na exportação, o desempenho foi ainda mais expressivo, passando de 3,5 para 5,2 bilhões de litros entre 2007 e 2008, com crescimento de 48,5% e receita cambial de US\$ 2,5 bilhões, tendo como principal destino o mercado norte-americano. Esses números asseguram ao Brasil a posição de maior exportador e segundo maior produtor mundial de etanol. As estimativas para 2009 mostram um setor em expansão, sustentado pelo crescimento de 11,4% na colheita da cana-de-açúcar da safra 2008/2009 em relação à anterior. Estima-se que essa colheita proporcione um aumento de 4,8% na produção de açúcar e de 16% na de etanol.

O mercado interno tem sido responsável por absorver a maior parte da produção de etanol nos últimos anos. Atualmente, a demanda interna anual de etanol combustível é da ordem de 20 bilhões de litros e seu consumo supera o da gasolina. Esse número tende a crescer quando se comparam os benefícios econômicos desse combustível em relação ao seu concorrente derivado de petróleo. A economia é diretamente sentida pelo consumidor. Embora seu preço flutue entre os períodos de safra e entressafra da cana-de-açúcar, o etanol hidratado vem se mantendo competitivo (preço inferior a 70% do preço da gasolina) nos principais centros consumidores do País e deverá ser o principal fator de expansão do setor, com uma produção estimada em 17,2 bilhões de litros na safra 2008/2009, representando aumento de 20% sobre a produção da safra passada. O principal fator de crescimento do etanol hidratado está associado ao sucesso do veículo bicombustível (*flex fuel*). Desde seu lançamento, em março de 2003, já foram comercializadas mais de 7 milhões de unidades. Em 2008, o licenciamento de veículos que usam indistintamente gasolina e etanol hidratado representou quase 90% das vendas de veículos leves, cuja frota em circulação já alcança cerca de 25% do total.

As perspectivas de expansão do mercado externo para o etanol são também favoráveis e sua realização depende de avanços na transformação desse biocombustível em *commodity* energética, tema que vem sendo tratado pelo Governo de forma cuidadosa e continuada em fóruns internacionais, em parceria com a iniciativa privada. Outro fator importante para a abertura de novos mercados externos é a formação de parcerias entre a Petrobras Biocombustível, produtores nacionais de etanol e empresas internacionais dentro do mecanismo denominado Complexos Bioenergéticos (CBios), nos moldes da parceria firmada, em 2008, com uma empresa japonesa e outra brasileira para implementar um projeto de produção e exportação anuais de 200 milhões de litros de etanol, contribuindo para a meta de exportação de 4,75 bilhões de litros em 2012 dos CBios. Os investimentos em logística adequada, especialmente em alcoolduto, e a viabilização econômica do etanol de segunda geração são fatores que também contribuirão para preços mais competitivos na exportação de etanol.

Em 2008, foi fortalecida a dimensão social do desenvolvimento sustentável do etanol brasileiro, com a instalação de uma mesa de diálogo de âmbito nacional, formada por representantes do Governo e do setor sucroalcooleiro com o objetivo de encaminhar soluções quanto às condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, além da discussão sobre os impactos no emprego decorrentes da crescente mecanização da colheita da cana.

c) Geologia e Recursos Minerais

Desde 2007, houve significativo avanço no conhecimento geológico do território nacional. Até o final de 2008, foram investidos mais de R\$ 200 milhões em levantamentos aerogeofísicos, geológicos e hidrogeológicos, que visam à atração de investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria extrativa e de transformação mineral e o melhor conhecimento do meio físico, possibilitando o desenvolvimento regional com sustentabilidade. Esses levantamentos estão sendo realizados nos Estados, sob a coordenação do Serviço Geológico do Brasil, com a participação de órgãos estaduais e universidades.

Iniciado em 2008, o subprojeto Cartografia Geológica da Amazônia, com orçamento total de R\$ 177 milhões, cobrirá, em etapas sucessivas, até 2012, todas as áreas de maior potencial mineral da região. No campo de desenvolvimento tecnológico da indústria mineral, o Governo investirá, em 2009, mais R\$ 4 milhões, firmando convênios com institutos de pesquisa e universidades e induzindo a participação efetiva do setor privado, com alocação de recursos adicionais nos projetos.

Na área da gestão pública, as ações de modernização tecnológica e recomposição da estrutura física e de pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) já surtem efeitos positivos nos resultados das atividades relativas às outorgas de títulos, fiscalização e fomento das atividades minerárias, que foram significativamente ampliadas em virtude do elevado aquecimento do setor mineral brasileiro. Um importante marco no setor constitui a implementação da Agenda 21 Local Mineral a partir da realização de eventos em vários Municípios (Congonhas e Jeceaba, em Minas Gerais; Vale do Ribeira, em São Paulo, e em 10 Municípios no noroeste do Espírito Santo). Prevê-se, em 2009, a expansão dessas ações às demais regiões do País e seus principais distritos minerais e a realização, em março, do I Seminário Nacional sobre o tema.

Em relação ao desenvolvimento sustentável dos pequenos empreendimentos de produção mineral, será dada continuidade às ações dos programas nacionais de cooperativismo na mineração, de formalização da produção mineral, estruturação de arranjos produtivos locais de base mineral e consolidação do programa nacional de extensionismo mineral. Incorporaram-se também às políticas de apoio aos pequenos empreendimentos minerais projetos relacionados à produção de areia, brita e argila para cerâmica vermelha voltada à fabricação de tijolos e telhas, matérias-primas essenciais às obras de infra-estrutura e moradia. Em 2008, foram realizados 18 cursos de capacitação para o setor oleiro cerâmico.

Em 2008, foi lançado o Plano Nacional de Agregados Minerais para Construção Civil (PNACC) e o 1º projeto resultante das ações propostas pelo Plano: a elaboração do Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Atlas dos Agregados Minerais Para a Construção Civil. Outro tema discutido pelo setor no último ano foi a revisão do sistema *royalties*/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem) e a política de tributação como instrumentos indutor do desenvolvimento nas regiões mineradoras. Em 2009, prevê-se a conclusão da elaboração da proposta de novo marco legal da mineração, com importante etapa de discussão pública previamente ao envio do texto ao Congresso Nacional. Está prevista ainda, neste exercício, a elaboração do Plano Duodecenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (2009-2029), cujos estudos estão em fase final de contratação. A elaboração desse plano significa a retomada do planejamento setorial de longo prazo, tendo em vista que o plano para o setor foi elaborado há 14 anos.

2. Transportes

A modernização e ampliação da infra-estrutura econômica é requisito essencial para a sustentação de um ciclo de desenvolvimento, pois uma base física e de serviços de infra-estrutura recuperados e ampliados contribui sobremaneira para eliminar os obstáculos ao crescimento e ao aumento da competitividade da economia brasileira, criando condições para o desenvolvimento harmônico dos setores e regiões do País e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A atuação do Governo no setor de transportes tem dado prioridade para a identificação adequada de projetos prioritários e a recuperação progressiva da capacidade de investimento público. Nesse sentido, ressalta-se, além do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), elaborado em 2007, o PAC, no qual o setor se destaca sobremaneira, tanto pelo volume de recursos aportados, quanto pela importância que a conclusão das obras terá para: i) o aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas; ii) a indução do desenvolvimento de áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral; iii) a redução das desigualdades regionais em áreas deprimidas; e, iv) a integração da Região Sul-Americana.

Considerando-se a expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento socioeconômico acelerado do interior do Brasil – os quais têm contribuído para aumentar a demanda por transporte –, o Governo vem dando ênfase a ações e a projetos de conservação e restauração de rodovias, buscando paulatinamente o incremento de contratos de longo prazo, e aferidos por resultado em detrimento de contratos paliativos e de curta duração, bem como a relevantes obras de construção, adequação e ampliação da capacidade de rodovias, como o Rodoanel de São Paulo, o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, a BR-163/PA, BR-364/AC e a BR-101 Sul e Nordeste.

O programa de concessões de rodovias federais, por sua vez, tem permitido ao Governo cuidar de um maior número de rodovias, por meio de leilões que busquem volume maior de investimentos e tarifas de pedágios reduzidas. São exemplos, as concessões das BR-381/MG/SP entre Belo Horizonte e São Paulo; BR-116/SP/PR entre São Paulo e Curitiba; e BR-101/RJ entre a Div. RJ/ES a Niterói.

No modal ferroviário, o objetivo é o de interligação de áreas de produção agrícola e de exploração mineral do interior do País com os pontos de exportação de mercadorias (os portos), bem como, a modernização da malha ferroviária e a eliminação de gargalos. Destaca-se a implantação de ferrovias fundamentais do ponto de vista do desenvolvimento regional e escoamento de produção, como as Ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Bahia-Oeste. Complementarmente, ressalte-se a adequação de ramais nos perímetros urbanos e construção de passagens sobre as linhas férreas, além da construção de contornos ferroviários, obras que produzirão impacto positivo na vida das comunidades, proporcionando a redução dos riscos de acidentes e o aumento do desempenho operacional dos trens.

Vale ressaltar ainda os estudos envolvendo a construção do primeiro Trem de Alta Velocidade (TAV) do País, que ligará os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O TAV representará alternativa ao transporte aéreo de passageiros no eixo Rio-São Paulo, e proporcionará estímulo ao desenvolvimento dos centros urbanos que ocupam a região do Paraíba.

a) Transporte Rodoviário

No ano de 2008, os empreendimentos rodoviários realizados tiveram foco prioritário na continuidade das ações de adequação

e construção de rodovias, principalmente daquelas estratégicas para o escoamento da safra, ampliação da fronteira agrícola e integração nacional.

a.1) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação

Em termos de investimentos rodoviários, destacam-se as seguintes obras, por região:

Região Norte

- BR-156/AP – pavimentação de 309 km entre Ferreira Gomes e Oiapoque, incluindo construção da ponte internacional (378 m) sobre o rio Oiapoque e 1.900 metros de acessos: em andamento o trecho entre Igarapé do Breu e Calçoene (85 km) e em fase de conclusão, o projeto executivo do restante do trecho (168 km); quanto à ponte internacional, objeto de Acordo Bilateral entre o Brasil e a França, foi concluído o projeto básico e a obra tem previsão de conclusão para setembro de 2010;
- BR-163-PA/MT – pavimentação entre Garantã do Norte e Santarém (1.000 km), compreendendo os seguintes trechos:
 - ==> Trecho 1 – Santarém – Rurópolis (125 km), obra a cargo do Exército (8º BEC): em andamento do km 914 até o km 893 (21 Km) e em fase de ação preparatória do km 893 até o km 789 (Rurópolis);
 - ==> Trecho 2 – Rurópolis – Div. MT/PA (822 Km) e Acesso a Miritituba – BR-230/PA (33 km): projeto executivo em andamento da Div. MT/PA no km 0,0 ao km 103; construção do km 103 ao km 355, trecho em licitação (252 km); do km 355 ao km 676, projeto executivo em revisão; obra contratada a cargo da EIT (113 km) do km 676 ao km 789; e obra do acesso a Miritituba em andamento, a cargo do Exército (9º BEC);
 - ==> Trecho 3 – Garantã do Norte/MT – Div. MT/PA e Travessia Urbana de Garantã (53 Km): obra em andamento, com 50 km a cargo do Exército (9º BEC) e 3 km a cargo da Prefeitura Municipal de Garantã do Norte/MT;
- BR-230/PA – pavimentação (834 km) da Divisa TO/PA – Marabá – Altamira – Medicilândia – Rurópolis: projeto executivo concluído de Marabá a Altamira (505 km); obras em andamento de Altamira a Medicilândia (84 km); e projeto executivo em andamento de Medicilândia a Rurópolis (235 km); e
- BR-364/AC – construção e pavimentação de 339 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul: entre Sena Madureira a Tarauacá (225 km), obra em andamento; concluído em 2008, o trecho entre Tarauacá e Rio Liberdade (124 km).

Como perspectivas para 2009, especificamente na BR-163/PA, vários trechos já licitados entre Campo Verde e Rurópolis devem ser iniciados. Além disso, há previsão de conclusão dos trechos entre os km 873 e 893 e km 893 ao 914. Ainda na região Norte, a construção da Ponte sobre o Rio Madeira na BR-319/RO (996 metros) está em fase de licitação, com início das obras previsto para abril de 2009.

Região Nordeste

- BR-101/NE – Natal/RN – Feira de Santana/BA (1024 Km), compreendendo os seguintes trechos:
 - ==> Trecho RN – duplicação e modernização de Natal – Div. RN/PB (81 km), obra em andamento: de Natal a Arêz (46 km), a

cargo do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) e Exército (1º BEC); de Arêz a Div. RN/PB (35 km), a cargo do consórcio de construtoras contratadas;

==> Trecho PB – duplicação e modernização – Div. RN/PB – Div. PB/PE (129 km), obra em andamento: da Div. RN/PB a Mananguape (40 km), a cargo do DNIT e Exército; de Mananguape a Lucena (34 km), a cargo do DNIT e Exército; de Lucena a Div. PB/PE (55 km), a cargo do Exército (2º BEC);

==> Trecho PE – duplicação e modernização – Div. PB/PE – Palmares – Div. PE/AL (195 km): obra em andamento da Div. PB/PE a Iguarassu (41 km) a cargo do Exército (3º e 4º BEC); de Iguarassu a Cabo (67 km), parte do trecho encontra-se em ação preparatória (22 km), o contorno do Recife (41 km) encontra-se em licitação, e parte está concluída (4 km); obra em andamento de Cabo a Ribeirão (44 km), a cargo de consórcio de construtoras contratadas; obra em andamento de Ribeirão a Palmares (40 km), a cargo de consórcio de construtoras contratadas; e obra em ação preparatória de Palmares a Div. PE/AL (25 km);

==> Trecho AL – duplicação e modernização – Div. PE/AL – Div. AL/SE (247 km): projeto executivo em andamento, da Div. PE/AL a São Miguel dos Campos (131 km) e de São Miguel dos Campos a Div. AL/SE (116 km);

==> Trecho SE – duplicação e modernização – Div. AL/SE – Div. SE/BA (206 km): projeto executivo em elaboração da Div. AL/SE a Pedra Branca (78 km); obra em andamento do Contorno de Aracaju (14 km) de Pedra Branca até Entr. BR-235 (pista dupla); obra em fase de ação preparatória do Entr. BR-235 até Estância (61 km); obra em andamento (53 km) de Estância a Div. SE/BA, a cargo de construtoras contratadas;

==> Trecho BA – duplicação e modernização Div. SE/BA – Feira de Santana (Ent. BR 324) (166 km): obra com projeto executivo e ação preparatória em andamento;

- BR-116/BA – construção da ponte sobre o rio São Francisco na Divisa PE/BA – Ibó: obra da ponte (980 m) em andamento a cargo do DNIT e do Exército (4º BEC);

- BR-135/PI/BA/MG, compreendendo os seguintes trechos:

==> Trecho PI – pavimentação Jurumenha – Bertolínea – Eliseu Martins (134 km): obra em andamento de Jurumenha a Bertolínea (79,3 km); obra em ação preparatória de Bertolínea a Eliseu Martins (54,7 km);

==> Trecho BA – construção da Div. PI/BA e Div. PI/MG (244 km): Obra da Div. PI/BA a Monte Alegre (45 km) concluída em setembro de 2008; obra em andamento a cargo do Exército (4º BEC), de São Desidério (km 207) a Correntina (km 345); obra em ação preparatória (111 km) de Correntina a Div. BA/MG;

==> Trecho MG – pavimentação Div. BA/MG – Itacarambi (137 km): obra em ação preparatória e projeto executivo em andamento; e

- BR-230/PB – duplicação entre João Pessoa e Campina Grande (112 km): obra em andamento (46 km) do km 71 ao km 117, a cargo do Governo do Estado (DER/PB).

Para 2009, existe a expectativa de conclusão das obras na BR-230/PB; da Ponte na BR-116/BA; de trechos da BR-135 nos Estados do Piauí e Bahia; além de vários trechos da BR-101 Nordeste nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Também haverá início de duplicação da BR-101 nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.

Região Sudeste

- BR-040/MG – duplicação trevo de Curvelo – Sete Lagoas (48 km): obra em andamento;

- BR-050/MG – duplicação Uberaba–Uberlândia–Araguari (135 km): obra em fase de ação preparatória (35 km) de Araguari a Uberlândia; obra concluída (100 km) de Uberlândia a Uberaba;
- BR-101/ES – adequação (182 km) – Vitória – Divisa ES/RJ (incluindo Contorno de Vitória): em fase de ação preparatória do km 302,3 – Divisa ES/RJ (156 km); e no Contorno de Vitória, com extensão de 25,5 km, obras em andamento do km 268,8 ao km 288,1 (Carapina) e em ação preparatória do km 288,1 ao 294,3;
- BR-153/MG – duplicação da Div. GO/MG – Entroncamento BR-153 – Trevão (58 km): obra em fase de conclusão;
- BR-158 – SP/MS – construção da Ponte Paulicéia/SP – Brasilândia/MS (1.700 m): obra em andamento a cargo do Governo de São Paulo (CESP);
- BR-262/MG – duplicação de Betim a Nova Serrana (83,1 km): emitida Ordem de Serviço em dezembro de 2008;
- BR-265/MG – pavimentação Ilícinea – São Sebastião do Paraíso (140 km): obra em fase de ação preparatória (48 km) de Ilícinea ao Entr. MG-184; obra em andamento (57 km) de Alpinópolis a Jacuí; obra concluída (35 km) de Jacuí a São Sebastião do Paraíso;
- BR-365/MG – duplicação Trevão Entr. BR 153 – Uberlândia (95 km): obra em andamento (18 km) do km 619 – Travessia urbana de Uberlândia ao km 637; e obra em ação preparatória (77 km) do Km 637 ao km 714;
- Rodoanel de São Paulo/SP – Trecho Sul: obra em andamento da construção (61,5 km) de Mauá a Embú, a cargo do Governo de São Paulo (DERSA); e
- Arco Rodoviário do Rio de Janeiro (129 km), incluindo o acesso ao Porto de Itaguaí: no trecho da BR-101, com 29 km de extensão, obra em andamento de Santa Cruz a Mangaratiba (26 km) e em fase de ação preparatória o acesso ao Porto de Itaguaí (3 km).

Para 2009, especificamente em relação ao Estado de Minas Gerais, destaca-se a duplicação da BR-262 no trecho entre Betim (região Metropolitana) e Nova Serrana e da BR-365 entre Uberlândia e o ponto conhecido como Trevão, no entroncamento com a BR-153.

Região Sul

- BR-101-SUL (SC/RS) – Duplicação Palhoça – Div. SC - Osório/RS (337,5 km), compreendendo os seguintes trechos:
 - ==> Trecho Santa Catarina – de Palhoça/SC a Div. SC/RS (249 km): obra em andamento do Túnel do Morro do Formigão em Tubarão, da Ponte sobre a Lagoa de Imaruí em Laguna, e do Túnel do Morro dos Cavalos;
 - ==> Trecho Rio Grande do Sul – da Div. SC/RS a Osório/RS (88,5 km): obra em andamento (72,1 km) da Div. SC/RS até Aguapés, inclusive o Túnel do Morro Alto; obra concluída de Aguapés até Osório (16,4 km);

- BR-153/PR – construção e pavimentação de 84 km entre Ventania – Alto do Amparo: obra em fase de conclusão;
- BR-158/RS – construção e pavimentação de 68 km de Santa Maria a Rosário do Sul – obra concluída em 2008;
- BR-282/SC – construção e pavimentação – Lages – Campos Novos – São Miguel do Oeste – Paraíso (133 km), a cargo do Exército (10º BEC): obra em andamento de Lages – São José do Cerrito (32 km); São José do Cerrito a Campos Novos (71 km) e São Miguel do Oeste – Paraíso (30 km);
- BR-392/RS – duplicação Pelotas – Rio Grande, inclusive Contorno de Pelotas (85 km): em licitação o projeto executivo da Ponte (994m) sobre o Canal de São Gonçalo (km 59) e as obras do trecho entre Pelotas a Rio Grande (52 km); e em fase de ação preparatória, o Contorno de Pelotas (24 km) e obra do acesso ao Porto de Rio Grande (8 km); e
- BR-470/SC – Duplicação de 62 km no trecho Navegantes – Blumenau – Entr. Acesso a Timbó: obra em fase de licitação.

Para 2009, destaca-se principalmente a conclusão das obras da BR-153/PR (Transbrasiliana), da BR-282/SC e da adequação do Contorno Leste de Curitiba.

Região Centro-Oeste

- BR-060-DF/GO – trecho DF – duplicação e restauração Brasília – Div. DF/GO (31,5 km): obra em andamento dos viadutos e obras complementares a cargo do Governo do DF (DER);
- BR-070/GO – duplicação Div. DF/GO – Águas Lindas (17 km): obra em andamento;
- BR-153/GO – adequação de capacidade – Aparecida de Goiânia e Itumbiara (187 km): 165,3 km já concluídos, restando obra em andamento em 21,7 km;
- BR-158/MT – construção e pavimentação – Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA (418 km): obra em licitação no trecho Div. PA/MT – km 213, em fase preparatória do km 213 ao Alô Brasil; e em andamento a cargo do governo do Estado (SINFRA) de Alô Brasil a Ribeirão Cascalheira (km 418);
- BR-163/364/MT – duplicação Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil (385 km): obra em ação preparatória (92,5 km) de Rondonópolis ao km 343; em andamento (17 km) do km 343 até o 360, a cargo do Governo do Estado (SINFRA); e em fase de ação preparatória do km 360 ao 452,5 e do km 452,5 ao 635,5; e
- BR-364/MT – construção e pavimentação – Diamantino – Itanorte (185 km): obra concluída entre Diamantino e Campos Novos dos Parecís (62 km), em andamento (44 km) de Campos Novos dos Parecís até o km 720 e em fase de ação preparatória (79 km) do km 720 até Itanorte.

Para 2009, as perspectivas são de conclusão das obras na BR-060-DF/GO – Trecho DF e do trecho da BR-163/MT, entre Guarantã do Norte e a divisa com o Pará (54 quilômetros).

a.2) Concessões Rodoviárias

Na área de concessões rodoviárias, em 2008, foram celebrados os contratos provenientes do leilão das outorgas de trechos da 2ª Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais (PCRF), ocorrido em 9 de outubro de 2007, na Bovespa. Ao todo, 2.600,8 km de rodovias federais foram concedidos para a exploração da iniciativa privada nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Ainda em 2008, foi dada continuidade às ações de fiscalização e regulação das rodovias já concedidas, como também, iniciada a implementação da 1ª fase da 3ª Etapa do PCRF, com a elaboração dos estudos de viabilidade técnica-econômica e realização da respectiva Audiência Pública. Integram essa 1ª fase os seguintes lotes de rodovias federais:

- BR-040: Brasília – Juiz de Fora (936,8 km);
- BR-116: Divisa BA/MG – Divisa MG/RJ (816,7 km); e
- BR-381: Belo Horizonte – Governador Valadares (321,0 km).

Estão programados para o primeiro trimestre de 2009, os respectivos leilões dos lotes da 1ª fase da 3ª Etapa do Programa de Concessões, como também, do lote referente ao sistema rodoviário BR-116/324 no Estado da Bahia, com extensão de 627 km, em conclusão à 2ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais.

a.3) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV) e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (PROCREMA)

Os programas PIR-IV e PROCREMA representam uma evolução na concepção de contratação e gerenciamento de serviços de manutenção e conservação rodoviária, uma vez que nos contratos de restauração convencional o prazo de vigência contratual é de apenas um ano e não são contempladas intervenções importantes, como recuperação de passivo ambiental e manutenção de faixa de domínio, além da conservação da própria rodovia.

O PIR-IV tem como premissas básicas a execução continuada, em lotes com extensão média de 200 km, de intervenção de caráter funcional (conserva pesada); a manutenção do pavimento de pistas e acostamentos, da faixa de domínio, da sinalização horizontal; e a recomposição da sinalização vertical.

Já o PROCREMA, criado pelo Governo em 2008, por intermédio do Ministério dos Transportes, além de prever a formalização de contratos de preços globais com prazo de vigência de cinco anos e serviços pagos por meio de índices de desempenho, tem como premissas básicas i) a execução, em lotes com extensão média entre 300 km a 500 km, de intervenções de recuperação funcional e estrutural dos pavimentos; ii) a recuperação da sinalização e drenagem em todo o lote, com prazo máximo de 36 meses para conclusão a partir da ordem de início dos trabalhos; soluções de projeto com vida útil de dez anos; iii) os serviços de manutenção de pista e acostamento e de conservação da faixa de domínio durante toda a vigência do contrato; iv) a recuperação do passivo ambiental; e v) a recuperação e manutenção de obras-de-arte especiais e pequenas adequações (trevos, terceiras faixas).

Considerando a extensão total de 55 mil km de rodovias pavimentadas sob a jurisdição e responsabilidade do DNIT, em 2008, foram contratados 13.773 km por meio do PIR-IV e 900 km pelo PROCREMA. Para o exercício de 2009, as extensões programadas correspondem a 14.695 km no âmbito do PIR-IV e 14.853 km no PROCREMA, representando cerca de 54% da extensão total de rodovias federais pavimentadas.

A partir do ano de 2009, 100% da malha rodoviária atualmente pavimentada estará assistida por meio do PIR-IV, PROCREMA e de contratos de conservação e restauração convencionais. Relativamente ao PROCREMA, que possui a mencionada vigência contratual de cinco anos, cerca de 60% da malha será atendida até o ano de 2010, o que garantirá a continuidade dos serviços de manutenção da malha rodoviária federal.

a.4) Sinalização nas Rodovias Federais (Pró-Sinal)

O Programa tem como objetivo melhorar a sinalização da malha, garantindo orientação adequada aos usuários e maior segurança ao trânsito. Em 2008, foram sinalizados 5.503 km, sendo 415 km na região Norte; 1.502 km na região Nordeste; 651 km na região Sudeste; 2.413 km na região Sul; e 522 km na região Centro-Oeste.

a.5) Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem

Em 2008, foram contratados os serviços de operação em 78 postos de pesagem, distribuídos estrategicamente nos principais Estados, para a implantação de dispositivo eficiente de controle de cargas para coibir os excessos e garantir a vida útil dos pavimentos.

a.6) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros

Desde janeiro de 2007, o Governo vem estudando alternativas de modelagem para licitação do sistema de transporte interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Dessa forma, em 2008, foi criado o Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (ProPass Brasil), que consiste na reestruturação do transporte rodoviário regular interestadual de passageiros, com a definição de uma nova rede de transporte visando buscar a qualidade dos serviços, a modicidade tarifária e o aprimoramento do modelo de gestão e controle. Para tanto, foi aberta a Consulta Pública 01/2008 (período de 13/10/2008 até 5/03/2009), visando colher sugestões para o ProPass Brasil, e estabelecido o cronograma de licitação do Plano Geral de Outorgas, estando prevista a realização de leilão dos serviços em julho de 2009. Complementarmente, visando dotar os terminais rodoviários de condições adequadas de atendimento aos usuários (passageiros e transportadores), será editado, em 2009, um “Caderno de Recomendações” com indicadores técnicos a serem observados pelos Estados e Municípios para a melhoria operacional dos mesmos.

b) Transporte Ferroviário

Durante o ano de 2008, entre as principais intervenções realizadas nos corredores ferroviários, destaca-se a inauguração, em dezembro, do trecho de 94 km da Ferrovia Norte-Sul entre Colinas e Araguaína. Com mais esse trecho, a Ferrovia Norte-Sul conta

com 208 km concluídos somente no Estado do Tocantins e 452 km ao todo, entre as cidades de Açailândia (MA) e Colinas do Tocantins. A inauguração foi marcada pela saída do primeiro carregamento, com 900 toneladas de soja do Tocantins, sobre os trilhos da ferrovia em direção ao Porto de Itaquí. A conclusão das obras da Ferrovia Norte Sul até Palmas tem prazo previsto para dezembro de 2009. Ao todo, serão 720 km de extensão ligando as cidades de Açailândia, no Maranhão, a Palmas, no Tocantins. O trecho ferroviário de Colinas do Tocantins a Palmas, com 264 quilômetros de extensão, estará pronto até o final de 2009, com previsão de investimentos de cerca de R\$ 850 milhões.

Em fase de conclusão encontram-se os projetos executivos do Contorno Ferroviário em Três Lagoas/MS e da Transposição da linha Férrea nos Municípios de Jales/SP, Santa Maria/RS e São José do Rio Preto/SP. Importante mencionar, também, o início da implantação das seguintes obras: Contorno Ferroviário de Campo Belo-MG, Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC, obras de rebaixamento da via férrea de Maringá/PR, Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia em Araraquara/SP e Inter-Modal de cargas em Campo Grande/MS.

Em relação à ferrovia Transnordestina, tiveram continuidade, em 2008, as obras de construção do trecho Salgueiro/Missão Velha e de recuperação do trecho de Cabo (PE) a Porto Real do Colégio (AL). A empresa concessionária da malha ferroviária do Nordeste, responsável pela execução do empreendimento, já elaborou os projetos executivos dos demais trechos da ferrovia: Salgueiro/Suape (PE), Trindade (PE)/Eliseu Martins (PI), Missão Velha/Pecém (CE) e os respectivos estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA). O projeto executivo do trecho Salgueiro/Trindade (PE) já foi concluído pelo DNIT.

Para 2009, está previsto o início de implementação de diversos projetos ferroviários, dentre os quais a própria Nova Transnordestina e a implementação do prolongamento da Ferronorte, no trecho de 262 km entre Alto Araguaia a Rondonópolis, com custo estimado de R\$ 700 milhões. Além disso, dada a autorização para a contratação da Ferrovia Oeste-Leste-Ilhéus, iniciando pelo trecho Ilhéus – Caitité, espera-se o lançamento do edital pela VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, no primeiro trimestre de 2009, a partir da definição do traçado definitivo, da formação do capital e do valor da subconcessão. O Governo aplicará, também neste exercício, o valor de R\$ 185,8 milhões para a melhoria das condições de segurança das áreas urbanas, onde se encontram os maiores gargalos logísticos das ferrovias, em decorrência dos conflitos do tráfego ferroviário com veículos e pedestres. Esses recursos serão investidos na adequação de ramais ferroviários nos perímetros urbanos e construção de passagens sobre as linhas férreas, além dos contornos.

c) Transporte Hidroviário

No ano de 2008, além da manutenção da malha hidroviária nacional, importantes obras do modal hidroviário avançaram no sentido de sua conclusão, como a construção das Eclusas de Tucuruí (76% de execução física acumulada, sendo 10% executados em 2008) e de 24 novos portos fluviais na região amazônica, ressaltando-se a conclusão de dois deles no referido exercício – Nhamundá e São Sebastião do Uatumã.

Para 2009, está prevista a conclusão dos demais 22 terminais fluviais incluídos no PAC e o início das obras de dragagem e derrocamento nas Hidrovias do Paraguai, Paraná e do Tocantins, além da continuidade das Eclusas de Tucuruí. Serão também iniciadas as construções de mais 15 terminais hidroviários no Estado do Amazonas.

d) Fomento à Indústria Naval

Em 2008, os recursos disponibilizados propiciaram a construção de 2 (dois) estaleiros e 90 (noventa) embarcações, das quais 53 (cinquenta e três) foram entregues no decorrer de 2008, totalizando investimentos na ordem de R\$ 2,1 bilhões. Também foram assinados 72 novos contratos de construção, consequência de prioridades pretéritas, representando investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão, entre estas: 8 embarcações para apoio portuário; 9 embarcações para apoio marítimo; 7 embarcações para serviços portuários; 6 navios para a cabotagem; 41 embarcações fluviais e 1 embarcação pesqueira.

Em 2008, 424 projetos foram priorizados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante. Destes, 219 estão em análise pelos Agentes Financeiros e representam investimento total de R\$ 15,5 bilhões. Os demais 205 projetos já estão contratados implicando num investimento total de R\$ 11,3 bilhões. Em média, 90% dos valores serão financiados com recursos do FMM.

No mês de março de 2008, foi implantada a interligação do Sistema Eletrônico de Arrecadação do AFRMM, o MERCANTE, com o SISCOMEX – Carga, da Receita Federal do Brasil. As medidas adotadas são responsáveis pela arrecadação recorde do tributo, que atingiu no exercício o montante de R\$ 2,3 bilhões, sendo 64% superior à verificada no ano de 2007 e 158% superior à de 2006.

A reativação da indústria de construção e reparação naval tem resultado em efeitos positivos para inúmeros segmentos da economia brasileira. O setor utiliza mão-de-obra de forma intensiva e a cada emprego direto gerado outros 3 indiretos são criados. No ano de 2007, foram contabilizados 28.500 empregos diretos e indiretos gerados. Em 2008 este indicador chegou a 32 mil empregos diretos e indiretos.

e) Infra-estrutura Portuária

Na área portuária, refletindo o objetivo do Governo de priorização do setor, foram executadas diversas ações, em 2008, voltadas à ampliação da infra-estrutura existente. São exemplos dessas ações as seguintes obras, que estão incluídas no PAC:

- repotencialização do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN, concluída em abril/2008;
- ampliação dos Molhes do Porto do Rio Grande/RS (meta de prolongamento dos molhes leste em 370 metros e oeste em 700 metros), estando 70,5% das obras já realizadas, sendo 45,5% em 2008;
- dragagem de Aprofundamento dos Canais de Acesso e Bacias de Evolução do Porto de Itaguaí/RJ (meta de aprofundamento do canal de acesso para 20 metros), com 70% realizados em 2008; e
- implantação da Avenida Perimetral na Margem Direita no Porto de Santos/SP, que visa propiciar a melhoria do tráfego portuário nos acessos terrestres ao Porto de Santos, com 50% de realização, sendo 26,6% realizados em 2008.

Ressalta-se, também, o programa nacional de dragagem, que priorizou 16 portos a serem beneficiados com o aprofundamento dos canais de acesso aos terminais, capacitando-os a receber navios de maior porte, aumentando a competitividade e a capacidade de movimentação de cargas. Dentre os portos selecionados, alguns já se encontram em processo de licitação: Recife/PE, Santos/SP e Rio Grande/RS. Ao longo do primeiro semestre de 2009, serão publicados os editais de licitação de todos os portos incluídos no programa.

Ainda em 2008, com relação à área de proteção e de meio ambiente, deu-se continuidade às ações de controle de Influenza Aviária propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Dentre essas ações, podem ser destacados o Plano de Contingência Específico para a preparação à Pandemia de Influenza Aviária em Portos, além do início do desenvolvimento do sistema computacional de acompanhamento de casos suspeitos de gripe aviária, com a finalidade de registrar o acompanhamento das ocorrências de casos suspeitos nos portos, o que permitirá o gerenciamento automatizado e integrado das ações previstas no referido Plano.

Com relação às iniciativas para definição da política do sistema portuário brasileiro, foi publicado o Decreto nº 6.620, em outubro de 2008, que definiu as políticas e as diretrizes para desenvolvimento e fomento do setor e disciplinou a concessão, o arrendamento e a autorização de instalações portuárias marítimas. Nessa diretriz, importante destacar, para o exercício de 2009, a elaboração, em atendimento às disposições do referido decreto, do Plano Geral de Outorgas para exploração de portos públicos e terminais de uso privativo, bem como o desenvolvimento de estudos com vistas à definição da modelagem a ser observada na licitação da concessão de portos públicos.

Por sua vez, o Plano Diretor Portuário, com o objetivo de realizar o planejamento e o ordenamento dos investimentos nos portos brasileiros num horizonte de 10 anos, para atendimento das demandas e a custos economicamente compatíveis, foi substituído pela concepção do Plano Nacional Estratégico (PNE), a ser executado a partir de 2009. O PNE tem por objetivo a elaboração de estudos que irão demonstrar as possibilidades de expansão de 29 portos marítimos em horizontes de curto, médio e longo prazos. O plano contemplará o desenvolvimento de ações considerando os aspectos físicos, econômicos e logísticos, além de definir as políticas setoriais para o arrendamento e ocupação nas áreas dos portos organizados.

Para 2009, prevê-se também, no âmbito do PAC, a conclusão de diversos empreendimentos que irão contribuir para a melhoria da infra-estrutura portuária, proporcionando condições operacionais adequadas para a realização da movimentação de carga, aumentando a capacidade operacional portuária e solucionando os problemas logísticos e de segurança da navegação. Como exemplo, além das obras em andamento já citadas, destacam-se a construção da Rampa Roll-On Roll-Off no Porto de Vila do Conde/PA; as obras de Reforço do Berço 101 e a Recuperação do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul/SC e dragagens de Itaguaí/RJ e Itaquí/MA; além das obras de dragagens por resultados nos Portos de Aratu/BA, Salvador/BA, Recife/PE, Fortaleza/CE e Natal/RN.

Ademais, com a finalidade de integrar todos os órgãos e agentes envolvidos nas rotinas de autorização de movimentação de cargas nos portos, será implantado o projeto “Porto sem Papel”, projeto que pretende criar um documento virtual único para processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias a esses agentes, conferindo celeridade às operações e reduzindo os custos operacionais nas atividades de exportação e importação de mercadorias. Além dessas medidas, o Governo dará continuidade ao aprimoramento dos mecanismos de gestão, planejamento e promoção da expansão das áreas portuárias.

3. Aviação Civil e Infra-estrutura Aeroportuária

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) foi submetida à Consulta Pública, via Internet, entre os dias 29 de maio e 17 de junho de 2008, além da realização de discussão desse assunto com especialistas, sindicatos, associações, instituições de ensino e

órgãos governamentais da aviação civil. Em 2 de julho de 2008, foi apresentada ao Conselho de Aviação Civil (CONAC) a versão final da PNAC, que recebeu a aprovação de todos os membros do Conselho. A Política também foi apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em reunião realizada em julho de 2008, estando prevista sua aprovação em 2009.

Nas duas reuniões realizadas pelo CONAC, em 2008, foram deliberadas sete resoluções traçando novas diretrizes para o setor de aviação civil. Destaca-se a Resolução nº 007/2008, que trata da aprovação do instituto de outorga de serviços aéreos. Tal proposta foi formulada com base em estudos realizados pelo Governo, por intermédio do Ministério da Defesa.

A respeito do transporte aéreo internacional, o Governo debateu a implementação das diretrizes referentes ao transporte aéreo brasileiro no mercado internacional, com vistas à maior flexibilização de rotas e frequências, gerando maior eficiência e qualidade no atendimento aos usuários do transporte aéreo. Destaca-se com relação aos Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA), a ampliação do acordo entre Brasil e Estados Unidos, que permitiu aumentar em até 50% o número de vôos entre os dois países. Registra-se, também, a ampliação do Acordo entre Brasil e Emirados Árabes Unidos, ao qual foram adicionadas oito frequências mistas, e em 2009 serão implementadas oito novas frequências. Já o Acordo firmado entre Brasil e África do Sul, realizado em agosto de 2008, viabilizou o acesso das empresas brasileiras ao mercado asiático, e em contrapartida, o Brasil comprometeu-se a conceder àquele país um aumento de quatorze frequências mistas, a serem implementadas em fases.

Em consonância com as deliberações do CONAC, o Ministério da Defesa coordenou o processo de revisão e atualização do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNAVSEC), em conjunto com a ANAC. A minuta revisada e atualizada foi apresentada na reunião do CONAC, em dezembro de 2008, e será objeto de discussão pelo referido Conselho no primeiro semestre de 2009.

A melhoria dos serviços aeroportuários pode ser verificada por alguns indicadores. Dentre eles, o percentual médio de vôos com atrasos acima de 30 minutos, na aviação geral, que passou dos 27% do último trimestre de 2007, para menos de 15% no segundo semestre de 2008. O índice de cancelamento de vôos recuou de 5,8% no último trimestre do ano de 2007 para 2,8% no mesmo período de 2008. Foram realizadas fiscalizações extraordinárias, tais como as operações “Carnaval” e “Hora Certa”, para identificar e corrigir problemas entre as principais companhias aéreas. Cerca de 10,6 mil processos administrativos gerados por fiscalizações e reclamações de passageiros contra empresas aéreas e serviços regulados pela ANAC foram analisados em 2008 e, destes, 3,4 mil resultaram em multas. Há que se registrar a notificação feita por essa agência a empresas aéreas devido a atraso ocorridos por problemas operacionais no final de 2008.

O número de acidentes da aviação geral apresentou, em 2008, queda de 18% em relação ao ano anterior, com a atuação governamental, por meio da ANAC, na área de segurança operacional da aviação civil, exigindo as necessárias adequações às normas de segurança em 175 aeródromos de todas as regiões e a proibição de vôos de aeronaves sem o Traffic Collision Avoidance System II (TCAS II) - equipamento anticolisão obrigatório em aviões com mais de dezenove lugares ou peso acima de 5,7 toneladas.

Na regulação da aviação nacional, a agência reguladora atuou com o objetivo de estimular a concorrência entre as empresas aéreas, por meio de nova regra de distribuição de *slots* (autorizações de pouso e decolagem). Nova resolução, que entrará em vigor em 2009, estabelecerá critérios mais rigorosos de desempenho para que, a cada dois anos, mais companhias aéreas operem em aeroportos com capacidade saturada, como o de Congonhas, criando novas opções para os consumidores.

No segmento de transporte aéreo internacional houve liberação do preço das tarifas para a América do Sul, bem assim foi realizada uma consulta pública para que as passagens aéreas para a Europa e EUA tenham seus preços liberados, em 2009. Outra consulta foi realizada para ampliação do quadro de rotas, com direitos de tráfego, em pontos além dos EUA e África do Sul, com o propósito de desbloquear o acesso das operadoras brasileiras às rotas para o Oriente.

Nas atividades de regulação, também merecem destaques a diminuição do tempo médio de resposta nos processos de emissão de licenças para tripulantes da aviação civil de trinta para cinco dias; a criação do Programa Decolagem Certa, um sistema de controle eletrônico *on-line* e em tempo real de todos os vôos da aviação geral; e a concessão do Certificado de Homologação de Tipo da Aeronave EMB-500, o que permitirá a certificação em outros países e exportação da aeronave produzida pela indústria brasileira.

Para atender à demanda de mão-de-obra qualificada do setor destacam-se as seguintes iniciativas: lançamento, em 2008, em parceria com o Estado de Minas Gerais, de um Pólo de Aviação Civil com o objetivo de ampliar a oferta de bolsas de estudos e estágios aos estudantes em empresas de transporte aéreo e de manutenção, além de incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à aviação por parte de universidades; e a operação, em parceria com o Estado do Rio Grande do Sul, do Programa de Formação de Pilotos, que disponibiliza bolsas de estudos para cursos de formação de pilotos privados e pilotos comerciais para cerca de 130 jovens de nove Estados e do Distrito Federal.

Em 2008, verificou-se o crescimento do movimento de passageiros registrado nos 67 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), que chegou a aproximadamente 117,5 milhões (crescimento de 6,4% em relação a 2007). Em 2009, estima-se a manutenção desse crescimento, que poderá alcançar 126,8 milhões de passageiros (incremento de 7,9% em relação a 2008). O movimento nos 33 terminais de logística de carga da Infraero também vem crescendo, chegando a mais de 800 mil toneladas de cargas importadas e exportadas em 2008. Em 2009, espera-se um aumento de 6,4%, quando se poderá alcançar o montante de 851,5 mil toneladas.

Em 2008, a Infraero aumentou o efetivo de funcionários dos principais aeroportos em cerca de 800 servidores e realizou investimentos em treinamento, estimulando uma postura mais pró-ativa e melhoria no processo de tomada de decisão, para garantir a manutenção dos níveis de segurança operacional. Para 2009, está prevista a realização de concurso público para a área de navegação aérea, bem como a manutenção dos investimentos em programas de treinamento e desenvolvimento, com prioridade para as atividades operacionais.

Dentre os empreendimentos concluídos e com conclusão prevista para 2009, destacam-se os seguintes:

- Aeroporto Santos-Dumont/Rio de Janeiro: conclusão da reforma e ampliação do terminal de passageiros e do sistema de pista e pátios (R\$ 20,58 milhões, dos quais R\$ 19,63 do PAC);
- Aeroporto Internacional de Boa Vista/RR: conclusão da reforma e ampliação do terminal de passageiros, reurbanização do acesso e construção de edificações complementares (R\$ 2,7 milhões);
- Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC: conclusão da construção do novo terminal de passageiros (R\$ 6,8 milhões, dos quais R\$ 1,15 milhão oriundos do Governo do Estado do Acre);

- Aeroporto Internacional Pinto Martins – Fortaleza/CE: construção do terminal de logística de cargas (TECA) e da torre de controle/DTCEA e reforço do pátio de aeronaves e da pista de taxiamento (conclusão do TECA em agosto de 2008 e conclusão da torre prevista para janeiro de 2009, em 2008 no valor de R\$ 15,5 milhões, dos quais R\$ 7,5 do PAC);
- Aeroporto Internacional de Salvador/BA: conclusão das obras de ampliação, desenvolvimento e modernização das vias de acesso externo ao Aeroporto (R\$ 23,6 milhões do PAC);
- Aeroporto de Londrina/Gov. José Richa: construção do terminal de logística de carga (TECA);
- Aeroporto de Manaus – Eduardo Gomes: substituição da cobertura do TECA II;
- Aeroporto Viracopos/Campinas: ampliação da cobertura do terminal de importação do TECA e implantação do Centro de Treinamento de Logística;
- Aeroporto de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro: nova estrutura metálica da cobertura do TECA Guarulhos;
- Aeroporto Salgado Filho/Porto Alegre: obra de reforço da pista de pouso; e
- Aeroporto do Rio De Janeiro /Galeão – Antônio Carlos Jobim: projeto para intervenção no terminal de passageiros 1.

A Infraero deverá investir, em 2009, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em equipamentos e obras e serviços de engenharia, visando à ampliação, modernização, operacionalidade e segurança da infra-estrutura dos principais aeroportos brasileiros, que estão sob sua administração. E, como marco da mudança de gestão de aeroportos brasileiros, São Gonçalo do Amarante será o primeiro aeroporto a ter a administração realizada por meio de parceria público-privada. A Infraero manteve, em 2008, os investimentos na área social, atuando em 62 projetos, o que permitiu o atendimento de cerca de 15 mil pessoas do entorno dos aeroportos.

4. Comunicações

a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações

O ano de 2008, foi marcado por uma expressiva interação do Governo, por meio do Ministério das Comunicações, com a sociedade civil incluindo segmentos da indústria, academia, prestadoras de serviços de telecomunicações, órgãos de defesa dos consumidores, associações, dentre outros. A tônica dessa interação foi a adequação e definição de políticas públicas para atendimento das demandas de interesse da sociedade, especialmente para a viabilização de novos avanços para a universalização e competição no mercado, e para sua adaptação ao momento de convergência tecnológica.

Nos últimos dez anos, o eixo principal da política nacional de universalização dos serviços de telecomunicações se desenvolveu em torno do serviço telefônico fixo comutado, portanto, o único cuja continuidade tem de ser garantida pela União e cujas empresas concessionárias estão sujeitas a metas de universalização. É importante assinalar que o serviço tradicional de voz, por

circuito comutado, é um serviço de crescimento limitado em termos mundiais e já entrou em curva de declínio. No Brasil, embora o tráfego continue crescendo, a planta instalada tem se mantido estável há vários anos. A perda de competitividade da voz fixa se deve à comodidade e flexibilidade da voz móvel e ao custo incomparavelmente menor, quando não inexistente, da voz sobre o protocolo IP da Internet, para quem tem um acesso em banda larga.

Num ambiente de convergência tecnológica, o serviço de voz não pode ser mais o único fio condutor da política brasileira de telecomunicações. O eixo para os próximos dez anos tem que ser o acesso em banda larga, sobre o qual são oferecidos serviços de voz, dados e vídeo. Ao contrário da telefonia, um serviço com características técnicas definidas e estáticas, o acesso em banda larga é um serviço de características dinâmicas, em constante evolução. O conceito de banda larga varia com o avanço da tecnologia e novas aplicações. A definição do acesso em banda larga, como a prioridade da política nacional de telecomunicações, vai permitir iniciar um novo ciclo de desenvolvimento no setor, pois a banda larga é muito mais do que comunicação, é acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, duas iniciativas da maior importância para dar escala à infra-estrutura de redes digitais de banda larga no País se constituíram em metas da política de telecomunicações do Governo, em 2008. Uma é resultante da troca de obrigações de universalização dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PST), constantes do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) do STFC, pela implantação de enlaces de entroncamento (*backhaul*) em todos os Municípios. As redes das concessionárias já cobrem mais de dois mil Municípios e, até o final de 2010, elas deverão completar os Municípios restantes. Outra iniciativa corresponde às obrigações de cobertura estabelecidas no edital do leilão das licenças de Terceira Geração, que vão permitir que, até 2010, todos os Municípios contem com o serviço móvel pessoal. Adicionalmente, em até cinco anos, todos os Municípios com população acima de 100 mil habitantes estarão atendidos por infra-estrutura de banda larga em 3G. Já dentre os pequenos Municípios, com população inferior a de 30 mil habitantes, 60% deverão possuir infra-estrutura de banda larga em 3G até 2015.

Um outro passo importante para massificar o uso desse serviço foi a disponibilização, pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de acessos banda larga em todas às escolas públicas urbanas (55 mil). O atendimento a todas as escolas será concluído em 2010.

Nesse cenário de convergência tecnológica, o Governo entende ser de fundamental importância ampliar o escopo de destinação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), de forma a abranger os serviços de telecomunicações, como, aliás, propõem projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Entre as novas aplicações propostas se destaca o acesso a redes digitais em banda larga à Internet, infra-estrutura flexível sobre a qual é possível prover serviços de voz, dados e vídeo. A ampla disponibilidade dessas redes é essencial para incluir o País na sociedade da informação.

b) Avanços na Regulação

Com vistas a modernizar o marco regulatório e preparar o País para o futuro da convergência tecnológica, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) empreendeu, em 2008, um amplo processo de audiências e consultas públicas no contexto da elaboração do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) e da revisão do Plano Geral de Outorgas (PGO). O PGR apresenta as ações a serem realizadas pela Agência nos próximos dez anos, no sentido de acelerar o desenvolvimento industrial, tecnológico, econômico e social do País, reduzir as desigualdades regionais, incentivar a competição, garantir a liberdade de escolha dos usuários e, ao mesmo tempo, fortalecer o papel regulador do Estado. A proposta de revisão do PGO, por sua vez, visa a adaptar

os atuais padrões de concorrência às novas tendências econômicas, tecnológicas e comportamentais que revestem a exploração dos serviços de telecomunicações.

Outras medidas de regulação também merecem realce, destacando-se i) a licitação da 3ª geração da telefonia móvel, o 3G, cujo Edital inovou ao garantir que 100% dos Municípios possam usufruir do serviço de telefonia celular (Serviço Móvel Pessoal), em 2 anos todos os 1.836 Municípios brasileiros ainda sem acesso ao SMP possuirão telefonia celular; ii) o Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), uma das mais importantes inovações regulatórias brasileiras, que facultou aos usuários a mudança de prestadora e a manutenção do número do telefone fixo ou do telefone celular, estimulando a competição, a redução nos preços e a melhoria na qualidade do atendimento ao usuário; e iii) os regulamentos do Serviço Móvel Pessoal (SMP), que foram discutidos com o Ministério Público e órgãos de defesa dos consumidores, e resultaram em uma versão consolidada do Regulamento do SMP, que passou a vigorar em fevereiro de 2008. Entre as principais alterações introduzidas na prestação desse Serviço destacam-se as seguintes inovações: exigências para o setor de atendimento e setor de relacionamento; orientações para esclarecimentos e atendimentos a reclamações de usuários; procedimentos operacionais de atendimento a usuários; esclarecimentos sobre saldo de créditos de planos pré-pagos de serviço; regras para atendimento de usuários portadores de deficiência auditiva e da fala; prazos para rescisão contratual, de carência e fidelização; e regras para bloqueio e desbloqueio de estação móvel.

O tema da segurança da Internet vem adquirindo cada vez mais importância para a regulação. A Anatel, juntamente com representantes de vários entes estatais e da sociedade civil, tem atuado nas discussões sobre o projeto de lei recém-aprovado pelo Senado Federal e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados sobre crimes cibernéticos. No âmbito do referido grupo de especialistas, tem sido ainda exaustivamente discutida a adesão do Brasil à Convenção Européia sobre Crimes Cibernéticos – mais conhecida como “Convenção de Budapeste” – e suas implicações para o País, em caso de eventual assinatura. Igualmente no campo da governança da Internet, o Brasil tem atuado intensivamente no sentido de aumentar a representatividade e a transparência do Comitê Consultivo Governamental (GAC), junto à Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet (ICANN), como foro de discussões políticas sobre essa Rede. Intenta-se atingir tais objetivos por meio de uma reforma na estrutura e nos métodos de trabalho do GAC/ICANN, buscando-se igualmente uma participação mais representativa dos governos, por via direta ou indireta.

No que se refere às relações entre Europa e América Latina, vale a pena mencionar o sucesso da XI Cúpula de Reguladores e Operadoras, organizada pelo Foro Latino-americano de Órgãos Reguladores de Telecomunicações (Regulatel), do qual o Brasil assumiu a presidência no período 2008/2009, e pela Associação Ibero-americana de Centros de Investigação e Empresas de Telecomunicações (Ahciet), ocorridas em São Paulo, em julho de 2008. O mesmo êxito pôde ainda ser constatado na V Reunião Técnica de Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em julho de 2008, na cidade da Praia, Cabo Verde, durante a qual avançou-se na criação da Associação de Reguladores de Expressão Portuguesa.

No que se refere ao PGO e ao PGR, muitos esforços já foram despendidos, mas a tarefa ainda não está concluída e o foco, em 2009, estará centrado em sua efetiva implementação, de modo compatível não apenas com o contexto convergente das telecomunicações, mas com a proteção e o fortalecimento dos direitos dos usuários, com a qualidade dos serviços prestados, com o estímulo à competição e com a redução das barreiras ao acesso e uso das telecomunicações. Considerando essas questões, o Governo, por intermédio da Anatel, agirá no sentido de promover parcerias com órgãos oficiais de proteção e defesa do consumidor e entidades representativas da sociedade organizada, bem como de rever a regulamentação de qualidade dos diversos serviços.

Nas perspectivas do setor para os próximos anos, observa-se que o principal orientador das telecomunicações no período vindouro será a banda larga. A massificação do acesso em banda larga é imprescindível para garantir a todas as camadas da população o acesso ao conteúdo multimídia e, conseqüentemente, trazer possibilidades de inclusão social e superação do hiato digital existente em nosso País. Sobre este tema, entre as ações que farão parte da pauta de regulação em 2009, ressaltam-se a adequação das obrigações para os serviços de telecomunicações no sentido de possibilitar a oferta de planos específicos de banda larga, inclusive para população de baixa renda; a revisão do PGMU, para fixar novas metas para ampliação das redes do STFC de suporte a Banda Larga; a oferta da faixa de 3,5 GHz para prestadores de pequeno, médio e grande porte, com diferentes compromissos de abrangência; o estabelecimento de padrões de qualidade que garantam a qualidade na prestação do serviço; a ênfase na competição, buscando uma maior oferta de serviços aos usuários, a preços menores e com qualidade satisfatória; a revisão na regulamentação dos serviços de maneira a ampliar a oferta e a competição, por meio i) da regulamentação da revenda no STFC e no SMP; ii) do acompanhamento da implementação da portabilidade numérica; iii) da elaboração do Plano Geral de Metas de Competição; e iv) da elaboração da Regulamentação de Desagregação de Redes (*Unbundling*), permitindo a desagregação total ou compartilhada; e o fomento ao desenvolvimento tecnológico e industrial nacionais.

c) TV Digital

O padrão de TV Digital adotado no Brasil foi desenvolvido, em grande medida, por meio de projetos apoiados com recursos originários do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico em Telecomunicações (FUNTTEL). O início das transmissões com essa nova tecnologia começou em São Paulo, no final de 2007, e, ao longo de 2008, expandiu-se sua cobertura, tendo sido implantada em Belo Horizonte, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, disponibilizando o sinal digital para mais de 29 milhões de brasileiros. Em 2009, o processo de ampliação da cobertura incluirá todas as capitais e as principais cidades do País.

É importante registrar, ainda, a conclusão das negociações em torno dos direitos de propriedade intelectual relativos à interface Java do *middleware* Ginga. De tecnologia inteiramente nacional, desenvolvida com o apoio de recursos provenientes do FUNTTEL, o Ginga confere interatividade ao padrão de TV Digital adotado no País.

d) Serviços Postais

d.1) Universalização dos Serviços Postais

Presente em todos os Municípios, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) atende em torno de 50 milhões de domicílios, sendo a garantia de atendimento dos serviços postais básicos a 1.537 distritos desprovidos de atendimento. A ECT, em 2008, deu continuidade às substituições de suas antigas unidades por Agências de Correio Comunitárias (AGC) ou Agências Próprias, oferecendo todos os serviços postais básicos a 6.051 localidades. Houve a substituição de 3.460 unidades por AGC, alcançando o índice de realização acumulada de 93,67% da meta geral (3.694) estabelecida pelo Ministério das Comunicações. Em 2009, com o objetivo de diminuir a exclusão postal, unidades de atendimento serão instaladas para que o serviço postal básico chegue aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

d.2) Exportações por Remessas Postais

O sistema simplificado de exportações por remessas postais permitiu que milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte, pudessem ter acesso ao mercado externo, realizando remessas de seus produtos pela via postal. A facilitação do despacho aduaneiro e a redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil, por meio da Declaração Simplificada de Exportação (DSE), abriu espaço para o crescimento de pequenos empreendedores no comércio internacional e ampliou a base exportadora e os resultados da balança comercial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. O valor das exportações por meio desse instrumento, até outubro de 2008, alcançou US\$ 174 milhões, sendo que para o referido exercício, estima-se que o valor ultrapasse US\$ 200 milhões, superando em 15% o apurado em 2007.

d.3) Inovações dos Serviços

A solução “Correios Logística Reversa”, que tem por finalidade facilitar as relações comerciais entre as empresas e seus clientes, quando há necessidade de retorno do produto comercializado, se consolidou no mercado brasileiro como alternativa eficiente para o pós-venda de mais de duas mil empresas, com ênfase nos segmentos de e-commerce, eletrônicos e telefonia. O serviço se expandiu em 2008, atingindo 1,5 milhão de encomendas e faturamento de R\$ 38 milhões, crescimento de 50% ante 2007.

Já o serviço de “Encomenda Econômica PAC (Prático, Acessível e Confiável)”, alcançou, em 2008, taxa de crescimento de 30% em relação ao ano anterior. O resultado foi impulsionado pelo aumento da base de clientes e pela extensão do serviço aos clientes de varejo, possibilitando atender a todos os brasileiros em qualquer agência postal. Esse tipo de serviço se apresenta como a solução mais adequada ao mercado de encomendas econômicas (prazo de entrega definido, serviço garantido, rastreamento completo; seguro automático e entrega domiciliária nas principais localidades). A iniciativa faz parte do processo de revisão do portfólio de encomendas, do qual também surgiram os serviços e-SEDEX, SEDEX 10, SEDEX Hoje, SEDEX Mundi.

e) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias

e.1) Radiodifusão Comunitária

Em cumprimento ao compromisso de que pelo menos 4.452 Municípios, 80% do total, contassem com pelo menos um serviço local de radiodifusão até o final de 2011, foi publicado, em 2008, mais um Aviso de Habilitação para Radiodifusão Comunitária, atingindo 99,86% do total de Municípios do País. Nesse mesmo período, foram concedidas 246 outorgas de Serviços de Radiodifusão Comunitária, totalizando 3.378 entidades já autorizadas a executar o serviço em todo o território nacional, sendo que 2.468 delas já contam com aprovação do Congresso Nacional e Licença Definitiva emitida.

e.2) Demais Serviços de Radiodifusão

Em 2008, foram concedidas 391 outorgas de serviço de Radiodifusão. Além das 246 de Rádio Comunitária, ocorreram as outorgas: 53 de Rádio FM Comercial, 30 de Rádio OM Comercial, 7 de Rádio FM Educativa, 8 de TV Comercial, 2 de TV Educativa e, ainda, 45 consignações de radiofrequências relativas ao serviço de TV Digital. Em 2009, as principais metas são as implantações

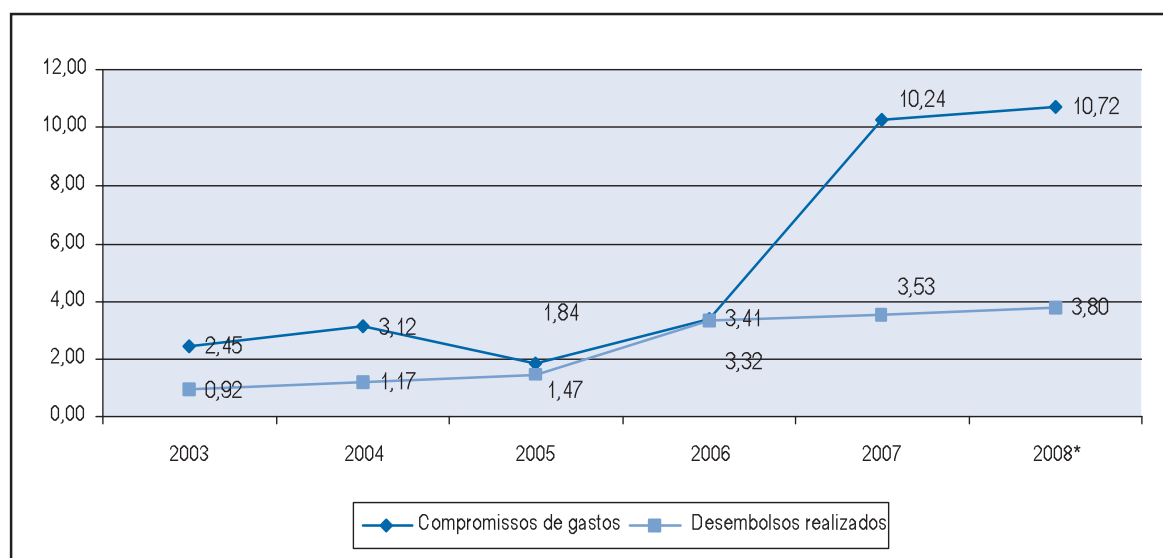
de ferramentas de gestão para avaliação de serviços de comunicação eletrônica e do sistema de pregão eletrônico para licitação de outorgas de radiodifusão comercial.

5. Saneamento

Na área de Saneamento, o PAC responde por investimentos robustos, por meio do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas e essenciais, e sinaliza, para a sociedade brasileira e para o setor, a prioridade atribuída ao saneamento básico na agenda do desenvolvimento nacional. A política da União para esse setor prioriza a retomada dos investimentos e o fortalecimento da gestão nos aspectos do planejamento, regulação, fiscalização e controle social. Na implementação dessa política é feita a integração dos órgãos federais que atuam em saneamento e nas áreas de saúde, meio ambiente e recursos hídricos, incentivando a qualificação do gasto público e as ações de cooperação e de mecanismos indutores previstos em seus programas de investimento.

O Gráfico a seguir revela a evolução do investimento do Governo em saneamento básico nos últimos anos.

Evolução dos Gastos Federais Comprometidos e Desembolsado em Iniciativas de Saneamento Básico. Brasil 2003-2008.



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades. *Estimativa para 2008 e, no caso dos desembolsos, os valores englobam os recursos de OGU e Financiamento, não estão incluídos os valores de Restos a Pagar.

O crescimento dos valores comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico, desde 2003, demonstra os significativos avanços do Governo na retomada das contratações de operações de crédito e na agilização dos empenhos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). O gráfico revela ainda a manutenção do crescimento dos valores comprometidos em 2008 e 2007, em relação aos compromissos de gastos apurados no período 2003 a 2006.

Dos R\$ 40 bilhões de investimentos previstos, para o período 2007-2010 no PAC Saneamento, já foram selecionados, no âmbito do Ministério das Cidades, R\$ 25,2 bilhões, com destaque para as modalidades de esgotamento sanitário e saneamento integrado, que totalizam, respectivamente, R\$ 10,6 bilhões e R\$ 5,5 bilhões do volume total de recursos contratados e em contratação,

conforme espelha a tabela a seguir. Do total de R\$ 25,2 bilhões de recursos selecionados, R\$ 9,7 bilhões são provenientes do OGU (recursos não-onerosos) e R\$ 15,5 bilhões são recursos de financiamentos (recursos onerosos).

PAC Saneamento ⁽¹⁾

Total de Investimentos Contratados e em Contratação 2007-2008 (em R\$ milhões)

Modalidade	Situação dos Investimentos		TOTAL
	Contratados	Em Contratação	
Abastecimento de Água	4.263,1	1.520,7	5.783,8
Desenvolvimento Institucional	524,5	39,3	563,8
Esgotamento Sanitário	9.053,9	1.550,5	10.604,4
Estudos e Projetos	95,6	121,6	217,2
Drenagem	1.431,9	679,4	2.111,3
Resíduos Sólidos	90,4	285,7	376,1
Saneamento Integrado	5.230,8	319,6	5.550,5
TOTAL	20.690,3	4.516,9	25.207,2

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades. (1) Municípios com população superior a 50.000 habitantes.

Durante o exercício de 2008, o Governo promoveu, no âmbito do Programa Saneamento para Todos (operações de financiamento), a seleção de 534 projetos de saneamento, no valor de R\$ 2,9 bilhões, com destaque para obras de Manejo de Águas Pluviais (R\$ 790,7 milhões), Esgotamento Sanitário (R\$ 753,5 milhões) e Abastecimento de Água (R\$ 683,7 milhões). Todos os projetos selecionados integram o PAC, no eixo Infra-estrutura Social e Urbana. Ainda nesse exercício, foram contratadas 421 operações de crédito no valor de R\$ 6,4 bilhões, com destaque para a modalidade de esgotamento sanitário, que compreende R\$ 3,6 bilhões. As contratações consideraram propostas selecionadas em 2008 e também um conjunto expressivo de projetos selecionados em exercícios anteriores, especialmente no segundo semestre de 2007. Quanto ao desembolso de recursos com financiamentos, em 2008, foram pagos R\$ 1,2 bilhão, considerando projetos contratados em 2008 e em exercícios anteriores.

No que se refere ao atendimento das demandas de saneamento pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nos pequenos Municípios e nas comunidades indígenas, quilombolas, áreas rurais e de interesse epidemiológico, está prevista a dotação de R\$ 4 bilhões para o período 2007-2020. Até novembro de 2008, já foram apresentados projetos referentes a 3.800 empreendimentos, representando 57% dos recursos previstos para o quadriênio. Entre as ações de saneamento em áreas especiais, merece destaque, em 2008, a execução de recursos orçamentários da ordem de R\$ 15,5 milhões nas áreas indígenas, beneficiando 125 aldeias com projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares. Quanto a projetos para áreas quilombolas, a execução de R\$ 7,8 milhões beneficiou 28 comunidades.

No saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico, a ação de drenagem para o controle de malária atingiu a meta prevista para 2008, com execução orçamentária de R\$ 6,9 milhões, beneficiando 101.504 famílias em 13 Municípios. Quanto a melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, foram executadas melhorias em 317 Municípios, com aplicação de R\$ 143,1 milhões. Em relação ao saneamento em Municípios com população total de até 50 mil habitantes, os projetos de abastecimento de água tiveram a execução de R\$ 484,4 milhões, beneficiando 592 Municípios. Já as intervenções na área de esgotamento sanitário beneficiaram 185 Municípios, com a aplicação de R\$ 487,8 milhões. Na área de melhorias sanitárias domiciliares, foram beneficiados 247 Municípios, num total de R\$ 135,7 milhões. Quanto a resíduos sólidos, foram apresentados projetos para 3 Municípios, no montante de R\$ 1,7 milhão.

Em 2008, foram concluídos os empreendimentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 656 comunidades de assentamentos rurais, no valor total de R\$ 55,1 milhões e contratados empreendimentos em 289 escolas, no valor de R\$ 12,9 milhões. Para 2009, prevê-se a continuidade dos projetos de saneamento, com análise e aprovação de projetos para os empreendimentos selecionados, reprogramação dos Municípios que não atenderem ao prazo estipulado para apresentação de projetos, e treinamento dos 119 engenheiros contratados a fim de dar continuidade às análises técnicas e às atividades de acompanhamento local. O ambiente de investimentos continuados para o setor de saneamento deve permanecer, no ano de 2009, em patamares bastante próximos aos de 2007 e 2008, conforme indica a previsão dos investimentos em saneamento a serem contratados da ordem de R\$ 9,2 bilhões. Neste exercício, também está prevista a realização de um novo processo de seleção de propostas de financiamento, no valor de R\$ 3,5 bilhões, de modo a completar as metas previstas no PAC, priorizando as regiões metropolitanas críticas e Municípios de médio e grande porte. Além da nova seleção, será concluído o processo de contratação de parte dos empreendimentos selecionados em 2008. Quanto ao desembolso dos recursos, a expectativa é de uma aceleração em função da previsão de conclusão, até o final de 2010, de 89% das obras previstas no PAC.

Em relação aos instrumentos de planejamento no setor de saneamento, a Lei nº 11.445, de 2007, determina a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Iniciada sua formulação em 2008, o Plano prevê um processo participativo que contemple metodologia para garantir a mobilização e o envolvimento de todos os atores do saneamento básico em torno dos seus eixos e desafios, tanto para sua elaboração, quanto para sua posterior implementação.

Paralelamente ao processo de elaboração do PLANSAB, o Governo está estruturando uma série de ações, em 2009, com vistas a apoiar os Municípios, tais como a implementação de Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização, com o intuito de oferecer a esses entes subsídios para a elaboração de seus respectivos Planos de Saneamento, considerando os aspectos da regionalização, das diferentes escalas de planejamento, da transversalidade, da intersetorialidade, da integralidade das ações e da participação e controle social.

6. Habitação

A Política Nacional de Habitação (PNH) visa promover a melhoria nas condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de mais baixa renda. Tem como prioridade a integração urbana dos assentamentos precários, com foco i) na urbanização, regularização fundiária e inserção dos assentamentos precários; ii) na provisão habitacional; e iii) na criação de um arcabouço institucional de abrangência nacional, consoante aos princípios federativos, com participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O Governo tem suas ações orientadas, no setor habitacional, a partir de dois eixos norteadores: o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e o PAC.

O PlanHab é parte de um processo de planejamento de longo prazo que pressupõe revisões periódicas e articulação com outros instrumentos de planejamento e orçamento, como o Plano Plurianual (PPA). Sua elaboração teve início em agosto de 2007, se estendeu por todo o exercício de 2008 e foi apresentado ao Conselho das Cidades em sua 19ª reunião, no mês de dezembro de 2008. Baseado na análise e sistematização do contexto habitacional, e considerando as potencialidades, constrangimentos e cenários possíveis, o PlanHab define estratégias de ação no curto, médio e longo prazos para a universalização da moradia digna e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil, bem como para a consolidação do Sistema Nacional de Habitação. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) conta com a adesão de todos os Estados e de mais de 90% dos Municípios. O SNHIS estabelece as bases de um desenho institucional, prevê a integração das três esferas de governo e define as regras que asseguram a sua articulação financeira com os entes da Federação.

O PAC Habitação se insere no eixo de expansão dos investimentos em infra-estrutura social e urbana do País, e visa, também, o desenvolvimento dos setores produtivos ligados à habitação. O programa, financiado com recursos não-reembolsáveis e de financiamento, tem ampliado significativamente o volume de recursos aplicados no setor. O Programa contempla as ações do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), do Programa Pró-Moradia e dos Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos (PMI) e do FNHIS.

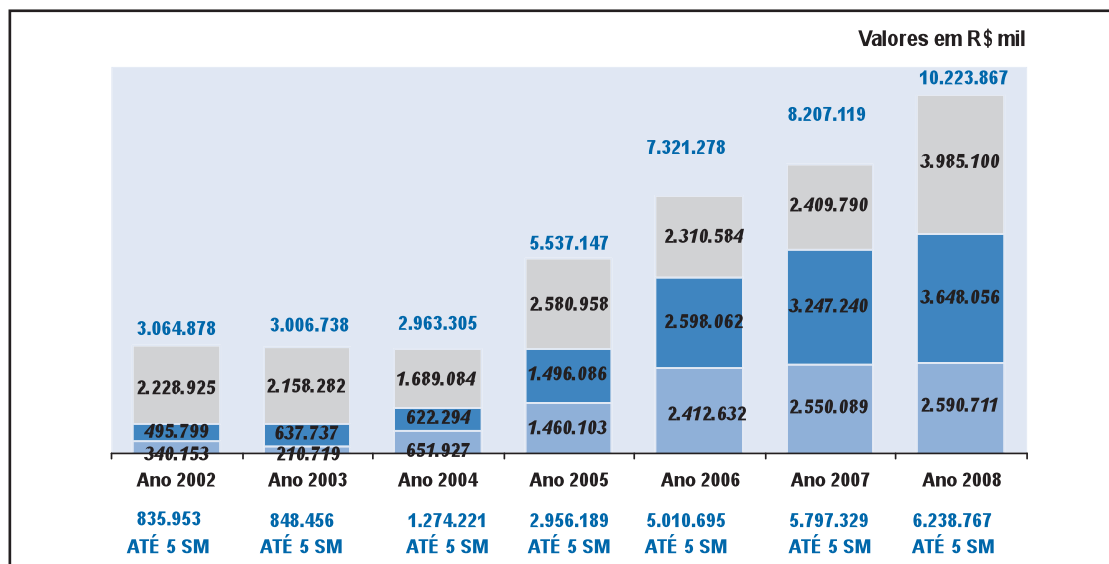
Para o quadriênio 2007-2010, estão previstos aportes de recursos, inclusive das contrapartidas estimadas em R\$ 9,3 bilhões, da ordem de R\$ 55,9 bilhões do OGU, do FNHIS, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). No que diz respeito aos recursos do OGU, foi definida, para o referido quadriênio, a alocação de R\$ 8,4 bilhões em projetos de saneamento integrado e urbanização de assentamentos precários em grandes complexos, os mais significativos no âmbito das intervenções habitacionais.

Com recursos do FNHIS, em 2008, foram alocados R\$ 500 milhões para urbanização de 246 assentamentos precários, R\$ 430 milhões para provisão habitacional, R\$ 30 milhões para elaboração de planos habitacionais pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, e R\$ 15 milhões na contratação de assistência técnica. Desde 2006, ano em que entrou efetivamente em operação, esse Fundo alocou R\$ 1 bilhão por ano, mesmo montante previsto por ano, até 2010, para investimento na produção de unidades habitacionais para a população em situação de vulnerabilidade social.

Como reflexo da ampliação de fontes de recursos e agentes no setor habitacional, a parceria estabelecida, em 2007, com o BNDES foi ampliada. Custeados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e com previsão de ações integradas voltadas à urbanização e implantação de infra-estrutura básica e social em áreas de baixa renda, de risco e de sub-habitação, considerando também a regularização fundiária, os projetos que compõem o Projetos Multissetoriais Integrados (PMI) tiveram seu número ampliado para 17, compreendendo investimentos da ordem de R\$ 900 milhões.

No que diz respeito ao repasse de recursos operados no âmbito do FGTS, deve-se ressaltar a concessão de subsídios dirigidos a financiamentos para pessoas físicas com renda familiar mensal bruta de até 5 salários mínimos, ampliando o acesso à moradia dos cidadãos menos favorecidos. Esses subsídios permitem o pagamento dos custos financeiros das operações de crédito, bem como a complementação do custo de produção ou valor de venda do imóvel. No quadro que se segue estão apresentados os investimentos realizados com recursos desse Fundo, por faixa de renda.

Recursos do FGTS
Investimento Habitacional por Faixa de Renda



Fonte: MCidades e CEF. Posição em 30.11.2008.

Em 2008, do total de R\$ 15 bilhões alocados no orçamento operacional do FGTS, R\$ 10,4 bilhões foram destinados à área de Habitação Popular; R\$ 1,5 bilhão ao desconto nos financiamentos a pessoas físicas; e R\$ 3 bilhões ao Fundo de Arrendamento Residencial. As seleções dos programas lastreados com os recursos do FGTS, para o exercício, totalizaram R\$ 11,3 bilhões. Essa distribuição orçamentária foi definida em consonância com a norma estabelecida em setembro deste ano, segundo a qual, dos recursos do Fundo, estabelecendo, no mínimo, 50% do total disponível deve ser aplicado à área de Habitação Popular. Dentre os programas que utilizam os recursos do FGTS, destacam-se o Carta de Crédito e o Pró-Moradia, que disponibilizaram, respectivamente, R\$ 8,5 bilhões e 2,5 bilhões. Os atendimentos são voltados a oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social por intermédio de concessão de financiamento ao setor público (no caso do Pró-Moradia) e a pessoas físicas, associadas ou não (Carta de Crédito).

No âmbito do programa de Apoio à Produção de Habitações, que financia empresas do ramo da construção civil para produção habitacional, o Governo efetivou, em 2008, a contratação de R\$ 254,8 milhões, compreendendo mais de 4 mil domicílios. Ainda no sentido de melhorar as condições de aplicação dos recursos do FGTS, há que se registrar o esforço de unificação das taxas de juros da área de habitação popular, compatíveis com as diretrizes do PlanHab. Com a instituição do Pró-cotista, os trabalhadores detentores de contas vinculadas do FGTS serão beneficiados ainda com redução de 0,5% ao ano; e, pela ampliação do prazo máximo de amortização de financiamentos com pessoas físicas de 20 para 30 anos.

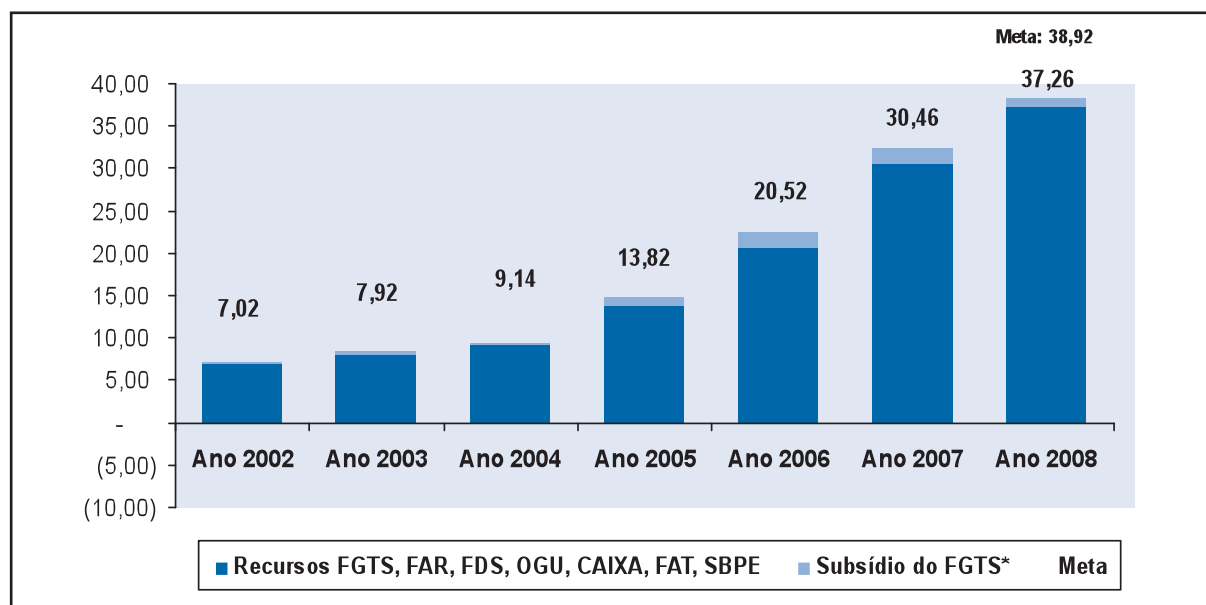
No Programa Crédito Solidário, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para financiamento à população de baixa renda organizada de forma associativa, foram aprovadas medidas que alteram a operacionalização do programa e trazem maiores benefícios aos mutuários e mais segurança para o Fundo, tais como o pagamento de seguro relativo de morte e invalidez permanente; o abatimento na prestação dos mutuários adimplentes; ampliação da participação dos idosos; e a isenção de pagamentos da Taxa Referencial (TR) durante o prazo de carência. Foi, ainda, aprovada nova metodologia de

cálculo para o resgate das cotas, o que alavancará maior volume de recursos para investimentos. As mudanças resultaram em contratações que somam R\$ 122,0 milhões, e atendimento de 7 mil famílias.

A quarta fonte de financiamentos dos programas federais de habitação é o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), cujas ações custeadas estão consolidadas no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), com o objetivo de propiciar moradia à população de baixa renda sob a forma de arrendamento com opção de compra. A principal diretriz dessa ação é a oferta de unidades habitacionais pelo aproveitamento dos imóveis ociosos em áreas de interesse habitacional. Durante o ano de 2008, o PAR efetivou contratações para o atendimento a 6.600 famílias, totalizando um investimento de R\$ 244,0 milhões.

Como consequência dessas e de outras ações do Governo, os investimentos para o setor habitacional crescem a cada ano, gerando um maior número de atendimentos, em especial para os segmentos com renda de até 5 salários mínimos. Os investimentos destinados à produção e aquisição de moradias, urbanização de assentamentos precários, aquisição de material de construção, reforma e ampliação de unidades habitacionais, produção de lotes urbanizados e requalificação de imóveis para uso habitacional, no ano de 2008, atingiram, até o mês de novembro de 2008, um montante de R\$ 37,26 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Evolução dos Investimentos em Habitação (R\$ bilhões)

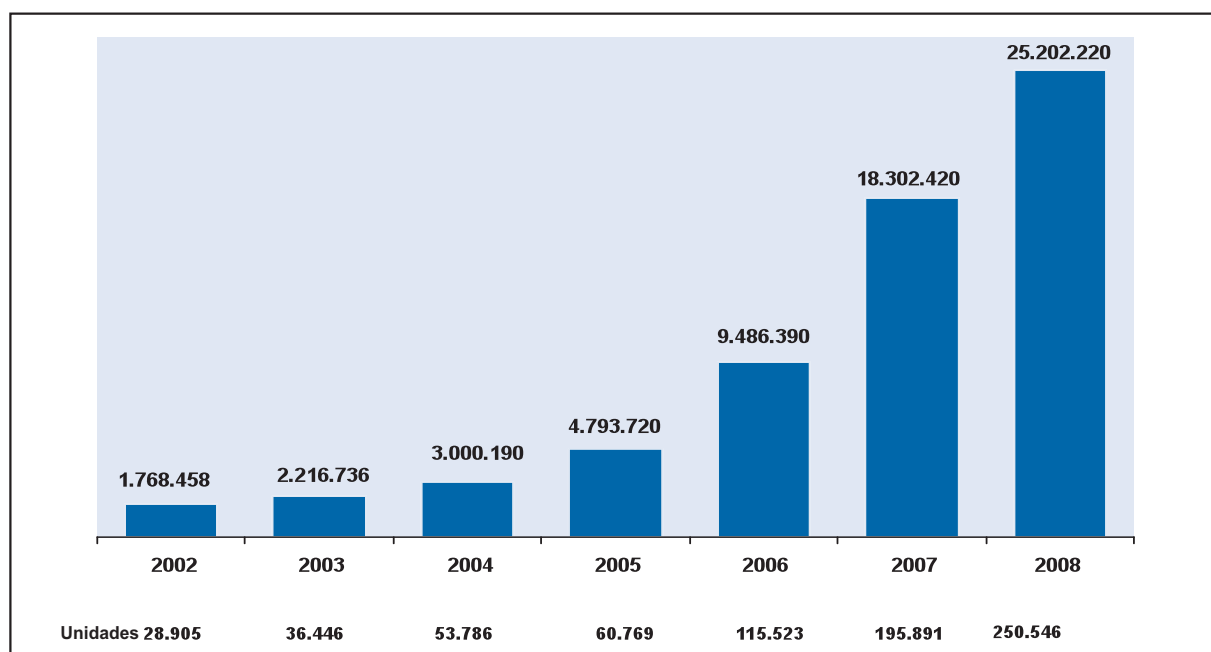


Fonte: MCidades, CEF e ABECIP. Posição em 30.11.2008. *Res. 460/04 - a partir de 01/06/05.

No âmbito da inovação e do desenvolvimento da qualidade da cadeia construtiva do setor habitacional, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) é o meio de interlocução do Governo, por intermédio do Ministério das Cidades, com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil. As iniciativas de incentivo à geração de empregos incluem a desoneração da produção, com a eliminação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a redução da incidência da alíquota dos produtos da cesta básica de material para a construção civil, e a melhoria e ampliação das condições para concessão de crédito.

O desenvolvimento de padrões construtivos, aliado ao crescimento do setor verificado nos últimos anos, reflete-se na entrada de novas empresas – inclusive internacionais – no mercado habitacional brasileiro e no salto dos recursos operados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). Até novembro de 2008, os contratos firmados com recursos lastreados pelo SBPE alcançaram um total de R\$ 25,2 bilhões, relativos a mais de 227 mil unidades habitacionais, conforme dados constantes do quadro a seguir.

Evolução do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos



Fonte: ABECIP. Posição em 30.11.2008.

A utilização desses recursos reflete uma outra alteração no mercado da habitação. Nota-se que a atuação das empresas que compõem o setor se dá a partir de uma perspectiva de fornecimento de produtos voltados não apenas ao mercado considerado tradicional, mas também aos segmentos de renda intermediária. Esse cenário teve reflexo no nível de emprego na construção civil e no mercado de moradia. Os números relativos ao registro de trabalhadores formais dão seqüência ao incremento verificado a partir de 2004 e, principalmente, 2007, traduzindo-se em fortalecimento do mercado interno e geração de renda para as famílias.

Para 2009, os desafios e metas específicos no setor habitacional estão dispostos sob três vertentes. A primeira, diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos que propiciem o efetivo funcionamento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, por meio do desenvolvimento institucional dos Estados, Distrito Federal e Municípios. A segunda vertente de desafios trata da implantação de uma política de oferta de solo urbanizado e regularizado de interesse social, com abrangência metropolitana e/ou regional, a partir do aprimoramento do marco normativo e da definição de um pacto com os setores públicos e privados envolvidos pela temática. A terceira vertente se relaciona com a implementação do Sistema Nacional de Informação e Indicadores Habitacionais, com a consolidação de instrumentos de geoprocessamento e a participação dos Estados e Municípios como parceiros na alimentação e validação dos dados e mapas.

No que tange ao Sistema Habitacional de Mercado, os desafios a serem superados dizem respeito principalmente à expansão do crédito no setor e à ampliação do acesso das famílias de baixa renda às linhas de financiamento, o que demanda expansão e adaptação dos produtos disponibilizados pelas empresas.

A partir de 2009, o PlanHab orientará o planejamento das ações públicas e privadas no setor habitacional durante os próximos 15 anos, com o objetivo de melhor direcionar recursos, já existentes e novos, para o enfrentamento das necessidades habitacionais do País. As ações estratégicas propostas pelo Plano estão definidas em quatro eixos considerados fundamentais para a solução do problema habitacional brasileiro, quais sejam: i) modelagem de subsídios e alavancagem de financiamentos para população de baixa renda; ii) organização institucional e ampliação dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; iii) propostas e mecanismos de fomento para a cadeia produtiva da construção civil; e, iv) incentivos à adoção de mecanismos de política territorial e fundiária para ampliação de áreas para habitação de interesse social.

7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

O planejamento e a gestão territorial urbana são de competência dos Municípios, no entanto, o Governo Federal vem atuando fortemente no estímulo à implementação de novas práticas e instrumentos que possibilitem aos cidadãos melhor qualidade de vida nas áreas urbanas. Com esse intuito, em 2008 foi apoiada a elaboração de planos diretores em mais 20 Municípios, no montante de R\$ 2,85 milhões, além da constituição de uma rede nacional de avaliação e monitoramento da implementação de Planos Diretores em todo o País. Também foi mantida a estratégia de capacitação de agentes do poder público e de atores da sociedade civil para a implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC). Destaca-se também o apoio para desenvolvimento de planos de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e demais instrumentos para solução habitacional, mediante entidades sem fins lucrativos e com instituições de ensino.

O Governo tem acompanhado, desde 2003, o processo legislativo na construção do Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, que trata da revisão da lei de parcelamento do solo urbano e da regularização fundiária. Em maio de 2008, foi realizado seminário nacional para divulgação e discussão desse Projeto, a partir do qual foram realizados outros cinco seminários regionais (Goiânia, Belém, São Paulo, Curitiba e Salvador), com o objetivo de aprofundar as discussões junto aos vários segmentos sociais que compõem o Conselho das Cidades e sistematizar contribuições a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Em 2008, foram selecionadas as propostas dos Estados de Goiás e Bahia e das Defensorias Públicas do Estado de Roraima e de São Paulo, no valor de R\$ 1,37 milhão, com vistas a apoiar a elaboração de planos municipais de regularização fundiária e atividades que visam à titulação dos beneficiários. É importante destacar, ainda, a incorporação da dimensão da regularização fundiária nas intervenções de habitação e de urbanização de assentamentos precários no âmbito do PAC.

Também foi dada continuidade à gestão dos convênios celebrados com governos estaduais, que tem por objeto a promoção de acesso à terra urbanizada pela população de menor renda. Dentre as ações destacam-se os convênios celebrados com: o Instituto de Terras do Estado do Mato Grosso que beneficiará 10 mil domicílios ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos, em Municípios daquele Estado; com o Governo do Estado de Minas Gerais, que possibilitará a elaboração

de Planos de Regularização Fundiária para 5 Municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e ações de regularização fundiária em Ribeirão das Neves; e, com o Governo do Estado do Pará, que prevê a capacitação de agentes públicos e agentes comunitários em 20 Municípios e assistência técnica para elaboração de Planos Municipais de Regularização Fundiária de 16 Municípios do Estado, envolvendo inclusive a aprovação do projeto urbanístico e entrega dos títulos.

O sistema que monitora os processos de regularização fundiária em todo o País mostra que, desde 2003, as ações de regularização fundiária urbana atingiram 387 Municípios, beneficiando 1.716.836 famílias de 2.576 assentamentos. Dessas famílias, 330.664 já tiveram seus títulos concedidos. Em 2008, foram iniciados 1.476 processos e concedidos 2.531 títulos, sendo que destes 213 foram registrados.

O Governo propôs importantes alterações na legislação patrimonial e a instituição de medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, que resultaram na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. Assim, foram reconstruídas as bases legais para a ampliação dos programas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social. Desde 2003, foram iniciados os processos de regularização fundiária e apoio à provisão habitacional de interesse social em 497 assentamentos, localizados em áreas públicas federais, alcançando mais de 490 mil famílias, num esforço conjunto com Estados e Municípios, no sentido de garantir a posse da terra e o direito à moradia digna.

Com o intuito de desburocratizar os processos de regularização fundiária e de provisão habitacional em áreas da União, o Governo declarou serem de interesse do serviço público diversas áreas para o desenvolvimento de projetos sociais. Em 2008, foram publicadas 29 Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público, sendo 21 áreas reservadas para o Programa de Apoio a Produção Social da Moradia do FNNIS, para transferência direta às associações e cooperativas selecionadas pelo Ministério das Cidades, e oito imóveis para regularização fundiária de interesse social, beneficiando 8.928 famílias.

O grupo de trabalho para disponibilização dos imóveis da União alcançou como resultado a alienação, por meio do Programa Crédito Solidário, do primeiro imóvel do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para Habitação de Interesse Social, na cidade de Porto Alegre, atendendo a 42 famílias. Ainda sobre os imóveis do INSS, no segundo semestre, foram realizadas vistorias em 20 imóveis que já apresentavam os laudos de avaliação, para que fosse verificada a viabilidade de os mesmos serem destinados a programas habitacionais, tendo sido selecionados 12 imóveis.

No que tange ao apoio a projetos de infra-estrutura, requalificação de espaços de uso público em áreas centrais e elaboração de planos de reabilitação de áreas urbanas centrais, foram monitorados os contratos, ainda em andamento, com 41 cidades. Foram selecionados mais 12 Municípios para elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (R\$ 1,5 milhão) e geridos os convênios com os Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais e com o Município de Nilópolis (RJ), que tratam respectivamente da reabilitação de área portuária do Rio de Janeiro, da reabilitação do centro antigo de Salvador, da reabilitação de cinco Municípios da região metropolitana de Belo Horizonte e da destinação de vazios urbanos para uso habitacional.

Para 2009, pretende-se iniciar o Programa de Regularização Fundiária e Ordenamento Territorial e Ambiental Integrado para atendimento a Municípios localizados na Amazônia Legal em áreas de domínio do INCRA, promovendo-se a regularização dominial, além de receberem apoio ao desenvolvimento institucional, à elaboração ou revisão de Plano Diretor e elaboração ou

implementação de Plano Urbanístico Ambiental Integrado de Expansão Urbana, Projetos de Regularização Fundiária e Titulação; apoiar tecnicamente os Municípios localizados na área de impacto das usinas hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) e do Tocantins (Estreito); apoiar a elaboração de Planos Diretores em Municípios com população superior a 20 mil habitantes que estejam em áreas de interesse turístico; iniciar processos de regularização fundiária para 50 mil famílias; apoiar a elaboração de projetos e a disponibilização de grandes áreas vazias e remanescentes portuárias/ferroviárias; implementar áreas de revitalização econômica no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife; e apoiar o desenvolvimento de políticas de locação social.

8. Mobilidade Urbana

A Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável tem como foco a atendimento das demandas do cidadão, conferindo maior integração das políticas de transporte, de mobilidade e de desenvolvimento urbano. Seus fundamentos são: acessibilidade universal, acesso igualitário dos cidadãos ao transporte público coletivo, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano, segurança nos deslocamentos das pessoas e a justa distribuição dos benefícios. A proposta de marco regulatório da mobilidade urbana, amplamente discutida em seminários regionais com grande participação social, está expressa no Projeto de Lei (PL) nº 1687, de 2007, de iniciativa do Poder Executivo, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

O Programa de Infra-estrutura para a Mobilidade Urbana (PROMOB) financia obras com recursos do FAT e, até o junho de 2008, apoiou 48 projetos, que somaram recursos da ordem de R\$ 68,4 milhões.

Os recursos executados para as ações do Governo de implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviário, totalizaram, até 15 de dezembro de 2008, R\$ 345,0 milhões, valores disponibilizados para os projetos de implantação do trecho Rodoviária-Camaragibe (TIP-TIMBI) e modernização do trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife; implantação do trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte; apoio à implantação dos trechos sul e oeste do Sistema de Trens urbanos de Fortaleza; e implantação do trecho Lapa-Pirajá e a modernização do trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, todos projetos incluídos no PAC, além da recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió.

Destaca-se, também, o avanço das obras de implantação do trecho 3 do Corredor Expresso Tiradentes, em São Paulo, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2009. Em Recife, iniciou-se o processo de aquisição de sete veículos leves sobre trilhos (VLT) para operação do trecho Cajueiro Seco-Cabo e a elaboração de projetos básicos e executivos para melhoria do trecho. As obras estão com 64,5% de execução física realizada. O início da operação do trecho Shopping Tancredo Neves configura importante marco atingido em 2008. A operação de toda a Linha Sul, desde Recife até Cajueiro Seco, é esperada para fevereiro de 2009. Em Belo Horizonte, foi inaugurado o Terminal de Integração da Estação Vilarinho. Em Fortaleza, foram executadas obras de superestrutura do elevador Pólo de Parangaba, no trecho subterrâneo no centro de Fortaleza e nas obras do túnel no trecho de 2,8 km entre a rua Padre Cícero e a rua Castro e Silva, além de obras estruturais nas estações Benfica e São Benedito. O avanço físico acumulado das obras é de 53,45%. As obras do Trem Metropolitano de Fortaleza, iniciadas em 2008, já estão com 24,68% de execução física realizada. Destaca-se também que foi assinado, em novembro de 2008, o contrato para a aquisição de 6 VLTs. Em Salvador as obras também tiveram prosseguimento e estão com 46,2% de execução física.

As estações de Campo da Pólvora, Acesso Norte, Lapa e Brotas estão praticamente concluídas. Também foram aplicados recursos na continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Os pontos de maior criticidade nos sistemas metroferroviários são as deficientes condições operacionais da frota de material rodante e da via permanente. Os esforços envidados pelo Governo permitiram uma melhoria no desempenho operacional nos sistemas de Maceió e João Pessoa, sendo que, no primeiro, a demanda anual atendida passou de 1.564 mil em 2007 para 1.738 mil passageiros, em 2008, um crescimento de 11%, e no segundo, passou de 2.874 mil para 3.138 mil, um crescimento de 9%. Outra conquista relevante foi a construção e inauguração das estações Poço e Alto do Mateus, em Cabedelo e João Pessoa, atendendo a antiga reivindicação da comunidade local. Houve um crescimento global da demanda atendida, fruto também, da modicidade das tarifas do trem, bem inferior às dos ônibus, principalmente se comparadas com o mesmo percurso. Destaca-se também, no âmbito do sistema metroferroviário, a modernização do sistema de trens urbanos de Porto Alegre (RS), onde foram executados, até 15 de dezembro de 2008, R\$ 1,5 milhão, principalmente para implantação do novo sistema de bilhetagem eletrônica, para a modernização do sistema de freios dos trens e para o Projeto Multimídia.

A previsão para 2009, se concentra na conclusão das obras de implantação do trecho Eldorado-Vilarinho do Metrô de Belo Horizonte, e do trecho 3 do Corredor Expresso Tiradentes, conforme mencionado. Outras obras previstas são, em Recife, a conclusão dos terminais de integração de Cajueiro Seco, Prazeres, Tancredo Neves e Joana Bezerra; em Fortaleza, a conclusão das obras do centro de manutenção e a continuidade das obras da via permanente e estações; em Salvador, a operação experimental do trecho Lapa-Acesso Norte; entre outros.

9. Trânsito

O Governo vem trabalhando no sentido de reduzir a mortalidade decorrente dos acidentes de trânsito, que são responsáveis, segundo estudos do IPEA, por um custo anual da ordem de R\$ 28 bilhões. Em 2008, foram feitos investimentos no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), por meio da distribuição de material técnico e capacitação de 4,5 mil profissionais dos órgãos de trânsito federais, estaduais e municipais, em todas as unidades da Federação. Adicionalmente, foi produzido material didático para distribuição a 33 milhões de alunos matriculados em 59 mil escolas de ensino fundamental e veiculadas campanhas de educação abordando temas como as consequências do álcool e da direção e as formas de proteger as crianças contra a violência no trânsito.

Com o intuito de melhorar a gestão, operação, fiscalização e engenharia do trânsito, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), definindo os requisitos de segurança e a arquitetura do sistema de modo a garantir sua interoperabilidade em todo o território nacional. Investiu-se, também, na melhoria e expansão dos sistemas informatizados existentes: Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), Registro Nacional de Carteira de Habilitação (Renach), Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf) e Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest), além do desenvolvimento e implantação do sistema denominado FunsetNet, ferramenta eletrônica que interliga o Denatran e os demais órgãos e entidades integrantes do SNT, possibilitando o envio, em tempo real, das prestações de informações relativas aos recursos recolhidos à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset).

Para 2009, está previsto o início da operação do Siniav e sua integração ao Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, a produção e veiculação de programas para a televisão e campanhas de educação com informações sobre legislação de trânsito e comportamento seguro no trânsito para motoristas, pedestres, motociclistas e ciclistas, bem como a descentralização de recursos provenientes do seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), para investimento em sinalização rodoviária pelo DNIT e o reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

1. Política Externa

Ao longo de 2008, a diplomacia brasileira deu seguimento ao esforço de promover a inserção internacional do Brasil fundada na defesa intransigente dos interesses do País no mundo e no redimensionamento de seu perfil, em função do papel que vem desempenhando no cenário internacional e de seu potencial futuro. As ações de política externa, levadas a cabo em 2008 e aquelas previstas para 2009, refletem a disposição brasileira em contribuir para a conformação da ordem internacional – mais justa e solidária – de uma perspectiva multilateral, universalista e humanista.

A prioridade da política externa brasileira – a integração sul-americana – foi estabelecida em consonância com essa visão. A primazia atribuída ao entorno regional brasileiro na arquitetura de sua política externa reflete a percepção de que o Brasil torna-se mais forte internacionalmente se unido aos seus vizinhos e de que a perenidade de suas relações com os países mais próximos exige atenção, investimentos e constantes medidas de promoção da confiança recíproca. Para ilustrar a prioridade conferida à América do Sul, o Presidente da República visitou, em 2008, os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Venezuela. Recebeu, por sua vez, a visita dos mandatários da Bolívia, do Chile, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela.

O Brasil encontra-se, igualmente, empenhado na consolidação dos mecanismos de integração regional. Foi realizada em Brasília, em maio de 2008, a Reunião Extraordinária da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), ocasião em que foi assinado o Tratado Constitutivo da Entidade, que lhe conferirá personalidade jurídica internacional. Os chefes de Estado da Unasul voltaram a se reunir por quatro vezes em 2008. Na última Cúpula da Unasul, realizada no Estado da Bahia, na Costa do Sauípe, em dezembro de 2008, foi aprovada a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, cuja função é coordenar e articular políticas de segurança e de defesa dos países sul-americanos, e o Conselho de Saúde Sul-Americano, concebido para funcionar como órgão de consulta e cooperação sobre temas de saúde. Teve lugar na Costa do Sauípe, naquela ocasião, a 1ª Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Tratou-se de evento histórico, na medida em que essa foi a primeira reunião de países latino-americanos e caribenhos para tratar de temas de interesse comum a partir de agenda e de perspectivas próprias. Cabe, ainda, destacar o interesse da Unasul na integração energética regional. Com a expressiva contribuição do Brasil, realizou-se, em maio do exercício passado, a I Reunião do Conselho Energético Sul-Americano. Deverá ser avaliada, por ocasião da próxima Cúpula da Unasul, em 2009, o projeto do Tratado de Integração Energética.

O Brasil exerceu a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, no segundo semestre de 2008, que culminou com a realização, também na Costa do Sauípe, da reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) e da reunião dos Presidentes do Bloco. Durante a referida Presidência, houve avanços nos principais temas da agenda do bloco, como a criação do Fundo de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas e do Fundo de Agricultura Familiar, a aprovação de novos projetos para financiamento no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM), a negociação do Código Aduaneiro, a criação do Foro de Assuntos Tributários, a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), a entrada em operação do Sistema de Pagamento em Moedas Locais entre Argentina e Brasil, e, no âmbito do Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis, foram apresentadas as conclusões da força tarefa de padrões e normas técnicas de biocombustíveis e realizada mesa redonda sobre sustentabilidade da produção e uso dos biocombustíveis no Mercosul. Em 2009, o objetivo brasileiro será o de aprofundar a consolidação da União Aduaneira, por meio da redução das exceções à TEC e da implementação das decisões adotadas a respeito da eliminação da dupla cobrança dessa Tarifa. Foi anunciada pelo Governo, durante a XXXVI Cúpula do Mercosul (Costa do Sauípe), a disposição brasileira de dobrar a contribuição ao FOCEM, em 2009, com o intuito de reduzir as assimetrias entre os membros do Bloco.

Em 2008, foi concluída a negociação de Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU (União Aduaneira da África Austral). Foram também assinados Acordos-Quadro do Mercosul com a Turquia, sobre Comércio e com a Jordânia, para o Estabelecimento de uma Área de Livre Comércio. Tiveram seguimento as negociações do Acordo de Cooperação Econômica do Mercosul com a Rússia e com o Conselho de Cooperação do Golfo (CGC). O Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel – o primeiro assinado pelo bloco com parceiro extra-regional – foi submetido ao Congresso Nacional. Ainda no ano passado, o Congresso Nacional aprovou o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia. Em 2009, deverá ser assinado o Acordo Mercosul-SACU e serão retomadas as negociações de Acordo de Associação Mercosul-União Européia. As negociações do Bloco com a Turquia e com a Índia também deverão ter continuidade em 2009.

O desenvolvimento da infra-estrutura sul-americana continua a ser uma das prioridades do processo de integração regional. Entre os projetos mais emblemáticos está o corredor rodoviário bioceânico Brasil-Bolívia-Chile, que será inaugurado pelos presidentes dos respectivos países, em 2009. Também com a Bolívia, foi firmado Protocolo para o financiamento brasileiro da Rodovia *Hacia El Norte*, que fará parte de um corredor La Paz-Manaus-Caracas. Com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Acordo para a construção de ponte entre Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (Bolívia), será dado início à execução do sexto projeto de ponte internacional desenvolvido no atual Governo. Além disso, o Brasil tem procurado fortalecer a interconexão elétrica e o intercâmbio de energia com Uruguai, Peru, Venezuela e Argentina. O Brasil e a Argentina criaram, também no último ano, a Comissão Binacional de Energia Nuclear.

Em 2008, iniciou-se o processo de adesão ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) e ao Banco Centro-americano de Integração Econômica (BICE), processos que deverão ser concluídos em 2009, o que facilitará o financiamento de projetos visando ao desenvolvimento e à cooperação econômica e social daquelas regiões. Em 2009, o Brasil deverá instalar escritório regional da Embrapa na América Central.

O Brasil continuou intensificando seus esforços de cooperação com o Haiti, no ano passado, com a assinatura de um acordo abrangente de assistência nas áreas agrícola e de segurança alimentar e com o início da elaboração de projeto básico para a construção de uma central hidrelétrica naquele país. A diplomacia brasileira desempenhou papel importante na renovação do mandato da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (Minustah) no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Continuou, ademais, a modificação gradual do perfil de sua participação na Missão, composta por 1.200 (mil e duzentos) soldados, com a incorporação de um segundo contingente de engenheiros a seu batalhão. A Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, além do apoio às tropas da ONU, vem realizando muitas obras em apoio à população do Haiti, como a construção e recuperação de estradas e vias públicas, a perfuração de poços artesianos, a melhoria das condições de operação com segurança do Aeroporto de Porto Príncipe, a urbanização de locais públicos e outros trabalhos de ajuda humanitária.

No plano multilateral, foi aprovada, em 2008, por consenso, na Assembléia-Geral da ONU (AGNU), a decisão que determina o início, até fevereiro de 2009, de negociações intergovernamentais sobre a reforma do CSNU. A decisão favorável da AGNU, propiciará ensejo para que o Brasil, junto com os demais membros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), trabalhe para o início efetivo das referidas negociações em benefício da reforma do órgão. Em 2009, o Itamaraty estará engajado na campanha para a eleição do Brasil a assento eletivo no CSNU (mandato 2010-11).

Em 2008, visitaram o Brasil Chefes de Estado ou de Governo da Alemanha, Áustria, Espanha, Portugal, Finlândia, França, Noruega, Eslovênia, Lituânia e da Federação da Rússia, além do Presidente da Comissão Europeia. O Presidente da República manteve encontro com o Presidente da França, na Guiana Francesa. O Presidente realizou também Visita de Estado aos Países Baixos e à República Tcheca, em abril, e à Itália, em novembro. No Vaticano, assinou-se o Acordo entre o Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no País.

O Presidente francês visitou o Brasil em dezembro, quando foi lançado o Plano de Ação da Parceria Estratégica com a França. Também em dezembro, realizou-se a II Cúpula Brasil-União Europeia, com a adoção do Plano de Ação da Parceria Estratégica. Para 2009, estão previstas visitas ao Brasil do Casal Real da Suécia e do Príncipe de Gales; dos Primeiros-Ministros da Bósnia-Herzegovina, Dinamarca, Itália, Macedônia e Países Baixos; além dos Presidentes da Croácia, Grécia e Ucrânia. O Presidente da França participará das comemorações do sete de setembro, no contexto das atividades do “Ano da França no Brasil”. O Presidente da República deverá ainda realizar Visita de Estado à Bélgica e participar da III Cúpula Brasil-UE, em Estocolmo, durante a Presidência sueca do Conselho da UE.

O Memorando de Entendimento com os Estados Unidos (EUA) sobre Biocombustíveis gerou, em 2008, seus primeiros resultados concretos no que respeita à cooperação em terceiros países, com o lançamento de estudos de viabilidade da produção de etanol, de início, em El Salvador, na República Dominicana, no Haiti e em São Cristóvão e Névis e, em etapa complementar, na Guatemala, Honduras, Jamaica, Guiné-Bissau e Senegal. Foram também realizadas gestões junto às autoridades norte-americanas para renovação do Sistema Geral de Preferência (SGP) dos EUA, em que foram mantidos os benefícios aos produtos brasileiros até o final de 2009. O Presidente da República deverá realizar visita aos EUA, ao Canadá, à Austrália e à Nova Zelândia, em 2009. Está prevista visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Austrália.

A política de aproximação do Brasil com o continente africano foi realçada pelas visitas do Presidente da República a Gana, em 2008, no âmbito da XII Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ocasião da abertura da sede da Embrapa África, e a Moçambique, quando inaugurou o Escritório da Fiocruz na África. Entre as atividades de cooperação que deverão se concretizar, incluem-se a instalação de fábrica de anti-retrovirais e outros medicamentos em Maputo. O Brasil participou, como observador, do Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Acordo Político de Uagadugu, que estabeleceu as bases para o processo de pacificação da Costa do Marfim. O Brasil também contribuiu para a realização das eleições legislativas na Guiné-Bissau, ocorridas em novembro, com o valor aproximado de US\$ 600 mil, aos quais se somam US\$ 570 mil transferidos pelo Brasil ao Fundo para a Construção da Paz. O Brasil manteve, ainda, negociações com a República do Congo, Tanzânia e Guiné-Bissau, a fim de estabelecer termos da reestruturação da dívida de tais países com determinado percentual de perdão.

Entre as atividades previstas para 2009, inclui-se visita do Presidente da República a Madagascar, em julho, para a XVIII Cúpula da União Africana. Deverão vir ao Brasil os Presidentes da África do Sul, Namíbia, Zâmbia, Angola, Malauí, Nigéria, Camarões e Togo. Será realizada, na Venezuela, a Cúpula América do Sul-África (ASA), no primeiro semestre de 2009, em que o Brasil exercerá a função de Coordenador Regional para a América do Sul.

2008 foi o Ano da Ásia para a diplomacia brasileira. O ano marcou a realização do “Ano do Intercâmbio Brasil-Japão”, que aproveitou o simbolismo do centenário da imigração japonesa no Brasil, em 2008, para dar novo impulso às relações bilaterais.

Ademais, realizaram visitas ao Brasil a Presidente da Índia, o Príncipe-Herdeiro do Japão, o Primeiro-Ministro de Cingapura e os Presidentes de Timor-Leste, Indonésia e Coreia do Sul. O Presidente da República fez Visita de Estado a Vietnã, Timor-Leste e Indonésia, em sequência a ida ao Japão para participar da reunião de cúpula do G-8, além de ter estado presente na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim para divulgação da candidatura brasileira a sede dos Jogos Olímpicos em 2016. Com o Timor-Leste, foi estabelecido Grupo Executivo de Cooperação; com a Indonésia, foi celebrada parceria estratégica. Para 2009, estão previstas visita do Presidente da República à China e visita ao Brasil do Presidente Hu Jintao.

O Brasil assumirá em 2009 o secretariado informal do Fórum Índia, Brasil África do Sul (IBAS). Está prevista a realização, no Brasil, da IV Cúpula do Mecanismo. Foram identificados mais de 100 eventos em levantamento preliminar das atividades do IBAS para o ano de 2009.

O Brasil foi um dos primeiros a transferir, em 2008, a contribuição anunciada na Conferência de Paris para a Palestina, de US\$ 10 milhões, que será utilizada em programas nas áreas da saúde, agricultura e educação. O País participou, ainda, da Conferência de Viena de Doadores para o Campo de Refugiados de Nahr el-Bared, no Líbano, ocasião em que anunciou contribuição de US\$ 200 mil para a reconstrução do referido campo. Em 2009, prevê-se participação na II Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), a ter lugar em Doha. Deverão visitar o Brasil, em 2009, os emires do Catar e do Kuaite, o Presidente do Irã e o Rei da Arábia Saudita.

No ano de 2008, o Governo avançou no propósito de regularizar suas dívidas com Organismos Internacionais, que era de cerca de US\$ 218 milhões, no início do exercício, para perto de US\$ 93 milhões. Junto à Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil liquidou sua dívida e saldou sua contribuição anual, garantindo a presença brasileira na Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) 2008.

Na 9ª Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Bonn, em maio, o Brasil liderou coalizão de países em desenvolvimento a favor de um acordo internacional que garanta a repartição dos benefícios pelo uso da biodiversidade, combatendo a biopirataria. No que tange à mudança do clima, 2008 foi marcado pelo início das negociações no âmbito do Plano de Ação de Bali, durante a 13ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em seguida, o Brasil participou em Poznan (Polônia), em dezembro, da 14ª COP, que representou um marco no caminho para a Conferência de Copenhague, em 2009, quando se espera concluir um acordo visando fortalecer os esforços globais de combate à mudança do clima no âmbito da Convenção de Mudança do Clima da ONU. Espera-se, ainda, que sejam estabelecidas novas metas de redução de emissões para países desenvolvidos, referentes ao segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto, que terá início após 2012.

Durante o ano de 2008, o Brasil procurou esclarecer, em diversos foros internacionais, que os biocombustíveis constituem vetor eficaz e viável do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a realização em São Paulo, no último mês de novembro, da “Conferência Internacional sobre Biocombustíveis” criou importante plataforma para a projeção dos interesses estratégicos do País e para a disseminação internacional dos biocombustíveis, em bases racionais e científicas. Em meio a fortes críticas sobre os biocombustíveis veiculadas em meios de comunicação e foros internacionais, a atuação brasileira buscou contribuir para a percepção dos biocombustíveis como uma das soluções energéticas capazes de combinar benefícios ambientais (via redução da emissão de gases de efeito estufa), sociais e econômicos (pelo potencial de geração de renda e energia nas regiões rurais dos países em desenvolvimento). A crescente importância do Brasil como produtor e consumidor de energia exigiu atuação

internacional mais ativa do País, que se fez presente nos encontros da Organização dos Produtores de Petróleo (OPEP) como os de Jedá e de Londres.

Realizou-se, em julho, em Hokkaido, Japão, a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do G-8 e do G-5, precedida por reunião de coordenação dos líderes do G-5, entre os quais se encontra o Brasil. O grupo decidiu se institucionalizar e, com isso, fortalecer o diálogo entre seus membros e a interlocução com o próprio G-8. Será realizada no Brasil, antes da próxima reunião de Cúpula do G-8, em 2009, a reunião dos líderes do G-5.

Em maio ocorreu, em Ecaterimburgo, na Rússia, a I Reunião Ministerial dos BRICs, na qual foram discutidos temas de política internacional, bem como questões econômicas e temas globais. Em junho de 2009, deverá ocorrer, em Ecaterimburgo, na Rússia, a primeira reunião de cúpula dos BRICs.

O Brasil presidiu o chamado “G-20 Financeiro”, em 2008. Em função da crise financeira internacional, o G-20 adquiriu status de foro privilegiado para debates sobre as ações de combate ao problema. Foi realizada em São Paulo, em novembro, a reunião anual do grupo, que se converteu em evento de deliberações sobre a crise. A primeira reunião de cúpula do G-20 ocorreu em novembro, em Washington, quando foi emitido documento com medidas para o enfrentamento da crise internacional.

Como coordenador do “G-20 comercial”, o Brasil desempenhou papel de destaque nas negociações sobre agricultura, no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O País trabalha agora para concluir oportunamente as negociações sobre modalidades, de forma a permitir a conclusão da Rodada em futuro próximo. Em 2009, a diplomacia brasileira deverá considerar a conveniência da abertura de eventuais novas frentes de negociação, à luz da evolução das negociações multilaterais na Rodada de Doha. O Brasil conferirá, ademais, prioridade às negociações da Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC).

Em abril, o Brasil teve sua participação aumentada até o teto estabelecido no processo de reforma nas quotas e representação dos países membros do FMI. Nesse processo, os países emergentes e em vias de desenvolvimento tiveram sua participação aumentada tanto em quotas quanto em votos na instituição. Em decorrência dos seus esforços, o Brasil foi contemplado com o maior aumento possível nessa reforma, passando de 16º para 14º maior cotista do Fundo.

No campo das negociações sanitárias e fitossanitárias, conforme já comentado no Capítulo II, o Brasil alcançou importantes avanços em 2008, entre os quais se destacam a implementação de novo sistema de emissão de certificados sanitários de carnes com a Rússia, a reabertura do mercado chinês para as carnes brasileiras e avanços nas negociações para a retomada das importações européias de carne bovina. Foi também publicado decreto que dispõe sobre a designação e atuação de Adidos Agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior.

Em 2008, foi realizada missão para a atração de investimentos dos EUA para a modernização de portos brasileiros e *roadshow* para a divulgação de projetos prioritários do PAC. Esse *roadshow* também foi realizado em Frankfurt, Lisboa, Londres e Madri. Em 2009, deverá ter seqüência o trabalho de atração de investimentos e expertise para o setor portuário brasileiro, mediante missões a Dubai, Tóquio e Xangai. Da mesma forma, será estruturada a apresentação no exterior de projetos de atração de investimentos vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com foco no Japão e países escandinavos. Será dada seqüência

ao *roadshow* para divulgar projetos prioritários do PAC, com o objetivo de atrair investimentos diretos estrangeiros, com ênfase no continente asiático (Tóquio, Seul e Xangai). Será dada seqüência, também, à organização das vertentes empresariais das visitas do Presidente da República ao exterior, em particular em torno de possíveis visitas à Arábia Saudita, Canadá, Cingapura, Guatemala e Hungria, e por ocasião da próxima cúpula América do Sul – Países Árabes.

No que se refere às comunidades brasileiras no exterior, celebrou-se parceria entre os governos do Brasil e da Bolívia e a Organização Internacional de Migrações (OIM) para o desenvolvimento de projetos destinados à ocupação econômica dos brasileiros que vivem em regiões de fronteira do país vizinho. Foi também conferido apoio jurídico a brasileiros que vivem no Paraguai, em razão da manutenção de um clima de instabilidade e tensão em certas regiões daquele país. Em 2009, prevê-se contato com brasileiros que vivem no Suriname e com autoridades locais, em contexto de agravamento dos problemas enfrentados pelos brasileiros naquele país. As iniciativas para a comunidade brasileira nos Estados Unidos, ao longo de 2008, incluíram o lançamento, em caráter experimental, da Carteira de Matrícula Consular, pelo Consulado-Geral em Chicago, iniciativa que deverá ser estendida a todos os postos nos EUA, a partir de 2009, e o mapeamento inédito de lideranças comunitárias e de entidades de apoio a brasileiros no exterior; a criação de diretório de associações brasileiras no exterior, veículos de mídia e imprensa brasileira no exterior.

O Instituto Rio Branco (IRBr) selecionou, em 2008, 115 novos alunos – a maior turma da história do Curso de Formação de diplomatas. No Concurso de 2008, mais três ex-bolsistas do Programa de Ação Afirmativa lograram aprovação, aumentando para onze o número de beneficiários da bolsa que se tornaram diplomatas. Em 2009, o número de vagas oferecidas pelo concurso do IRBr, para ingresso na Carreira Diplomática, terá a mesma ordem de grandeza dos últimos três certames.

Em 2008, foram instalados os seguintes postos: Embaixadas em Burkina Faso, Congo Brazzaville, Eslováquia, Eslovênia, Malí, Santa Lúcia e Sri Lanka; Genebra (desarmamento e OMC); Consulados-Gerais em Atlanta, Caracas, Washington e na Cidade do México. Para 2009, está prevista a abertura de novas Embaixadas nos seguintes países: Bangladesh, Coreia do Norte, Granada, Mauritânia e Omã. Serão abertos novos Consulados-Gerais em Hamamatsu (Japão) e Hartford (EUA), e do Vice-Consulado em Lethem (Guiana).

Em resumo, as ações de política externa aqui listadas refletem a visão de mundo que orienta a diplomacia brasileira. Procuram assegurar uma inserção internacional do Brasil ao mesmo tempo soberana, ativa, universalista, ciosa dos interesses nacionais e disposta a oferecer uma contribuição brasileira à moldagem da ordem internacional.

2. Soberania

O Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa, presidido pelo Ministro de Estado da Defesa, coordenado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e com o apoio das Forças Armadas, concluiu, em setembro de 2008, a “Estratégia Nacional de Defesa”, a qual foi submetida à aprovação do Conselho de Defesa Nacional. As linhas gerais da Estratégia Nacional de Defesa foram pontuadas em 21 macrodiretrizes, destacando-se dentre elas a de que o País deve desenvolver a capacidade de monitorar seu território, as suas águas jurisdicionais e o seu espaço aéreo. Quanto à reorganização da indústria nacional de defesa, foi enfatizada a necessidade da criação de regimes especiais regulatório e tributário para a indústria nacional de defesa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos, bem como o estabelecimento de parcerias com outros países.

O Governo tem utilizado as Forças Armadas em ações voltadas para o desenvolvimento nacional e em iniciativas de apoio à sociedade civil, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. A prioridade dada à Amazônia, onde a ação permanente das Forças Armadas em favor da integração regional e nacional e do desenvolvimento social se revela na sua plenitude, esteve sempre presente na atuação governamental.

Foi dada continuidade, em 2008, à realização do Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia, que vem sendo executado pelas Forças Armadas e é coordenado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). O projeto, por meio do conhecimento da cartografia náutica, terrestre e geológica da Amazônia, apoiará outros projetos de infra-estrutura na região, além de promover o seu desenvolvimento. Sobre a faixa de fronteira, relevantes informações estratégicas contribuirão para o aprimoramento do monitoramento regional e para a segurança nacional.

Buscando a inclusão social e a valorização da cidadania junto à juventude, foi desenvolvido pelos Ministérios da Defesa, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa Forças no Esporte. Oriundo do Programa Segundo Tempo do Governo Federal, o Forças no Esporte foi implementado, a partir de 2003, em quatro unidades militares. Em 2008, 68 unidades militares participaram do Programa, atendendo cerca de 10 mil crianças e adolescentes, com a perspectiva de atender, até o ano de 2011, algo em torno de 30 mil crianças e adolescentes. Os principais resultados obtidos foram a melhoria da saúde e da higiene familiar, do rendimento escolar e da preservação do meio ambiente; o aumento da participação em modalidades esportivas junto a comunidades; a consolidação da integração social; e a redução dos índices da violência.

Em 2008, o Serviço Militar norteou suas atividades no auxílio à defesa e à integração social do cidadão. Dos cerca de 1.660.000 (um milhão seiscentos e sessenta mil) jovens alistados em todo o território nacional, o Serviço Militar contribuiu para a formação da cidadania a cerca 90.600 (noventa mil e seiscentos) recrutas incorporados, como forma de compromisso com a defesa da Pátria e de identificação das Forças Armadas com a sociedade brasileira.

Por intermédio do Projeto Rondon, foram realizadas oito operações no ano de 2008 – Grão-Pará (Belém e Teresina), Rio Grande do Sul, Verão 2008, Xingu, Vale da Ribeira, Norte de Minas e Inverno 2008 –, beneficiando 146 Municípios de 12 Estados, envolvendo 2.003 estudantes e professores, oriundos de 219 Instituições de Ensino Superior.

Estão previstas para o início de 2009 as operações Centro-Norte, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima, além do retorno a Municípios já atendidos em 2008, que farão parte da operação Verão 2009. As novas operações envolverão 67 Municípios e cerca de mil estudantes e professores, oriundos de 127 Instituições de Ensino Superior, que desenvolverão trabalhos voluntários nas áreas de cidadania, bem-estar, gestão pública e desenvolvimento local sustentável.

O Projeto Soldado-Cidadão qualificou profissionalmente 19.052 cidadãos egressos do Serviço Militar. O Projeto tem alcance nacional e, desde o seu lançamento, já beneficiou 120 mil jovens nas três Forças Singulares. A previsão para 2009 é a formação de 18.500 jovens.

O Governo, por intermédio das Forças Armadas, também se fez presente apoiando os brasileiros de Santa Catarina vitimados pelas fortes chuvas ocorridas, em novembro de 2008, naquele Estado. Houve deslocamento de tropas, material de emprego militar, especialmente equipamentos de engenharia, aeronaves e navios. Foram desobstruídas estradas, reconstruídas diversas

pontes, instalado um hospital de campanha para auxiliar no atendimento às vítimas, evacuadas milhares de pessoas isoladas pela inundação, bem assim, fornecido apoio à retomada do funcionamento do porto de Itajaí. Além dessas atividades, as Forças Armadas participaram da arrecadação, transporte e distribuição dos donativos oferecidos pela população brasileira às pessoas atingidas pela catástrofe. Foram transportados 2.088 passageiros e 523.148 kg.

Da mesma forma, as Forças Armadas atuaram no combate à epidemia de dengue no Estado do Rio de Janeiro, no início de 2008. Essa atuação pautou-se em ações de duas naturezas: o combate ao vetor, que consiste na identificação dos locais onde há o mosquito; e o estabelecimento de hospitais de campanha para efeito de diagnóstico e tratamento inicial prévio. Nesses hospitais, milhares de pessoas receberam atendimento médico, contribuindo para minimizar os problemas da população afetada pela dengue.

Em apoio ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na execução da logística e na segurança institucional às eleições municipais 2008, as Forças Armadas atuaram em 515 Municípios de 17 Estados. Na maioria dos Municípios, a atuação das Forças foi para prestar apoio logístico e garantir a ordem durante a votação e apuração dos pleitos eleitorais. O Estado do Rio de Janeiro recebeu um apoio de grande envergadura e complexidade. A chamada “Operação Guanabara” requereu a mobilização de cerca de doze mil militares e foi instituída em decorrência da atuação de grupos criminosos e milícias, que coagiam eleitores, jornalistas e candidatos, dificultando a atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ) na fiscalização da campanha eleitoral, e da necessidade de garantir a lei e a apuração durante o processo eleitoral. Em função da efetiva atuação do Governo Federal, por intermédio das Forças Armadas, as eleições municipais no Rio de Janeiro foram consideradas, pelo TSE, como as mais tranquilas dos últimos anos.

Em agosto de 2008, foi realizada a Operação “Poraquê”, nos Estados do Amazonas e Roraima, com a participação de cerca de cinco mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, navios, aeronaves de combate, viaturas, carros de combate e desdobramento de tropas especiais. Tratou-se de um exercício de emprego das Forças na defesa da soberania de nosso País e das riquezas da Amazônia brasileira.

Marinha, Exército e Aeronáutica realizaram, em setembro de 2008, a Operação “Atlântico”, no litoral dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo e no Atlântico Sul, tendo como principal motivação o treinamento para um eventual emprego em defesa da soberania de nosso País, e mais precisamente, na proteção de nossas plataformas de petróleo e refinarias. Esse exercício, que contou com mais de dez mil militares, navios, quarenta aeronaves e cerca de trezentos e cinquenta veículos terrestres, foi realizado em uma área de grande importância estratégica para o País, em função das refinarias existentes e das reservas de gás e petróleo. Para 2009 estão previstas diversas operações militares.

O esporte militar também ganhou evidência em 2008. Reflexo da crescente projeção política e econômica brasileira e do papel de liderança que o País tem conquistado no contexto mundial e regional, repercutindo também no campo da segurança e defesa nacional, o Brasil foi escolhido, após disputa com a Turquia, como país-sede dos V Jogos Mundiais Militares – “Os Jogos da Paz”, em 2011. Trata-se de um acontecimento desportivo de grande porte, que contará com sete mil participantes de cerca de 130 países, comparável aos Jogos Pan-americanos pelo número de atletas e modalidades disputadas. Esse evento contribuirá para a projeção internacional do País, para a atração de turistas e melhorias na rede de transporte, moradia, instalações esportivas, além da criação de postos de trabalho. O planejamento estratégico para a realização desse evento foi totalmente delineado pela Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB) e a organização do evento está sendo implementada.

No que se refere às relações com outros países, as reuniões bilaterais realizadas com os estados-maiores de diversos países e as operações multinacionais implementadas – a exemplo da Operação Felino, ocorrida em outubro de 2008 – obtiveram excelentes resultados e proporcionaram avanços significativos no relacionamento e, sobretudo, no aumento da confiança mútua entre os participantes. Merece destaque a assinatura de Acordo com o Governo da República Francesa, relativo à cooperação no domínio da Defesa e ao estatuto de suas Forças – que está em tramitação no Congresso Nacional. Também foram estabelecidas com a República Francesa parcerias estratégicas na área de Defesa, compreendendo a cooperação militar e em áreas de altas tecnologias, como submarino convencional e nuclear, sistema de defesa territorial e redes de comunicações de defesa.

As tropas brasileiras que participam da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), além do apoio às tropas da ONU na garantia da segurança, vem realizando obras, como a já mencionada construção e recuperação de estradas e vias públicas, a perfuração de poços artesianos, a melhoria das condições de operação com segurança do Aeroporto de Porto Príncipe. Em setembro de 2008, a Companhia de Engenharia Haiti apoiou o resgate das vítimas do furacão “Hanna”, sendo socorridos aproximadamente quinhentos haitianos afetados pelas chuvas torrenciais.

No exercício de 2008 teve continuidade a implantação do Plano Brasileiro para Contingência de uma Pandemia de *Influenza* (Gripe Aviária), com a elaboração dos planos específicos de preparação para portos e aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no país do vírus “H5N1”. O Plano de Comando e Controle foi implementado no referido exercício. Para 2009, serão mantidas as atividades de vigilância e preparação para eventuais necessidades de atuação das Forças Armadas e demais organizações para proteção do País.

Em 2008, a Marinha do Brasil concluiu a construção da Corveta Barroso que foi incorporada à Armada no mês de agosto. O navio, que deverá começar a operar a partir de abril de 2009, é dotado de sistema de combate integralmente concebido, desenvolvido e produzido por empresas brasileiras. Para 2009, está prevista a aquisição de dezessete Aeronaves Super Cougar a serem produzidas pela nova fábrica da Helibrás, em Itajubá (MG), e a conclusão dos serviços de dois Avisos Patrulha (AviPa).

Foram retomadas, no último exercício, as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear, com previsão de conclusão de todo o programa em 2014. Espera-se, para 2009, concluir a fabricação dos Geradores de Vapor e do Gerador Elétrico Auxiliar do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene), bem como finalizar as obras civis dos prédios das turbinas e da subestação “um”.

Convém salientar que a crescente integração com o Programa Nuclear Brasileiro (PNB) vem aumentando a importância estratégica do Programa Nuclear da Marinha (PNM) para o País, uma vez que apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social, com o desenvolvimento de novos sistemas e materiais, contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira e representando importante acréscimo de poder dissuasório à defesa naval do País.

Com o propósito de contribuir para a segurança da navegação aquaviária, para a salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores, bem como para a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou, em 2008, mais de sessenta e cinco mil inspeções e vistorias em embarcações nacionais e estrangeiras, incluindo plataformas de exploração e produção de petróleo. Além disso, foram mantidos em operação os quase mil e duzentos sinais náuticos sob sua responsabilidade.

A nova Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP) encontra-se pronta e em operação, desde junho de 2008. As atuais edificações, instaladas em local considerado mais abrigado das fortes ondas, oferecem melhores condições de conforto e, principalmente, de segurança para os pesquisadores. A ECASPSP foi dotada com equipamentos modernos de comunicações, geração de energia (fotovoltaico e diesel), primeiros socorros e dessalinização de água, além de laboratórios e equipamentos científicos de última geração, contribuindo para o aprimoramento das pesquisas naquela área remota.

A Operação Antártica XXVII, iniciada em outubro de 2008, prestará apoio a mais de duzentos e quarenta pesquisadores, distribuídos em dez projetos integrantes da rede mundial de pesquisas, formada por ocasião do Ano Polar Internacional, cujo encerramento está previsto para março de 2009.

No exercício de 2008, mercê de intenso esforço logístico de transporte de pessoal e material, foi possível concluir a primeira fase da revitalização da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), projetada para ser realizada em três anos. Dentre as diversas modificações implementadas, ressaltam-se a instalação de novos tanques de combustível, a substituição da estação de tratamento de esgoto e a melhoria no processamento de resíduos na Estação. Em fevereiro de 2008, comemoraram-se os 25 anos de presença brasileira na Antártica, com a visita do Presidente da República à EACF, a compra do Navio Polar (NPo) “Almirante Maximiano” e com a sua incorporação, em janeiro de 2009, ainda dentro do Ano Polar Internacional.

Na Área Estratégica da Amazônia/Guianense, o Exército Brasileiro prossegue com o Projeto 2ª Brigada de Infantaria de Selva – São Gabriel da Cachoeira (AM) –, com a conclusão prevista para o ano de 2012. No exercício de 2008, foram mantidos como prioritários os trabalhos de construção de infra-estrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva – Barcelos (AM) – com recursos do Programa Calha Norte. Em 2009, será mantida a prioridade do Projeto. O Programa Calha Norte atendeu também à construção dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós (PA) e Tunuí (AM), além da manutenção dos demais pelotões.

O Exército Brasileiro continuou desenvolvendo a Operação PIPA, destinada a minorar o sofrimento imposto à população do sertão nordestino pela seca constante. A operação em questão compreendeu no ano passado o planejamento, coordenação, fiscalização, transporte, desinfecção e distribuição da água potável nas micro-regiões em situação de emergência.

O Governo também apoiou a operação de auxílio humanitário aos flagelados pelas enchentes na Bolívia, denominada “Ajuda Humanitária à Bolívia”. A Operação foi coordenada pelo Comando da Aeronáutica, com o apoio do Exército. A Força Terrestre empregou helicópteros, botes de engenharia e sete mil rações operacionais, e a Força Aérea transportou cerca de três mil e duzentos passageiros e trezentas e vinte toneladas de cargas diversas. Com esse mesmo espírito de cooperação, foram transportados mantimentos e medicamentos para Cuba, Jamaica, Angola, Moçambique, Zâmbia, Guiné-Bissau, Botswana e Haiti, bem como para as regiões Norte e Nordeste do País.

Quanto a pesquisas e desenvolvimento na fronteira do conhecimento, merece ressaltar que o Brasil, por meio do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), está se destacando perante o mundo ao realizar, em 2008, os ensaios de um modelo em escala da aeronave hipersônica denominada 14 X, no maior túnel aerodinâmico hipersônico da América Latina. Concebeu e instalou a infra-estrutura laboratorial para realizar, em 2009, o primeiro ensaio no mundo de um modelo de veículo hipersônico propulsado a laser. O Brasil está, dessa forma, sendo pioneiro na construção do conhecimento da humanidade ao demonstrar, como futura alternativa para o acesso ao espaço, a viabilidade do emprego da propulsão a laser em velocidades hipersônicas.

O CTA também desenvolveu o primeiro motor aeronáutico a pistão no mundo, que foi projetado e será certificado para operar tanto com gasolina de aviação quanto com álcool, ou com qualquer mistura desses dois combustíveis, com o propósito de ser usado pelas pequenas aeronaves da aviação geral.

No domínio das tecnologias estratégicas, o CTA, em parceria com empresas do parque aeroespacial brasileiro, acionou em laboratório o primeiro turborreator aeronáutico brasileiro a querosene de aviação, inserindo o Brasil no seleto grupo de países que detêm tal tecnologia. Realizou, também, o ensaio de queima em banco do motor S-43, o chamado teste de bancada, que é um propulsor a propelente sólido usado nos 1º, 2º e 3º estágios do Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) brasileiro.

Para melhoria da atuação no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), sistema que cobre ininterruptamente serviços de navegação aérea numa área de 22 milhões de quilômetros quadrados, foram qualificados no último exercício 34 oficiais controladores de tráfego aéreo e formados 316 novos controladores militares, 60 civis e contratados 40 controladores para a Infraero. Cursos específicos formaram mais 253 controladores para o exercício da função em órgão de controle-radar, além da implementação de projeto para a elevação do nível de conhecimento da língua inglesa dos controladores de tráfego aéreo.

Foram modernizados, em 2008, radares que permitiram a varredura em três níveis de elevação, proporcionando uma representação mais fiel das formações entre 250 e 400 km de distância do radar. Quatro Sistemas de Inspeção em Voo automatizados foram adquiridos e implantados, além da realização de serviços de integração de vinte radares a diversos Centros de Controle de Área e Controles de Aproximação, implicando incremento significativo em termos de capacidade de vigilância do espaço aéreo. Quanto ao gerenciamento de tráfego aéreo, foi realizada, no ano passado, a reestruturação da circulação aérea com a ativação de rotas navegação de área de longo curso, permitindo a distribuição do tráfego de maneira equilibrada.

VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

1. Articulação com a Sociedade Civil

A partir de janeiro de 2003, o diálogo entre o Governo e a sociedade civil foi fortalecido e tornou-se um importante instrumento para ampliar a democracia participativa. Nesse contexto, um novo conceito de governabilidade social foi adotado, contribuindo para estimular novas parcerias e consolidar um ambiente de co-responsabilidade nas decisões governamentais. Em 2008, o Governo buscou fortalecer os canais de diálogo com os movimentos sociais e os espaços da participação social e de consulta popular, como mesas de diálogo, conselhos, conferências, audiências públicas, fóruns e ouvidorias, com a participação efetiva das entidades e dos movimentos sociais na formulação e avaliação das políticas públicas.

Intensificou-se a relação com os Conselhos Nacionais, por meio de três encontros com representantes de 26 Conselhos e 2 Comissões Nacionais, nos quais foram discutidos i) a importância do intercâmbio entre os Conselhos e a pertinência de um “espaço de articulação” entre os seus secretários-executivos; ii) a construção de uma agenda comum entre os Conselhos; e iii) a sistematização das conferências e a estruturação de um banco de dados com informações relativas a esses colegiados.

Com o objetivo de fortalecer a atuação dos conselhos de políticas públicas, o Governo está executando, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o Programa Nacional de Formação de Conselheiros. A iniciativa visa aperfeiçoar a participação dos conselheiros, por meio de cursos de formação em participação social, em dois formatos: pós-graduação e curta duração, ambos na modalidade educação a distância. Em 2008, o programa beneficiou mais de 2 mil conselheiros e gestores.

2. Diálogo Internacional

A ampliação de espaços para a participação social também marcou, no ano de 2008, os processos de negociação nos organismos e fóruns internacionais, enriquecendo a participação dos representantes governamentais. Os eixos dessa atuação serão mantidos, em 2009, quais sejam: i) integração social do Mercosul; ii) Ação Global contra a Fome e a Pobreza e Mecanismos Inovadores de Financiamento para o Desenvolvimento; iii) Fórum Social Mundial, aprofundamento do intercâmbio com a sociedade civil; iv) movimento sindical internacional; v) Universidade para a Paz das Nações Unidas (UPaz); e vi) participação social e cooperação internacional.

Em abril de 2008, foi realizada no Brasil a reunião do Conselho Executivo da UNITAID – fundo solidário para aquisição de medicamentos para o tratamento de AIDS, malária e tuberculose –, criado a partir da Ação Global Contra a Fome e a Pobreza, lançado a partir da experiência brasileira, e que recebeu apoio dos governos da França, Chile e Espanha. Foi a primeira vez que o Conselho se reuniu fora de Genebra, oportunidade em que foram definidas as diretrizes e as metas de trabalho para o referido ano.

A agenda social e participativa do Mercosul tem sido alvo de especial atenção do Governo. Em julho de 2008, na Cúpula de Presidentes do Mercosul, em Tucuman, Argentina, o Brasil assumiu a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul e defendeu a ampliação da participação social no Bloco. Em adição, o Governo elaborou o Programa Mercosul Social e Participativo – lançado em outubro de 2008 –, um conjunto de ações sociais com participação de representantes da sociedade civil. Integram a iniciativa os Ministérios e demais órgãos do Governo que participam institucionalmente do Mercosul com atribuições nas

áreas sociais. Com o mesmo objetivo, foi criado, por meio de Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008, o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, com propósito de informar as organizações da sociedade civil brasileira sobre as políticas no Mercosul, discutir as negociações em curso e formular propostas e sugestões para a consideração das autoridades do Bloco. Ainda em 2008, foram realizadas duas reuniões do Conselho, quando foram discutidos temas relativos à integração produtiva e ao plano de ação social do Mercosul, viabilizado o encontro de associações de pequenas e médias empresas dos países membros e associados para discutir a integração produtiva do Mercosul a partir da ótica dos pequenos negócios.

Com relação à África, o Governo está apoiando a vinda de uma delegação de representantes de governos e organizações sociais africanas para se reunir com representantes governamentais e da sociedade civil brasileiros, a fim de identificar áreas de cooperação e parceria em projetos. A participação e o diálogo sociais no âmbito internacional também foram incorporados à luta pela realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nesse sentido, o Governo continuou estimulando a realização de projetos que contribuem para o alcance desses Objetivos, e, em outubro de 2008, anunciou a premiação aos vencedores da segunda edição do “Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

A construção de uma agenda comum com Estados, Distrito Federal e Municípios que sustente o atual ciclo de desenvolvimento supõe o fortalecimento da ação internacional desses entes, mediante a consolidação dos instrumentos de cooperação internacional federativa. Em 2008, priorizou-se a consolidação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), coordenado pelo Governo Federal. Destacam-se como produtos desse fórum o apoio a projetos dos governos subnacionais com os recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM); a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva (Manaus e Foz do Iguaçu); os Encontros de Comércio Exterior – Encomex Mercosul; e o portal e cadastro de promoção e integração turística no Mercosul. Em 2009, pretende-se consolidar a Cooperação Internacional Federativa, por meio da agenda de trabalho do FCCR; da realização do Ano França no Brasil; e da implementação dos projetos da Cooperação Brasil-Itália, com vistas a apoiar e articular com a política externa brasileira e as ações de cooperação dos entes federados na esfera internacional.

3. Relações Institucionais

a) Atuação Junto ao Poder Legislativo

O Governo empenhou-se para a aprovação de diversas proposições que tramitavam no Congresso Nacional. Entre as propostas que foram aprovadas, em 2008, da área social, destacam-se as Leis i) nº 11.692, que reformula o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e, dentre outras medidas, inclui jovens de 16 e de 17 anos no programa Bolsa Família; ii) nº 11.738, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; iii) nº 11.684, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia no currículo do ensino médio; iv) nº 11.788, que trata do estágio de estudantes; v) nºs. 11.739 e 11.740, que criam cargos efetivos e em comissão e funções gratificadas para o fortalecimento de instituições de ensino; e vi) nºs 11.765 e 11.737, que alteram a Lei no 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso –, para dar prioridade ao idoso no recebimento da restituição do Imposto de Renda e para atribuir aos Defensores Públicos o poder de referendar transações relativas a alimentos.

Nas áreas da Justiça e Segurança Pública foram aprovadas no referido período as Leis i) nº 11.707, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); ii) nº 11.705, que trata de restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas e da inibição do consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor; iii) nº 11.672, que estabelece o procedimento para julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça; iv) nº 11.689, que altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri; v) nº 11.698, que altera o Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada; vi) nº 11.719, que altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos à suspensão de processo, conhecidos juridicamente como *emendatio libelli*, *mutatio libelli*; vii) nº 11.706, sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm); e viii) nº 11.829, que aprimora o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como transforma em crime a aquisição destes materiais.

Em relação à Política Econômica e Desenvolvimento, foram aprovadas as Leis i) nº 11.726, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO); ii) nº 11.732, que altera o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e dispõe sobre as áreas de livre comércio nos Estados; iii) nº 11.688, que amplia limites operacionais do BNDES; iv) nº 11.775, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; v) nº 11.786, que autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN) para a formação de seu patrimônio; vi) nº 11.793, sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2008, referentes a perdas da Lei Kandir; vii) Lei nº 11.771, que trata da Política Nacional de Turismo, definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor; e viii) nº 11.772, o Plano Nacional de Viação, que reestrutura a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

No que se refere a Trabalho e Previdência, foram aprovadas as Leis i) nº 11.648, que reconhece formalmente as centrais sindicais; ii) nº 11.685, que institui o Estatuto do Garimpeiro; iii) nº 11.718, que cria contrato de trabalhador rural por pequeno prazo e estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; e iv) nº 11.770, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade para seis meses mediante concessão de incentivo fiscal. Na área de Administração e Interesses Públicos merece registro a aprovação das Leis i) nº 11.763, que altera a Lei de Licitações para dispensar licitação para áreas superiores a quinze módulos fiscais na Amazônia; e ii) nº 11.794, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais.

Para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico com inclusão social e aperfeiçoamentos institucionais, o Governo atuará junto ao Poder Legislativo visando a apreciação em 2009 de uma série de matérias. Na Câmara dos Deputados, destacam-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 233, de 2008, relativa à Reforma Tributária, o Projeto de Lei (PL) nº 3.337, de 2004, sobre as Agências Reguladoras, o PL nº 1.291, de 2007, referente à melhoria da gestão previdenciária), o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 388, de 2007, sobre a Divisão de Competências em Matéria Ambiental, o PL nº 1, de 2007, sobre a Política de Longo Prazo para o Salário Mínimo, o PLP nº 1, de 2007, que estabelece limites de despesa com pessoal e encargos sociais da União, e o PL nº 5.870, de 2005, que dispõe sobre o Cadastro Positivo, o PLP nº 374, de 2008, criando o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural. No âmbito do Senado Federal as prioridades são o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 32, de 2007, que altera a Lei das Licitações, o PLC nº 29, de 2003, sobre a Política Pesqueira Nacional, e o PL nº 3.937, de 2004, sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

b) Articulação Federativa

Com os Estados e Distrito Federal, o Governo estabeleceu uma agenda regional por meio do apoio à organização de fóruns de governadores, que passaram a ter reuniões sistemáticas, consolidando-se como importante canal de diálogo e pacto federativo. São exemplos o Fórum de governadores do Nordeste; o Fórum de governadores da Amazônia Legal; o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL), que reúne, além dos governadores da região Sul, o Mato Grosso do Sul; e as reuniões dos governadores da região Sudeste. Fruto desse diálogo, destaca-se ainda a instalação dos conselhos da Sudam e Sudene; o monitoramento e acompanhamento conjunto dos programas federais; a estruturação do apoio à implantação do Zoneamento Econômico-Ecológico-Social dos Estados da Amazônia Legal e a revisão das regras de crédito rural aos produtores dessa região; a ampliação das operações do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE/CODESUL); o pacto de metas de investimento regional do BNDES; a estruturação dos órgãos de gestão dos recursos hídricos no âmbito do projeto São Francisco; e a nova proposta de marco legal para regularização fundiária na Amazônia legal a ser enviada ao Congresso Nacional.

A relação federativa com os Municípios, por sua vez, tem se concentrado, sobretudo, nas ações do Comitê de Articulação Federativa (CAF), instância de diálogo da qual participam representantes das três entidades nacionais de prefeitos: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Entre as ações do CAF, ao longo do último ano, destaca-se a aprovação da criação de mais dois grupos de trabalho interfederativos, com a participação das três esferas de governo, para desenvolver propostas visando i) ao aperfeiçoamento da gestão das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Micro-regiões; e ii) ao desenvolvimento e articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no âmbito do Mercosul, cuja instalação deu-se durante a realização da Cúpula do Mercosul em Salvador, sob a Presidência *Pro Tempore* brasileira.

O CAF mantém ativos mais quatro grupos, com o objetivo de debater e construir consensos sobre as propostas: de Reforma Tributária enviada ao Congresso; de fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos Municípios, cujas ações consolidaram uma agenda nacional de apoio à gestão municipal; de acompanhamento das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e o desenvolvimento de alternativas para o barateamento das tarifas e melhoria da qualidade dos serviços de transporte público urbano.

A Agenda Nacional de Apoio à Gestão, lançada em 2008, propõe harmonizar ao perfil dos Municípios as ações federais de capacitação e apoio à gestão, com vistas à obtenção de resultados já em 2009, como as ações integrantes do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT); do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAF); dos Programas de Apoio à Gestão no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (IGD – Bolsa Família); do Programa de Ações Articuladas do Ministério da Educação; do Programa Territórios da Cidadania; do Programa Saneamento para Todos; e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Destacam-se, ainda, dentre as atividades realizadas em 2008, o cumprimento de todos os compromissos assumidos na XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, como a publicação de uma nova regulamentação para o Imposto Territorial Rural (ITR), facilitando a opção dos Municípios pela arrecadação integral deste imposto; o encaminhamento ao Congresso

Nacional de projeto de lei sobre o transporte escolar no meio rural; e a ampliação do limite do Programa de Intervenções Viárias (PROVIAS). Destaque especial deve ser dado à criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), por meio de Decreto de 15 de abril de 2008, com a finalidade de consolidar as informações existentes no Governo Federal sobre os Municípios e colaborar para a efetividade da transição governamental municipal. Nesse sentido, o GTI articulou o trabalho de diversos órgãos federais, desenvolvendo vários produtos, disponíveis no Portal Federativo (<http://www.portalfederativo.gov.br>), tais como: orientações para o gestor municipal em encerramento de mandato e para o início de mandato, bem como para a transição governamental; catálogo dos programas federais que o Município pode acessar; revista sobre os programas prioritários do Governo Federal, dentre outros.

Em 2008, destacaram-se também a realização de reuniões mensais do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (SASF), que tem viabilizado: o atendimento e assessoramento a prefeitos e governadores em todos os ministérios; o apoio técnico à formação de consórcios públicos; o apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para participarem do Ano da França no Brasil em 2009; e o redesenho e reestruturação do Acordo de Cooperação Brasil-Itália, que envolve cinco regiões italianas e oito micro-regiões no Brasil, como projeto-piloto de pacto e desenvolvimento territorial.

Para 2009, o principal desafio é robustecer as relações federativas como recurso fundamental para o fortalecimento dos agentes públicos na indução de medidas que sustentem o crescimento econômico, a redução das desigualdades e a ampliação do atendimento dos direitos de cidadania. Para isso, é necessário estabelecer um pacto com governadores e prefeitos, para o aperfeiçoamento dos instrumentos de cooperação e coordenação federativa, garantindo melhorias na implementação do PAC, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e da Agenda Social, entre outras prioridades do Governo Federal. Para contribuir com este esforço por meio da implementação da Agenda Nacional de Apoio à Gestão, será necessário também disponibilizar a governadores e prefeitos apoio técnico para elaboração de projetos, diagnóstico e ferramentas para o fortalecimento institucional e qualificação da gestão, especialmente nas áreas metropolitanas, objeto do PAC, e nos Territórios da Cidadania. Com esse objetivo, o Governo Federal realizará, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009, o I Encontro Nacional com os novos Prefeitos e Prefeitas e as Rodadas de Pacto com os governadores do Norte e do Nordeste.

4. Informação ao Cidadão

O Governo reforçou suas ações objetivando otimizar, integrar e fortalecer os canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo, a fim de informar e esclarecer os cidadãos brasileiros sobre políticas públicas, programas e ações governamentais, de acordo com o que dispõe o art. 37, § 1º da Constituição Federal. Para alcance desses objetivos, foi promovida, no último exercício, a desconcentração dos investimentos em mídia, a segmentação da linguagem e do conteúdo das mensagens, o fortalecimento da regionalização das ações de assessoria de imprensa e publicidade, a valorização nas diversas ações da diversidade étnica, cultural e da igualdade de gênero e, ainda, o Governo pautou a comunicação com o foco no cidadão.

Foram abertos inéditos espaços de interlocução com novos públicos de mídia, por meio de portais informativos na Internet (UOL, IG, G1, Terra, Portal Limão e Agência Brasil) e de jornais populares (Meia Hora/RJ, Super Notícia/MG, Diário Gaúcho/RS, Agora São Paulo/SP, Aqui DF/DF, Daqui/GO, Notícia Agora/ES e Notícia Já/SP). Consolidados, os programas semanais de rádio Café com o Presidente e Bom Dia Ministro foram importantes canais de comunicação com a sociedade.

Outra ação de comunicação com a sociedade é a inserção de conteúdo de interesse público no sítio oficial da Presidência da República, como a inclusão dos pronunciamentos e entrevistas do Presidente, entre outros produtos. Em 2008, foram contabilizados 802,1 mil acessos de visitantes ao sítio, o que representou um crescimento de 32% em relação a 2007 e de 67% em comparação a 2006. Foram editados 148 boletins “Em Questão”, com 424.093 exemplares enviados por e-mail diariamente e 700 impressos. Trinta edições veicularam entrevistas do programa de rádio Bom Dia Ministro, que foi uma inovação implementada em 2008, e foram produzidas quatro séries sobre os seguintes temas: Política Externa (Relações Exteriores) em sete edições, Brasil de todas as fontes (Energia) em quatro, Brasil Exportador (Comércio Exterior) em cinco, Promovendo a Igualdade (Racial) em sete edições. Foi editado ainda o jornal de balanço MAIS BRASIL, com tiragem de 1 milhão de exemplares.

No mencionado ano foram realizadas 156 campanhas publicitárias com os objetivos, dentre outros, de propiciar à sociedade maior conhecimento sobre as ações do Governo e a capacidade do País na superação do momento atual de crise internacional, a divulgação das obras do PAC e a prestação de contas à população das ações federais nos âmbitos regionais. Em destaque as seguintes campanhas de publicidade institucional: Mais Brasil para Mais Brasileiros; PAC – Oportunidade; Mais Brasil para Mais Brasileiros – Regional; Mais alimentos e Brasil 2008.

Quanto às campanhas de utilidade pública, ressaltam-se: i) Trânsito x Álcool: que buscou conscientizar a população sobre a importância de não misturar álcool e direção, alertando para os riscos que essa associação provoca e reafirmando os valores que fundamentam a criação da nova Lei – segurança no trânsito e respeito à vida, e os benefícios sociais decorrentes da sua efetiva implementação; ii) Registro de Nascimento, que divulgou a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica; iii) ProJovem, que divulgou a disponibilidade de vagas e também informou sobre as mudanças e a ampliação do atendimento, os resultados positivos na inclusão de jovens em situação de exclusão e sobre mudança positiva na vida desses jovens e da comunidade da qual fazem parte; e iv) Projeto São Francisco, que apresentou os principais pontos críticos oriundos das discussões relativas às ações para o Rio São Francisco e principais benefícios decorrentes da implantação das ações.

Em 2008, o Governo priorizou a implantação e consolidação da TV Pública Federal, composta, inicialmente, por três canais: Rio de Janeiro, Brasília e São Luís. Para ampliar a irradiação do sinal e programação, a primeira iniciativa foi articular a rede pública com outras emissoras não-comerciais, o que possibilitou que o telejornal “Repórter Brasil”, em maio, alcançasse 19 Estados. Outra providência para alargar o alcance foi implantar a TV Pública na cidade de São Paulo. Em 2008, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) lançou dez novos programas e inovou ao realizar transmissões inéditas, como as festas juninas do Nordeste e o carnaval no interior do País. Em parceria com a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (ACERP), a EBC produziu 35 edições do programa Sala do Professor e 70 edições do programa Acervo.

As principais ações que serão desenvolvidas em 2009 são o lançamento do novo portal da Presidência; a reformulação do Portal Brasil, com a criação de sítio para promover o País no exterior, e o desenvolvimento do sistema que permitirá a gestão do serviço Fale com o Governo; e a criação da coluna “O Presidente responde” para os jornais populares, além da produção de entrevistas gravadas do Presidente para divulgação nas rádios regionais antes das viagens presidenciais. Na área de Relações Públicas será executado um amplo programa de comunicação para fortalecimento da imagem internacional do Brasil e na Comunicação Pública serão produzidos documentos de referência relativos a gastos públicos, inovação e tecnologia. Por fim, na área de patrocínios, entre outros projetos, será realizado um acordo de cooperação técnica para capacitação do mercado em ações de patrocínios, em parceria com o Sebrae; o Projeto Imagem, em parceria com APEX; e o I Congresso de Patrocínios e Prêmio Melhores Práticas.

5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

A partir de suas referências estratégicas consubstanciadas na Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), o CDES focou seus debates, em 2008, nos temas Bioenergia, Infra-estrutura, Política Tributária, Reforma Política e Educação, considerados de estratégica relevância para o conjunto da sociedade brasileira e para a manutenção do desenvolvimento com distribuição de renda. O CDES avança na ampliação da rede de diálogo sobre o desenvolvimento, envolvendo outras esferas de poder, atores sociais, academia e conselhos setoriais, além da cooperação internacional, com o objetivo de disseminar a perspectiva do desenvolvimento e das ferramentas de diálogo. Nos encontros nacionais que promoveu e nos fóruns internacionais de que participou, em 2008, o CDES trouxe para o debate os temas dos impactos da conjuntura econômica internacional e os desafios do desenvolvimento e a mudança climática, ensejando um manejo sustentável dos recursos naturais, a segurança energética, a hídrica e a alimentar.

Destacam-se como os principais resultados e atividades desenvolvidas em 2008: i) a realização de reuniões plenárias e de grupos de trabalho que trataram das seguintes pautas: a reforma tributária, os investimentos em curso no Brasil e projetados para o ano de 2009 e os impactos sobre o crescimento econômico e a geração de empregos; a Política de Desenvolvimento Produtivo; a conjuntura econômica internacional e as perspectivas para o Brasil; ii) o acordo sobre recomendações no âmbito dos temas de Bioenergia (Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel) sobre o Mercado Interno e Externo, o Zoneamento Agroecológico, a Certificação, o Papel do Estado (Regulação e Políticas Públicas), as Relações de Trabalho (Trabalho Decente), a Defesa do Etanol Economicamente Viável e Ambiental e Socialmente Sustentável, e o Fortalecimento do Programa Nacional de Biodiesel; e iii) a aprovação de Moção sobre a Reforma Tributária; Moção sobre a Crise Econômica Internacional; Parecer sobre a Reforma Tributária; Parecer sobre a Bioenergia; Parecer sobre Habitação de Interesse Social; Parecer sobre a Política Nacional de Aviação Civil.

O CDES projeta para 2009 um momento estratégico, no qual vai buscar analisar com maior profundidade os indicadores das mudanças ocorridas no País nos últimos anos e as complexas variáveis do cenário internacional, para atualizar suas referências e suas bases de debate e contribuição. As perspectivas, para 2009, envolvem também esforços em torno de temas estruturantes para o desenvolvimento do Brasil, como a infra-estrutura, a matriz energética e a educação. No âmbito internacional, vai se concretizar a Mesa Redonda Brasil-União Européia das Sociedades Cívicas, proposta conjunta do CDES e do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), parte da arquitetura institucional fruto da parceria estratégica entre Brasil e União Européia.

6. Conferências Nacionais e Encontros

Em consonância com sua diretriz de fortalecer a participação da sociedade na gestão do Estado, em 2008, foram realizadas diversas conferências nacionais, nas quais foram discutidos relevantes temas para vários setores da população. Nesse período, foram realizadas, entre outras, as seguintes conferências temáticas:

I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Realizada entre os dias 25 e 28 de junho, em Olinda (PE), teve como objetivo formular propostas para uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que promova a sustentabilidade, a inclusão, a diversidade, a igualdade e

a solidariedade no Brasil Rural. As etapas preparatórias (conferências municipais, territoriais e estaduais) contaram com a participação de mais de 30 mil pessoas, sendo que da etapa nacional participaram 1.572 pessoas (1.220 delegados eleitos nas conferências estaduais, 115 observadores e 237 convidados nacionais e internacionais).

I Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb)

A Coneb, que foi realizada entre os dias 14 e 18 de abril, em Brasília, teve como temática central a Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação e como eixos temáticos: I - Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação; II - Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação; III - Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação; IV - Inclusão e Diversidade na Educação Básica; V - Formação e Valorização Profissional.

I Conferência Nacional da Aprendizagem Profissional

Realizada entre os dias 24 a 26 de novembro, em Brasília, a Conferência teve o objetivo de discutir o aprimoramento da Lei do Aprendiz, estratégias de inserção dos jovens no mercado de trabalho e a instituição do Fórum Permanente de Aprendizagem Profissional.

I Conferência Nacional da Juventude

Realizada entre os dias 27 e 30, de abril, em Brasília, a Conferência teve o objetivo de discutir uma política para a juventude que venha a se constituir como uma política de Estado, focalizando os debates nos temas como “Juventude: democracia, participação e desenvolvimento nacional”; “Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude”; “Desafios e prioridades para as políticas públicas de juventude”.

I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT

Essa Conferência, realizada entre os dias 5 a 8 de junho de 2008, em Brasília, propôs diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos da População GLBT, a ser lançado em 2009.

XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro, em Brasília, a Conferência, que envolveu mais de 15 mil pessoas nas etapas municipais, estaduais e nacional, discutiu propostas com vistas à nova edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, que será lançado em 2009.

II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Realizada entre os dias 1º e 4 de dezembro de 2008, em Brasília, a Conferência propôs metas para o Brasil avançar na inclusão das pessoas com deficiência, com foco nas questões relativas à acessibilidade.

I Conferência Brasileira de Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do Setor Saúde

Realizada entre os dias 18 e 20 de novembro de 2008, em Brasília, a Conferência discutiu a atual situação e os desafios que as nações da América Latina, do Caribe e da África enfrentam para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e propôs diretrizes para o seu cumprimento.

III Conferência Nacional do Meio Ambiente

Realizada entre os dias 7 e 10 de maio de 2008, em Brasília, a Conferência abordou o tema “Mudanças Climáticas” e contou com a participação de 115 mil pessoas, tendo como resultado a aprovação de 150 deliberações. Em seu processo de preparação, foram realizadas 648 Conferências Municipais, 132 Conferências Regionais, 29 Conferências Intermunicipais, 5 Seminários Regionais, 26 Conferências Estaduais, uma Conferência Distrital e 10 Lançamentos Estaduais.

I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior – Encontro “Brasileiros no Mundo”

Realizada nos dias 17 e 18 de julho de 2008, no Rio de Janeiro, a Conferência contou com representantes de vários Ministérios, do Parlamento, do Judiciário, da academia e da nossa diáspora, que se reuniram para debater questões importantes para o Brasil de além fronteiras. São cerca de 3 milhões de cidadãos que projetam o País por todos os continentes.

Em 2009, está prevista a realização de diversas conferências, destacando-se a VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a I Conferência Nacional de Segurança Pública.

VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

Em 2008, o Governo continuou a implementar medidas para reduzir e controlar os gastos públicos, por meio da alocação de recursos em áreas estruturais e da melhoria da qualidade dos gastos, de forma a contribuir para o crescimento do País. Em fevereiro desse exercício, foi implantado o Programa de Racionalização do Gasto Público (PRGP), cujo objetivo é identificar oportunidades de economia de recursos públicos no orçamento federal. Aderiram inicialmente ao programa os Ministérios dos Transportes, da Educação, da Defesa, da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas despesas têm sido objeto de análise minuciosa, segundo critérios de volume de recursos orçamentários. O projeto foi dividido em três etapas: diagnóstico, planejamento e acompanhamento. As duas primeiras etapas foram concluídas em 2008. A última, de acompanhamento das ações definidas com os referidos ministérios, será executada até setembro de 2009.

Uma outra vertente da atuação governamental para o provimento da infra-estrutura social e econômica, necessária ao crescimento do País, tem sido o desenvolvimento de projetos por meio de financiamentos apoiados no instituto da parceria público-privada (PPP). A utilização desse mecanismo permite a provisão de infra-estrutura para o País, resguardadas as restrições orçamentárias, e o compartilhamento de riscos do projeto com o setor privado.

Para a avaliação qualitativa e quantitativa de projetos com vistas à contratação de PPP e a identificação de alternativas de investimento nesse regime ou de concessão no setor portuário e de bens públicos da União, está em andamento a contratação de consultoria por meio de cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foram também celebrados pela União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acordos de cooperação técnica com Estados e órgãos setoriais com o objetivo de fornecer suporte técnico para a estruturação de projetos, a exemplo das parcerias com os Estados da Bahia e do Piauí, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Agência Espacial Brasileira e o Banco do Nordeste do Brasil.

O primeiro projeto de PPP a ser implementado pelo Governo refere-se ao Projeto de Irrigação Pontal, no Município de Petrolina-PE. O projeto é uma oportunidade para empresas de desenvolvimento de infra-estrutura se envolverem em uma concessão de longo prazo, para a construção e operação de infra-estrutura de irrigação no setor de agronegócios brasileiro. O projeto Pontal consiste na implantação de perímetro de irrigação, numa área de 7.862 hectares irrigáveis, com captação de cerca de 7,8 m³/s de água no Rio São Francisco, com grande potencial para a fruticultura.

Outra vertente da atuação do Governo para o financiamento de projetos de investimento refere-se à captação de recursos externos. Em 2008, foi mantida a postura criteriosa em relação às novas aprovações, ao levar em consideração, sobretudo: i) o relacionamento com organismos internacionais compatível com o patamar de desenvolvimento alcançado pelo País; ii) a adequação das propostas de financiamento com as prioridades nacionais e regionais; e iii) a capacidade financeira e de implementação dos futuros mutuários. Tal postura permite maior eficiência na consecução das metas programadas pelas operações, redução dos pagamentos relativos a encargos financeiros vinculados à não-utilização dos recursos programados e maximização do valor agregado da operação, notadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades institucionais dos proponentes.

Assim, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), foi recomendada, em 2008, a preparação de 65 novos empréstimos externos (equivalentes a cerca de US\$ 7,4 bilhões), e de 15 doações (aproximadamente US\$ 30 milhões). Foram

contratados, com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID), 30 operações de financiamento externo reembolsáveis e não-reembolsáveis, equivalentes a cerca de US\$ 4 bilhões. Desse total, a maior participação nos recursos coube aos Estados (92,4%, em 14 operações), seguida dos Municípios (6,9%, em 13 operações), e da União (0,7%, em 3 operações).

No que diz respeito ao relacionamento com os OFID, o Governo negociou o 8º aumento de capital do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) e o 11º aumento de capital do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), e formalizou os trâmites internos necessários para a transformação do Brasil em membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF).

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

Os avanços na gestão dos recursos de tecnologia da informação (TI) dos órgãos federais foram significativos, propiciando um uso eficiente de tais recursos, essenciais ao suporte das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo. Em 2008, foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP). A EGTI tem o objetivo de estabelecer as bases para a transição entre a situação atual de gestão dos ambientes de informática dos órgãos e a implementação da nova política, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação, observada ainda a necessária elaboração pelos órgãos da Administração Pública Federal de Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) em consonância com a EGTI.

Merece destaque, também em 2008, a publicação da Instrução Normativa nº 4, da SLTI, que trata da contratação de serviços de tecnologia da informação determinando: o compartilhamento dos sistemas desenvolvidos entre os órgãos da Administração Pública Federal; a análise de soluções de TI baseadas em software livre e de código aberto, previamente à contratação de serviços; e o disciplinamento das etapas do planejamento da contratação, incluindo plano de sustentação e estratégia de independência dos fornecedores da solução.

No contexto do SISP, os padrões de interoperabilidade da Arquitetura e-PING foram revistos e enriquecidos, gerando uma nova versão do documento de referência. As principais mudanças na Arquitetura relacionam-se à definição preliminar de um modelo de maturidade, que permitirá aos órgãos da Administração avaliarem a situação de aderência dos serviços de Governo Eletrônico sob sua gestão, bem como à abertura de tópicos relacionados a dispositivos móveis e TV Digital. Em 2008, a e-PING ampliou seu reconhecimento junto à comunidade internacional, o que pode ser ilustrado pela assinatura de termo de cooperação com o Governo da Argentina nessa área. Em relação ao tema padrões de Tecnologia da Informação (TI), deve-se destacar ainda a publicação de novas especificações técnicas para aquisição de hardware.

O projeto software público, que por meio do portal (www.softwarepublico.gov.br) disponibiliza soluções que podem ser úteis a órgãos e entidades públicos, assim como à sociedade, vem se consolidando no setor público, pois incentiva e viabiliza o compartilhamento de softwares adquiridos com recursos públicos. No referido portal, já são oferecidas 19 soluções em áreas como educação, saúde, informática, administração, geoprocessamento e telecomunicações. A partir de 2009, o Portal do Software Público Brasileiro será o local oficial no qual serão disponibilizadas as soluções informatizadas da Administração Pública Federal.

3. Transparência na Administração e Controle Social

O Governo vem intensificando investimentos na produção e disseminação de informações para a sociedade e ampliando o grau de transparência sobre a ação do Estado. O ano de 2008 foi marcado por mudanças significativas na divulgação de dados relativos à aplicação de recursos públicos, com aprimoramentos no Portal da Transparência e a criação do Portal dos Convênios.

O Portal da Transparência, em 2008, foi o vencedor na categoria – Prêmio da ONU “Finanças e Administração Pública”, da última edição do Prêmio CONIP de Excelência em Inovação na Gestão Pública, e classificado, ainda, entre as dez iniciativas vencedoras do 12º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal.

O sítio do Portal (www.portaldatransparencia.gov.br) disponibiliza de maneira direta ao cidadão informações acerca da execução dos programas e ações do Governo Federal. Essa execução pode ser feita por meio de transferências de recursos, de aplicações diretas ou de gastos realizados com os cartões de pagamento. Lançado em 2004, contendo inicialmente 80 milhões de registros, hoje, o Portal da Transparência abriga mais de 732 milhões de informações, envolvendo recursos federais superiores a R\$ 4,8 trilhões. O Portal da Transparência oferece também um sistema de mala direta, de fácil cadastramento pelo cidadão, para que ele receba, via e-mail, informações referentes a liberações de recursos para o Município cadastrado, para fins de acompanhamento de convênios. O sistema conta, atualmente, com mais de 17 mil cidadãos cadastrados para esse fim.

Em 2008, lançou-se a nova versão do Portal da Transparência com mudanças no *layout*, para facilitar o acesso do cidadão às suas informações, com a inclusão de novas consultas e com alterações na organização das informações disponibilizadas no sítio. Entre as novas consultas incluídas no Portal estão: Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), transferências de recursos e gastos diretos do Governo com entidades sem fins lucrativos; cartões de pagamento por portador; e transferências para entidades no exterior. A nova configuração do Portal da Transparência também facilita a análise dos gastos realizados. Agora, os resultados das consultas, de modo geral, poderão ser salvos em planilhas, o que permite reagrupar os dados conforme o interesse do usuário para eventuais comparações. No total, há cerca de 39 mil planilhas à disposição do público.

O Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas disponibiliza a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas, evitando que empresas punidas por um determinado órgão ocultem essa punição para contratar com outro órgão público. Atualmente, existem no CEIS cerca de mil registros de empresas punidas pelos entes federais e estaduais. Para preservar a fidedignidade das informações, a fonte é preservada, o que possibilita ao usuário aprofundar sua consulta, caso deseje o contato direto com o órgão sancionador.

Informações referentes à execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal estão também disponíveis nas Páginas de Transparência Pública, instituídas em 2006. Atualmente, 383 órgãos e entidades do Governo Federal já disponibilizam as Páginas de Transparência em seus sítios na Internet. Em 2008, as Páginas da Transparência foram reformuladas mediante alterações no *layout*, para possibilitar a navegação mais acessível, inclusive com novos canais do tipo “fale conosco”, além da criação de sua *home page* que disponibiliza, entre outras informações, a relação de todos os órgãos e entidades que possuem essa ferramenta e a origem dos dados apresentados.

O Portal dos Convênios, implantado no decorrer de 2008, representa mais um grande passo em direção à transparência e controle social na execução das despesas orçamentárias da União. Essa iniciativa deve-se não apenas à constatação do Governo Federal quanto à necessidade de um instrumento eficiente e transparente para a operacionalização das transferências voluntárias, mas também atende dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (LDO 2008) e acórdãos específicos do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Sistema de Gestão de Convênios (Siconv), cujo acesso se dá pelo mencionado Portal de Convênios (sítio www.convenios.gov.br), foi concebido para a realização das atividades inerentes às transferências voluntárias da União a Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, compreendendo o fluxo de operacionalização dos convênios e contratos de repasse (cadastramento de convenientes, seleção de projetos, celebração, liberação de recursos, registro e acompanhamento da execução e prestação de contas). Esse sistema trará como principais resultados, quando todos os convênios forem executados no âmbito desse instrumento, mais agilidade, transparência, redução de custos operacionais, desburocratização, além de viabilizar maior fiscalização e controle social.

No que diz respeito ao processo de compras públicas, no exercício anterior priorizou-se a acessibilidade, redução de custos e transparência. O Governo, em 2008, economizou com o uso do pregão eletrônico mais de R\$ 6,5 bilhões, valor esse estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados.

O uso do sistema eletrônico de compras públicas permite que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos pregões eletrônicos e presenciais em tempo real. O sítio (www.comprasnet.gov.br) possibilita consultas diretas a editais de licitações, pregões realizados, atas de pregões, cotações eletrônicas e os relatórios gerenciais sobre a evolução das compras e economias obtidas com o pregão eletrônico. O pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos.

Tanto a autenticação de pregoeiros, quanto a de ordenadores de despesas passou a ser realizada por meio de certificação digital, no âmbito do Sistema Comprasnet, para aumentar o nível de segurança das operações. No ano de 2008, foram emitidos 5.854 certificados digitais para esses agentes, totalizando cerca de 8.400 pregoeiros e ordenadores de despesa no território nacional. Destaca-se, ainda, a certificação do sistema de concessão de diárias e passagens (SCDP) em diversos órgãos da Administração Pública Federal, com a emissão, em 2008, de 1.985 certificados.

O Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que desde 2004 busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos acerca da importância do controle social, já realizou 117 encontros e beneficiou 924 Municípios, capacitando, aproximadamente, 23 mil cidadãos. Em 2008, foram realizados 26 eventos presenciais, atingindo 226 Municípios. Ainda no exercício passado, foram promovidos cursos a distância que capacitaram 6.022 cidadãos e distribuídos mais de 1,6 milhão de exemplares da cartilha denominada Olho Vivo no Dinheiro Público, que contém orientações para a população sobre a correta aplicação dos recursos públicos.

Com o objetivo de promover a ética e a cidadania junto ao público infanto-juvenil, implantaram-se as seguintes ações em 2008:

- i) lançamento do sítio infantil denominado “Criança Cidadã – Portalzinho da CGU”, que contém jogos e histórias em quadrinhos para transmitir mensagens de ética e cidadania para as crianças, além de um espaço dedicado aos professores, com orientações

para trabalhar os temas do sítio em sala de aula; e ii) 2ª edição do Concurso de Desenho e Redação entre alunos do ensino fundamental e médio, realizado em âmbito nacional com o lema O que você tem a ver com a corrupção?. Mais de 250 mil crianças de todos os Estados do Brasil apresentaram trabalhos nesta edição do concurso. Também para esse público, o Governo Federal firmou parceria com o Instituto Maurício de Sousa, em 2008, para implementação do projeto “Um por todos, todos por um – Pela ética e cidadania”, e pretende, em 2009, realizar ações de estímulo ao controle social integradas com os Programas Escola Aberta e Mais Educação.

4. Produção e Disseminação de Informações

No tocante às pesquisas realizadas e divulgadas pelo Governo, no exercício passado, destacam-se o Censo Agropecuário, a preparação do Censo Demográfico 2010. Em 2008, foi realizada a divulgação do volume da “Síntese de Indicadores Sociais 2008”, que traz uma análise das condições de vida da população brasileira, abrangendo nove temas: aspectos demográficos; educação; domicílios; famílias; casamentos, separações judiciais e divórcios; crianças, adolescentes e jovens; idosos; cor ou raça; e mulheres. Elaborados, principalmente, a partir de resultados Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), foram efetuadas, para indicadores selecionados, comparações internacionais com países como Rússia, Índia, China e África do Sul. A sistematização dos indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações no perfil demográfico, social e econômico da população.

Cabe destacar, também, o lançamento do Mapa da Pobreza em DVD e a edição do Sistema de Georreferenciamento de Indicadores Territoriais da População com Baixo Rendimento por Setores Censitários. O Sistema foi elaborado a partir das informações do Censo Demográfico 2000 e constitui-se em uma ferramenta de consulta de indicadores sociais elaborados para os níveis geográficos Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios e Setores Censitários. Esse Sistema representa um importante instrumento para subsidiar a localização de áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, assegurando, assim, maior eficácia às políticas de promoção e proteção social.

5. Valorização dos Servidores

No âmbito da Administração Pública Federal foram obtidos nos últimos exercícios avanços na prestação dos serviços públicos, para os quais a gestão de recursos humanos tem contribuído, em especial, por meio da valorização dos servidores públicos. Essa valorização reflete-se na implementação de mecanismos de democratização das relações de trabalho, melhores tabelas remuneratórias, e, também, na criação de instrumentos de controle da qualidade dos serviços prestados, tais como a avaliação de desempenho e a profissionalização do quadro de pessoal.

Em 2008, as negociações envolveram 67 entidades representativas dos servidores públicos federais. O processo negocial aprofundou debates e consolidou compromissos sobre temas como carreiras, avaliação de desempenho e negociação dos conflitos, que são instrumentos estratégicos de gestão pública.

Quanto à segunda vertente utilizada para atingir os objetivos da valorização dos servidores – a da profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública – destacam-se as iniciativas de criação de novas carreiras, de recomposição da força de trabalho e da busca da profissionalização dos cargos de direção na Administração Pública Federal.

Nesse contexto, o projeto de lei que cria as Funções Comissionadas do Poder Executivo –(FCPE), em tramitação no Congresso Nacional, prevê a destinação privativa de um novo grupo de funções comissionadas aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo na administração direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, em exercício em órgãos e entidades do Poder Executivo.

O projeto retrata a continuidade da política de valorização dos servidores públicos, por meio da reserva de posições de confiança, iniciada pelo Decreto nº 5.497, de 2005, que definiu percentuais mínimos dos cargos em comissão do Grupo DAS a serem ocupados por servidores públicos de carreira. Pretende-se, com a medida, restringir o número de cargos em comissão de livre provimento, induzindo a profissionalização em áreas essenciais do Estado.

Foram criados, em 2008, 67.687 cargos efetivos, dos quais 50.623 foram direcionados para a área de educação. Se comparado ao quantitativo de servidores civis e militares da União na ativa (1.001.416 em junho de 2008), houve um incremento de 6,8%. Há que se ressaltar que esses cargos serão preenchidos gradualmente por meio de concurso público, e que seus ocupantes atuarão majoritariamente na prestação de serviços para a população.

Foram autorizados, no exercício passado, concursos para preenchimento de 54.803 vagas, com provimento previsto para 2008 e 2009. Esse quantitativo decorre da prioridade conferida à mencionada área da educação, em decorrência do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estabelece a abertura de novas instituições de educação profissional, de ensino universitário, bem como a expansão de instituições federais já existentes, por meio da abertura de novos *campi* e unidades. Somente para provimento, em 2008, foram abertas mais de 37.430 vagas para o MEC (correspondentes a 74% do total autorizado), entre cargos docentes e de técnicos administrativos.

No que concerne às autorizações para realização dos concursos públicos para a substituição de empregados terceirizados por servidores concursados, em razão dos compromissos assumidos no Termo de Conciliação Judicial celebrado com o Ministério Público do Trabalho, em 5 de novembro de 2007, já foi autorizado o provimento de 3.378 cargos vagos, quantitativo avaliado como suficiente para a substituição de 3.810 postos de trabalho terceirizados. Para 2009, está prevista a substituição de aproximadamente 9 mil terceirizados.

Mediante projeto de lei do Poder Executivo, convertido na Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, o Governo criou 884 cargos de Especialista em Infra-estrutura e de Analista de Infra-estrutura. Esses cargos vieram suprir a lacuna existente na Administração Pública Federal de profissionais capacitados para o planejamento, a implementação e execução de projetos e obras de infra-estrutura de grande porte, bem assim para a coordenação, fiscalização e a assistência técnica para a execução dessas obras, em alto nível de complexidade. O primeiro concurso, realizado no primeiro semestre de 2008, garantiu o provimento, ainda nesse ano, de 549 profissionais, alocados, prioritariamente, em órgãos com projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Governo propôs também a criação da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, a fim de recrutar pessoal qualificado para o exercício de atribuições voltadas à execução de programas e projetos no campo social, além de atividades de monitoramento e avaliação dessas ações. Estão previstos no projeto de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, a criação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais.

Adicionalmente, foi encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de criação da Carreira de Analista Executivo, cuja finalidade é prover 2.190 cargos para profissionais qualificados para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior, em especial, nos serviços de suporte administrativo dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional.

O conjunto dos acordos negociados entre a Administração e as entidades representativas dos servidores no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente ao longo de 2008 deu origem a quatro Medidas Provisórias, que alcançaram um total de 1.238.750 servidores, sendo 566.114 servidores ativos, 407.786 aposentados e 264.850 instituidores de pensões. Contemplaram também a reestruturação remuneratória e do conjunto de carreiras que atingiu todo o pessoal civil do Poder Executivo.

Ressalte-se que a Medida Provisória nº 440, convertida na Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, define os critérios que regulamentarão a progressão e promoção dos servidores cuja remuneração é feita sob a forma de subsídio (parcela única), trazendo vantagens para os servidores e para a Administração Pública Federal, na medida em que tal modelo remuneratório traz segurança aos servidores e transparência à sociedade e ao Governo no que concerne à política remuneratória e aos gastos com pessoal.

No ano de 2008, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) ampliou seu papel na valorização e na capacitação de servidores públicos. Realizou cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional, sendo 2,5 mil para ocupantes de cargos de DAS. A Enap contribuiu para o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, por meio da oferta de novos cursos, presenciais e a distância, inclusive sob medida, e de especialização, pela coordenação do Sistema de Escolas da União e pelo mapeamento da oferta nacional de capacitação para servidores. Também articulou diversos eventos na Rede Nacional de Escolas de Governo. Outras ações no exercício passado foi a promoção do 13º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal e o apoio na realização do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Na troca de experiências com outros países, merece destaque a articulação entre as escolas de governo do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o primeiro curso da Enap realizado fora do Brasil, ofertado à Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas, na República Dominicana.

6. Gestão

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

Em continuidade ao processo de consolidação do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, foram iniciadas atividades que visam à definição dos indicadores dos objetivos de Governo, com a finalidade de possibilitar a avaliação do novo PPA e de demonstrar os resultados dos pilares do Plano de Governo, que se organizam em torno das três agendas prioritárias: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Agenda Social.

Foi instituído o Modelo de Gestão para o PPA 2008-2011, com a criação de uma nova estrutura para o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA (SMA), estabelecendo as atribuições e responsabilidades para a gestão do Plano, com o envolvimento da alta direção dos órgãos no gerenciamento dos programas. Foi criado o Comitê de Gestão do Plano Plurianual, ao qual compete o monitoramento estratégico do PPA, com base na evolução dos indicadores dos objetivos de Governo, dos programas prioritários e das respectivas metas de ações e delibera, ainda, sobre alterações estratégicas no Plano e a adoção de medidas para o fortalecimento da gestão para resultados.

Com a compreensão de que a avaliação de resultado está associada à organização programática, foi adotada a análise do Modelo Lógico, método de estruturação de problemas que se consolidou como uma ferramenta institucional para auxiliar na melhoria da programação e avaliação dos programas do PPA, contribuindo para o desenvolvimento da gestão com foco em resultados e para o fortalecimento do planejamento das políticas públicas. O Modelo trabalha, ainda, com a gestão de riscos, uma análise de possíveis acontecimentos futuros que podem impedir o alcance dos resultados do programa.

Em 2008, com o propósito de adotar um olhar mais focado na avaliação da política pública, mas sem abandonar a avaliação por programa, e se inserindo na tendência de concentrar a atenção sobre as intervenções públicas de maiores impactos para a estratégia de desenvolvimento do País, o Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 foi elaborado levando em conta a Estratégia de Desenvolvimento e a análise de 10 dos 30 Desafios que compunham os três megaobjetivos do Governo, considerando 105 programas do Plano.

Ainda no exercício passado, foi implementado o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SIS Pac), para a gestão e o monitoramento intensivo dos empreendimentos que compõem o PAC, envolvendo o acompanhamento de sua execução orçamentária e financeira.

Manteve-se, também em 2008, a sistemática de captação das informações gerenciais que subsidiam a verificação do andamento da execução das ações governamentais, comparando-a com o desempenho pretendido, tanto no aspecto físico como no financeiro. A captação dessas informações se dá por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), cujo módulo de monitoramento foi aperfeiçoado, com o propósito de torná-lo mais adequado para os usuários.

b) Gestão do Patrimônio da União

Em 2008, o Governo buscou a efetividade na gestão patrimonial da União, especialmente a utilização de imóveis de sua propriedade para a maximização dos programas de infra-estrutura e sociais, especialmente nas áreas de habitação e educação. Exemplo dessa diretriz foi a mudança do instrumento jurídico adotado para a destinação de imóveis da União para utilização no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI). Para acelerar a implementação de novas Instituições Federais de Ensino Tecnológico (IFETs) e de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passou a ser utilizado o instituto da Doação, em vez da Cessão de Uso Gratuito, dando assim mais agilidade e estabilidade na estruturação de novas unidades de ensino e consolidação de universidades existentes. Assim, no exercício passado foi viabilizada a ampliação ou criação de novos *campi* universitários nos Estados do Acre, Amazona, Pará, Tocantins, Pernambuco, Sergipe, Sergipe, Bahia, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, além do Distrito Federal. Para a implantação do REUNI já foram doados 90 imóveis da União para instituições de ensino federais.

Destaca-se, também, a criação do Grupo de Trabalho Nacional em apoio à destinação de imóveis da União para habitação popular composto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), CAIXA, Ministério das Cidades e representantes indicados por todos os outros segmentos do Conselho Nacional das Cidades. Como resultado, 21 imóveis da União foram selecionados para o primeiro programa do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) de apoio direto às cooperativas e associações, e serão criados Grupos de Trabalho permanentes nos 26 Estados

e no DF para trabalhar junto com às Gerências do Patrimônio da União na identificação de imóveis que possam ser utilizados para a implementação de projetos dessa natureza.

No âmbito do Projeto Nossa Várzea, o Governo avançou o processo de regularização fundiária em áreas de várzeas no Estado do Pará, com foco nas comunidades do arquipélago de Marajó. Foram entregues Termos de Autorização de Uso para 8.874 famílias ribeirinhas da região, somando 17 mil títulos entregues desde 2006, em que o Governo, por meio de atuação conjunta da SPU, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reconheceu o direito à ocupação e exploração sustentável dessas áreas pelas famílias ribeirinhas. A SPU recebeu o prêmio de inovação em políticas públicas da Enap com esse trabalho. A regularização fundiária em áreas de várzeas foi iniciada também no Amapá e na Bahia.

Tem relevância particular a entrega, em 2008, do primeiro título de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) em imóvel da extinta Rede Ferroviária Federal SA., em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a primeira CDRU em área rural da União diretamente para associação comunitária no Piauí e as primeiras doações diretas de imóveis da União a famílias de baixa renda para fins de moradia, no Município de Inconfidentes, em Minas Gerais, colocando em prática os avanços trazidos pela Lei nº 11.481, de 2007. Foram emitidas, ainda, 11 autorizações de obras (10 delas contam com investimentos do PAC) que beneficiarão aproximadamente 20.406 famílias em áreas federais que somam 430.758,13 m², no âmbito de processos de cessão de áreas.

Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que dentre outras ações, incluiu o acesso a serviços por meio da Internet. Dessa forma, as informações relativas aos ocupantes desses imóveis e os serviços prestados pelo Governo ganharam em qualidade, confiabilidade, transparência e agilidade, causando, de imediato, aumento no número de registro das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais. Com essas medidas, a arrecadação, no ano de 2008, atingiu R\$ 437,3 milhões superando em 22% o volume arrecadado no exercício de 2007.

c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação

O Governo, por meio do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-Reg), criado pelo Decreto nº 6.062, de 19 de março de 2007, está implementando ações com vistas a fortalecer a capacidade dos ministérios para formular políticas públicas relativas aos setores em que as agências reguladoras atuam, bem como para realizar o acompanhamento e a avaliação da implementação e dos resultados dessas políticas, levando em consideração as variáveis que condicionam o funcionamento dos mercados, o impacto sobre a concorrência e a competitividade, o ambiente de negócios, a capacidade de atrair investimentos e os efeitos potenciais sobre consumidores e usuários.

Por meio desse Programa, busca-se ainda promover a coordenação e o alinhamento estratégico entre as políticas públicas setoriais e os processos de regulação. Para isso, já estão em andamento medidas para estimular a criação de instâncias institucionais para a coordenação de ações no âmbito da Administração Direta Federal, com vistas a fortalecer a cooperação interinstitucional entre ministérios e agências, o intercâmbio de informações e a retroalimentação das decisões que afetam a qualidade regulatória. Além disso, estimula-se o desenvolvimento de instrumentos para a obtenção e formalização de consensos e acordos em torno dos resultados esperados pelas políticas setoriais, do desempenho das agências e da sua autonomia administrativa.

O PRO-Reg tem como prioridade fortalecer a autonomia das agências reguladoras federais e busca contribuir para a melhoria de seu desempenho e promover a implantação de instrumentos que apoiem a melhoria da qualidade da regulação.

Uma das ações realizadas no âmbito do PRO-Reg, em 2008, foi a apresentação do “Relatório sobre a Reforma Regulatória no Brasil – Fortalecendo a Governança para o Crescimento”, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja divulgação no Brasil foi objeto de um seminário internacional realizado pela Casa Civil da Presidência da República, em cooperação com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília, no final do mês de maio. Esse estudo ou revisão interpares (*peer review*) sobre o sistema regulatório brasileiro foi desenvolvido durante o ano de 2007 e concluído em abril de 2008.

O estudo da OCDE analisou o ambiente institucional relativo à regulação no Brasil, os marcos regulatórios e a atuação das agências reguladoras nos setores de energia, telecomunicações, transportes terrestres e assistência suplementar à saúde. Conclui que as agências reguladoras contribuíram para a promoção de um ambiente concorrencial e para o bom desempenho da economia brasileira. Entretanto, para o Brasil continuar inserindo-se com vantagens em uma economia globalizada é necessário aperfeiçoar a estrutura regulatória, permitindo um ambiente que atraia os investimentos privados requeridos para a modernização e ampliação da infra-estrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Em 2009, as ações prioritárias do PRO-Reg são as seguintes:

- estudo para o desenho de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação de assuntos regulatórios, que apoie o Governo em temas de melhoria da qualidade regulatória;
- desenho de uma estratégia de implantação e institucionalização da análise de impacto regulatório como instrumento de apoio à melhoria da qualidade da regulação;
- estudo para a criação de uma instância colegiada independente de consulta e assessoramento ao Governo em temas de qualidade e boas práticas em regulação, com a participação de representantes do governo, empresários, acadêmicos, consumidores e usuários de serviços públicos sujeitos à regulação;
- formulação e implementação de uma campanha de comunicação institucional de educação em regulação; e
- capacitação dos servidores das agências reguladoras e dos ministérios responsáveis pela formulação de políticas públicas em setores regulados em temas relacionados a boas práticas regulatórias.

Em consonância com o PRO-Reg, iniciativas têm sido implementadas pelas Agências Reguladoras. A ANVISA instituiu, em 2008, o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação, objetivando a sistematização das etapas do processo regulatório, a melhoria da gestão regulatória institucional, o aumento da transparência e do controle social no processo de regulação e a instituição da avaliação de impacto regulatório, além da facilitação da adoção de uma pauta regulatória baseada em prioridades identificadas com a participação das mais de trezentas instituições nacionais que integram a composição das Câmaras Setoriais daquela Agência.

7. Combate à Corrupção

O Governo prosseguiu no enfrentamento da corrupção na área pública. Os esforços empreendidos pelas instituições de defesa do Estado não passam despercebidos pela sociedade. Pesquisa de âmbito nacional realizada em maio de

2008 pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Instituto Vox Populi, apontou que cerca de dois terços dos entrevistados reconhecem que cresceu neste Governo “a apuração dos casos de corrupção que antes ficavam escondidos”. E, no âmbito internacional, pesquisa semelhante da ONG chilena Latinobarômetro mostra que 45 por cento dos seus entrevistados reconhecem progressos na luta contra a corrupção no Brasil, percentual superior à média do continente.

O Brasil é signatário dos seguintes tratados internacionais: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). Para divulgar os termos dessas convenções, uma série de medidas foram executadas em 2008, como a elaboração e distribuição de material informativo, desenvolvimento do *hotsite* da ONU (<http://www.cgu.gov.br/onu/index.asp>) e a manutenção dos demais *hotsites*: (<http://www.cgu.gov.br/oea>; <http://www.cgu.gov.br/ocde>). Reflexo dessas ações empreendidas pelo Brasil em relação ao tema é o reconhecimento oficial dos Organismos Internacionais especializados da ONU, que já convocaram a Controladoria Geral da União – CGU para oferecer assistência técnica e capacitação a outros países nessas áreas. Destacam-se, a seguir, algumas das principais ações de combate à corrupção iniciadas ou intensificadas em 2008.

a) Auditorias

Deu-se continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos, sistemática inovadora e exitosa adotada a partir de abril de 2003, e que se encontra na 27ª edição, com 1.461 Municípios fiscalizados, correspondendo a 26,25% do total de Municípios brasileiros, englobando recursos públicos federais da ordem de R\$ 9 bilhões. Estendido, em 2004, à fiscalização da aplicação de recursos federais pelos Estados, foram realizadas até 2008, oito edições do Sorteio de Estados, resultando em 77 fiscalizações, que contemplaram recursos da ordem de R\$ 8,2 bilhões. No exercício de 2008, foi realizado o 1º Sorteio Especial, que fiscalizou 50 Municípios beneficiados com recursos do PAC, envolvendo recursos no montante de R\$ 317 milhões.

O Governo buscou priorizar, em 2008, o acompanhamento e fiscalização das ações do referido PAC, atuando em pelo menos três frentes de trabalho distintas e complementares entre si: acompanhamento sistemático dos principais programas de governo, com especial destaque às grandes obras; fiscalização de pequenos e médios empreendimentos nas áreas de saneamento e de habitação, por meio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; e fiscalização de obras em decorrência de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado. Em 2009, no âmbito do “Programa de Fiscalizações por Sorteios” será avaliada a possibilidade de aperfeiçoamento e focalização temática, a exemplo do 1º Sorteio Especial, o que possibilitará a concentração dos esforços em assuntos de especial relevância e criticidade, permitindo, assim, diagnósticos mais aprofundados sobre as ações de governo fiscalizadas.

A partir de 2007, as capitais e os grandes Municípios (com mais de 500 mil habitantes) passaram a ser objeto de um programa contínuo de fiscalização. Em 2008, foram realizadas 358 fiscalizações em 13 Municípios com população acima de 500 mil habitantes. Atuou-se ainda em todas as 27 capitais brasileiras, garantindo uma cobertura de 93% dos Municípios não abrangidos pelo “Sorteio de Municípios”. No tocante às auditorias anuais sobre as tomadas e prestações de contas, além de buscar a simplificação e focalização dos procedimentos, realizaram-se 1.180 auditorias ordinárias, em 2008.

O Governo vem realizando, também, ações de fiscalizações de recursos transferidos sobre os quais parem suspeições de desvios. Não se trata do trabalho regular de fiscalização e auditoria, tampouco do acompanhamento feito por sorteio. Nesse caso, a seleção é realizada de acordo com informações previamente coletadas pela fiscalização regular em que se identifique um padrão de irregularidades, ou por escolha compartilhada pelos órgãos de defesa do Estado. Em 2008, importantes trabalhos nessa linha de atuação foram desenvolvidos, tais como: Operação Rapina (Maranhão), Operação Rapina II (Maranhão), Operação Telhado de Vidro (Rio de Janeiro), Operação Higia (Rio Grande do Norte), Operação Pasárgada (Minas Gerais), Operação João de Barro (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e Espírito Santo), Operação Toque de Midas (Amapá) e Operação Nêmesis (Maranhão).

As Tomadas de Contas Especiais (TCEs) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção do respectivo ressarcimento. Até dezembro de 2008, foram certificadas e enviadas ao TCU 1.062 TCEs, indicando retorno potencial aos cofres públicos de R\$ 642,8 milhões.

Na área de pessoal, realizaram-se auditorias mediante a verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais ou por meio de trilhas de auditorias aplicadas nos sistemas de pessoal. Em 2008, até setembro, foram analisados e enviados ao TCU 67.117 processos de aposentadoria, pensão e admissão, envolvendo R\$ 363,1 milhões.

Durante o exercício de 2008, foram recebidas pelo Governo um total de 3.449 denúncias e representações. Dessas, 2.497 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Os resultados, além de constarem dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades, são enviados ao TCU e, ainda, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

b) Medidas Corretivas

Quanto à questão correicional, o Governo manteve como prioridade a apuração da responsabilidade dos agentes públicos na esfera administrativa, em 2008, sem, entretanto, esquecer o caráter orientador que deve revestir essa atividade. Até novembro desse exercício, foram aplicadas 309 punições expulsivas, sendo 25 demissões, 25 cassações e 34 destituições. Entre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2008 prevalecem os itens valimento do cargo (33,79%) e improbidade administrativa (19,76%). O Governo procedeu, até outubro de 2008, a instauração e condução direta de 122 procedimentos administrativos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (em sentido estrito) e Sindicâncias Punitivas e Investigativas, além da instauração de 38 Sindicâncias Patrimoniais e a verificação da regularidade de 831 processos disciplinares instaurados e conduzidos nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo. Foram realizadas, ainda, 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo e instaurados mais de 200 processos disciplinares.

A Sindicância Patrimonial, que se destina à verificação de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos, nos casos de evolução patrimonial incompatível com a renda, assumiu, em 2008, definitivamente, o seu papel junto aos demais procedimentos apuratórios. Já são mais de 70 Sindicâncias Patrimoniais instauradas entre 2006 e outubro de 2008, sendo 38 dessas no exercício passado, originadas de relatos da ocorrência de operações suspeitas encaminhadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), da verificação de incompatibilidades patrimoniais constantes das declarações de bens e direitos, ou de denúncias e representações sobre atividades suspeitas e sinais exteriores de riqueza.

Sob o firme propósito de punir com rigor as pessoas jurídicas que participam de fraudes contra a Administração Pública em procedimentos licitatórios, o Governo criou, em dezembro de 2007, a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF), vinculada diretamente à Corregedoria-Geral da União. Em 2008, por meio do trabalho da CPAF, foi declarada a inidoneidade de oito empresas, impedindo-as de licitar e contratar com a Administração Pública. Entre essas, estão algumas que alcançaram grande destaque na mídia em razão da direta participação em graves acontecimentos que abalaram a opinião pública nacional, como as relacionadas a fraudes nas vendas de ambulâncias e contratação de mão-de-obra para a execução de serviços.

c) Ações de Capacitação e Prevenção

Em continuidade ao já reconhecido programa de formação de membros de comissões disciplinares, promoveu-se, em 2008, a capacitação de 1.116 servidores públicos federais. Merece registro, também, a realização do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Disciplinar, que teve início em 2008, com a participação de 45 profissionais atuantes em unidades de correição da CGU e dos Ministérios da Justiça (DPF), da Saúde (ANVISA), da Previdência Social (INSS), da Fazenda (SRFB) e do Banco Central. Previsto para encerrar-se em julho de 2009, esse curso formará especialistas em matéria disciplinar, que serão agentes multiplicadores e disseminadores desse conhecimento no âmbito de seus órgãos e entidades.

No que se refere à prevenção de irregularidades, o Governo realizou várias ações, em 2008, destacando-se:

- i) a elaboração e disponibilização do manual Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamentos, com a finalidade de orientar os gestores federais quanto à utilização dos recursos destinados ao Suprimento de Fundos e movimentados por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF) para o pagamento de despesas excepcionais. O manual objetiva evitar erros e subsidiar o servidor com informações para melhorar a qualidade do uso dos recursos públicos; e
- ii) o lançamento do Observatório da Despesa Pública, que utilizará as ferramentas mais avançadas da tecnologia da informação para análise e acompanhamento da despesa pública, simulando uma “malha fina”, concebida para identificar situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. Tais instrumentos já foram utilizados na análise dos gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas e de irregularidades potenciais no uso do CGPF. Esses instrumentos estão sendo utilizados, também, para análise da base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de irregularidades potenciais e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo.

O Governo deu continuidade à implementação do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública. Até novembro de 2008, o programa contava com 1.052 Municípios inscritos, tendo sido realizados sete sorteios, por meio dos quais já foram beneficiados 187 Municípios, capacitados 2.135 agentes públicos municipais e distribuídos mais de 60 mil manuais com informações sobre programas federais. Além dos resultados da ação derivada dos sorteios, também foram desempenhadas atividades de apoio à instituição e à operacionalização de unidades de controles internos de Municípios e Estados, por meio da qual foram beneficiados cerca de 434 Municípios e seis Estados, totalizando um número de 1.523 servidores capacitados.

Na questão do aperfeiçoamento do marco legal e normativo, foram iniciados estudos para elaboração de anteprojetos de lei sobre os seguintes temas: responsabilidade civil e administrativa da pessoa jurídica pela prática de atos contra a Administração Pública; organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas – proteção ao denunciante de boa-fé; e regulamentação do *lobby*. Sobre a questão do *lobby*, deve ser ressaltada a realização, em 2008, do “Seminário Internacional sobre Intermediação de Interesses: a Regulamentação do Lobby no Brasil”, que contou com a presença de representantes dos setores público e privado, buscando fixar subsídios teóricos para o futuro anteprojeto de regulamentação dessa atividade no Brasil.

d) Ações de Ouvidoria

Em 2008, foram criadas 11 novas unidades de ouvidoria, chegando a um total de 149 unidades em operação no Poder Executivo, responsáveis pelo atendimento de 2 milhões de manifestações no decorrer desse exercício. Foram oferecidos pelo Governo, no ano passado, cursos de aperfeiçoamento para ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria em oito capitais, alcançando a participação de mais de mil ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria.

e) Combate à Lavagem de Dinheiro

No âmbito da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro, foi realizada a sexta edição da Estratégica Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA 2009). Durante essa reunião foram apresentados os avanços obtidos, dentre os quais se destacaram: a elaboração de anteprojeto de lei para alterar a Lei Complementar nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; a elaboração da padronização das solicitações de interceptação telefônicas, que serviu de subsídio à Resolução nº 1, de 24 de setembro de 2008, expedida pela Corregedoria Nacional de Justiça; e a elaboração de manual contendo as bases de dados públicas disponíveis que possam ser úteis para o combate ao crime.

As ações da ENCCLA compreenderam, também, estudos sobre a reforma do processo penal, tipologias de lavagem de dinheiro associadas ao setor desportivo e às organizações governamentais, bem como a interoperabilidade dos sistemas dos órgãos envolvidos na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Para 2009, serão executados estudos relacionados à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro por meio do comércio.

Apesar dos diversos avanços nos campos regulatório e operacional, a legislação brasileira ainda demanda ajustes, que estão contidos no Projeto de Lei nº 3.443, de 2008, já aprovado pelo Senado Federal, que ampliará o alcance da atual Lei 9.613, de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos, dentre outras disposições. Ao aperfeiçoar o arcabouço jurídico brasileiro, a nova lei, ao ser aprovada, proverá as autoridades de ferramentas adequadas para fazer frente aos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

A atuação do Governo Federal, juntamente com o Ministério Público e o Poder Judiciário, permitiu, em 2008, o bloqueio judicial de cerca de R\$ 658 milhões em contas-correntes e em outros produtos financeiros, no Brasil e no exterior, de pessoas que respondem a processos criminais.

Para o aperfeiçoamento das ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em 2008, foram capacitados 1.746 agentes públicos. Com a inclusão do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), foi possível treinar 872 policiais civis. Para 2009, o Governo pretende dar continuidade aos cursos de capacitação, com enfoque no estudo de casos práticos.

As ações do Laboratório de Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) envolveram o início da replicação do modelo de laboratório instalado no Governo Federal para órgãos estaduais de investigação e persecução criminal nas regiões priorizadas pelo Pronasci. Em 2009, o processo de instalação dos laboratórios já conveniados continuará, além da busca de novos métodos, tecnologias e ferramentas para aprimorar a atuação do LAB-LD, reforçando o seu papel de centro de referência na análise de grandes volumes de dados.

f) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social

A linha de frente de combate à fraude previdenciária adota o trabalho na forma de Força-Tarefa Previdenciária (FTP), em que o Governo Federal trabalha em colaboração com o Ministério Público da União no processo de análise e investigação das fraudes. Essa abordagem tem trazido resultados satisfatórios quanto à eficácia e à agilidade dos trabalhos, sobretudo pela celeridade com que o conhecimento e a informação são transferidos entre os profissionais. Numa análise preliminar, o conhecimento adquirido pela FTP indica a existência de diversos tipos de fraudes na área de benefícios assistenciais e previdenciários com tipologias e perfis de dados bem característicos. A ocorrência de tais fraudes decorre, na maior parte das vezes, por causa de vulnerabilidades nos processos de negócio, nos sistemas informatizados e na gestão de pessoas.

Em 2008, foram deflagradas 40 operações. As ações resultaram em 506 mandados de busca e apreensão e 314 mandados de prisão temporária. Entre 2003 e 2008, foram realizadas 181 operações, expedidos 1.580 mandados de busca e apreensão e cumpridos 1.165 mandados de prisão temporária.

8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União

Utilizando-se de seus órgãos de consultoria, assessoramento jurídico e defesa judicial, o Governo obteve importantes vitórias perante o Supremo Tribunal Federal (STF), afastando os óbices opostos à ação governamental na implementação de políticas públicas, tais como: i) demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em apreciação pelo STF tendo sido proferidos oito votos favoráveis à demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; ii) êxito em diversos mandados de segurança que questionaram processos e procedimentos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária; iii) acolhimento pelo STF dos argumentos deduzidos pelo Governo, no sentido de permitir a pesquisa de células-tronco (art. 5º da Lei nº 11.105, de 2005), como forma de desenvolvimento científico, com vistas à preservação da dignidade humana, julgando, assim, improcedente o pedido contido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3510; e iv) conclusão do STF pela constitucionalidade do art. 1º da Lei nº 8.899, de 1994, que determina a concessão de transporte interestadual gratuito para portadores de deficiência comprovadamente carentes – passe livre, acolhendo o argumento do Governo na ADI nº 2.649, o qual transcorreu sobre a necessidade de proteção do cidadão duplamente hipossuficiente – tanto sua situação econômica como pela sua deficiência, seja física, visual, auditiva ou mental.

Nas ações em que é possível quantificar os valores, evitou-se a saída indevida dos cofres públicos de aproximadamente R\$ 650 milhões, por meio de atuação judicial perante o STF durante o ano de 2008.

Utilizando-se ainda da atuação desses mesmos órgãos, garantiu-se a implantação de políticas públicas, entre elas todas as obras do PAC; atuou-se na redução de ações judiciais contra o INSS; incrementou-se a cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações, em especial as dívidas decorrentes de multas ambientais e aquelas aplicadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); e viabilizou-se o leilão da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau, no Estado de Rondônia, cujo preço do Megawatt, em comparação aos leilões ocorridos nos anos anteriores, importou economia significativa de recursos para a sociedade brasileira. Ainda no tema Cobrança e Recuperação de Créditos, vale destacar que, no somatório de todas as autarquias e fundações, foram ajuizadas 18.639 novas ações de cobrança no ano de 2008, tendo sido arrecadados recursos, até novembro do exercício passado, da ordem de R\$ 3,2 bilhões.

Destaca-se ainda o esforço do Governo na elaboração de cerca de 40 orientações normativas que balizarão a atuação dos advogados públicos federais de todo o Brasil relativamente à questão de licitações e contratos, dando mais segurança jurídica aos gestores e mais transparência às aquisições de bens e serviços pela Administração Pública Federal.

O uso pelo Governo da ferramenta conciliação para resolução administrativa de conflitos entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, tem demonstrado ser uma eficiente forma de não sobrecarregar ainda mais o Poder Judiciário. Ao final do ano de 2007, havia 125 processos em fase de conciliação pelas Câmaras *ad hoc*, instaladas no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU). No decorrer de 2008, foram encaminhados à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) mais 79 processos. Desse total, foram realizadas 16 conciliações, constatado que 9 processos não eram passíveis de conciliação, 1 foi arquivado e 1 foi extinto.

Outro significativo instrumento de modernização na atuação jurídica é a edição de Súmulas da AGU, de grande significado para a melhoria da eficiência da Administração, pois permite ao cidadão ter acesso pelas vias administrativas a direitos que somente obteria recorrendo ao Poder Judiciário. Assim, apenas em 2008, foram publicadas dezessete súmulas, que buscam reduzir o número de ações judiciais propostas contra a União, suas autarquias e fundações, e evitar a interposição de recursos desnecessários. Com essa atitude, o Governo contribui, significativamente, para a garantia dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e, ao mesmo tempo, quero manifestar, em meu nome pessoal, a satisfação que tenho de vê-lo à frente desta Casa, a Câmara dos Deputados, na certeza de que os Deputados e Deputadas têm a presidir uma das melhores figuras da política pública brasileira e um dos melhores homens de Estado deste País.

Com a palavra o Deputado Michel Temer. *(Palmas.)*

O SR. MICHEL TEMER (Presidente da Câmara dos Deputados. PMDB – SP) – Exmº Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, Exmº Sr. Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmª Srª Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil; Exmªs Srªs e Srs. Embaixadores e demais representantes do Corpo Diplomático; Exmº Sr. Almirante de Esquadra, Marcos Martins Torres, representando o Comandante da Marinha; Exmº Sr. Gen. de Exército, Darke Nunes de Figueiredo, Chefe do Estado-Maior do Exército; Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar, Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exmº Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas; prezados companheiros da Mesa da Câmara que integram a Mesa do Congresso Nacional; Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais:

Eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, agradecer as suas palavras de incentivo a nossa gestão aqui à frente da Câmara dos Deputados. Quero dizer também que V. Exª, certa e seguramente, enobrecerá o Senado Federal por força da larga experiência: Presidente da República e Presidente do Senado Federal.

Presidente do Senado Federal, tem V. Exª a tarefa de conduzir os destinos do Congresso Nacional com a adequação que é nota característica da conduta de V. Exª.

Mas eu quero também dizer, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente do Supremo, Srª Ministra, Srs. Membros da Mesa, que hoje aqui nós saímos de um processo político eleitoral, e ao longo do dia, Sr. Presidente, nós tivemos as mais variadas manifestações na tribuna.

Eu mesmo, em dado momento, mencionei a importância da separação dos Poderes do Estado, revelando uma obviedade, quase uma trivialidade: a de que nós somos meros “exercentes” de um poder que é do povo, por meio dos órgãos constituídos, por meio de autoridades que aqui se acham. E é interessante – ocorre-me, pelo menos, dizer isto – falar um pouco sobre o significado desta solenidade. Uso a expressão “solenidade” no seu sentido real, no sentido da liturgia, no sentido de uma certa solenidade indispensável para a boa convivência

entre os Poderes do Estado. Aqui, comigo, enquanto falava o eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, enquanto ouvia a mensagem do Exmº Senhor Presidente da República, ocorreu-me revelar aos Srs. Parlamentares a verdade daquilo que antes eu dissera: vêm os Poderes do Estado, o Judiciário e o Executivo, para prestar contas ao Poder Legislativo. Sobre prestar contas ao Poder Legislativo, ainda trazer uma mensagem para dizer o que necessita do Poder Legislativo para bem governar. Portanto, quando se verifica um encontro dessa natureza, ele não é uma mera formalidade, ele é a revelação de uma determinação constitucional que estabelece a harmonia entre os poderes.

É curioso – mais uma breve palavra – verificar o aqui verifiquei. De vez em quando, falamos muito da democracia liberal, da democracia da liberdade de expressão e da liberdade de manifestação, mas, hoje, mais que nunca, a ela, democracia da liberdade de expressão e da liberdade de manifestação, deve acrescentar-se a democracia social, que eu costumo chamar da democracia do pão sobre a mesa. De nada adianta dizer para o povo – e um povo carente como é o nosso povo, o povo brasileiro – que ele tem a liberdade de manifestação, a liberdade de expressão, se ele não tiver o pão sobre a mesa, se ele não tiver a chamada democracia social.

Mas eu verifico hoje, Presidente José Sarney, com alegria cívica extraordinária, que, pelo relato que aqui verifiquei, pudemos constatar a conjugação dessas duas fórmulas democráticas. De um lado, a democracia sustentada pelas decisões já agora sumuladas, e sumuladas de maneira vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, assecuratórias da liberdade de expressão, da liberdade de manifestação, do direito à ampla defesa. S. Exª, o Ministro-Presidente do Supremo acabou de mencionar uma súmula recente que garante o direito à ampla defesa. Nós sabemos o quanto, muitas e muitas vezes, se não tomarmos cuidado, as pessoas – pessoas, não instituições – vão avançando sobre as liberdades individuais e, se não houver alguém que as paralise, a tendência para o autoritarismo é extraordinária.

Por isso, quero saudar o Supremo Tribunal Federal, na figura do seu Presidente, pela sumulação, pela interpretação dos dispositivos constitucionais no tocante à preservação das liberdades individuais, como quero, por meio da eminente Ministra-Chefe da Casa Civil, saudar o Poder Executivo. O Poder Executivo manda para cá uma mensagem reveladora da democracia social, reveladora das suas preocupações com o emprego, da preocupação com o desenvolvimento, da preocupação com o crescimento, da preocupação com a inserção de setores menos privilegiados da nossa nacionalidade no concerto nacional.

Portanto, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr^a Ministra Dilma Rousseff, quero saudar este momento em que, solenemente, nós nos reunimos, para dizer aos Parlamentares e – mais do que para os Parlamentares – para dizer ao povo brasileiro: confiem nas instituições democráticas, porque elas trabalham de maneira independente, resguardadas as suas competências, mas de maneira inteiramente harmoniosa para o bem do nosso Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Estamos chegando ao final da nossa sessão.

Exm^o Sr. Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exma Sr^a Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, por quem temos grande admiração pelo seu trabalho; Exmas Sr^{as} e Srs. Embaixadores e demais representantes do corpo diplomático; Sr. Deputado Federal Rafael Guerra, 1^o Secretário do Congresso Nacional; Exmo Sr. Almirante-de-Esquadra, Marcos Martins Torres, representando o Comandante da Marinha, o Exm^o Sr. Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto; Exm^o Sr. General-de-Exército Darke Nunes de Figueiredo, Chefe do Estado-Maior do Exército, representando o Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri; Exm^o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exm^o Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, recentemente eleito Presidente do Tribunal de Contas da União, que temos grande satisfação de ver presente nesta Casa; Exmas senhoras e senhores; Sr^{as} e Srs. Deputados Federais; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores: em primeiro lugar, esta é a primeira vez que presido a sessão do Congresso Nacional nessa legislatura. Já apresentei os cumprimentos aos meus colegas de Senado pela manhã e, agora, estou no dever de apresentar a minha homenagem a todas as Deputadas e todos os Deputados para que tenham, nesta Legislatura, grande êxito no seu trabalho, felicidades pessoais e contribuam para o desenvolvimento do nosso País.

Quero rapidamente lembrar, porque é um dado pessoal, que, em 2 de fevereiro de 1959, justamente há 50 anos, eu tomava posse pela primeira vez, eleito Deputado Federal. (Palmas.)

Assim, é uma data significativa para mim, porque guardo as recordações profundas e marcantes do quanto esta Casa significou na minha formação e na minha carreira política. Tenho muitas saudades – sobretudo dos meus 29 anos.

Abro a 3^a Sessão Legislativa da 53^a Legislatura. Aqui continuamos construindo as instituições democráticas essenciais ao enfrentamento dos desafios do nosso tempo.

O Brasil é um país exemplar, do qual nós devemos nos orgulhar, porque há 180 anos temos um Parlamento representando o povo, aberto e lutando pelas liberdades civis.

Vivemos um momento singular da nossa história e da história da humanidade. Os desafios da ocupação da terra pelo homem mostram-se em sua verdadeira grandeza, a de que podemos sofrer uma catástrofe malthusiana, ou, pior, uma mudança das características da natureza, do clima, recursos, ambientes ocupados pelo homem que inviabilizem a vida humana na terra. Ao mesmo tempo, montados numa exploração financeira sem freios, os mercados desencadearam uma crise social que se agrava a cada dia, alcançando inclusive o nosso crescimento, e que precisa de respostas prontas e de largo alcance.

Nos Estados Unidos da América, a transição do governo se fez com uma característica revolucionária, onde o povo americano mostrou que, em sua maioria, está disposto a mudanças drásticas em seu modo de vida, elegendo um negro – representante da mais agredida minoria do país – para presidi-lo.

Assumo as funções de Presidente do Congresso Nacional consciente de minha responsabilidade com o momento e com as instituições. Não o desejei. Aceitei-o, convocado, sentindo que posso, realmente, ainda ser útil ao País, sendo o mais velho Parlamentar em atuação entre nós, o Senador que por mais tempo permaneceu no Legislativo na história da República. Depois de mim, temos a figura sagrada de Rui Barbosa e, em seguida, a do Senador Pires Ferreira.

Vivemos, entre nós, o mais longo período em que se sucedem as legislaturas. Há vinte anos, a democracia no Brasil se consolida e cada vez se aprofunda. O período de consolidação constitucional alcançou o marco histórico com a eleição de um operário e o governo sereno, equilibrado e bem-sucedido do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nossa tarefa se estende neste momento com a necessidade de restabelecer a plenitude das funções do Parlamento.

O rito de tramitação das medidas provisórias transformou-se numa armadilha que perturba o funcionamento das instituições, sobretudo das nossas Casas Legislativas.

Por minha iniciativa, o Senado elaborou, quando da minha primeira Presidência naquela Casa, um projeto de lei, aprovado por votação unânime, alterando esse regime, e a Câmara dos Deputados está encarregada de votá-lo. É uma de nossas primeiras e mais urgentes tarefas fixar um sistema em que o alcance das medidas provisórias seja reduzido, ao mesmo tempo em que

transferimos ao Poder Executivo medidas administrativas que devem ser de sua competência exclusiva.

Esta não é uma promessa, mas é um convite: lutarmos com todas as forças, porque as Casas Legislativas constituem Casas de decisões coletivas do trabalho, do dever e da vontade de todos; lutarmos com todas as forças para vencer o que ficou descompassado no ambiente brasileiro: a regularização dessas medidas.

Não creio que o País possa continuar indefinidamente protelando o fim do sistema eleitoral, do voto proporcional uni-nominal, e creio, como parece ser também a expressão da maioria das duas Casas, num sistema misto distrital e de listas. Com ele, ficaria resolvido o problema grave da fidelidade política. Insisto na necessidade de votarmos – e é um compromisso – as reformas tributária e política e regularizarmos, de uma vez por todas, o problema das medidas provisórias.

No caso da reforma tributária, temos que avançar para podermos recuar dos desníveis inaceitáveis da carga tributária distribuída de maneira injusta e talvez ineficaz, problema que repercute, com grande profundidade, nos três níveis de Governo: federal, estadual e municipal.

O nosso tempo também tem um impacto de profundas transformações tecnológicas. Tenho tido, ao longo da minha vida, o desejo de manter-me permanentemente em estado de renovação e atento às novas idéias. Velho, mas moço, buscando sempre estar atualizado com o meu tempo e com os problemas do futuro. Quando no Senado, tendo sido por duas vezes presidente, desde a instalação do Prodasen, que teve a minha colaboração, há mais de trinta anos, numa comissão da qual faziam parte o Senador Franco Montoro e o Senador Carvalho Pinto. E já se vão alguns anos.

Mais uma vez, pretendo avançar na maneira de fazer a manifestação popular ser não só expressa através do Alô Senado, que é a interação que temos hoje de mais de um milhão de chamadas anuais e de interação dos Deputados e Senadores com o povo brasileiro, examinando as pesquisas de opinião pública, que também foi objeto da reforma que produzimos naquela Casa do Senado, mas avançando de maneira a que os novos instrumentos da internet – **YouTube, My Space, blogs** – sejam parte do cotidiano de nossas Casas e possamos estudar votações virtuais e instrumentos nessa direção.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, repito aqui que o nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades e a obstinada decisão que devemos ter cada um de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que vem nortear a nossa conduta.

Sem Parlamento, não há democracia; sem democracia, não há liberdade. E, sem liberdade, o homem é apenas, e às vezes, um sobrevivente. Enquanto nos outros Poderes as decisões são objeto de uma transparência relativa, nossos trabalhos sempre se realizam em público, à luz do exame e do escrutínio do eleitor. Não temos lições de transparências a receber, mas podemos e devemos agir para que desapareçam quaisquer sombras que porventura levem a desconfiar com o Parlamento.

Sempre tivemos o cuidado de exercer a harmonia dos Poderes. Nunca atritamos com os Poderes Executivo e Judiciário. Mas agiremos com total independência, como nos exige a Constituição e para o que fomos eleitos por nossos eleitores. Exerçamos, portanto, o nosso papel de independência e de harmonia entre os Poderes.

Seremos intransigentes e inarredáveis na defesa das prerrogativas e da autonomia de nosso Parlamento, expressão da soberania do povo e do sistema democrático como Casas de renovação, transparência, ética, visão do bem-estar e da justiça social.

O mundo atravessa uma fase de grande crise. O Brasil, mais do que nunca, esteve preparado para enfrentar esses desafios. O Governo do Presidente Lula conseguiu avanços no setor social, na economia e colocou o Brasil em outro patamar na cena mundial. Ele sempre contou comigo para essa benemérita tarefa em favor do povo brasileiro, e vou continuar a ajudá-lo.

Quero homenagear também, na figura do Ministro Gilmar Mendes, o Poder Judiciário, guardião da Constituição. Nós fomos quem a entregamos, nós, representantes do povo, ao Supremo Tribunal Federal, para guardá-la. É ele que tem essa missão e, portanto, devemos respeitá-lo e acatá-lo sabendo que vai cumprir essa missão em favor do povo brasileiro.

Sem o Judiciário, e os ingleses já pregavam isso quando começaram a constituir suas instituições, a democracia seria impossível. Farei tudo, Ministro Gilmar Mendes, para que nossa harmonia seja uma peça importante na consolidação da democracia brasileira.

Eu quero finalizar essas palavras agradecendo às autoridades aqui presentes e, uma vez mais, desejando às Deputadas, aos Deputados e às Senadoras e aos Senadores muitas felicidades. Vamos começar nossos trabalhos!

Terminado o objetivo de nossa sessão, estão encerrados os nossos trabalhos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 47 minutos.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/l/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA WALDIR NEVES PSDB-MS	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 16.12.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 306 PÁGINAS

(OS: 10233/2009)